

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE DE DOUTORADO**

**A política na CNA:  
organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado**

**Elisandra de Araújo Galvão**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A POLÍTICA NA CNA:  
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÕES E INSERÇÕES NO ESTADO**

**ELISANDRA DE ARAÚJO GALVÃO**

*Sob a orientação da professora*  
**Regina Angela Landim Bruno**

*e co-orientação da professora*  
**Leonilde Servolo de Medeiros**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ  
Março, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G182p Galvão, Elisandra de Araújo, 1975-  
A política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado / Elisandra de Araújo Galvão. - Rio de Janeiro, 2020.  
386 f.: il.

Orientadora: Regina Angela Landim Bruno.  
Coorientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2020.

1. Confederação Nacional da Agricultura (CNA). 2. patronato rural. 3. Estado brasileiro. 4. ditadura empresarial-militar. 5. relações de poder. I. Bruno, Regina Angela Landim, 1949-, orient. II. Medeiros, Leonilde Servolo de, 1949-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade

**ELISANDRA DE ARAÚJO GALVÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 30/3/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese/dissertação.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Angela Landim Bruno (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)  
(Co-orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Débora Lerrer (CPDA/UFRRJ)

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Pereira Campos (UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Alessandra Gasparotto (UFpel)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Cláudia Diogo Tavares (UFRJ)

Dedico este trabalho à  
Ambrozina, João (*in memoriam*) e Alex,  
pela mescla fraterna e a potência do Garcia-Galvão.

Luciane Quoos, pelo amor e apoio.

Severina Garcia e Vanise Medeiros,  
pela inspiração em diferentes épocas.

## AGRADECIMENTOS

Entre uma disciplina e outra do doutorado no CPDA/UFRRJ, assisti a uma animação de curta-metragem turca. O filme mostrava a desafiante e inevitável tarefa de um garoto de equilibrar, com varetas longas, mais e mais pratos. Na infância, um prato, na adolescência, alguns, e na vida adulta, vários. Deslumbre. Foi o sentimento após a sessão. Percebi que, ao ingressar num doutorado, aumenta progressivamente o número de “pratos” — desafios, metas e responsabilidades — que nos cabe equilibrar simultaneamente. Esta analogia envolve as esferas acadêmica, profissional, econômica, emocional e familiar. É preciso harmonizá-las. Este aprendizado só foi possível com o financiamento e a ajuda de profissionais de instituições do Estado brasileiro e de professores, amigos, familiares e colegas do doutorado no Rio de Janeiro, Toulouse e Paris. É inestimável o apreço pelos que me ensinaram a analisar e interpretar, a partir da sociologia, questões que ajudam a compreender a atuação política do patronato rural através de uma de suas entidades de representação.

Agradeço às professoras Regina Bruno e Leonilde de Medeiros pela orientação. E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que me concedeu uma bolsa de doutorado no momento em que ingressei no projeto de pesquisa *Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, coordenado por Leonilde de Medeiros. A participação neste estudo, com forte incentivo de Regina Bruno, permitiu a reelaboração do meu projeto de doutorado e o contato com lideranças e membros da Confederação Nacional da Agricultura.

A Faperj também me concedeu uma bolsa de doutorado — modalidade sanduíche — que permitiu a realização de estágio no Laboratoire Dynamiques Rurales, da Université Toulouse – Jean Jaurès (UT2J)/Université Fédérale de Toulouse Midi-Pyrénées (Toulouse/França), sob supervisão da professora Martine Guibert, a quem agradeço pela acolhida, acompanhamento constante das minhas atividades e por ter me introduzido ao Centre de Documentation sur l'Amérique Latine (Cedocal), que integra o Institut Pluridisciplinaire pour les Études sur les Amériques (Ipeat/UT2J). Esta bolsa permitiu ainda a minha inserção nas atividades do Groupe de Recherches Interdisciplinaires sur le Politique da École Normale Supérieure (ENS-Paris), a convite do professor Michel Offerlé.

Agradeço aos professores do CPDA/UFRRJ pela formação, pelos debates e aprendizado constante, especialmente aos professores Raimundo Santos (*in memoriam*), Fátima Portilho, John Wilkinson, Sergio Pereira Leite, Claudia Job Schmidt e Hector Alimonda (*in memoriam*).

Aos funcionários do setor administrativo, da biblioteca do CPDA/UFRRJ e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo pelo auxílio quando necessitei de informações, entregar documentos e localizar bibliografias, sobretudo a Ana Lídia Barbosa, Antônio Reginaldo de Carvalho, Adriana Ebecken, Diana Rosa, Fernanda Sodré, Diva de Faria, Gabriela Ferreira, Henrique Oliveira, Janete Nunes, Keyth Araújo, Luiz Antônio dos Santos, Márcia Valéria de Souza, Marcos Porto, Raquel Passeri, Silvia Alves de Andrade e Terêsa Ferreira.

Aos professores do IFCS/UFRRJ, Monica Grin; do IESP/UERJ, Fabiano Santos e João Feres; da Université Toulouse – Jean Jaurès, Hélène Guetat, Richard Marin, Guillaume Favre e Ainhoa de Federico; da ENS-Paris, Michel Offerlé; da École Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, François Purseigle; do Centre Maurice Halbwachs, Caroline Guibet Lafaye; da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Dominique Schnapper-Aron; da Université Paris-Est Marne-la-Vallée, Maud Chirio; e da École d'Ingénieurs de Purpan, Alexis Annes.

Aos funcionários do Arquivo Nacional, Carmen Moreno; da Biblioteca Edgard Teixeira Leite/Escola Wenceslão Bello, Marcio Ângelo e Alessandra Costa; da Biblioteca da CNA, Cristina de Azevedo; da Embrapa Solos e da Embrapa Amazônia Oriental, Claudia De Laia Machado e Lenir Amoras; da Biblioteca Nacional; e da biblioteca do Museu Nacional.

A Rodolfo Tavares (Faerj), Pio Guerra (Faepe), aos ex-ministros da República Antônio Delfim Netto e Alysso Paulinelli (CNA e Abramilho), Eudes de Souza Leão — *in memoriam* (CRB/CNA), Antonio Mello de Alvarenga Neto (SNA), Patrick Ferrère (Saf Agri'iDées e FNSEA-França) e Jean-Baptiste Millard (Saf Agri'iDées), Cécile Lilamand (FDSEA), Alynne B. Oliveira (CNA), Tiago Masson (CNA), Karen Albuquerque (CNA Europa), Evandro Silva de Deus (CNA), José C. Vitorino de Moraes (CNA), Alreci Paixão de Sousa (CNA), Francisco Pimenta (CNA), Pablo Ulisses (Assessoria de Imprensa CNA), Helcias Soares (CNA), Maria de Assumpção (Embrapa e CNA), Iara Grillo (CNA) pelas entrevistas e conversas.

Aos amigos e colegas do CPDA/UFRRJ e da Université Toulouse – Jean Jaurès por todas as trocas preciosas: Andréia Tecchio, Fernanda Ferreira, Gilmar Sarmiento, Daniel Delatin, Ricardo Dias, Sandro Leão, Andrea Rente, Carla Morsch, Franziska Ollendorf, Andrés Felipe López, Pedro Baptista, Doriane Meurant Gros, Leslie Fonquerne, Rose Marie Bangoura, Antonieta Reyes Gómez, Vânia Pedro (*in memoriam*), Mathilde Denoël, Héloïse Prevost, Marietta Bucheli Gomez (Pontificia Universidad Javeriana – Colômbia), Samuel Frederico (Unesp-Rio Claro). À Mariateresa Muraca (Universitá di Verona - Itália) por me introduzir a discussões sobre a decolonialidade e partilhar o afeto e os brindes à existência. E à Alessandra

Gasparotto, Janaína Sevá, Marcos Piccin, Olavo Carneiro, Felipe Prado e Glauber Xavier, companheiros de laboratório no Núcleo de Estudos e Pesquisa Ruralismo, Agronegócio e Relações de Poder, coordenado pela professora Regina Bruno.

À Virginia Fontes, Pedro Campos e Renato Lemos que abriram espaço para eu expor meu trabalho e participar dos debates nos grupos de pesquisa Empresários e Ditadura e no Mais Verdade.

Não poderia esquecer a ajuda de Margarita Rault e Chloé Fabre no Cedocal/Ipeat; Lisa Stuart (*in memorian*) — Fiocruz; Teresa Salgado (UFRJ), Marco Pacini (UFF), Luciana Daflon e Tamara, em Paris; Sonia Mendonça (UFF); Angelo Del Vecchio (Unesp – Araraquara); Ronaldo Baltar (Universidade Estadual de Londrina); Flavio Heinz (UFRRJ); Carolina Ramos; Melquisedeque Fernandes; Antonio (Livraria Beta de Aquarius); Dominique Deligny, secretária do Laboratoire Dynamiques Rurales/Maison de la Recherche; Jean-Marc Braile, do Pôle Informatique/Maison de la Recherche; Yves Depigny (gestionnaire Erasmus/Service de Relations Internationales/UT2J) e Elodie Cavaillé (assistante en Relations Internationales/UT2J), Héliene Bustos (revista Trans'rural Initiatives), Pierre Vicenot (jornal Dépêche).

À Mary Vanise Batalha, Ivana Lima, Helena Boyadin, Maristela Dalmoro, Gabriela Sandes, Maria Lucia Montenegro, Jacó Sanowicz, Luiz Rosenberg Filho (*in memorian*) pelas palavras de apoio nas horas mais graves.

A Ana Beatriz de Noronha, Anamaria Corbo, Grácia Gondin, colegas de trabalho da Fiocruz, pelo incentivo no início do doutorado.

Aos colegas do projeto *Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro*, principalmente Elisabeth Linhares e a professora Delma Pessanha Neves.

Obrigada a todos que tive a oportunidade de encontrar ao longo deste percurso acadêmico e que contribuíram para todos os inícios desta tese e para seu desfecho, unindo um relato concreto da experiência empírica e a conceituação acadêmica. Cada um, a seu modo, ajudou a construir uma nova “fortaleza do ânimo”, em momentos difíceis, e a reacender a “potência interior”, nas situações em que busquei o rumo mais apropriado na investigação sociológica. Assim pude reencontrar minha própria liberdade para escrever. Como diz Marilena Chauí: a liberdade não é uma escolha entre várias possíveis, mas a fortaleza do ânimo para não ser determinado por forças externas e a potência interior para determinar-se a si mesmo.

(...) a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação.

Marilena Chauí

Não se pode associar, legitimamente, o senhor de engenho ao burguês (nem a “aristocracia agrária” à “burguesia”).

Florestan Fernandes

Somos filhos da época  
e a época é política. (...)

Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
tua pele, um matiz político,  
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,  
o que silencia tem um eco  
de um jeito ou de outro político.

Wisława Szymborska

## RESUMO

A pesquisa desenvolvida nesta tese tem como objeto a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade sindical patronal rural brasileira, legalmente prevista em 1963 e reconhecida em 1964, e sua relação com o Estado do momento de sua constituição até os anos do regime militar. Analisam-se as articulações e alianças constituídas pela entidade para pautar a política agrária e agrícola neste período. Com base em publicações e documentos corporativos da CNA, material de fundos de arquivos públicos e privados, entrevistas com lideranças e material jornalístico da época foi possível delimitar e identificar três fases da Confederação: da concepção e instalação, com uma atuação conjuntamente com a Sociedade Nacional de Agricultura, no campo da política externa para agricultura (anos 1920 a 1940); refundação e oficialização (anos 1950) como Confederação Rural Brasileira (CRB); e reconfiguração de entidade civil para sindicato patronal rural (anos 1960). Nesses tempos distintos foi possível mapear certos matizes de sua ação política e inserções junto ao Estado, principalmente quando a política agrícola é posta como mais importante do que a agrária. A tese está organizada conforme três níveis de análise das relações entre sociedade civil e sociedade política. O primeiro refere-se à organização patronal rural a partir das duas lógicas da ação coletiva, conforme tratadas por Claus Offe. O segundo é o institucional, no qual são analisadas as demandas e argumentos que dão sentido ao funcionamento da CNA e ao repertório que põe em evidência seus interesses. O terceiro é o das redes e relações de poder, no qual é analisada sua ação política junto ao Estado propondo mecanismos de política agrícola que favoreceram setores do patronato rural. A tese contribui para ampliar o debate sobre as formas de ação coletiva dos grupos conservadores dominantes e as estratégias de pressão junto ao Estado que caracterizam a cultura política do patronato rural.

**Palavras-chave:** Confederação Nacional da Agricultura (CNA), patronato rural, Estado brasileiro, ditadura empresarial-militar, relações de poder.

## ABSTRACT

The research developed in this thesis has the National Confederation of Agriculture (CNA), the Brazilian rural union that was legally foreseen in 1963 and recognized in 1964, and its relationship with the State from the moment of its constitution until the years of the military regime as its object of study. It analyzes the articulations and alliances constituted by the entity to guide agricultural policies during this period. Based on publications and corporate documents of the CNA, material from public and private archives, interviews with leaders and journalistic material from that time, it was possible to delimit and identify three phases of the Confederation: its conception and installation, together with the National Society of Agriculture (SNA), in the field of foreign policy for agriculture (1920s to 1940s), its refounding and officialisation (1950s) like Brazilian Rural Confederation (CRB); and its reconfiguration from a civil entity to a rural employers' union (1960s). In these different times it was possible to map certain shades of political action and insertions with the State, especially when agricultural policy is more important than agrarian policy. The thesis is organized according to three levels of analysis of the relations between civil society and political society. The first refers to the rural employers' organization based on the two logics of collective action, according to the approach given by Claus Offe. The second is the institutional one, in which the demands and arguments that give meaning to the operation of the CNA and the repertoire that highlights its interests are analysed. The third is that of networks and power relations, in which their political action with the State is analysed proposing agricultural policy mechanisms that favored sectors of the rural patronage. The thesis, therefore, contributes to broaden the debate about the forms of collective action of the dominant conservative groups and the strategies to pressure the State that characterize the political culture of the rural patronage.

**Keywords:** National Confederation of Agriculture, rural patronage, Brazilian State, military dictatorship.

## RÉSUMÉ

La recherche développée dans cette thèse traite de la Confédération Nationale de l'Agriculture (CNA), le syndicat agricole brésilien, qui était légalement prévu en 1963 et reconnu en 1964, et ses relations avec l'État depuis le moment de sa constitution jusqu'aux années de la dictature militaire au Brésil. Basée sur cette relation, la thèse analyse les articulations et les alliances constituées par la Confédération pour guider les politiques agraire et agricole de cette période. Sur la base de publications et des documents de la CNA, de documents d'archives publiques et privées ainsi que des interviews de dirigeants et des documents journalistiques de l'époque, il a été possible de délimiter trois moments de la Confédération: premièrement la conception et l'installation, avec le soutien de la Société Nationale d'Agriculture (SNA) la mise en œuvre des activités dans le domaine de la politique étrangère de l'agriculture (années 1920 à 1940); deuxièmement la refondation et l'officialisation (années 1950) avec le non de Confédération Rurale Brésilienne (CRB); et troisièmement la reconfiguration de l'association civile pour le syndicat des employeurs agricoles (années 1960). Il a été possible de cartographier certaines nuances de l'action politique caractéristique pour ces époques et de tracer quelques insertions dans l'État, notamment lorsque la politique agricole était plus importante que la politique agraire. La thèse est organisée selon trois niveaux d'analyse des relations entre la société civile et la société politique. Le premier niveau se réfère à l'organisation d'employeurs agricoles basée sur les deux logiques de l'action collective, selon l'approche de Claus Offe. Au second niveau, les dimensions institutionnelles, dans lesquelles les revendications et les arguments qui donnent un sens au fonctionnement de la CNA ainsi que le répertoire qui met en avant ses intérêts sont analysées. Le troisième niveau concerne les réseaux et relations de pouvoir, l'action politique de ce groupe au sein de l'État est analysée en proposant des mécanismes de politique agricole favorisant les secteurs du patronat rural. Avec ceci, cette thèse contribue au débat sur les formes d'action collective des groupes conservateurs dominants et les stratégies de pression sur l'État qui caractérisent la culture politique du patronat rural.

**Mots clés:** Confédération Nationale de l'Agriculture (CNA), patronat rural, État brésilien, dictature militaire.

## **LISTAS DE FIGURAS**

- Figura 1 – Organização da representação (1811-1964)
- Figura 2 – Organização da representação (1902-1964)
- Figura 3 – Capas da revista A Lavoura
- Figura 4 – Registro da fundação da CRB em 1926
- Figura 5 – Comissão de Sindicalização das Classes Rurais
- Figura 6 – Divisão dos setores da produção agropecuária
- Figura 7 – Enquadramento sindical (patrões e empregados)
- Figura 8 – A mecanização na cultura do trigo nos EUA
- Figura 9 – Sessão inaugural da III Conferência Rural Brasileira
- Figura 10 – João Goulart e Tancredo Neves na VI Conferência Rural Brasileira
- Figura 11 – Bispo D. Avelar Brandão fala VI Conferência Rural Brasileira
- Figura 12 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro
- Figura 13 – Iris Meinberg se despede da CNA
- Figura 14 – General Adir Maia no Departamento de Estudos Econômicos da CNA

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Entidades que aprovaram os estatutos da CRB em 1928

Quadro 2 – Sindicatos patronais reconhecidos anualmente

Quadro 3 – Congressos e conferências realizadas entre 1901 e 1962

Quadro 4 – Propostas para a reforma agrária

Quadro 5 – Resumo das posições e diretrizes expressas em inúmeros pronunciamentos para evitar a comunização do Brasil

Quadro 6 – Ocupação de cargos nos governos militares por lideranças ligadas à CNA

Quadro 7 – Atuação de Flávio Brito (senador e presidente da CNA)

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Mobilização patronal rural

Gráfico 2 – Demandas CRB/CNA: crédito, taxa e dívidas

Gráfico 3 – Demandas de infraestrutura da CRB/CNA

Gráfico 4 – Educação e ideologia para a modernização

Gráfico 5 – PLS e RQS de Flávio Brito

## LISTA DE SIGLAS

Abag – Associação Brasileira de Agribusiness  
ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu  
Abcar – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
Abir – Associação Brasileira de Informação Rural  
Abramilho – Associação Brasileira dos Produtores de Milho  
Acrimat – Associação de Criadores de Mato Grosso  
Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores  
Aprosoja – Associação Brasileira dos Produtores de Soja  
Arena – Aliança Renovadora Nacional  
Anpes – Associação Nacional de Programação Econômica e Social  
Bandepe – Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco  
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil – Cacex  
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Cetreisul – Centro de Treinamento e Informação do Sul  
Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
CEV-RIO – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro  
Ciesp – Centro de Indústrias do Estado de São Paulo  
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil  
CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CNC – Confederação Nacional do Comércio  
CNTT – Confederação Nacional dos Transportes Terrestres  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CRB – Confederação Rural Brasileira  
CFP – Comissão de Financiamento de Produção  
Cofap – Comissão Federal de Abastecimento  
CNPA – Conselho Nacional do Serviço Social Rural

CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária  
CNC – Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio  
CNE – Conselho Nacional de Economia  
CSNE – Companhia Siderúrgica do Nordeste  
Etene – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste  
ESG – Escola Superior de Guerra  
ET – Estatuto da Terra  
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural  
Faresp – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo  
Faem – Federação de Agricultura e Pecuária do Amazonas  
Faeac – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre  
Faes – Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo  
Faesp – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo  
Faerj – Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro  
Famato – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso  
Farerj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro  
Faream – Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas  
Fareba – Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia  
Farece – Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará  
Farego – Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás  
Faema – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão  
Faremng – Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais  
Farepe – Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco  
Farerj – Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro  
Faerj – Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro  
Faresp – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo  
Farp – Federação das Associações Rurais do Paraná  
Farsul – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul  
Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro  
FDSEA – Fédération Départementales des Syndicats d'Exploitants Agricoles  
FNSEA – Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles  
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade)

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
Ibmec – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias  
Idort – Instituto de Organização Racional do Trabalho  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Inda – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário  
Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
Ipeas – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul  
Maic – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio  
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MCTI – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
MEC – Ministério da Educação  
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional  
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
MNP – Movimento Nacional de Produtores  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital  
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PL – Partido Libertador  
PP – Partido Progressista  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PR – Partido Republicano  
PRM – Partido Republicano Mineiro  
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense  
PSD – Partido Social Democrático  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Saic/PE – Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco  
Saf Agri'iDées –  
Sanbra – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro  
Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura  
SRB – Sociedade Rural Brasileira  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
SSR – Serviço Social Rural  
Supra – Superintendência da Política Agrária  
UFPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UHL/PE – Usina Higienizadora de Leite  
UBE – União Brasileira de Empresários  
UDN – União Democrática Nacional  
Única – União da Indústria de Cana-de-Açúcar  
UNB – Universidade de Brasília  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>Introdução</b> .....   | 21  |
| <b>Capítulo 1: Estruturas da mobilização do patronato rural</b> .....                         | 67  |
| 1.1. Organização da representação .....   | 69  |
| 1.2. Modelos importados e ruralismo .....   | 81  |
| 1.3. CRB, o grande ideal .....  | 97  |
| 1.4. Legislações para o patronato rural e o sindicalismo brasileiro .....                     | 109 |
| <b>Capítulo 2: Atuação política da CRB no pré-1964</b> .....                                  | 125 |
| 2.1. A CRB em Marcha .....  | 127 |
| 2.2. “Tudo nos une nada nos separa” .....   | 141 |
| 2.3. Ação coletiva contra a subversão e a partilha da terras: as conferências patronais ..... | 152 |
| 2.4. A reforma agrária na perspectiva da CRB .....  | 174 |
| 2.5. ETR, o estatuto inconveniente .....  | 192 |
| 2.6. Em nome de Deus, da família e da democracia .....  | 197 |
| <b>Capítulo 3: A CNA e os governos militares</b> .....  | 206 |
| 3.1. Depois de 31 de março de 1964 .....  | 207 |
| 3.2. Diálogo com Castello Branco .....  | 210 |
| 3.3. As políticas agrária e agrícola do Estatuto da Terra .....                               | 219 |
| 3.4. A influência da CNA no Inda e Ibra .....   | 232 |
| 3.5. Demandas da CNA para a política agrícola .....   | 235 |
| 3.6. Relações da CNA mais fortes com Costa e Silva .....                                      | 254 |
| 3.7. Base sociais e dirigentes .....  | 273 |
| <b>Considerações finais</b> .....   | 281 |
| <b>Lista de fontes</b> .....  | 286 |
| <b>Referências Bibliográficas</b> .....   | 296 |
| <b>Anexos</b> .....   | 318 |

## 1. INTRODUÇÃO

“Você está estudando a elite a brasileira”, observou Delfim Netto, economista e ex-ministro dos governos militares<sup>1</sup>, após eu lhe explicar o tema da tese. Esta afirmação do ex-ministro, um dos entrevistados da pesquisa, expõe os desafios impostos pela escolha do patronato rural como objeto de investigação sociológica. A opção nesta tese foi trabalhar com este segmento da elite econômica e política cujo acesso é mais complicado, tanto a alguns atores como a documentos relacionados às atividades que desempenham. Tomo o termo da teoria das elites como tratado por Grynszpan (1999), que, a partir da antropologia, analisa a trajetória e textos de Gaetano Mosca (1923) e Vilfredo Pareto (1923), que argumentavam que, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder dirigindo a maioria. Para Grynszpan, o elitismo tem o intuito de demonstrar que qualquer sistema político, mesmo democrático, é dirigido por minorias. Outro autor que integra a genealogia da teoria das elites no âmbito euro-ocidental é Robert Michels (1982), que permite observar como a organização pode ser direcionada para os interesses de líderes ou de uma elite que fala em nome das massas ou da fração de classe que representa. Esses autores trabalham a partir da ideia da necessidade de um grupo social dominante<sup>2</sup>.

Quando observados os dados estatísticos ou qualitativos e o total de trabalhos produzidos sobre as frações da classe dominante no Brasil, percebe-se que há necessidade de mais investigações e análises sobre elas. Embora haja trabalhos pioneiros e relevantes sobre as elites e o patronato rural, as pesquisas na área da sociologia se atêm, com mais frequência, a temas que envolvem os desfavorecidos e os movimentos sociais dos trabalhadores das cidades e do campo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Em entrevista concedida à autora desta tese em 24/1/2017, no seu escritório no bairro do Pacaembu, em São Paulo. Delfim Netto foi ministro nos governos de Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1973) e João Batista Figueiredo (1979-1985). Também atuou como secretário do Planejamento, controlando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Integrou o Conselho Consultivo de Planejamento do governo Castello Branco (1964-1967), foi secretário do Planejamento, estando à frente do Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Fonte: Memórias Reveladas – <http://memoriasdaditadura.org.br>.

<sup>2</sup> Um quadro geral sobre estas questões pode ser consultado em *Élites. Le illusioni della democrazia* (2016). Cf. também o capítulo 1 – A ideia de Elite, da tese de Heinz (1996), que parte do postulado de que em cada sociedade assim como em cada grupo, classe, ou meio profissional, uma minoria controla os ganhos e as decisões mais importantes sobre todos os indivíduos.

<sup>3</sup> O que pôde ser verificado durante o levantamento bibliográfico no Catálogo de teses e dissertações da Capes – <http://catalogodeteses.capes.gov.br>.

A escolha por estudar a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)<sup>4</sup> e uma das dimensões de sua ação política significou romper com uma série de dificuldades iniciais e, inclusive, a “intimidação” provocada pelo paradoxo colocado por este trabalho: como acessar essa fração da elite brasileira e, ao mesmo tempo, manter a 'distância justa' (AVANZA, 2016) ao estabelecer uma interlocução com esses atores sociais que são e representam politicamente os dominantes? Esta e outras questões emergiram no decorrer da construção do objeto empírico de investigação<sup>5</sup> logo após minha inserção no projeto *Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*<sup>6</sup>, cujas atividades de pesquisa apontavam para a relevância do papel político da CNA naquele período, como, por exemplo, a intensa mobilização de lideranças da confederação no pré-1964 que intensificaram a realização de reuniões e conferências em contraponto a organização dos trabalhadores rurais. Estes promoveram congressos próprios para discutir suas pautas, seus interesses e reivindicar direitos, principalmente a reforma agrária.

Nas bibliotecas francesas, tive acesso aos estudos que compõem as seguintes vertentes da sociologia: das organizações patronais, das elites, da burguesia, dos dominantes, do poder, das ideias conservadoras, das ideias políticas e dos mundos agrícolas. A partir de uma discussão sobre o trabalho *Comment faire de l'ethnographie quand on n'aime pas «ses indigènes»? Une enquête au sein d'un mouvement xénophobe*<sup>7</sup>, de Avanza (2016), foi possível repensar a questão de como manter a “distância justa” dos atores com os quais trabalho, sobretudo, para que um certo denunciamento não suplantasse a análise crítica. A breve “etnografia” do cotidiano e do *habitus* institucional na CNA ajudou a deixar de lado a intimidação e avançar no processo de pesquisa. Nesse sentido, Avanza também auxiliou com a narrativa da sua experiência e o apontamento das controvérsias éticas que envolveram seu objeto empírico e sua metodologia de trabalho. Uma questão central para ela é: como amarrar este gênero de relação com

---

<sup>4</sup> Ao completar 50 anos, em 2001, agregou as palavras pecuária e Brasil, por esse setor ser considerado estratégico pelos porta-vozes da entidade e para demarcar o país de origem em fóruns internacionais (Pio Guerra, em entrevista à autora da tese, em 13/01/ 2016). A sigla CNA foi mantida no nome contemporâneo, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. Atualmente é composta por 27 federações estaduais e cerca de 2.300 sindicatos patronais que se colocam como a voz de mais de 5 milhões de agricultores e pecuaristas (Fonte: [www.cnabrasil.org.br](http://www.cnabrasil.org.br)).

<sup>5</sup> O trabalho *Méthodologie de la Thèse et du Mémoire*, de Boutillier, D'Allondans, Uzunidis e Labère (2012), ajudou a entender melhor as distinções entre um objeto de pesquisa empírico (feito com base em questionários, pesquisas estatísticas, trabalho em arquivos etc.) e um objeto teórico (baseado na abstração e na evolução do pensamento teórico).

<sup>6</sup> Coordenado pela professora Leonilde Medeiros e financiado pela Faperj. O projeto consistiu numa ampla pesquisa sobre casos de violações de direitos humanos nas regiões e municípios do estado do Rio de Janeiro e o relatório final subsidiou o trabalho da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio).

<sup>7</sup> Como fazer etnografia quando você não gosta de “seus atores”? Uma pesquisa dentro do movimento xenófobo – tradução livre.

indivíduos que representam tudo que politicamente nos revolta? Esta questão também me mobilizou e creio que a resposta adequada só toma forma a partir da experiência de cada pesquisador junto a esses atores.

O primeiro desafio deste estudo foi, portanto, buscar compreender a Confederação Nacional da Agricultura, sua configuração e *modus operandi* no período da ditadura empresarial-militar<sup>8</sup> (1964-1985). Esta agremiação patronal rural brasileira, antes de se tornar uma entidade sindical de grau superior, reconhecida pelo Decreto-lei 53.516, de 31 de janeiro de 1964, promulgado pelo presidente da República, João Goulart (1961-1964), funcionou como uma associação civil com o nome de Confederação Rural Brasileira (CRB).

Apesar da CRB ter sido concebida em 1926 pelas lideranças da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), década em que começou a funcionar, a entidade ganhou status oficial apenas em 1951, entre 26 e 28 de setembro daquele ano, após a “oficialização” de sua criação dentro da própria SNA, no Centro do Rio de Janeiro. Segundo Leal (2002), a CNA ganhou abrangência e passou a ter um maior número de associações do que as demais associações criadas antes e depois da sua fundação, entre as quais estão a Sociedade Rural Brasileira – SRB (1919), com sede em São Paulo; a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (1969), em Brasília (DF); a União Democrática Ruralistas – UDR (1985), criada em Presidente Prudente (SP), mas sediada em Brasília; e o Movimento Nacional de Produtores – MNP (1997), em Campo Grande (MS). O MNP foi criado, possivelmente de forma extraoficial, pela CNA, SRB, OCB e a Associação Brasileira de Criadores de Zebu – ABCZ (1934), com sede em Uberaba (MG)<sup>9</sup>. À constatação de Leal pode-se acrescentar a SNA.

---

<sup>8</sup> Utilizarei este termo para destacar que os empresários compuseram e ocuparam papel de destaque na ditadura. O que expõe que o regime não foi apenas militar, mas civil-militar, com predominância empresarial. Dreifuss (1981) também usa o termo para dar ênfase à atuação empresarial e classista. Para o golpe, emprego o termo civil-militar pelo fato de ter sido gestado por diversos setores da classe dominante brasileira em articulação com os militares e com apoio dos Estados Unidos. Há na historiografia recente um debate contínuo sobre a adjetivação mais apropriada para o golpe de 1964 e o regime estabelecido. Lemos (2012) atenta para o fato de que, em alguns casos, o conteúdo classista do golpe e da ditadura é diluído na categoria civil (administradores, bancários, camponeses, economistas, empresários, escritores, estudantes, jornalistas, juristas, operários, políticos, professores etc.). O apoio civil ao golpe é uma informação muito utilizada pelos militares para legitimá-los. Para Lemos, o golpe foi uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía civis e militares – contra a outra – que, igualmente, envolvia civis e militares. Noutra perspectiva, Aarão Reis (2012) tem adotado o termo civil-militar para o regime político. Ele traz o civil como se fosse um dado novo, quando não o é. O autor foi criticado por englobar no “civil” a sociedade como um bloco homogêneo e invisibilizar os setores que não podiam se manifestar livremente contra a ditadura. Esse debate foi retomado por Carlos Fico, em aulas ministradas no curso 1964: 50 anos depois, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Fico defende que o golpe foi civil-militar, enquanto o regime político foi uma ditadura militar. Ainda sobre o termo civil-militar, Melo (2012) afirma que, ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivação visa lembrar que parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político de abril de 1964 até 1985.

<sup>9</sup> Leal (2002) informa que houve também apoio extraoficial da UDR ao movimento.

A CNA “é constituída pela categoria econômica dos ramos da agricultura, da pecuária, do extrativismo rural, da pesca, da silvicultura e da agroindústria, no que se refere às atividades primárias desta ou de qualquer ramo, independente da área” (ESTATUTO – CNA, 2015, p. 1). Seus dois objetivos são coordenar, promover o desenvolvimento, a defesa e a proteção daqueles setores e representar, organizar e fortalecer os “produtores rurais brasileiros”, defender seus direitos e interesses, com o fim de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agropecuário (ESTATUTO – CNA, 2015). Ao longo dos anos, a CNA ampliou a sua presença em conselhos, comissões temáticas, grupos de trabalhos e programas oficiais. Estar nestes espaços é uma prerrogativa por ser a única representante legalmente estabelecida do patronato rural em âmbito nacional (LEAL, 2002). Nessas instâncias são debatidos problemas, propostas e sugestões para os diversos setores e produtos específicos como café, trigo, cacau, algodão, milho, arroz, soja borracha, cana-de-açúcar, tabaco, madeira, celulose, hortaliças, avicultura, suinocultura, pecuária, laticínios, piscicultura, apicultura, ovinocultura, cunicultura, entre outros. Além da discussão sobre os produtos e setores, reivindica políticas públicas para o setor e busca influenciar decisões no que se refere à política agrária e, especialmente, à política agrícola.

Leal (2002, p. 80) apresenta duas constatações sobre a CNA e uma hipótese. A primeira é que a entidade representa um contingente amplo e heterogêneo de empresas e empresários rurais, “produtores mercantis” e outros proprietários de terra. A segunda é que, embora a representação oficial seja definida por lei, apenas uma parte dos seus representados estão filiados à Confederação. E a sua hipótese: “embora classes e frações de classe distintas estejam formalmente representadas na CNA, temos por hipótese que, na questão da reforma agrária, a Confederação tenha eleito os interesses da grande *burguesia agrária*<sup>10</sup> como os seus interesses”.

É complexo entender a CNA e a relação que estabeleceu com o Estado brasileiro durante a ditadura empresarial-militar e, principalmente, as implicações deste relacionamento na política agrícola, priorizada historicamente como foco de interesse da entidade em detrimento da política agrária – em algumas situações para neutralizar esta<sup>11</sup>. Assim, foi preciso

---

<sup>10</sup> A autora a entende como uma fração da burguesia num sentido parecido com o que se usa ao falar de fracionamento do capital industrial por ramos de produção, embora a agropecuária não possa ser totalmente transformada num ramo da produção industrial. Leal fala da agricultura, extrativismo e pecuária como um ramo de aplicação do capital. Ela o apresenta com base na formulação de Cruz: “o ramo pode ser visto como um lugar de reunião de capitais que se valorizam em condições de produção semelhantes (...) e, nesse sentido, como base efetiva para a emergência de interesses comuns entre esses mesmos capitais (CRUZ, 1979, p. 17-18 *apud* Leal, 2002, p. 19). A partir desta observação sua definição de burguesia agrária diz respeito à fração da classe burguesa que detém a posse e a propriedade econômica dos meios de produção utilizados para extração de trabalho alheio não-pago em atividades agropecuárias e extrativistas. Aspectos específicos da classe burguesa ou capitalista são tratados por Marx (1998; 2014; 2017a; 2017b).

<sup>11</sup> Observação de Regina Bruno durante reuniões de orientação.

empreender uma investigação rigorosa de sua história e observar determinados processos e fatos nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. O estudo histórico permitiu compreender como a CNA se formou e se estabeleceu, a sua prática política, a presença em espaços diversificados e a relação com o Estado brasileiro. Esta última é a problemática que será tratada nesta tese. A partir dela surgiu a questão central que norteia os três capítulos deste trabalho: quais as implicações dessa relação na política agrícola e agrária brasileira? A partir dela, investigou-se como os seus porta-vozes articularam e colocaram demandas relacionadas às políticas agrícola e agrária para os governos militares. É dessa perspectiva que a CNA é observada em diferentes fases e épocas. Portanto, a pesquisa não está restrita aos anos da ditadura empresarial militar — adiante detalho os desdobramentos da questão central. Para entender melhor os processos que permitiram que a Confederação chegasse a sua configuração atual, optei por investigar também os primórdios de sua constituição para possibilitar o entendimento, com profundidade, da problemática que a envolve, da representação patronal e como se relaciona com as demais entidades patronais rurais.

Nos primeiros anos de funcionamento, a entidade apresenta um caráter civil e associativista, representativa da “classe rural”, termo usado como autorreferência por seus próprios dirigentes. Em 1955, a entidade foi transferida para a Fazendinha da Penha, local onde a SNA a estabeleceu e manteve a Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Nesta área, situada atualmente no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, há um campus da SNA com cursos de medicina veterinária, zootecnia e gestão do agronegócio.

Doze anos após a oficialização da CRB, o Decreto 53.516, de 31 de janeiro de 1964, que permitiu a sua reestruturação e reconfiguração, teve por base o Estatuto do Trabalhador Rural — Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, que previa a criação de um sindicato para os trabalhadores rurais e outro para os patrões (os empregadores rurais), sendo esta a configuração do sindicalismo brasileiro de forma geral. Nota-se que o nome do órgão sempre buscou expressar uma dimensão nacional da representação, quer dizer, o desejo dos líderes da Confederação de que a entidade tivesse uma inserção política ampla e representasse interesses patronais de todos os estados do Brasil — narrativa patronal que permanece até os dias atuais.

O interesse é entendido neste trabalho como algo particular e específico, relacionado aos grupos ou à classe social que o defende, portanto, tende a ser conflitante porque exprime as especificidades de diferentes grupos e classes sociais (CHAUI, 2006). Offerlé (2009), ao colocar o problema da consistência e das fronteiras do grupo representado, lembra que Truman (1951), fundador da teoria pluralista americana, afirma que os interesses sociais comuns existentes, são de uma maneira ou de outra, cedo ou tarde, apresentados pela representação

empresarial. Enquanto Olson (1966), crítico das primeiras teses pluralistas, por meio de uma ótica amplamente utilitarista, desfaz a lógica de “pretensos interesses comuns” — aspas de Offérle — que estariam no princípio da inevitabilidade da construção dos grupos. O autor diz que:

a desmontagem da lógica da ação coletiva incide principalmente sobre o sindicalismo dos assalariados: os indivíduos racionais têm interesse, logo tendência, em transferir o custo da ação coletiva para os outros, de modo que, salvo incentivos positivos ou negativos ao coletivo, ou agrupamento em pequenas unidades, é a falta de ação coletiva que corre o risco de prevalecer (OFFERLÉ, 2009, p. 6).

Todavia, acrescenta que Moe (1980), que analisou os grupos de interesse econômicos, alterou a visão olsoniana ao destacar que as características utilitaristas da adesão, mesmo para esses grupos, estavam longe de ser unicamente comuns. A reflexão de Offerlé (2009) põe em evidência o fato de que os interesses das empresas e de seus chefes são heterogêneos e potencialmente divergentes segundo o lugar que ocupam no mercado econômico (tamanho da empresa, tipo de produto ou de serviços, empresas exportadoras ou protegidas da concorrência internacional, importância ou não da mão de obra no custo da produção...). Noutra perspectiva, Offe e Wiesenthal (1984) afirmam que o conceito político de interesse de grupo como produto de certa “lógica da ação coletiva” — aspas dos autores — inespecífica em termos de classes, e como forma neutra que pode igualmente ser preenchida por “interesses” heterogêneos, desempenha a mesma função de obscurecimento da categoria de classe social, através da prática intelectual de equacionar o desigual. Para eles, os grupos de interesse — empresariais, trabalhistas e agrários — não estão no mesmo plano nem em um nível de paridade uns com os outros. Os autores buscam ir além do estereótipo do grupo de interesse. Para isso, põem em evidência as práticas associativas do trabalho e do capital e analisam as diferentes funções que a prática comum da associação formal desempenha em relação às duas práticas referidas. Tal opção é a que me guia para descobrir de que maneira cada uma das duas consegue alcançar o poder através da organização.

Considerando os aspectos desse debate, o objetivo central desta tese é analisar a atuação política da CNA e a relação estabelecida com o Estado, com especial atenção a conjuntura do pré-1964 e ao que se estabelece nos primeiros governos militares e na nova ordem política instaurada, a partir de 1964, para assegurar os seus interesses e os compromissos econômicos nacionais e internacionais. A organização dos interesses multinacionais e associados se deu no processo de formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação formada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática — o complexo Ipes/Ibad. A história destes dois *think thanks* expõe a forma pela qual “a elite orgânica da

burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado” (DREIFUS, 1981, p. 161-162). Conforme a literatura, a ditadura empresarial-militar fragmentou o terreno social e político em prol dos interesses da expansão capitalista no Brasil, especialmente através da modernização da agricultura (DREIFUSS, 1981; BANDEIRA, 1978). Modelo que prosseguiu nos governos neoliberais, na nova fase democrática, cujo discurso modernizador acentuava a dominação tecnocrática e autoritária iniciada no processo de “modernização conservadora” da ditadura (CHAUI, 2014).

As idiossincrasias do regime militar nos países da América Latina foram determinantes para os arranjos traçados para os países onde foi instalado na segunda metade do século XX. O Brasil inaugurou o ciclo de golpes de Estado — chamados por alguns de golpes “modernos” — e os militares brasileiros envolvidos ajudaram também seus homólogos nos golpes na Bolívia (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1966 e 1976). O regime ditatorial instaurado foi o governo militar baseado na doutrina de segurança nacional. Sua disseminação se deu sob a égide anticomunista e a luta antissubversiva proposta pelos Estados Unidos — nos anos da Guerra Fria —, que conspiraram para estabelecer ditaduras sul-americanas e lograram destituir seus respectivos oponentes (LAMBERT, 2010; SADER, 2015).

Nesse contexto, o Brasil se destaca como o único país em que o poder militar foi integrado a fundamentos institucionais e políticos que existiam antes do golpe civil-militar de 1964. Isto implicou em tornar-se um protótipo de um novo tipo de autoritarismo na América Latina (PEREIRA, 2005). Duas características fundamentais desse “novo tipo de autoritarismo” devem ser elencadas. A primeira diz respeito à manutenção do sistema de justiça. A segunda, à continuação de mandatos presidenciais formais associados a um ritual de candidatos militares com “eleições” pelo Congresso Nacional para determinar a sucessão presidencial. Este sistema perdurou até as eleições de 1989 que levaram, sob a forma de voto direto, Fernando Collor de Mello à Presidência do Brasil (KOONINGS, 2010).

Pereira (2008, 2010) assinala que o regime militar brasileiro lidou com o sistema legal e suas instituições de forma mais gradualista e conservadora do que o regime no Chile (1973-1990) e na Argentina (1976-1983), casos estudados por ele. As mudanças introduzidas no sistema judiciário foram graduais e de aperfeiçoamento. Elas preservaram elementos de continuidade em relação ao regime anterior. Para o autor, o Poder Judiciário foi um braço

auxiliar da repressão ao aplicar a Lei de Segurança Nacional<sup>12</sup>. Por isto, houve o que ele denominou de uma *judicialização da repressão* – forma com a qual o regime militar brasileiro lidou com o sistema legal e suas instituições. Os procedimentos legais, para justificar e fazer avançar a perseguição contra os “inimigos do Estado”, “normalizaram” a repressão. Eles eram muito distintos no Brasil, Argentina e Chile. Em resumo, como constatou Pereira (2008, 2010), o regime militar brasileiro tendeu a adaptar as instituições existentes para o seu governo.

Para Koonings (2010), a natureza específica do regime significava que os militares necessitavam de estratégias políticas sofisticadas para consolidá-lo. Ele avalia que os militares latino-americanos profissionalizados — denominados “exércitos políticos” — configuram uma entidade corporativa forte, relativamente isolada da sociedade civil e da cultura cívica, contando com formas próprias e específicas de organização, hierarquia, socialização e lealdades, não sendo sensíveis a valores como consenso, igualdade e democracia.

Ao olhar esse momento histórico a partir da atuação política da CNA, considero o sentido de classe da ditadura. Durante a investigação foi possível constatar que a trajetória da CNA possui três fases marcantes que possibilitam esse tipo de análise. A primeira envolve a criação da CRB. A segunda, a sua transformação em sindicato. A última, que não será analisada neste trabalho, está relacionada à notoriedade representativa e ao peso político que a agremiação ganhou a partir dos anos 1990 para o agronegócio brasileiro<sup>13</sup>. De modo especial, o segundo momento, delimitado pelo início e término da ditadura empresarial-militar no Brasil<sup>14</sup>, torna-se um período fundamental. Nesse tempo é possível aprofundar o estudo sobre a relação desta entidade com o Estado. Sobretudo, no primeiro decênio, quando políticas públicas específicas para fortalecer a “modernização da agricultura” contemplaram interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, além de outras frações da classe dominante,

---

<sup>12</sup> Foi promulgada em 4 de abril de 1935 e definia crimes contra a ordem política e social. Além de aperfeiçoada ao longo do governo de Getúlio Vargas, tornando-se mais severa e detalhada, foi mantida nas constituições brasileiras que se sucederam. Durante o regime militar ganhou novo vigor com a doutrina de segurança nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra nos anos 1950. Federico Costa (2008), na tese de doutorado, *Segurança Nacional: entre o passado e o futuro*, apresenta a origem histórica da doutrina, seu desenvolvimento nos Estados Unidos e sua transmissão e aplicação no Brasil

<sup>13</sup> A CNA reelaborou suas estratégias de atuação frente no contexto da crise econômica no final da ditadura e de abertura política no país. Um processo de profissionalização de organização na CNA e fortalecimento de lideranças é fomentado nos anos 1990 e 2000, conforme relata Pio Guerra (em entrevista à autora da tese, em 13/01/ 2016). Elementos sobre a renovação das lideranças no movimento patronal rural são assinalados por Bruno, Carneiro e Sevá (2008), que destaca a constituição de novas entidades juntamente com o robustecimento do agronegócio no Brasil e de sua representação política.

<sup>14</sup> O período 1964-1985 é usualmente circunscrito pelos historiadores na literatura sobre a ditadura brasileira. A historiadora Virginia Fontes, entretanto, observa que o aparato ditatorial, nas diversas instituições do país, permaneceu até 1988 e há ainda resquícios de muitas práticas no Brasil contemporâneo. Fontes apontou este fato no momento da qualificação do projeto desta tese no CPDA/UFRRJ, em 7 outubro de 2015, quando participou como membro da banca avaliadora.

compostas por empresários da indústria, empreiteiras<sup>15</sup>, mineradoras, farmacêutica, bancos, turismo, entre outros que foram ativos na articulação do golpe e no apoio constante ao regime instaurado a partir de 1964.

Outro objetivo da tese é identificar as formas de ação coletiva da CNA. O que ajuda a compreender as dinâmicas da mobilização de um segmento empresarial da classe dominante no Brasil e a demarcar sua contestação na esfera dos movimentos sociais conservadores<sup>16</sup>. Offe e Wiesenhal (1984) investigaram a lógica da ação coletiva e analisaram o que a prática da associação formal (o sindicalismo, por exemplo) desempenha em relação ao trabalho (relações de trabalho) e ao capital. Eles nos fazem ver que isto vai além de observar o próprio processo de organização. Sobre o que é organizado pelos sindicatos dizem ser preciso ter em mente que:

os sindicatos são associações de membros que, *antes* de se tornarem integrantes de um sindicato, já fazem parte de outras organizações, a saber, empregados de empresas capitalistas. Portanto, os sindicatos são organizadores “secundários” enquanto que o próprio capital funciona como organizador primário (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p. 63).

Ao comparar a organização em associações dos trabalhadores e patrões, Offe e Wiesenhal (1984) observam que a formação de sindicatos e de outras modalidades de associações de operários não é somente teórica. Ela configura também historicamente uma resposta à “associação” que já se consumou, por parte do capital, principalmente na forma de fusão de numerosas unidades de *trabalho morto* sob o comando de um empregador capitalista. Portanto, segundo eles, “o capital tem sob seu comando três diferentes formas de ação coletiva para definir e defender os seus interesses, ou seja, a própria firma, a cooperação informal e a associação dos empregadores ou de empresas, enquanto o trabalho só tem uma” (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p. 66).

A análise da articulação dos empresários rurais através da CNA, o objeto desta tese, está situada na vertente dos estudos sobre os distintos atores da classe dominante brasileira<sup>17</sup>. As formas pelas quais os ricos contestam e se mobilizam em defesa dos seus interesses expõem,

---

<sup>15</sup> Sobre a atuação das empreiteiras, mineradoras e a indústria farmacêutica durante o regime ditatorial brasileiro há os trabalhos de Pedro Campos (2012), Ana Carolina R. Moraes (2019) e Elaine Bortone (2018), respectivamente.

<sup>16</sup> Estou considerando dominante aqueles que, no sentido marxista, são proprietários e integram o campo econômico e político, e, conseqüentemente acumulam capital econômico, social e cultural, conforme o sentido destes termos em Bourdieu.

<sup>17</sup> Entre eles estão os de René Armand Dreifuss, Regina Bruno, Sônia Mendonça, Sergio Gomez, Flavio Heinz, Ronaldo Baltar, Edemar Buzanello, Carolina Ramos, Giuliana Leal. Alguns destes trabalhos serão melhor apresentados adiante.

conforme mostram os estudos Offe e Wiesenthal (1984) e os da sociologia da dominação<sup>18</sup> e da sociologia da burguesia (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2003), o trabalho incessante da classe dominante pela legitimação e restabelecimento de hierarquias sociais no processo de acumulação de riquezas e poder.

As diferenças de poder, afirmam Offe e Wiesenthal, conduzem a diferenças no tipo da ação coletiva. Para eles, o poder superior também significa habilidade superior para defender e reproduzir o poder – a posse de diversos recursos e meios para defender os próprios interesses. Além disso, os poderosos são menos numerosos e teriam, na visão de ambos, menos cisões, ou seja, é menos frequente que se oponham uns aos outros, teriam uma visão mais clara do que querem defender e possuem mais recursos para agir concertadamente. Isto faz com que tenham mais êxito em recriar a situação inicial. Outro aspecto discutido é o fato de os mais poderosos terem como “suficientemente promissora a forma individualista e puramente instrumental da ação coletiva, para a preservação de sua posição de poder impede-os de superar seu modo de ação coletiva, basicamente utilitário” (OFFE; WEISENTHAL, 1984, p. 71). Enquanto as associações operárias em sistemas capitalistas sempre se veem forçadas a confiar nas formas não-utilitárias de ação coletiva, que estão baseadas na redefinição de identidades coletivas. As lógicas de ação coletiva de cada grupo, empresários e trabalhadores, são distintas. Outra diferença entre o sindicato dos trabalhadores e o dos empresários é que os primeiros para defenderem seu poder são forçados a manter um equilíbrio precário entre a mobilização dos recursos e a mobilização das atividades, entre tamanho e identidade coletiva, e entre burocracia (que lhes permite acumular poder) e democracia interna (que lhes permite exercer poder). Os segundos não têm esse problema porque não dependem da democracia interna, da identidade coletiva, ou da disposição de comprometer-se em ação solidária, pois já estão em uma posição estrutural de poder que torna complicações como estas evitáveis (OFFE; WIESENTHAL, 1984). Junto a isto sua legitimação e restabelecimento de hierarquias é reforçado no contexto de institucionalização do capitalismo, pois, como argumentam os autores referidos, não há nenhuma necessidade funcional, para os capitalistas, de que eles mesmos esclareçam que tipo de sociedade e de instituições sociais desejam manter.

---

<sup>18</sup> Weber afirma que a “dominação” joga um papel decisivo nas configurações sociais do passado e do presente que são economicamente as mais significativas: o senhor de terra, de um lado, a grande empresa capitalista, de outro. Para ele, a dominação é um caso particular do poder. “A 'dominação' no seu conceito mais geral, antes de se relacionar a um conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes do agir comunitário. (...) Todos os domínios do agir comunitário sem exceção atestam a influência extremamente profunda que exercem as configurações de dominação” (WEBER, 2014, p. 43).

Pinçon e Pinçon-Charlot (2003, 2007) asseveram que os grupos dominantes são obrigados a reassurar constantemente sua posição social, constituindo, assim, uma 'classe mobilizada', mas com formas e recursos diferentes daqueles usados pelos grupos dominados porque contam com recursos econômicos, prestígio e poder. Além disso, estão integrados ao sistema político através de porta-vozes para representar seus interesses nos mais altos níveis, como evidencia a investigação empírica nos casos de líderes e porta-vozes da CNA. Vale lembrar ainda que podem ocupar o espaço público e confrontar o Estado sem passar pela mesma interdição e repressão das forças policiais que enfrentam os dominados quando ocupam o espaço público (AGRIKOLIANSKI; COLLOVALD, 2014).

Ao escolher a CNA, o interesse é, primeiramente, dar visibilidade às suas ações e mobilizações políticas. Tanto aquelas que ocorreram por meio das manifestações públicas, para chamar atenção da opinião pública e dos dirigentes do país, como, especialmente, as que se deram nas “zonas de sombras”, ou seja, nos bastidores institucionais onde estabelecem uma sociabilidade mais íntima. Esta relação entre sociedade civil e Estado, às vezes burocrática, às vezes informal, permite que interesses privados sejam formulados e apresentados como públicos, isto é, “bons” para toda sociedade. É sobre esta problemática<sup>19</sup> que me deterei. A partir dela, busco responder, procurando entender a CNA, a questão central enunciada anteriormente. Numa perspectiva mais ampla, procuro descobrir como seus porta-vozes alcançam o poder e se relacionam com ele na esfera do Estado brasileiro.

A questão central estrutura os três capítulos deste trabalho. Então, a reflexão apresentada em cada um foi motivada por indagações derivadas da problemática e da questão central: 1) Como o *capital social*<sup>20</sup> do patronato rural é potencializado através da organização formal? 2) Em quais condições as demandas da CNA foram ignoradas ou atendidas integralmente pelos governos até 1964? 3) Como a argumentação de modernizar a agricultura durante a ditadura empresarial-militar institucionalizou interesses de setores do patronato rural para a política agrária e agrícola? Estas perguntas dão organicidade aos três níveis de análise sobre as relações

---

<sup>19</sup> Após a seleção do corpus documental sobre a CNA, a leitura da obra de Beart (2006), *L'art de la thèse*, ajudou a tirar dúvidas sobre sua elaboração e desdobramentos.

<sup>20</sup> Conceito de Bourdieu (1980) que se refere ao conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento, ou, em outros termos, o pertencimento a um grupo, como o conjunto de agentes que não são somente dotados de características comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas são também unidos por ligações permanentes e úteis. Estas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou mesmo no espaço econômico e social porque elas são fundadas sobre as trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento desta proximidade. O volume do capital social que possui um agente individual depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) próprio possuído por cada um daqueles a quem está ligado.

entre sociedade civil<sup>21</sup> e sociedade política (GRAMSCI, 2007) — uma entidade patronal e o Estado autoritário — e a ação política dos dominantes como uma classe que se constitui na relação com outros agentes<sup>22</sup>, seja pela identidade comum ou pela oposição e conflitos. Além disso, buscam identificar, no âmbito da CNA, os atores aos quais se dirige e com quem, de fato, dialoga, e quais grupos e ramos da agricultura tinham mais força política internamente.

A análise, a partir destes questionamentos, exigiu mais do que observar o próprio processo de organização da Confederação. Para Offe e Wiesenhal (1984, p. 62), aos quais recorri para pensar a organização patronal e a ação coletiva dos dominantes, é necessário “considerar as características específicas daquilo que, em termos de análise organizacional, pode ser chamado de fatores de *input* (isto é, o que precisa ser organizado) e a natureza dos *outputs*, ou seja, as condições de sucesso estratégico que precisam ser encontradas nos meios-ambientes das organizações”. Tais fatores são vistos como determinantes principais das estruturas e das práticas que constituem o processo interno dos dois tipos de organização. Com base em ambos, os porta-vozes da CNA podem ser observados não apenas como membros da CNA, mas também como os que, estrategicamente, participam de outras organizações patronais e ocupam cargos na administração pública, como os de ministros, senadores, deputados, prefeitos ou diretores em órgãos importantes para o setor econômico no qual atuam. Ulteriormente falaremos mais desta presença em múltiplos espaços que fortalece a supremacia do patronato rural no conflito de classes. Assim, um sindicato patronal como a CNA está situado no campo político como um organizador “secundário”. Como visto anteriormente, Offe e Wiesenhal (1984) apontam que o próprio capital funciona como organizador “primário”.

A formação de sindicatos e de outras modalidades de associações de operários não é somente teórica, mas também historicamente uma resposta à ‘associação’ que já se consumou, por parte do capital, especialmente na forma da fusão de numerosas unidades de trabalho ‘morto’ sob o comando de um empregador capitalista. Em todos os países capitalistas, a sequência lógica é a seguinte: o primeiro passo é a ‘liquidação’ dos instrumentos de produção de pequenos produtores de mercadorias e a fusão destes em empresas industriais capitalistas; o segundo passo é a associação defensiva dos trabalhadores; e o terceiro consiste em esforços de associação feitos agora por parte das empresas capitalistas que, adicionalmente à continuada fusão de capital, entram em organizações formais, a fim de promover alguns dos seus interesses coletivos (OFFE; WEISENTHAL, 1984, p. 65).

---

<sup>21</sup> Relação de força e relação de classe que não restringe o Estado ao conjunto de agências que atuam na administração pública, mas considera nele os aparelhos privados de hegemonia, como as associações da sociedade civil. Esta noção é adotada ao longo da tese.

<sup>22</sup> Pensando a partir de Thompson (1966) que concebe classe como uma relação.

O argumento principal do seu ensaio é de que as diferenças na posição de um grupo na estrutura de classes (consideramos aqui somente as classes trabalhadoras e a capitalista) não somente conduzem a diferenças no poder que as organizações podem adquirir, mas também a diferenças nas práticas associativas, ou lógicas da ação coletiva, através das quais as organizações do capital (associações e sindicatos dos patrões) e do trabalho (as dos trabalhadores) tentam melhorar sua posição respectiva uma em relação à outra.

### **Qual é o patronato em questão?**

O patronato reunido na CNA compõe a elite dominante brasileira. Seus porta-vozes são empresários rurais, que atuam em diversos setores produtivos da agropecuária. Segundo o Dicionário Houaiss (2009), o empresário é aquele que é dono ou dirigente de uma empresa (organização), ou que opera no agenciamento de negócios; é o que assume a responsabilidade de uma empresa. Como neste estudo é agregado o adjetivo *rural*, o substantivo *empresário* significa que se trata de um proprietário de terras e/ou arrendatário. Os empresários rurais em questão são fazendeiros, isto é, aqueles que cultivam a própria fazenda (propriedade rural) ou a de outra pessoa; que é proprietário de mais de uma fazenda (HOUAISS, 2009). Eles são grandes fazendeiros, também denominados “latifundiários” na vasta literatura produzida sobre a questão agrária no Brasil. Na maior parte dos casos, eles são, simultaneamente, empresários, fazendeiros e políticos. Na literatura acadêmica são identificados como patronato agroindustrial, grandes proprietários/agroempresários, burguesia agrária, elite agrária e patronato rural. Estes termos não são definidos com precisão nos poucos trabalhos que localizamos sobre a CNA no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante a pesquisa e, em alguns casos, se substituem como sinônimos.

Preferi, entretanto, utilizar o termo patronato por ser o mais apropriado para classificar este ator social — seja empresário e fazendeiro e/ou usineiros — tanto no universo de suas atividades agrícolas e agroindustriais, onde monopoliza os meios de produção, como no de suas entidades de representação, onde defendem seus interesses por meio de uma ação política organizada. Cabe, então, esclarecer esta escolha expondo brevemente a etiologia do termo.

Patronato (substantivo, classifica os que têm direito ou poder de patrão e a classe dos patrões ou dos proprietários das empresas) e patronal (adjetivo, refere-se a um grupo formado por patrões – sindicato) são dois derivados de patrão, palavra que aparece no português no século XIV e vem do latim *patrōnus*, 'patrono, protetor dos plebeus'. No Dicionário Houaiss

(2009), patrão diz do proprietário ou chefe de um estabelecimento privado comercial, industrial, agrícola ou de serviços, em relação a seus subordinados; patrão é um empregador. É também o dono de seringal, chefe de repartição pública, dono da casa — tomado em relação aos criados<sup>23</sup>; senhor, amo; aquele que protege, padroeiro, patrono; chefe da guarnição de embarcação pequena a remos ou a motor; e, informalmente, como interlocutório pessoal: “tudo bem, meu patrão?” Seus dois derivados — *patronātus* 'patronado, condição de patrono', e *patronālis*, e 'que é devido ao patrono' —, entretanto, são empregados no português só no século XIX, embora seu primeiro registro conhecido ou estimado seja de 1392. Os significantes patrão e patronato mantêm uma relação com a história social, ideológica e institucional dos patrões, como lembra Kolboom<sup>24</sup> (1984) e, pensados a partir da relação dominantes-dominados, carregam a oposição capital x trabalho. Na França, por exemplo, não havia uma alternativa à palavra patronato no que concerne o conjunto da categoria profissional dos patrões<sup>25</sup>. Além disso, patronato não representa somente o grupo social, pode representar também uma instituição particular, um sindicato ou associação.

Uso o termo patronato apesar de reconhecer as limitações do termo, conforme a variação de suas acepções no tempo. Como assinala Offerlé (2009), a história do termo é longa e nos remete ao Antigo Regime<sup>26</sup>. Nesse período, estava ligado à ideia moral e religiosa de “*patronage*”, de proteção. Anteriormente, no universo das corporações de ofício, falava-se mais em “mestres”. Depois, o termo “patrão”, antes religioso, vai assumir um sentido jurídico e político no meio do século XIX. A partir do momento em que o termo “patrão” designa os chefes de empresa, o termo “patronato” toma, então, um duplo significado: factual, para designar um conjunto de patrões; mas também político, para designar um tipo de encarnação do capitalismo. “Este termo ‘patrão’ vai ser incluído, nos séculos sucessivos, nas siglas das organizações patronais, no sentido de representação patronal” (OFFERLÉ, 2009, p. 73-74). É

---

<sup>23</sup> Como o burguês do século XVIII, considerando a relação hierárquica com sua esposa, filhos e empregados domésticos.

<sup>24</sup> Cf. Patron et patronat – Histoire sociale du concept de patronat en France au 19<sup>e</sup> et 20<sup>e</sup> siècle.

<sup>25</sup> Na linguagem econômica foi introduzido patrão, um vocabulário pré-industrial. No momento em que o movimento operário tomou forma, os industriais camuflaram seu discurso sob os termos pré-industriais. Na França é a explosão do Fronte Popular de 1936 – coalização de partidos de esquerda que governa o país de maio de 1936 a abril de 1938 – que faz surgir um movimento de greves e ocupações de fábricas e torna decisivo a utilização dos termos patrão e patronato. Este movimento massivo de reivindicações, único até maio de 1968, transforma profundamente a sociedade dos chefes de empresas e seus hábitos associativos. A partir daí os chefes, que antes se identificavam por suas categorias profissionais, passam a se autodenominar pelos dois termos (patrão e patronato), que expressam verdadeiras ligações terminológicas e ideológicas, assegurando a unidade e a solidariedade patronais.

<sup>26</sup> Conotação negativa que se refere ao período de monarquia absolutista na França e em outros países da Europa. A crise do l’Ancien Régime não foi puramente um fenômeno francês (HOBSBAWM, 2008). O regime foi derrubado pela Revolução Francesa de 1879.

neste sentido que o utilizarei porque parece mais útil para o caso dos porta-vozes da CNA e de sua instituição de representação.

Adotar esta classificação ajuda a delimitar melhor a posição econômica e social dos porta-vozes da Confederação. E, no caso do Brasil, é mais significativo em relação a outras formas comuns como “burguesia agrária” e “aristocracia rural”, porque, como argumenta Fernandes (2005), o senhor de engenho não pode ser associado ao burguês, nem a aristocracia agrária à burguesia. O senhor de engenho (e de escravos) “estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária, mas este processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu” (FERNANDES, 2005, p. 32). Ele, portanto, ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno. Com isto, o intuito é também delimitar que o patronato rural é formado por grupos heterogêneos. Categorizá-los é o modo que nos permite isolar o segmento de classe que nos interessa para estudo, sem esquecermos que cada um possui sua singularidade.

Há características que ultrapassam o que o termo tenta sistematizar como, por exemplo, o limiar de sua riqueza material e simbólica. A grande riqueza é extremamente dispersa, como asseveram Pinçon e Pinçon-Charlot (2011). Para integrar o ciclo dos ricos é preciso riqueza material, mas esta não é suficiente, porque a riqueza não material (capital cultural, social, simbólico) também desempenha um papel muito importante. Os autores afirmam que a riqueza tem sempre a necessidade de ser legitimada pela cultura e pelas relações sociais (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2011).

Ao observar os grupos que compõem o patronato rural, fica nítido que há desníveis na concentração do capital social, econômico (patrimônio material e financeiro), cultural (componentes incorporados a partir da socialização e herança familiar, da educação escolar; a erudição e a capacidade de linguagem e comunicação) e simbólico (o volume de conhecimento, reconhecimento e legitimidade acumulados) [BOURDIEU, 1979, 1980, 1997, 1994, 2008]. Estes capitais são essenciais para integrar as redes sociais dos dominantes e para a própria legitimação da classe. Em outras palavras, é possível dizer que são estruturantes do poder que eles concentram e exercem.

A presença do patronato rural da CNA em diversos espaços de representação e nas instâncias do próprio Estado expõe uma das estratégias mantenedoras de poder: a multirepresentação. Neste trabalho, ela é concebida como uma característica e estratégia desse grupo, ou seja, a “voz mais eficaz”. A multirepresentação permite o privilégio da *multipositionnalité des dominants* — multiposicionalidade dos dominantes (AGRIKOLIANSKY;

COLLAVALD, 2014, p. 22), que não somente permite a mobilidade aos dominantes — facilidade de ocupar posições diversas e lhes oferece um repertório de jogo muito aberto, mas também embaralha as posições e os lugares de decisão. Isto pode tornar as pistas de investigação incertas e fazer pensar que existem centros nevrálgicos onde se dão as conexões, as trocas e as transações explícitas e envolve uma busca sem fim de um “verdadeiro” lugar do poder com uma recompensa pelos lugares secretos (os clubes, os círculos, as associações que reúnem os grandes líderes desse mundo). Uma pergunta interessante posta por Agrikoliansky e Collavald (2014) é: como e sob quais condições os grupos dominantes podem compartilhar crenças, ideias e interesses? Questão que tende a ser esquecida. Afinal, o que os une apesar das diferenças? Eles sublinham, seguindo Weber (2014), que um dos modos de ação centrais das mobilizações conservadoras consiste em fazer aceitar um arsenal de ideias, de argumentos, de categorias de pensamento. Esta aptidão retórica e linguística faz com que os interesses privados apareçam como uma causa universal ou interesse geral (AGRIKOLIANSKY; COLLAVALD, 2014) da sociedade.

No Brasil, até a metade dos anos 1920, a defesa dos interesses do patronato rural passava, prioritariamente, pela Sociedade Nacional de Agricultura, que reunia a elite agrária e política do país. Depois desse período, a Sociedade Rural Brasileira, representante das elites agrárias cafeicultoras, assumiu o protagonismo na representação<sup>27</sup>. Segundo Buzanello (1991), apesar do caráter mais corporativo e regional, a SRB teve atuação e importância política representativa em dois momentos: de 1919 (quando foi fundada) a 1945 e de 1946 a 1964. Esta agremiação tinha a hegemonia política da representação dos segmentos mais dinâmicos e combativos do patronato rural nesses períodos. Buzanello afirma que sua capacidade organizativa e de articulação política de interesses, tanto no interior das elites agrárias como sobre as elites políticas do país, se deu entre o final dos anos 1950 e o pré-1964.

O terceiro espaço de representação com destaque nacional é a CNA, que adquiriu a maior base social, presença e tradição na representação política do patronato rural. Seu caráter era mais pluralista que as outras duas associações por congregar os interesses dos proprietários rurais reunidos em sindicatos e federações patronais e com uma atuação política que buscava abranger todo o território nacional. Buzanello (1991), Ramos (2011) e Leal (2002) reiteram que a CNA se adaptou perfeitamente ao regime militar porque as políticas desse tempo a favoreceu.

---

<sup>27</sup> Além de ter sua revista corporativa, *A Rural*, como veículo de difusão de seus interesses, o jornal *O Estado de São Paulo*, já com grande destaque desde os anos 1920 no Brasil, era porta-voz dos interesses e ideias da SRB. Júlio César Ferreira de Mesquita Filho (1892-1969), que fazia parte da SRB, era presidente do jornal do qual seu pai, Júlio César Ferreira de Mesquita (1862-1927), era proprietário.

A Confederação, afirma Buzanello, adotou práticas bem assistencialistas, corporativas, burocráticas e alinhadas e de apoio aos projetos do Estado para a “modernização da agricultura”. Com o fim do regime militar e a implantação da Nova República, a CNA viveu profunda crise de representação política “que é suplantada por suas próprias bases com a formação de uma nova entidade, a União Democrática Ruralista (UDR) — mais representativa, dinâmica e com práticas políticas mais coerentes e adaptadas ao novo momento político que vive o país” (BUZANELLO, p. 120).

O patronato rural e suas lideranças, através dessas entidades, tanto antes como após o golpe de 1964, adotaram diferentes práticas políticas e ocuparam posições em diferentes associações, em comissões e no próprio aparato do Estado. As organizações patronais que surgiram ao longo do século XX como o trio SNA, SRB e CNA<sup>28</sup>, as organizações por produto e as cooperativas, reunidas na OCB, dirigiram e articularam a ação política do patronato rural em diferentes contextos políticos. Os espaços de multirepresentação foram ampliados depois dos anos 1970 porque a CNA já não cumpria mais o seu papel. Esta era a posição de segmentos de suas bases.

Para se ter uma ideia de como se dava a multiposicionalidade e a multirepresentação exercida pelas lideranças da CNA, destaco o exemplo do pecuarista Íris Meinberg, um dos presidentes com longa gestão na Confederação. Ele ocupou o cargo de deputado federal por São Paulo; foi membro do Conselho Federal do Comércio Exterior e do Conselho de Expansão Econômica de São Paulo; presidiu a União das Associações Agropecuárias do Brasil Central; integrou o Conselho Consultivo da SNA e da SRB, da Associação dos Pecuaristas do Vale do Rio Grande e das associações agropecuárias de Araraquara, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, todas no estado de São Paulo. Além disso, foi um dos fundadores das Federações das Associações Rurais do Estado de São Paulo, antiga Faresp, atual Faesp. Parte destes cargos eram exercidos simultaneamente. O mesmo se repetia com outras lideranças da Confederação.

Ao longo de suas pesquisas, Bruno (2008, 2009, 2010, 2012) assinala a representação direta e a multirepresentação como traço da ação política do patronato rural. A multirepresentação, conforme Bruno e Sevá (2010), além de ser constitutiva da ação coletiva patronal rural e agroindustrial, não expressa necessariamente uma fragmentação de interesses e propósitos. Ao contrário, contribui para neutralizar tensões entre setores patronais e facilita a superação da fronteira entre o rural e o urbano. O termo multirepresentação, portanto, sintetiza

---

<sup>28</sup> As três se constituíram como interlocutoras do aparato do Estado. Buzanello (1991) identifica como elemento comum, enquanto organizações de representação do patronato rural, o caráter oficialista de vinculação e dependência do Estado.

a diversidade da representação e dos interesses intraclasse, tanto os convergentes como os conflitantes, e constitui uma das peculiaridades do patronato rural: a participação em vários espaços e as conexões com várias associações patronais e movimentos sociais conservadores.

Bruno, Sevá e Carvalho (2008) partem da hipótese que houve um processo de renovação da representação patronal no Brasil expresso pela ampliação e diversificação dos espaços formais de representação e pela construção de uma nova linguagem de legitimação e prática política. Tal processo foi desencadeado na década de 1970 pela crise na representação, quando também emergem as crises do petróleo, do próprio regime militar, da agricultura e do endividamento do setor agrícola.

Bruno (2007) constatou que o termo também aparece nos discursos dos porta-vozes das entidades patronais rurais para fazer referência a um determinado momento organizativo de uma entidade ou a uma conjuntura política de instâncias do Estado. No campo da representação patronal rural, a autora observa que as transformações estabelecidas, a partir do processo de modernização da agricultura e da própria política centralizadora dos governos militares, afetaram as estruturas legais sindicais e a representação patronal rural e esvaziaram os tradicionais espaços de pressão do patronato. Nessa conjuntura de crises, despontaram as associações por produto e multiproduto que se transformaram em “fonte de identidade e expressão de poder, com capacidade para orientar o conjunto dos empresários agroindustriais a determinados modelos de comportamento e difusão de uma linguagem comum” (BRUNO, 2007, p.40).

Quanto à nova linguagem, foi possível constatar que certos termos ganharam mais ênfase em detrimento de outros. Houve ressignificação de palavras, uma apropriação de argumentos de outros grupos sociais e uma busca de unidade em torno de outras categorias como “produtor rural”. Este termo é usado nos anos 1950, mas, ressignificado recentemente, ganhou o sentido de empreendedor e evoca uma percepção positiva sobre os patrões. Bruno, Carneiro e Sevá (2008) observam que o universo discursivo do “produtor rural” remete a temas como produção, comercialização, rentabilidade, safras etc. Isso remete à formação de um imaginário que se estabelece a partir do final dos anos 1960. Por um lado, dizem, é um discurso ressignificado — “produtor rural é aquele que aprendeu a produzir com eficiência; aprendeu a produzir com a tecnologia” (BRUNO, CARNEIRO; SEVÁ, 2008, p. 16). Essa ressignificação trabalha também outro imaginário que é o da eficiência, da produtividade e da sustentabilidade pelo uso da tecnologia, como veremos adiante na fala de um dos porta-vozes da CNA, Rodolfo

Tavares<sup>29</sup>. Contudo, lembram os autores, permanecem alguns atributos mais tradicionais como o de 'não saber fazer nada além de produzir', de ser 'um acomodado', 'um reizinho'.

As entidades patronais rurais, a partir da década de 1990, difundem a imagem do produtor rural empreendedor<sup>30</sup>. Há uma busca de mantê-lo longe das imagens negativas do tradicional senhor de engenho, do fazendeiro e do coronel do passado. A utilização do termo almeja construir outra imagem, a de um “novo homem do campo”, isto é, o empresário rural contemporâneo. Esse é o produtor da CNA, que emerge nas falas de seus porta-vozes durante conversas informais e nas entrevistas que realizei. A construção desse personagem pela CNA tem seu histórico nos primeiros anos da CRB, quando realizava campanhas pela modernização da agricultura e tentava convencer a todos que trabalham no campo a adotar métodos modernos de produção, com o uso de pesticidas e herbicidas<sup>31</sup>, tratores, máquinas colheitadeiras de grãos etc.

Os líderes da CRB e CNA, entre as décadas de 1950 e 1980, denominavam os grupos que representavam e a si mesmos com termos como: *produtores rurais*, *produtores da lavoura*, *classe rural*, *família rural*, *ruralista* ou *ruralistas*, *classes conservadoras e produtoras*, *homem do campo*, *homem do interior* — estes dois últimos são usados quando se dirigem aos médios e pequenos produtores<sup>32</sup>. Coletei estes termos de edições da publicação oficial da CRB e CNA, a revista *Gleba*, entre 1955 e 1973, e na grande imprensa até o final dos anos 1980. A apresentação mais detalhada da *Gleba* está adiante, em metodologia.

Mas, a partir dos anos 1960, busca-se se estabelecer a imagem do produtor rural: aquele com mais condições e capacidades para gerir a empresa rural, cuja definição está no Estatuto

---

<sup>29</sup> É pecuarista e presidente da presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio de Janeiro (Faerj), onde ingressou em meados de 1976. Ocupa este cargo há mais de 20 anos. Foi eleito para o oitavo mandato no período 2018-2021.

<sup>30</sup> O empreendedor é a “nova” figura na economia brasileira nos anos 1990, período em que há na uma ampliação do debate sobre empreendedorismo na academia e o crescimento da literatura gerencialista no Brasil (ZEN; FRACASSO, 2008). O Canal Rural faz sua comunicação corporativa para esse público em blogs como Chicago Online, Agroinspiradoras – onde escrevem quatro empresárias do agronegócio, ligadas à pecuária, à SRB, ao sindicalismo rural e ao setor equipamentos –, Agrosuperação, Agrótikos – Histórias do Grego, Dinheiro sem crise, Marcas e máquinas, Scot Consultoria, entre outros. Recentemente, tornou-se um site parceiro do UOL Economia. Fonte: [www.canalrural.com.br](http://www.canalrural.com.br).

<sup>31</sup> As empresas que os comercializam preferem usar o termo “defensivos agrícolas”, pois, em sua visão, esses produtos são aplicados com o objetivo de proteger a produção agrícola. A Anvisa usa a palavra “agrotóxicos” porque traduz melhor os riscos potenciais do produto e alerta os trabalhadores e a sociedade. Agrotóxico, portanto, é o termo legal e foi definido pela Lei 7802/89 – A Lei dos Agrotóxicos. Fonte: Anvisa – <http://portal.anvisa.gov.br>.

<sup>32</sup> O termo mais usado nos grandes jornais nos anos 1980 é “produtor rural” para se referir ao patronato rural. Entre 1980 e 1989 é o termo que, na esfera patronal e pública, ganha mais destaque em relação aos demais. Ele tem o maior número de ocorrências em 10 jornais: *Correio Braziliense* – DF (2.217 ocorrências), *Jornal do Brasil* – RJ (1.232), *Correio de Notícias* – PR (1.019), *Jornal do Commercio* – RJ (999), *Diário de Pernambuco* – PE (805), *O Fluminense* – RJ (574), *Diário de Natal* – RN (567), *O Pioneiro* – RS (524), *Diário do Pará* (517), *Jornal do Commercio* – AM (425).

da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964). E, embora persista a defesa da livre iniciativa e a propriedade como direito, a concentração fundiária, a resistência à reforma agrária e a desqualificação dos trabalhadores rurais, a nova retórica patronal dá ênfase à competitividade, à rentabilidade e ao compromisso social (BRUNO, 2007). Este se configura na valorização e mudança da imagem do “produtor rural”, na defesa da intocabilidade do regime de propriedade existente pela CNA, SRB, OCB e UDR, e em colocar as associações patronais como agentes de “paz social”. Nos anos 1990, o compromisso social passa a ser relacionado também à responsabilidade ambiental e às noções de sustentabilidade e preservação ambiental (SEVÁ, 2008). A modernização social e econômica do patronato rural, como conclui Sevá (2008), faz com que o patronato rural se aproprie de argumentos políticos, científicos e jurídicos, e, inclusive, os utilizados por grupos adversários. A visão sobre sustentabilidade apresentada por uma das lideranças entrevistadas no Rio de Janeiro a associa a uma intensa utilização de tecnologia:

... eu comungo, por exemplo, com o presidente da Nestlé. Acho que a maior preocupação de hoje, não é nem a mudança climática, é o problema da limitação desse recurso que é fundamental para a humanidade, a água. E que, nitidamente, está chegando a limites de possibilidades. É preciso que a tecnologia permita uma utilização cada vez mais eficiente desse recurso (Rodolfo Tavares, presidente da Faerj - Entrevista à Elisandra Galvão na sede da Federação, em 30/7/2014).

Bruno, Sevá e Carneiro (2008, 2009) identificam, como indícios da mudança e renovação da representação patronal rural, que: 1) a representação de interesses assume um lugar cada vez mais estratégico junto às lideranças patronais; 2) a decisão de manter maior presença na grande política institucional; e 3) a tentativa de aglutinação de diferentes forças sociais e políticas em torno de alguns objetivos comuns. A noção de representação que os autores utilizam apresenta uma perspectiva com diferentes dimensões, e que envolve as entidades formais do patronato rural e os seus porta-vozes, isto é, as lideranças. A representação também é entendida como prática social e construção de uma retórica de identidade e de legitimidade de classes e grupos sociais, uns em relação aos outros:

A representação é um espaço privilegiado de intensificação dos laços sociais que une reciprocamente as classes e grupos patronais rurais e agroindustriais. É também espaço de reafirmação de valores, de construção de projetos de vida, da defesa de interesses os mais variados, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de suas práticas sociais, culturais e políticas (BRUNO, SEVÁ E CARVALHO, 2009, p. 132).

É essa a perspectiva adotada também nesta tese. Assim, é pertinente adicionar a consideração de que a CNA é um espaço de fortalecimento das redes e relações de poder através da multirepresentação, isto é, a participação de suas lideranças em vários espaços como a própria estrutural sindical, diversas associações, sistema de cooperativas empresariais e sociedades rurais, grupos de *lobbies* e pressão, e bancadas parlamentares. A participação em vários espaços de representação ocorre desde o momento da criação das três principais associações patronais: Sociedade Nacional de Agricultura (1897), Sociedade Rural Brasileira (1919) e CRB/CNA (1926/1951 e 1964). A multirepresentação assegura distinção a seus porta-vozes, gera reconhecimento e legitimação e, em si, é uma estratégia superior àquelas dos trabalhadores rurais que não têm acesso aos mesmos espaços de poder nem dispõem dos mesmos capitais. Tal traço e estratégia de ação política lhes garante o passe-livre e a inserção diferenciada no jogo político no âmbito do Estado. Suas reivindicações por uma política agrícola para a “classe rural”, por exemplo, são formuladas e defendidas, simultaneamente dentro e fora da esfera do Estado.

Como observou Bruno (2008), a partir de entrevistas com lideranças patronais, personalidades reconhecidas nacionalmente conferem legitimidade às entidades de representação quando integram suas diretorias. “A figura do líder ocupa um lugar especial na reflexão sobre o processo de representação” (BRUNO, SEVÁ, CARNEIRO, 2009, p.134). Ele tem funções bem definidas, principalmente quando está à frente de um sindicato patronal. Para Rodolfo Tavares, as grandes funções das lideranças e suas são se relacionar com o prefeito, com o presidente da Câmara Municipal e seus vereadores, com o delegado de Polícia, com o juiz de direito, com o promotor público. E, ao mesmo tempo:

Da mesma maneira, eu faço com relação ao Estado. Tenho obrigação de ter assento nos fóruns de debate nas instituições; de ter diálogo com o governador ou com o secretário e, através dele, com o próprio governador; com as entidades de classe, nossas congêneres (Firjan, Fecomércio, Associação Comercial etc.), dialogando com essas lideranças, procurando potencializar a expressão política da classe empresarial do meu estado. E delego para a CNA essa representação no plano da bancada ruralista, no plano do Congresso Nacional e do Poder Executivo federal (Rodolfo Tavares, presidente da Faerj – Entrevista à Elisandra Galvão na sede da Federação, em 30/07/2014).

As ações políticas do patronato rural, ao contrário do que ocorre nos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, em alguns casos são discretas ou mesmo invisíveis, porque ocorrem, especialmente, nos bastidores do aparato do Estado, nos encontros em suas agremiações de representação, em reuniões fechadas, congressos específicos e cerimônias. Rodolfo Tavares explica que só vão para a rua quando não é mais possível negociar com o Estado:

... eu quero deixar claro para você, talvez para facilitar o entendimento sobre esse assunto, nós somos uma classe conservadora. O nosso patrimônio não se transfere pela internet, não se carrega no bolso. É terra. Nós entendemos que quando um movimento sindical patronal tem que recorrer a manifestações públicas, para contestar o poder público ou a sociedade, ou seja lá o que for, geralmente decorre do fracasso do diálogo com esse poder. Nós não temos como nos permitir a instabilidade social porque não se defende direito de propriedade com as próprias mãos. Se não houver Estado organizado e poder público não se sustenta a propriedade privada. Então, naturalmente, nós somos conservadores (Rodolfo Tavares, presidente da Faerj - Entrevista à Elisandra Galvão na sede da Federação, em 30/7/2014).

Mesmo estando à frente de atividades sociais e econômicas diversas, os encontros acontecem também em jantares, coquetéis, festas, férias nos mesmos locais e nos clubes que frequentam. Para Heinz (1996), os clubes são espaços onde a elite rural cria redes e laços com a elite profissional. A maior parte dos líderes paulistas, como os dirigentes da SRB e da CRB, frequentavam o Jockey Club, o Clube do Automóvel, a Sociedade Hípica Paulista, o Clube Comercial, o Tênis Clube e o Clube Atlético Paulistano, considerados clubes de elite. Heinz (1996), observa que um número menor deles frequentava o Rotary Club ou o Lions, o que, talvez, se deva ao fato destes não estarem na mesma categoria dos clubes da elite e terem menos prestígio do que aqueles. De acordo com Heinz (1996), o perfil das equipes dirigentes da CRB é urbano. Eles são altos funcionários, industriais, profissionais liberais, responsáveis pelas políticas nacionais, embora sua origem seja rural. Enquanto na SRB esta origem se destaca, pois são uma aristocracia rural.

O capital econômico, cultural, social e simbólico que compartilham permite essas diversas formas de sociabilidade entre eles. É comum este e outros segmentos da elite conviverem entre si, mas suas relações e ações nem sempre são percebidas na esfera pública. Há um funcionamento de classe profundamente coletivista — eles formam redes que entrelaçam uns aos outros de forma comunitária ou cooperativa — entre as famílias que acumulam todas as formas de riqueza e poder (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2011). Suas falas e votos massivamente conservadores expõem essa sintonia. O patronato rural tem um repertório<sup>33</sup> de ação que, amparado nos capitais que concentram, lhes permite o acúmulo de um patrimônio cognitivo e simbólico.

---

<sup>33</sup> Operando por representação, quando formam partidos políticos de direita, associações e sindicatos próprios, grupos de pressão e de lobbies no Congresso Nacional e no Senado Federal; e por ações diretas como o uso da violência, no plano local, e a realização de mobilizações públicas para pressionar o Estado e expressar suas reivindicações na arena pública. Repertório é definido por Tilly (2005, p. 41-42) como “uma limitada série de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e executadas através de um processo de escolha” (tradução livre a partir do original). Suas formas de ação coletiva mais comuns são a realização de assembleias, reuniões e encontros formais (congressos, seminários), em espaços fechados (clubes, auditórios de instituições, estádios esportivos, associações patronais), e, com menos frequência, passeatas – sendo esta mais comum aos movimentos sociais

O movimento nessa rede de sociabilidade é, na realidade, fechado, como menciona Monique Pinçon-Charlot (2017) ao considerar a burguesia, cujos membros vivem todo tempo entre eles. Ela chama a atenção para o fato do próprio Congresso Nacional ter poucos representantes dos trabalhadores e dos assalariados, mesmo nos países desenvolvidos. “Seja nos círculos, nas sociedades... eles estão sempre entre si, numa *consanguinité sociale* (consanguinidade social) de todos os instantes, que faz com que eles se sintam impunes. Há uma impunidade de classe... que é extremamente forte. Eles se creem verdadeiramente os melhores<sup>34</sup>”. Como constata, a elite está sempre entre si, não se mistura e se vê acima da lei e da ordem social.

Estas performances colocam em tela a importância de diferenciar os movimentos sociais dos subalternos ou dominados e os dos grupos dominantes. No primeiro caso, o movimento social, tal como foi definido nos anos 1970 e 1980<sup>35</sup>, têm três características principais: 1) a orientação para a mudança social; 2) a confrontação com as autoridades do Estado; 3) o desenvolvimento de ações “perturbadoras” no espaço público e expressões afrontadoras. Estes critérios restringem o quadro de estudo da sociologia dos movimentos sociais aos movimentos progressistas — que não são conservadores e reivindicam mudanças sociais, que se opõe as autoridades estatais (que privilegiam a ordem social existente, logo, o poder dos grupos dominantes) e que recorrem a meios extrainstitucionais como as ocupações do espaço público, bloqueios, violência, revolução. Em oposição, os grupos conservadores podem parecer irrelevantes como objeto, pois não têm necessidade de recorrer a tais formas de ação, porque estão, geralmente, integrados ao sistema político. Eles têm representantes que garantem a representação de seus interesses nas altas esferas, e assim podem se abster de ocupar o espaço público e do confronto com o Estado (AGRIKOLIANKY; COLLOVALD, 2014), como também evidencia a fala de Rodolfo Tavares supracitada.

Dos espaços privados à esfera do Estado vê-se o emprego de um repertório de ação diferenciado. Isto demonstra a força dos grupos dominantes no campo político (BOURDIEU, 2000), este microcosmo ou pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do

---

populares. O que expõe o caráter modular do repertório na perspectiva de Tilly, isto é, uma mesma forma servindo a diferentes tipos de atores, lugares e temas. Ver mais sobre este aspecto em Alonso (2009).

<sup>34</sup> Observação da socióloga sobre o comportamento das elites ao analisar o caso do FillonGate em entrevista à Radio Debout Lannion, em 3 fev. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=je0kkZydf08>.

<sup>35</sup> Os trabalhos de referência dessas décadas para Agrikoliansky e Collovald são os de McCarthy e Zald (1977); Tilly (1984); e McAdam, Tarrow e Tilly (2001). Nos anos 1970 destacam-se três teorias dos movimentos sociais. São elas: a Teoria de Mobilização de Recursos, com McCarthy e Zald (1977); a Teoria do Processo Político, com Tilly (1975), Tarrow (1992) e McAdam (1999, 2001); e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, com Touraine (1978), Habermas (1981) e Melucci (1980). As duas últimas nasceram dos debates sobre a revolução, ou seja, dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se colocaram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal (ALONSO, 2009).

grande mundo social. Entre as condições sociais de possibilidades de acesso a esse microcosmo está o tempo livre. “A primeira acumulação de capital político é o fato de pessoas dotadas de um excedente econômico, que lhes permite se distrair das atividades produtivas e assumir a posição de porta-vozes” (BOURDIEU, 2000, p. 54). Então, pode-se afirmar que a atuação dos líderes da CNA, passa por aquelas zonas — entre a esfera íntima e pública — onde se incluem e se apresentam interesses de alguns grupos em detrimento das demandas sociais.

### **A experiência de pensar o Estado**

O Estado brasileiro modificou-se não apenas pelo regime militar, mas conforme o que exigia o estágio e a fase do próprio capitalismo, que cria novos espaços do Estado e da economia, transformando seus próprios elementos. Todavia, o Estado também cria as condições para as mudanças no capitalismo. Nessa dupla via — ser afetado pelo capitalismo e também afetá-lo, três questões concebidas por Gramsci permitem pensar o Estado e sua função de outra perspectiva: “Mas o que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil?” (GRAMSCI, 1999, p. 263). As expressões *sociedade civil* (conjunto de organismos privados) e *sociedade política* ou Estado (instituições políticas e do controle legal constitucional que compreende os aparelhos de coerção, as burocracias executiva e policial-militar) são vistas por Gramsci como dois planos superestruturais. O primeiro corresponde a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. O segundo, a função de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2001, p. 21). O autor amplia o horizonte da definição marxista de Estado como Estado de Classe, existente no aparelho de Estado repressivo ao enumerar as instâncias empíricas que integram o Estado ampliado. Esta contribuição aparece em suas concepções de Estado estrito (relativo ao seu aparato, isto é, às instituições oficiais, e ao Estado com a sua legislação e sua coerção) e Estado ampliado (engloba as associações, partidos, sindicatos, organizações privadas). Ao fazer considerações sobre as referências esparsas sobre o conceito de Estado, ele retoma Croce<sup>36</sup>, que “afirmou que nem sempre se deve procurar o 'Estado' no lugar do indicado pelas instituições oficiais, já que, às vezes, ele poderia ser encontrado nos partidos revolucionários” (GRAMSCI,

---

<sup>36</sup> Benedetto Croce, filósofo, historiador e político. Pertencia a uma família de proprietários de terras da região de Abruzzi, no centro da Itália. Parte de suas ideias eram divulgadas na revista *La Critica*, fundada por ele. Sua primeira obra filosófica foi *O materialismo histórico e a economia de Karl Marx*. Depois destacou-se com a trilogia: *Filosofia do Espírito – Lógica como Ciência – Conceito Puro*. Fonte: *Encyclopædia Britannica* - <https://www.britannica.com/biography/Benedetto-Croce>.

1999, p. 295). A afirmativa é retomada por ele no item Pontos de referência para um ensaio sobre Croce: “Croce chega a afirmar que o verdadeiro “Estado”, ou seja, a força direta do impulso histórico, deve ser buscada, às vezes, não onde se suporia, no Estado juridicamente entendido, mas sim nas forças “privadas” e até nos chamados revolucionários” (GRAMSCI, 1999, p. 371). Proposição, que segundo Gramsci, é muito importante para entender plenamente a sua concepção da história e da política.

A perspectiva adotada sobre o Estado é a de Gramsci porque permite aprofundar a questão de como uma instituição da sociedade civil, a CNA, integra o Estado ampliado e coloca seus interesses e proposta de política agrícola e agrária. Tomando o sentido gramsciano de “forças privadas”, a CNA pode ser vista como um aparelho privado de hegemonia? De certa forma sim, pois busca influenciar as decisões do Estado nos assuntos que são do interesse particular de alguns setores que representa. Além disso, pode ser situada como um aparelho ideológico<sup>37</sup> (ALTHUSSER, 1980) no seio da própria fração da classe dominante que representa. Esses são dois eixos de sua ação política. É esta perspectiva adotada para investigar a entidade como objeto empírico. Entretanto este horizonte será expandido quando a ideia de aparelho em si limitar a discussão sobre as resistências do outro lado, dos trabalhadores ou dominados. Nesse caso, Bourdieu ajuda quando defende que o sistema escolar, o Estado, a Igreja, os partidos políticos ou os sindicatos não são aparelhos, mas sim campos. E, num campo<sup>38</sup>, os agentes e as instituições lutam, seguindo as regularidades e as regras constitutivas deste espaço de jogo. Para sustentar esta ideia, o autor argumenta que os que dominam num campo dado estão em posição de fazer com este funcione a seu favor, mas eles sempre enfrentaram “a resistência, as reivindicações, as pretensões, “políticas” ou não, dos dominados” (BOURDIEU, 2012, p.18-19). Então, ao pensar também o sindicato como um campo, pode-se visualizar quando os interesses convergem e quando os conflitos entre distintos atores ocorrem.

O Estado que os militares brasileiros reconfiguraram após 1964 funcionou, de fato, como um instrumento de dominação e de opressão no sentido caracterizado por Marx e Lenine, como aparelho repressivo (ALTHUSSER, 1980). Além disso, foi adaptado à fase do

---

<sup>37</sup> É distinto do aparelho de Estado (Governo, Administração, Exército, Polícia, Tribunais, Prisões etc.). Althusser (1980) define os aparelhos ideológicos de Estado como um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sobre a forma de instituições distintas e especializadas (religiosas, escolares, familiar, jurídicas, políticas — o sistema político e os partidos, sindical, de informação (os meios de comunicação) e cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc.)

<sup>38</sup> Bourdieu (2012) diz que o sociólogo estuda a gênese do jogo social, que ele chama de campo. Entendo que este jogo envolve um conjunto de regras sociais (explícitas e/ou implícitas) ou uma série de elementos que se articulam e constituem o campo social. Ao comparar o campo com o jogo de xadrez, Bourdieu conclui que o campo é um jogo no qual jogamos segundo regularidades, que são as regras, mas é também onde podemos jogar e transformar as regras ou as regularidades.

capitalismo daquele período — entenda-se a forma de capitalismo desenvolvida na periferia, ou seja, nos países tidos como não desenvolvidos da América Latina.

O Estado<sup>39</sup> não pode ser pensado somente como um aparelho administrativo da sociedade (ÖZER, 1998), tampouco apenas como um poder autoritário, ou melhor dizendo, a partir da definição provisória de Bourdieu, o setor do campo do poder que possui o monopólio da violência física e simbólica. Bourdieu adicionou à definição de Weber a observação de que o Estado tem o “monopólio da violência simbólica legítima”, que é a condição para ter o monopólio da violência física (BOURDIEU, 2012, p. 14). A ação do Estado ultrapassa o binômio repressão-ideologia. Conforme mostra a literatura há diferentes noções de Estado (HOBBS, 1971; ENGELS, 1983; ARENDT, 1990; ROTHBARD, 1991; LOCKE, 1992; BUCHANAN, 1992; WEBER, 1996; KANT, 1994; WEIL, 1996; POULANTZAS, 2000; BOURDIEU, 2012, dentre outros) e foi Marx (2011; 2012) aquele que elaborou uma teoria do Estado na qual um dos cerne da discussão é que toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Althusser (1980) observa que a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado faz parte da “teoria marxista” do Estado, e ela aparece de forma clara nas obras *O 18 do Brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classes em França*.

Entre essas abordagens há as que descrevem o Estado como aparelho burocrático ou administrativo da sociedade (WEIL, 1996); aquele que detém o monopólio da violência legítima (WEBER, 1996) ou do terror, no caso dos regimes totalitários (ARENDT, 1990); o que é produto da luta de classes (ENGELS, 1983); e instância de mediação moderna que substitui a violência pela regulação legal das relações sociais (ÖZER, 1998), embora por vezes sirva a interesses particulares de ordem política, econômica e social, apoiando mais as reivindicações de uma categoria ou outra, ou classe específica. Cabe, todavia, destacar que o que se repete em tais noções é a descrição do Estado como uma instância distinta e especializada, ao mesmo tempo ambígua e com características contraditórias, que funciona sempre através de uma configuração hierárquica. Creio que esta é determinada pelo regime político estabelecido, ou seja, pelas formas de Estado segundo os estágios e fases do capitalismo (Estado liberal, Estado intervencionista, Estado democrático etc.) ou de formas do Estado de exceção (fascismos, nazismo, ditaduras militares, bonapartismos).

Há uma série de debates teóricos sobre o Estado após Marx e Engels. Marx (2010) nas suas primeiras reflexões, em *Crítica da Filosofia Política de Hegel*, e nos artigos dos *Annales franco-alemandes* de 1843, parte de um conceito de Estado que mantém o Estado político

---

<sup>39</sup> No final do século XV, um dos primeiros a usar o termo Estado foi Maquiavel. Ele o concebia como um Poder-Centauro — metade-homem, metade-fera, para descrever a realidade efetiva do poder político de seu tempo.

separado da sociedade civil e oposto a ela. Conceito que retoma a tradição filosófica mais clássica e os seus inspiradores intelectuais: Rousseau, Smith e Hegel. Para estes e para Marx, o Estado se define pela separação e sua oposição à sociedade civil (HERRERA, 2001)<sup>40</sup>. Já o debate colocado por Poulantzas partiu de referências diversas como: Althusser, Gramsci e Foucault<sup>41</sup>, para problematizar a concepção marxista tradicional de Estado, segundo a qual as instituições políticas estariam reduzidas a simples instrumentos de dominação das classes dominantes. Poulantzas (2000) observa um Estado cujas práticas, nos mínimos detalhes, manifestam sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos. Ele admite que, sim, o Estado tem uma “natureza de classe”, mas esta consideração não deve levar à visão limitada e instrumental — de um certo marxismo — que enxerga o Estado como reduzido à dominação política, no sentido em que: cada classe dominante produziria seu próprio Estado, à sua medida e à sua conveniência, e poderia manipular o aparelho do Estado à sua vontade e segundo seus interesses. Seguindo esta lógica, todo Estado não passaria de uma ditadura de classe ou se reduziria o aparelho de Estado ao poder de Estado. Assim, não se deveria falar de uma natureza de classe, mas de uma *utilização de classe do Estado* (grifos do autor). Poulantzas (2000) o concebe como uma relação social fundada nas lutas de classes e que se condensa nas contradições da realidade concreta, ou seja, do real. Seu esforço foi no sentido de produzir uma teoria do Estado que pudesse dar conta de certo número de mutações ligadas às relações de força sócio-históricas experimentadas pelas sociedades do pós-guerra. Portanto, para ele, o Estado é também condensação material e específica de uma relação de força, que é uma relação de classe. O Estado, portanto, é constituído por relações sociais que o fazem ter uma configuração específica em um determinado tempo histórico. Esta configuração vai assumir as características da correlação de forças estabelecida dentro do próprio Estado. Ela tem uma dinâmica própria. Neste estudo, o Estado é percebido como o que se constitui, ou se elabora, pela experiência dessa relação, ou seja, como não dissociado da sociedade. E nesse sentido, as concepções de Gramsci ajudam.

Tendo estas considerações como ponto de partida, busco problematizar a relação da CNA com o Estado. Como ele é entendido? É possível perceber que teve uma configuração particular, *uma ossatura material própria* (POULANTZAS, 2000) que, todavia, não pode ser reduzida a simples dominação política — inscrita na materialidade institucional do Estado, porque o aparelho do Estado não se esgota no poder do Estado. “Se o Estado não é integralmente

---

<sup>40</sup> Problema tratado também em Sobre a questão judaica (MARX, 2010a).

<sup>41</sup> Sua teoria política tem influência dos três autores. De Foucault ele incorporou no seu trabalho conceitos como dispositivos, micropoderes, disciplina e práticas do saber.

produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade” (POULANTZAS, 2000, p. 12).

Para este autor, as classes dominantes estabeleceriam relações de vizinhança ou de aliança. Estas relações são percebidas de maneira mais ou menos sutil, evocando-se grupos de pressão que agem sobre o Estado ou as estratégias que se propagariam nas malhas do poder e que se moldariam aos seus dispositivos. Este tipo de representação, segundo ele, levaria a que “o Estado e o poder seriam constituídos de um núcleo inicial impenetrável e de um “resto”, que as classes dominantes, agindo por fora, poderiam influenciar ou no qual poderiam se introduzir” (POULANTZAS, 2000, p. 10). O que a experiência empírica tem mostrado é que este núcleo não é impenetrável e que as classes dominantes agem fora e dentro. E, como ele observa, “estamos enredados num Estado que, nos mínimos detalhes manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos” (POULANTZAS, 2000, p. 10).

O papel do Estado em relação à economia modifica-se não somente no decorrer dos diversos modos de produção (escravismo, feudalismo, capitalismo), mas também segundo os estágios e fases do próprio capitalismo (POULANTZAS, 2000). Outro ponto importante que destaca é que as formações sociais são o lugar real da existência e de reprodução, portanto do Estado em suas formas diversas. Poulantzas não está falando do Estado em geral, mas do Estado capitalista.

Esse conjunto de considerações expõem como a dominação é exercida dentro, e através, da esfera política. Além disto, ajudam, nos distintos níveis de texto, a identificar a correlação de forças que atuou para estabelecer uma dada política pública ou eliminar propostas que não interessam ao patronato rural.

### **Motivações da tese e sua problemática**

O contexto e o objeto empírico escolhido para a pesquisa ajudam a compreender a natureza da relação entre patronato rural e os governos até o regime militar. Afinal, é por meio da CNA que veremos quais foram os interesses postos na agenda pública. Além disso, contribui para ampliar os estudos sobre o patronato rural no Brasil, pois as investigações desenvolvidas sobre este segmento e suas associações, nas instituições de pesquisa do país, ainda são reduzidas. Estudar a CNA a partir dessa perspectiva permite pôr em evidência aspectos ambíguos que a envolvem, principalmente quando o Estado é elogiado ou criticado pela entidade. A delimitação das aproximações e distanciamentos da CNA do Estado revela os

momentos de convergências de interesses e os de conflitos, quando demandas não são contempladas, isto é, quando ganham no jogo político ou quando “são deixados de lado” devido às divergências de interesses. A CNA se relaciona com um Estado que vai sendo alterado pela ditadura empresarial-militar instituída a partir de 1964 e que, para viabilizar seu “projeto de desenvolvimento”, reafirma o papel daquele que exerce a *violência simbólica legítima* (BOURDIEU, 2012), condição para ter o monopólio da violência física.

A consideração desses aspectos possibilita identificar, no campo político, quais interesses estavam em jogo no espaço oficial de representação sindical, a CNA, e fora desta esfera, nas instâncias do Estado, se coincidiam, ou não. A análise desta relação permite compreender melhor o papel da representação patronal nos anos da consolidação da “modernização da agricultura” no Brasil e os arranjos constituídos. Este tempo é essencial para o estudo proposto, pois é quando despontam a ampliação e diversificação dos espaços de representação, com o surgimento de associações por produto e multiproduto que se constituíram junto com as cadeias produtivas e os complexos agroindustriais, e o fortalecimento político do cooperativismo empresarial (BRUNO; SEVÁ, 2010). Além disso, nos permitirá entender as disputas travadas pelo patronato rural e como seus diferentes membros se estabeleceram como representantes nos espaços da sociedade política e da sociedade civil (GRAMSCI, 2007), formas sob as quais o Estado se apresenta na linguagem e na cultura. Estes conceitos gramscianos ajudam a pensar um Estado que, além de aparelho de governo, também deve ser entendido como aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil.

A problematização da relação CNA-Estado também põe em evidência o patronato rural como um grupo de pressão que age sobre o Estado através de estratégias que podem se propagar nas malhas do poder e se adaptar aos seus dispositivos. Uma dessas estratégias — como veremos mais detalhadamente no Capítulo 1 — se materializou na constituição das próprias entidades de representação — com apoio do Estado — que lutam pela dominação e influência fora e dentro da sociedade política. Tomando o exemplo da oficialização da CRB e, posteriormente, da CNA, houve incentivo do governo federal e dos governos estaduais através dos decretos-lei nº 8.127<sup>42</sup>, de 24 de outubro de 1945, e nº 53.516, de 31 de janeiro de 1964.

A elaboração da problemática exposta se deu a partir das contribuições dos trabalhos semanais sobre a CRB e a CNA e, colateralmente, de um pequeno conjunto de estudos sobre o patronato rural e a representação de interesses da classe dominante agrária, nos quais são enfocados aspectos de sua natureza na primeira metade do século XX ou de reação às propostas

---

<sup>42</sup> Confederação Rural Brasileira, *Jornal do Brasil*, edição 207, 6/09/1951, p. 11.

de reforma agrária, sobretudo, no período da transição para a Nova República. Buscou-se explorar a problemática a partir das lacunas e ausências com o intuito de avançar a reflexão, trazer outra interpretação e novos dados sobre o que é uma organização patronal rural no Brasil e como a ação coletiva dos grupos de pressão conservadores se manifesta. Espero que este trabalho também suscite novas questões a outros pesquisadores para que desenvolvam mais investigações sobre o tema em campos como a sociologia das organizações, dos grupos de interesse, dos movimentos sociais, das elites e do trabalho.

O primeiro conjunto de trabalhos sobre a CRB e a CNA e sua atuação está representado por Benedita Esteves (1991), Giuliana Leal (2002), Ana Cláudia Tavares (2012a), Carolina Ramos (2006, 2011) e Kleybson de Andrade (2013)<sup>43</sup>. A pesquisa de Esteves (1991) tem como objeto a Confederação Rural Brasileira. Ela se detém, entretanto, no período a partir da oficialização da associação nos anos 1950 e não há detalhes sobre a concepção na década de 1920. Sua hipótese é a de que o aparecimento da CRB indica a existência de projetos distintos para influenciar os rumos da agricultura brasileira. Argumenta que a SNA, a SRB e as demais organizações patronais não conseguiam ultrapassar seus limites de reivindicações, dificultando tanto a efetivação de propostas como o próprio processo de organização. Para ela, a solução para este problema foi buscada pela CRB ao abrir espaço para a representação regional, o que indica um reconhecimento da diferenciação patronal no país, uma necessidade de dar voz às diferenças e do associativismo patronal ser concebido como uma forma de aumentar o poder de pressão sobre o Estado. Seu trabalho mostra o importante papel dos dirigentes da entidade. Eles eram os responsáveis por estabelecer relações entre a CRB e o Poder Legislativo federal. Além disto, integravam o Estado, como parlamentares ou altos funcionários, e estabeleciam contato com outros políticos da Câmara Federal.

Tavares (2012a) estabelece uma ponte com o trabalho de Esteves na medida em que discute aspectos da elaboração de uma legislação específica para a sindicalização rural. Mas seu recorte temporal e objetivo são outros. Seu foco é examinar, no período pós-Constituição de 1988, marcado pela adoção de políticas neoliberais que influenciaram o quadro legal brasileiro, as disputas político-jurídicas da CNA em torno dessa Constituição, e das legislações que regulamentaram seus dispositivos nas esferas agrário-fundiário, ambiental e trabalhista.

---

<sup>43</sup> Consistem em três dissertações de mestrado, duas teses de doutorado e uma monografia de graduação. Três deles foram desenvolvidas na área de ciências sociais, duas na história e uma na agronomia. A partir de três destes trabalhos foram publicados os artigos: O poder dos donos de terra: um balanço das organizações de proprietários e empresários rurais na década de 1990, de Leal (2003); Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra: embates e recuos, de Ramos (2009); e La dominación y el discurso jurídico de los abogados de las organizaciones de empleadores em el campo brasileño, de Tavares (2012b).

Um dos ganhos da CNA foi, a partir da referida Constituição, passar a ter “a legitimidade jurídica (oficial, constitucional) para propor ações judiciais de inconstitucionalidade de normas jurídicas ao Supremo Tribunal Federal (STF), órgão máximo na hierarquia dos tribunais brasileiros” (TAVARES, 2012a, p. 15). Ela confirma também o fortalecimento de outra estratégia da CNA, o *lobby* direcionado ao Congresso e a aglutinação de outras entidades para torná-lo mais eficaz. Um ponto comum entre o seu trabalho e os demais citados é destacar a posição da CNA em relação à questão agrária, mas Tavares traz elementos novos ao discutir a reforma agrária e os direitos de comunidades indígenas e quilombolas à terra no âmbito dos debates na Constituinte de 1988. Neles aparecem preocupações com modificações e aplicação de normas do Código Florestal, de 1964, e a judicialização do tema por meio de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) junto ao STF.

A questão agrária e a CNA é o eixo dos estudos de Leal (2002) e de Ramos (2006; 2011). A primeira analisa o discurso e a atuação da CNA em relação à reforma agrária, entre 1995 e 2001, período em que é atuante e tem influência política ao representar interesses do maior número e diversidade de grupos do patronato rural. Sua hipótese é que a CNA, apesar da composição heterogênea, representa prioritariamente a burguesia agrária — categoria com a qual trabalha —, em detrimento de outras classes ou frações de classes formalmente representadas por esta entidade, nas questões sobre reforma agrária. A perspectiva de Leal (2002) é pertinente adicionar que, conforme quem esteja à frente da entidade, a prioridade da representação pode ser direcionada para um ou mais setores da agricultura.

À caracterização da CNA como burocrática e alinhada ao Estado, realizada por Rua (1990) e Fernandes (1999), citados pela autora e reforçada por Buzanello (1991), Baltar (1990) e Lamounier (1994) que a classificam como assistencialista e pouco dinâmica, é oportuno acrescentar que a burocracia pode ser vista como um componente das associações patronais rurais, cujo funcionamento, se assemelha ao de uma empresa ou do próprio Estado — no sentido da estrutura e rotina administrativa, como a hierarquia de cargos e funções na própria CNA. Mas o alinhamento ao governo é ocasional e depende de uma série de fatores para ocorrer. Como já observado, os conflitos estão presentes na relação entre CNA e o governo, embora o engajamento da CNA no sistema sindical tenha facilitado o contato com agências formuladoras de políticas públicas e acesso constante aos centros de poder decisório, como observa Leal (2002). A atuação nesses espaços e nas comissões, conselhos e grupos de trabalho revelam, por outro lado, um dinamismo não explorado por Buzanello, Baltar e Lamounier. Os momentos de maior atividade da CNA foram impulsionados diante de ameaça aos seus interesses, caso da reivindicação por reforma agrária pelos trabalhadores rurais que fez a problemática ter muita

visibilidade nas páginas da *Gleba* no pré-1964. É comum ocasiões nas quais a sua mobilização é reativa. Outro posicionamento marcante ocorreu no governo de Castello Branco, durante o processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, extensamente criticado pelo patronato rural por impor limites aos latifúndios improdutivos (BRUNO, 1997).

Os momentos de dinamismo e empenho da CNA para colocar suas demandas na agenda governamental são detectados na dissertação de Ramos (2006). Ao analisar a reação da CNA às políticas públicas voltadas para a questão fundiária na década de 1960, ela constata que o sindicato teve amplo espaço de participação nos primeiros governos militares e influência na definição de pontos do Estatuto da Terra, criado pela lei 4.504, de 30/11/1964. Isto expõe um processo de ampliação do Estado de forma seletiva, pois na medida em que setores do patronato rural fortaleciam sua participação nas agências da sociedade política, associações sindicais e outras, rurais e urbanas, eram afastadas e reprimidas (FONTES, 2005). Seu estudo ajuda a pensar a sindicalização no meio rural e a reforma agrária como parte das motivações sólidas para efetivação do golpe civil-militar de 1964. Ambos são mencionados na historiografia sobre a ditadura empresarial-militar, todavia ainda são pouco explorados.

Esta investigação é aprofundada no trabalho seguinte de Ramos (2011), quando faz uma análise comparada da atuação da CNA e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre 1964 e 1985, e discute as demandas e o posicionamento de ambas ante as políticas públicas voltadas para a reforma agrária. Além disso, sublinha alguns estudos que reforçam o caráter governista dos dois sindicatos, determinado pela legislação às quais estavam submetidos, e conclui que, no caso da CNA, houve um reforço da imagem governista para legitimar a eleição, em 1987, da nova diretoria e desvincular a imagem da Confederação em relação à ditadura empresarial-militar. Após uma série de conflitos internos, o presidente eleito para a gestão 1987-1990 foi Alysson Paulinelli, um dos ministros da Agricultura do regime militar (1974-1979). Ramos, a partir da noção de *Estado amplo* ou *ampliado* (GRAMSCI, 2002), que abarca a sociedade política e a sociedade civil, desenvolve a ideia de que, apesar de subordinadas ao Ministério do Trabalho, a CNA e a Contag planejaram ações e campanhas a partir de interesses de frações de classe organizadas junto à sociedade civil e o enquadramento sindical as fez elaborar estratégias peculiares para encaminhar demandas, o que anulava a representação dos seus associados. Ao pensar os dois sindicatos como espaços de disputa, a autora abre caminhos para identificarmos os grupos e os setores em conflito nas malhas destes espaços de representação.

Este primeiro conjunto de estudos mostra uma característica que se mantém na CNA até os dias atuais, a preocupação de manter a liderança como entidade de representação patronal e

influenciar as decisões governamentais sobre as políticas agrícolas e agrárias. Uma das principais estratégias tem sido manter seus porta-vozes em todos os espaços, tanto públicos como privados, aqueles reservados em comissões temáticas, conselhos, grupos de trabalho, programas oficiais e órgãos deliberativos de política nacional, principalmente aqueles fundamentais para elaboração de medidas agrícolas e agrárias.

Este tipo de articulação resulta do aperfeiçoamento ao longo do tempo e foi possibilitado pela transformação da CRB em sindicato. Isto lhe permitiu, então, ter representação em um maior número de órgãos estatais. A maior inserção da CNA na sociedade política em relação à Contag lhe assegurou o poder de definir políticas públicas ligadas à reforma agrária, como nos episódios em que participou da elaboração dos textos finais do Estatuto da Terra, em 1964 no governo de Castello Branco, e do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985 na gestão do presidente José Sarney.

Noutro eixo está a monografia de Andrade (2013). Ele analisou o discurso da CNA construído através das técnicas de propaganda e marketing, com o intuito de legitimar o projeto político dos setores patronais rurais perante a opinião pública. Andrade colabora para o debate sobre a representação patronal comentando quatro das principais formas de ação da CNA nos anos 2000: a atuação dos parlamentares que integram a CNA, a comunicação contínua com suas bases através de veículos de comunicação e programas de assistência, as manifestações públicas coletivas e o uso da propaganda para ter adesão da opinião pública a suas propostas. Esse é o tempo no qual se estabeleceu o *slogan* “Tudo é agro” e o consenso em torno da palavra *produtor rural* (gripo meu), denominação através da qual a CNA busca vincular à identidade de seus membros e, segundo Andrade, enquadrar pequenos, médios e grandes em uma noção de igualdade. A CNA, assim, reforça sua legitimação para representar, organizar e fortalecer os “produtores rurais” do país.

O segundo conjunto de trabalhos referência para a construção do objeto empírico compreende três abordagens. Na primeira, estão os que versam sobre o movimento ruralista, a representação de interesses dos empresários rurais e a trajetória das associações patronais rurais, além do processo que culminou com a sindicalização dos fazendeiros, sobretudo dos grandes proprietários de terra, baseada num modelo corporativista inspirado na legislação profissional dos trabalhadores instituída no governo de Getúlio Vargas<sup>44</sup>. Neste campo estão os estudos de Sergio Gómez (1986, 1987), Sonia Mendonça (1990, 1997, 2010), Osvaldo Silva (1992), Flavio Heinz (1996, 2006) e Edemar Buzanello (1991). A segunda abordagem privilegia mais o debate

---

<sup>44</sup> De 1930 a 1934 se dá seu governo provisório; de 1934 a 1937, o governo constitucional; e de 1937 a 1945, o Estado Novo. Ele retornou à presidência em 1951, pelo voto popular e permaneceu até 1954, quando se suicidou.

sobre a posição do patronato rural e das suas associações sobre a questão agrária, principalmente, a reforma agrária. Neste grupo estão Leonilde Medeiros (1982, 1995), Ronaldo Baltar (1990), Regina Bruno (1997, 2002). Finalmente, Janaína Sevá (2008), Olavo Carneiro (2008), Sandra Costa (2012) e André Feitosa (2012) se interessam, respectivamente, pelas formas de ação do patronato rural frente à questão ambiental, à mobilização coletiva no espaço público, à atuação dos deputados e senadores da Bancada Ruralista no Congresso Nacional e ao ensino técnico agrícola e à educação profissional.

Gómez (1987) compara as organizações empresariais pioneiras no Brasil e Chile. Examina semelhanças e diferenças entre CNA e Confederación de Produtores Agrícolas de Chile, e entre a SNA e Sociedad Nacional de Agricultura — que tiveram um papel preponderante na estruturação das demais organizações empresariais de outros ramos de atividade econômica nos dois países. Seu estudo abriu caminho para investigações nesta direção como a feita por Silva, que, através do estudo da CNA, SNA, União Democrática Ruralista (UDR) e da OCB, avalia o processo de articulação de interesses agrários patronais no período de transição democrática. Buzanello (1991) também se insere nesta linha de discussão sobre o processo de organização patronal, em ênfase na região Sul do Brasil, no período da ditadura empresarial-militar. Ele resgata as principais características do padrão de organização e representação de interesses das elites agrárias no âmbito nacional por meio da SNA, SRB, CNA e UDR. Também traz um elemento novo em relação aos dois primeiros autores ao ocupar-se, especificamente, da ação política das federações patronais do Rio Grande do Sul (Farsul), Santa Catarina (Faesc) e Paraná (Faep). Ao trabalhar com estes perfis expõe a hegemonia da CRB/CNA entre 1946 e 1984, seu caráter pluralista e corporativo, e mostra que, partir de 1964, a CNA inclui entre os principais grupos e interesses a representação do trigo e da soja, que se somaram aos tradicionalmente já bem representados como o café e a pecuária.

Ao se interessar pelo Estado, Mendonça (1990) fez uma investigação sobre o ruralismo brasileiro e realizou uma ampla pesquisa sobre a Sociedade Nacional de Agricultura na qual mostra que esta efetuou um movimento de passagem de grupo contra-hegemônico na Primeira República para o de grupo hegemônico, no pós-1930, principalmente por sua imbricação no Ministério da Agricultura. O ruralismo, assim, teria alcançado sucesso como estratégia de afirmação de um projeto político alternativo. Desde então, Mendonça (2010b) tem produzido discussões que envolvem o patronato rural e a institucionalização governamental das demandas expressadas por meio da SNA, da SRB, OCB, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e o movimento de reação ao projeto do I Plano Nacional de Reforma Agrária que se materializou na constituição da UDR. Para ela, embora a UDR tenha sido criada com base na justificativa

de combate às entidades existentes, mantinha argumentos afinados a essas entidades e fortaleceu como tática a violência, tanto na esfera partidária como contra as forças consideradas opositoras (Igreja e trabalhadores rurais, especialmente).

A pesquisa de Heinz (1996) dialoga com a de Mendonça (1990) na medida em que analisa o movimento de organização profissional dos grandes fazendeiros e proprietários, especialmente as lutas políticas e desafios para constituição da sindicalização dos fazendeiros, como no caso da conversão da CRB em sindicato patronal rural. Num segundo eixo analítico, ele compara os perfis de dirigentes da CRB e SRB e mostra quem são os agentes — a elite profissional e política — dessas entidades à frente daquele processo.

Seu estudo e o de Mendonça (1990) permitem perceber a vitalidade política das elites rurais<sup>45</sup> e como suas associações, federações e a Confederação são um dos meios de ocupação da cena política e profissional. Desta forma, sempre se fizeram presentes nos conflitos políticos que caracterizam o conjunto do processo de criação das principais leis voltadas para a agricultura entre 1945 e 1964. Heinz (1996) conclui que essas elites, de alguma forma, teriam reconvertido uma parte de seu poder tradicional e de sua influência sobre as populações do campo por meio de um tipo novo de representação “oficial” (aspas do autor) da agricultura. É assertiva a sua constatação de que, graças à inserção sindical no Estado, os fazendeiros puderam consolidar e legitimar suas redes tradicionais de influência submetidas à enorme contestação dos novos grupos que emergiram das transformações sociais e econômicas a partir dos anos 1920-1930.

Já a tese de Medeiros (1995) nos dá uma dimensão sobre os conflitos e disputas que envolveram os trabalhadores rurais e o patronato rural em torno da sindicalização rural<sup>46</sup>, sobretudo, as posições da SNA e SRB, as mais influentes durante os debates nos anos 1930 e 1940. Seu trabalho auxilia a pensar a diversidade das formas de ação coletiva no campo e a emergência de protagonistas na luta política, seja no âmbito da representação de interesses, seja no âmbito das experiências desenvolvidas ou na luta por reforma agrária. Além disso, constitui uma extensa documentação das formas de organização que se constituíram no processo de aparição dos trabalhadores do campo no cenário político, sem deixar de comentar os principais

---

<sup>45</sup> Aspásia Camargo (1981), ao tratar do problema agrário, assinala essa questão ao referir-se à permanência das estruturas ditas oligárquicas no seio da sociedade brasileira. A autora analisa a relação e as tensões que emergiram entre o poder central e os diferentes grupos sociais em torno das políticas para o meio rural. Ela constata que as oligarquias — os que detém a posse da terra e o controle dos votos — continuaram intimamente ligados aos centros do poder entre 1930 e 1964 e isto não era incompatível com a orientação industrializante do período.

<sup>46</sup> Tratados por Medeiros (1995) em dois itens do capítulo 2 de sua tese de doutorado sobre as primeiras formas de organização e a constituição do trabalho no campo como questão política e o debate em torno dos direitos e das formas de organização.

embates com o patronato rural. No seu trabalho anterior, *A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964*, Medeiros (1982), aponta elementos para compreender as forças sociais que defendiam a reforma agrária, o significado político da propriedade fundiária e algumas dimensões da luta pela reforma agrária. Uma destas, apresentada no Capítulo 4 - Burguesia e reforma agrária, envolve as posições, reações e propostas do patronato rural e do empresariado industrial sobre a questão agrária. Entre os aspectos importantes para a reflexão sobre o meu próprio objeto estão a polarização entre associações de empresários rurais em um conflito que envolvia a disputa por favores do Estado e a confluência de posições sobre um dos mecanismos de “reforma agrária” ser a “modernização da agricultura” e a consequente elevação da produtividade. Nesse ponto estavam de acordo a CRB, setores do patronato industrial, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Tratarei destas instâncias da sociedade civil nos capítulos 1 e 2.

Na Nova República, a bandeira da reforma agrária reaparece. É notória e forte a mobilização patronal contra as demandas de democratização da propriedade da terra e a integração dos trabalhadores rurais ao novo processo produtivo e à cidadania. A partir destas constatações, Bruno (2002) investiga a nova identidade e retórica patronal, constituída a partir da mobilização dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, em reação à proposta de reforma agrária e à luta pela terra. Sua problemática é fundamentalmente política: a questão agrária. Ela mostra como a mobilização dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, sobretudo do Sul e Sudeste do país, fizeram fracassar as possíveis alternativas que surgiram junto com a transição e a mobilização dos trabalhadores rurais. Este momento, defende, foi o processo de reprodução das classes e grupos dominantes no campo e de renovação de suas condições de exploração e dominação. Então, houve uma redefinição de argumentos e reorientação de práticas expressas com o surgimento de novas formas de organização e de novos porta-vozes autorizados a “falar em nome da classe” (BRUNO, 2002, p. 45).

Partindo do mesmo marco temporal que Bruno, os primeiros meses da posse do presidente José Sarney (1985-1990), Baltar (1990) averigua a articulação de interesses dos empresários rurais e a formação de uma aliança contra o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Ele busca explicar como o patronato rural se mobilizou através de suas associações e interferiu nos rumos da política de reforma agrária no período transição (1985-1988). Ao tomar por objeto de estudo a ação política das organizações de representação com maior peso como a CNA, SRB, OCB, UDR e a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), principalmente a primeira, Baltar ajudou a perceber de onde vinha a força política do presidente mais longo da CNA, Flávio Brito. Ele mostra que as bases de apoio para a reeleição de Brito,

diversas vezes, estavam na Faesp e em federações do Centro-Oeste e do Nordeste, cuja base era formada por usineiros, categoria em que o próprio Flávio Brito aparece incluído, mas não encontrei documentos ou evidências que comprovem qualquer trabalho dele como usineiro<sup>47</sup>. O fato dele ser amazonense conduziu à hipótese de que, possivelmente, tenha contado também com o apoio político da Associação Empresarial da Amazônia (AEA), mas isso não explica sua base de apoio na região Norte, mas sim em São Paulo, pois a AEA tinha sede neste estado e a maioria dos seus filiados eram paulistas com propriedades nos estados do Pará e do Amazonas. Essa hipótese nos levou a constatar que, embora Brito fosse um porta-voz oficial do Amazonas como senador (1967-1974)<sup>48</sup>, os interesses que ele defendeu foram os do patronato paulista com negócios na sua região de origem. Esta conclusão veio a após a análise temática dos projetos de lei do Senado e dos requerimentos de sua autoria apresentados no Senado<sup>49</sup> — descritos no Capítulo 3.

E, finalmente, os quatro estudos produzidos nos anos 2000, podem ser assim resumidos: Sevá (2008) analisa a reação patronal rural à questão ambiental e nos dá acesso à visão dos dirigentes de diversas associações patronais do Centro-Oeste e Sudeste, entre elas a CNA e as federações do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a SRB, a Abag, a OCB, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), a Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja), a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), a Associação dos Proprietários Rurais de Mato Grosso, a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão e o Movimento Nacional de Produtores. Por meio desse conjunto diversificado de entidades, Sevá sinaliza os elementos constitutivos da retomada da cena política pelo patronato rural, no período pós ditadura empresarial-militar. Os trabalhos de Carneiro (2008) e o de Costa (2012) também se inserem no tempo mais recente. O primeiro se detém sobre a manifestação pública denominada “Tratoração – O alerta do campo”, organizada pela CNA, em junho de 2005. A segunda trata da ação de deputados e senadores da bancada ruralistas do Congresso Nacional, entre os quais estão dirigentes das principais associações patronais do país.

O quarto estudo, de Feitosa (2012), traz a observação sobre outra esfera, o ensino técnico agrícola e as mudanças pelas quais passou em função das demandas do modo de produção capitalista no campo. Ele examina a trajetória histórica do ensino técnico e a interferência do patronato rural na definição de políticas públicas para este setor. Ao mostrar a recente tentativa

---

<sup>47</sup> O próprio Baltar chegou a registrar que Brito era de Pernambuco, mas ele nasceu em Manaus (AM). Outros autores, como Carolina Ramos (2011), classificam Brito como usineiro e empresário agrícola.

<sup>48</sup> O traço que faz parte da trajetória dos líderes da CNA, de acumular cargos na Diretoria da CNA e no Estado, é abordado no capítulo 3.

<sup>49</sup> Entre as 28 apenas duas foram rejeitas, três arquivadas e uma prejudicada.

de ressignificação da educação agrícola nas escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica, Feitosa atualiza a discussão sobre a educação técnica e resgata as ideias expressas pela CRB/CNA sobre o assunto.

Este conjunto de estudos, no processo de elaboração da problemática da tese, ajudou a perceber um paradoxo na relação da CNA com o Estado brasileiro e a optar por aprofundar como a política agrícola é colocada como central para os interesses da Confederação. O aspecto contraditório da relação entre a entidade e o Estado se manifesta, principalmente, no debate sobre a reforma agrária e quando são explicitadas as demandas relacionadas às políticas agrícola e fundiária. Nos anos 1950 e 1960, os porta-vozes da Confederação Rural Brasileira, por exemplo, defendiam que a solução para os problemas agrários viria com a melhoria das condições de vida do homem rural, dos métodos de trabalho na terra e da comercialização dos produtos, de formas de assegurar justa remuneração aos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1982). Para a Confederação e suas congêneres, a solução não estava na distribuição das terras. Esta afirmação servia para fortalecer o argumento de que o precisava era assistência técnica e financeira ilimitada.

No contexto desse debate, em alguns momentos o Estado é conveniente para as associações patronais, noutros não. O que ressalta o aspecto paradoxal da relação. Pede-se sempre a presença do Estado quando é para financiar o setor agrícola, mas quando as leis beneficiam o trabalhador rural, o Estado não é mais necessário como interlocutor. No primeiro caso, é bem-vindo como agente financiador e como responsável pela solução da questão agrária, através de políticas públicas voltadas para a “modernização da agricultura” e aumento da produção. Assim, a solução viria pelas políticas econômica e agrícola, especialmente a assistência creditícia para o patronato rural, e a reforma agrária deveria privilegiar as formas de racionalizar a agricultura. No segundo caso, colocam que há uma limitação para interferência do Estado nas questões do campo, caso da extensão da legislação trabalhista ao meio rural — a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Nos capítulos 2 e 3 aprofundaremos estes pontos.

## **Metodologia e fontes**

Para realizar a pesquisa que dá sustentação a esta tese buscou-se, no primeiro momento, levantar os documentos disponíveis (textos, fotografias, áudios, vídeos) e bibliografias referentes à CNA, sua origem e seus porta-vozes, e notícias sobre a mesma nos veículos de comunicação, principalmente na imprensa. No Núcleo de Pesquisa, Documentação e

Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP), do CPDA/UFRRJ, encontrei entrevistas com lideranças patronais em outros contextos, material que ajudou a conhecer o perfil de algumas lideranças e na familiarização com seus discursos, argumentos e linguagem. Após este levantamento documental, foram lidos os trabalhos de pesquisa sobre a CRB e CNA localizadas através do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e em sítios na internet das universidades brasileiras. Neles não há uma sistematização dos trabalhos sobre o patronato rural. Das 91 entradas na Plataforma da Capes sobre patronato, apenas 21 tinham relação com o patronato rural — e a maior parte dos trabalhos localizados havia sido produzida nos anos 2000, o que pode estar relacionado ao fato da plataforma ter surgido apenas em 1987 e a não digitalização de algumas teses e dissertações produzidas nas décadas anteriores<sup>50</sup>.

Em seguida foi feito o fichamento de publicações que nos permitissem adotar uma perspectiva sociológica e histórica para decidir qual combinação metodológica mais adequada seria necessária para aprofundar a análise do material coletado e, numa terceira fase, a realização das entrevistas semiestruturadas. Ainda durante a discussão sobre a problemática da tese, com minhas orientadoras, outros trabalhos convergentes com o tema proposto foram selecionados. Dentre eles, os que tratavam da representação patronal rural, da questão agrária, dos movimentos sociais no campo, da modernização da agricultura e da ditadura militar. Os trabalhos voltados para essas temáticas, junto com o primeiro bloco bibliográfico, ajudaram a elaborar as questões que norteiam os capítulos da tese e a buscar uma abordagem original para apresentar este trabalho.

Para realizar as entrevistas, realizei uma pesquisa prévia sobre a biografia e trabalho de dos entrevistados que ocuparam cargos na Diretoria da CNA e dos ministros de Estado durante a ditadura empresarial-militar que integravam também a entidade ou mantinha ligações com suas lideranças. Primeiramente, selecionei na obras de Dreifuss (1981) nomes de empresários ligados à Confederação e que participavam do Ipes. Depois nas obras de Esteves (1991), Ramos (2001), Leal (2002); nas publicações *A Lavoura e Gleba*; e no livro comemorativo CNA Brasil —50 anos (1951-2001).

A opção pelas entrevistas foi uma forma de complementar o cotejamento de informações coletadas nos documentos e publicações oficiais da entidade e o que divulgavam

---

<sup>50</sup> O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, antes denominado Banco de Teses e Dissertações, começou a ser alimentado, a partir de 1987, por um aplicativo eletrônico denominado Coleta. Em 1996 sua atualização passou a ser feita por outro aplicativo, o Cadastro de Discentes. Hoje, tanto os metadados quanto os arquivos completos de teses e dissertações são informados diretamente à Capes pelos programas de pós-graduação por meio da Plataforma Sucupira. Fonte: <https://www.capes.gov.br>.

nos grandes jornais da época. O acesso aos primeiros, entretanto, não foi fácil. Na própria sede da entidade, atualmente em Brasília, não pude acessar praticamente nenhum documento de época — com exceção de um documento da década de 1970 e informativos dos anos 1990 em diante. Como passei um semana imersa na sede, fazendo pesquisa na pequena biblioteca que a entidade mantém, percebi que a forma de contornar o não acesso aos documentos, seria conversar com os funcionários que tinham mais tempo de trabalho na CNA e com alguns empresários que passaram por sua Diretoria em diferentes momentos. Para cada um deles elaborei um questionário, com perguntas abertas semiestruturadas relacionadas à trajetória pessoal e de trabalho de cada um, à relação da CNA com o Estado, à modernização da agricultura, às mobilizações para defender interesses, às relações com outras entidades patronais e às políticas públicas que julgavam mais importante para o setor do qual eram porta-vozes. Estes pontos foram pensados a partir da problemática da tese e das questões que norteiam os capítulos. Entrevistei ainda o atual presidente da SNA para verificar a visão sobre a Confederação e se alguma relação ou solidariedade era mantida ainda entre as duas agremiações. Também tentei uma entrevista com Fabio Meirelles, presidente da Faesp e membro da CNA, mas, apesar da confirmação e do envio do questionário para a entrevista, não houve retorno para a sua efetivação por telefone, e-mail ou pessoalmente. A maioria dos agendamentos das entrevistas foram realizados por meio das secretárias das lideranças e entidades ou de suas assessorias de comunicação. Alguns contatos foram obtidos através da universidade de origem do porta-voz, mas isso só ocorreu nos casos daqueles que lecionaram nesses estabelecimentos. As entrevistas foram importantes porque permitiram ver as contradições internas, as disputas e os conflitos entre grupos dentro da própria confederação.

Da perspectiva sociológica, a escolha da bibliografia teve como escopo elencar e analisar os fenômenos sociais nos quais a CNA teve protagonismo. Da ótica histórica, tentei inventariar os episódios que marcaram a concepção e o processo de instalação da Confederação e sua transformação em sindicato. O conjunto de episódios selecionados e discutidos busca chamar atenção para a linha de continuidade que atravessa os três momentos de organização da representação dos interesses patronais rurais e as formas de articulação política por meio da Confederação.

Após este período, a participação na pesquisa *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no estado do Rio de Janeiro* possibilitou o acesso ao material sobre a CNA, produzido pelas agências dos governos militares e organizados no acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, e deu as condições materiais para realizar entrevistas no Rio de Janeiro, Brasília (DF), São Paulo e Pernambuco. Uma primeira inserção no campo ocorreu em Brasília, onde fiz

pesquisa na sede da CNA, na Biblioteca da Faculdade de *Tecnologia CNA*. *Depois de uma semana de imersão ficou evidente que* o conjunto documental que nos interessava, como atas de reuniões e relatos de congressos, registros de mobilizações e demais encontros entre 1950 e 1980, não estavam disponíveis na CNA. A maior parte dos funcionários — de diferentes departamentos — informou que “não estavam depositados lá”. No entanto, a inviabilidade de acessá-los foi compensada pela ajuda da Assessoria de Comunicação da entidade, que intermediou e me forneceu contatos de porta-vozes com quem eu poderia falar, e pela relação que pude estabelecer, informalmente, com funcionários da base hierárquica da administração do primeiro piso e subsolo 1.

Nesse sentido, há um Manual de Uso do prédio da CNA que mostra a arquitetura do prédio extremamente hierarquizada e vertical. O presidente da entidade e demais diretores têm salas no andar mais alto, a assessoria de comunicação no andar logo abaixo, os setores administrativos, no térreo, a biblioteca e salas da Faculdade CNA, no subsolo 1. Minha circulação era livre entre o subsolo e o térreo. No entanto, o acesso aos demais andares só era possível após agendamento prévio de entrevista com porta-vozes da entidade, por meio do setor de Assessoria de Comunicação.

Sobre os documentos procurados não se pode afirmar se estavam guardados em outro espaço ou se foram “perdidos” na mudança da CNA do Rio de Janeiro para Brasília, na década de 1970 e, a seguir, nas três mudanças de prédio já na capital federal, como afirmaram os porta-vozes e os funcionários do setor administrativo. Na busca pelo acesso à documentação da entidade, chamou-me a atenção a afirmação de que muitos documentos foram queimados durante a gestão do senador Flávio da Costa Brito, quando houve relatos e registros de corrupção na própria CNA e nos momentos em que agentes das Forças Armadas chegaram a fazer vistorias em sua sede para apurar tais denúncias de membros da própria CNA contra Brito — estes fatos foram comentados por algumas lideranças e funcionários da CNA entrevistados.

Ante a enorme dificuldade do acesso a fontes primárias, um quarto momento envolveu um longo período de pesquisa na Biblioteca Edgard Teixeira Leite<sup>51</sup>, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, na Embrapa Solos e no Museu Nacional, todos situados no Rio de Janeiro.

---

<sup>51</sup> Faz parte da Escola Wenceslão Bello, unidade da Sociedade Nacional de Agricultura situada no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. É um campus educacional e ambiental com laboratórios, clínica veterinária e unidades de criação zootécnica (suinocultura, bovinocultura, avicultura, cunicultura e ranicultura). Oferece graduação em medicina veterinária e zootecnia. Como sua coleção da Gleba é incompleta, recorri a Embrapa Solos e a Biblioteca Nacional, ambas no Rio de Janeiro. Nesta última foi possível ver onde havia números da revista em fundos de diversas instituições em todo país. Buscamos também obter números que faltavam por meio das federações da CNA, mas suas coleções não estavam completas e houve casos em que a coleção foi para o lixo, como na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (Faes).

Na primeira instituição encontrei a maior parte dos números da revista *Gleba*, a publicação oficial da CRB/CNA que difunde a ideologia e os ideais de seus porta-vozes. Sua criação ocorreu em 1955, quatro anos depois da constituição da CRB<sup>52</sup>. Sua proposta era levar aos ruralistas brasileiros ensinamentos e mensagens de confiança capazes de promover a elevação dos índices de produção e produtividade agrícola e, em consequência, a aceleração do ritmo do processo de desenvolvimento econômico do País. O público-alvo da *Gleba* era a “família ruralista” — termo usado por um dos seus mais notórios presidentes, Íris Meinberg — e os dirigentes do País no que se refere aos interesses dos produtores rurais.

Meinberg, no primeiro editorial, diz que revista pretendia ser “a voz da maioria da população realmente produtora” (*Gleba*, jul. 1955, p.1). A revista era enviada às federações patronais, aos sindicatos rurais, à embaixadas e consulados instalados no Brasil, às bibliotecas, às instituições do Estado e autoridades públicas, e aos veículos da imprensa, que costumavam publicar notas sobre os números recebidos e o conteúdo da edição. A *Gleba* era vendida em números avulsos e por meio assinatura anual para seus leitores. Também eram comercializados em suas páginas espaços para anúncio pago. Já a venda da publicação ocorria por meio das sucursais, instaladas em vários estados. A primeira foi instalada em São Paulo (SP), em agosto de 1955. Depois em Curitiba (PR) e Florianópolis (SC), Recife (PE) e Porto Alegre (RS). Na revista, encontrei reproduzidos parte dos documentos que me interessavam (pronunciamentos de porta-vozes, relatos de reuniões internas, comunicados oficiais, relatórios encaminhados ao governo federal e artigos com posições sobre temas relevantes para a tese). Trabalhar com esse material trouxe novamente o desafio de manter a distância justa para poder realizar uma leitura crítica e pensar o contexto histórico no qual foi produzido, sem perder de vista o cerne dos debates da época. A dificuldade, ao lidar com veículos de comunicação corporativos ou institucionais, caso da *Gleba* e também da *Lavoura* com a quais trabalhei, foi não deixar meu próprio texto se mesclar com a narrativa oficial da CNA. O trabalho fino consistiu em distinguir o que era sua propaganda sindical e desvelar o conjunto de ideias que buscava difundir para persuadir sobre a importância de determinados temas, o silenciamento de outros e levar ao

---

<sup>52</sup> Nos primeiros anos, o quadro editorial da *Gleba* era composto por Íris Meinberg (direção), Luiz Marques Poliano (redator chefe/SNA), Fortunato Ferreira Guarita (gerente). Os redatores técnicos eram: Bem-Hur Raposo (agrônomo/SNA), Raul Renato Cardoso de Melo Filho (secretário geral do Departamento de Cafeicultura da Faresp) e J. M. Fonseca Lima (engenheiro agrônomo da Seção de Comercialização da Divisão de Economia Rural/Secretaria da Agricultura de São Paulo). Os colaboradores permanentes: Agostinho Monteiro (CRB, vice-governador e deputado federal pelo Pará), Alberto Ravache (SNA/CRB), Arthur Oberlander Tibau (CRB/Sociedade Fluminense de Engenheiros Agrônomos), Arthur Tores Filho (SNA/CRB), Geraldo Goulart da Silveira (SNA/CRB), João Maurício de Medeiros (SNA/CRB), José A. Vieira (SNA), Manoel Barros Ferraz (engenheiro agrônomo/Ministério da Agricultura), Sálvio Pacheco de Almeida Prado (SRB) e Waldemar Rupp (CRB, deputado estadual e federal da União Democrática Ruralista).

engajamento em torno de seus interesses. Cada leitura de atas de reuniões, pronunciamentos, falas em solenidades reproduzidas, reprodução de partes de relatórios, cartas à imprensa, notícias próprias exigia o esforço de fazer as questões adequadas, questionar afirmações, visões, argumentos e discursos e checar informações.

Foi possível observar que, quando Meinberg deixou a direção da entidade, a *Gleba* passou por uma reestruturação, alterou a apresentação gráfica e a linha editorial, que deveria priorizar a “evolução tecnológica do mundo moderno” e os planos e programas dos órgãos oficiais e da iniciativa privada no universo da agropecuária. Além da criação de novas seções, como a sessão sobre cooperativismo — assunto que interessava a Flávio Brito, o novo presidente a partir de 1967. São novidades as sugestões para cuidar e aumentar a vida útil das máquinas agrícolas (tratores, cultivador, grade e arado de discos, dentes, aiveca e molas, semeadeira de trigo, colhedadeiras, enfardadeira, condicionadora de feno etc.). Entre as novas colunas da revista surgiu o Painel Cooperativista, assinada por D’Almeida Guerra Filho. Neste espaço apareciam os anúncios de novidades nos setores de café, trigo, milho híbrido, pesca, rações, pecuária leiteira e de corte, granjas, supermercado, a partir da fala de presidentes de cooperativas. Este era um conjunto de temas que tinha visibilidade na revista. Já questão agrária, tema bastante pautado no pré-1964, vai sumindo das páginas da revista depois de 1964.

A *Gleba*, em 1970, chegou a mais de 20 mil exemplares. Mas, nessa década, notavam-se dificuldades para conseguir novos assinantes, pois passou a ser constante o apelo, por meio de anúncios para que os “ruralistas brasileiros” renovassem a assinatura e para obter novos assinantes, além de passar a ser vendida em bancas de jornais. Em 1971 há chamada para sindicatos enviarem material para publicação. O teor dos anúncios e o constante apelo enaltecendo a publicação revelam as dificuldades para mantê-la:

*Gleba*, revista destinada ao proprietário rural, circula em todos os municípios do País, sendo lida por ministros, senadores, deputados, prefeitos e demais autoridades federais, estaduais e municipais. É enviada a federações, sindicatos e associações rurais, cooperativas agrícolas, agências do Banco do Brasil, dioceses, bibliotecas e escolas agrícolas, embaixadas e consulados, além de manter intercâmbio com vários países sobre assuntos de interesse dos ruralistas. Em face disso, os mais importantes agricultores e criadores do Brasil são, na quase totalidade, assinantes da GLEBA, cuja tiragem é de 25 mil exemplares mensais (*Gleba*, fev. 1971, p. 33).

A revista parou de circular depois de 1973, a última edição publicada reunia os números 216/217, referentes aos meses de outubro e novembro daquele ano. A CNA ficou sem veicular suas atividades numa revista própria até o segundo semestre de 1977, quando surgiu uma nova

revista, *Agricultura, a força verde*<sup>53</sup>. Esta durou até os anos 1980. Na década seguinte, a *Gleba* ressurgiu em formato de boletim informativo.

A outra fonte de informação primária foi a revista *A Lavoura*, da SNA. A publicação possibilitou extrair mais informações sobre o surgimento da CRB em 1926. Esta publicação nos anos 1940 passou a ser apresentada também como um veículo da CRB. Depois da leitura e fichamento das duas revistas, cotejei e complementei informações através do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *A Noite* (RJ), revista *O Cruzeiro*, *Diário Carioca*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* etc. Em momentos pontuais foram usadas publicações como *O Movimento*<sup>54</sup>, que trazia reportagens investigativas sobre movimentos radicais da extrema direita que surgiram no final de 1960, e veículos de comunicação regionais. A imprensa ajudou a suprir vazios de informações e, após a interrupção da *Gleba*, foi a principal fonte sobre a CNA, sendo essencial para a elaboração de quadros com a minibiografia dos dirigentes da Confederação nas gestões de Mário de Oliveira e Alkindar Junqueira (1951-1953), Íris Meinberg (1954-1967) e Flávio Brito (1967-1987).

Nos diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi possível localizar temas de pronunciamentos e identificar os projetos de lei e requerimentos de autoria dos presidentes da CRB/CNA que eram senadores e deputados. Como o foco foi o material relacionado a estes, os documentos merecem uma análise mais acurada em pesquisas futuras sobre a atuação patronal rural nessas instâncias.

Apesar dos seus limites, essas fontes possibilitaram formular novas questões sobre o objeto empírico e deram subsídios para elaborar as entrevistas abertas semiestruturadas — sempre com um roteiro de questões previamente elaborado — com os porta-vozes e demais personalidades ligadas à CNA (ver lista completa de entrevistados em Lista de Fontes). O caderno de campo e o registro fotográfico de pessoas e ambientes institucionais e residenciais<sup>55</sup> foram também duas ferramentas metodológicas usadas para compor uma etnografia elementar dos atores com os quais conversei.

---

<sup>53</sup> Enquanto devolvia a pesquisa não localizei os números impressos da publicação. Por isso, não sei precisar o ano exato em que parou de ser publicada. A coluna Agrária, do *Jornal do Commercio* (4/9/1978), informa que a revista *Agricultura, a força verde* era editada pela Guavira Editora. Um dos assessores da Diretora da Guavira foi o coronel Francisco Boaventura, irmão do presidente da Itaipu — Binacional, o general Costa Cavalcanti.

<sup>54</sup> Junto com *O Pasquim* e *Opinião* foi um dos jornais da imprensa alternativa mais importantes durante a ditadura empresarial-militar. No seu grupo de colaboradores estavam Jacob Gorender, Moniz Bandeira, Fernando Henrique Cardoso, Perseu Abramo, Chico Buarque de Holanda, Francisco de Oliveira, entre outros.

<sup>55</sup> Com câmeras fotográficas, celular e *tablet*.

Todavia, o problema de acesso a materiais não é uma exclusividade da CNA. É um desafio com o qual se deparam os pesquisadores que se dedicam a estudar as classes dominantes e suas instituições em diversos países. Perissinotto e Codato (2015) afirmam que não há uma receita para o estudo das elites e as estratégias de abordagem tendem a ser muito variadas e, conforme o caso, complementares, principalmente por tratar-se de um campo de acesso mais difícil a documentos e a determinadas lideranças.

No período de realização de estágio de doutorado no Laboratoire Dynamiques Rurales, na Université Toulouse – Jean Jaurès, foi possível continuar a reflexão sobre a problemática e o instrumental teórico a ser mobilizado. Já a participação nos encontros promovidos pelo Groupe de Recherches Interdisciplinaires sur le Politique (ENS-Paris), permitiu discutir sobre as formas de lidar com o problema de acesso a informações e os limites do material trabalhado, pois se trata de fontes cuja narrativa é a do próprio patronato.

### **Os capítulos da tese**

A tese se divide em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo é voltado para as raízes históricas das organizações patronais no Brasil, reconhecidas como representativas pelo poder público desde o surgimento dos primeiros clubes agrícolas no contexto do movimento ruralista. O fio condutor deste capítulo histórico é a criação da Confederação Rural Brasileira. Esta escolha nos permite apresentar o contexto de sua formação nas duas primeiras fases e parte de suas doutrinas (visão, valores, missão) que explicam atitudes e mentalidades particulares herdadas da SNA pela CRB/CNA.

O segundo capítulo aprofunda a investigação histórica sobre a CRB até o momento de sua transformação em sindicato e discute as demandas postas pela CRB entre o final dos anos 1950 e o pré-1964, os descontentamentos com o governo João Goulart e articulações e mobilização para destituí-lo.

Estes capítulos iniciais foram estruturados para checar a hipótese de que a ação política e práticas da CNA são herdadas da CRB. Também não seria possível entender a transformação e reconfiguração da Confederação sem discutir as ideias em torno de sua concepção nos anos 1920, a sua conformação até a oficialização em 1951, a atuação das lideranças da CRB que continuaram na CNA, e, por fim, o impacto do decreto de Goulart. Estes tempos nos permitem refletir sobre o processo de fortalecimento da CNA e ver as continuidades e rupturas não apenas na Confederação, mas na própria representação patronal rural.

O terceiro capítulo analisa a posição da CNA, como sindicato patronal rural, após o 31 de março de 1964. Este é um momento de transição para a CNA e sua reconfiguração foi uma forma de adaptar-se às transformações políticas, econômicas e sociais do período. É dada ênfase à relação com os governos militares, principalmente, com Castello Branco, Costa e Silva, e Médici, considerando as bases sociais da Confederação, o perfil dos seus principais porta-vozes e os cargos que ocuparam. O eixo da reflexão são as políticas agrária e agrícola estabelecidas depois da promulgação do Estatuto da Terra. A abordagem utilizada explicita o posicionamento da entidade, seus pontos de discordância e de concordância com a política estabelecida pelo governo federal.

Nas considerações finais é apresentada a síntese das conclusões sobre cada capítulo. São comentados também alguns avanços em relação aos trabalhos produzidos sobre a CRB e a CNA; e quais as contribuições este trabalho pode dar para novas pesquisas.

## CAPÍTULO 1 – Estruturas da mobilização do patronato rural

Trabalhar sobre o patronato em geral, lembra Offerlé (2009b), significa, como para qualquer outro grupo que reivindica uma representação, refletir sobre as condições que possibilitaram sua formação e sua institucionalização, do mesmo modo que sobre sua denominação, sua consistência e delimitação das fronteiras do grupo representado. A observação desse mundo social nos ajuda a situar e a problematizar a complexidade da organização e representação patronal rural no Brasil. Esta envolveu a constituição dos grupos de interesse, o uso dos *lobbies* e o fortalecimento de movimentos sociais conservadores.

No século XIX surgiram iniciativas que deram corpo ao processo de criação de clubes agrícolas, associações, sociedades, federações e uma confederação rural. Esse tempo foi marcado por permanências e rupturas que reorganizaram a sociedade no Brasil e nos demais países latino-americanos. Entre as permanências estavam as heranças do período colonial: uma economia enormemente dependente da exploração de produtos agrícolas e importação de produtos manufaturados e alimentares, uma produção agrícola baseada no trabalho escravo, o domínio de uma classe de comerciantes e exportadores — a maior parte de origem estrangeira, sobre o comércio exterior do Brasil, um grande território onde “reinava” a figura do grande proprietário de terras e senhor de escravos do *plantation* (cana-de-açúcar e café) (HEINZ, 1996). Uma das grandes rupturas no século XIX, a abolição do trabalho escravo, provocou profundas transformações na relação capital-trabalho e a reação do patronato rural, com a estruturação e fundação de novos espaços de representação. Houve, então, um notório crescimento do número de organizações patronais ligadas a diferentes atividades comerciais.

O objetivo deste capítulo é expor um panorama sobre o mundo social e a organização do patronato rural para compreendermos porque se mobilizam e como criaram suas estruturas de mobilização e organização (associações e redes de relacionamento), que dão as bases organizacionais para a movimentação e ação política eficaz, ou em outras palavras, tomando os estudos de Tilly (1976, 1978, 1984, 1993, 2005), abrem uma janela de oportunidade para a ação política coletiva se constituir e se corporificar. São enfatizados o processo e os movimentos que levaram à criação da Confederação Rural Brasileira (CRB) em 1926. Busca-se especialmente apresentar, em perspectiva histórica, a sua estruturação, a constituição de suas demandas e das estratégias de ação coletiva.

A CRB foi idealizada para representar nacionalmente os interesses do patronato rural. São expostas as reivindicações, a visão de mundo e os interesses defendidos através da CRB.

Destacarei alguns episódios que envolveram o movimento ruralista, fortalecido no campo da representação ao longo do século XX, que fizeram parte de um processo que concretizou um antigo desejo do patronato rural. Isto nos permite visualizar os tipos e a hierarquia das organizações patronais rurais nos espaços de representação. Além disto, nos faz trabalhar, a partir de outra perspectiva, noções como mobilização e repertório de ação coletiva, que pertence a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (TILLY, 1993)<sup>56</sup>. O capítulo é dedicado ao resgate das mobilizações que possibilitaram a instituição da CRB em dois momentos, 1926 e 1951. A intenção é, brevemente, elencar os interesses comuns e as fronteiras entre as primeiras instâncias de representação do patronato rural.

---

<sup>56</sup> A noção de repertório de ação coletiva de Tilly aparece mais definida e trabalhada em *Contentions repertoires in Great Britain, 1758-1834*. Sua elaboração começou em trabalhos publicados nos anos 1970. Ver Tilly (1976, 1978) e o artigo de Alonso (2012), que contextualiza as condições de surgimento do termo e sua história nas obras do autor.

## 1.1. Organização da representação

Em todos os séculos na ossatura da história do Brasil, da economia, da política e da cultura esteve presente um ator, o patronato rural<sup>57</sup>, que na esfera do Estado, tradicionalmente, disputa recursos com o patronato industrial, outra fração da classe dominante que ganhou protagonismo a partir dos anos 1930. Entretanto, este grupo se constituiu de um segmento dos proprietários de terra, os cafeicultores, que pela dinâmica do setor cafeeiro diversificaram seus negócios dedicando-se a atividades industriais e constituindo bancos, ligados às Casas Comissárias do Café.

O patronato rural se destaca pela presença contínua nos pormenores da história brasileira, no conjunto de fatos e acontecimentos capitais e, principalmente, na política. Na narrativa da formação econômica do Brasil de Celso Furtado (2007), no início era a cana-de-açúcar, os senhores de engenho e os escravos. O país se estruturou a partir da monocultura, da concentração de terras, da escravidão e do poder monopolizado pelo patronato rural das grandes lavouras e dos engenhos, depois dos barões do café e pecuaristas. Nesse “início” nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e outros gêneros, como madeira e peles. Noutros ciclos, para fornecer diamantes e ouro, algodão e café para o comércio europeu. Para este comércio, com objetivo exterior, se organizou a sociedade, com seus contrastes e ambivalências, e a economia brasileira. Veio, então, “o branco europeu para especular, realizar negócios”, inverter seus cabedais e recrutar “a mão de obra que precisava: indígenas ou negros importados” (PRADO JR., 2011, p. 29). Afinal, como constataram Marx e Engels (1998), os segmentos sociais estruturam as sociedades em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos, em épocas anteriores na história, em quase todos os lugares. As contradições entre as classes e suas novas subdivisões não foram abolidas. Por isso concluem que a história de todas as sociedades permanece sendo a história das lutas de classe. De forma ampla, o conceito de classe de Marx guia neste trabalho a identificação do controle do Estado por uma classe economicamente mais poderosa e que, para isto, usa distintos meios e formas de representação. De forma específica, permite observar o patronato rural, como segmento ou fração dessa classe dominante, isto é proprietários dos meios de produção, como a terra, a fazenda e as empresas rurais. Na sociedade brasileira, integra o topo daquela hierarquia diferenciada de posições e detém capital econômico, social e cultural, portanto, forma um grupo social dominante, uma elite que, por meio de suas instâncias de representação — clubes, sindicatos, associações,

---

<sup>57</sup> Os senhores de engenho e usineiros, o empresário rural, fazendeiro e político, conforme apresentados no item Qual é o patronato em questão?, na Introdução.

grupos suprapartidários no Congresso e Senado — compõe o Estado ampliado, no sentido gramsciano apresentado na Introdução. Esse patronato rural mantém uma rede de relações por meio desses espaços, faz parte dos grupos de proprietários dos meios sociais de produção que utilizam trabalho assalariado (MARX, 1998). Estão entre os que, além do poder econômico, detêm o poder político, portanto são os que tomam decisões, normalmente, em nome do “conjunto da sociedade”.

Para compreender como surgiram as iniciativas de organização patronal rural e como se estruturaram suas mobilizações, além de considerar os elementos acima, é preciso situar que isso se deu numa conjuntura marcada pelo fim da monarquia (1822-1889) e do regime de escravidão (1888), que trouxe 3,8 milhões dos africanos que compulsoriamente deixaram seu continente para trabalhar na América portuguesa como escravos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O fim do regime escravista permitiu a instalação de um mercado formal competitivo do trabalho com base no contrato no meio urbano — uma importante mudança, mesmo que carregando do período anterior “continuidades fundamentais” sob outras roupagens (SOUZA, 2017). Todavia, no mundo rural prevalecia os usos e costumes locais ou da região, não havia direitos para os trabalhadores rurais. Esse contrato só passou a vigorar depois da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Algumas exceções se deram nas áreas de café, com a promulgação do Decreto Federal 6.437, de 26/3/1907, que previa a criação da caderneta agrícola, e canavieira, com o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei nº 3.855, de 21/11/1941)<sup>58</sup>.

O processo de desenvolvimento do País estava voltado para fora e o seu dinamismo dependia do crescimento da demanda pelos seus produtos de exportação, por parte das economias líderes. O Brasil se assemelhava aos demais países latino-americanos por sua economia primário-exportadora tradicional, pela estrutura fundiária fortemente concentrada e baseada nas atividades de exportação desenvolvidas nas grandes propriedades. A produção para exportação se concentrava em um ou dois produtos, o que a tornava uma “economia reflexa”. Isto quer dizer que estava à mercê das crises das economias de que dependia e era agudamente vulnerável às flutuações nos preços internacionais desses produtos (TAVARES, 1983).

Segundo Mendonça (1990), um dos segmentos do patronato rural que estabelece a lógica da acumulação capitalista é formado pelos barões do café. Ela os considera a “fração

---

<sup>58</sup> No item 1.4. Legislações para o patronato rural e o sindicalismo brasileiro, apresento aspectos da legislação trabalhista e organização sindical.

agrária hegemônica da elite dominante”<sup>59</sup>. Sua influência, pela dinâmica do setor econômico no qual atuavam, se nota também na sociedade política, por exemplo, a partir da sucessão presidencial garantida pela “política dos governadores” do eixo São Paulo-Minas Gerais. Esta política, denominada popularmente de “política do café com leite” em alusão à grande produção nos dois estados de café e leite, foi iniciada pelo presidente Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902), fazendeiro paulista e quarto presidente da Primeira República (1889-1930)<sup>60</sup>. Os setores do patronato rural que não estavam ligados ao café foram relegados a segundo plano, tanto pelo peso do café na economia nacional como pelo papel subsidiário em coalizões políticas formadas em prol das indicações paulistas e mineiras nos momentos sucessórios. A disputa entre cafeicultores, usineiros, pecuaristas e grupos agrários dos diferentes setores econômicos, atuantes no mercado interno e externo, é constante nessa configuração política.

O processo que culminou com a abolição da escravidão e a proclamação da República permitiu transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira. Para Holanda (1982), não foi uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi uma civilização de raízes rurais, na qual as cidades eram virtualmente, se não de fato, simples dependências de propriedades rústicas. Situação que, segundo ele, não se modificou até à abolição. Também se tornou clara a importância e o aumento expressivo da influência no aparelho do Estado por parte de empresários do café, principalmente de São Paulo. Para uma melhor compreensão da natureza da relação Estado-CNA, destacarei um exemplo que ajuda a compreender os mecanismos que atuam no Estado ampliado. Foi uma associação civil de empresários paulistas que deu a tônica para a criação de uma lei provincial. Segundo Caldeira (2017), alguns desses empresários se prepararam para libertar escravos e, para isto, empregaram os meios disponíveis:

Os empresários cada vez mais ricos de São Paulo ousaram. Em julho de 1886, deixaram de lado o partidarismo para formar uma empresa sem fins lucrativos, a Sociedade Promotora de Imigração, que reunia liberais (visconde do Pinhal, conde de Três Rios, barão de Sousa Queirós), conservadores (Elias Pacheco Chaves, Antônio Prado Júnior) e republicanos (Jorge Tibiriça e Marinho Prado Júnior). A entidade tinha como objetivo 'promover por todos os meios a introdução de imigrantes e sua

---

<sup>59</sup> Sua hegemonia se afirma no final do século XIX. Mendonça (1990) distingue o patronato rural em dois grupos: a “grande burguesia” e os fazendeiros. A primeira seria composta por fazendeiros que derivam parcelas crescentes de sua renda de atividades cada vez mais urbanas. Os segundos são considerados os grandes fazendeiros que limitavam sua atividade à lavoura do café em si mesma. Dos primeiros, cujos representantes também tinham vínculos com o setor de transportes como o ferroviário, partiram iniciativas de apoio à diversificação científica da produção — algodão, pecuária, gêneros alimentícios etc.

<sup>60</sup> Na historiografia sobre este período também a denominam de República Velha, República Oligárquica, República de Coronéis e República do Café com Leite — para designar a alternância no poder entre as elites paulistas do café e mineiras da pecuária. Nesse período, além da produção de café, açúcar e algodão, destaca-se a borracha e o cacau.

colocação em toda província, mediante auxílios e subsídios que forem determinados nas leis' (CALDEIRA, 2017, p. 319).

O presidente da Sociedade Promotora de Imigração<sup>61</sup>, Martinho Prado Júnior, também deputado, foi enviado à Itália para arregimentar imigrantes italianos — no papel de presidente de uma sociedade civil de empresários. Caldeira (2017) narra que foi nessa condição de “simples cidadão” que ele negociou acordos com o governo italiano, estabeleceu bases, contratou o agenciamento de interessados. E ao voltar a São Paulo, no início de 1887, preparou um projeto de lei que transformava todos os acordos e contratos privados, por ele negociados como empresário, em lei provincial. Pelo documento, o governo assumiria os acordos e, principalmente, a conta a pagar.

É este tipo de inserção e ações políticas que apontam para a ideia de Estado ampliado. A conclusão de Caldeira sobre esta situação ajuda a sintetizar melhor: “os empresários reunidos na Sociedade Promotora da Imigração detinham poder suficiente para montar projetos por conta própria e impor esses projetos prontos ao governo. As decisões nasciam na sociedade, a organização era empresarial” (CALDEIRA, 2017, p 320).

A exemplo dessa entidade, outras associações empresariais surgiram na segunda metade do século XIX, como uma reação ao fim do regime escravista. A institucionalização da diferenciação dos interesses da organização de associações de classe, capazes de explicitar suas divergências e/ou semelhanças, foi o meio pelo qual também os empresários rurais reagiram à redefinição do papel da agricultura. Mendonça (1990) relata que coube a essas instituições o rótulo de “aristocráticas”. No contexto do fim da escravidão e da conseguinte transformação de parte considerável das relações de trabalho e sociais no país, a multiplicação das associações foi um indicativo de uma tendência inerente ao movimento ruralista<sup>62</sup>, o associativismo enquanto estratégia de defesa dos interesses agrários, no âmbito interno e externo. Olhando para

---

<sup>61</sup> Criada em 2/7/1886. A entidade se caracterizou como um projeto de uma elite de produtores de café, que por meio dela, logrou trazer imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas de café em substituição à mão-de-obra escrava. Em nove anos de atividade contratou e introduziu 266.732 imigrantes em São Paulo, com locação inicial em 100% das fazendas. Sua extinção aconteceu em 1895, quando o governo se encarregou das funções do serviço imigratório (Santos, 2007; Bianco, 1982).

<sup>62</sup> Um dos líderes desse movimento é Joaquim Francisco de Assis Brasil, filho de estancieiro gaúcho, diplomata e ministro da Agricultura (1930-1932). Atuou em defesa da modernização da agricultura por meio dos seus escritos e do engajamento político. Em missão na Europa como diplomata, fundou em 1895, em Paris, o primeiro grupo de interesses institucionalizado em defesa da moderna agricultura brasileira, a Société Brésilienne pour l'Animation de l'Agriculture et d'Élevage (Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura – SBAA). A SBAA foi a primeira agremiação com o intuito de representar os interesses do conjunto da agricultura brasileira. Luiz Marques Poliano precisa que sua criação foi em 10/6/1895, em Paris (POLIANO, *Gleba*, nov.-dez., 1958). Ver também Scherer (1973). Mendonça (1997; 2010) observa que, nos anos 1980, o termo ruralismo instituiu-se como designativo de uma associação de classe com pretensões partidárias e atuação “fascistizante”, a União Democrática Ruralista.

o Sudeste<sup>63</sup> nesse período, o escravismo e a exportação de café se concentrou no Rio de Janeiro, parte do vale do Paraíba paulista e parte de Minas Gerais e do Espírito Santo; enquanto a região de Campos, na província fluminense, era produtora de açúcar. Um efeito de longo prazo na atividade produtiva do período do Império (1822-1889) foi o surgimento de disparidades regionais, principalmente, no Nordeste, onde a produção de açúcar continuou sendo a principal atividade. Apesar dos problemas, manteve-se competitiva internacionalmente até meados do século XIX (CALDEIRA, 2017). Duas preocupações tomavam os fazendeiros do café e os senhores de engenho após a abolição da escravidão: a obtenção de crédito e a taxa de câmbio. Nesse contexto surgiram as usinas, mais avançadas, com capacidade de moagem e produtividade superiores às dos engenhos do século XVI. Para se manter competitivos, os senhores de engenho teriam que investir para se modernizar. A política cambial do governo, voltada para tornar mais cara a moeda, era uma barreira para eles (CALDEIRA, 2017).

Inicialmente, os interesses e demandas do patronato rural foram sistematizadas através de “comícios agrícolas” (espécie de cooperativa com finalidade de amparar determinados segmentos do patronato rural como, por exemplo, os que produziam cana-de-açúcar), “clubes da lavoura” (entidades patronais locais e com duração efêmera) — no Centro-Sul do país e Nordeste — e associações civis de caráter privado. Pang (1981) associa o surgimento dos clubes da lavoura ao setor de produção do café, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre 1860 e o fim do Império. Nota-se uma articulação referente a representação do café — o que mostra a relevância do setor na economia nacional. Sua aparição ocorria, em geral, nos tempos de crises de exportação. Alguns momentos de crise são comentados por Netto (2009), um deles, no primeiro ciclo do café (1857-1868), estava ligado à Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando “o café, que vinha aumentando a sua participação no fornecimento total de divisas para o país e já chegara a representar quase 60% de nossas exportações no período imediatamente anterior a 1861, viu a sua participação diminuir durante a Guerra de Secessão” (DELFIM NETTO, 2009, p. 22). Durante o segundo ciclo (1869-1885), apesar da crise mundial, em 1873, que baixou consideravelmente os preços na Europa, particularmente o nível dos salários, surpreendeu um mercado cafeeiro equilibrado. Isto deu melhores condições de resistência e ajudou a sustentar os preços internos e externos do produto (DELFIM NETTO, 2009). O autor observa ainda que devido aos compromissos governamentais, principalmente,

---

<sup>63</sup> Esta região além da concentração de escravos e produção de café, acumulava recursos de todo o país, através do governo. Caldeira (2017), afirma que afora as poucas exceções de fronteira — Rio Grande do Sul e Mato Grosso, o Rio de Janeiro — chamado Município Neutro, a sede da Corte e do Poder Moderador — era um centro de receitas e despesas públicas.

em relação à seca no Nordeste, os déficits se avolumaram. Tais pressões fizeram baixar a taxa cambial, a despeito do aumento da receita proveniente do café, e assistiu-se um fenômeno curioso e de extrema importância para a economia nacional. “Como consequência da favorável situação do seu mercado, o preço do café caiu lentamente dentro de um período de crise” (DELFIN NETTO, 2009, p. 24). O declínio lento do preço do café manteve a receita de divisas elevada, mas em consequência do aumento da pressão para importar, a taxa cambial começou a declinar e, durante um período, os movimentos de baixa de preço do café no mercado internacional foram compensados, então a remuneração do café, em moeda nacional, diminuiu rapidamente. Para Delfim Netto, esse fato explica porque, apesar de o mercado se manter em baixa durante quase dez anos, a produção de café não deixou de aumentar atingindo a crise de mão de obra o seu ponto máximo. Nesse cenário, em que o movimento de baixa do preço do café durou mais de uma década, com recuperações apenas episódicas, houve uma modificação da estrutura de produção interna, que passava do Rio de Janeiro para São Paulo, sem elevar o volume total produzido. Esse processo se acelerou com a libertação dos escravos, pois uma parte importante da cafeicultura paulista apoiava-se no trabalho dos imigrantes<sup>64</sup> (DELFIN NETTO, 2009).

Uma pauta constante na história dos clubes agrícolas e das associações patronais rurais era o crédito agrícola, pois uma terra sem escravos e/ou equipamentos agrícolas não tinha valor como garantia de hipotecas. A transição do Império à República foi caracterizada por tensões e conflito entre o Estado e o setor agrícola devido ao fim da escravidão e a descapitalização do patronato rural. Os proprietários de fazendas gigantescas e cafezais sem-fim enfrentaram problemas econômicos. Segundo Caldeira (2017), sem os títulos de propriedade de escravos, não conseguiam empréstimos para pagar salários. Houve quebra dos barões do Império um após o outro. É nesse clima que ocorrem os debates nos congressos agrícolas e se proliferam os clubes da lavoura municipais e as associações.

Os congressos agrícolas foram mais um espaço no qual a classe dominante, composta principalmente por grandes fazendeiros de café, reuniu a elite agrária brasileira. O ano de 1878 foi o de realização desses eventos. Os congressos realizados no Rio de Janeiro e em Recife foram convocados pelo governo imperial, que estava disposto a promover os interesses da lavoura e obter informações do patronato sobre os problemas enfrentados. O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro contou com assistência do Ministério da Agricultura e com a

---

<sup>64</sup> A imigração havia se intensificado desde a década de 1880. E o fim da escravidão significou não somente a perda de mão de obra escrava, mas também a necessidade de realização de enormes investimentos na construção de casas para os novos colonos, que tinham um padrão de vida diferente dos escravos.

participação de representantes das principais regiões produtoras de café: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O objetivo do governo era “encontrar formas de auxiliar a lavoura do país e impulsionar seu desenvolvimento” (SIMÃO, 2001, p. 12). Em protesto a essa iniciativa que não incluía outras regiões, fazendeiros do Nordeste resolveram convocar evento semelhante, em Recife. O motivo principal para realização do Congresso Agrícola do Recife foi a suposta marginalização do Nordeste — à época denominada de região Norte — e o fato de enfrentarem grave crise na agricultura (SIMÃO, 2001), portanto, também precisavam da ajuda do governo. A convocação para essa reunião foi feita pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Simão relata ainda que, para o patronato do Nordeste, o caráter secundário dado à região também ficara explícito durante a construção de uma infraestrutura representada pela implantação de estradas de ferro, destinação de créditos, vias de comunicação etc. que beneficiava os interesses do setor cafeeiro em detrimento do da cana-de-açúcar.

Palacios (2009) informa que participaram do Congresso Agrícola de Recife os grandes e médios proprietários de terras e escravos do Norte e Nordeste, tanto os usineiros de Pernambuco como os produtores de algodão que usavam o mercado da cidade como zona de exportação de seus produtos (SIMÃO, 2001)<sup>65</sup>. De acordo com Palacios, esse patronato rural declarou, no encontro em Recife, que estava satisfeito com a oferta de mão-de-obra. Alguns afirmaram que o movimento crescente de conversão de camponeses autônomos em solicitantes de terras e de emprego nos engenhos e nas fazendas antecedia a grande estiagem desses anos que, por sua vez, apenas culminaria com a consolidação do processo de destruição das comunidades de cultivadores pobres independentes. Os ex-escravos não tinham outra alternativa de sobrevivência a não ser o reemprego em engenhos ou fazendas, mudando apenas ou distrito ou freguesia. A preocupação das classes dominantes nordestinas era com a necessidade de se estruturarem sistemas jurídico-ideológicos de repressão e enquadramento dessa força de trabalho (PALACIOS, 2009).

A criação de clubes mobilizou grandes fazendeiros do café fluminenses, professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, paulistas, mineiros e lideranças de outros estados (BRASIL, 1975). Um exemplo aconteceu com a criação do Clube da Lavoura, em junho de 1871, na sede do Clube Fluminense. A reunião de criação foi presidida pelo Comendador

---

<sup>65</sup> Mais detalhes sobre os dois congressos podem ser consultados em Simão (2001). Outro enfoque é dado a esses eventos por Maria Nascimento e Manoel Nascimento (2013). Eles fizeram um estudo sobre os projetos para educação da elite agrária, sobretudo o patronato do café, que propôs a criação de instituições escolares — para os “libertos ingênuos”, asilos e orfanatos de educação agrícolas para receber e preparar as crianças para o trabalho. O ensino primário e a escola agrícola eram vistos como essenciais para tornar possível a utilização da mão de obra nacional no serviço agrícola.

Joaquim Breves, representando o Vale do Paraíba fluminense. O Clube da Lavoura e do Comércio era um entre os vários exemplos do exercício do “direito de petição” que proliferou naquele ano — foram enviadas 33 representações à Câmara e 11 ao Senado para barrar no Parlamento a reforma envolvendo os escravos patrocinada pelo gabinete Rio Branco. Conforme Brasil (1975), na prática, os planos do Clube reduziram-se à criação de um fundo de emancipação, eliminando-se tanto o dispositivo das alforrias forçadas quanto a própria liberdade dos nascituros. O foco era a esfera de ação do Estado sobre a escravidão. Nos planos do Clube da Lavoura, qualquer reforma no regime de trabalho não poderia ser realizada senão pelos próprios senhores de escravos.

Fernandes (2008) observa que, a partir da década de 1870, articula-se um movimento abolicionista com atuação fora e dentro do âmbito parlamentar com atores de variadas correntes doutrinárias e políticas. Na década seguinte surgiram vários clubes abolicionistas<sup>66</sup> pelo Brasil, onde se debatiam formas de atuação parlamentares e extraparlamentares que tinham como objetivo implementar a abolição imediata e sem indenizações. A partir de meados de 1880, o abolicionismo ganhou, de fato, as ruas e o centro do debate parlamentar. A autora afirma que com o crescimento abolicionista, a reação a ele também cresceu. O rechaço veio com a fundação dos inúmeros clubes da lavoura por fazendeiros cada vez mais assustados com esse movimento. Outro aspecto destacado por Fernandes (2008) é que esses clubes e associações patronais:

formam milícias armadas para proteger fazendas, destruir quilombos e intimidar abolicionistas em geral. O que se percebe é um crescimento da violência, principalmente no campo, o que leva a discussões inflamadas e acusações de ambos os grupos — abolicionistas e escravagistas — no Parlamento (FERNANDES, 2008, p. 37).

Além do surgimento dos inúmeros clubes abolicionistas e clubes da lavoura, segundo Fernandes (2008), houve uma explosão e reação nas senzalas, onde surgiram movimentos coletivos e atentados a senhores e feitores. Os crimes cometidos por escravos sempre existiram, mas, a partir de 1880, ganharam uma dimensão que chegou a provocar pânico em algumas regiões como o oeste paulista — os escravos exigiam direitos aos senhores.

Para Mendonça (1990), os clubes da lavoura e as sociedades agrícolas, concebidos no período imperial, foram iniciativas pioneiras de organização dos fazendeiros intimamente

---

<sup>66</sup> Foi lançada a ideia de fundar uma Confederação Abolicionista. Com este fim reuniram-se na redação da Gazeta da Tarde, em 1883, representantes das agremiações: Brasileira contra a Escravidão, Emancipadora da Escola Militar, Libertadora Pernambucana (da mesma escola), Club dos Libertos de Niterói, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, Club Bittencourt Sampaio, Sociedade Abolicionista Cearense, Club Abolicionista Guttemberg, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Caixa Libertadora Joaquim Nabuco (Fernandes, 2008).

conectadas ao fim da escravidão. Apesar da formação de clubes acontecer dos anos 1880, ela destaca dois marcos, em 1880 e 1884. No primeiro, a maioria dos clubes são criados nos territórios no qual predominava a produção de café, no centro-oeste paulista (dos 23 criados, 18 estão nesta região). Mas suas ramificações alcançaram áreas antigas do Vale do Paraíba (RJ, SP), Zona da Mata Atlântica e a região açucareira de Campos (RJ). No segundo, destacaram-se as associações que surgiram no Vale do Paraíba (34 das 49 fundadas) e foi mais bem-sucedido entre os fazendeiros menos influentes das zonas antigas de plantação do café — situadas no médio Paraíba<sup>67</sup>.

Aqueles dois momentos, segundo Mendonça, constituem duas ondas do movimento organizativo dos interesses agrários. Ambos se diferenciam quanto ao sentido e objetivos. No primeiro, prevaleceu o tom político e a busca de alternativas à escravidão, enquanto, no outro, lutava-se abertamente contra o abolicionismo e defendiam-se os direitos de propriedade e a aliança com o capital comercial e bancário (MENDONÇA, 1990). Os fazendeiros do café usavam os clubes e as atividades agrícolas como meios para sensibilizar as instâncias do poder público em prol dos seus interesses. Ou, como sugere Mendonça, a expansão dos clubes da lavoura nos municípios representou a primeira tentativa de formalizar a natureza corporativa das reivindicações agrárias. Entretanto, a efetividade dos clubes era limitada. Possivelmente seu caráter efêmero contribuía para isto, e havia dificuldades de legitimação ante o próprio Estado. Este se recusou a sancioná-los como foros políticos aceitáveis e legítimos, o que pode ser um reflexo das diferenças quantitativas e qualitativas entre os clubes da lavoura e das próprias disputas regionais entre o patronato rural. Pois, como apontou Mendonça (1990), quando os clubes surgiram houve uma concentração. Depois, os novos clubes que apareceram reuniram os fazendeiros menos influentes das zonas antigas agroexportadoras. Havia uma cisão interna nesse patronato rural, ou seja, entre os mais dinâmicos das novas zonas de produção de café e os das antigas regiões cafeeiras. Nesses dois momentos organizativos, os atritos de interesses estavam relacionados a discordâncias quanto às soluções separatistas e descentralizantes por parte dos clubes paulistas. Nos primeiros clubes prevalecia o tom político e a busca de alternativas à escravidão, enquanto os que surgiram depois se colocavam contra o movimento abolicionista e defendiam a continuidade do escravismo.

Outro aspecto relevante dos clubes é terem se confundido com o aparato político local, pois estavam ligados às câmaras municipais que, geralmente, eram as patrocinadoras de sua criação. Segundo Heinz (1996), os clubes de lavoura representavam os interesses dos grandes

---

<sup>67</sup> Abrange os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quantis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

fazendeiros e sua maior expansão foi nos anos 1880, período em que esses proprietários de terra estavam inquietos com a queda dos preços dos produtos agrícolas, a redução dos créditos para suas lavouras e as ameaças ao sistema escravocrata. A maior parte dos clubes de lavoura, apesar do caráter efêmero — a maior parte durou um ano ou dois, “permitiu ver uma capacidade de mobilização latente dos proprietários de terra, suscetível de se manifestar nos períodos de crise” (HEINZ, 1996, p. 111-112). Já a organização dos comícios agrícolas, ou assembleias de agricultores, tinha como objetivo compensar os desajustes causados pelo fim da escravidão e fazer propaganda para que o *brasileiro livre* (RIDINGS, 1994) se interessasse pelo trabalho rural, nas terras e cultivos de fazendeiros.

Os comícios agrícolas, os clubes da lavoura e as associações comerciais estão na gênese da ação coletiva do patronato rural. Tais espaços agregavam, até o século XX, comerciantes, industriais e fazendeiros/empresários rurais, ou seja, os homens de negócios das principais cidades (Rio de Janeiro, Recife, Salvador). Ridings (1994), ao estudar os grupos de interesse no Brasil do século XIX, notou que as associações comerciais exerciam grande influência em todos os níveis do governo.

As associações, os primeiros espaços de reunião dos comerciantes e de defesa os seus interesses coletivos, surgiram na Bahia e no Rio de Janeiro, depois nos demais estados do país. O objetivo comum a estas entidades era fortalecer, dignificar e proteger os que viviam em torno do comércio e a defesa da liberdade e da cidadania. A primeira foi a Associação Comercial da Bahia, fundada em 1811, e atendeu a três demandas: dos comerciantes para terem um local onde se reunir e realizar seus negócios; do vice-rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito, VIII Conde dos Arcos de Val de Vez, interessado no desenvolvimento da província governada, sede do maior porto do hemisfério Sul à época; do príncipe regente, D. João VI, de promover o progresso da colônia, sede provisória da Corte Portuguesa. Depois houve a estruturação de sociedades em âmbito regional, como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (mais ligada à agricultura)<sup>68</sup>, em 1832. Outra associação civil patronal, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)<sup>69</sup>, surgiu em 1834, com o nome de Sociedade

---

<sup>68</sup> Seu principal organizador foi Miguel Calmon do Pin e Almeida (1794-1865). Vindo de uma família de usineiros do Recôncavo Baiano, região produtora açúcar. Formado em direito, em Coimbra (Portugal). Foi ministro da Fazenda (cinco vezes) e Relações Exteriores (duas vezes), vereador da Imperatriz, do Conselho do Imperador, conselheiro de Estado, senador da província do Ceará (1840), presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Fluminense de Agricultura, e membro do IHGB. Fonte: HEINZ (1996) e Ministério da Fazenda. Disponível em: [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br). Acesso em: 14 de mar. 2019.

<sup>69</sup> Depois surgiu a de Pernambuco, em 1839. O autor lembra que algumas tiveram existência temporária. O associativismo do setor comercial se estruturou ao longo do século seguinte. Em 1912 foi criada a Federação das Associações Comerciais do Brasil.

dos Assinantes da Praça (SAP)<sup>70</sup>. Seu reconhecimento pelo governo federal como órgão técnico e consultivo aconteceu depois de mais de um século, com a promulgação do Decreto nº 6.348, de 20/9/1940.

Ridings (1977, 1994), ao avaliar, de 1834 a 1900, o papel dos grupos de interesse empresariais organizados, constatou que estes trabalharam para aumentar a qualidade e o volume das exportações. Estes grupos tentaram, através de vários meios, obter crédito abundante e barato para os fazendeiros. Eles também buscaram ajudar a agricultura no comércio exterior por meio de campanhas contra a taxaço das exportações, e assegurar aos fazendeiros um número suficiente trabalhadores, através da escravidão e imigração. Esse autor considera aqueles reunidos em torno das associações comerciais o mais poderoso grupo de interesse organizado e com forte impacto naquele período, quando eram poucos outros grupos com a mesma articulação. Schmitter (1971, *apud* RIDINGS, 1994) chega a concluir que até o século XX essas associações comerciais serviam como o único agregador dos interesses das classes conservadoras, isto é, de três segmentos da elite: os comerciantes, os industriais e o patronato rural. Ao mesmo tempo, Ridings (1994) diz que a influência das associações comerciais era, às vezes, mais notável e, às vezes, suplantada por dois outros tipos fortes, apesar de frequentemente menos duradouro, de organizações de interesses empresariais: os grupos fabris e os industriais. Estes, apesar de serem ainda setores incipientes no século XIX, passaram a ter protagonismo no século seguinte. O avanço dos interesses do comércio exterior, a prosperidade local, a indústria, ou um produto agrícola específico, requeriam uma representação coletiva atenta.

A organização do patronato rural no âmbito da sociedade civil culminou com a criação de três organizações principais, a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA (1897), a Sociedade Rural Brasileira – SRB (1919) e a Confederação Rural Brasileira (1926 e 1951). A ambição nas três entidades era ter uma inserção nacional, como as próprias palavras “nacional” e “brasileira” anunciam nos respectivos nomes dessas organizações. A SNA foi a primeira agremiação do patronato rural com o fim de representar nacionalmente os interesses agrários. Com sede no Rio de Janeiro, era composta por empresários de complexos econômicos menos favorecidos pelas conjunturas mundial e nacional e pelas políticas públicas. Detalharei melhor sua finalidade no próximo item.

---

<sup>70</sup> Vieira (2014), que investigou a atuação da ACRJ e sua influência na produção das políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro entre 1869 e 1934, relata que seu primeiro presidente foi Felipe Néri de Carvalho, um empresário rural com investimentos diversificados. Ele era comerciante e grande proprietário da Corte, com imóveis em Santa Tereza, Praia Grande, Botafogo, Prainha e no Centro. Plantava cana-de-açúcar nas terras circunvizinhas à Corte.

Enquanto a SRB, criada em São Paulo, tinha bases estritamente regionais e reunia distintos segmentos do patronato rural (pecuaristas, cafeicultores e diversos agricultores), a maior parte era de grandes proprietários sediados naquele estado. A SRB defendia a “modernização” da agricultura, a propriedade privada da terra, a não intervenção do Estado nos setores produtivos e o livre associativismo (MENDONÇA, 2010). Fazia oposição ao modelo cooperativo de representação para a agricultura e a extensão dos direitos de associativismo coletivo aos trabalhadores rurais.

Essas iniciativas e as poucas sociedades agrícolas constituem as primeiras formas de organização e ferramentas de representação para construir e estabelecer uma identidade de mobilização pública do patronato rural no Brasil. Concordo com a observação de Mendonça (1990) sobre o conjunto dessas ações apontarem para a necessidade de se representar os interesses agrários locais e regionais em instituições de âmbito nacional, como forma de veiculá-los mais eficazmente no aparelho administrativo do Estado. Outro papel importante atribuído pela autora aos novos espaços de mobilização criados é que, além de serem centros mobilizadores de forças políticas, eram formadores de opinião. Papéis que foram assumidos também pela SNA, SRB e CRB. Estes espaços instituíram estratégias próprias na representação de interesses.

Com o desenvolvimento dessas experiências associativas, alguns setores da agricultura foram colocados como cenários privilegiados. Nesse período, o patronato rural formava parte da elite política em todos os espaços de decisão. Esta evidência nos leva a ter outra perspectiva em relação a leitura de Silva (1992) sobre a afirmação de que o patronato rural era detentor de poder político e por isto não tinha necessidade de organizar-se em entidades representativas para exercer influência. Os trabalhos de Mendonça e Ridings (1994) revelam fatos que se contrapõem à interpretação de Silva. O que se observa, de fato, depois da criação dos pioneiros clubes de lavouras, é a proliferação de associações patronais e a busca de uma organização e institucionalização do poder político a partir delas. Além disso, as sociedades ligadas à lavoura se constituíram como instrumentos de defesa da “vocação eminentemente agrícola do país”. Esta narrativa aparece como contraponto aos investimentos na industrialização<sup>71</sup> — produção

---

<sup>71</sup> A consolidação do capital industrial no Brasil teve suas bases na economia cafeeira que, assentada em relações capitalistas de produção, engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria (CARDOSO DE MELLO, 1982). Fernando Henrique Cardoso destaca uma importante condição no Brasil: “antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial” (CARDOSO *apud* CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 99). Cardoso de Mello assinala que a burguesia do café foi a matriz social para a burguesia industrial. De qualquer forma, a industrialização que vai se materializando é retardatária, mesmo o setor têxtil, que integra a indústria de bens de consumo assalariado.

e beneficiamento do café (núcleo produtivo do complexo exportador) e atividades comerciais, entre as quais as de importação, serviços financeiros e de transportes (CARDOSO DE MELLO, 1982) — por parte do Estado, que para segmentos do patronato rural, ocorria à custa do sacrifício do setor agrícola. Cardoso de Mello (1982) observa que o movimento do capital cafeeiro ao capital industrial beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da política econômica do Estado. No final do século XIX, esta propiciou crédito farto e instrumentos voltados para mobilizar e concentrar capitais, como a concessão dada aos bancos de poderem se transformar em empreendedores industriais, a reforma da Lei de Sociedades Anônimas e o impulso dado às Bolsas de Valores.

Diante disto, segmentos do patronato rural defendiam que a vocação agrícola do país devia ser restaurada “mediante a diversificação da agricultura nacional”. Isto era de interesse de segmentos agrários que desejavam maior espaço para acumulação interna, pois estavam ligados à produção de gêneros com menor possibilidade de colocação no mercado mundial (MENDONÇA, 1997, p. 27). Era também uma busca de alternativas à supremacia da cafeicultura paulista (ANDRADE, 2013).

O movimento de expansão do número de associações e sociedades rurais em defesa dos interesses econômicos ou profissionais, como atenta Heinz (1996), não se restringiu a esfera local, mas seguia uma tendência em esfera internacional. No caso do Brasil é notório a força tomada pela organização da representação patronal rural no fim do século XIX e na primeira metade do século XX.

## **1.2. Modelos importados e ruralismo**

A tendência da formação de associações patronais rurais também tinha influências internacionais. Observa-se que os filhos da elite, que saíram do Brasil para realizar seus estudos no exterior, se inspiraram e trouxeram modelos de organizações patronais rurais, conforme as criadas em países europeus. Eles se tornaram os porta-vozes e dirigentes das associações que surgiram.

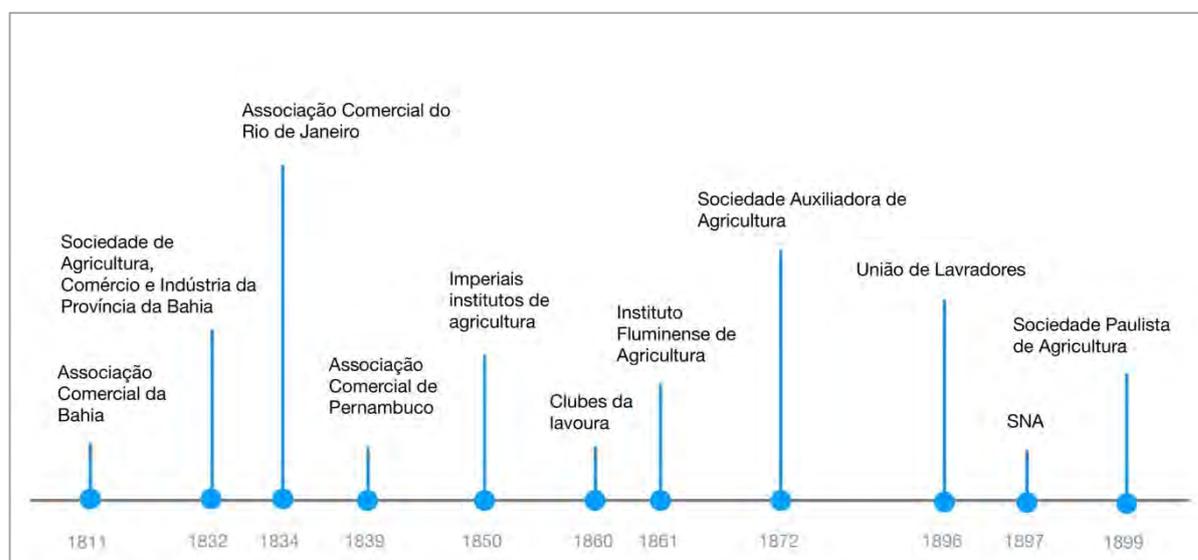
Junto com as associações comerciais, mas em número menor, aparecem as primeiras associações voltadas para a agricultura, principal atividade econômica no período. Entre elas estão a já citada Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia<sup>72</sup>, que,

---

<sup>72</sup> O mineiro Manoel Ferreira da Câmara, que sempre manteve ligações com a Bahia, onde residiam alguns dos seus familiares importantes, foi seu primeiro presidente (1832-1835). Ele havia sido Intendente Geral das Minas,

conforme relata HEINZ (1996), além de defender os interesses de diferentes setores da agricultura, comércio e indústria, tinha por objetivo garantir a segurança em caso de “perturbação da ordem” — diante da tensão política, social e racial após a independência da província da Bahia e a propagação do movimento federalista. Para isso, criou uma Comissão de Segurança, composta por plantadores que tiveram um treinamento militar. Sua orientação era dupla: militar e profissional e a atuação foi curta, de 1832 a 1836. Posteriormente surgiram, em diferentes províncias a partir de 1850, sob iniciativa de D. Pedro II, os institutos imperiais de agricultura,<sup>73</sup> que representavam os interesses agrícolas e foram inspirados nas sociedades e academias da França. Segundo Heinz (1996), buscavam fomentar as atividades científicas ou culturais tais como a pesquisa para aperfeiçoamento tecnológico para a agricultura e a manutenção de jardins botânicos. Nesse formato foi fundado o Instituto Fluminense de Agricultura. A linha do tempo (Figura 1 e 2) reúne algumas dessas grandes associações agrícolas.

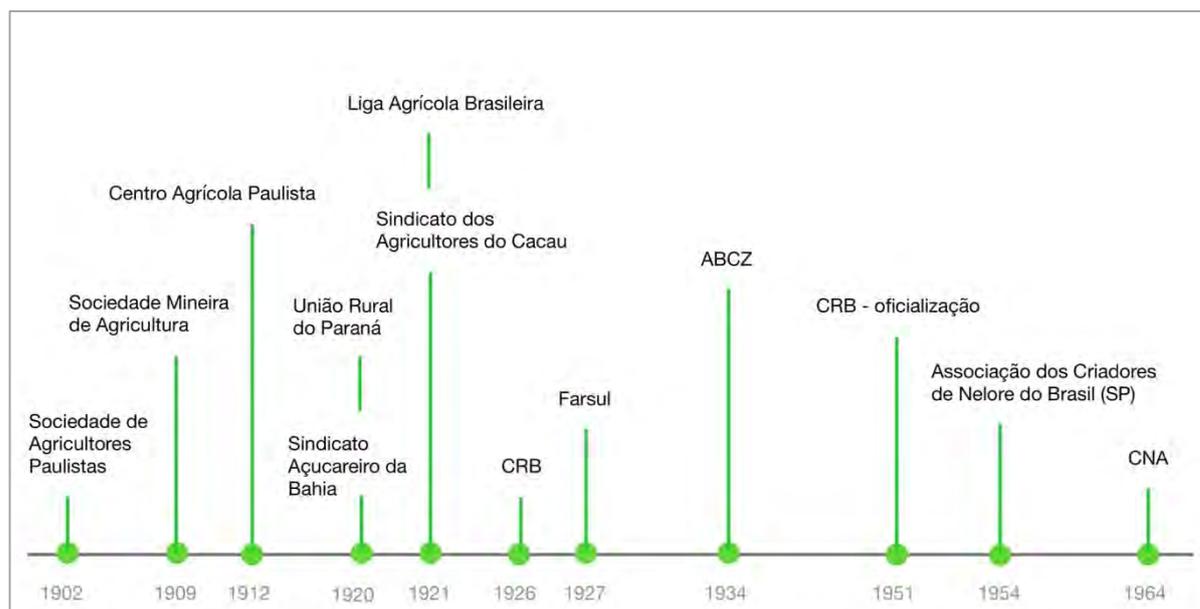
Figura 1 - Organização da representação (1902-1964)



na capitania de Minas Gerais, e dos diamantes do Serro Frio. Ocupou também uma vaga na Assembleia Constituinte (SOUSA; 2008).

<sup>73</sup> Imperial Instituto Baiano de Agricultura (1859), Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1861), Imperial Instituto Rio Grandense (1859). O conjunto destes e das escolas Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Nacional de Agronomia, Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais (Viçosa) e de Agricultura da Bahia contribuíram para institucionalização das ciências agrícolas e sugerem que havia diferentes projetos políticos para a modernização da agricultura. Ver estudo de Graciela Oliver (2005).

Figura 2 - Organização da representação (1902-1964)



Elaboradas pela autora a partir de informações da CNA, ABCZ, ACNB, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (PR), *A República: Órgão do Partido Republicano* (PR), *O Dia* (PR), *Mensagens do Governador do Paraná para Assembleia*, *O Estado do Paraná: Jornal da Manhã*, Heinz (1996), Oliver (2005), Lins (2007), Brito (2008).

As primeiras associações representativas dos interesses agrários, com a presença de grandes proprietários, médios e pequenos agricultores, são, por ordem de suas fundações, a União de Lavradores (1896), que buscava congregar várias entidades locais, organizadas nas cidades do interior paulista por fazendeiros mais vulneráveis as consequências da crise do café e reivindicava a atuação estatal para reverter a situação crítica.<sup>74</sup> A importância de sua criação é citada no *Correio Paulistano*, de 18/4/1899. Nessa década, o jornal dava espaço considerável para temas como organização dos fazendeiros, problemas com os imigrantes que mudavam de uma fazenda a outra, a fundação dos clubes da lavoura e associações agrícolas. Daquele conjunto de entidades se destacavam a SNA, no Rio de Janeiro, e a Sociedade de Agricultores Paulistas (1902), o Centro Agrícola Paulista (1912), a SRB e a Liga Agrícola Brasileira (1921)<sup>75</sup>, no estado de São Paulo, com forte participação de cafeicultores.

Além dos comícios agrícolas e clubes da lavoura, constatei que a organização de grêmios agrícolas municipais foi considerada o ponto de partida, quer dizer, as bases para as associações agrícolas e definitiva união dos “lavradores” — termo usado no século XIX pelo patronato rural para se referir aos fazendeiros — para estudo e organização de planos que

<sup>74</sup> Para mais informações consultar Love (1982).

<sup>75</sup> A LAB foi organizada pelo patronato rural do interior de São Paulo. Em 1931, a SRB se fortaleceu ao agregar a LAB e a Sociedade Paulista de Agricultura.

deviam ser levados aos poderes públicos e executados por meio de leis discutidas e decretadas a seu favor. O ponto de apoio dos grêmios estava na capital paulista. Segundo Avaré (1898), a Associação Comercial era um centro que os congregava, dando união e coesão. Era a representante de uma poderosa classe, a elite do comércio cujos “interesses não se entrecrocavam com os das indústrias, a agrícola inclusive, como fatores comuns da riqueza do país” (AVARÉ, *Lavoura e Commercio*, 1898, p. 1). Os homens que a integravam eram vistos como inteligentes e preparados para a vida social. A corporação, portanto, deveria constituir o centro de união da lavoura, como representante dos interesses comerciais “tão intimamente ligados aos da lavoura, cuja prosperidade é também a sua” (AVARÉ, *Lavoura e Commercio*, 1898, p. 1). Após a organização dos grêmios, deveriam se suceder os congressos agrícolas, com a participação dos delegados dos grêmios, e entre os temas tratados estava a questão do crédito agrícola por meio dos bancos, que deviam conceder empréstimos de longo prazo e juro módico. Como veremos ao longo deste trabalho esta demanda atravessa as décadas e diferentes momentos históricos.

A primeira grande organização patronal rural de caráter regional foi a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul)<sup>76</sup>, concebida em 1909 em assembleia em Porto Alegre. A sua direção ficou com sede em Pelotas, sob a presidência de Joaquim Luis Osório. O movimento que resultou na sua fundação vem de 1898, quando foi instalado nessa cidade a Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul (POLIANO, *A Lavoura*, set.-out., 1951). Essa origem remonta às primeiras iniciativas de agrupamento corporativista dos pecuaristas e, em 1915, a SNA escolheu como modelo de organização agrícola que deveria ser seguido nos diferentes estados do país (HEINZ, 1996, p. 106). Segundo Gasparotto (2016, p. 38):

A formação da entidade acompanhava um processo mais amplo, pois seu nascimento se deu em uma conjuntura em que a Sociedade Nacional de Agricultura estimulou o surgimento de sindicatos e associações de proprietários rurais em diversas regiões do país, vinculados a diferentes ramos produtivos, como forma de impulsionar a criação do Ministério da Agricultura, umas das principais demandas da entidade naquele momento.

Na sua fase inicial, a Farsul chegou a ter 26 filiadas, mas não teve longa duração e sua recriação se deu em 1927. Em maio deste ano surgiu a Associação dos Pecuaristas do Rio Grande do Sul, que três meses depois se transformou na Farsul. Anos mais tarde, a Federação passou a integrar a CRB. Sua expansão foi notória, pois 1962 representava 124 entidades federadas espalhadas pelo estado do Rio Grande do Sul e experimentava um crescimento

---

<sup>76</sup> Em 1965 se transformou em Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (GASPAROTTO, 2016).

significativo em seus quadros, o que ficava explícito pelo número de agremiações agrupadas em seu entorno — 108, em 1957; e 124, em 1962 (GASPAROTTO, 2016).

Entre os grupos com duração longa e eficazes na representação dos interesses da agricultura, havia um pequeno número durante o século XIX (RIDINGS, 1994; HEINZ, 1996). A SNA, no nosso entender, figura entre eles, pois, antes dela, a agremiação com maior tempo de existência, durante toda época imperial, foi a Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, fundada em 1872, que incorporava e representava a indústria açucareira e os engenhos da região. Sua atividade trouxe mais vantagens para os comerciantes e exportadores do Recife do que para os plantadores de cana-de-açúcar daquele estado. Parte de seus objetivos eram compartilhados pela Associação Comercial e a Associação Comercial e Agrícola, ambas de Pernambuco (HEINZ, 1996). Para Heinz (1996) e Riddings (1994), a força associativa do século XIX é das associações comerciais e não das organizações agrícolas. Outra evidência nesse sentido é que, durante todo esse século, diversas associações usavam em seus nomes o epíteto *agrícola* sem, contudo, representar os interesses do patronato agrícola. Heinz (1996) explica que elas são, às vezes, pouco ou nada voltadas para a agricultura, e, frequentemente, restritas a grupos de corretores e exportadores cujos negócios têm origem na atividade agrícola. Todavia, em alguns casos, essas associações representavam eficazmente os interesses dos grandes exportadores, principalmente, quando formavam pares com aqueles do setor comercial, ou seja, quando suas atividades estavam entrelaçadas. Isso, provavelmente, se deveu a presença política dos fazendeiros nas instâncias do poder local e do Estado imperial que lhes assegurou o controle de políticas voltadas para a grande exploração agrícola, como discutido no item anterior, especialmente no caso do setor cafeeiro. Então, eles só se voltavam para a mobilização coletiva quando alguma ameaça pesava sobre a estabilidade econômica e política das fazendas. O que, durante a pesquisa para esta tese, constatei se repetir no século seguinte. Se a tese de Riddings for tomada como base, é possível concluir que um impulso associativo maior para as associações agrícolas só ocorreu a partir da década de 1880, com o movimento e o processo de abolição da escravidão, e a explosão da criação dos clubes da lavoura e outras associações patronais rurais.

A SNA, criada em 1897, está entre as associações cujo formato veio de fora do Brasil. Seu estatuto formal foi inspirado no modelo da *Société des Agriculteurs de France* (Sociedade dos Agricultores da França – SAF), primeira organização profissional agrícola francesa, fundada em 1867, com objetivo de reagrupar e representar os agricultores franceses (LE ROY,

2016)<sup>77</sup>. Segundo Patrick Ferrère este é um dos marcos do associativismo francês; outro momento importante foi em 1946, após a guerra, quando houve uma reestruturação do sindicalismo agrícola. Ele lembra que:

antes da Segunda Guerra é a SAF, concebida no momento da revolução industrial, que se destaca junto com as sociedades agrícolas — o modelo na França, pois a liberdade de sindicalização não existia. É a SAF que está na origem da criação das cooperativas, do crédito agrícola e mútuo, e do seguro agrícola (Patrick Ferrère, entrevista concedida à Elisandra Galvão em 12/7/2016).

A agremiação brasileira foi a primeira que buscou articular e promover interesses variados a partir de uma abrangência nacional da representação patronal rural. Seus objetivos gerais incluíam “o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais de indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por lei às entidades sindicais, no que se refere à defesa e representação classistas” (ESTATUTO DA SNA *apud* MENDONÇA, 1990, p. 101)<sup>78</sup>. Seus interesses se expressavam através de cinco bandeiras:

1) a diversificação produtiva; o associativismo; 2) a criação de uma instância, a nível de aparelho do Estado, 3) à qual pudesse canalizar eficazmente suas petições e inquietudes; 4) a modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e a mecanização; e 5) a multiplicação da pequena propriedade enquanto elemento de fixação da mão de obra no campo (MENDONÇA, 1990, p. 123).

Já as finalidades específicas eram: propalar associações rurais, caixas de crédito e cooperativas; fundar campos de demonstração, escolas práticas de agricultura e aperfeiçoar os trabalhos agrícolas com base no uso da ciência nos campos — o que seguia a ideologia do progresso predominante nos membros da primeira geração republicana, muitos deles entusiasmados com as ideias positivistas. Entre o núcleo de seus fundadores destacavam-se engenheiros vindos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde haviam estudado ou atuado

---

<sup>77</sup> O acesso à versão final do texto, antes de sua publicação em novembro de 2016, foi possível após entrevistar Patrick Ferrère, delegado geral da Saf Agr’iDées e diretor geral da Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles – FNSEA (2001-2013), na sede da SAF, em Paris. O encontro com ele ocorreu durante o estágio de doutorado na França. A SAF funciona, atualmente, como um think tank, Saf agr’iDées — laboratório de ideias para os setores agrícola, agroalimentar e agroindustrial. Está voltada para as condições de funcionamento e desenvolvimento das empresas integradas ao agronegócio (filière agricole). Definida por seus porta-vozes como independente e apolítica, mantém relações diretas com o governo francês, sendo os ministérios uma das principais vias de diálogo. Sobre a abordagem do estudo de filière, consultar Terpend (1997).

<sup>78</sup> Ver análise de caso da SNA no capítulo 1 e 2 da tese de doutorado de Mendonça (1990; 1997) e detalhes sobre seu perfil e demandas em Mendonça (2010).

como professores, casos do maranhense Antônio Ennes de Souza<sup>79</sup>, idealizador dos clubes da lavoura e dos comícios agrícolas; do gaúcho Wencesláo Alves Leite de Oliveira Bello<sup>80</sup> e dos fluminenses Antonino Fialho<sup>81</sup> e Sylvio Rangel<sup>82</sup> (MENDONÇA, 1990). Era comum os filhos da classe dominante de outros estados estudarem, se estabelecerem e trabalharem na capital da República, o Rio de Janeiro.

O modelo de associações como a SNA era similar em outros países da América Latina como foi possível constatar nos estudos de Gómez (1986, 1987), sobre associações patronais do Brasil e Chile; de Latuada (2006), que, ao investigar a Federação Agrária Argentina, resgata aspectos da Confederaciones Rurales Argentinas (CRA) e a Sociedad Rural Argentina (SRA); e de Tarruella (2012), que apresenta o complexo processo da representação dos fazendeiros iniciado em 1820 e a fundação da primeira sociedade rural na Argentina<sup>83</sup>. Heinz (1996) observa que a organização profissional da agricultura brasileira, principalmente do patronato rural, também tem suas raízes na experiência de outros países sul-americanos. Ele considera que a Sociedad Nacional de Agricultura e a SRA argentinas sejam referências para a concepção da SNA, no Rio de Janeiro, e da SRB, em São Paulo. Além disso, o crescimento da organização da profissão agrícola na França, que seguia a lei Waldeck-Rousseau de 1884, e o surgimento da Union Centrale des Syndicats Agricoles de France tiveram sua marca no nascimento das organizações agrícolas brasileiras (HEINZ, 1996). Nesse período aparecem diversas associações dos grandes fazendeiros e empresários rurais articulados na esfera local e mesmo regional em todo Brasil. A maior parte delas estava concentrada nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O que, além de mostrar a força do café, expõe a centralidade econômica das regiões Sudeste e Sul.

A criação da SNA é atribuída por Mendonça à ação concreta dos desfavorecidos da exportação, pois uma parte deles não estava vinculada ao complexo cafeeiro, setor mais

---

<sup>79</sup> Engenheiro e deputado federal (1891). Diretor da Casa da Moeda e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Primeiro presidente da SNA (1897-1898). Vem de uma família de comerciantes.

<sup>80</sup> Fazendeiro, engenheiro e professor do Colégio Pedro II e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Diretor da Escola Normal Livre e da Cia. Promotora de Indústrias e Melhoramentos. Presidente da Cooperativa Central de Agricultores do Brasil e Cooperativa de Consumo Ítalo-Brasileira. Membro da Comissão de Revisão e Tarifas da Câmara dos Deputados. Foi presidente da SNA (1905-1911). O Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), de 1907, lista um Wencesláo Bello como vereador na comarca de Prados (MG), três anos antes de sua morte.

<sup>81</sup> Fazendeiro e engenheiro, deputado federal, vice-presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, atuante em 1895, conforme nota na Gazeta de Petrópolis. Representante brasileiro no Instituto Internacional de Agricultura de Roma. Presidente da SNA (1899, 1902-1903).

<sup>82</sup> Fazendeiro e engenheiro militar. Deputado estadual (RJ) e vereador de Vassouras (RJ). Chefe da Inspeção Federal da Estrada de Ferro e quinto presidente da SNA (1911-1912).

<sup>83</sup> O acesso a essa bibliografia foi possível através de Martine Guibert e do Cedocal, da Université Toulouse – Jean Jaurès; e do Núcleo de Estudo e Pesquisas sobre Ruralismo, Agronegócio e Relações de Poder (Narup), coordenado pela professora Regina Bruno.

dinâmico do país. Entretanto havia na presidência da entidade lideranças do café (Sylvio Rangel e José C. Moura Brasil), da rizicultura e pecuária — criadores e charqueadores (Ildefonso Simões Lopes), da cotonicultura (Geminiano Lyra Castro), da agroindústria açucareira (Miguel Calmon du Pin de Almeida), da fruticultura (Wensceláo Bello) etc. (MENDONÇA, 1990). A SNA representava tanto os produtores de gêneros de primeira necessidade, quanto os setores tradicionalmente fortes, cafeeiro e açucareiro (Rio de Janeiro e Nordeste). Sua composição setorial e regional era variada.

Ennes Souza, Antonino Fialho e Wencesláo Bello são os porta-vozes da SNA que militavam em outras esferas que não a partidária, ou seja, as associações de representação patronal, pela diversificação da produção agrícola — tanto para consumo interno, como para exportações. O ideal para as exportações, na perspectiva dos líderes da SNA, era o de colocar produtos nacionais no mercados externo, dilatando a capacidade econômica do país, com o intuito de colocar o excesso da produção (*A Lavoura*, set.-out., 1950). Isto sugeria que o problema fundamental do Brasil era o da expansão comercial dentro e fora do país. Eles apontavam a descontinuidade do movimento econômico e uma exportação limitada, em percentagem dominante, ao café. Ora, a demanda era ampliar e acelerar a exportação aumentando a capacidade de produzir, vender e comercializar. Esta era a ideia da SNA de desenvolvimento para corrigir déficits na balança de pagamentos.

A entidade sempre esteve empenhada em ampliar o movimento de organização e sindicalização da agricultura. A partir de 1905 isso é mais forte quando encoraja a criação de associações rurais e de sindicatos rurais — o que não implicava na criação de sindicatos exclusivos para os trabalhadores rurais. Nesse ano, a SNA efetuou mudanças no seu estatuto: no artigo 4 incentiva a união agrícola do país através da participação em organizações análogas, participando da fundação de outras entidades e unindo-as, criando uma confederação agrícola (HEINZ, 1996) e também instaurou o Comitê Central de Sindicatos Agrícolas, depois o Sindicato Central dos Agricultores do Brasil.

Em 1903, foi promulgado pelo presidente Rodrigues Alves o Decreto nº 979, de 6/1/1903, que facultava aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa dos seus interesses. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho esta foi a primeira iniciativa de estabelecer normas voltadas para o trabalhador rural<sup>84</sup>. O Decreto 979,

---

<sup>84</sup>Trabalho rural: entre conquistas e desafios (artigo). Disponível em: [tst.jusbrasil.com.br/noticias/713559339/trabalho-rural-entre-conquistas-e-desafios?ref=feed](http://tst.jusbrasil.com.br/noticias/713559339/trabalho-rural-entre-conquistas-e-desafios?ref=feed). Acesso em: 16 out. 2019. Cf. também o verbete Estatuto do Trabalhador Rural em [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural).

sancionado pelo Congresso Nacional, estabeleceu as normas para criação de sindicatos agrícolas mistos que englobariam empregados e empregadores. O documento permitia que os sindicatos agrários pudessem atuar como intermediários do crédito oficial e estabelecia que o sindicato poderia ter status de associação ou podia cumprir as mesmas funções como uma associação. Contudo, o regulamento para a execução do Decreto 979 se deu somente através de um novo documento, o Decreto nº 6.532, de 20/6/1907, assinado pelo presidente Afonso Pena, que estipulava que os sindicatos agrícolas poderiam organizar-se sem autorização do governo. Os dois decretos não tiveram seguimento prático. Todavia, a aprovação de ambos, foi precedida por constante propaganda da SNA, que preconizava a união do patronato rural, sob a forma de associações formadas entre “representantes da lavoura e das indústrias conexas para a defesa de seus interesses profissionais e econômicos” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1904, p. 69). Essa ideia, amparada no fortalecimento da ação coletiva, havia sido sancionada em dois eventos organizados pela SNA: o Congresso Nacional de Agricultura, em 1901, e a Conferência Açucareira da Bahia, em 1902, momento de forte debate sobre a crise do açúcar. A propaganda da entidade em defesa dos sindicatos agrícolas nas associações patronais e na imprensa da época teve repercussão na Câmara dos Deputados, onde foi apresentado o projeto nº 322, de 1901, que foi convertido em lei, promulgada como o Decreto 979, de 6/1/1903 (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1904)<sup>85</sup>.

Esse movimento, liderado pela SNA, permitiu um crescimento importante do número de organizações de representação do patronato rural (HEINZ, 1996). Já nos anos 1910 e 1920, promove numerosas conferências sobre agricultura e pecuária<sup>86</sup> — em algumas com a participação do presidente da República, caso do I Congresso da Agricultura que teve Campos Salles na cerimônia de abertura —, e incentivou a criação de federações regionais como a Farsul, colocada como modelo aos diferentes representantes locais dos grandes fazendeiros do país. É importante notar que uma das contradições da retórica da SNA, detectada por Mendonça (1990), manifestava-se ao apontar os malefícios da monocultura, contudo, não deixava de pressionar o Estado em detrimento de certos segmentos da cafeicultura, lutando pela redução

---

<sup>85</sup> Esse relatório foi apresentado pelo ministro Lauro Severiano Müller ao presidente da República Rodrigues Alves.

<sup>86</sup> Por iniciativa da SNA foram realizados o I Congresso Nacional da Agricultura (1901), com participação dos proprietários de terra de todo país; o II Congresso (1908) e o III Congresso (1922) — este denominado da Agricultura e Pecuária. Além das I Exposição Internacional de Aparelhos à Alcool, I Conferência Nacional Algodoeira (1916), Conferência Nacional Cerealista (Curitiba, 1917), I Conferência Nacional da Pecuária (Rio de Janeiro, 1917), I e II Exposições Nacionais do Gado (1916 e 1919), entre outros, nesses formatos (exposição, conferência e congresso), contemplando os segmentos envolvidos com a produção de açúcar, cacau, milho, óleos, leite e derivados, aves, borracha e horticultura (HEINZ, 1996; MENDONÇA, 1990).

das tarifas para o transporte do produto em todo o país e sustentando a formação de outra associação de caráter nacional, a CRB<sup>87</sup>, que deveria ser destinada a fortalecer cafeicultores de outras áreas além da paulista. Neste caso, contemplaria o patronato do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Espírito Santo. Como veremos no Capítulo 2, lideranças destes estados fariam parte da Diretoria da CRB e CNA juntamente com porta-vozes de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Já para os interesses canavieiros convergiria o patrocínio da SNA “sobre estudos que viabilizassem alternativas aos baixíssimos preços internos e externos do produto, tais como o uso do álcool-motor pelas companhias de transportes nacionais ou a modernização no beneficiamento da cana” (MENDONÇA, 1990, p. 126).

Adiante, no varguismo (1930-1954), as demandas principais da SNA são a diversificação da agricultura para o mercado interno e a modernização da agricultura” através do ensino técnico, mecanização e adoção de tecnologias no campo (MENDONÇA, 2016). Silva (1992), ao estudar o processo articulação de interesses das elites agrárias, observa que a SNA não dispensava a proteção do Estado, no entanto, apoiava a livre articulação do setor agrário brasileiro nos distintos níveis territoriais opondo-se à interferência estatal. Esta posição não pode ser entendida como o desenvolvimento de ideias liberais entre as “oligarquias agrárias” nacionais — termo empregado pelo autor. Esta postura justifica-se porque o Estado era visto como uma ameaça aos seus tradicionais privilégios corporativos, uma vez que os projetos de articulação empreendidos pelas “frações agrárias” respondiam ao desejo de criar um contrapoder amplamente difundido por todo território nacional e com capacidade para autorregular o setor e liberá-lo dos condicionamentos impostos pelos poderes estatais.

No primeiro período do governo Vargas, a SNA, contudo, mantinha uma postura colaborativa com o Estado e tinha um representante no Conselho Federal do Comércio Exterior — espaço considerado muito importante pela CRB em sua primeira fase de funcionamento nos anos 1930. Uma das proteções demandadas pela SNA era para o trabalho agrícola. É nesta linha de ação que Silva (1992) situa a criação da SNA e seu desenvolvimento, assim como as posições adotadas por suas elites dirigentes sobre os projetos corporativos iniciados em sucessivas ocasiões pelos poderes públicos. Neste contexto, o autor acredita que houve uma união entre o setor agropecuário e o da indústria extrativa. Ambos tentaram construir um projeto próprio de

---

<sup>87</sup> Ao elaborar os quadros com as minibiografias, trajetórias e rede de relações das lideranças da CRB (Anexo I, II e III) foi possível constatar que há um indício de que o seu modelo de funcionamento na década de 1950 pode ter sido aperfeiçoado com inspiração nas confederações rurais norte-americanas Farm-Bureau, Farm-Union e Granger. O fluminense Francelino Bastos França (consultar Anexo III), um dos fundadores da CRB como representante da Faerj, integrou o grupo patronal rural que viajou aos Estados Unidos, em 1955, para conhecer como funcionavam aquelas confederações.

articulação para fazer ouvir, de forma autônoma, seus interesses de tipo profissional durante a Primeira República. É nesse projeto que, para ele, se enquadra a criação da SNA.

Enquanto esteve mais atuante foi capaz de interferir, por meio da canalização de demandas setoriais específicas integradas, na própria dinâmica de funcionamento do Estado, diz Mendonça. A entidade, portanto, permitiu a configuração de um dado padrão de institucionalização dos interesses agrários no decorrer da Primeira República. Desde sua instalação, se colocou como defensora das seguintes demandas e estratégias para a agricultura nacional: 1) a diversificação da agricultura; 2) o associativismo; 3) a criação de uma instância, na esfera do aparelho do Estado que pudesse canalizar eficazmente suas petições e inquietudes — no caso a CRB, como destacado anteriormente; 4) a modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e a mecanização; e 5) a multiplicação da pequena propriedade enquanto elemento de fixação da mão de obra no campo (MENDONÇA, 1990). Entre as recomendações da SNA para “benefício geral da agricultura” estava a de que ferrovias, bancos e latifundiários concedessem franjas de suas propriedades para loteamento. Assim, por seu intermédio, seria possível fixar os trabalhadores ao solo, promovendo a criação de uma força de trabalho contínua e disciplinada (MENDONÇA, 1990, p. 125). Do conjunto dessas demandas, a primeira, a segunda e a quarta também se tornaram bandeiras da CRB.

Antonio Melo de Alvarenga Neto, atual presidente da SNA, lembra que a agremiação surgiu num momento em que a agricultura brasileira era muito “arcaica”<sup>88</sup>. O terreno onde sua sede atual foi construída, no Centro do Rio de Janeiro, foi doado pelo presidente Getúlio Vargas e sua construção foi financiada com a venda de parte da área onde fica o *campus* da Escola Wenceslão Bello.

Foi um grupo de idealistas republicanos que resolveu fundar a SNA para desenvolver o lado mais progressista da agricultura. A SNA sempre foi voltada para a inovação, o progresso científico, para buscar melhorias tecnológicas para o setor. Nos primeiros anos, lutou pela reativação do Ministério da Agricultura. Sua origem está na Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada por Dom Pedro II em 1860. A instância deixou de existir com a criação Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1892 (Antonio Melo de Alvarenga Neto, presidente da SNA. Entrevista concedida à Elisandra Galvão em 9/2/2017, na sede da SNA, no Rio de Janeiro).

---

<sup>88</sup> Filho de Otávio Melo de Alvarenga, que ficou 31 anos à frente da SNA, a partir de 1979, e foi nomeado, em 1974, procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Antonio Alvarenga Neto está na Presidência da SNA desde 2010, quando seu pai faleceu, e foi reeleito para o quadriênio 2015-2019. Ele atuou na área educacional privada. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), criado em 1970, onde trabalhou 20 anos. O Ibmec lançou o primeiro MBA em Finanças do Brasil, expandiu para outros estados (tem campi no Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais e São Paulo) e, nos anos 1990, lançou as faculdades Ibmec, com graduação em administração e economia, no Rio de Janeiro. Em 1999, tornou-se independente do Instituto de Mercado de Capitais, dedicando-se apenas ao segmento educativo. Em 2015, 96,4% do Grupo Ibmec foi vendido para o grupo educacional americano DeVry. Fontes: Ibmec e *O Globo*, 15 dez. 2015.

O desejo da SNA foi concretizado depois da publicação do Decreto 1.606, de 29/9/1906, que previa criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, projeto que a Sociedade articulou. Este funcionou de 1909 a 1930, quando suas atribuições foram assumidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura, ambos instituídos em 1930.

Alvarenga Neto avalia que, no Rio de Janeiro, a SNA foi perdendo espaço ao longo dos anos por três fatores. O primeiro foi o agrícola, direcionado para São Paulo desde meados do século XIX. Esse movimento, que começou com os barões do café, continuou nas décadas seguintes com o “pessoal do gado” e da cana-de-açúcar. “Eles foram para São Paulo porque as terras são melhores do que as do Rio de Janeiro, onde a topografia é ruim”, alegou. O segundo fator foi a criação da CRB pela qual a SNA lutou, mas não tinha intenção de assumir a função de uma confederação, de um órgão sindical. O terceiro fator, a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, iniciada nos anos 1960. Segundo ele, isso fez com que as instituições patronais rurais que ficaram no Rio de Janeiro perdessem prestígio e importância política por não acompanharem a administração central do País.

Em São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira<sup>89</sup> como recordam Heinz (2006) e Silva (1992), foi inspirada no modelo da SRA<sup>90</sup>. Seu objetivo era fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e de todas as indústrias correlatas. Antes da Revolução de 1930<sup>91</sup>, destacava-se como a mais importante associação rural dos empregadores de base regional do

---

<sup>89</sup> Entre seus fundadores estão Eduardo Cotching, Arthur Diederichsen (da companhia estrangeira Theodor Wille ligada aos negócios do café), Antônio Prado (ex-ministro da Agricultura durante o Império e prefeito de São Paulo entre 1899 e 1910), Rafael Sampaio Vidal, Carlos Monteiro de Barros, Carlos Botelho, Olavo Egydio de Sousa Aranha, Martiniano Rodrigues Alves, Elói Chaves, J. J. Cardoso de Melo Neto, Guilherme da Fonseca Cotching, Bento de Abreu Sampaio Vidal, Marcolino Barreto e Júlio de Mesquita Filho. A estes se juntaram ainda banqueiros (representantes do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Banco Comercial de São Paulo, Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, Banco Ítalo-Belga e London and River Plate Bank) e altos funcionários de empresas frigoríficas, no geral, estrangeiras (frigorífico Armour e Wilson, Leon Israel & Company, Continental Products Co.), e representantes de indústrias e firmas de café.

<sup>90</sup> Surgiu no período em que a Argentina consolidava um sistema econômico e social caracterizado pela efetiva ocupação do território, criação do Estado nacional, receptividade do capital estrangeiro, a chegada massiva de imigrantes e a integração do mercado mundial com um modelo agroexportador primário e de crescimento aberto. O sistema de interação entre sociedade rural e o Estado era difuso, pois ambos estavam em processo de construção, mas via-se que o setor público era modelado por um setor agrário que ia se consolidando como setor hegemônico da economia argentina. A SRA foi criada em 1866, como uma associação de grandes proprietários de terras pampeanos, interessados no comércio e nas finanças (LATUADA, 2006). Além de reunir um reduzido número de atores da elite econômica e política, Latuada afirma que funcionava como um Ministério da Agricultura antes da criação deste e seus dirigentes formavam parte significativa dos sucessivos governos argentinos entre 1880 e 1943, incluindo a Presidência da República.

<sup>91</sup> Movimento armado que culminou com um golpe de Estado, destituiu o presidente Washington Luiz, rompendo a “política do café com leite”, com suas sucessivas eleições fraudulentas. Getúlio Vargas, então, assumiu a Presidência.

Brasil e defendia os interesses do café<sup>92</sup>, da pecuária e do algodão. Estava voltada para os interesses dos estados de São Paulo, especialmente, e de setores do Paraná e Minas Gerais. Mas ao mesmo tempo promovia associações especializadas como as dos produtores de frutas cítricas e as dos criadores de gado.

Nos primeiros anos, a SRB defendeu os preços mínimos para os produtos dos setores que representava, modernização agrícola, expansão do crédito, facilidades para a exportação e a imigração de trabalhadores para desenvolver atividades agrícolas. Mendonça (1990) chama atenção para o fato da SRB ter sido criada para fazer frente à SNA e com esta disputaria a primazia da representação legítima dos segmentos da classe dominante agrária nacional até meados da década de 1980. Contudo, também se disputava a unicidade da representação patronal rural. Como reconhece Mendonça (2008), até o final dos anos 1950, nesse campo a rivalidade envolvia a SRB, SNA e CRB/CNA. A primeira, diz, faria do “glorioso” passado do estado de São Paulo — ligado ao café — o seu maior capital simbólico. A Sociedade Rural Brasileira tornou-se depositária de uma nostalgia do poder rural no país e símbolo da daquela grande riqueza nacional: o café. A SRB, desde os anos 1960, se aproximou mais de entidades regionais do patronato rural, singularmente cafeicultores, enquanto a CRB/CNA e SNA estavam mais ligadas ao governo federal. Mendonça (2008) observa que a SRB estaria ao lado de associações agrícolas principalmente do Paraná porque boa parte dos grandes cafeicultores paulistas investira nessa área. A natureza da disputa entre as três entidades envolvia interesses regionais, pois os quadros da SRB se assentavam nas bases paulistas, especialmente proprietários e empresários agroindustriais. Enquanto no caso da SNA, com espectro nacional quanto a abrangência de suas bases, reunia segmentos do patronato rural de distintas regiões do Brasil, sendo muitos deles também políticos ou altos funcionários do Estado (MENDONÇA, 2008). Perfil similar tem a CRB/CNA. Para Mendonça, em função da diferença de perfis, a posição da SRB junto aos debates sobre as questões do campo e da reforma agrária traziam a visão do segmento mais moderno e mais industrializado do patronato rural do país, incluindo frigoríficos, industriais do setor alimentício e afins, além de grandes empresas financeiras que investiam bastante em terras, tanto em São Paulo como em outras regiões. Apesar disto, a SRB era contra a distribuição de terra como ação para erradicar a miséria — proposta atribuída a

---

<sup>92</sup> Nos anos 1920, as reclamações mais frequentes da fração da elite ligada ao café envolviam discussões em torno o projeto de defesa, reivindicação ao controle do Instituto do Café, entradas de café em São Paulo, crítica à representação oficial do Instituto e eleições para o Conselho Diretor. Perissinotto (1999) trabalha com a hipótese de que as propostas, ainda que diferentes, previam todas, com exceção das feitas pela Sociedade Paulista de Agricultura, que o comando da política cafeeira deveria estar nas mãos da “lavoura”, isto é, que as associações de representação que falavam em nome da classe deveriam controlar diretamente o Instituto do Café. Ver também Font & Barzelatto (1988) que estudaram as reivindicações da elite café.

alguns técnicos governamentais. A posição da SNA e CRB/CNA sobre esta questão era a mesma da SRB, que era contra qualquer tipo de reforma agrária, com exceção da “autêntica”, ou seja, produtivista e antidistributivista. O termo “reforma agrária autêntica” era usado tanto pela SRB como pela CRB/CNA. Além desta posição comum, as três entidades apoiaram o golpe empresarial-militar de 1964 e difundiram, até a década de 1970 por meio de suas revistas (*A Lavoura* – SNA e CRB; *A Gleba* – CRB e CNA; e *A Rural* – SRB), o discurso que a agricultura era um setor desamparado em face do industrial. Conforme Mendonça (2008), esse tom muda nos anos 1980, pois o eixo do argumento passou a ser que a agricultura é indispensável para o capitalismo porque é o setor que gera parte relevante das divisas usadas no pagamento da dívida externa nacional.

Há mais uma colocação pertinente a se fazer sobre a SRB. Discordo da afirmação de que o tempo da “disputa” pela representação com a SNA chegue à década de 1980, pois, a partir de 1951, a “competição” mudou de eixo, com o fortalecimento da CRB. Enquanto esta se estabelece, a atuação política da SNA tornou-se cada vez mais discreta. Heinz (2006) diz que a ação da SNA foi eclipsada pela CRB, a ponto de ter, pós-1950, um cunho mais “cultural” e “social” que profissional. Todavia não se restringiu a isto como mostram os estudos de Mendonça (2010) sobre a SNA, SRB, Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e Abag, no período de 1964 a 1993; e de Silva (1992) sobre a articulação de interesses por meio da CNA, SRB, UDR e OCB; de Baltar (1990) sobre as posições e ação política do empresários rurais e a reforma agrária entre 1985 e 1988. Com base nestas investigações é possível dizer que o eixo da atuação da SNA parece transformar-se à medida em esta fortalece a CRB/CNA na cena política, junto ao Estado. Após a criação da CNA, a Sociedade Nacional de Agricultura mantém as tarefas de assessoria e ensino agrícola; segue promovendo conferências, exposições e prestando outros serviços de divulgação e aprimoramento de técnicas agrícolas por meio de sua revista, *A Lavoura* (BALTAR, 1990). Apesar disso, como constata Baltar, em momentos decisivos no conflito de classe e da questão agrária — as reações às propostas de reforma agrária e ocupações de terra, durante as décadas de 1950, 1960, 1970 e, novamente, em 1985, a SNA reagiu em conjunto com o bloco rural em defesa dos interesses do setor patronal rural. Então, a SNA se direcionou para o campo educativo, de formação e de difusão de informações sobre temas caros ao patronato rural como, por exemplo, a difusão de conhecimento técnico, a justiça agrária e a legislação agrária — linha de atuação entre 1979 e 2010, na gestão de Octávio Junqueira Mello Alvarenga, não se limitando ao cunho cultural e social. Seu perfil contemporâneo evidencia isto, como revelou Antonio Melo de Alvarenga Neto. A expansão de

sua área educacional, nos últimos anos, tem sido realizada no *campus* da Escola Wenceslão Bello.

A instalação da SNA e da SRB se deu no seio do ruralismo, apresentado por Mendonça (1990, 1997) como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil — tanto em nível de sociedade civil quanto da sociedade política. O surgimento do ruralismo como movimento é atribuído à defesa política dos interesses agrários ameaçados pela industrialização. Mendonça o concebe como sendo constituído por uma rede de posições, agentes e agências. O movimento, então, seria fator determinante na condução da “modernização da agricultura” na Primeira República, e entendido como “processo de transição que se sobrepôs à passagem da escravidão para a dominância do trabalho livre e a persistência de formas de trabalho compulsório transformadas, frente a um estoque de terras que configurava uma fronteira agrícola em permanente movimento” (MENDONÇA, 1990, p. 6). Ela destaca que houve diversas formas de manifestações desse ruralismo, ou seja, “ruralismos”, constituídos a partir de grupos que se tornaram os principais responsáveis pela defesa dos interesses das “frações da classe dominante” em períodos diversos. Em diferentes momentos e conjunturas, é possível observar suas expressões na dinâmica de inter-relação entre distintas frações do patronato rural que buscam ampliar sua participação no jogo de poder que envolve o Estado. A noção de ruralismo com a qual trabalha Mendonça e que julgamos relevante para situarmos as raízes da CRB, tem relação com a visão do patronato rural sobre o papel da agricultura, principalmente sua valorização em face do desenvolvimento industrial, e com a constatação de que os atores envolvidos naquele movimento se viam e se identificavam como ruralistas.

No Brasil, o movimento ruralista ganhou força à medida que as associações patronais rurais se estabeleceram, passaram a exercer *lobby* em prol de projetos próprios para a agricultura e a economia do País. Em São Paulo, por exemplo, quando um projeto ou interesses convergiam, atuavam juntas a SRB, a Sociedade Paulista de Agricultura e a Liga Agrícola. Silva (2006) cita o caso do projeto de instituição da pesquisa agrícola através do Instituto Biológico de Defesa Agrícola, apresentado à Câmara dos Deputados em 1926 e esboçado pelo médico Arthur Neiva, que tinha relações com a elite do café e havia implementado o Código Sanitário Rural, em 1918. O órgão foi defendido por aquelas três entidades que fizeram lobby em favor do projeto, mas apesar disso, não foi aprovado. No ano seguinte houve nova apresentação à Câmara dos Deputados, com o acréscimo da sugestão de criação de uma seção de defesa animal e, então, foi aprovado. A Lei nº 2.243, de 13/01/1928, criou o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, com o objetivo principal de zelar pela defesa

fitossanitária do café e levar adiante a campanha contra a broca<sup>93</sup>. O foco, portanto, estava no setor cafeeiro.

No discurso ruralista aparecem premissas integrantes da defesa da “vocação eminentemente agrícola do Brasil” e reveladoras dos anseios compartilhados pelos proprietários rurais: 1) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo; 2) a necessidade da diversificação agrícola do país; e 3) a demanda pela atualização das formas de fixação da mão de obra na grande lavoura. Os agentes e agências desse movimento tinham inserção na estrutura social agrária e sua sustentação se deu por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas como as primeiras associações patronais rurais criadas. Para alguns, isto despontava como um projeto de nova civilização agrícola (MENDONÇA, 1990).

O movimento deve ser visto como: “produto da construção de agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre convergentes, contrariando, em suas práticas, os princípios teóricos aos quais supostamente filiavam-se” (MENDONÇA, 1990, p. 75). No contexto desse ruralismo, a autora busca desvendar os interesses distintos introduzidos em nome da “vocação agrícola”, ou seja, os usos políticos a que se prestou o ruralismo. Seu trabalho nos ajuda a perceber como estes usos serviram para unificar grupos da “classe dominante” em torno da demanda pela diversificação agricultura brasileira, ligados aos complexos econômicos regionais de dinamismo variável. Além disso, tal utilização pode se modificar conforme o cenário político. Para ela, a diversificação da produção agrícola que ocorreu na Primeira República é uma decorrência do ruralismo promovido pela SNA. O movimento tem agências e agentes dotados de inserção determinada na estrutura social agrária e sua sustentação é dada por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas. Por meio deles são postos os interesses de distintos segmentos do patronato rural. Isto nos ajuda a descolar o olhar para o fato de que nem sempre estão em harmonia. Há disputas e divergências quanto às diferentes formas de implementação de projetos para a agricultura nacional e adiante, na conjuntura em que se estabelece a CRB, de projetos de reforma agrária. Além disso, as fissuras e tensões entre

---

<sup>93</sup> Após São Paulo ter assumido a liderança na produção de café e as plantações estarem sob a ameaça da broca-do-café, a campanha contra o inseto combinou a implementação de um vigoroso aparato de pesquisa e fiscalização com amplo trabalho de divulgação científica, por meio do cinema. Uma das estratégias do governo Vargas, que ganhou mais vigor nacionalmente a partir de 1936, foi a instituição do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), que deveria levar a ciência e a educação ao homem do campo. O INCE funcionava como um instrumento oficial de propaganda do governo (GALVÃO, 2004).

os grupos do patronato rural se tornam mais notórias na colocação de suas demandas na esfera do Estado. Mapear as demandas nos permite localizar onde há convergência e afastamento.

Mendonça (1990) constatou que as agremiações agrícolas que se multiplicaram desempenhariam um papel central na configuração do movimento ruralista, chegando a constituir espaços de poder informativos ou alternativos ao jogo partidário oficial republicano. Esses consistiam em expressões institucionalizadas de demandas e expectativas distintas dos diversos segmentos do patronato rural nacional. Pouco a pouco, se tornaram as responsáveis pela formalização da diferenciação de interesses da classe dominante rural.

Este panorama sobre os movimentos permite observar como o patronato rural se organizou e criou seus mecanismos de mobilização e contestação. Foi em torno das associações patronais que construíram e estabeleceram uma identidade de movimento social diferenciado pela pluralidade de posições dos seus porta-vozes nos espaços de poder na esfera nacional, estadual e municipal. Se pensarmos, neste caso, no poder como um sistema de relações no seio do qual circulam os atores (AGRIKOLIANKY, 2009), veremos que a SNA, SRB e CRB estão inseridas numa rede de relações sociais com estrutura complexa. Entendo que isto se deve a pluralidade de posições de seus porta-vozes nesta rede. A circulação em múltiplos espaços, como Bruno e Sevá (2010) salientam, não se limita aos ocupados nas associações patronais tradicionais, o fenômeno também acontece nas instâncias do Estado e nas novas agremiações por produto e multiproduto que surgiram ao longo do século XX.

### 1.3. CRB, o grande ideal

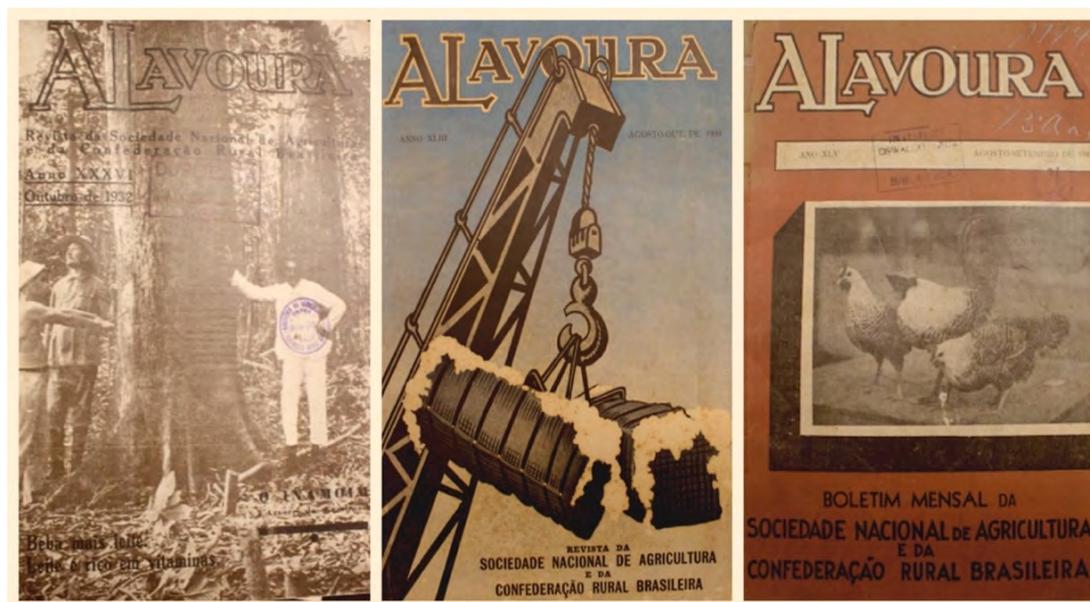
Embora as pesquisas que antecederam esta tese (BUZANELLO, 1991; HEINZ, 1996; RAMOS, 2006, 2011; LEAL, 2002, TAVARES, 2012; ANDRADE, 2013) deem ênfase ao início da CRB em 1951, encontrei o registro de sua fundação bem antes, em 1926 (*A Lavoura*, jan.-mar., 1943). A publicação da SNA também passa a ser da CRB entre as décadas de 1930 e 1940<sup>94</sup>, como se comprova através das capas reproduzidas na Figura 3. Baltar (1990), Heinz (1996) e Tavares (2012) mencionam a fundação da CRB nos anos 1920, mas o ano que citam é 1928. Baltar foi mais preciso porque entende a oficialização em 1951, como momento de reedição da CRB, enquanto Tavares acredita não ter havido atuação depois daquela fundação. Os documentos que pude acessar da *Lavoura* e os jornais de época, continham evidências de

---

<sup>94</sup> A revista era enviada para a redação dos grandes jornais como o *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* que costumavam dar notas sobre os números recebidos e listar os temas abordados. Nos anos 1930, ambos notificaram que a revista era da SNA e CRB (*Jornal do Brasil*, 14/6/1932 e 14/12/1932; *Correio da Manhã*, 14/10/1934).

que o marco da criação é 1926. Sendo 1928, o ano em que entrou em funcionamento. Apesar de ter se conformado com um pequeno espaço dentro da SNA, houve uma atuação até 1951, período que considero a primeira fase da entidade (1926-1951).

Figura 3 – Capas da revista A Lavoura



Fonte: *A Lavoura* (1932, 1939 e 1941).

A *Gleba* não foi a única revista da CRB, tampouco *A Lavoura* foi apenas da SNA. Entendo que, entre 1926 e 1928, a SNA deu continuidade à campanha de propaganda que defendia a fundação de uma Confederação Rural no primeiro quarto do século XX. Em 1905, a criação de uma Confederação era mencionada no artigo 4º do documento DISPOSIÇÕES ESSENCIAS DO REGULAMENTO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, de 18/12/1897:

A Sociedade promoverá a união agrícola do país, relacionando-se com as associações congêneres, concorrendo para a fundação de outras, procurando irmanar a todas por seus intuitos e meios de ação, e unindo-as, quer pelos laços morais que resultam da confraternização, quer de modo mais íntimo constituindo a confederação agrícola do país, para mais eficaz defesa dos interesses da agricultura nacional (POLIANO, *A Lavoura*, set-out, 1951, p. 4).

Luiz Marques Poliano, secretário geral da SNA, diz que este postulado permaneceu na lei básica da SNA, como um dos seus fins principais. Mesmo com “as sucessivas modificações que sofreu, até a reforma Lyra Castro<sup>95</sup>, de 1923, não modificaram o dispositivo” (POLIANO, *A Lavoura*, set-out, 1951, p. 4). Além disso, o artigo 1º falava em “confederar o patronato rural”.

<sup>95</sup> O médico paraense Geminiano Lyra Castro foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1926-1930) no governo de Washington Luis P. de Souza.

Foi a primeira vez que essa proposta foi registrada em um documento, de acordo com Poliano. A partir desse momento, a SNA lançou-se a propagandear a criação de associações de agricultura por todo Brasil. Esse desejo era manifestado no 1º e 2º Congresso Nacional de Agricultura, realizados em 1898 e 1901. Entre as conclusões do primeiro estava o incentivo à fundação de novas associações regionais, sociedades de agricultura e à promoção de comícios rurais ou clubes agrícolas locais, que seguissem o exemplo dos criados nos municípios fluminenses de Barra Mansa, Rezende e outros existentes de caráter distrital ou municipal. No segundo foram debatidos dois pontos centrais: a criação de um departamento da agricultura, anexo ou à parte do Ministério da Viação e Indústria. Esta proposta foi atendida durante o governo do presidente Nilo Peçanha, com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1907. O segundo ponto foi a da organização profissional e econômica do setor da agricultura por meio de sindicatos agrícolas, as caixas de crédito e as cooperativas agrícolas — recomendações consolidadas nos decretos 979, de 6/1/1903; 1.637, de 5/1/1907, que permite a criação de sindicatos profissionais e sociedade cooperativas; e 6.532, de 20/6/1907, que permitiu a fundação, em 1913, da União dos Criadores do Rio Grande do Sul, com a organização de sindicato agrícola, e permite a organização dos sindicatos agrícolas (POLIANO, *A Lavoura*, set-out, 1951). Os dois últimos foram referendados por dois presidentes da SNA que se tornaram ministros, Lauro Muller e Miguel Calmon, durante os governos de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906) e Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1909).

Entre 1905 e 1915 fomenta-se a instituição do Comitê Central de Sindicatos Agrícolas, do Sindicato Central dos Agricultores do Brasil, da Farsul e da CRB. Novas associações surgem em Alagoas, Bahia, Santa Catarina e em Pernambuco, onde a União dos Sindicatos Agrícolas do Estado se constituía com oito regionais, estendendo-se por 18 municípios. Em 1908 registrou-se a fundação de 54 associações especificamente rurais no Pará, Piauí, Ceará. Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Uma parte delas desapareceu, enquanto outras prosperaram, principalmente no Rio Grande do Sul. Conforme a visão de Poliano sobre o Sul do Brasil, o espírito associativo, apoiado pela colonização europeia, possibilitava um campo mais propício para seu desenvolvimento (POLIANO, *A Lavoura*, set.-out., 1951, p. 4).

Houve naquele tempo, portanto, uma união da SNA com a Farsul, com o intuito de somar esforços, e ambas se comprometeram em cooperar para levar adiante a ideia da Confederação, afirma Poliano (1951). Em 1914, a Farsul sugeriu à SNA que realizasse um Congresso Agrícola com representantes das sociedades existentes e a pauta do encontro deveria

ser o Código Rural — busca-se com ele uma organização profissional nos moldes vigentes da sindicalização trabalhista urbana —, que não tinham, e, seguindo o pensamento de Wenceslão Bello, a fundação das federações rurais em cada estado brasileiro e a filiação destas à SNA, que constituiria a Confederação Rural Brasileira, sendo responsável por sua sede e direção da futura. Ildefonso Simões Lopes, da SNA, e Joaquim Osório, da Farsul, propuseram em sessão de 9 de novembro daquele ano nomearam uma comissão formada pelo próprio Osório, Miguel Calmon, Silvio Ferreira Rangel e João de Carvalho Borges Júnior. A comissão apresentou um parecer no qual destacava pontos como as associações do Rio Grande do Sul serem modelo para o resto do país e apresentaram os fins que a futura CRB teria:

- a) Promover a mais perfeita solidariedade entre as federações rurais dos Estados;
  - b) sustentar e defender perante os poderes da nação os seus direitos, interesses e aspirações;
  - c) sugerir aos poderes públicos as medidas julgadas necessárias ao desenvolvimento e prosperidade da lavoura e pecuária do país, propugnando pela pronta execução de tais medidas;
  - d) promover a realização de congressos gerais agropecuários, e de exposições regionais ou nacionais na Capital Federal;
  - e) promover a representação do Brasil nos certames desse gênero que se realizarem no estrangeiro, sempre que o Brasil tiver convite para neles se representar;
  - f) manter os livros centrais do registro genealógico das diversas raças;
  - g) manter um centro de informações da vida agropecuária dos Estados e manter uma revista para propaganda e defesa dos fins e interesses da Associação;
  - h) auxiliar as federações rurais em todos os seus empreendimentos;
  - i) fomentar nos Estados a fundação dessas uniões rurais;
  - j) resolver as questões que se suscitarem entre elas.
- (PARECER de 20 de abril de 1915 reproduzido em POLIANO, *A Lavoura*, set.-out., 1951, p.6)

Embora com este esboço traçado para o perfil da CRB e modelo de estatutos para ela, as associações e federações, entre 1916 e 1919, a SNA priorizou, segundo Poliano (1951), o apelo do governo para aumentar a produção agrícola em função da guerra na Europa. Naquele momento, a prioridade estava na realização de conferências — algodoeira e pecuária, as 1ª e 2ª exposições nacionais de gado, e exposições de milho. Só depois a SNA se deteve sobre a criação da Confederação.

Foi, então, no início dos anos 1920<sup>96</sup> que o movimento para sua criar a CRB foi retomado na SNA, enquanto se alternavam na sua presidência líderes que assumiram cargos no Ministério da Agricultura — o paraense Geminiano Lyra Castro e Ildefonso Simões Lopes.

---

<sup>96</sup> Joaquim Luis Osório manifesta em sessão realizada na SNA, em 1º de maio de 1921, seu desacordo com a proposta do major Zózimo Werneck de criação de uma Federação Rural Brasileira, no Rio de Janeiro, para reunir as associações rurais existentes no Brasil. Luis Osório defendia a criação da CRB e a ideia de Werneck era uma reedição do projeto da Confederação do qual era um dos elaboradores e ia contra o parecer apresentado em 1915. A querela entre ambos foi parar nas páginas do *Correio da Manhã* (26/5/1921) e do *O Estado* (25/5/1921).

Este enviou aos diversos estados do país delegados itinerantes para estabelecer em bases sólidas os organismos locais. O final daquela década foi marcada por uma crise com três dimensões no Brasil: econômica, com a decadência da exportação do café; política, pelo acirramento das dissidências “intraoligárquicas” e pelo levante dos jovens militares contra o sistema<sup>97</sup>; e social, com o início da organização “político-ideológico” dos trabalhadores, principalmente, o “proletariado” — a constituição do Bloco Operário e Camponês (VIANNA, 1978, p. 87). Nesse contexto de crise se deu o processo de instalação da CRB. Em 7 de dezembro de 1928, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, foram aprovados em assembleia os estatutos da Confederação por representantes de entidades de 16 estados do país, listados no Quadro 1. Chama a atenção o fato de Ildfonso Simões Lopes representar estados do Sul e Sudeste nesse encontro.

Quadro 1

| <b>Estados</b>          | <b>Associações</b>  | <b>representante</b>  |
|-------------------------|---|---|
| <b>Acre</b>             | Sociedade Agrícola e Pastoral de Cruzeiro do Sul  | Gentil Norberto   |
| <b>Alagoas</b>          | Sociedade Aliança Comercial dos Retalhistas   | Representada pela União Comercial dos Varejistas do Rio de Janeiro  |
| <b>Bahia</b>            | Sindicato dos Agricultores do Cacau; Sindicato Açucareiro da Bahia; Sociedade Baiana de Defesa Agrícola.  | J. G. Muller e Filogônio Peixoto; Raymundo Pereira de Magalhães; Heitor Beltrão.  |
| <b>Ceará</b>            | Centro dos Exportadores de Algodão da Zona do Norte; União Pecuária Cearense e Sociedade Cearense de Agricultura; Sindicato Agrícola de Sobral.   | José Gondim Menescal; Francisco Prado; deputado Alvaro de Vasconcelos.  |
| <b>Paraíba do Norte</b> | Sociedade de Agricultura da Paraíba   | João Fulgêncio de Lima Mindello, deputado Pereira de Carvalho e Antônio de Arruda Câmara.   |
| <b>Pernambuco</b>       | Sindicato Agrícola de Goiana  | Deputado João Elísio  |
| <b>Amazonas</b>         | Sociedade Amazonense de Agricultura   | Benjamin Lima   |
| <b>Pará</b>             | Caixa Rural de Bragança   | Plácido de Mello  |
| <b>Goiás</b>            | Associação Rural de Goiás   | Senador e presidente da associação Ramos Caiado   |
| <b>Distrito Federal</b> | Sociedade União dos Agricultores; Sociedade Brasileira de Avicultura; Centro Industrial do Brasil e Centro Comercial de Cerais; Sociedade Brasileira de Agronomia; Sociedade Brasileira de Química. | José Botelho e Ramiro Nunes dos Santos; Osvaldo Freire Braga de Sequeira; Luiz Araújo; Geminiano Gomes Guimarães; Luiz Osvaldo de Carvalho. |

<sup>97</sup> Movimento político-militar (1920-1935), denominado tenentista por ser liderado por tenentes, que consistiu em levantes militares contra as precárias condições do Exército que afetavam os jovens militares (falta de armamento, cavalos, medicamentos, instrução para a tropa, salários baixos e promoções lentas) e a política do governo. O objetivo central era derrubar o governo. Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes. Levou a Primeira República ao colapso e se destacou como um movimento inserido na crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930. Fonte: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 15 out. 2019. Para mais detalhes ver Fausto (1997).

|                          |   |  |
|--------------------------|---|--|
| <b>Espírito Santo</b>    | Sociedade União Agrícola de São João do Muqui; Centro Agrícola de Alegre e Sociedade Rural de Cachoeiro do Itapemirim.                                      | Deputado e presidente da SNA, Ildefonso Simões Lopes; Olavo Silveira.  |
| <b>Minas Gerais</b>      | Sociedade Mineira de Agricultura e Sociedade de Uberaba; Sociedade Rural de Alfenas e Liga Agrícola do Triângulo Mineiro.                                   | Deputado Fidelis Reis; deputado e presidente da SNA, Ildefonso Simões Lopes.   |
| <b>Rio de Janeiro</b>    | Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais; Sindicato Agrícola de Campos; Associação do Comércio, Indústria e Lavoura de Macaé                 | Eurico Teixeira Leite, Creso Braga e Thomaz Coelho Filho; Dr. Adalberto Mattos; coronel Francisco Xavier da Silva Lessa.                                   |
| <b>São Paulo</b>         | Sociedade Paulista de Agricultura; Liga Agrícola Brasileira; Centro do Comércio e Indústria de Taquaritinga.  | Augusto Ferreira Ramos; Paulo de Moraes Barros; Sociedade Nacional de Agricultura.   |
| <b>Paraná</b>            | União Rural do Paraná (com 53 filiadas); Sociedade Agrícola do Rio Negro; Centro do Comércio e Indústria de Ponta Grossa.                                   | Deputado Lindolpho Pessôa  |
| <b>Rio Grande do Sul</b> | Sociedade Agropecuária da Fronteira, Federação das Associações do Rio Grande do Sul, Associação Rural de Bagé e Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande. | Deputado e presidente da SNA, Ildefonso Simões Lopes; Associação Rural de Bagé; Sociedade Pastoral, Agrícola e Industrial de Jaguarão, Dr. Dermeval Pinto. |

Quadro elaborado pela autora a partir do *Correio da Manhã*, 9 dez. 1928, p. 9 e *A Lavoura*, set.-out., 1951, p. 8.

Conforme divulgou a edição do *Correio da Manhã* (9/12/1928), a CRB contou com a adesão de grande parte das associações rurais brasileiras. O jornal também informou que haveria mais uma assembleia para aprovação da redação final dos estatutos e que poderiam ser considerados fundadoras da Confederação as associações cujos delegados se achavam presentes na reunião de 7 de dezembro de 1928 (Quadro 1). Notas e notícias publicadas no jornal *O Globo* dos anos 1920 confirmam que a criação da Confederação Rural Brasileira era um projeto comum a Sociedade Nacional de Agricultura e das associações rurais que existiam. Entre 15 e 17 de dezembro de 1928 houve a convocação para reunião de delegados das associações agrícolas brasileiras, na sede da SNA, para aprovar a redação final dos estatutos da CRB. A reunião ocorreu em 18 de dezembro (*O Globo*, 15 dez. 1928 e 17 dez. 1928). Esta discussão precedeu a celebração da “grande data das classes conservadoras” (*O Globo*, 16 jan. 1929, p. 2), a celebração dos 32 anos da criação da Sociedade Nacional de Agricultura. Essa notícia do *Globo*, não assinada, atribui à SNA o reerguimento da atividade rural brasileira e a coloca como uma iniciativa dos líderes ruralistas que “resolveram refazer as forças combalidas da lavoura nacional”, após a “desorganização da economia do Brasil com a abolição da escravidão” (*O Globo*, 16 jan. 1929, p. 2).

Essas notícias atestam que a CRB foi instalada entre o final de 1928 e início de 1929, e que foi idealizada por Wenceslão Bello, presidente da SNA de 1904 a 1911, mas que não pôde ver sua concretização porque faleceu no último ano de sua gestão. Sua ideia ganhou materialidade através dos presidentes que o sucederam e também apoiaram a iniciativa, como

foi o caso do deputado Ildefonso Simões Lopes<sup>98</sup> (*O Globo*, 16 jan. 1929). A CRB surgiu durante sua gestão (1926-1944)<sup>99</sup>.

Naqueles anos, a SNA divulgava a Confederação como o órgão mais importante do patronato rural. Este era o desejo manifesto. Simões Lopes havia encarregado colegas da Diretoria para percorrer o Brasil e fazer propaganda da SNA e do “grande ideal há tanto tempo por ela acariciado: a Confederação Rural Brasileira” (*A Lavoura*, jul., 1928, p. 268). A viagem para conversar e buscar novos associados entre “lavradores” e agropecuaristas foi realizada pelos seguintes delegados da SNA: Arruda Beltrão, Ottoni de Freitas, Coronel João Simões Lopes, Joaquim Bertino e Júlio Azambuja. Esta iniciativa resultou, de acordo com Simões Lopes, em 600 novas inscrições de sócios para a SNA dos estados do Pará, Maranhão e Piauí. Ação similar ocorreu antes nos municípios do Paraná e Santa Catarina através das ações dos presidentes destes estados junto a “lavradores” e criadores. Além disso, o objetivo das viagens era reunir demandas sobre as necessidades da agricultura e das indústrias rurais, completar o serviço de estatística iniciado sobre os ramos da atividade rural brasileira, fundar novas associações e reerguer algumas no Maranhão, Pará, Piauí e Minas Gerais. Entretanto, não foram aos estados de Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo e São Paulo. Simões Lopes lamentou e alegou que o caráter das visitas era mais propagandístico e depois seriam retomadas, sobretudo por Goiás, tanto pelo valor de suas terras como pelas possibilidades econômicas futuras, como a exploração industrial do petróleo e a plantação de trigo em suas terras (*A Lavoura*, jul., 1928).

Entre as décadas de 1920 e 1930, interessava para a SNA que a CRB tivesse inserção no Conselho Federal de Comércio Exterior. Entretanto, em 1930, o debate sobre a instalação da CRB continuou no Congresso de Lavradores e Criadores do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro, que ocorreu de 13 a 20 de julho daquele ano. Os temas importantes nesse encontro, além da CRB, foram a questão de direitos trabalhistas (horas de trabalho, refeição e repouso, dias de folga); a sociedade comercial e industrial; e a questão ambiental, relacionada à derrubada de matas, conservação e caminhos<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> O primeiro presidente da CRB, conforme registra o *Correio da Manhã*, 8 jan. 1929, p. 2.

<sup>99</sup> Havia relação entre a Sociedade Mineira de Agricultura, a Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais e a SNA e CRB. Thomaz Coelho Filho era o representante da primeira na CRB.

<sup>100</sup> Parece que esse debate foi conduzido por outro grupo, pois não aparecem os dirigentes da SNA que eram também os dirigentes da CRB recém-criada. Há apenas menção a cartas de apoio enviadas pelo senador Miguel Calmon, do superintendente da Light, C. A. Sylvester, e do prefeito de Piraí, Alvaro Amarante Vieira da Cunha. Na última sessão do encontro, a discussão desses temas foi conduzida por Luiz de Azevedo Marques, presidente da sessão; João Cância, secretário; Camillo de Menezes, coronel Horacio Lemos e Lemgruber Portugal – os dois últimos representantes do município de Piraí; major Columbano Santos, Dr. Alvaro Moitinho – representando o município de Capivary; Antonio Martins Bertholo e Adão Ribeiro Júnior, pela Associação dos Fruticultores de Iguassu; e Theodorico Ramos de Oliveira, lavrador em Morro Agudo. Fontes: *Correio da Manhã*, 24/5/1930, p. 14 e *Correio da Manhã*, 19/7/1930, p. 9.

Em 1932, a SNA e CRB demandavam ao ministro Assis Brasil, membro da SNA, que colocasse e interpretasse na Comissão do Anteprojeto da Constituição os anseios dos ruralistas (*Jornal do Brasil*, 6 nov. 1932), como o fortalecimento do associativismo e da organização patronal e demandas específicas de mecanismos de políticas públicas como fomento e crédito, política de preços mínimos, armazenamento e transporte. Nesses anos, estudos com sugestões para o governo foram entregues em nome da SNA e CRB (*Correio da Manhã*, 4/8/1934), como uma das formas de colaborar, de defender seus interesses e para justificar sua participação na “reconstrução econômica” do país. Outros temas pautados por ambas era a padronização do cacau, a cultura do trigo no Rio Grande do Sul e o crédito rural no país. Selecionei esse conjunto de fatos para mostrar que, ao seu modo, a SNA colocou a CRB em funcionamento nesse primeiro momento, e sua criação não ficou só no papel como sugeriu Heinz (1996).

Baltar (1990), entretanto, constata que a Confederação, instalada em 1928, não cumpriu seu escopo de centralizar a representação da classe patronal rural e a SNA, por sua maior tradição na representação de interesses da agropecuária, exceto da cafeicultura, ofuscou a atuação da CRB no final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Mas o que se observa nos registros e documentação publicados na *A Lavoura* e nos jornais da época é que, nesse período, a Sociedade busca estabelecer uma Confederação agregadora e com inserção nacional. Não havia uma ofuscação da CRB, mas o contrário disso. A SNA chegou a ter uma atuação “dupla”, pois seus diretores eram também os da CRB. O que evidencia um esforço de criar bases sólidas para o estabelecimento da Confederação anos mais tarde, ou seja, na sua refundação em 1951.

Ainda no conjunto de fatos que comprovam a atuação da Confederação houve a indicação de nomes para participar do Conselho de Navegação<sup>101</sup>, a partir de 1935 (*Correio da Manhã*, 7/8/1935), e, no ano seguinte, a Federação Rural Riograndense nomeou Franklin de Almeida seu representante junto à CRB. Assim, esta ficou responsável por convocar o próximo congresso nacional de criadores — a II Conferência Nacional da Pecuária<sup>102</sup>, junto com a SNA e a Farsul (*Correio da Manhã*, 18/7/1936 e 6/5/1936).

---

<sup>101</sup> Era importante participar deste espaço porque envolvia as exportações de produtos e os problemas dos transportes marítimos. O Conselho tinha atribuições como verificar e fiscalizar as oscilações do mercado de um produto agrícola ou minério nacional e observar a existência de *trust* ou convênios que forcem a alta do preço desse produto. A comunicação sobre questões estas eram feitas ao Departamento de Portos e Navegação.

<sup>102</sup> Ildelfonso Simões Lopes, Arthur Torres Filho e Franklin de Almeida, representando a CRB, foram ao Palácio do Catete para convidar Getúlio Vargas para presidir a sessão solene de instalação da II Conferência. Além de Vargas a mesa de abertura contou com o ministro da Agricultura, Odilon Braga; o presidente da CRB, Simões Lopes; o vice-presidente da SNA, Arthur Torres Filho; Annibal di Primo Bech, presidente da Farsul; Izidoro Coimbra Ramos, representante de Goiás; e autoridades do Departamento de Produção Animal, da casa militar da Presidência e secretarias de agricultura de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná e Minas Gerais. Ainda neste 1936, durante a V Exposição Nacional de Animais, a CRB ofereceu um almoço, no Automóvel Club, para o presidente da República, o ministro de Agricultura, os delegados da Argentina

Na década de 1940, a CRB representava oficialmente o patronato rural no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), conforme anúncio publicado na *Lavoura*, reproduzido adiante (Figura 4), que pedia o apoio dos dirigentes de associações regionais à Confederação. A participação da CRB nessa instância já estava prevista em 1937, quando foi publicado decreto-lei dispendo sobre a organização do CFCE, até que se instalasse o Conselho Nacional de Economia (CNE)<sup>103</sup>, previsto no artigo 57 da Constituição Federal. O primeiro contou com dez conselheiros e cinco consultores técnicos. Três dos conselheiros eram representantes da Agricultura, Indústria e Comércio, tirados de listas tríplices, submetidos ao presidente Getúlio Vargas pela CRB, Confederação Industrial do Brasil e Federação das Associações Comerciais do Brasil. Artur Torres Filho foi o nome designado para representar a CRB. Evaldo Lodi, a Confederação Industrial, e Alvaro Porto Moltinho, a Federação das Associações Comerciais do Brasil. (*Correio da Manhã*, 1/2/1938). Neste ano estavam na Diretora da CRB e SNA: Simões Lopes (presidente), Artur Torres Filhos (vice-presidente), Edgard Teixeira Leite, Arruda Câmara, Kurt Repsold, Gomes Faria, Eurico Santos, Luiz Gonçalves Vieira e Otto Frensel (*Correio da Manhã*, 6/8/1938). São eles, portanto, que deram materialidade à atuação da CRB.

A SNA e a CRB, em nome do Conselho Federal de Comércio Exterior <sup>104</sup>, lançaram um manifesto para mobilizar associações e 1.074 prefeitos em defesa dos interesses das “classes produtoras” que consideravam vitais naquela conjuntura de guerra para aumentar a produção e melhorar as técnicas de criação e plantio. Eis a íntegra das 21 recomendações que encerram o manifesto que foi distribuído em todo país:

1 – Organização de “comitês” municipais de lavradores e criadores (3 membros) que, junto às Prefeituras, estudem as medidas tendentes a facilitar o desenvolvimento da produção, seu escoamento e colocação nos mercados. Os levantamentos de safras e escolha de produtos aconselháveis à exploração seria uma das tarefas desses ‘comitês’;

2 – aproveitamento de áreas próximas aos centros consumidores. A diferença de transporte não autoriza o sistema antigo da “derrubada”, pela caça do terreno bom,

---

e Uruguai, e os expositores (*Correio da Manhã*, 18/7/1936 e 21/7/1936). Após a realização de conferências era comum à diretoria da SNA e CRB agendarem reunião com o presidente da República para entregar um exemplar dos anais.

<sup>103</sup> Instituído no artigo 205 da Constituição de 1946 e implantado pela Lei nº 970, de 16/12/1949, em substituição do CFCE. O CNE tinha função de elaborar planos de política econômica e financeira, opinar sobre os critérios de aplicação de estímulos cambiais ao ingresso de investimentos estrangeiros tidos como essenciais para o desenvolvimento ou a segurança nacional, e sugerir índices que propiciassem base a aplicação de cláusulas de garantias contra a desvalorização da moeda nos títulos públicos da União de prazo inferior a um ano. Sua extinção ocorreu 1967. Cf. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA (CNE). *Verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-economia-cne](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-economia-cne). Acesso em: 8 jan. 2019.

<sup>104</sup> Ainda em 1943, o CFCE promoveu estudo e avaliou a questão da moratória para dívidas de “lavradores” provenientes de compra de terrenos durante a crise da exportação de laranjas (TORRES FILHO, *A Lavoura*, jan.-mar., 1943).

em detrimento do terreno cansado que seja próximo. Os métodos de preparo mecânico de correção e adubação do solo são mais fáceis, no momento, do que o transporte dos produtos de longas distâncias;

3 – auto-abastecimento dos núcleos de população;

4 – substituição da monocultura pela policultura;

5 – maior atenção ao desenvolvimento da criação de animais de pequeno porte (porcos, cabritos, carneiros, aves) como subsidiária da agricultura. Os produtos, subprodutos e refugos da produção serão consumidos por esses animais;

6 – afastamento de todas as dificuldades oriundas da legislação, justificáveis em tempo de paz, que de qualquer modo entibiem ou dificultem o aumento da produção;

7 – isenção de impostos originais sobre a produção e circulação de gêneros de alimentação;

8 – criação de entrepostos e armazéns para distribuição regional e fora das zonas de produção e de silos e câmaras de expurgo;

9 – organização de cooperativas de produção e venda, cercando-as de todo o prestígio e facilidades, inclusive transporte;

10 – ativação de modo particular da produção de álcool, da transformação da aguardente naquele carburante, além do maior emprego de gasogênio;

11 – aquisição e distribuição, pelas Prefeituras, associações rurais, inclusive cooperativas, de sementes, adubos, inseticidas e fungicidas, máquinas, ferramentas e utensílios, para empréstimo, aluguel ou venda pelo custo;

12 – desenvolvimento de pequenas indústrias locais (conservas de produtos animais, vegetais) visando libertar as regiões da dependência de produtos similares estrangeiros;

13 – intervenção dos prefeitos e das associações rurais para a organização de núcleos ou cooperativas de produtores, para obtenção de crédito junto à Carteira Agrícola do Banco do Brasil;

14 – estabelecimento de plano econômico para exploração florestal;

15 – desenvolvimento da irrigação e de métodos racionais de cultivo nas zonas assoladas pelas secas;

16 – concessão gratuita de terras em pequenos lotes aos colonos que as queiram aproveitar imediatamente, fazendo-as produzir, de preferência próximas aos centros consumidores;

18 – mostras e exposições periódicas, com instituição de prêmios (em dinheiro, em máquinas, ou simplesmente honoríficos), por onde se verifica o aumento da melhoria dos produtos;

19 – organização de um serviço de cooperação de extinção das formigas saúvas, e, de modo geral, de um amplo plano de combate às pragas e doenças das plantações, bem assim a notificação das epizootias e enzootias aparecidas na criação;

20 – organização de viveiros de plantas, para distribuição de mudas;

21 – incentivação de toda a produção hortícola em geral, transformando-se cada quintal numa horta (MANIFESTO MOBILIZAÇÃO DOS CAMPOS, *A Lavoura*, jan.-fev., 1943, p. 2-3).

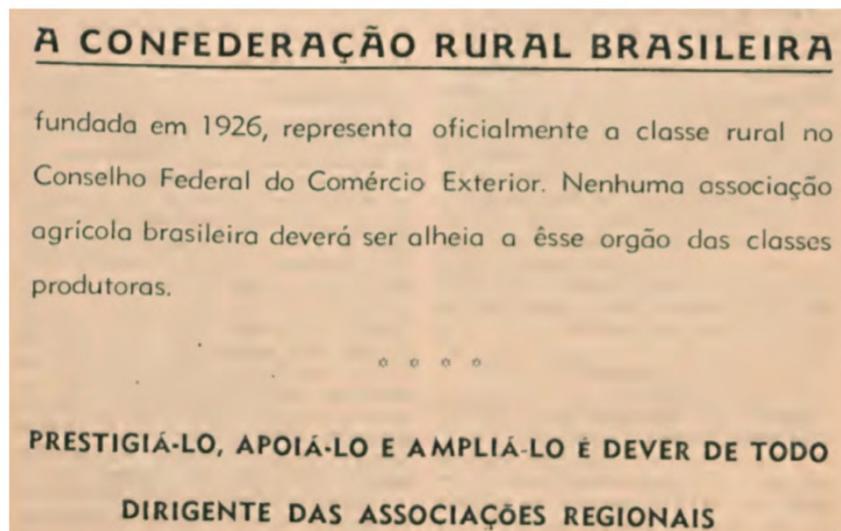
Por que o destaque às recomendações? Porque revelam como a SNA e CRB aproveitaram a visibilidade de suas inserções no Conselho de Comércio Exterior para pautar interesses que vão além da esfera dos mercados globais e exportação, priorizados na primeira recomendação. Defende-se a modernização da agricultura, como o uso racional da terra por meio de novas técnicas e uso de adubos químicos. A questão do mercado interno é posta e a da diversificação agrícola — pauta clássica da SNA, como registrou Mendonça (1997) em seus estudos. Parte das demandas presentes nas recomendações foram recolocadas nas décadas seguintes pela CRB/CNA. Entre elas estão o abastecimento, nos itens de 1 a 9 e 16 e 21 e mostram uma preocupação com o mercado e consumo interno e diversificação da agricultura;

eliminação dos entraves da legislação; isenção de impostos; melhores condições de armazenamento; cooperativismo e obtenção de crédito junto aos bancos; uso de máquinas e agrotóxicos nas plantações; desenvolvimento da irrigação; combate a pragas e doenças. Ainda em relação ao abastecimento, este tema volta quando a CNA reivindica aumento do preço de produtos como leite e carne. Durante a década de 1960 há diversos embates com a Sunab por causa do tabelamento destes produtos. Em algumas ocasiões o patronato do estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, chegava a tirar os produtos do mercado para pressionar o aumento dos preços. A CRB defendia a alta do preço do leite, uma demanda do setor da pecuária leiteira fluminense, levando suas demandas ao governo federal (*Correio da Manhã*, 4/4/1964).

Este conjunto são pautas clássicas da CRB do pré e pós-1964, notoriamente herdadas da SNA. A exceção é a recomendação 16 sobre conceder gratuitamente terras a colonos, pois não é uma demanda propriamente da Confederação, como veremos no Capítulo 2. Porém, pela proposição das terras serem próximas aos centros urbanos, possivelmente tinha relação com a pauta do abastecimento interno de gêneros alimentícios para as cidades. E se tratava de uma “concessão” não de distribuição, isto é, um consentimento para exploração. Uma relação que existia entre patrões e empregados quando estes viviam na própria fazenda onde trabalhavam e tinham autorização para plantar produtos para subsistência e dividir com o dono da terra.

Já a proposição 18 é uma das exitosas no que concerne à divulgação das iniciativas patronais rurais e à socialização entre os diversos segmentos empresariais rurais. As mostras e iniciativas sempre foram promovidas, com suporte governamental, e a instituição da Medalha do Mérito Agrícola, pela CRB, consolidou um dos espaços de grande importância para a socialização do patronato rural, para o reconhecimento e legitimação dos pares — autopremiação — e de relações políticas fora das instâncias do Estado.

Figura 4 – Registro da fundação da CRB em 1926



Fonte: *A Lavoura*, jan.-mar, 1943.

Este anúncio visa reforçar que a CRB não era mais apenas um esboço no papel e havia sim um peso político a sua presença na CFCE. A isto acrescenta-se um movimento em busca de apoio político regional para o novo órgão e de engajamento dos líderes regionais naquele processo de organização patronal rural que tem uma de suas vitórias através Decreto-lei 8.127, de 24/10/1945, que estabeleceu que cada município teria uma associação rural e previa a criação de uma Confederação Rural Brasileira. No próximo item abordarei melhor a questão das legislações e do envolvimento do patronato rural, por meio de suas associações de representação, nos debates definidores para sua elaboração.

Entendo que essas associações se estabeleceram, ao longo do século XX, como parte do arsenal para reforçar o *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989) das elites rurais, como forças contrárias à extensão de direitos aos trabalhadores do campo e para fortalecê-las nos momentos de crise e das transformações que afetavam seus privilégios. As narrativas produzidas pelas entidades patronais servem à promoção e difusão de seus interesses e, conseqüentemente, são instrumentos de persuasão ante o Estado, a opinião pública e seus próprios membros. Considero, com base em Bourdieu (1989), que os sistemas simbólicos — entendidos como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento — têm uma função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Eles asseguraram a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) e contribuem para a *domesticação dos dominados* (WEBER apud BOURDIEU, 1989).

#### 1.4. Legislações para o patronato rural e o sindicalismo brasileiro

Entre a abolição e Revolução de 1930, foram poucas as regras para mediar a relação entre capital e trabalho (MARINGONI, 2013). Algumas leis surgiram a partir de 1891. Segundo Costa e Marinho (2008, p. 20), a primeira manifestação do direito do trabalho rural na República ocorreu com o Decreto Federal 979, de 6/1/1903, que previa para os profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses. A SNA tinha se pronunciado contra o Decreto 979. Silva (1992) observa que neste documento há influência da lei francesa de 1884 sobre sindicatos agrários e cujas bases eram os princípios do liberalismo, pluralidade e plena autonomia. Diferente de outros países, onde o associativismo começou a se desenvolver pelo setor industrial, “no Brasil, sem dúvida, é o setor agrário o primeiro a receber um regime jurídico próprio para a regulação do movimento associativo” (SILVA, 1992, p. 77). Um indicador, para ele, do poder ostentado pelas elites agrárias no aparato do Estado.

Em 1904, foi assinado o Decreto Federal 1.150, que “conferia privilégio para o pagamento de dívida proveniente de salários de trabalhador rural”. O sindicalismo agrário teria novas regras com a promulgação de outro decreto, o de nº 1.637, de 5/1/1907, assinado pelo presidente da República, Afonso Pena, e pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, que se tornou vice-presidente da SNA em 1912 e seu presidente em 1921<sup>105</sup>. O documento ampliou o direito de criar sindicatos a todos os coletivos profissionais<sup>106</sup>, fossem rurais ou urbanos, inclusive os de profissionais liberais — prerrogativas negadas pelo Decreto 979. Além disso, buscou dar uma definição mais precisa às cooperativas, diferenciando-as dos sindicatos profissionais, que se constituiriam livremente, sem autorização do governo. Era possível, então, se federar em uniões ou sindicatos centrais, sem limitações

---

<sup>105</sup> O usineiro baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935) cursou engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi presidente da SNA (1921-1922), secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas da Bahia (1901-1904), deputado federal, ministro duas vezes: da Viação e Obras Públicas (1906-1909) e da Agricultura, Indústria e Comércio (1922-1926), e senador (1927-1930). Também foi representante da Associação Comercial da Bahia; vice-presidente da Liga de Defesa Nacional; membro da Campanha Civilista e do IHGB; e fundou a Federação das Associações Comerciais do Brasil (MENDONÇA, 1997).

<sup>106</sup> A Associação Tipográfica Fluminense, criada em 1853, é considerada a primeira organização profissional. A organização de associações de sindicatos industriais, isto é, sindicatos conforme o segmento econômico tinha, desde o fim do século XIX, a participação de ferroviários e dos operários da indústria. Os trabalhadores urbanos chegaram a contar, por um período, com a Confederação Operária Brasileira (COB), criada durante o I Congresso Nacional de Trabalhadores, no Rio de Janeiro, com a incumbência inicial de defender oito horas de jornada de trabalho diária, seguro para acidentes de trabalho, baixos aluguéis etc. A COB obteve adesões de 50 sindicatos de vários estados, entre os quais São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Veja-se em Führtner (1980) os sindicatos na indústria (Capítulo 1) e em Dias (1955), Pereira (1952) e Simão (1956), os sindicatos livres. O controle sindical efetivo no Brasil só se deu na década de 1930 (VIANNA, 1978; COSTA, 1986; TROYANO, 1978).

territoriais. Por sua vez, as federações teriam personalidade civil separada, bem como direitos e vantagens iguais às dos sindicatos. Mas os sindicatos agrícolas, que reuniam os que criavam gado ou integravam a indústria pecuária, continuavam regidos pelo Decreto 979.

Silva (1992) afirma que o Decreto 1.637 passou a ser a legislação básica do associativismo no Brasil, nos meios rurais e urbano. A partir dele surgem três tipos de sindicatos: mistos (com patrões e empregados); operários, mas conectados com os empresários por meio de comissões de conciliação; e os independentes, onde não havia essa conexão. A questão era determinar qual dos três seria aceito pelo governo como interlocutor. Ele observa que esse decreto ajudou a tentativa do Estado de estabelecer as bases de um sistema de tipo corporativo com o objetivo de manter o setor agrário sob controle e coesão<sup>107</sup>. Isto significava evitar os conflitos entre patrões e empregados, a luta de classes e mesmo lutas de interesses dentro das próprias classes (RAMOS, 1986). Os interesses do segmento agrário coincidiam com os de uma importante fração dos grupos que controlavam o país no período.

Depois surge o Decreto Federal 6.437, de 26/2/1907, que instituiu a carteira de crédito agrícola. Este, de acordo com Costa e Marinho (2008), representou para o trabalhador rural o seu primeiro estatuto legal de trabalho. Se na caderneta contivesse a escrituração correta — inscrito o contrato de trabalho e registradas as contas —, o documento seria a base para provar na justiça a dívida de salários. Entre o decreto e sua aplicação havia uma barreira, a desagregação caracterizada pela disseminação geográfica dos trabalhadores agrícolas e pela dificuldade de fiscalização da norma.

É preciso frisar que os regulamentos legislativos com conteúdo social, decretados antes de 1930, favoreciam apenas um reduzido grupo de trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais — a maioria da população — estavam excluídos desta legislação e das que previam a criação de associações e sindicatos. A maior parte destas leis, entretanto, eram modificadas conforme as pressões de distintos grupos patronais. É o caso do Decreto 4.982, de 24/12/1925<sup>108</sup>, que previa anualmente 15 dias de férias aos empregados e operários do comércio, indústria e bancos, e aos jornalistas. Havia oposição à extensão dos direitos aos trabalhadores no Congresso Nacional, como também revela a resistência e desqualificação da proposta dos deputados Figueiredo Rocha e Rogério Miranda em defesa da jornada de oito horas para os trabalhadores das fábricas (FÜCHTNER, 1980). Outro desses casos de reação à

---

<sup>107</sup> Para mais detalhes sobre a estruturação corporativa consultar a primeira parte do livro de Costa (1986): *As origens do controle sindical e o sindicato de tipo corporativo no Brasil*.

<sup>108</sup> Assinado pelo presidente Artur Bernardes e pelo porta-voz do patronato rural, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

extensão de direitos aos trabalhadores foi da união das associações empresariais paulistas que elaborou relatório contrário à lei de férias, proposta no Decreto 17.496, de 30/10/1926. O documento foi encaminhado ao Conselho Nacional do Trabalho por um conjunto de entidades daquele estado. Vianna (1978) avalia que o relatório apresentava um ponto de vista da “classe” muito liberal. Esta vertente é anunciada no início do texto, com uma epígrafe de um trabalho de Henry Ford: “não poderia fazer maior mal a um homem do que permitir que folgue nas horas de trabalho” (VIANNA, 1978, p. 77). O responsável pela redação do relatório foi o secretário-geral da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Otávio Pupo Nogueira<sup>109</sup>. A lei representava uma regulação legal ao mercado e, conforme Vianna, incorporaria uma legalidade exógena, diminuindo a capacidade de ação do capital e, adicionalmente, abriria para o trabalhador a perspectiva de reivindicações sociais crescentes.

Silva (1992) avalia que no desenvolvimento do associativismo patronal rural não houve mudanças significativas antes de 1930. Isto é certo quando se analisa a legislação de 1907 até 1932<sup>110</sup>, quando o associativismo de origem cooperativista ficou sem normas próprias. Mas houve uma articulação de forças distintas com a criação da SNA e da SRB em busca de espaços de representação de interesses próprios.

Ainda sobre esse período, Moraes (1987) e Silva (1992) observam que toda legislação teve pouca ressonância no desenvolvimento do associativismo agrário nacional, não alcançando o êxito esperado por seus promotores. As razões que explicariam isto seria o fácil acesso ao poder por parte do patronato rural brasileiro. Não me parece exatamente dessa forma. A partir da Primeira República percebe-se a necessidade de organização de interesses agrícolas por meio de órgãos civis de representação, uma forma de reorganizar-se e reagir ao fim do regime escravista. O trabalho de Ridings (1994) aponta nessa direção. Vê-se também que a SNA foi atuante na elaboração e definição da legislação para o meio rural; além da SRB que, como o próprio Silva (1992) reconhece, se estabeleceu como de grande importância no processo de articulação de interesses. O que foi possível constatar, principalmente nos momentos de crise, rupturas políticas e transformações econômicas e sociais, é que só os partidos políticos como portadores e interlocutores dos interesses patronais rurais não eram suficientes. O exemplo

---

<sup>109</sup> A Federação começou a funcionar como Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em 1928. A Fiesp é hoje a maior entidade de classe da indústria brasileira, representando cerca de 130 mil indústrias de diversos setores, portes e cadeias produtivas, distribuídas em 131 sindicatos patronais, divididos em 23 setores produtivos. Fonte: Fiesp ([www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp](http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp)).

<sup>110</sup> Com exceção para o Decreto-lei 17.339, de 02/6/1926, que regia a fiscalização da organização e funcionamento das Caixas Raiffeisen e bancos Luzzatti, ambos de atuavam no cooperativismo de crédito rural. Cf. Portal Cooperativismo Financeiro (<http://bit.ly/2zHwVzx>) e, principalmente, o livro de Pinheiro (2008), *Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil*, uma publicação do Banco Central do Brasil.

ilustrativo disto foi a perda do poder político da elite paulistana para Getúlio Vargas em 1930.<sup>111</sup> No movimento em que a classe média se constituía no país, as associações, possivelmente, passaram a ser vistas como mais estratégicas do que no período anterior, pois poderiam, através delas, organizar um poder ideológico para condicionar o poder político a atender seus interesses ou sistematizar *lobbies* com o mesmo objetivo.

O que se observa a partir do movimento de 1930, quando a legislação social ganhou impulso é que esta estava quase toda voltada para os operários urbanos. O trabalhador rural, quando contemplado, foi com “leis esparsas e episódicas e quase sempre sem correspondência na prática efetiva, na maioria das vezes esteve ausente da regulamentação jurídica que se desenvolveu na década de 1930 e que foi reunida em 1943 em um conjunto sistematizado: a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT” (COSTA; MARINHO, 2008, p. 120). Nas sucessivas leis desse período que deram origem à organização sindical disposta na CLT, observa Costa (1986), nota-se o caráter autoritário e controlador do Estado em relação aos organismos dos trabalhadores urbanos. Costa (1986) defende que é este tipo de Estado que outorga aos sindicatos de empregados e empregadores o direito de representarem seus interesses profissionais e econômicos e que deu corpo a uma estrutura sindical corporativista. Esta foi a forma pela qual optou para controlar a formação dos sindicatos, federações e confederações. O controle, contudo, vai além da constituição dessas instâncias, se estende ao comando total dos recursos financeiros dos sindicatos e à aplicação de punições às entidades de representação profissional — de multas às cassações da carta de reconhecimento do organismo. O autor salienta o caráter autoritário destas medidas de punição e exemplifica como forma de coerção direta o uso dos livros de registro, com dados pormenorizados do sindicalista (trabalhador urbano), e o fato de delegados do Ministério do Trabalho vigiarem as assembleias gerais dos sindicatos.

Também sobre esse momento, Heinz (2006) destaca que o modelo de relações entre Estado e os atores sociais emergentes, a partir da Revolução de 1930, é o corporativismo — doutrina de organização funcional da nação<sup>112</sup> e que envolve a representação política das profissões ou a representação classista de interesses<sup>113</sup> — e os princípios e a base do acordo

---

<sup>111</sup> Sobre Estado e agricultura no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas ver Silva (2010).

<sup>112</sup> Este é o conceito de Mihail Manoilescu. Corporativismo, o autoritarismo, centralismo, antiliberalismo e nacionalismo constituíam componentes de uma ideologia de Estado assumida por diferentes forças políticas emergentes, dos integralistas aos comunistas, e por setores tenentistas e getulistas (RAMOS, 1986).

<sup>113</sup> Em 1974, Philippe Schmitter (*apud* RAMOS 1986) publicou um estudo sobre a questão do corporativismo e o define como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (se não criadas) pelo Estado, às quais se garante o monopólio de uma representação deliberada no interior as respectivas categorias em troca da observância de certos

social sob qual se funda marcaram um longo período da vida política e sindical no País. Os efeitos disto se deram diretamente na organização profissional nos meios urbano e rural. Ele vê um sindicalismo operário<sup>114</sup> em vertiginoso desenvolvimento e uma organização do meio rural pouco expressiva. Isto é certo quanto à organização dos trabalhadores rurais, que não tinham direito à sindicalização. Mas não quanto ao patronato rural. Este, com o movimento associativista, buscava se organizar desde o século XIX e participava das comissões encarregadas de redigir decretos que contemplavam seus interesses.

O novo cenário político, portanto, teve impactos distintos para a organização profissional no meio urbano e rural. Para Heinz (2006), o sindicalismo operário viveu um desenvolvimento vertiginoso a partir dos 1930. Para estruturar os sindicatos de profissionais urbanos, sob a tutela do Estado, foi promulgada a Lei nº 19.770, de 19/3/ 1931, que reconhecia o direito de patrões e empregados a formarem, paralelamente, sindicatos. Somado a isto previa que cada profissão só poderia ter um sindicato por base local. O reconhecimento oficial das organizações representativas, do patronato ou dos assalariados em geral, ficou, então, vinculado ao cumprimento das normas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Mas, na prática, foram os empresários que se beneficiaram de uma dupla via de articulação e representação de interesses, através dos sindicatos reconhecidos pelo MTIC e das associações profissionais que funcionavam como centros de pressão junto às instâncias do Estado.

Vianna (1978) ao discutir a autonomia do Estado no âmbito político, na década de 1930, afirma que a autonomização se efetivou por fora dos postulados liberais e recorreu à ideologia corporativa. A evidência disto estava no Decreto nº 19.770, que regulou a sindicalização das classes patronais e operárias, reconhecendo o direito de patrões e empregados a formar em sindicatos paralelamente. Este documento deu início a formação do sindicalismo subordinado ao Estado (COSTA, 1986). Com base nele, os sindicatos, federações e confederações criados estariam subordinados e seriam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Segundo Costa (1986) foi nesse momento que os trabalhadores urbanos começaram a perder a autonomia para organizar livremente suas entidades de classe e se iniciou a formação da estrutura sindical de tipo corporativo no Brasil. Foi adotado o modelo de sindicato único, isto é, para cada gênero de profissão só se admite um sindicato. Este era o modelo seguido na Itália fascista, mas não estava restrito a este país. A Rússia soviética havia adotado o sindicato

---

controles na seleção de líderes e articulação das demandas e apoios. Esse conceito, segundo Ramos (1986), é operacional para compreender a prática sindical brasileira quanto a estrutura de representação profissional de tipo corporativo. Além disso, na ótica de Schmitter, são modelos de corporativismo estatal a Itália do período fascista, a Espanha do franquismo, Portugal sob o regime de Salazar, o Chile, o Peru e o Brasil.

<sup>114</sup> Cf. Decreto nº 19.770, de 19/3/1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>.

único e, no Chile, este era também o tipo dos sindicatos de empresas. O que Costa deseja mostrar é que, no caso brasileiro, o tipo de estrutura sindical montada, desde o início dos anos 1930, não era apoiada apenas por simpatizantes do fascismo. “Havia críticos do regime de Mussolini que acreditavam ser vantajosa, para os trabalhadores, a estrutura sindical de tipo corporativo que estava sendo construída no País” (COSTA, 1986, p. 65).

A definição de sindicato<sup>115</sup> e sociedades cooperativas ganhou contornos mais precisos com novas legislações promulgadas antes e depois de 1930. No primeiro governo Vargas foi publicado o Decreto-lei 23.611, de 20/12/1933, que revogou o Decreto 979, 6/1/1903, e facultou a indivíduos de profissões similares ou conexas se organizarem em consórcios profissionais-cooperativos. O novo decreto considerava na categoria de “agrários”: o proprietário, o cultivador, o arrendatário, o parceiro, o colono, o criador de gado, o jornaleiro e quaisquer pessoas empregadas em serviços rurais. Depois veio o Decreto 581, de 1/8/1938, que regulava os serviços públicos de registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas, e estabelecia a criação de um registro obrigatório, na Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura<sup>116</sup>. O Ministério, por meio de seus órgãos, passou a ser o responsável pela assistência técnica e fiscalização às cooperativas agrícolas, inclusive as da indústria rural, de crédito e de seguro. As demais, especificadas no documento, ficariam sob a fiscalização dos ministérios da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio.

Poliano lembra que o governo Vargas constituiu, em 1941, uma comissão interministerial, a Comissão de Sindicalização das Classes Rurais (Figura 5), para estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical. Para a SNA “era mister encontrar-se um

---

<sup>115</sup> Diz Costa (1986, p. 75): “a organização cooperativista de trabalhadores, empregadores e profissionais liberais (e, desde 1964 – corriji o ano, pois o autor menciona 1965 – também dos trabalhadores e patronatos rurais) efetuou-se pela sua inserção em hierarquias de entidades sindicais separadas, porém complementares. Os sindicatos são, em parte, grupos de interesse privados e em parte órgãos oficiais, uma vez que preenchem as funções definidas pelo Estado”. Para o autor, este arranjo funciona como uma delegação de poder público que permite às autoridades determinar quem fala em nome de quais interesses e ignorar reivindicações que não foram apresentadas através da hierarquia sindical, assim como cobrar dos sindicatos satisfação de seus atos. Este controle por parte do Estado era um meio de evitar que os sindicatos funcionassem como sociedades de resistência e instrumento da luta de classe, sobretudo para os trabalhadores urbanos e rurais. Ver mais sobre o corporativismo sindical em Stein (1991), Costa (1986) e Troyano (1978).

<sup>116</sup> Este teria complementação no Decreto 1.089, de 1/2/1939, que prorrogou o prazo de 180 dias para as cooperativas constituídas solicitarem registro. O mesmo foi revigorado pelo Decreto nº 8.401, de 19/12/1945, que revogou decretos anteriores referentes à legislação cooperativista do país (decretos-leis 5.893, de 19/10/1943 e 6.274, de 14/2/1944, exceto as disposições dos artigos 104 e 118 e seus respectivos parágrafos referentes à Caixa de Crédito Cooperativo, e revigorado o Decreto nº 22.239, de 19/12/1932, e o Decreto-lei 581, de 1/8/1938, e seu regulamento). Sua revogação se deu no governo Castello Branco através do Decreto-lei nº 59, de 21/11/1966, que define a política nacional de cooperativismo e cria o Conselho Nacional de Cooperativismo. Este foi substituído no governo de Emílio Garrastazu Médici pela Lei nº 5.764, de 16/12/1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas — em vigor até hoje. Tais iniciativas acabaram definindo política nacional de cooperativismo, o Fundo Nacional de Cooperativismo (Funacoop) e o regime jurídico das sociedades cooperativas.

novo tipo intermediário, entre associação e sindicato profissional, uma fórmula de transição, dado o vigente estágio do espírito associativo entre os homens do campo” (POLIANO, *A Lavoura*, set.-out. 1951, p. 8). O que ocorreu através da constituição da Comissão de Sindicalização das Classes Rurais<sup>117</sup>, composta por Arthur Torres Filho,<sup>118</sup> presidente da SNA, da CRB e da comissão; Talma Campos Guimarães, representante do Ministério da Justiça; Luiz Augusto do Rego Monteiro, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Antonio de Arruda Câmara, do Ministério da Agricultura; Ben-Hur Ferreira Raposo, do Serviço de Economia Rural; Silvio Cunha Echenique, da Farsul e representante da pecuária; Francisco Malta Cardoso, consultor jurídico da SRB e representante da lavoura; Manoel Mendes Batista da Silva, de Pernambuco e representante das indústrias rurais<sup>119</sup>; e Luiz Marques Poliano, secretário<sup>120</sup>. Estão juntos na comissão representantes do governo e de diversos setores da grande propriedade fundiária. Esse grupo devia pensar e sugerir soluções para o problema da organização sindical do meio rural.

Figura 5 - Comissão de Sindicalização das Classes Rurais



<sup>117</sup> Antes de 1941 foi constituída a Comissão Sindical da Agricultura Brasileira, presidida por Torres Filho (vice-presidente da SNA), Iris Meinberg (União Agropecuária do Brasil Central de São Paulo), Candido Gomes Ferreira (Sociedade Mineira de Agricultura), Oscar Daudt Filho (Farsul) e Luiz Marques Poliano (secretário da SNA e dessa comissão). A Comissão funcionou de 1939 até 1945.

<sup>118</sup> Foi diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, membro do Conselho Federal de Comércio Exterior e de diversas comissões.

<sup>119</sup> Médico, comerciante e industrial. Segundo Joel de Holanda foi um dos responsáveis pela fundação do Banco Nacional do Norte, nome original do Banorte, instituição financeira privada do Norte-Nordeste, com sede em Recife (PRONUNICAMENTO DE JOEL DE HOLANDA, 10 out. 1995. Seção Atividade Legislativa. Senado Federal). Manuel Batista da Silva foi um dos usineiros que comandava o Grupo Mendes Lima, que, em 1929, possuía 15 propriedades agrícolas, 43 quilômetros de ferrovia, cinco locomotivas e 65 carros. O Mendes Lima adquiriu a Usina Trapiche, que se fundiu a Usina Ubaquinha em 1934. Ele faleceu nos anos 1960 e sua filha Helena Batista da Silva Perez herda seu patrimônio (GASPAR, 2009). Sobre as usinas e usineiros de Pernambuco consultar os trabalhos de Andrade (1989) e Moura (1998).

<sup>120</sup> As reuniões da comissão aconteceram de 21 de agosto a 25 de setembro de 1941. As atas dos encontros foram reproduzidas em *A Lavoura*, abr.-jun. 1943.

A Comissão após a primeira fase de sua tarefa em almoço de socialização, no Restaurante Lido, em Copacabana. A confraternização foi conduzida por Souza Duarte. Fonte: *A Lavoura*, abr.-jun. 1943.

O papel da comissão era avaliar e sugerir soluções para a questão da organização sindical do meio rural e da lavoura, pecuária e indústrias rurais. Feito isto, redigiria o decreto-lei para instituir e regular a sindicalização rural (*Jornal do Brasil*, 10/6/1941, p. 5 e 13/6/1941, capa). Desse grupo, Torres Filho é um dos porta-vozes mais atuantes em relação a recursos financeiros para a agricultura. Dizia ele: “O crédito agrícola será para o Brasil, como vem sendo para todas as nações, a pedra angular da nossa expansão econômica”.

O patronato rural foi contemplado durante o governo de Getúlio Vargas com decretos-lei que possibilitaram ampliar os recursos da carteira agrícola do Banco do Brasil e reduzir as taxas dos empréstimos concedidos. Vargas criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. A organização do crédito agrícola era uma demanda “máxima” posta desde o primeiro Congresso de Agricultura, realizado em 1878 (*Jornal do Brasil*, 1/10/1940, p. 11). O crédito agrícola sempre foi reivindicado pela SNA através das ações desenvolvidas por seus líderes, Hennes de Sousa, Moura Brasil, Wencesláu Bello, Cristino Cruz, Inácio Tosta, Miguel Calmon, Lira Castro e Simões Lopes. O crédito agrícola, portanto, seria a base para a renovação dos métodos de cultivo, isto é, para a modernização.

Chamou atenção na ata da quarta sessão da comissão, em 14 de setembro, a divisão dos setores da agricultura e pecuária apresentada para auxiliar a enquadrar um agricultor, que atuasse em mais de um ramo, na atividade preponderante. Rego Monteiro submeteu um esquema (Figura 6). Outro esquema, apresentado na sexta sessão, detalhava o enquadramento sindical para patrões e empregados (Figura 7) conforme os ramos da agropecuária.

Figura 6 – Divisão dos setores da produção agropecuária

| Abril-Junho de 1943 |               | A LAVOURA   | 61 |
|---------------------|---------------|---|----|
| AGRICULTURA         | LAVOURA       | Café, Algodão, Cacau, Cana, Borracha, Cereais, Tubérculos, Raízes, Plantas Têxteis, Oleaginosas, Forrageiras, Uva, Mate, Hortaliças, Frutas, Essências Florestais, etc., etc. |    |
|                     | PECUARIA      | Bovinos, Ovinos, Equinos, Suínos, Caprinos, Asininos, Aves de Corral, Animais de Pele, Aves de Penas, Abelhas, Bicho da Seda, Coelhos, Cães, etc.                             |    |
|                     | PESCA<br>CAÇA |   |    |

Figura 7 – Enquadramento sindical (patrões e empregados)

| AGRICULTURA |                          | Lavoura<br>Pecuária<br>Caça<br>Pesca   |
|-------------|--------------------------|--|
| Lavoura     | Sindicatos Patronais     | Lavradores (proprietários e arrendatários rurais, O).  |
|             | Sindicatos de Empregados | Administradores e auxiliares de administração.<br>Trabalhadores agrícolas em geral, parceiros, reideiros, etc.                             |
|             |                          |  |
| Pecuária    | Sindicatos Patronais     | Criadores (proprietários e arrendatários de propriedades rurais de objetivos pecuários).   |
|             | Sindicatos de Empregados | Administradores e auxiliares de administração.<br>Trabalhadores agrícolas em geral, parceiros, reideiros, etc.                             |
|             |                          |  |
| Caça        | Sindicatos Patronais     | Empresas de caça.<br>Parques de refúgio e de criação.<br>Caçadores por conta própria.  |
|             | Sindicatos de Empregados | Trabalhadores na caça.   |
| Pesca       | Sindicatos Patronais     | Empresas de piscicultura.<br>Empresas de pesca (armadores com barcos próprios).<br>Pescadores por conta própria (trabalhadores autônomos). |
|             | Sindicatos de Empregados | Trabalhadores na pesca e nos barcos de pesca.  |

Fonte: *A Lavoura*, abr.-jun. 1943.

Poliano (1951) apresentou uma síntese do resultado dos trabalhos da Comissão de Sindicalismo Rural. Os resultados não avançaram.

Dela ficaram mais evidentes ainda, as dificuldades para o enquadramento sindical da atividade rural. Um projeto de lei, organizado pelo Sr. Arruda Câmara, e também publicado na mesma ocasião, foi então meticulosamente examinado e, de acordo com o vencido, encaminhado sem aproveitamento ao governo, como resultado dos trabalhos da Comissão (POLIANO, *A Lavoura*, set.-out. 1951, p. 8).

Depois, o assunto voltou à pauta no âmbito do Ministério do Trabalho e publicou-se o Decreto-lei 7.038, de 10/12/1944, determinando a sindicalização da “classe agrícola” do Brasil. Novamente a liderança presente na comissão do Ministério do Trabalho, representando os interesses da agricultura, foi Torres Filho, que foi voto vencido, segundo Poliano, porque não impediu a promulgação daquele decreto. O documento referia-se à sindicalização do patronato rural e dos trabalhadores rurais, e previa uma representação sindical do meio rural brasileiro semelhante ao que havia sido estabelecido nos centros urbanos. Entretanto esse decreto foi modificado devido a contestação dos próprios membros da comissão responsável por sua

formulação. Houve um boicote institucional a lei de 1944 (BRUNO, 1997). E sua aceitação inicial de deveu

à forte pressão exercida pelo governo (em regime ditatorial), bem como à ideia de que, frente à prioridade dada às políticas industriais e ao avanço do corporativismo no meio urbano, frações da classe dominante agrária, consideram mais prudente compactuar com a criação dos sindicatos para não serem alijadas dessa esfera de representação (HEINZ *apud* RAMOS, 2011, p. 46).

Heinz frisa que assim podiam exercer alguma forma de controle sobre os sindicatos rurais, tanto patronais quanto de trabalhadores. “Mas com o fim da ditadura de Vargas, e as pressões das entidades patronais, foi entalecido o novo decreto, de 1945” (HEINZ *apud* RAMOS, 2011, p. 46), o de nº 8.127. Mas antes deste, e em paralelo ao trabalho da Comissão, a SNA elaborou sua própria proposta de projeto de lei, que deu origem ao Decreto-lei 7.499, de 9/4/1945. Nele estava previsto a utilização das estruturas rurais que existiam como as associações e sociedades voluntárias de fazendeiros. Estas deveriam preparar as bases para a futura sindicalização do meio rural, embora paradoxalmente impedisse o processo. Heinz (2006) lembra que muitos fazendeiros temiam a perda de autonomia de suas entidades uma vez que estas fossem submetidas a alguma fiscalização do Estado, como o Ministério do Trabalho ou o Ministério da Agricultura.

Já o decreto 8.127, de 24/10/1945, é importante porque estabelece que as associações rurais, base das federações e da Confederação, poderiam reunir qualquer pessoa vinculada ao exercício de atividades rurais, como os pequenos, médios e grandes proprietários e produtores ou arrendatários (indivíduo que toma alguma coisa em arrendamento mediante pagamento de contribuição) e parceiros, constituindo uma base social bastante variada. Assim, como lembra Gasparotto (2016), venceu o argumento da SNA, que a agricultura constituía uma 'profissão', não podendo ser representada em termos classistas.

O decreto 8.127 instituía que as pessoas naturais ou jurídicas, que atuavam no setor agrícola, extrativo, pastoril ou industrial, e as atividades técnicas lidadas à agricultura, poderiam contar com associações rurais, nos municípios; federações das associações rurais e as entidades investidas de suas funções e prerrogativas, nos estados; e a Confederação Rural Brasileira, órgão de defesa, representação, e técnico consultivo do governo federal, na capital da República. Em reunião, liderada por Simões Lopes, foi reafirmada a intenção de colaborar com

a orientação e providências que vinham sendo tomadas pelo ministro João Cleofas de Oliveira<sup>121</sup>, através do Serviço de Economia Rural, para a instalação da CRB.

Houve um direcionamento, por exemplo, para a CRB fortalecer a empresa rural. O Decreto 8.127 previa que sindicatos rurais, federações patronais e Confederação Rural Brasileira teriam suas instalações ou criações feitas pelo Ministério da Agricultura. Já a comunicação direta com o governo federal é delegada à CRB, responsável por apresentar as demandas e sugestões sobre o desenvolvimento agropecuário do estado ou do território onde atuam as federações e associações rurais. Para se filiar a ela, as associações deveriam contribuir com cotas, estar organizadas conforme o seu padrão e obedecer as normas fixadas. Em troca, receberia através da Confederação, subsídios do governo. Cabe destacar que nem todas as associações podiam ou estavam de acordo com os valores estipulados. Este ponto gerava conflito com as bases.

A CRB é definida no documento como o órgão de defesa e representação, e técnico consultivo do governo federal. Suas atribuições eram:

- a) Colaborar no estudo e solução dos problemas que afetam a vida rural no país;
  - b) promover o entendimento entre as federações;
  - c) pleitear os direitos e interesses da classe rural;
  - d) estudar as medidas necessárias ao desenvolvimento e à prosperidade da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, e sugeri-las aos poderes públicos, lutando pela sua adoção;
  - e) promover e realizar congressos e exposições nacionais;
  - f) interessar-se pela representação nacional nos debates internacionais;
  - g) adotar e fazer adotar pelas federações das associações rurais e associações rurais as medidas que interessam as atividades rurais;
  - h) criar um centro de informações sobre a vida rural do país;
  - i) auxiliar as Federações e, por meio destas, as Associações Rurais em todos os seus empreendimentos;
  - j) resolver as questões que surgirem entre as federações e, em grau de recurso, entre estas e as associações rurais
- (DECRETO-LEI N° 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945).

O Decreto 8.127 alterou e deu nova redação ao Decreto-lei n° 7.499.<sup>122</sup> Ambos buscaram organizar a vida rural no Brasil. Todavia, o último previa a organização das classes rurais em base associativa, mas em vez da CRB e das federações, trazia a seguinte hierarquia de organizações: associações rurais, sociedades rurais e uma União Rural Brasileira. Ambos

<sup>121</sup> Ingressou nos quadros da CNA em 1965 como 2° vice-presidente, na última gestão de Iris Meinberg como presidente da Confederação (1965-1967). Ver trajetória e ligações na em Anexo III – DIRETORIA GESTÃO IRIS MEINBERG (1954-1967).

<sup>122</sup> Nos anos 1940 instalara-se nos grandes jornais o debate público sobre a organização da vida rural e a representação profissional, via associações e sindicalização, das classes rurais e a elaboração de decreto-lei por uma comissão para este fim. Fazia parte Djalma Campos Guimarães, do gabinete do ministro da Justiça, Francisco Luís da Silva Campos, representante do mesmo Ministério (*O Estado de São Paulo*, 20/3/1941, p. 2).

foram precedidos pelo Decreto 1.402, de 5/7/1939, que regulava a associação em sindicato, e, segundo Baltar (1990), foi inspirado na *Carta del Lavoro* (Carta de Trabalho)<sup>123</sup>, do governo de Benito Mussolini. O Decreto 1.402 permitiu a formalização da relação hierárquica entre sindicatos, federações e confederações nos três níveis: municipal, estadual e federal. Entretanto, os fazendeiros organizados na SNA não aceitaram a inclusão do setor na estrutura corporativa formalizada em 1939. “Por pressão da SNA, no decreto-lei assinado por Getúlio Vargas, havia um parágrafo que relegava às associações rurais uma lei especial de organização a ser futuramente regulamentadas” (BALTAR, 1990, p. 126). O argumento da entidade era que o problema de uma legislação sindical rural residia na dificuldade para a agricultura seguir o modelo nos mesmos parâmetros da indústria ou do comércio. O deputado Iris Meinberg, presidente e idealizador da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp), integrou a Comissão que deveria regulamentar o Decreto 7.449. A comissão deu sugestões ao governo de modificações que foram adotadas no decreto. Em relatório de 1949, ele afirmava que os “produtores agrícolas” mais esclarecidos e orientados viam no associativismo da sua “classe” o caminho certo não só para a defesa dos seus interesses e direitos como para a obtenção dos meios necessários à melhoria da sua produção e da sua economia individual e coletiva, através da assistência técnica e financeira<sup>124</sup>. A Faresp, apesar da fundação recente, em 1946, já tinha diversas realizações e serviços prestados aos “ruralistas paulistas”, afirmava Meinberg. O governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), a considerou de utilidade pública por meio da Lei 1.320, de 6/12/1951. A entidade começou representando a pecuária, mais fortemente, e a lavoura paulista. Sua formação envolveu a congregação de pecuaristas, “razão natural que levou a entidade a estender inicialmente suas atividades em torno das reivindicações da pecuária do Brasil Central” (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso). Quando a entidade surgiu em Barretos como Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central agregava entidades agropecuárias daqueles quatro estados (*Correio da Manhã*, 15/7/1951, p. 3). O associativismo rural naquele estado estava em alta entre a segunda metade dos anos 1940 e início de 1950. A Faresp, além dos pecuaristas, representava os

---

<sup>123</sup> Na carta italiana, de 21/4/1927, o Partido Nacional Fascista, de Mussolini, colocou as orientações que deveriam guiar as relações de trabalho entre o patronato, os trabalhadores e o Estado. O documento pode ser consultado em: [www.historia.unimi.it/sezione/fonti/codificazione/cartalavoro.pdf](http://www.historia.unimi.it/sezione/fonti/codificazione/cartalavoro.pdf). A Carta del Lavoro foi uma das inspirações da CLT no Brasil, juntamente com a Encíclica Rerum Novarum, documento da Igreja Católica sobre as condições dos operários, e a Organização Internacional do Trabalho. Segundo Sergio Pinto Martins, desembargador do TRT/2ª Região (São Paulo), a constituição brasileira de 1937 é praticamente uma tradução da carta italiana. A historiadora Ângela de Castro Gomes, da UFF, observa que a CLT teve pouca influência da carta. Para ela, as influências maiores vieram da própria legislação, do Direito Social Católico e das normas da OIT (CARNEIRO; ALMEIDA, *O Globo*, 28/4/2013).

<sup>124</sup> RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE S. PAULO SR. IRIS MEINBERG, relativo ao exercício de 1949 (*A Lavoura*, mar.-abr. de 1950, p. 50-51).

interesses e exprimia o pensamento dos produtores de café, chá e cereais. Meinberg relatou que cada um dos setores da produção agrícola tinha seus representantes na Diretoria da Faresp e contavam com um departamento especializado, com técnicos e assessores que colaboravam na solução dos problemas apresentados. Ele considerava importante exprimir o pensamento político-econômico da “classe rural” e a orientação dos dirigentes da Faresp. Isto permitia consolidar a posição e o prestígio da Federação entre os “agricultores”, os outros órgãos de classe e as autoridades oficiais da esfera estadual e federal.

De certa forma, O Decreto 8.127, buscou silenciar a problemática da sindicalização rural posta no debate naquela década, principalmente porque os trabalhadores rurais, nesse período, estavam se organizando e reivindicando o direito à sindicalização rural. Todavia, ele fortaleceu o associativismo em vez do sindicalismo. A estruturação da CRB foi possibilitada por suas diretrizes (GOMÉZ, 1986). Sua promulgação representou um progresso no movimento associativo patronal rural. Esta era a conclusão da SNA, no momento que celebrava a inauguração de mais uma associação patronal, a Casa Rural de Mallet, sede da Associação Rural de Mallet no Paraná (*A Lavoura*, mar.-abr., de 1950, p. 33)<sup>125</sup>. Após ser instituído, surgiram 158 associações e oito federações rurais novas. Em 1951 havia 375 associações e 15 federações rurais, com um total de 56 mil “lavradores e criadores” associados no país. Para Antonio Arruda Câmara, diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, isto representava o êxito da campanha para manter o “bom equilíbrio e a paz social da vida rural” no Brasil<sup>126</sup>. O coroamento dessa campanha, concluiu, era a fundação da Confederação Rural Brasileira (*A Noite*, 26/9/1951, p. 4).

Heinz (2006) observa que a sindicalização do mundo rural deixou a tutela do Ministério do Trabalho e voltou para o Ministério da Agricultura. Sua conclusão é que, como resultado desse processo de regulamentação profissional, o conjunto da agricultura brasileira vai se

---

<sup>125</sup> A SNA reproduziu a Ata de inauguração da Casa Rural de Mallet, redigida em 6/12/1949, em *A Lavoura*. A inauguração reuniu líderes como Moysés Wille Lupion de Tróia, governador do Paraná (1947-1951); Pedro Firman Neto, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; Waldemiro Pedroso, secretário de Saúde e Assistência Social; Ary Florêncio Guimarães, desembargador e sub-procurador geral do Estado; Waldemiro França, prefeito de Mallet; Heliantho Guimarães Camargo, juiz de direito da Comarca; os deputados estaduais Ernani Benghi (Mallet), Edgard Sporheltz (Imbituva), Antonio do Santos Filho (Paranaguá), Julio Buskei (Prudentópolis e Mallet), Aldo Laval (Ponta Grossa); Jair Marchetti, encarregado da Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura em Porto União (SC); Ateneu Holzman, representando a 4ª Zona Agrícola da Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, em Irati; Rubens Suplicy Ferreira do Amaral, diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado; outras autoridades civis e militares da comitiva governamental, autoridades eclesiásticas locais e pessoas do comércio e indústria.

<sup>126</sup> Era uma das instâncias que podia atuar na fiscalização dos produtos destinados à exportação. Suas atribuições estão descritas no Decreto nº 37.415, de 2/7/1955. Os estabelecimentos da classificação e fiscalização dos produtos agrícolas e pecuários e matérias-primas do país, destinados à exportação, foi instituída pelo Decreto nº 334, de 15/3/1938.

encontrar implicado na constituição de uma “exceção rural” no seio do aparelho sindical brasileiro. O que ia num caminho diverso das cidades, onde empresários e trabalhadores se relacionavam em dois sistemas paralelos de representação de interesses, com tutela do Estado que almejava consolidar o papel de protetor social e agente do desenvolvimento econômico. O reconhecimento das associações existentes e da CRB, por meio do Decreto 8.127, representou a vitória política de uma forma híbrida de representação para o campo.

Outro ponto interessante colocado por Heinz (2006) é que a possibilidade da extensão das leis sindicais urbanas às áreas rurais e seus possíveis efeitos em termos de mobilização social dos trabalhadores rurais era uma ameaça aos fazendeiros. O desenho do decreto que se efetivou trazia o modelo delineado pelo patronato rural, um sistema de representação sindical a meio caminho entre o sindicato e a associação civil, e com notória ausência dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

A fórmula encontrada irá ignorar a ideia de uma representação ‘de classe’, defendendo uma hipotética unidade do corpo social rural. Por ela, os fazendeiros atribuem a suas ‘associações rurais’ o papel ‘sindical’ de interlocutor do Estado nas questões relacionadas à ‘profissão agrícola’ e assumem esta nova função de maneira exclusiva, sem abdicar de seu poder tradicional sobre as áreas rurais, poder reforçado pela impossibilidade legal de constituição de sindicatos de trabalhadores rurais” (HEINZ, 2006, p. 126).

Por outro lado, houve pressões da SRB junto ao Congresso Nacional para anular o Decreto 8.127. Para Heinz (2006) esta iniciativa mais a mudança na correlação de forças políticas após a queda de Vargas em 1945, explicariam a lentidão para o reconhecimento da Confederação. O argumento da SRB era que o decreto feria a liberdade de organização prevista na Constituição de 1946. Apesar da mobilização contra, a segunda oficialização da CRB em 1951 contemplou uma demanda comum à SNA e à SRB, a não organização dos trabalhadores rurais em sindicatos reconhecidos pelo governo (RAMOS, 2011). Esteves (1991) afirma que o surgimento da CRB indicou que havia projetos distintos que tentaram influenciar nos rumos da agricultura brasileira. Isso quer dizer que entidades como a SRB tinham o seu próprio projeto. As organizações que haviam não conseguiam ultrapassar seus limites de reivindicações, dificultando tanto a efetivação dessas propostas como o próprio processo de organização. Para Esteves, a solução para este problema foi buscada pela Confederação ao abrir espaço para a representação regional, o que indica um reconhecimento da diferenciação patronal no país e uma necessidade de dar voz às diferenças. Assim, a oficialização, ou refundação em 1951, da CRB se dá por meio do Estado, no governo de Getúlio Vargas, que atende a SNA.

As divergências entre a SNA e a SRB, e a constituição da Confederação, expõem distintos interesses e projetos para o meio rural brasileiro. Mendonça (1990), que analisou detalhadamente o movimento ruralista na Primeira República, identificando o papel das associações que precederam a CRB, observa que muitos autores consideram a emergência desta como a entrada da representação profissional da agricultura em geral, e dos fazendeiros em particular, na esfera política e institucional do Estado Brasileiro, caso de Heinz.

Na CRB, a SNA colocava a responsabilidade representar “todo” o patronato rural do Brasil, além dos lavradores (os que trabalham na lavoura, agricultores), meeiros (aqueles que trabalham na terra de outrem e reparte o resultado com o proprietário), colonos (trabalhador que cultiva terra alheia em troca de salário), moradores (os agricultores que trabalham e moram na terra do proprietário sob determinadas condições) etc. Até o início de 1960 a representação do campo estava estruturada dessa forma, com base no decreto 8.127. Não havia interesse em permitir a institucionalização de um sindicato só para trabalhadores rurais. Os sindicatos para os trabalhadores rurais começaram a surgir só em 1962, depois que o governo João Goulart promulgou a Portaria 209 A, que tinha por base o decreto de 1944. Essas novas instâncias serão impulsionadas pela criação da Supra (GASPAROTTO, 2016).

A ideia de ter uma confederação — de caráter associativo civil — estava na SNA desde sua primeira década de atuação. A ambição da representação nacional se concretizou através da CRB. Depois do seu estabelecimento, o foco da SNA foi o Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. Curiosamente, a partir de 1949, o nome da CRB desaparece das capas da *Lavoura* e nos anos 1950 se vê uma ênfase em divulgar que a revista é órgão oficial da SNA e das classes rurais do Distrito Federal; nos anos 1960, com a transferência da capital para Brasília<sup>127</sup>, esse destaque se restringe às classes rurais da Guanabara, reafirmando o caráter regional da entidade. Essa mudança de foco tem entre suas causas a promulgação do Decreto-lei 8.127.

As relações políticas entre Estado e o patronato rural, especificamente, são íntimas nesse processo. São proprietários de engenho e de usinas de cana-de-açúcar como os ministros da Agricultura do governo Dutra (1946-1951), Antonio de Novais Filho<sup>128</sup> (1950-1951), e do governo Vargas, João Cleofas, que receberam e apresentaram ao governo federal as demandas dos porta-vozes das instâncias de representação patronais rurais existentes. Além disso, os líderes daquelas entidades são, simultaneamente e constantemente, membros do governo. Eles representam o Estado e os interesses da entidade patronal rural a qual estão vinculados. É

---

<sup>127</sup> O antigo distrito federal é transformando em estado da Guanabara.

<sup>128</sup> Usineiro e senador pernambucano (1898-1978). Ex-presidente da Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, considerada neste campo a mais antiga do Brasil.

comum acumularem funções em várias instâncias de representação patronal e no próprio Estado — isto é contínuo e é um traço comum em suas trajetórias profissionais. O conflito de interesses é uma regra, não uma questão ética nesses casos e em diferentes épocas. Não houve ruptura nesse *habitus* após os anos 1930. Essas práticas atravessaram até mesmo os momentos de transformação que marcaram o Brasil no século XX. Assim como o ingresso e o investimento de parte dos fazendeiros em ramos do setor industrial não eliminou as grandes propriedades.

## CAPÍTULO 2 – ATUAÇÃO POLÍTICA DA CRB NO PRÉ-1964

O processo de constituição da CRB, no início e na metade do século XX, reflete uma reação às crises e às transformações que lentamente se deram, através da centralização da representação e da busca por mais unidade da ação coletiva patronal rural, especialmente diante da mudança de uma economia agrícola para uma baseada na industrialização, com forte estímulo do Estado. Com base nesse quadro histórico, este capítulo se atém na atuação política da CRB/CNA e a sua relação com o Estado brasileiro antes do 31 de março de 1964, data que marca a concretização das diversas tentativas anteriores de golpe de Estado.

A abordagem dada ao golpe nas seções seguintes se inspira em Santos (1962). Ele, num ensaio sobre as tentativas de golpe de Estado no Brasil, principalmente a de 1961, para instalar uma ditadura militar de direita, define golpe de Estado como um fenômeno social cujas causas sociais devem ser buscadas e combatidas<sup>129</sup>. Sem esquecer que a elaboração do golpe civil-militar e o regime instituído depois são construções sociais (CORDEIRO, 2009) e políticas. Tanto a tentativa como a efetivação de um golpe exige a aliança de diversos segmentos sociais. Na origem do fenômeno, nas palavras de Santos, está a “aliança de *setores* da maioria submetida com *setores* da minoria privilegiada” (SANTOS, 1962, p. 6). Ou seja, são necessárias ações coletivas em cada fase — da preparação ideológica ao estabelecimento de uma ditadura militar (instalada por intermédio de um golpe e na qual a minoria privilegiada dirigente viola ou rasga suas próprias leis) ou ditadura “legal” (instalada pelo mecanismo de eleições corrompidas).

A contribuição de Santos é importante porque ele nos lembra que ainda carecemos de mais estudos sobre os dispositivos que fortalecem este tipo de desfecho e a instituição de regimes autoritários no Brasil, com a aprovação de diversas forças políticas e de segmentos sociais. Afinal, trata-se de um fenômeno que não é recente na sociedade brasileira. Ao contrário, remonta a diversos episódios entre os séculos XIX e XX e mostrou que “a ditadura das classes dominantes é, no *essencial*, a defesa dos privilégios da minoria dominante contra os interesses da maiorida submetida. Privilégios econômicos e políticos” (SANTOS, 1962, p. 8). Além disto, “manifesta-se todas as vezes em que o movimento de ascensão popular recobra impulso: seja quando esse movimento se destina à defesa das riquezas do país (...), seja quando as forças do

---

<sup>129</sup> Em 1962, Wanderley Guilherme dos Santos escreveu o livro *Quem dará o golpe no Brasil?*, no qual descreve os tipos de golpe e antecipa aquele que destituiu João Goulart em 1964. Nesta obra, ele trabalha o caráter específico do golpe no Brasil, a diferença entre ditadura “legal” – aspas do autor – e ditadura via golpe, a preparação ideológica, razões de ordem externa e interna e condições para o golpe de tipo militar – no qual a dominação direta do aparelho de Estado é exercida pelos militares.

povo estão a ponto de ganhar maior parcela do poder político” (SANTOS, 1962, p. 3). A primeira situação é ilustrada pela luta em torno da Petrobras, agosto de 1954, e a campanha a legalidade, em 1961. A segunda pela organização das massas trabalhadoras em torno de reivindicação que afetava a situação então vigente, a arregimentação dos trabalhadores rurais em torno das ligas camponesas e a sua união com o fim de alterar a estrutura agrária brasileira. A constância que Santos identifica nestas situações é que a ameaça de golpe surge quando o povo manifesta em atos o descontentamento e a insatisfação que traz na consciência. Segundo Medeiros (1989), quando os conflitos no campo foram visibilizados e potencializados, em meados de 1950, apesar das diferentes motivações, era comum aos trabalhadores rurais (posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores) a resistência para não sair da terra onde trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos.

O objetivo do capítulo é analisar o alinhamento da CRB com certas propostas do Estado em relação à política agrícola e as reações à política agrária. São enfatizados dois aspectos: a rede social dos principais porta-vozes da CRB e da CNA e como uma entidade de representação é usada como ferramenta para influenciar, prioritariamente, o desenho de políticas públicas voltadas para a agricultura. Esta reflexão ajuda também a entender melhor questões relacionadas ao empenho para dar à Confederação mais peso político, à herança da SNA que se perpetuou na CRB e CNA e aos capitais — na perspectiva de Bourdieu apresentada na Introdução — que são preservados e/ou reproduzidos pelos líderes e porta-vozes que atuaram em ambas. Esses capitais dizem respeito às relações sociais, à obtenção de diplomas e títulos, aos meios de produção e renda e à honra e reconhecimento.

A CRB almejava definir um projeto global para a agricultura brasileira. Esteves (1991) observa que a defesa de um projeto tão amplo, no qual propõe uma transformação radical da agricultura nacional, demandaria, no contexto em que as políticas públicas estavam voltadas para a industrialização, uma entidade de representação com peso político relevante no país. Sua questão é como a CRB, composta por velhas oligarquias do Nordeste, políticos e setores do Sudeste-Sul — Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, que se diziam modernos — teria força suficiente para implementar o projeto. A indagação da autora é retomada na primeira parte deste capítulo, mas busco ampliá-la para entender como o projeto que se estabelece, embora contemple os interesses do patronato rural, também fortalece a inserção do capital financeiro na agricultura.

## 2.1. A CRB em marcha

No âmbito da geopolítica global, o Brasil se alinhava cada vez mais aos Estados Unidos e se afastava da União Soviética na década de 1940. A divisão imposta pela Guerra Fria redesenhou o mapa político das nações do Ocidente e Oriente, mas também se esboçou uma correlação de forças a favor de reformas. Tal aproximação era oficial desde a proibição do Partido Comunista Brasileiro, em 1947. A dependência do país em relação aos americanos se acentuara com a perda das reservas monetárias, acumuladas pelas exportações de *commodities* durante a Segunda Guerra Mundial e a dominância do café na pauta de exportação — atingiu cerca de 70% do comércio externo brasileiro (SILVA, 2014). Este é o cenário que se mostra com o despontar dos anos 1950, quando, internamente, avançava o estabelecimento da chamada democracia liberal, a industrialização liderada pelo Estado, as políticas públicas desenvolvimentistas, a urbanização e o êxodo rural. Dos anos 1920 à década de 1950, o movimento operário nos centros urbanos do país se fortaleceu, conquistando legitimidade entre os próprios trabalhadores e a sociedade e direitos sociais e políticos, como a legislação trabalhista e o direito à sindicalização. Houve grandes avanços nas lutas dos trabalhadores entre os anos 1940 e 1950. Eclodiram diversas greves e houve crescimento vertiginoso do movimento sindical. Entre as grandes mobilizações coletivas estão, em São Paulo, a Greve dos 52 dias (1949), organizada pelos ferroviários; a Greve dos 300 mil (1953), dos trabalhadores da indústria têxtil, com adesão de metalúrgicos, portuários e químicos; a greve dos 400 mil (1957), a greve da Rhodia, de motoristas e trabalhadores da indústria têxtil (1959); e a dos 700 mil (1963), que expressava a tentativa dos trabalhadores de estabelecer nova forma de negociação salarial coletiva com abrangência de todas as categorias sindicais, entre outras<sup>130</sup>. Também no estado de São Paulo aconteceram as mobilizações dos trabalhadores das grandes plantações contra as condições de vida e trabalho dos colonos do café. As denúncias eram contra baixos salários, proibição do plantio de cereais nos cafezais para a própria subsistência, jornadas extensas, falta de direitos trabalhistas e previdenciários. Entre 1949 e 1954 houve greves nas fazendas de cacau, cana-de-açúcar e nos cafezais paulistas (MEDEIROS, 1989). Ainda no campo, as ações do Partido Comunista do Brasil (PCB) culminaram com a constituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954). O PCB também se envolveu,

---

<sup>130</sup> Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Relatório – Tomo I – Parte II – A perseguição aos trabalhadores urbanos e ao movimento operário, março 2015. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_2\\_A-perseguiçao-aos-trabalhadores-e-ao-Movimento-Operario.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_A-perseguiçao-aos-trabalhadores-e-ao-Movimento-Operario.pdf). Acesso em: 8 dez. 2019.

entre o fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, na Guerrilha de Porecatu, que foi um pontapé inicial da organização camponesa no estado do Paraná. Ainda fez ganhar força, em 1954, o movimento de Trombas e Formoso, em Goiás, quando os posseiros se armaram e passaram a se organizar em grupos. Sua organização resultou na fundação da Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso. Este processo de organização dos trabalhadores rurais se tornou vigoroso também nas demais regiões do país como o Nordeste, onde emergiram as ligas camponesas<sup>131</sup> — importante representante de interesses dos trabalhadores rurais no pré-1964, as associações e as uniões que colocaram na cena política as lutas dos trabalhadores rurais por direitos. Mesmo que seja visto na historiografia como localizado e disperso, esse movimento repercutiu fortemente nos centros de poder e pôs a reforma agrária na pauta da discussão política (MEDEIROS, 1989).

O Ministério da Agricultura, conduzido por João Cleofas de Oliveira, apresentou um relatório em 1951, no qual avaliava que apesar do desenvolvimento industrial, a economia nacional continuava a depender de forma absoluta da agricultura. Este discurso de Estado, em defesa da agricultura, estava amparado no argumento de que a produção agrícola representava mais de dois terços do valor da produção e ocupava uma elevadíssima percentagem de braços, em número oito e nove vezes mais alta do que as atividades industriais. Três quartos da população do Brasil estava no interior ou vivia no meio rural, ocupando-se com atividades rurais, divulgava o Ministério da Agricultura, em relatório de 1951. Para o órgão, a crescente produção industrial dependia, numa percentagem significativa, da transformação de matérias-primas vindas da agropecuária. Além disso, defendia, que sem um arcabouço agrícola estável e sólido era duvidosa uma industrialização em bases completamente seguras, pois a produção industrial destinava-se majoritariamente ao mercado interno e grande parte era absorvida pela “população dos campos”<sup>132</sup>. O que não significava que a maioria da população rural tivesse acesso aos produtos.

O outro argumento que aparecia naquele relatório era o da exportação, na qual a produção agrícola participava com mais de 80% em valor e com mais de 60% em quantidade.

---

<sup>131</sup> Francisco Julião, advogado e político que se tornou uma das lideranças das ligas, registra que em 1955 surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mas tarde denominada de Liga Camponesa da Galiléia e iniciativa dos camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão (PE). É considerada a “Liga-mãe” ou inspiradora de dezenas e dezenas de outras ligas que se proliferam no Nordeste e várias regiões do Brasil. Foi uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo. Seu objetivo era fundar escola primária e formar um fundo para adquirir caixões de madeira destinados às crianças, que morriam em grande proporção na região Nordeste. Havia 140 famílias no Engenho Galiléia, totalizando quase mil pessoas (JULIÃO, 1962). A ligas tiveram intensa atividade entre 1955 até 1964, quando João Goulart foi destituído da Presidência da República.

<sup>132</sup> Relatório de Atividades do Ministério da Agricultura, 1951.

Apesar destes números, a visão do ministro sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira era de que seu progresso era muito lento e a produção agrícola apresentava-se com relevantes características de atraso e de baixo rendimento. Por outro lado, alertava que os trabalhadores rurais tinham uma produtividade baixa e a enxada — símbolo do atraso — era o instrumento predominante na agricultura brasileira. O atraso, no relatório do Ministério da Agricultura, é deslocado para a “enxada”, isto é, a falta dos instrumentos e técnicas agrícolas. A partir disto, justificava-se que, apesar do aumento da área cultivada no Brasil de 12.914.000 hectares, em 1940, para 17.775.000, em 1950, não houve progresso sensível na produção média por unidade, com exceção apenas para as culturas de arroz e milho cujo aumento do rendimento foi de 1.5% e 3%. Os demais produtos tiveram produção diminuída por unidade de área — em 1949 a produção agrícola foi de 66.066 toneladas, em 1951, de 66.830 toneladas — um aumento de apenas 1,2%. Esta característica era atribuída aos países agrícolas com as atividades do campo desenvolvidas inteiramente com base no trabalho braçal.

Conforme o relatório do Ministério da Agricultura, a causa desse atraso no desenvolvimento agrícola era a lenta mecanização da agricultura e a falta de recursos técnicos e financiamentos e uma melhor assistência do poder público para os agricultores. Também precisava-se progredir no uso adubos químicos e fertilizantes. Esta era a posição não apenas do Ministério, mas também das entidades patronais como a CRB. O uso desses últimos ainda era esporádico e restrito aos estados do Sul do Brasil e a pequenos espaços do território nacional, ou seja, apenas na região açucareira do Nordeste (com cerca 20% da área cultivada do país). O que ocorria devido ao alto custo destes insumos agrícolas, especialmente os importados. Em meados dos anos 1940, o consumo de adubos no Brasil atingiu uma média em torno de 150 mil toneladas. Concluía-se que isto evidenciava “o caráter extensivo e pouco técnico com que se utilizam as atividades agropastoris entre nós”<sup>133</sup>. Este documento deixa clara a via para a modernização defendida no Ministério. A opção coincidia com a proposta colocada, nos anos 1940 e 1950, pelos líderes da SNA e da CRB.

Na avaliação do órgão, o montante da produção de 1951 estava longe de constituir o total da produção básica para alimentação, porque, após deduzir as culturas voltadas para a industrialização, como o algodão, mamona, tungue (árvore conhecida como noqueira-de-iguape)<sup>134</sup>, fumo, entre outros, chegando a 2 milhões de toneladas, ainda se faz necessário

---

<sup>133</sup> Relatório de Atividades do Ministério da Agricultura, 1951, p. 12.

<sup>134</sup> Suas sementes contêm óleo graxo, que é bom combustível e excelente lubrificante. Outros usos são na composição de unguento antirreumático, curtimento de couro e espécie ornamental. Fonte: Andrés E. L. Reyes, Esalq/USP. Disponível em: <br/trilhas/medicina/am19.php" <http://www.esalq.usp.br/trilhas/medicina/am19.php>>. Acesso em: 16 set. 2017.

considerar a dedução para cana-de-açúcar (32.600 mil toneladas) e da mandioca (12.600 toneladas). Estes dois absorviam 70% do volume de produção agrícola. Outro problema nas áreas agricultáveis próximas aos grandes centros era o elevado espírito de especulação. Estas áreas em vez de ostentar uma agricultura racional e próspera, era um espaço praticamente sem culturas. Nesse caso, a Baixada Fluminense e o Vale do Paraíba chamavam a atenção do Ministério.

Nessa conjuntura, três problemas importantes preocupavam os principais porta-vozes da Sociedade Nacional de Agricultura. O primeiro era a Confederação Rural Brasileira, que, segundo Ramos (2011), tinha como argumento para a sua criação a justificativa de que a representação sindical não seria a forma de organização mais adequada ao meio rural. É comum a ambas as fases iniciais. Os líderes da SNA, Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite e Antonio de Arruda Câmara em uma audiência especial com o ministro da Agricultura, Antônio de Novais Filho (1950-1951), tinham apresentado alguns pontos do programa de ação da Sociedade que estavam ligados à política do próprio Ministério. Um deles era o problema da organização da classe rural em base associativa, o que exigia, segundo eles, o apoio do governo à fundação de federações patronais nos estados que ainda não as tinham e a criação, no Rio de Janeiro — capital da República à época — de uma entidade “suprema” para o patronato rural, a CRB (*Correio da Manhã*, 11/5/1950, p. 3). Entendo que esta demanda consiste no pedido por sua oficialização definitiva, pois a mesma, como mostrei anteriormente, começou a funcionar dentro da SNA antes da década de 1950. Em defesa da CRB argumentaram diante de Novais Filho que estavam numa posição de inferioridade em relação aos empresários ligados à indústria, que dispunham de organizações e meios financeiros para dar benefícios aos seus integrantes. Esta reclamação é recorrente desde o século XIX e era uma forma de manifestar o incômodo com a prioridade de recursos dada ao nascente setor industrial, que, ao longo do tempo, passa a ter uma participação mais ativa na política econômica do país<sup>135</sup>. Também fazia parte da estratégia discursiva ligada à manutenção do poder político, para se fazer notar, demandar recursos e financiamento para o setor agropecuário.

Na visão desse grupo patronal rural, a agricultura não deveria estar subordinada à indústria devido a sua importância para a economia nacional. Luz (1978) mostra que a fórmula da “vocação agrícola” expressava um projeto político para o Brasil e servia como palavra de ordem desde a instaura o da República, embora a crença num destino eminentemente agrícola

---

<sup>135</sup> Cf. o trabalho de Nícia Vilela Luz (1978) sobre as primeiras a o es voltadas para a industrializa o do Brasil no século XIX. A autora aponta a rea o o em face das a o es voltadas para a industrializa o, mesmo que incipientes durante a Primeira República.

tenha se legitimado anos antes, quando o café dominava a economia brasileira em meados do século XIX. Uma referência intelectual dessa ideia de vocação agrícola vinha de Alberto Torres (1865-1917)<sup>136</sup>, no livro *O problema Nacional Brasileiro*: “O Brasil tem por destino ser um país agrícola; toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos” — trecho reproduzido pelo presidente da SNA, Artur Torres Filho, em artigo de sua autoria sobre a formação econômica do Brasil (TORRES FILHO, *A Lavoura*, jul.-ago., 1950, p. 17).

Essa visão sobre a indústria não a exclui em prol da agricultura, mas a insere numa cadeia de dependência mútua. Geraldo Goulart da Silveira, 1º secretário da CRB (1957-1963)<sup>137</sup>, a sintetiza dizendo que a agricultura produz, a indústria transforma e o comércio distribui.

Da agricultura, abrangendo a pecuária e as indústrias extrativas de origem vegetal, depende todo arcabouço de nossa agricultura. Apesar do surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos sendo um país agrícola, dado a nossa extensão territorial que permite que possamos manter, ao lado da indústria, uma enorme produção de matérias-primas; de todos os produtos alimentares indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure o nosso comércio de exportação (SILVEIRA, *A Lavoura*, mai.-jun., 1950, p. 47).

Na SRB, os industriais eram vistos como protegidos do governo Vargas. Oportunamente, a entidade reproduziu em sua publicação corporativa, *Revista Rural Brasileira* — denominada a partir de 1955 de *A Rural* — um artigo do jornalista Estanislau Rubens do Amaral<sup>138</sup> no qual resume este espírito dizendo que os empresários da indústria são os donos dos brasileiros, que tem a função de enriquecê-los ao adquirir, compulsoriamente, seus artigos ordinários e caros, sem a poderem recorrer aos produtores mundiais mesmo quando a produção nacional não satisfaz às necessidades do mercado por causa da deficiência quantitativa (AMARAL, *Revista Rural Brasileira*, jan. 1946). A narrativa que abarca a questão da disputa de recursos com a indústria nascente e a reafirmação da “vocação agrícola” nos remete à gênese da ação coletiva do patronal rural no Brasil. Este discurso é recorrente na SNA, na SRB e se propagou na CRB no decorrer da década de 1950.

---

<sup>136</sup> Bacharel em direito, atuou como jornalista, deputado estadual e federal, ministro da Justiça e Negócios Interiores, presidente do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal. Suas ideias eram referências durante a Revolução de 1930 e o golpe civil-militar de 1964. Reprovava as teses do socialismo e do individualismo, vendo-as como incompatíveis à realidade do Brasil e causadoras de desagregação social.

<sup>137</sup> Foi 4º secretário (1961-1962) e 3º secretário (1963-1968) da SNA. Escrevia artigos em *A Gleba* e *A Lavoura*. Ver Anexo III – DIRETORIA GESTÃO IRIS MEINBERG (1954-1967).

<sup>138</sup> Ligado à União Democrática Nacional (UDN). Foi eleito deputado e vereador de São Paulo. Está entre os fundadores do jornal *Diário da Noite*. Dirigiu a Folha da Manhã e foi redator-chefe do *Diário de São Paulo*. Primo da artista plástica Tarsila do Amaral.

O segundo problema era o Código Rural — esperava-se sua urgente promulgação — que consistia no conjunto das normas que assegurariam a vida e o desenvolvimento econômico das pessoas que se dedicavam à exploração da agricultura<sup>139</sup>. O projeto de lei n° 345, de 1955, que instituiu o Código Rural, esteve em discussão em plenário da Câmara dos Deputados entre 1951 e 1955. O agrônomo representante da pecuária gaúcha e diretor técnico da CRB (1951-1953) Silvio Echenique (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB)<sup>140</sup>, lembra que uma primeira menção a um Código Rural se deu em 1908, no 1° Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, organizado pela Sociedade Agrícola de Pelotas, quando foi sugerida a elaboração de uma legislação rural. Ele narra que diversos projetos de Código Rural surgiram em seu Estado em diferentes épocas. Um deles foi apresentado ao Congresso Nacional pelo juiz e deputado federal, Joaquim Luis Osório (Partido Republicano Rio-Grandense e UDN)<sup>141</sup>, em 30 de dezembro de 1914. Esse código refletia o pensamento aristocrático da época e abrangia a propriedade e posse de imóveis, inclusive rurais, e os denominados hoje contratos agrários. Também disciplinou aspectos relacionados aos imóveis como os direitos reais sobre coisas alheias, condomínio, direitos de vizinhança etc. (MARQUES, 2015)<sup>142</sup>.

<sup>139</sup> Projeto de Código Rural – Capítulo I, p. 3. In: Projeto de Lei n° 345, de 1955. Há uma menção do engenheiro agrônomo Cunha Bayma ao anteprojeto de Código Rural, finalizado em 1942, por uma comissão sob a presidência de Luciano Pereira da Silva, consultor jurídico do Ministério da Agricultura e presidente do Conselho Florestal. Este documento contemplava a reforma agrária sem mexer na propriedade da terra. Além de Luciano da Silva estavam na comissão Alberto Rego Lins, catedrático da Faculdade de Direito de Porto Alegre e presidente do Conselho Nacional de Caça; Adamastor Lima, catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, consultor jurídico do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e diretor-secretário da SNA; Carlos Medeiros Silva, promotor público e então secretário do ministro da Justiça; e Luiz Palmeira, assistente jurídico do Serviço de Economia Rural (*Diário da Noite*, 3/12/1942). O trabalho da comissão começou em setembro de 1941 e, em dezembro de 1942, concluiu o anteprojeto (*Diário da Noite*, 22/7/1944). A SRB também tinha o seu projeto de Código Rural, mas não tive acesso ao documento. Uma contribuição indireta a discussão deste assunto aparece na obra de Smith e Marchand (1951) *Brazil – Portrait of half of a continent*, que reúne textos de sociólogos, economistas, geógrafos, educadores e historiadores norte-americanos, brasileiros e franceses. O capítulo dedicado à vida rural no Brasil foi escrito por Carlos Borges Schmidt, da Secretaria de Agricultura de São Paulo (*O Estado de São Paulo*, 28 jun. de 1951).

<sup>140</sup> Responsável pelo relatório e anteprojeto deste Código Rural do PL 345. Antes entrou em vigor o Decreto-lei n° 7.038, de 10/11/1944. Esta lei sindical para Echenique não tinha vida, ou seja, não funcionava porque não dava conta da realidade da vida rural. A sindicalização do meio rural era complicada porque, afirma ele, “se encontrava paupérrimo e astênico, doente e inculto, vencido sempre pelos fatores naturais adversos às atividades de seus habitantes, desarmados de elementos da civilização para vencê-los” (Estado de São Paulo, 15 jun. 1951, p.5). Nesse período, o debate na esfera do Estado e das sociedades agrícolas dava-se sobre a adoção para a agricultura brasileira de uma legislação que considerasse suas peculiaridades e, principalmente, a realidade nacional. Ver trajetória de Echenique em Anexo II – DIRETORIA TÉCNICA GESTÃO MÁRIO DE OLIVEIRA E ALKINDAR JUNQUEIRA (1951-1953).

<sup>141</sup> Estava ligado aos empresários agrícolas do Rio Grande do Sul e posteriormente foi um dos presidentes da Farsul. Foi presidente da Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul (1907) e da Sociedade de Tiro Brasileiro Pelotense (1908). Atuou ainda como jornalista – diretor do jornal *Diário Popular*, professor de Faculdade de Direito de Pelotas e dedicou-se a atividade agrícola.

<sup>142</sup> É importante lembrar que algumas ideias presentes no código elaborado por Joaquim Osório foram acolhidas na Constituição Federal de 1934. Entre elas a formulação de normas fundamentais de direito rural, o usucapião pro labore, e normas sobre a colonização e dimensionou a proteção aos silvícolas e ao trabalhador (MARQUES, 2015).

Em 1929, trabalho de Joaquim Osório foi refeito e exposto no Segundo Congresso do Rio Grande do Sul. O segundo projeto gaúcho foi escrito pelo deputado Favorino Mércio, que o submeteu em 13 de julho de 1937. Ainda nesse ano foi apresentado o terceiro, do deputado e ex-presidente do Rio Grande do Sul, Antonio Augusto Borges de Medeiros. O debate avançou nas décadas de 1940 e 1950, quando outros projetos de Código Rural foram postos. O anteprojeto de código, que teve uma comissão formada para sua elaboração determinada pelo presidente Getúlio Vargas, foi baseado no projeto de Borges de Medeiros. A comissão finalizou a versão do projeto em 1944. Nela estava prevista a sindicalização de trabalhadores e empregadores rurais em sindicatos de formato misto (*Diário da Noite*, 5/5/1944).

Buscava-se com o Código uma organização profissional nos moldes vigentes da sindicalização urbana (PROJETO DE LEI n° 345, de 1955, p. 1-2). O PL 345 tinha sido inspirado no Código Rural (Lei n° 10.024), do Uruguai, e na Ley Nacional n° 11.627, de Arrendamientos Rurales, e no Estatuto del Pean (Decreto n° 28.169), ambos da Argentina. Participaram deste debate líderes do patronato rural e do ruralismo, como os porta-vozes dos órgãos de representação patronal rural, deputados e juristas como Francisco Malta Cardoso, ex-membro extra-ministerial da Comissão de Sindicalização Rural<sup>143</sup>. Em 1945, o Ministério da Agricultura designou o magistrado Temístocles Brandão Cavalcanti, consultor geral da República; Henrique Doria de Vasconcelos, diretor do Departamento Nacional de Imigração do Ministério de Trabalho; Luciano Moreira da Silva, consultor jurídico do Ministério da Agricultura; Artur Torres Filho, presidente da CRB; Candido Gomes de Freitas, presidente da Sociedade Mineira de Agricultura; e Balbino Mascarenhas, presidente da Farsul; para, sob a presidência do primeiro, formarem a comissão responsável de revisar o projeto do Código Rural (*Jornal do Brasil*, 30 jun. 1945 e *Correio da Manhã*, 30 jun. 1945). O código é parte do corpus da produção legislativa durante o governo de Getúlio Vargas para o campo. Como defende Welch há bastante evidência para mostrar como o regime instituído por Vargas procurou “organizar a vida rural” desde os primeiros meses de seu governo provisório, nos anos 1930, até seus últimos meses de governo em 1945 (WELCH, 2016 p. 83). O código, portanto, destinava-se àquela organização e fez parte de um debate amplo, nos anos 1940, que envolveu interesses de fazendeiros ligados à SRB e à SNA. A primeira pleiteava junto ao governo maior participação nas deliberações e redação das leis voltadas para o mundo rural. Naquela conjuntura, como indica Welch, o objetivo de Vargas era diminuir a hegemonia paulista. As duas sociedades, apesar das divergências, estavam de acordo quanto a não ser necessário

---

<sup>143</sup> Em *O Estado de São Paulo*, 16 de junho de 1951, comenta-se que o anteprojeto de Echenique era um dispositivo destinado a combater propriedades latifundiárias através da política fiscal.

estender os direitos dos trabalhadores urbanos para os rurais. Havia dissenso quanto a se convidar ou não um representante dos trabalhadores rurais para participar das discussões tanto sobre o código como sobre a sindicalização rural.

As discussões sobre o código rural integravam um debate mais amplo sobre a sindicalização rural, a reforma agrária e a CLT, cuja versão final previa regras gerais parecidas para os trabalhadores urbanos e rurais (salário mínimo, férias, contrato de trabalho, aviso prévio e limitações para os pagamentos em bens em vez de moeda corrente). Clifford Welch observa que os pecuaristas e fazendeiros organizados em São Paulo estavam envolvidos numa campanha para excluir por completo os trabalhadores rurais da CLT. Como contraproposta, eles concentraram seus esforços na formulação de um “código rural”, que deveria suplantiar a CLT no setor agrícola. A SRB, portanto, apresentou seu próprio anteprojeto de código. O documento chegou a ter uma sistematização do ataque dos fazendeiros contra a interferência do Estado, o Ministério do Trabalho e a aplicação de “leis de trabalho urbano” ao campo (WELCH, 2016, p. 96). Embora seu código rural, enviado a Vargas, não tenha ido além da mesa deste, a ação da SRB teve repercussão, pois o Decreto-lei 7.038, trouxe uma cláusula que dava espaço especial para organizações como a SRB no Estado brasileiro. Assim tais associações patronais rurais passariam a colaborar com o Estado como órgãos técnicos e consultivo para soluções na agricultura. Até 1947, o anteprojeto do código, mesmo com o texto concluído, seguia em processo de revisão. Esse processo de protelar e não submeter ao Congresso Nacional certamente foi uma estratégia que envolveu segmentos do patronato rural, pois o documento era divulgado na imprensa como mais um elemento que o governo federal teria para concretização da reforma agrária, logo não interessava aos donos de terra. O fato é que a ideia de um Código Rural Brasileiro não vingou e os trabalhadores rurais não foram contemplados com os mesmos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos durante o governo Vargas (BARBOSA, 2017).

O terceiro problema era o Serviço Social da Agricultura. Essa questão tinha relação com o fato da indústria contar com este tipo de serviço, mas o setor agrícola não. O próprio Geraldo da Silveira dizia que o homem rural era o esquecido, apesar de ser o que trabalhava para assegurar a subsistência do resto da população. Não bastavam as medidas diretas de incentivo à produção, sem primeiro encarar o problema do homem rural, especialmente porque 68,73% da população estava nas zonas rurais, argumentava com base no Censo Demográfico de 1940, do IBGE. Geraldo da Silveira concluía que, paradoxalmente, cuidou-se mais, até aquele momento, da educação e assistência social dos trabalhadores da indústria e do comércio, enquanto o “trabalhador rural” foi deixado à parte. Este setor era o que primeiro devia ser

amparado e devia contar com um sistema de educação e assistência social rural “convenientemente planejando e patrioticamente executado”, defendeu. Notamos que há interesse desses porta-vozes da CRB em definir e ter ingerência sobre a educação e assistência social para as populações rurais, através de suas entidades de representação. Isto aparece em suas reuniões no debate difundido por meio da *Lavoura* e da *A Gleba* no decorrer da década de 1950 e das décadas seguintes. A Escola de Horticultura Wencesláo Bello era um dos exemplos do que almejavam quanto ao programa que devia estar na educação rural. Este, além das técnicas agrícolas lecionadas, incluía palestras sobre cooperativismo, clubes agrícolas, a propriedade rural e a organização do patronato rural.

Nesse debate era colocado ainda o problema do êxodo rural. Este era agravado, na perspectiva dos porta-vozes da SNA e CRB, pelo desequilíbrio entre o tratamento dado aos trabalhadores da indústria e do comércio e àqueles da agricultura. Por outro lado, louvavam o trabalho do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933. Desde 1941, o IAA atuava em favor dos homens ligados à cultura e à indústria da cana-de-açúcar. O Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei nº 3.855, de 1941), permitiu ao IAA cuidar do problema da assistência médico-social para o trabalhador do açúcar. Este era um bom modelo. A SNA também via como interessante a Resolução nº 206/48<sup>144</sup>, da Comissão Executiva do IAA, que dispunha sobre a retenção de Cr\$ 0,40 por tonelada de cana entregue pelos fornecedores às usinas para a constituição de um Fundo de Assistência Médico-Social para o trabalhador rural e o pequeno fornecedor. Afirmaram que esse fundo permitiu a construção de ambulatórios em Sertãozinho e Capivari, em São Paulo, e em Campos, no estado do Rio de Janeiro, além da aquisição de uma ambulância para serviço odontológico em Pernambuco. Por fim, lembravam que o Decreto-lei nº 9.827, de 12/9/1946 estabeleceu que as usinas de açúcar deveriam destinar, em benefício de seus trabalhadores industriais e agrícolas e em serviços de assistência médico-farmacêutica e social, organizados individualmente ou pelas associações de classes, um valor mínimo de dois cruzeiros (equivalente a 1,65% do valor da saca da época), por saco de açúcar produzido. A fiscalização e aplicação das verbas ficavam a cargo do próprio IAA (*A Lavoura*, jul.–ago., 1950).

---

<sup>144</sup> Estabeleceu uma ordem de gradação e preferência na prestação dos serviços de ambulatório, hospitais regionais e centrais, instituições recreativas e culturais. A SNA informou que a média de arrecadação, de 1943 a 1948, de retenção de Cr\$ 0,40 (equivalente a R\$ 1,27 em valor atual) por tonelada de cana fornecido foi de Cr\$ 1.857.674,00 anuais (R\$ 5.907,114,18), da incidência de Cr\$ 2,00 (R\$ 6,36) por saco de açúcar produzido, a média, de 1946 a 1949, foi de Cr\$ 44.213.292,00 (R\$ 107.786.790,15) – conversão efetuada com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV. Cálculo feito com o conversor do sítio da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser ([www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)).

A SNA estava bastante ativa quanto à questão do Serviço Social da Agricultura. Chegou a realizar um estudo e o apresentou ao governo por intermédio do ministro da Agricultura, João Cleofas de Oliveira, junto com um projeto de lei e a justificativa para criação do Serviço Social da Agricultura (SESA). O documento foi elaborado por uma comissão especial designada pelo presidente da SNA, Artur Torres Filho. Os dois trabalhos estavam em sintonia com a organização rural prevista no Decreto-lei 8.127 (OFÍCIO DA SNA AO MINISTRO JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA - *A Lavoura*, mar.-abr., 1950, p. 3)<sup>145</sup>.

O projeto da SNA era um substitutivo ao do deputado Galeno Paranhos, que apresentou à Câmara um projeto de lei instituindo o Serviço Social Rural. O novo anteprojeto sugeria a criação do preferia nomear como Serviço Social da Agricultura (Sesa). No editorial afirmava-se que o projeto traduzia, com fidelidade, o pensamento e o ponto de vista da entidade sobre o problema da assistência social aos que viviam e trabalhavam no campo. Colocava-se como inadiável a criação do Serviço Social da Agricultura — tendo como setores básicos educação e saúde. O objetivo do Sesa era planejar e executar, direta e indiretamente, programa para a melhoria das condições sociais das “comunidades rurais e dos agrários” do País. Os recursos para mantê-lo deviam ser oriundos de percentagem de um imposto como o do consumo, na esfera federal; o territorial, na estadual; e o da indústria e profissão, na municipal. Assim, proprietários, arrendatários, parceiros e trabalhadores de estabelecimentos rurais contribuiriam com um valor módico ou seria uma opção facultativa. Podia ser prevista a possibilidade de subvenções, auxílios, donativos e legados. Os conselhos fiscais constituídos para este fim contariam com a participação de órgãos representativos e seus líderes. A atuação do Sesa seria em cooperação com órgãos afins existentes nos ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, do Trabalho, Indústria e Comércio e qualquer outra entidade pública ou privada de serviço social, por acordo, subvenção ou locação de serviços. A SNA defendia que a agricultura deveria dispor de uma organização que lhe permitisse levar às “comunidades humanas de agricultores (lavradores, criadores e profissionais de indústrias rurais), aos agrários”, os benefícios da assistência social<sup>146</sup> (OFÍCIO DA SNA AO MINISTRO JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA - *A Lavoura*, mar.-abr., 1950). Isto se daria por intermédio dos órgãos que a

---

<sup>145</sup> Ofício assinado pela Diretoria da SNA: Artur Torres Filho (presidente), Luiz Simões Lopes (1º vice-presidente), Edgar Teixeira (2º vice-presidente), Antonio de Arruda Câmara (3º vice-presidente), Frederico Martinho Braga (1º secretário), Adamastor Lima (2º secretário), Eurio dos Santos (3º secretário), Cinéas de Lima Guimarães (4º secretário), Kurt Repsold (1º tesoureiro), Otto Frensel (2º tesoureiro), Luiz Marques Poliano (secretário-geral).

<sup>146</sup> Nessa linha assistência, a CRB defenderá o Serviço Social Rural, que será apresentado adiante.

representam, com a assistência do Estado e a colaboração das instituições especializadas e de todos os interessados.

Os três problemas apresentados foram tratados e deliberados em reunião, coordenada pelo 1º vice-presidente da SNA, Luiz Simões Lopes (*A Lavoura*, mai.-jun. de 1951). O código rural não se concretizou, mas a criação do SSR e a oficialização da CRB sim.

Os encontros e esforços para colocar a CRB em marcha, com inserção nacional, foram contínuos no início dos anos 1950. Um dos que se destacaram aconteceu em 28 de agosto de 1951, quando se reuniram, no Rio de Janeiro, Artur Torres Filho e Luiz Lopes Simões Lopes, o presidente e vice-presidente da SNA; o coronel Marcial Gonçalves Terra<sup>147</sup>, delegado credenciado pela Farsul; o médico Josaphat Macedo, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (Faremg); e o presidente da Faresp, Iris Meinberg. A pauta tratada serviu de título à ata desse encontro, na sede da SNA: “Confederação Rural Brasileira – a sua próxima fundação no Rio de Janeiro” (reproduzida em *A Lavoura*, jul.-ago., 1951, p. 42). Para Torres Filho, finalmente, tinha chegado a hora da concretização da “velha aspiração da classe rural brasileira, de longa data defendida pela SNA”, de sua organização em associações rurais, reunidas em federações estaduais e, todas, congregadas na entidade nacional que seria a CRB. Estavam de acordo e entusiasmados quanto à oficialização da CRB os presidentes das federações do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Foram eles os que tiveram voz naquela reunião. Para Josaphat Macedo, a Confederação complementava a organização da “classe rural” do País. A sugestão de 26 de setembro de 1951, para a data da reunião de refundação e oficialização da CRB, aprovação dos seus estatutos e eleição de seus órgãos administrativos, foi do coronel Marcial Terra. As falas e sugestões dos três presidentes das federações e de Simões Lopes eram convergentes. Não há atritos registrados na ata. O coronel Marcial Terra e Simões Lopes informaram que o ministro João Cleofas apoiava a iniciativa e o presidente da República, Getúlio Vargas, havia defendido essa ideia em sua mensagem.

A reunião para oficialização da CRB durou três dias, de 26 a 28 de setembro de 1951. Participaram os delegados de 15 federações: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. O encontro foi conduzido por Simões Lopes, que na ocasião substituíra Artur Torres Filho, ausente por motivo de doença. Os trabalhos foram liderados por Iris Meinberg, Josaphat Macedo e Marcial Terra. Já o exame do projeto de estatuto

---

<sup>147</sup> Proprietário de terras e pecuarista. Ligado ao PRR, PSD e Arena. Foi deputado federal (1960, 1963-1964 e 1966-1967).

da CRB foi feito por uma comissão formada por cinco membros: Lauro Borba, Alkindar Junqueira, Reis Ferreira, J. Câmara Filho e Lauro Pires Xavier. Depois foi aprovado em plenário. O estatuto descrevia sobre a composição e funcionamento da Diretoria geral, da Diretoria Técnica, da Comissão Fiscal, e do Conselho Superior, as obrigações das filiadas (federações e associações)<sup>148</sup>. O perfil definido para a CRB era o de atuar junto aos poderes públicos para obter soluções para assuntos de interesse que dependem de autoridades de órgãos de governamentais e prestar serviços à “classe rural” que vive “longe do contato com as autoridades com as autoridades da capital da República”<sup>149</sup>. Além de agremiar e organizar o patronato rural e promover estudos e pesquisas sobre temas da agropecuária.

O encontro foi divulgado por meio de notícias e notas nos veículos de comunicação impressos importantes do Rio de Janeiro e de outros estados. Curiosamente, a oficialização da CRB não foi noticiada em páginas inteiras ou manchetes de capas. As notícias publicadas são curtas e de caráter informativo e factual<sup>150</sup>. A cobertura se ateve sob os encontros nos quais eram debatidos o reconhecimento da Confederação e as conversas com o presidente Getúlio Vargas para a concretização desse segundo momento da entidade.

O perfil da CRB difere um pouco de sua primeira fase, embora seus dirigentes fossem, em sua maioria, herdados da SNA. Eles faziam parte de uma elite diplomada de bacharéis das áreas que dominavam o período: engenharia, direito, agronomia e medicina. A elite intelectual formada nesses campos ocupava cargos parlamentares e administrativos no Estado. A extração setorial e regional variada dos representantes do patronato rural que se faziam presentes indica que eles tinham em comum o fato de não estarem vinculados ao complexo cafeeiro paulista. As preocupações desse grupo da SNA se tornaram pautas destacadas pela CRB ao longo dos anos 1950 através dos três primeiros presidentes: Mário de Oliveira e Alkindar Junqueira e Iris Meinberg.

O grupo da SNA buscava colocar publicamente a agricultura como a principal fonte de divisas do País. Arthur Torres Filho, ao analisar a situação econômico-financeira do país, enfatizava a exportação do café, responsável por mais de 60% do total exportado para outros

---

<sup>148</sup> Confederação Rural Brasileira – Relatório apresentado pelo presidente Alkindar Monteiro Junqueira à Assembleia Geral Ordinária, 14 de novembro de 1953 (*A Lavoura*, nov.-dez., 1953, p. 39-42).

<sup>149</sup> Confederação Rural Brasileira – Relatório apresentado pelo presidente Dr. Mário de Oliveira à Assembleia Geral Ordinária, 15 de dezembro de 1952 (*A Lavoura*, nov.-dez., 1952, p. 26). Os estatutos da CRB tinham como referência os projetos de estatutos para organização de associações rurais, de federações estaduais e da CRB. Até a conclusão da pesquisa para esta tese não localizei estes documentos, mas apenas menção a eles na *Lavoura*.

<sup>150</sup> Ao checar a cobertura dada à atuação da CRB, no período de 1950-1959, em dez dos jornais importantes do Rio de Janeiro à época, localizei através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os seguintes números de inserções: *Correio da Manhã* (682), *Jornal do Commercio* (387), *O jornal* (382), *Diário de Notícias* (369), *Diário Carioca* (291), *Jornal do Brasil* (252), *Tribuna da Imprensa* (194), *A Noite* (177), *Diário da Noite* (157) e *Última Hora* (108).

países; o crescimento das importações; a política dos ágios — pauta dos congressos do patronato rural referente à política econômica do Ministério da Fazenda, implantada sob gestão de Oswaldo Aranha (1953-1954)<sup>151</sup>; apoio ao programa adotado pelo ministro da Fazenda, José Maria Whitaker (1955)<sup>152</sup>; e, ainda em 1954, o problema da baixa compra do café pelos mercados e a política cambial, que teria levado a quase totalidade dos produtos exportáveis à condição de “gravosos”, ou seja, produtos que tinham a sua cotação interna acima dos preços internacionais. Isto resultou, na perspectiva patronal rural, no represamento da produção, agravava a carência de divisas estrangeiras, asfixiava os produtores que não conseguiam preços remuneradores para o seu trabalho (RELATÓRIO CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, *A Lavoura*, nov.-dez., 1953)<sup>153</sup>. Eles reivindicavam que as diretrizes da política cafeeira garantissem a estabilidade do café nos mercados internacionais e uma política comercial segura. Nesse momento, o principal importador de café eram os Estados Unidos, mas tinham em foco os mercados da Europa e do Oriente (TORRES FILHO, *A Gleba*, jul. 1955). Sua orientação para a política comercial era que a mesma deveria se orientar pelo princípio da reciprocidade comercial, pois o Brasil, com 56 milhões de habitantes, se transformava num grande mercado consumidor. O desequilíbrio no orçamento cambial, na sua avaliação, era consequência principalmente das importações de petróleo, trigo e seus derivados que demandavam 500 milhões de dólares a cada ano. Já a pecuária, na CRB, era considerada a coluna mestra da economia brasileira. A produção de cerca de 80 milhões de toneladas de carne, representava 37% da renda nacional. O detalhe sobre isto é que esta visão sobre a pecuária é a difundida por seus porta-vozes na CRB. Portanto, se tratava da expressão de um desejo, ou meta, para o setor.

As observações de Torres Filho estavam em sintonia com as colocações da Missão Klein & Sacks<sup>154</sup>, que traçou planos para países da América-Latina com sugestões para suas políticas, especialmente as voltadas para a economia, e desviava o foco da questão agrária, pois, para elevar a produtividade no Brasil, eram necessários equipamentos e educação técnica, com a

---

<sup>151</sup> Os ágios eram decorrentes do sistema vigente de importação que canalizou para o Banco do Brasil quase todo o encaixe do meio circulante e deixou os demais bancos sem possibilidade para as rotineiras operações de crédito de que se valiam a indústria, o comércio e a agropecuária para realizar seus negócios (*O Fluminense*, 6/7/1954).

<sup>152</sup> Advogado, banqueiro, político (Partido Democrático de São Paulo) e proprietário de firma de comércio de café. Foi presidente da Associação Comercial de Santos (SP), ministro da Fazenda, nos governos de Getúlio Vargas (1930-1931) e Café Filho (1955), e presidente do Banco do Brasil, no governo de Epiácio Pessoa (1919-1922).

<sup>153</sup> Uma consequência da política cambial da década anterior, segundo o relatório da CRB apresentado pelo presidente Alkindar Monteiro Junqueira à Assembleia Geral Ordinária da Confederação, foi a criação da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), órgão controlador do comércio internacional brasileiro. Esta instância de controle não era bem vista pela diretoria da CRB.

<sup>154</sup> Comissão de economistas americanos no Chile convocada durante o segundo governo do general Carlos Ibáñez del Campo (1952-1958). É vista como o primeiro antecedente para implantação do neoliberalismo no país.

assistência financeira para combater os desperdícios. Ele também defendia a expansão da livre iniciativa na Constituição, pois a forma de atender às tendências do desenvolvimento econômico era ter uma política comercial que abrisse as portas de mercados internacionais para as matérias-primas brasileiras e os produtos agrícolas e industriais. O plano Klein & Sacks para o Brasil informava que o país produzia o necessário para o seu consumo e a crise de alimentos decorria das percentagens vultosas de perdas da produção por falta de armazenamento e transporte, além de lançar como argumento que a ascensão de preços no país era decorrente da estrutura de serviços públicos, que obstava o funcionamento do mercado segundo as leis econômicas normais (*Correio da Manhã*, 8/1/1955). Ainda em 1955, o jornal *Imprensa Popular* alertava que o ministro da Fazenda, Whitaker, estava fazendo uma reforma cambial nos moldes da sugerida pelo “conselho” da missão norte-americana Klein & Sacks e que o mesmo modelo, implantado no Peru, havia levado, “pela liberalização do câmbio e conseqüente desvalorização da moeda”, a indústria peruana a uma situação precária (*Imprensa Popular*, 19/10/1955, p. 3). As conseqüências para o Peru foram dificuldades cambiais traduzidas em forte depreciação da moeda; perdas das reservas internacionais; déficit relativamente alto nas finanças públicas, queda dos preços, no mercado mundial, de certas matérias estratégicas das exportações peruanas e a ameaça de inflação. Esta situação foi prevista por estudo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e foi atribuída às medidas governamentais aplicadas por indicação da Missão Klein & Sacks.

Na primeira década de atuação da CRB havia uma preocupação em manter a liderança como associação de representação patronal e seus porta-vozes eram bastante ativos ao buscar influenciar as decisões governamentais sobre as políticas agrícolas e agrárias. Eles ocuparam todos os espaços que lhes foi reservado nas comissões de trabalho e órgãos deliberativos de política nacional e remetiam suas sugestões ao Ministro da Agricultura ou diretamente ao presidente da República “por meio de relatórios, memoriais e projetos” (ESTEVEZ, 1991, p. 88-89). Na *Gleba*, a CRB notificava que buscava manter um diálogo constante com instâncias do governo federal, sejam ministérios ou o gabinete do próprio presidente da República. Quando isso não ocorria por meio de encontros e reuniões, estavam registrados sucessivos memoriais remetidos ao Poder Executivo, documentos que integravam os pronunciamentos nas deliberações e resoluções de suas conferências rurais, descritas no item 2.3 deste capítulo. Os porta-vozes da CRB se queixavam que era inútil enviá-los, pois suas observações e sugestões ao governo não recebiam a merecida atenção. Eles se colocavam numa posição de defesa, como vítima de um processo enquanto estavam dialogando com a indústria e o Estado. Seus discursos,

reivindicações e denúncias foram, sempre, o da conquista de direito que lhes foram tirados, da união da classe e de um forte conteúdo nacionalista de amor à terra (ESTEVES, 1991).

Como foi possível observar, o período entre 1951 e 1954 é mais de estruturação desse segundo momento da CRB sob as direções curtas de Mário de Oliveira e Alkindar Junqueira. É na gestão de Meinberg que a entidade ganha mais visibilidade que a direciona, ante as mudanças que se desenharam para o campo com o governo Vargas, para organizar e fortalecer a “família ruralista” para que construísse um “bloco uno, indivisível, coeso, sólido e permanente”. Esta Mensagem de Iris Meinberg, no primeiro número da revista *Gleba*, ou seja, no momento do seu lançamento, era voltada também para os que dirigiam a nação, pois deveriam ter em conta os que forneciam matérias-primas para a indústria e supriam de negócios o comércio organizado (MEINBERG, *Gleba*, jul. 1955, p. 1). Para ele, o patronato rural era a maior “classe trabalhadora” do País. Enquanto foi presidente da CRB repetiu a reclamação dos grandes proprietários e empresários rurais de que eram uma classe da qual tudo se exige, e a qual nada em troca se dá. Ele afirmava que eram os responsáveis por 80% da renda nacional, mas não tinham assento na coisa pública do Brasil. O que significa isso? Que desejavam ter nomes indicados pela CRB para cargos no Ministério da Agricultura e em outras agências do aparato do estado com interfaces com o setor agrícola. Tratarei disto com mais detalhes no Capítulo 3, no período logo após o 1964, quando a CRB coloca explicitamente na *Gleba* que o novo governo deveria acolher suas sugestões de nomes para alguns cargos.

## **2.2. “Tudo nos une, nada nos separa”**

A posição da Confederação Rural Brasileira no decorrer de meados de 1950 muda e assume um tom mais conciliador com o setor industrial — antes denunciado como aquele privilegiado pelo governo em relação ao agropecuário. O marco para essa posição da CRB foi a Carta de Princípios, adotada na II Reunião Plenária da Indústria, em Porto Alegre, em setembro de 1955. O ato na capital gaúcha demonstrou uma “positiva” cooperação da indústria com a lavoura. Os interesses de ambos os setores, segundo a CRB, pareciam convergir e por isso importava consolidar e ampliar a união entre agricultura e indústria. Algo que, aliás, vinha sendo registrado nos anais das conferências rurais promovidas pela Confederação, segundo artigos publicados no veículo oficial da entidade, a *Gleba*. A união entre as “classes produtoras” — termo recorrente nas distintas fases da Confederação, incluindo a cooperação e solidariedade

do comércio, como aspirava Roberto Simonsen, industrial e deputado federal por São Paulo<sup>155</sup>, devia firmar-se de forma definitiva, defendia a entidade. Para a sua Diretoria aquele era o tempo de aplicar a máxima de Saenz Peña aos três setores: “tudo nos une, nada nos separa” (*Gleba*, dez. 1955, p.1).

A CRB também registra uma certa mudança de mentalidade: “No que diz respeito a agropecuária nacional, a evolução da mentalidade industrial na senda do progresso é um fato que precisamos ressaltar” (*Gleba*, dez. 1955, p.1). Na primeira metade dos anos 1950, a participação agropecuária no PIB se mantém em torno de 25%, a taxa média anual de crescimento foi de 4,4% e a permanência do seu peso veio do aumento real dos seus preços. Nesse período, o setor industrial ultrapassou a agropecuária, passando de 25% para 27% e a indústria de transformação, de 19% para 21%, com crescimento à taxa média anual de 7,4% (CANO, 2015). Chama atenção o processo de reorganização e refundação da CRB ocorrer em um momento de esforço de industrialização liderado pelo Estado nacional e de políticas desenvolvimentistas do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Como veremos ao longo deste capítulo, o protagonismo que uma parcela do patronato rural buscava dar à CRB, novamente, pode ser vista com uma ação reativa a pautas ou questões que não faziam propriamente parte de suas reivindicações. Entre elas, a reforma agrária que passou a ter mais visibilidade e espaço no debate público, além da criação de uma comissão nacional voltada para a questão agrária no Ministério da Agricultura, onde os interesses patronais rurais costumavam predominar.

Na esfera internacional, após a II Guerra Mundial (1939-1945), a conjuntura é de surgimento de uma bipolaridade, com a expansão da antiga União Soviética; da revolução chinesa (1949) e cubana (1959); da Guerra da Coreia (1950-1953); da reconstrução do Japão e Alemanha, com apoio dos Estados Unidos; e do aprofundamento da Guerra Fria. No plano interno, Draibe (1985, *apud* CANO, 2015) diz que Vargas tinha um programa informal de desenvolvimento capitalista com foco na industrialização e na infraestrutura. Entre os grandes objetivos deste programa<sup>156</sup>, Cano (2015) enumera projetos na área de agricultura que versavam

---

<sup>155</sup> Engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo, administrador e professor. Fez parte do manifesto que incentivou a fundação da primeira Escola de Sociologia e Política no Brasil. Foi eleito senador pelo Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo. Nos últimos anos de vida atuou como presidente da Companhia Construtora de São Paulo, da Cerâmica São Caetano S.A., da Companhia Paulista de Mineração e da Federação das Indústrias do *Estado de São Paulo*.

<sup>156</sup> Outras áreas prioritárias eram: a) infraestrutura e indústria de base: energia elétrica, transportes (ferroviários principalmente), comunicações, exploração e refino de petróleo, química e componentes para um futuro parque automotivo; e b) urbanização: salários, previdência, assistência médica, abastecimento e controle de preços. Medidas mais pontuais foram lançadas também no sentido de instituir uma política de regulamentação do capital estrangeiro, para viabilizar a criação do Banco do Nordeste (1952) e a Superintendência do Plano de Valorização

sobre armazenamento, modernização, comercialização e colonização (com foco no Centro Oeste)<sup>157</sup>. Para viabilizar tais metas, Vargas criou a Comissão Nacional de Política Agrária (1951) no âmbito do Ministério da Agricultura, sob a qual foram criados o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic)<sup>158</sup>, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas. Também foram concebidas a Comissão de Desenvolvimento Industrial-CDI (1951), ligada ao Ministério da Fazenda; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes (1952); a Comissão Nacional para o Bem-Estar e a Comissão de Abastecimento e Preços (1951); a Comissão de Revisão Tarifária (1954); a Petrobras (1953) e a Eletrobras (1954), que só foi autorizada pelo Congresso Nacional em 1961.

Draibe (2004) lembra que, no seu processo de formação, o Estado capitalista no Brasil, no pós-1930 e até meados dos anos 1950, moveu-se conforme um determinado padrão de regulação e controle. Tal padrão envolvia o papel-chave cumprido pelo presidente da República, com o fortalecimento de seu poder pessoal. A autora ressalta o fato de que, diante da multiplicidade de formas e instrumentos de intervenção e regulação, das divisões e dissensões intraburocráticas e, mais ainda, na ausência de órgãos e mecanismos técnicos de coordenação e planificação, foi reforçado o poder presidencial na medida em que ele se tornou a memória e a garantia da execução do projeto mais global que nascia na Presidência e no núcleo mais ativo do Executivo (DRAIBE, 2004). Isto implica, segundo a autora, que a Presidência constituía o vértice real de convergência das decisões. Por outro lado, a forma de Estado, cujas características de regulação e controle sobre a economia estavam definidas ao término do Estado Novo, foi atenuada e neutralizada durante o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mas não perdeu sua integridade mínima para viabilizar, no segundo período do governo Vargas, a retomada do projeto de industrialização acelerada. Draibe observa que esse intervencionismo tem dupla face. É profundo e abrangente de um lado, mas limitado no outro. O que não podemos perder de vista nesse processo, nos apoiando em sua análise, é que:

(...) a “presença” do Estado na economia, além de expressar momentos da divisão social do trabalho, da diversificação e complexidade da estrutura de classes, expressa

---

Econômica da Amazônia (1953); além das tentativas de criação do Conselho Nacional de Planejamento e de aprovação das reformas administrativa e tributária (rejeitadas pelo Congresso).

<sup>157</sup> Estas pautas do governo convergem com as da CRB, com exceção da questão da colonização, que embora seja um tema que apareça vez ou outra não é tão destacado quanto a reivindicação por modernização, armazenamento e comercialização de produtos agropecuários.

<sup>158</sup> Criado em 1954 como autarquia ligada ao Ministério da Agricultura. Absorveu funcionários e o acervo da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Conselho de Imigração e Colonização, que foram extintos com sua instituição. Fonte: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, CPDOC/FGV.

também o movimento da luta social e política. Aprender, portanto, as *diferenças* pelas quais o Estado se faz presente na economia — aspecto da relação mais geral entre Estado e a sociedade — constitui um passo necessário e fundamental para a compreensão da natureza e forma que assume a luta econômica e política das classes. Com isso, estamos chamando a atenção para a periodização do processo de formação do Estado capitalista no Brasil e insistindo, desde logo, sobre a *natureza* (grifos da autora) diversa das fases que atravessa (DRAIDE, 2004, p. 110-111).

Nesse período em que a CRB passa a ser mais ativa e “independente” em relação à SNA, seu presidente, o deputado Iris Meinberg, destacou no Relatório de atividades da entidade, de 1955, a pujança representativa e a eficiência administrativa da Confederação. Ele almejava desfazer a visão da opinião pública da época sobre a tradição de individualismo e indisciplina dos “homens da agricultura”. O intuito, portanto, era desfazer este estigma. Seu esforço era para integrar as forças rurais do país, enfraquecidas e dispersas, num regime de unidade de ação e pensamento. Esta torna-se então a tônica nos anos do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Nessa segunda fase da CRB são enfatizados o empenho de um grupo de pioneiros do associativismo rural de São Paulo que buscaram arregimentar a classe em âmbito nacional. Para um observador do ramo do café — não identificado, que escreveu sobre aquele relatório de atividades da Confederação —, até a refundação da CRB, o movimento associativo no meio rural não ultrapassava as fronteiras de três ou quatro estados, entre os quais São Paulo e Rio Grande do Sul (*Gleba*, dez. 1955, p. 25). A partir de então, identifica-se sua ampliação para outros estados e regiões.

Com a nova organização da CRB no Rio de Janeiro, então capital federal, o panorama mudou conforme o relatório que apontava 1.101 entidades agrícolas registradas no Ministério da Agricultura. Destas, 151 em São Paulo, 21 no Ceará, 88 em Pernambuco, 87 em Minas Gerais e 81 no Rio Grande do Sul. Já o número de federações patronais era de 21<sup>159</sup>. Só os territórios do Acre e do Amapá não tinham federações, embora contassem com duas e quatro associações rurais, respectivamente<sup>160</sup>. A ideia que a CRB levava através dessas instâncias era

---

<sup>159</sup> No início dos anos 1960 registra-se nova expansão, quando a CRB reunia 2 mil associados municipais e 22 federações (BUZANELLO, 1991). Segundo a própria entidade, em 17 anos de vigência da lei do associativismo rural, houve a criação de mais de 1.800 associações que, junto com as federações, reuniam cerca de 200 mil associados (*Gleba*, nov. 1962). Em 1963, o total de entidades rurais de diversos graus ligados a Confederação chegou a 1.941, sendo 594 na região Leste, 589 no Sul, 558 no Nordeste, 106 no Centro-Oeste e 94 no Norte. Por estados a distribuição era: Acre (5), Amazonas (37), Pará (43), Maranhão (96), Piauí (64), Ceará (121), Rio Grande do Norte (76), Paraíba (75), Pernambuco (96), Alagoas (30), Sergipe (54), Bahia (146), Espírito Santo (33), Rio de Janeiro (63), Guanabara (14), Minas Gerais (284), São Paulo (205), Santa Catarina (88), Rio Grande do Sul (125), Mato Grosso (35), Goiás (70), Distrito Federal (1), Território de Rondônia (3), Rio Branco (1), Amapá (5) [*Gleba*, jan.-jun., 1963].

<sup>160</sup> O Território Federal do Acre, estabelecido em 1903, foi o primeiro território federal brasileiro. Apenas em 1943 foi criado por Getúlio Vargas os territórios federais do Rio Branco – denominado Roraima em 1962, Guaporé – depois nomeado Rondônia, Amapá, Iguaçú e Ponta Porã. Estes dois últimos foram extintos em 1946. A fundação destes territórios tinham por objetivo ocupar os espaços vazios do país. Roraima, por exemplo, só se transformou

da defesa comum dos interesses do patronato rural, “que exerce a atividade básica e fundamental das civilizações de todas as eras” (*Gleba*, dez. 1955, p. 26). Esta ideia é repetida sempre.

Entre os ganhos com a representação patronal e a atuação da Confederação, estão a criação do Serviço Social Rural (SSR) — onde a CRB tinha plena influência na direção do órgão e através do Conselho Nacional do SSR, as subvenções às associações filiadas de todos o país, a instituição de leilões especiais para produtos da agricultura, e a instalação de armazéns e silos. A questão da assistência social para os “rurícolas”, como discutido do item 2.1, figurava entre os problemas que a CRB colocava. Sua intenção com essa pauta era justamente coordenar e influenciar ela própria na educação e assistência social através de suas entidades de representação. Eis, portanto, parte das reivindicações atendidas pelo poder Legislativo ou Executivo. Já para o setor da cafeicultura, a CRB defendia a tese da livre remessa do café aos portos, amparada por uma presença permanente do IBC nos mercados interno e externo, seja como comprador, seja como vendedor. Tese adotada também pela Junta Administrativa do IBC (RELATÓRIO DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA – *Gleba*, dez. 1955).

O Serviço Social Rural foi o resultado de uma campanha vitoriosa da Confederação. Foi a concretização de uma grande aspiração do patronato rural, que deveria apoiar sua instalação. Como esta, outras aspirações se realizariam contando com a força que adquiriu o patronato rural através da organização associativa (*Gleba*, editorial, set. 1955)<sup>161</sup>. Era a expectativa da CRB para os próximos anos. A instituição do SSR ocorreu por meio da Lei nº 2.613, de 23/9/1955, sancionada pelo presidente Café Filho. O trabalho na presidência do SSR seria uma das atividades de destaque a ser exercida pela entidade no ano seguinte, pois a avaliação era de que não era fácil exercer o entrosamento entre as federações e as associações rurais com o novo órgão. Para o homem do campo, o SSR seria o que faltava na legislação social para tirá-lo do isolamento, diz o técnico agrícola Humberto Cerqueira. Além de corrigir as falhas de educação rural, o SSR deveria, por meio de fazendas escolas, divulgar os processos racionais de cultura e criação, dando às populações rurais “equipamento psicológico adequado a uma existência mais digna e feliz” (CERQUEIRA, *Gleba*, dez. 1955, p. 9).

---

em estado-membro da federação em 1988, com a promulgação da Nova Constituição Federal (Fonte: História das Cidades, IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/histórico>. Acesso em: 12 dez. 2019).

<sup>161</sup> Os líderes da CRB celebravam também a concessão por parte do governo federal de subvenção às associações rurais municipais através da lei n 2.656, de 26 de novembro de 1955. Também comemoravam o fato do patronato rural se unir e se integrar às associações patronais seguindo o esquema do Decreto-lei 8.127, de 1945.

Nesse contexto, além da necessidade de garantia de preços para a agricultura, estavam em discussão os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais<sup>162</sup>. Na campanha feita pela CRB por ocasião da instalação do SSR e da definição de suas diretrizes revela-se um entendimento de que o Serviço cumpria função de paliativo assistencial, ou dito de outra forma, uma ferramenta para inviabilizar a expansão dos direitos da CLT ao campo. O contrário disto é posto nas diretrizes elaboradas pela CRB<sup>163</sup>. A suposição em questão pôde ser evidenciada a partir de outro trecho da fala de Humberto Cerqueira:

O homem do campo encontrará, muito em breve, no Serviço Social Rural aquilo que faltava à nossa legislação social para tirá-lo do isolamento em que tem vivido até aqui, para ser devidamente preparado e integrado na dignidade de pessoa humana e, por fim, incorporado à massa de consumidores, ensejando ao comércio e à indústria chance de estabilidade e expansão, desejados por todos nós (CERQUEIRA, *Gleba*, dez. 1955).

A Lei nº 21.163, de 23/9/1955, que autorizou a criação do SSR, atribuiu à CRB a prerrogativa de organizá-lo. Após obter este protagonismo na legislação, a entidade apresentou, na IV Conferência Rural Brasileira em 1956, as ideias fundamentais para as diretrizes gerais para a organização e ação do SSR nacionalmente: 1) O serviço deveria atender a “família rural” e não apenas o trabalhador rural individualmente; 2) ter caráter educativo; 3) os serviços prestados deviam ser de saúde e educação sanitária, educação de base, habitação, difusão das técnicas de trabalho e melhoria dos padrões da vida rural de homens, mulheres e crianças; 4) envolver lideranças das populações locais para contribuir na realização e execução dos serviços; 5) envolver como colaboradores entidades políticas e particulares através de convênios ou acordos para realizarem tarefas técnicas ou executivas, em cooperação com o SSR; 6) organização de instituições (associações, cooperativas, centros sociais, etc.) corresponder às necessidades locais e contar com os esforços e recursos dos membros da comunidade; 7) atividades e tarefas descentralizadas, ou seja, não concentradas nas sedes municipais; 8) implantar o SSR de maneira gradual e progressiva, em todo Brasil, e executar

---

<sup>162</sup> Objetivos apontados para o controle de preços: “1) Reduzir os efeitos das flutuações anuais dos preços, na renda do produtor agrícola; 2) manter para os preços dos produtos agrícolas, uma relação constante com os preços das demais utilidades, devendo essa relação se referir a um determinado período escolhido como base; 3) possibilitar à agricultura a mesma participação na renda nacional, respeitadas as proporções da produção; 4) aumentar a contribuição da agricultura na renda nacional, com sua maior participação na produção global; 5) influir na produção de determinados produtos agrícolas, incentivando ou desestimulando seu cultivo; 6) assegurar à agricultura em geral ou ao seu produtor agrícola em particular, uma renda líquida proporcional às outras atividades” (DIAS; FRAGA. *Gleba*, dez. 1955 – número especial, p. 6-7).

<sup>163</sup> As diretrizes do SSR, a garantia de preços de preços para a agricultura e a subvenção às associações rurais foram os três temas centrais da IV Conferência Rural Brasileira, promovida pela CRB de 19 a 25 de fevereiro de 1956, no Ceará.

os serviços em bases municipais e locais; 9) os serviços técnicos de execução devem ter um regime de autonomia conforme a natureza da tarefa; 10) medidas para o êxito do trabalho do SSR: a) recrutar o pessoal entre elementos locais, b) aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas de trabalhos adequadas ao meio rural, evitando-se o ensino meramente teórico, c) orientação dos trabalhos do SSR, em todos os planos, como uma instituição particular, d) manter o SSR autônomo em relação as organizações político-partidárias (*Gleba*, dez.1955 – número especial).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek foi quando foram introduzidos os princípios da extensão rural, com influência do modelo difundido pelas escolas de agronomia dos Estados Unidos. Na CRB esperava-se que, com o SSR instalado, o serviço de extensão agrícola se efetivasse. Então, seria dado acesso ao “lavrador” à assistência técnica, propiciando aos extensionistas, através dos contatos realizados, o ambiente adequado para ação dos técnicos do fomento da produção e o estabelecimento de articulação capaz de ligar o “homem do campo” às estações experimentais, para então promover a educação com base na “formação cristã” (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 53). Esta era a perspectiva posta através da CRB e da SNA. O argumento de educar em vez de dar aos trabalhadores rurais direitos como o da sindicalização é o que tem êxito. A argumentação é reforçada pela visão sobre o trabalhador rural<sup>164</sup> exposta por Lingard Miller Paiva, engenheiro agrônomo e consultor técnico da CRB: “comodista por tradição”, “cheio de tabus e preconceitos”, ignorante, alheio ao meio onde trabalha, individualista, sem autoestima (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 53). A solução proposta pela CRB era a educação e o treinamento por meio do SSR, ligado ao Ministério da Agricultura. Este era o instrumento para estabelecer uma ideologia de modernização da agricultura e, por meio de cursos especiais, orientá-los para dirigirem a classe num clima de “perfeita segurança”, ou seja, sem a “demagogia e peleguismo” (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 54) dos agitadores comunistas, os elementos estranhos ou aproveitadores que poderiam conduzir à sindicalização dos trabalhadores rurais<sup>165</sup>. Pelo que era publicado na revista da CRB, nos anos 1950 e 1960, havia boa recepção na entidade, e difusão na *Gleba*, das ideias e do modelo do extensionismo norte-americano que acompanhava a revolução verde com a publicação de notícias sobre a mecanização lavoura, o extensionismo, uso de insumos e técnicas agrícolas praticadas nos Estados Unidos. Também havia na *Gleba* a seção “A Foto Internacional”, que trazia sempre

---

<sup>164</sup> O assalariado que cultiva a terra sob orientação de outro, o empregado.

<sup>165</sup> Um funcionário da CNA, com quem conversei na sede da entidade em Brasília (maio de 2015), repetiu este adjetivo ao se referir a mobilizações de trabalhadores rurais sem terra e indígenas que marcharam até a sede da Confederação.

imagens e notas sobre inovações agrícolas praticadas naquele país e em outras nações. O texto que acompanhava a fotografia (Figura 8), a seguir, era sobre as inovações na cultura do trigo nos Estados Unidos que foram alcançadas por meio da pesquisa científica e a mecanização. O destaque é dado a este produto porque foi o primeiro a ser mecanizado nas grandes e pequenas fazendas norte-americanas. A máquina acoplada ao trator, na foto, tinha a capacidade de debulhar o trigo e distribuir a palha nos campos. Essa seção na *Gleba*, portanto, fazia propaganda da revolução verde.

Figura 8 - A mecanização na cultura do trigo nos EUA



Fonte: *Gleba*, jan.-fev., 1959.

Por outro lado, o empregador era definido por Paiva como o empresário rural, o verdadeiro agricultor, o “esclarecido”, aquele que exerce a atividade como proprietário, parceiro ou arrendatário. Por ser proprietário de terra, diz, esse sujeito seria portador de tradição cultural, costumes e atitudes que lhe conferiam maior capacidade de compreensão e ação sobre o mundo. A esses dispositivos inatos se somariam a benemerência do governo e as virtudes propiciadas pelas associações patronais que haviam sido fortalecidas pelo Decreto 8.127 de 1945. Suas condições eram diferentes, mesmo vivendo no mesmo ambiente que o trabalhador rural. “Um executa, com a supervisão do outro o comando do trator, do arado, da carroça; puxa a enxada, tange ou ordenha; colhe a semente, tira o látex ou corta a folha ou ainda manipula os produtos da terra. O outro promove o trabalho da terra, sob sua própria responsabilidade” (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 53). A partir de dois “pontos comuns”, Paiva naturaliza a não emancipação e a dependência:

Ambos lutam contra os fatores climáticos e as dificuldades oriundas dos mercados. Mas sempre vive um na dependência do outro. Nessa dependência está a estabilidade econômica do meio.

Sem o empregado não há produção e sem o empregador o empregado não encontra meios de obter sementes, adubos, crédito e o comprador para seus produtos, além da base para o trabalho que é a terra (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 53)<sup>166</sup>.

Paiva, entretanto, reclama do “espaço perdido” pelo patronato rural nos parlamentos, nas secretarias de Estado e nos grandes movimentos políticos nacionais. A partir daí, conclama para união alertando que falta o espírito de equipe na continuidade do seu trabalho e coordenação na ação coletiva, com a distribuição dos líderes patronais entre os partidos políticos.

É continuamente consolidada e repetida a visão sobre o “rurícola” — os trabalhadores rurais, os que vivem no campo — nas páginas da *Gleba*. Ele é exposto como ignorante, não capacitado para participar do espaço da política e incapaz para gerir uma empresa rural, portanto, não pode deixar sua condição para ocupar a do patrão, o que tem a capacidade de gestão. Esse tipo de imagem sobre os trabalhadores rurais ganhava relevo na realidade educacional da década de 1950, pois, segundo o IBGE<sup>167</sup>, 50,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade eram analfabetas. Mas, ao mesmo tempo, produzia uma percepção que depreciava as capacidades cognitivas do outro através de adjetivos que lhes impunha a camisa de força da incapacidade e ignorância. Valendo-se desse tipo de classificação, o engenheiro-agrônomo Geraldo Goulart da Silveira afirmava que o “rurícola” é aquele que precisava de campanhas educativas para ser esclarecido e fazê-lo identificar-se com os seus problemas. Ele deveria ser preparado para sentir a necessidade de arregimentar-se sob a cúpula do “associativismo sadio e construtivo criado pelo Decreto-lei 8.127”, em defesa de seus justos e legítimos interesses e anseios (SILVEIRA, *Gleba*, jul. 1955 p. 29). Temos então o registro da disputa pela representação dos pequenos agricultores que deveriam se integrar às associações rurais municipais e a seus núcleos rurais. Sua fala, portanto, era voltada àqueles considerados aptos para realizar um trabalho educativo junto aos seus subordinados, visando despertar neles os ideais do associativismo e para que passem a ter outra mentalidade — diferente do “espírito patriarcal tão enraizado desde os tempos da colônia” (SILVEIRA, *Gleba*, jul. 1955 p. 29). A nova mentalidade era a do empreendedor, pois deveriam compreender que é pelo seu ‘próprio esforço’, pelo trabalho e pelo dinamismo que deveria conquistar para si melhores condições de

---

<sup>166</sup> Estas falas são reproduzidas do trabalho A Sindicalização Rural, apresentado no Seminário Nacional sobre Métodos e Técnicas de Trabalhos aplicado nos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais, em novembro de 1961.

<sup>167</sup> IBGE, Censo Demográfico 2000 - Tendências demográficas no período de 1950/2000.

vida. A melhoria das condições de vida no meio rural, afirma Silveira, dependia, em parte, do “próprio rurícola”.

Caberia ao Serviço Social Rural superar obstáculos morais e saberes locais para propagar a “nova” mentalidade. Ramos (2011) recorda que o SSR fazia parte de uma série de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e agências norte-americanas, com função de fornecer auxílio técnico e educativo às populações rurais. As ideias que vieram com o SSR foram centrais para propagar um novo comportamento e impulsionar a compra de tecnologias agrícolas das empresas norte-americanas. Assim os paradigmas importados se estabeleceram no Brasil e os trabalhadores rurais tiveram seus saberes expropriados em função da disciplinarização pelo capital (MENDONÇA, 2000 *apud* RAMOS, 2011).

O SSR, para formar novos líderes e desenvolver as comunidades rurais, promoveria “Um processo de Mudança Cultural Dirigida”, com plena participação da população rural na sua execução, “despertando, selecionando e treinando milhares de líderes espontâneos que eliminem as resistências culturais” (MARTINS, *Gleba*, jun.-set., 1961, p. 31). Os cursos de formação eram responsabilidade de técnicos do SSR. No futuro, os ‘líderes espontâneos’ promoveriam a sindicalização dos trabalhadores rurais sob supervisão do SSR. A disciplinarização, já apontada por Ramos (2011) e Mendonça (2000), visava criar na população rural o desejo de “mudar” a própria mentalidade, o que só ocorreria com a atuação daqueles líderes formados através do Serviço Social Rural. A ambição era ter uma rede de líderes formada por homens e mulheres. Para estas havia também outro programa. Elas seriam treinadas para participar, sem qualquer remuneração, da realização de partos em casas de saúde e maternidades como socorristas rurais (MARTINS, *Gleba*, jun.-set., 1961). O argumento para engajar as mulheres nesse trabalho sem o reconhecimento do direito a um salário se dava através da utilização de palavras como “solidariedade”, “socorro espontâneo e natural” que uma mulher presta a outra. Tal ação consolidaria o despertar de sua “liderança espontânea”. Esse papel do cuidado atribuído às mulheres também era reforçado na *Gleba*, na coluna A Mulher do Campo, assinada por Maurinha, que dava dicas para o cuidado com os filhos, os maridos e a casa, além de receitas culinárias, indicações de beleza e conselhos sobre como a “noivinha” deveria se preparar para o casamento, etc. Este era o conjunto de intenções e algumas não saíram do papel. Até 1957 houve embates da CRB com o governo durante o processo de implantação do SSR porque o Decreto nº 39.319, de 1956, primeiro regulamento do SSR, não satisfazia a Confederação.

Por meio do SSR, a CRB tentou se aproximar do sindicalismo organizado por setores da Igreja Católica. Para isto estabelece convênios entre o SSR e órgãos da Igreja com o objetivo

de treinar lideranças e divulgar as atividades dos padres Crespo e Melo, em Pernambuco (RAMOS, 2006). Também havia proximidade do bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, com a Confederação. Em 1956, ele visitou a sede da CRB e declarou a consonância dos objetivos sociais da Igreja com os da entidade patronal rural, referindo-se à campanha de recuperação de moradores de favelas e aos auxílios oferecidos. D. Helder Câmara defendia a campanha, mas dizia que a mesma estava atenta à possibilidade de que os estímulos sociais oferecidos poderiam provocar êxodo rural e seduzir trabalhadores rurais pela perspectivas de um auxílio mais eficaz nos centros urbanos. Ainda mencionou o problema do salário mínimo, inevitável diante da fixação de novas remunerações para outras categorias profissionais. E, em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, declarou a “inteira solidariedade da Igreja às diretrizes elaboradas pela Confederação Rural Brasileira para execução do Serviço Social Rural” (*Gleba*, fev. 1956, p.2).

A ideia da CRB era controlar o processo de sindicalização e utilizar o SSR para isto. Ramos destaca que o SSR integrou também uma série de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e agências norte-americanas para fornecimento de auxílio “técnico e educativo” às populações do campo, além de facilitar a compra de tecnologia agrícola produzida nos Estados Unidos. Para Esteves (1991), a CRB respondeu à proposta de legislação trabalhista lançando o seu anteprojeto de SSR, à luta pela reforma agrária, com suas demandas por crédito e assistência técnica, e ao avanço político do movimento dos trabalhadores rurais, propondo a aliança com o sindicalismo cristão. Para isto, como exposto anteriormente, usou o SSR.

Nesse cenário de êxito e notoriedade política para a CRB, a Sociedade Rural Brasileira, cuja relação com o segundo governo Vargas é distante, se posicionou contra a sua oficialização como órgão de representação nacional e discordou da instituição do SSR, durante o governo do presidente Café Filho (HEINZ, 1996). A entidade paulista considerava a CRB antidemocrática, acusando-a de ferir a liberdade de associações e federações, uma vez que estas deviam se submeter a CRB para ter seus interesses representados junto ao governo federal (RAMOS, 2011). Ainda segundo Ramos (2011), a SNA precisou fazer pressão junto a deputados no Congresso Nacional para concretizar a nova oficialização da Confederação. Nesse sentido, também trabalhou o ministro da Agricultura, João Cleofas de Oliveira. A autora atribui o confronto entre a SNA e a SRB ao fato dos setores da elite agrária filiados à CRB terem conseguido maior espaço junto à sociedade política, em espaços como, por exemplo, comissões, conselhos, direções e secretarias de agências do Estado e no Ministério da Agricultura. Além de conseguirem, por meio dos processos eleitorais, ocuparem espaços na câmara de vereadores, prefeituras, assembleias legislativas estaduais, Congresso Nacional e Senado. Isto implicava

numa possível maior influência na formulação de políticas para o setor agrícola. Junto a isto incomodava a SRB o fato da Confederação falar em nome de toda a agricultura do país e disputar a representação entre os empresários rurais. Ramos (2011), no entanto, não chega a problematizar a questão dos próprios porta-vozes da SNA, SRB e CRB comporem também a sociedade política e o significado disso. Observando a atuação da CRB nesses anos é correta a constatação de Buzanello (1991) de que a sua oficialização e reconhecimento criou as condições institucionais necessárias para a organização patronal rural nas esferas municipal e estadual e contribuiu, apesar das disputas pela representação, para a constituição de alianças em torno de temas comuns aos interesses da “burguesia agrária” (termo usado por Ramos).

### **2.3. Ação coletiva contra a subversão e a partilha da terras: as conferências patronais**

A Confederação Rural Brasileira seguiu funcionando no prédio da SNA, situado na Avenida General Justo, 171, no Rio de Janeiro, até 1964. Foi um período com muitas reuniões, encontros, mobilizações e eleições. Iris Meinberg foi reeleito para presidente em novembro de 1960, em Assembleia<sup>168</sup> presidida pelos presidentes da Faema, Oswaldo Nunes Freire; Faeam, Euripedes Ferreira Lins; e da Faesc, Roberto Waldir Schimidt. Além da eleição, comemorou-se a assinatura do contrato para a incorporação e construção do edifício-sede para a CRB em Brasília, considerado uma conquista do movimento associativista rural.

Algumas demandas se mantiveram na pauta da Confederação entre o final dos anos 1950 e o pré-1964. Destacam-se o pedido de ajuda oficial ao Estado, através da irrestrita colaboração do poder público sob as formas de crédito agrícola e de “assistência técnica eficiente”; de apoio à safra e ao transporte efetivo; e de abundante garantia de segurança para escoamento com preços estimulantes. Acrescenta-se a estas o pedido da formação de uma junta de conciliação para patrões e empregados e que o Ministério da Agricultura passasse a ter mais destaque no aparato administrativo do Estado (*Gleba*, jan. 1962, p.10).

Já para nortear a política agrária, as reivindicações foram expostas no documento RECOMENDAÇÕES GERAIS E INDICAÇÕES, da VI Conferência Rural Brasileira. Adiante tratarei melhor desta e das anteriores promovidas pela CRB (Quadro 3). Mobilizar o patronato rural e estabelecer diálogos com o governo por meio de congressos e conferências rurais foi

---

<sup>168</sup> Para Diretoria Técnica da CRB foram eleitos Alberto de Oliveira Santos, Aldrovando de Vasconcelos, Alberto Ferraz, Francelino França, Flávio Brito, Kurt Repsold, Ostoj Roguski, Alberto Ravache, Luiz Fortunato Moreira Ferreira e João Ribeiro Júnior. Para o Conselho Superior: Lauro Borba, Sylvano Alves da Rocha Loures, Guilherme Telles Gouveia, Carlos Alves das Neves, Salvino de Oliveira, Walker Araújo, Clodorico Moreira, Manoel Conde Sobral, Clóvis Salles Santos e Josaphat Macedo.

uma das estratégias da SNA mantida pela CRB/CNA. A síntese no Quadro 3 mostra o conjunto de reivindicações e alguns objetivos alcançados a partir da tática de debatê-los em eventos deste tipo. Por outro lado, a sistematização da promoção desses eventos pela CRB configuram uma de suas formas de ação coletiva para expandir a estrutura associativa e a busca de diversificadas formas de organização de interesses. Estes dois elementos são sublinhados por Dreifuss (1981) ao constatar que as novas condições de desenvolvimento da década de 1950 e o fato dos empresários multinacionais e associados perceberem seus interesses comuns na modernização do Brasil, assim como a necessidade de estabelecer canais adequados para sua crescente penetração, estimularam a rápida expansão da estrutura associativa e a busca por novas formas de organização dos interesses. A CRB, após sua refundação nesta conjuntura, figura entre aquelas associações de classe — “modernizantes-conservadoras” (DREIFUSS, 1981, p. 93) – que foram renovadas e orientadas em assuntos como produção e modernização da agricultura. Por atuar junto ao governo, auxiliando e dando sugestões sobre questões políticas, funcionava também como agência de lobby, papel compartilhado pelas demais associações formadas por empresários e “tecnoempresários” — técnicos em cargos burocráticos com fortes ligações industriais e bancárias (DREIFUSS, 1981, p. 417). Eles são, na realidade, os intelectuais orgânicos do capital multinacional e associado, ou uma elite orgânica vinculada a um projeto político e a uma fração qualquer do capital, formando uma camada mais ou menos coesa. Essa elite “é o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no panejamento estratégico e na implementação da ação política de classe; (...) com uma eficiência e dinâmica própria” (MELO; HOEVELER, 2014, p. 20).

**Quadro 3 – Congressos e conferências realizadas entre 1901 e 1962**

| <b>Ano</b>  | <b>Evento</b>  | <b>Objetivo</b>   | <b>Resultado</b>   |
|-------------|--|---|--|
| <b>1901</b> | I Congresso Nacional de Agricultura (organizado pela SNA no Rio de Janeiro)              | Realizado 12 anos após o colapso da agricultura devido a abolição da escravidão.  | Nesta primeira série de congressos entre as medidas recomendadas se tornaram realidade as cooperativas, o Ministério da Agricultura e a organização do patronato rural através de entidades patronais.<br><br>Tratou de assuntos gerais, com destaque para temas técnico-econômicos. |
| <b>1908</b> | II Congresso Nacional de Agricultura (organizado pela SNA no Rio de Janeiro)             | Parte das comemorações do Centenário da Abertura dos Portos do Brasil às nações amigas.                                     |  |
| <b>1922</b> | III Congresso Nacional da Agricultura e Pecuária (organizado pela SNA no Rio de Janeiro) | Comemorar o Centenário da Independência. O objetivo era que ocorresse em 1903, mas foi adiado por dificuldades financeiras. |  |

|      |  |  |   |
|------|--|--|---|
| 1952 | I Conferência Rural Brasileira (organizada pela CRB no Rio de Janeiro, após 30 anos de interrupção dos congressos) | Pautar o Serviço Social Rural.   | Produziu o substitutivo que foi consubstanciado na Lei 2.613.   |
| 1953 | II Conferência Rural Brasileira (organizada pela CRB em Curitiba)  | Discutir aspectos regionais da vida rural em comissões e plenárias.  | Esta e as outras cinco conferências trataram da especialização e assuntos socioeconômicos e regionais.  |
| 1954 | III Conferência Rural Brasileira (organizada pela CRB em São Paulo)  |  |   |
| 1956 | IV Conferência Rural Brasileira (organizada pela CRB no Ceará)   |  |   |
| 1957 | V Conferência Rural Brasileira (organizada pela CRB em Belém do Pará)  |  |   |
| 1962 | VI Conferência Rural Brasileira (organizada pela CRB no Rio de Janeiro)  | Discutir a reforma agrária, tema considerado crucial e que polarizava a atenção nacional em todas as esferas de pensamento, da política, da governação e do patronato rural. O objetivo central era expor para a sociedade e os poderes públicos a definição de princípios do patronato rural. | Fixou-se posição comum em uma declaração de princípios que sustenta a obediência aos preceitos constitucionais, aliada ao interesse prioritário pelo aumento da produtividade, escoamento de safras, de política de preços, mais crédito e assistência técnica — considerados os fundamentos de uma verdadeira “revolução agrícola”. Seriam vistas como demagógicas as medidas expropriativas de distribuição de terras sem considerar as diversidades regionais, a necessidade de amparo ao “rurícola” e de elevar, pela educação profissional, o nível das massas rurais. |

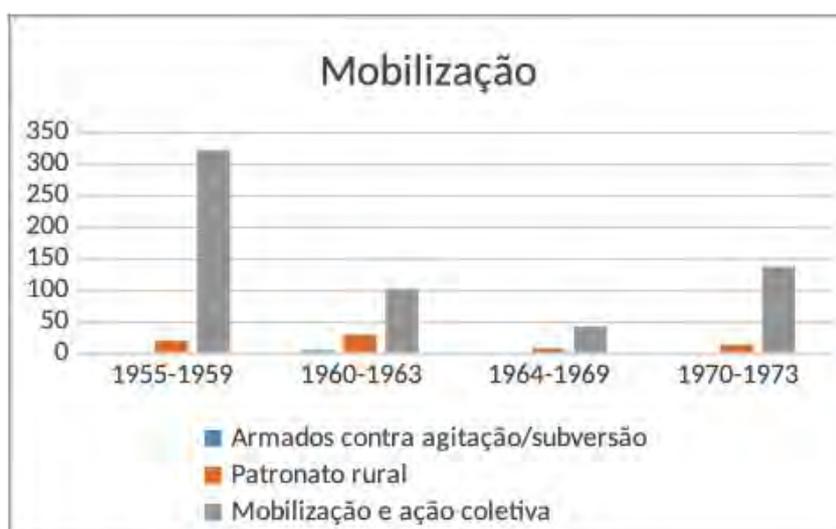
Elaborada pela autora a partir de *O Paiz* (1922), *Gleba* (1962), Camargo (1986)

Os encontros dos anos 1950 e 1960 significaram uma tentativa de resposta à organização dos trabalhadores rurais, de busca de maior organização própria, de sistematização de interesses e estabelecimento de um espaço para ter uma voz única e eficaz na apresentação de suas demandas ao governo federal. Além disso, mostraram como a reforma agrária, em função da demanda dos trabalhadores rurais, se tornou uma pauta que passou a preocupar o patronato rural. Essa pauta e as condições de trabalho campo se tornaram temas de conferências nacionais de trabalhadores na agricultura, as CNTAs, realizadas nos anos 1950, outros encontros estaduais na década de 1960, como a I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1953), em São Paulo, que, como indica Medeiros (1995), foi preparatória do Congresso de Belo Horizonte. Medeiros aponta que a imprensa comunista da época procurava mostrar as condições de trabalho do campo marcadas por intensa exploração e opressão. A

maioria deles “não possuía terra, os ordenados eram miseráveis, o salário mínimo não estava sendo pago, muitos patrões exigiam mais de dez horas de trabalho, e realizavam os pagamentos através de 'ordens' e 'vales', a serem descontados nos 'barracões' e 'armazéns' das propriedades” (MEDEIROS, 1995 , p. 78). Tampouco tinham assistência médica ou podiam colocar seus filhos na escola porque estas não existiam. As reivindicações dos trabalhadores postas naqueles encontros representavam ameaças aos senhores de terra, pois entre elas estava a reforma agrária por meio do confisco de terras dos grandes proprietários e das companhias estrangeiras e sua entrega gratuita aos trabalhadores rurais<sup>169</sup>.

As conferências e concentrações do patronato rural eram instrumentos de ação coletiva. A realização sistemática destes encontros nas décadas de 1950 e 1960 revelam uma reação patronal a visibilidade dada às condições de exploração dos trabalhadores, à realização das conferências com apoio do Partido Comunista, a busca de organização e sistematização das demandas e interesses dos camponeses. Ao analisar notícias, editoriais, artigos e notas na revista *Gleba*, no período de sua existência com edições contínuas (1955-1973), localizei 665 textos publicados sobre diversas ações e atuação do patronal rural. Temáticas relacionadas à mobilização e ação coletiva (Gráfico 1) eram muitos importantes tanto na fase primeira e segunda fases da CRB como na terceira como CNA.

Gráfico 1 – Mobilização patronal rural



Elaborado pela autora a partir da *Gleba* (1955-1973). Acervos: Escola de Horticultura Wenceslão Bello, Biblioteca Nacional e Embrapa Solos.

<sup>169</sup> Na II CNTA, em São Paulo em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Medeiros (1995) informa que a partir da primeira e a segunda conferência dos trabalhadores, a reforma agrária passou a ganhar progressiva centralidade como elemento articular de diferentes lentes travadas no campo e, simultaneamente, se buscava socializar os significados de que era portadora.

As inserções no Gráfico 1, organizados por temas, são referentes à organização e mobilização (o maior número de inserções), ao ruralismo, à realização de acordos e participação em planos e estudos do governo (na coluna patronato rural), e ações armadas pontuais, em caso de ameaça ao direito de propriedade e contra as ocupações de terra — publicadas no pré-1964.

Sistematizei o material em quatro recortes temporais (1955-1959, 1960-1964, 1964-1969 e 1970-1973). Nestes períodos eram divulgadas as seguintes formas de mobilização e ação coletiva da Confederação: concentrações rurais, congressos, conferências, semanas rurais, convenções, salões com mostras, marchas ruralistas, exposições rurais, seminários, sessões e reuniões, banquetes (almoços, jantares, feijoadas), promoção de palestras, feiras agropecuárias, movimento paz no campo e movimento paz social e outros encontros do patronato rural. O momento em que foi dada maior atenção a estes encontros e mobilizações foi justamente nos anos 1950. Em escala menor no pré-1964. Enquanto no início da década, novamente há destaques para estas mobilizações patronais. Isto provavelmente ocorreu porque a Confederação perdeu o protagonismo, houve um aumento das disputas internas, descontentamento das bases e grupos ligados a federações dos estados mais dinâmicos em relação à CNA, além de uma crise de representação que se instalou.

A Confederação foi a responsável pela promoção das conferências das décadas de 1950 e 1960. Esses encontros tratavam de sistematizar seus interesses e apresentá-los ao governo federal, mas também de temas considerados polêmicos e que os incomodavam. O primeiro deles era a reforma agrária, que teve maior visibilidade nacional nos anos 1960, além das Ligas Camponesas desde a década anterior; as desapropriações e ocupações de terra; as “agitações e subversões”, isto é, as formas de lutas como greves, protestos, resistência na terra, acampamentos, manifestações nas cidades pequenas e capitais; o comunismo; as terras devolutas; os litígios e conflitos entre patrões e empregados; a Superintendência da Política Agrária (Supra)<sup>170</sup>, autarquia federal com autonomia administrativa, técnica e financeira, instaurada a partir da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962<sup>171</sup>; a questão dos “sem terra”, termo que, quando mencionado na *Gleba*, aparecia entre aspas. A organização coletiva e as formas de lutas dos trabalhadores do campo, como destaca Medeiros (1983, 1995) e Esteves (1991), ameaçavam o patronato rural, pois uma nova força emergia nas tradicionais relações de

<sup>170</sup> A Supra foi regulamentada pelo Decreto nº 1.878-A, de 21/12/1962. A partir de então este novo órgão incorporou o SSR, o Conselho Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Estabelecimento Rural de Tapajós (*Correio da Manhã*, 12/10/1962).

<sup>171</sup> Concedeu delegação de poderes para a criação do Fundo Nacional Agropecuário e da Supra. Além destes foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). As três medidas visavam dar continuidade ao programa de reerguimento da produção agropecuária. Esta era a posição do governo anunciada via Ministério da Agricultura.

poder e mando, questionando formas de dominação prevalecentes. Outro desdobramento disto foi o fato ter sido posta em discussão a tese dos proprietários de terra de que existia uma unidade de interesses agrários. Tese esta também difundida pelas organizações patronais rurais. Com a colocação das reivindicações dos trabalhadores rurais ficava evidente que havia interesses diferenciados no campo, ao contrário do que argumentavam aqueles atores. Portanto, a intensificação das conferências patronais fazia parte do investimento para barrar a extensão de direitos trabalhistas ao meio rural, as possibilidades de sua organização autônoma, ao enfrentamento recorrente com o governo devido a política de industrialização e a questão da política cambial.

A I Conferência Rural Brasileira, organizada pela CRB no Rio de Janeiro, de 7 a 11 de outubro de 1952, contou com a participação das delegações das 18 federações filiadas à Confederação, do ministro da Agricultura, João Cleofas, e membros do Conselho Superior e das diretorias técnica e executiva da CRB<sup>172</sup>. Os temas debatidos nesse encontro no âmbito da política agrária foram: a) O código rural, b) o Serviço Social Rural, c) o seguro agropecuário, d) participação do patronato rural na aplicação da quota do imposto de renda distribuída aos municípios, e) política de terras e colonização, f) associativismo rural, e) reforma agrária. Outros temas específicos discutidos foi o tabelamento dos produtos agrícolas, preço mínimo, financiamentos dos produtos, crédito agrícola, distribuição da produção, impostos e taxas, mecanização da lavoura, pecuária etc. (*A Lavoura*, jan.-fez., 1952). A principal deliberação da I Conferência foi em prol da criação do Serviço Social Rural (SSR), que conforme a reivindicação da CRB em consonância com a SNA, deveria ser dirigido e orientado pelas entidades de representação patronal rural. As comissões formadas durante o encontro sistematizaram ainda substitutivos ao projeto de lei de criação do SSR (Projeto de lei nº 738, de 1951). A CRB enviou presidente da República, Getúlio Vargas, um documento resultante da I Conferência, a propósito da criação do SSR, ou seja, com o desenho para o novo órgão de acordo com os interesses do patronato rural representado pela CRB e SNA. O documento, assinado pelo presidente Mário Pentead, trazia como principais diretrizes que a CRB teria a responsabilidade de criar o SSR e participar do Conselho Nacional desse órgão junto com representantes dos ministérios da Agricultura, do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação e Saúde, e das federações das associações rurais. A finalidade para o órgão concernia:

---

<sup>172</sup> A sugestão para realizar a I Conferência veio do presidente da Federação das Associações Rurais de Goiás (Fareg), Joaquim Câmara Filho. Sua ideia foi apoiada pelas demais federações ligadas à CRB. Nesse momento, a CRB representava e reunia 611 associações rurais municipais, 50 associações regionais e 21 associações especializadas, articuladas através de 18 federações nas capitais dos estados (*A Lavoura*, jan.-fez., 1952).

“à alimentação, ao vestuário e à habitação; à saúde, à educação e à assistência sanitária; a incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos, de molde à valorização ruralista e a fixá-lo à terra” (O SERVIÇO SOCIAL RURAL, *A Lavoura*, p. 10-13). O SSR foi criado em setembro de 1955, subordinado ao Ministério da Agricultura. Depois foi incorporado à Superintendência da Política Agrária (Supra), por meio da Lei Delegada nº 11, de outubro de 1962. O que causou descontentamento à CRB e ao patronato rural, que viam o novo a nova instância como subversiva e uma afronta a seus interesses.

As conferências rurais seguintes ocorreram em quatro regiões do país, Sudeste (São Paulo), Sul (Paraná), Norte (Pará) e Nordeste (Ceará), e tinham um objetivo geral comum de fortalecer o associativismo, mobilização e a representação patronal rural. O que pode também ser entendido como parte dos esforços da Confederação para ampliar suas bases de apoio e o número de associados às federações e associações rurais.

A II Conferência Rural Brasileira, promovida de 6 a 10 dezembro de 1953, foi organizada pela Federação das Associações Rurais do Paraná (FARP) e delegados da CRB, sob a liderança de Alkindar Junqueira, presidente da Confederação. Sua pauta se deteve sobre mobilização, especificamente a necessidade de estímulo oficial (reconhecimento de utilidade pública), subvenções e auxílios e acordos; colaboração com os serviços públicos, principalmente da agricultura, educação e saúde; e de associações especializadas (seleção profissional e técnica). O segundo assunto posto para debate foi a representação, com destaque para participação em comissões, conselho e instituições de caráter público. Além de fomento econômico para o abastecimento (sementes, mudas, reprodutores, produtos químicos e industrializados, instrumentos e máquinas), pesquisa (determinação de culturas e raças de interesse econômico), e crédito, preços e regime cambial. Entre as teses e indicações estão a disponibilidade de recursos permanentes às entidades representativas, organização do registro dos “lavradores”, o entrosamento dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura com as associações rurais, representação patronal nos conselhos rodoviários, a inversão de parte da arrecadação do SEC, SESI, SENAI e SENAC em benefício da patronato rural (*A Lavoura*, nov.-dez., 1953, p. 25-34). Em relação aos órgãos do Ministério da Agricultura e às secretarias de agricultura dos estados, a II Conferência recomendou a intensificação de inquéritos e pesquisas com o levantamento do custo da produção agropecuária nas diferentes regiões do Brasil. O objetivo com isso seria, segundo Geraldo Goulart da Silveira, delegado da SNA e membro da CRB, que, com tais elementos, os poderes públicos pudessem intervir quando necessário, fixando preços mínimos compensadores para o patronato rural (*A Lavoura*, nov.-dez., 1953). A ênfase nesse encontro é no apoio à produção.

A III Conferência ficou sob a responsabilidade da Federação das Associações Rurais de São Paulo (Faresp) e foi convocada pela CRB (Figura 9). O evento, que aconteceu de 6 a 12 de dezembro de 1954, se diferencia dos dois primeiros por reunir um número maior de personalidades de instâncias do Estado das três esferas (federal, estadual e municipal) e ter feito uma articulação política maior com outras associações patronais rurais, da indústria e do comércio, além da Igreja Católica. Este aspecto pode ser notado na composição das comissões da Conferência. Pela rede de relações de poder constituídas e ativadas, se observa que a força política desse evento foi maior, logo seu potencial de influência também. Nota-se ainda entre os grupos econômicos reunidos, tanto na III Conferência como nas anteriores, uma organização já dada pelo econômico, ou seja, pelo o capital, conforme as duas lógicas da ação coletiva descritas por Offe e Wiesenthal (1984), e a outra, há pouco mais de meio século, por meio de suas associações patronais estruturadas, e nas duas últimas décadas, via sindicatos patronais. A adoção esta perspectiva analítica nos permite observar e identificar os elementos e aspectos que fazem com que o patronato rural tenha uma voz mais eficaz junto às agências do Estado. E o objetivo da CRB ao organizar as conferências, uma de suas formas de ação coletiva, era justamente este.

Figura 9 - Sessão inaugural da III Conferência Rural Brasileira



Iris Meinberg, presidente da CRB, falava (de pé no centro da mesa) ao lado da Comissão Executiva do evento. Foto: *A Lavoura*, nov.-dez., 1954 (capa).

Na comissão de honra deste evento estavam o presidente da República, João Café Filho; o presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos; o presidente do Senado, Alexandre Marcondes Filho; o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares; os ministros da Agricultura, José da Costa Porto, da Fazenda, Eugenio Gudim, e da Viação, Lucas Lopes; o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta; o prefeito municipal de São Paulo, Janio da Silva Quadros; o general de divisão comandante da Zona Militar do Centro, Olympio Falconieri da Cunha; o major brigadeiro comandante da 4ª Zona Aérea, Armando de Souza e Mello Ararigboia; o general de divisão comandante da 2ª Região Militar, Stenio Caio de Albuquerque Lima; o presidente da SNA, Arthur Torres Filho; e outras autoridades como o secretário de Agricultura, o presidente da Assembleia Legislativa, o presidente do Tribunal de Justiça, e o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, os presidentes das confederações nacionais e federações da indústria e do comércio etc. (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954).

As lideranças de associações patronais diversas que compuseram a comissão organizadora da III Conferência, presidida por Manoel Ferraz de Almeida, da Faresp, foram: Luiz de Toledo Piza Sobrinho, presidente da Sociedade Rural Brasileira, e Acacio Gomes e Luiz Pontes Bueno, também da SRB; Antonio Carlos Corrêa, presidente da Associação Paulista de Avicultura, e Marcial Lourenço Serodio desta mesma entidade; Caio da Silva Ramos, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos de Raça Holandesa; Carlos Abranches Brotero, presidente da Associação dos Criadores de Cavalos Manga Larga; Cyro Werneck de Souza e Silva, presidente da União das Cooperativas do estado de São Paulo; Fulvio Morganti, presidente da Associação dos Usineiros de São Paulo; João de Moraes Barros, presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos; Laerte Ramos de Moura, presidente da Sociedade Paulista de Agronomia; Quineu Corrêa, presidente da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária; e Renato Junqueira Netto, presidente da Associação do Herb Bock Caracu.

Outra comissão que não existia nas duas primeiras conferências foi a comissão social. Esta era formada por mulheres e Durval Accioly, que a presidiu. No documento especial sobre a III Conferência — Um amplo, objetivo e oportuno debate sobre os problemas rurais, pela própria classe rural — produzido para a revista *A Lavoura*, da SNA, pelo engenheiro agrônomo e cafeicultor do Vale do Paraíba Geraldo Goulart da Silveira, delegado da SNA na III Conferência, elas são listadas como as senhoras esposas de porta-vozes da CRB e de outras

associações<sup>173</sup>. Então, em vez dos nomes das mulheres, aparece os dos seus cônjuges<sup>174</sup>. Um grupo de mulheres, lideradas Tildinha Meinberg, foi responsável pela organização das visitas, recepções e passeios.

Nove grupos foram constituídos para tratar de nove assuntos: produção agropecuária, extensão e ensino, suprimento de bens de produção, serviços, política monetária, política tributária, seguro agrícola, intervenção do Estado na economia rural, por meio de órgãos de controle da produção e dos preços, estrutura agrária (distribuição da propriedade, arrendamento, parceria, e reforma agrária<sup>175</sup>), bem-estar e assistência social (Serviço Social Rural, código rural), associativismo e cooperativismo. As deliberações aprovadas no encontro ratificaram o pensamento do patronato rural expresso nas duas primeiras conferências, ou seja, a defesa da aprovação do projeto de lei que estabelece o Serviço Social Rural, visto como a “pedra angular da política dos serviços sociais agrários” (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30). Sobre o associativismo recomendaram a conversão em lei o projeto n 311-B, da Câmara dos Deputados, que criava subvenção anual ordinária às organizações rurais. Para as federações e associações, recomendou intensificar os trabalhos de organização do patronato rural, promovendo a CRB e campanhas sobre o associativismo e para obtenção de sede próprias. À CRB foi sugerido estudo de um esboço de projeto de lei para criar as taxas previstas no Decreto 8.127 (letra b do artigo 21), incentivar a organização cooperativa por meio de propaganda e assistência aos interessadas na sua constituição, e recomendar ao Instituto de Colonização e aos órgãos estaduais de colonização que, em seus planos, desse atenção à formação de cooperativas agrícolas de trabalho em comum. Às demais entidades foi indicado o combate ao isolamento rural, através de núcleos rurais, aperfeiçoamento dos meios de comunicação, além de apontar a necessidade de maior divulgação de temas de interesse do patronato rural, principalmente por meio do rádio, e pedir ao Ministério da Agricultura que atue para o funcionamento da Rádio Rural. Sobre a questão da educação a recomendação foi de colocar para associações e autoridades a

---

<sup>173</sup> As atividades e ações da CRB, até 1955, eram divulgadas na *Lavoura*. Apenas em junho de 1955 é que foi lançada a *Gleba*, revista exclusiva da Confederação.

<sup>174</sup> Alkindar Monteiro, Clovis Salles Santos, Cyro Werneck de Souza e Silva, Durval Accioly, Dario Ferreira Guarita, Euclides Telles Rudge, Felipe Rodrigues Siqueira Netto, Geraldo Martins Azevedo, Galileu Bicudo, Helio Sampaio, Helio Miranda, Helio Rubens Junqueira Caldas, Iris Meinberg, José Cassiano Gomes dos Reis, João Rodrigues da Cunha, José de Melo Moraes, José Pireis de Almeida, Jarbas do Amaral Carvalho, João de Moraes Barros, Luiz Fortunato Moreira Ferreira, Lingard Miller Paiva, Luís Alvarenga, Luiz de Almeida Prado, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Mario Penteado Faria e Silva, Raul Renato Cardoso de Mello, Rubens de Paula Eduardo e Sandoval Coimbra (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954).

<sup>175</sup> As contribuições sobre a reforma agrária vieram da J. Daudt Filho, do Rio Grande do Sul, e apontamentos para uma reforma agrária no Nordeste, da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará. Não foi localizar os documentos referentes a estas contribuições, pois os menos não foram reproduzidos na *Lavoura* nem nos jornais da época nos quais pesquisei.

necessidade de intensificar a missão educativa através da divulgação de ensinamentos de racionalização da alimentação e do sanitarismo.

Quanto à reforma agrária a deliberação foi “manifestar-se no sentido de que a ampliação de dispositivos trabalhistas ao campo deve obedecer a critério sociológico de modo a que não ocorra súbita e violenta subversão nas relações empresa com o empregado pelo desrespeito de processos naturais de interação social” (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30). Há uma naturalização em relação à exploração do trabalho pelo capital, embora seja negado que o trecho acima não expresse um sentimento retrógrado. Outras sugestões envolviam a necessidade de atualizar as disposições do Código Civil sobre arrendamento rural, com encaminhamento ao Congresso de projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, após estudos de órgãos representantes do patronato rural; o reconhecimento da necessidade legislação para impedir a subdivisão da propriedade rural em condições “anti-econômicas, como resultado da sucessão causa-mortis e de especulação imobiliária” e recomendar que a CRB pleiteasse aos poderes competentes solução para isto; demanda do Ministério da Agricultura a edição de um compilado de leis para as atividades rurais (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30). No tocante a legislação agrária ratificou-se o reconhecimento que alterações na estrutura da propriedade agrária podem representar, em determinadas circunstâncias, recurso a promoção do bem-estar rural. Entretanto colocava-se, a seguir, que as providências nesse sentido deveriam ser “eminente técnicas” porque a “simples” redistribuição de terras não assegurava o “progresso econômico e social” (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30). Depreende-se que o ideal era então evitar que fossem concebidas formas de partilhar terras. Havia ainda uma preocupação com a situação do Nordeste, embora não fosse explicitada a preocupação com os conflitos e as Ligas Camponesas. O último ponto posto era o reconhecimento de que deviam ter aproveitamento social as áreas de terras que se beneficiassem de obras permanentes de drenagem e açudagem e canais para irrigação ou outras sob às custas do cofres públicos.

Entre as recomendações mais específicas, as sugestões foram para importação de adubos, maior divulgação dos estudo e métodos do composto e esterco, aproveitamento do lixo das cidades para reumificação<sup>176</sup> dos solos agrícolas, maior velocidade na instalação da fábrica de fertilizantes projetada junto à refinaria de Cubatão, facilidade para o crédito para instalação de moinhos de calcário para correção dos solos; melhor utilização dos subprodutos da industrialização das sementes oleaginosas, emprego de silos nas várias regiões do Brasil, maior

---

<sup>176</sup> Relativo ao processo de humificar, ou seja, ocorre quando o húmus (matéria orgânica e fertilizante natural bom para o crescimento das plantas) é produzido a partir da decomposição de animais e plantas mortos, e de compostagem.

difusão da cultura de leguminosas para forragem e adubo verde, mecanização com o emprego da tração motor, construção de um canal ligando o rio São Francisco ao Itapicuru para beneficiar a irrigação (*A Lavoura*, nov.-dez., 1954). Além destas, ainda foi organizado e aprovado conjunto de sugestões relacionadas aos recursos naturais e à eletrificação rural.

Depois da conferência de São Paulo houve um intervalo de dois anos para que a CRB realizasse a IV Conferência Rural Brasileira<sup>177</sup>. A reforma agrária, os serviços sociais rurais, a reforma bancária, crédito rural e assuntos gerais, e sempre presentes, como política de preços, política cambial e questões regionais foram as pautas desse encontro entre os dias 19 e 26 de fevereiro de 1956, em Fortaleza. Participaram autoridades locais e representantes do presidente da República e ministérios<sup>178</sup>. Na solenidade de abertura, o discurso do deputado e presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará (Farec), Guilherme Teles Gouveia, deu ênfase a um “patriotismo unitário”. Este era o tom dado ao encontro e o clima do movimento do patronato rural reunido naquele encontro. Na sua visão, o país era vocacionalmente unitário e era possível ter soluções comuns para as mais distantes regiões. Seu discurso expressava o desejo de unidade patronal, pois o foco do encontro eram assuntos considerados pela Farec e pelo deputado “urgentes” e “árduos”: a questão agrária. O entendimento, no Ceará, diz, era que o patronato rural deveria intervir o quanto antes nesse debate nacional e atuar para “frustrar, no nascedouro, obra de perturbação dos nossos campos tranquilos, que pedem, apenas, recursos inteligentes para os seus problemas de índole técnica, jurídica, social e humana” (*Gleba*, fev. 1956, p. 4). A anomalia na estrutura fundiária com a existência de latifúndios e minifúndios era reconhecida e a solução, na perspectiva do patronato rural, deveria vir com o emprego de meios técnicos avançados, de crédito exuberante e estímulos relacionados com as dificuldades da agricultura. A reforma agrária, ou reforma rural, como a denominou Guilherme Gouveia, era defensável, mas só excepcionalmente se deveria processar o partilhamento de terras no Brasil. As providências que alterariam “a vida agrária

---

<sup>177</sup> O presidente Juscelino Kubitschek sancionou resoluções legislativas que autorizaram a liberação, através do Ministério da Agricultura, de crédito especial de um milhão de cruzeiros para atender despesas com a realização da IV Conferência (Jornal do Brasil, 10/5/1956). Este valor seria o equivalente a R\$ 661,454,14, conforme conversão feita em novembro de 2019.

<sup>178</sup> O vice-governador Flávio Marcilio, representante do governador do Ceará, Paulo Sarasate; o coronel Alberto Salaberry, representando o presidente da República; Aristóbulo de Castro, representante do Ministério da Agricultura; Crisanto Pimentel, representante do Ministro do Trabalho; Dolor de Andrade, deputado do Mato Grosso; os bispos dom Aureliano Matos e dom Expedito de Oliveira; Rômulo Rangel, secretário da Agricultura da Paraíba e representante do governador Flávio Ribeiro, membros da CRB e delegados das federações patronais. Também participaram representantes da SRB, Confederação Nacional do Comércio, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Assembleia Legislativa e governo do estado do Pará, secretárias de Pernambuco, Santa Catarina, governos dos estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo, território do Amapá, Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, e Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) do DF.

no país”, para ele, eram: a introdução da legislação trabalhista no campo, como um plano de aproveitamento das terras devolutas; a instituição de um banco agrícola que expandisse crédito com juros módicos e prazos longos; aquisição da área agrícola, mediante financiamento através do SSR; a instalação de colônias e de fazendas fixadoras à ilharga dos grandes açudes públicos, de terras irrigadas e beneficiadas pelo governo, ou das estradas próximas aos centros consumidores; e a coação fiscal sobre terras mortas — abandonadas ou negligenciadas pelas ausências dos donos.

Meinberg, na IV Conferência, lembrou a implantação do SSR foi um dos resultados da III Conferência, pois com o apoio de senadores e deputados, entre eles o senador Paulo Fernandes, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro, foram aprovadas as emendas que a CRB elaborou com ele a partir das propostas da III Conferência. A CRB contou com a atenção do Senado Federal e a aprovação da Câmara dos Deputados do projeto, transformado em lei, que previa que a direção e orientação do SSR fosse de inteira responsabilidade do patronato rural. Para Meinberg, além do SSR, outras vitórias resultantes da III Conferência e da ação de porta-vozes da CRB foi o benefício do sistema de ágios para leilões de utilidades para as atividades agrícolas — insumos (adubos e inseticidas) e maquinarias — foi conquistado com a transferência para uma categoria especial. Além da lei que autorizou auxílio às associações rurais (*Gleba*, fev. 1956).

Durante a IV Conferência Rural Brasileira foram apresentados 40 trabalhos. Destes, nove trataram da reforma agrária e dois do SSR. O grupo de trabalho que tratou da reforma agrária produziu um relatório com onze diretrizes para o problema: 1) Defesa da lei agrária com instrumento para uma estruturação agrária que favoreça o desenvolvimento da agricultura e crie melhores condições de incentivo à exploração da terra e valorização do “homem do campo”; 2) a lei agrária deve instituir medidas efetivas para a justiça social, de proteção dos recursos naturais, de técnicas de produção e outras para aumentar a produção da agricultura e melhorar as condições de vida e trabalho no meio rural; 3) a lei agrária não deveria basear-se apenas na divisão da propriedade rural; 4) nela deveriam ser consideradas a valorização do homem, a defesa e restauração do solo e as adequadas condições de trabalho; 5) estabelecer o princípio de partilhar a terra em casos excepcionais, desde que para fins de colonização e execução de uma sadia política de fixação do homem à terra; 6) os partilhamentos, quando necessários, deveriam sobre terras inexploradas, subdesenvolvidas ou abandonadas; 7) medidas nesse sentido deveriam ser dirigidas ao aproveitamento de áreas favoráveis a exploração agropecuária ainda não utilizadas, com extensão para a atual faixa cultivada onde, esporadicamente, se fizer sentir a necessidade da desapropriação por interesse social; 8) a lei agrária deveria disciplinar

também as migrações internas, superando-se, através da colonização intensiva a escassez demográfica em certas regiões do Brasil; 9) intensificar a colonização em áreas despovoadas ou onde for necessário, tendo-se em vista o elemento estrangeiro selecionado; 10) firmar o princípio de que a renovação agrária deve ser por etapa; 11) que as diretrizes da lei agrária se articulem com o SSR, com a nova política de colonização e com a legislação social instituída (*Gleba*, fev. 1956).

Também foi discutido um Estatuto do Trabalho Rural pelo mesmo grupo de trabalho que tratou da reforma agrária. As recomendações para este estatuto foram: 1) que fossem aceitos os princípios gerais expostos pela CRB sobre este documento, que deveria disciplinar os aspectos contratuais e sociais do trabalho no campo; 2) que se formulasse os seguintes reparos: admissão do contrato individual ou coletivo de trabalho, segundo as condições das diferentes zonas do país, adoção do regime de oito horas de trabalho, assegurada, porém, a necessária flexibilidade para o atendimento desse horário, aceitação, em princípio, da estabilidade dos trabalhadores rurais, o que deveria ser enquadrado em legislação especial; 3) interromper a tramitação no Congresso Nacional do Projeto nº 4.264 de 1954, referente à instituição da previdência para o campo.

O conjunto de recomendações que resultaram da IV Conferência seria encaminhado pela CRB ao Congresso Nacional para ser considerado em projetos em curso, de reforma agrária e outros relacionados ao mundo rural. A CRB também deveria formular, conforme o relatório do evento, anteprojetos de leis para a complementação da legislação agrária (*Gleba*, fev. 1956). Dos outros grupos de trabalho vieram recomendações de criar um Banco Central e um Banco Rural. Isto foi tratado ao se avaliar a necessidade de reforma bancária e desenvolvimento do crédito rural. Segundo o *Jornal do Brasil* (27/1/1956), o Banco Rural, a reforma agrária e a regulamentação do crédito agrícola — assunto sempre presente na pauta da CRB — foram os principais temas da IV Conferência.

Quanto à política de preço e cambial a recomendação foi que o governo continuasse a fixação de preços mínimos e que o governo reajustasse a moeda nacional em bases para melhor atender às conveniências nacionais e tanto quanto possível pelo seu justo valor no mercado internacional ou livre, a taxa de exportação fixada pelo governo não poderia ser maior do que a decorrente da atual diferença cambial e seria sempre reajustada para permitir a ampla liberdade de comércio, e as divisas desta medida pertenceriam ao exportador e o governo suprisse o mercado livre para as suas necessidades.

O encontro seguinte, a V Conferência Rural Brasileira, aconteceu de 24 a 30 de novembro de 1957, em Belém (PA) e mobilizou os ruralistas da Amazônia. Teve a participação

dos governadores da região e/ou seus representantes, órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, representantes das federações patronais, associações rurais e cooperativas agrícolas (*O Acre*, 6/10/1957). O evento foi organizado pela Federação das Associações Rurais do Estado do Pará, presidida pelo deputado federal José Reis Ferreira (PSD), e também contou com financiamento público (*Jornal do Commercio - AM*, 9/11/1957). A Lei nº 3.202, de 10/7/1957, autorizou o Poder Executivo, pelo Ministério da Agricultura, a liberação de crédito especial para atender às despesas com a realização da conferência. Na agenda estavam quatro grandes temas. O primeiro abordava os problemas da Amazônia: produção extrativa, expansão de culturas como arroz, milho, feijão, hortaliças, cana-de-açúcar, mandioca, juta, malva e amendoim, seringueira, guaraná, oleaginosas, cacau etc.; colonização da região; pecuária na Amazônia; e temas recorrentes como transporte, preço mínimo para o “produtor”, transporte, armazenamento e defesa, e abastecimento dos centros populares. O segundo, a ação social no campo: o SSR, o associativismo, as missões rurais, os créditos supervisionados, rural bancário e particular. Os outros dois temas eram a política cambial e assuntos gerais (*O Acre*, 6/7/1957).

As resoluções e recomendações para os problemas da “sociedade rural” fortalecer a eficácia e o papel das associações rurais, tendo em vista que era vista pelo patronato rural como a expressão sócio-política das comunidades rurais. A ação social no campo deveria ter apoio total das entidades municipais e estaduais. A “classe rural” deveria dar preferência ao associativismo, cooperativismo, extensão agrícola, crédito supervisionado e serviços sociais como os instrumentos mais indicados para ação social no campo. Seria função do patronato rural se encarregar, junto aos poderes públicos, de coordenar as atividades das associações e federações e ações relativas ao SSR, missões rurais, campanha nacional de educação rural, serviço de informação agrícola, ação social arquiocesana (*Gleba*, novembro, número especial, 1957).

Para a extensão agrícola, os grupos reunidos na V Conferência recomendaram a ampliação da rede de escolas de nível superior e médio para formarem auxiliares especializados para atuarem em equipes técnicas de extensão agrícola, a criação de cursos de pós-graduação em extensão agrícola nas escolas de agronomia, veterinária e economia rural doméstica, o aperfeiçoamento em informação de extensão agrícola para jornalistas especializados em divulgação agrícola e técnicos que trabalham em extensão agrícola, seguindo o exemplo do que realizou o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. E ainda o aperfeiçoamento em Serviço Social Rural nas escolas de Serviço Social, treinamento em trabalhos de extensão agrícola e aperfeiçoamento para professores rurais.

Enquanto para o crédito supervisionado recomendava-se maior apoio e auxílio aos programas de expansão agrária e ao crédito rural supervisionado que vem sendo desenvolvido pelas Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural e, em fase de implantação, pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Espírito Santo e Associação de Assistência Rural de Santa Catarina. Pedia-se ainda que fossem apoiadas as atividades da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) e que aumentados os recursos para o crédito supervisionado pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica de Minas Gerais etc. (*Gleba*, novembro, número especial, 1957).

No tocante à questão da política cambial, havia duas tendências. Uma favorável ao retorno do regime livre de comércio exterior ou pelo “câmbio livre” e outra pela retenção de cambiais, também conhecido como “confisco cambial” (ABREU, 2001). Foi reconhecido a existência do regime cambial controlado, como contingência para assegurar o melhor aproveitamento dos recursos em divisas. Sugeriu-se que fosse apresentado ao Congresso Nacional, através do bloco ruralista, a bancada parlamentar que representa os interesses do patronato rural, um projeto de lei que estendesse aos produtos constantes das listas elaboradas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e que disciplinavam os antigos leilões agropecuários — como batatas-semente, sementes hortícolas e medicamentos específicos da avicultura e na defesa da pecuária e adubos compostos não incluídos na Circular nº 26, de 1957 — os benefícios constantes do artigo 50 da Lei nº 3.244, de 14/8/1957, que trata da reforma da tarifa das alfândegas. E embora se observasse a necessidade de controle cambial, a recomendação era que não se afastasse da realidade definida por fatos como alterações: no valor da moeda internamente, nas condições de produção nacional, nos valores de competição internacional dos produtos nacionais. Além de abolir o “confisco cambial” (*Correio Paulistano*, 30/11/1957). Na pauta de assuntos gerais, o ex-presidente do IBC e membro da diretoria da CRB, Mário Penteado, recomendou a integração da agricultura à agroindústria e defendeu a implantação de medidas para acelerar a mecanização da agricultura.

Também foi feita convocação da “classe rural” para um maior envolvimento junto ao SSR, pois este abriria o caminho para a “verdadeira reforma agrária”, divulgou *Correio Paulistano* (13/3/1956, p.1) após entrevistar Iris Meinberg. O ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, após presidir a reunião da Comissão Nacional de Política Agrária, defendeu uma reforma agrária que permitisse ao “lavrador” o acesso à terra própria, impondo-lhe todavia, a obrigação de pagar o lote a ele destinado (*Correio Paulistano*, 6/8/1957, p.10). Esta posição estava afinada com a colocada pelo patronato rural nas conferências, principalmente quanto a

não distribuir terras. Para Meneghetti, a reforma não deveria se resumir em “uma política distributiva inconsequente” e deveria ter um plano “racional” de assistência financeira e técnica (*Correio Paulistano*, 6/8/1957, p.10), ou seja, dois pontos também centrais nas falas dos porta-vozes da CRB reiterados nas conferências. A ideia principal nessa posição pró reforma agrária ou reforma rural — termo usado por Meneghetti — era evitar uma “revolução das massas”. Segundo a CRB, esse temor veio no pós-guerra, que se caracterizou pelo aguçamento das reivindicações dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Eles buscavam uma melhor repartição das terras. Esta luta atravessou nações diversas da Itália à China, do México ao Uruguai. E, na América Latina, se tornou uma preocupação para os latifundiários (*Correio Paulistano*, 6/8/1957).

A VI Conferência aconteceu de 24 a 25 de janeiro de 1962, com mais de quatro mil participantes no Maracanãzinho (Rio de Janeiro), segundo editorial da *Gleba* (jan. 1962, p.1). Neste número, encontrei a reprodução dos principais documentos do evento e dos discursos das principais lideranças presentes (Figura 9 e 10) como o presidente da República, João Goulart; o primeiro-ministro, Tancredo Neves; o ministro da Agricultura, Armando de Queiroz Monteiro Filho; e arcebispos, presidentes das federações e associações rurais patronais, entre outros. Para a Diretoria da CRB, o encontro foi um ponto alto da compreensão entre o governo e o patronato rural, pois o pensamento de ambos coincidia em relação à reforma agrária. O objetivo era promover uma “revolução agrícola pela reforma agrária” (*Gleba*, jan. 1962, p.1). Mas o fato é ambos não tinham o mesmo ponto de vista sobre a reforma agrária — como os muitos projetos nesse sentido apresentados na Câmara dos Deputados demonstravam. O momento em que o evento ocorreu era de muita pressão sobre o próprio governo por causa das propostas de reforma agrária. A realização dessa conferência e o documento elaborado no final também se voltava para pressionar o governo além de ser “uma reação” a mobilização dos trabalhadores rurais que pediam reforma agrária.

Esse evento ocorreu logo após o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como Congresso Camponês de Belo Horizonte, realizado em novembro de 1961. O que demonstra a preocupação com a organização dos trabalhadores rurais e suas reivindicação pela reforma agrária numa conjuntura política marcada por muita tensão e lutas. A campanha pela reforma agrária tomou dimensões nacionais. Nesse momento, o presidente, João Goulart (1961-1964), anunciou que uma efetiva reforma agrária não seria possível sem a mudança do princípio constitucional que exige indenização prévia, em dinheiro, endossando, assim, a tese de amplos setores da esquerda e não partilhado por lideranças de seu Ministério (CAMARGO, 1986). Para Camargo, a presença de Goulart e a fala no encerramento do

Congresso Camponês — onde diversos líderes demandavam uma reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, os contatos feitos com Francisco Julião em busca de uma aliança com as Ligas Camponesas, tornaram ambígua a posição do governo, que havia avançado em negociações com os norte-americanos.

A forte mobilização camponesa nesse período e a presença do presidente naquele evento fez o patronato rural reagir rápido. Numerosas reuniões de associações rurais e classes produtoras aconteceram em diversos estados brasileiros e a VI Conferência foi antecipada. Nos encontros que a antecederam foi estabelecido:

Fixa-se posição comum de obediência aos preceitos constitucionais, aliada ao interesse prioritário pelo estímulo à produção — fundamento de uma verdadeira “revolução agrícola” — considerando-se como demagógica as medidas de expropriação e distribuição de terras que acarretariam fatalmente a desorganização da produção. É de destacar o papel aglutinador da Confederação Rural Brasileira, que antecipou para o início de 1962 reunião programada para o final do ano, face a necessidade de um pronunciamento da classe rural sobre a Reforma Agrária (CAMARGO, 1986, p. 198).

Figura 10 – João Goulart e Tancredo Neves na VI Conferência Rural Brasileira



O presidente João Goulart (no centro, entre Tancredo Neves e Iris Meinberg) abraça Antônio Saint Pastous, presidente da Farsul. Ele presidiu a mesa de abertura do encontro. Foto: *Gleba*, 1962.

Figura 11 – O bispo D. Avelar Brandão fala VI Conferência Rural Brasileira



O bispo de Teresina (PI) falou no Plenário do evento. Foto: *Gleba*, 1962.

Na VI Conferência havia reivindicações pontuais relacionadas ao Ministério da Agricultura e à “modernização da agricultura” que apareciam no documento como “renovação agrícola” do Brasil, pois estando, “sobretudo na estreita dependência da utilização dos seus recursos naturais, impõe um enérgico desenvolvimento de pesquisa e experimentação, levando em conta as particularidades das regiões” (*Gleba*, jan. 1962, p.43-44). Para a programação anual de trabalho do referido Ministério sugeria-se que deveria contar com assistência e colaboração do patronato rural junto a diretores e chefes de serviço; permitir a participação ativa e permanente do patronato rural, por intermédio de seus órgãos representativos, em todos os órgãos e comissões encarregadas de estudar, programar e executar planos e serviços no meio rural; novas normas legais, como leis e mecanismos de políticas públicas, que atendessem às dificuldades que afetavam as atividades agrícolas e pecuárias do país como fatores climáticos e meteorológicos e sanitários, além de acidentes desastrosos fortuitos que exigem a pronta movimentação de recursos. Assim, as prestações de contas respectivas, do Ministério da Agricultura, não deveriam continuar sujeitas à rigidez do vigente Código de Contabilidade Pública.

Outro conjunto de recomendações mais específicas e detalhadas se referiam a: i) verbas orçamentárias destinadas ao Ministério da Agricultura, subordinadas ao regime da Lei nº 1.489,

de 1951<sup>179</sup>, que deveriam ser rigorosamente aplicadas, inclusive a que se destina à revenda de material para a agricultura e criadores; ii) planejamento e programa das atividades agropecuárias no âmbito nacional, regional ou estadual, elaborados articuladamente entre o Ministério da Agricultura, órgãos estaduais congêneres e entidades da classe rural, a fim de somar recursos, distribuir racionalmente as tarefas, impedindo assim a dualidade de atuação, dispersão de esforços e baixo rendimento de verbas; iii) que as autoridades do governo federal, na elaboração do Plano de Economia, excluam o Ministério da Agricultura do corte de verbas; iv) que se faça um apelo ao Congresso Nacional, no sentido de que, por ocasião da apresentação de emendas à proposta orçamentária do Ministério da Agricultura, sejam promovidos entendimentos com os órgãos técnicos responsáveis pela pasta, a fim de atender à execução global dos planos traçados; v) que os cargos técnicos vagos do Ministério da Agricultura fossem preenchidos, bem como se determinasse a ampliação dos quadros existentes (*Gleba*, jan. 1962, p.43-44). O foco no Ministério da Agricultura, possivelmente, era uma reação à condução adotada pelo PTB nesta instância, pois líderes do partido assumiram os ministérios da Agricultura e do Trabalho. O cenário mudou após o suicídio do presidente Getúlio Vargas e a coligação formada entre PSD-PTB deu certa estabilidade ao Brasil depois de tentativas de golpe de Estado por parte da UDN civil e militar, observa Bandeira (1978). Para este autor, o PTB ocupou os dois ministérios, concorrendo, mediante o controle do movimento sindical, para o êxito da política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Na abertura da VI Conferência, o presidente da CRB, Iris Meinberg, abordou a questão da reforma agrária como a problemática nacional. Para ele, o tema tinha alto conteúdo emocional. Além de ser utilizado para fins demagógicos, submetido a manipulações de termos científicos, às vezes utópicos, ou sob o artesanato autoutilitário de eternos aproveitadores (LANÇADA A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA – DISCURSO DO SR. IRIS MEINBERG, PRESIDENTE DA CRB, *Gleba*, jan. 1962)<sup>180</sup>. Embora fosse claro o objetivo de fazer reverberar na VI Conferência que a CRB não era contrária à reforma agrária, havia um posicionamento contra uma reforma que denominava antidemocrática. Há propostas em disputa, principalmente porque uma parcela considerável da população apoiava a realização de uma reforma agrária<sup>181</sup> — o índice de apoio em 1963, segundo o Ibope, era de 70% em média

---

<sup>179</sup> Esta lei instituiu normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura.

<sup>180</sup> Fala na abertura da VI Conferência Rural Brasileira.

<sup>181</sup> O Ibope realizou enquetes em nove capitais, em setembro de 1963, indicando ampla aprovação das reformas de base — isto é, estruturais como a agrária, educacional, fiscal, eleitoral e urbana. Nova pesquisa do Ibope promovida em oito capitais, entre 9 e 26 de março de 1964, mostrou que, no total, 72% achavam a reforma agrária

nas várias capitais do país (MOTA, 2014). O sentimento a favor era generalizado<sup>182</sup> e expresso também pela Aliança para o Progresso<sup>183</sup>, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)<sup>184</sup> e reunião dos bispos do Nordeste. Estes setores defendiam a criação de uma justiça rural especializada, a distribuição de lotes em terras devolutas, e a maior presença moderadora do Estado através de órgãos como o Conselho Nacional de Reforma Agrária (CAMARGO, 1986). Pela primeira vez governo, elite política, sociedade, associações dos trabalhadores rurais e, mesmo reticente, o patronato rural, reconheciam a necessidade de se fazer reforma agrária. O reconhecimento estava presente na retórica pública, publicizada também, no caso da CRB, pela revista *Gleba*. Isto, entretanto, não implicava em concordar com alteração na estrutura fundiária ou que houvesse desapropriação em suas terras. Eram várias as propostas reforma agrária e para realizá-la embuçavam interesses próprios e compromissos de natureza diversa. Não será possível compará-las aqui, mas serão expostas as inclinações da CRB nesse sentido.

A proposta defendida pela CRB é resumida numa expressão correntemente repetida por suas lideranças: “reforma agrária cristã, democrática e técnica”, em oposição à reforma “agrária demagógica” (outro termo usado pelos porta-vozes da Confederação), ou seja, a que prévia a partilha de terras dos latifundiários, enfraquecia o direito de propriedade e limitava a liberdade individual frente ao Estado. A “reforma agrária cristã, democrática e técnica” era a que não ameaçava o direito de propriedade e a livre iniciativa. Não se tratava de um projeto, mas de se posicionar e sistematizar seus interesses para evitar mudanças significativas.

Nesse contexto, a CRB e a SNA se uniram e elaboraram a seguinte mensagem para os setores que representam e para a sociedade com o posicionamento dos dois órgãos sobre as reformas de base demandadas, especificamente, a reforma agrária:

A Classe Rural é a favor das reformas de base, tão reclamadas, para atualizar as Leis do País e possibilitar a melhor ação governamental de forma que possam ser satisfeitas

---

necessária, 11% desnecessária e 16% não sabiam (FERREIRA; GOMES, 2014). É importante recordar que Goulart chegou a pedir ainda uma reforma constitucional, gerando temor de uma reforma agrária radical.

<sup>182</sup> Eram minoritários os segmentos conservadores que se pronunciaram contra tal como o presidente da Federação das Indústrias da Guanabara, Zulfo Mallmann — integrante da junta governativa que dirigiu a CNI em 1961. Para ele, reforma de base era preparo educacional, respeito à autoridade e à moralidade política, e tranquilidade para os que trabalham e produzem. Mallmann também era um dos defensores da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento da economia nacional (CAMARGO, 1986; DIAS, 2001).

<sup>183</sup> Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina estabelecido quando os Estados Unidos e 22 nações das américas assinaram a Carta de Punta del Este, em agosto de 1961. Conforme o documento, os países latino-americanos traçariam planos de desenvolvimento e garantiriam a maior parte dos cursos dos programas, cabendo aos Estados Unidos o restante. A United States Agency for International Development (USAID) administrava a maior parte dos fundos norte-americanos. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 23 de mai. 2016.

<sup>184</sup> Criado em 1961, congregava militares, políticos e empresários, mantinha uma vasta rede de contatos e contava com recursos dos Estados Unidos. Configurado à sombra do Instituto Brasileiro de Ação Social (Ibad), fundado em 1959, tinha a função de centro de elaboração estratégica (MENDONÇA e FONTES, 2006).

as legítimas reivindicações do povo e seus anseios de progresso e de mais justiça econômico-social.

É a favor da reforma agrária democrática, cristã e técnica, que atenda às peculiaridades das diversas regiões do País e que vise a dignificar o homem. Da Reforma Agrária que facilite o acesso à propriedade de terra; que ampare os *ruralistas*<sup>185</sup> que vivem em terra alheia, regulamentando-se a locação e a parceria agrícolas; que institua uma Justiça Rural especializada, rápida e eficiente; que promova a sindicalização do homem do campo<sup>186</sup>; que possa efetuar a desapropriação de terras no interesse social, dentro dos princípios constitucionais vigentes; que assegure os legítimos direitos dos proprietários, parceiros e arrendatários. Da Reforma Agrária que leve às famílias rurais a necessária assistência educacional, sanitária, técnica e econômico-financeira, para uma produtividade maior e uma contribuição melhor à economia brasileira e à cooperação internacional.

A Classe Rural é contra a agitação, a irresponsabilidade e a demagogia; é contra os remédios paliativos ministrados pelos poderes públicos para os males da vida rural; é contra a espoliação e a tentativa de desorganizar a produção, através da intriga e da luta de classes (Mensagem ao povo da CRB e SNA em 1962. *Gleba*, jan.1964-dez. 1965, p. 47)<sup>187</sup>.

A mensagem é assinada por Iris Meinberg, presidente da CRB, por 21 dirigentes das federações rurais ligadas à agremiação e por porta-vozes da SNA, em 12/2/1962. O documento foi um dos resultados da VI Conferência Rural — reputado como o maior evento do gênero realizado pela Confederação. A divulgação do evento e da mensagem, antes e após o golpe empresarial-militar, não foi feita à toa e expressava o mal-estar com Goulart, acusado de demagogo, o repúdio à “reforma agrária antidemocrática”. Depois de criada a Supra, em 11 de outubro de 1962, a CRB a acusava de ter uma atuação *subversiva*. A mesma posição de que os “ruralistas querem a reforma agrária democrática” foi reafirmada por Iris Meinberg em entrevista coletiva à imprensa após visitar a Exposição Nacional de Zebu, em Uberaba – MG (*Correio da Manhã*, 10/5/1963, p. 3).

Os documentos que localizei na *Gleba* e as matérias na imprensa da época revelaram ainda a contradição no próprio discurso da CRB, pois na mensagem reproduzida anteriormente, embora seja colocado que não há objeção a uma reforma agrária “que possa efetuar a desapropriação de terras no interesse social” (*Gleba*, jan.1964-dez.1965, p.47), desejavam que essa desapropriação não fosse em suas terras ou ameaçassem o seu direito de propriedade. Em suma, a Confederação tentava colocar limites às demandas por reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais. Também serviu, anos mais tarde, para demarcar sua posição em relação

<sup>185</sup> Esta foi a primeira vez vi o adjetivo ser usado aos trabalhadores que não possuíam terra e não aos proprietários e empresários rurais.

<sup>186</sup> Os membros da Confederação eram contra a sindicalização.

<sup>187</sup> A mensagem divulgada no evento de 1962 é reproduzida após o golpe empresarial-militar. Não houve edições da *Gleba* publicadas em 1964, durante o processo de transformação da CRB em sindicato. A revista só voltou a circular no ano seguinte e buscou atualizar a pausa entre 1964-1965 dedicando um número a este período.

ao Estatuto da Terra — instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — como veremos adiante<sup>188</sup>.

Noutro trecho da referida mensagem evocava-se a Carta Encíclica *Mater et Magistra*<sup>189</sup> e era reforçado o discurso de que a “classe rural” era a mais desamparada pelos poderes públicos e a que mais enfrentava dificuldades no cumprimento de sua missão na agricultura. Os representantes da CRB e da SNA, em nome da “ordem, paz e respeito aos princípios democráticos” faziam, assim, seu apelo a todos os brasileiros. Eles diziam rechaçar “o comodismo político-administrativo de soluções parceladas e tímidas ou bifrontes, de empirismos disfarçados em planejamentos sem idoneidade técnica e desprovidos de senso econômico-social” (*Gleba*, jan.1964-dez.1965, p. 47). Por fim, afirmavam almejar que fosse dada à vida rural e ao trabalho dos campos, o tratamento adequado, capaz de eliminar as enormes diferenças existentes, de promover o bem-estar das famílias camponesas e propiciar o desenvolvimento do Brasil rural, o que, também beneficiaria o povo brasileiro.

#### 2.4. A reforma agrária na perspectiva da CRB

A proposta da Confederação para a “reforma agrária” apresentava dez pontos com a síntese de conclusões postas em inúmeros memoriais, remetidos ao poder público. Iris Meinberg os reproduziu num relatório da CRB, divulgado em sua revista em 1965. É importante notar que os argumentos nestes itens buscam fazer valer a ideia de que fora dos moldes propostos pela “classe rural”, se incorreria na desordem antidemocrática e subversiva. Se a Confederação sistematizou sua própria proposta é porque as outras não convergiam para seus interesses.

I) A Classe Rural reconhece a necessidade de ser realizada urgente renovação da agricultura que, pela sua amplitude e profundidade, corresponda a uma verdadeira revolução agrícola, pacífica, democrática, cristã e técnica, dentro dos padrões políticos da sociedade ocidental.

II) A Reforma Agrária deverá ser um dos instrumentos desta renovação, mas, pelas condições continentais do Brasil, terá de se processar de modo a atender à multiplicidade e à estrutura agrária e de condições peculiares a cada região, através de normas bastante flexíveis.

III) Terá de fugir à simples distribuição de terra, realizando-se em termos globais, que inclui, ao lado do acesso à terra própria, outras medidas, tais como amparo ao rurícola

<sup>188</sup> Em 1964, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais lançou o livro *A reforma agrária: problemas, bases, solução*. Não localizei menções da CNA a obra, mas nos jornais, como a edição do *Correio da Manhã*, de 12 de maio de 1964, há registros de felicitações a Haroldo Polanda, presidente do Conselho Diretor do Ipes, feita pelo deputado gaúcho Brito Velho (PL). Para ele, a publicação representava o melhor e mais sério estudo sobre o tema.

<sup>189</sup> Carta de João XXIII, 261º papa da Igreja Católica, sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. No item função social (118), recorda que um ponto de doutrina posto constantemente, e repetido na carta, é o de que o direito à propriedade privada sobre os bens possui intrinsecamente uma função social. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html).

que trabalha e vive em terra alheia, instituição da justiça rural especializada, organização dos trabalhadores rurais pela sua sindicalização, em moldes adequados e regulamentação do trabalho no campo, atendidas as características especiais das atividades agrícolas.

IV) A reforma agrária brasileira, devendo ser um processo de utilização racional de todos os fatores da produção, só terá êxito se, ao lado das medidas que importem em sobrecarga para as classes rurais, forem dados meios capazes de promover, de fato, melhoria da produtividade, notadamente pelo crédito e assistência técnica, o escoamento de safras, a garantia de preços remuneradores, e a educação profissional das massas rurais.

V) Quanto ao acesso à terra própria, sugeriu à Classe que fosse dada prioridade: 1) aos arrendatários, parceiros e empreiteiros; 2) aos empregados rurais; 3) aos posseiros de terras devolutas ou de terras da União, estados e municípios, que nelas tenham cultura efetiva e moradia habitual há mais de cinco anos.

VI) As terras alienadas deverão ter área mínima recomendada pela técnica, para cada região, destinada, a cultivo em regime de exploração familiar e serão impenhoráveis, inalienáveis e indivisíveis, mesmo em sucessão causa mortis.

VII) Impõe-se que a lei proíba a subdivisão antieconômica da propriedade rural, seja nos casos de loteamentos particulares, seja nos de venda ou sucessão causa mortis, evitando o minifúndio antieconômico. Igualmente, o Poder Público facilitará o agrupamento dos minifúndios, visando a melhorar seus aspectos de produtividade.

VIII) Os benefícios da Previdência Social devem ser estendidos aos trabalhadores rurais, parceiros e arrendatários, através de legislação específica, atendidas as peculiaridades de cada categoria e das atividades agrícolas.

IX) A extensão ao trabalhador rural, da legislação trabalhista vigente para as demais categorias profissionais, deve obedecer às adaptações impostas pelas condições peculiares às atividades agrícolas.

X) Precisam os poderes públicos desenvolver intensa campanha no sentido de estender, efetivamente, aos meios rurais, a educação, hoje, notoriamente, limitada a número restrito de habitantes do campo (*Gleba*, jan.1964-dez.1964, p. 48-49).

Conforme os itens VIII e IX, uma das formas de combater a ameaça comunista e fazer contraposição à reforma agrária requerida pelos trabalhadores rurais seria conceder direitos como o benefício da Previdência Social e a legislação trabalhista já em vigor para outras categorias, mas considerando as ressalvas do patronato rural. Mesmo assim, a questão da sindicalização dos trabalhadores rurais era bastante controversa. Era uma proposição política formal posta através da CRB, entretanto, não implicava na aceitação pelos segmentos patronais que representava. Nesse sentido, a Confederação agira como órgão de pressão junto aos ministérios para defender posições e interesses patronais. Entre eles o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que ainda sob a influência de João Goulart, ministro da pasta de 1953 a 1954, buscou incentivar o surgimento de sindicatos para os trabalhadores rurais:

A medida, já prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho e compatível com os termos da Constituição de 1946, havia sido até então politicamente travada. E continuará a sê-lo, ainda por algum tempo, tendo em vista as fortes pressões da Confederação Rural Brasileira sobre o Ministério, com o relatório que envia ao Conselho de Segurança Nacional, e que contribui, sem dúvida, juntamente com a pressão militar, para a demissão de Goulart (CAMARGO, 1986, p. 148).

A apresentação de propostas de reforma agrária surgiu nas diversas esferas da sociedade política e da sociedade civil no Brasil como as formuladas e apresentadas no âmbito do governo e mesmo das associações patronais como o trio CRB, SRB e SNA. Os líderes da Diretoria da CRB elaboraram documentos e projetos em consonância com os interesses dos setores que representavam e para conter as ameaças “comunistas”.

Diante disto, qual a essência da expressão *reforma agrária cristã, democrática e técnica*? Antes de mais nada consiste em repetir esquemas de pensamento traduzidos por afirmações do tipo: não pode ser uma generalizada e indiscriminada distribuição de terra, sejam públicas ou privadas. Para mostrar que sua posição não era contrária à da maior parte da opinião pública, a opção é por uma retórica moderada: a “distribuição de terras” deveria se realizar pouco a pouco, num processo contínuo e seguro. As justificativas que a CRB fez valer em seu favor, nesse momento, se reduziam a anunciar que, se o Estado doasse muita terra, provocaria aumento da miséria pela falta de condições de sobrevivência, além de que a intervenção sobre um grande volume de terras seria um dispendioso investimento público. Repete-se ainda frases de efeito como a que diz que a “reforma agrária seja feita em benefício do Brasil, e não contra o Brasil” (LANÇADA A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA - DISCURSO DO SR. IRIS MEINBERG, PRESIDENTE DA CRB, *Gleba*, jan. 1962) — o toque nacionalista é dado por elaborações publicitárias como esta. Essa reforma, diz Meinberg, exigiria grandes sacrifícios do povo, logo, o patronato rural estava disposto a contribuir com sua quota no que tange ao financiamento. O que não implicava em dar recursos, mas sim em apresentar exemplos que justificavam o porquê de não distribuir tantas terras. O primeiro era o da Revisão Agrária Paulista<sup>190</sup>, com previsão de criação de apenas mil propriedades pequenas, uma vez que o custo unitário aumentaria para um milhão de cruzeiros. O segundo, o do Inic, possuidor de milhões de hectares, o que representava a décima parte de toda a área em cultura do país e estava avaliada em 30 milhões de hectares. Por isso, precisava investir capital da ordem de 100 bilhões de cruzeiros para aproveitar as terras e beneficiar 100 mil “rurícolas”.

O Inic desapareceu em 1962, quando foi estabelecida a Supra que absorveu suas atribuições. Se antes havia ressalvas ao Inic e à Revisão Agrária Paulista, o surgimento da Supra causou repulsa à CRB porque cortou subvenções à entidade, tirou sua ingerência sobre o SSR e previa a desapropriação por interesse social de imóveis com mais de 500 hectares, próximos às margens de rodovias e ferrovias. Além disso, tinha por objetivo estimular a sindicalização

---

<sup>190</sup> Em 1961 foi criada a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), ligada a Secretária de Agricultura de São Paulo. Seu objetivo era coordenar trabalhos referentes a execução da Lei de Revisão Agrária. Fonte: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva – Itesp.

rural, tornando disponível sedes para instalação de sindicatos, de serviços de contador e advogado e de empréstimos de veículos de transportes (RAMOS, 2006), o que, para a CRB, estimularia revoltas no campo. Essa ação de Goulart desencadeou, nos últimos meses de 1962, forte engajamento da entidade para destituí-lo o mais breve possível da Presidência, com apoio do patronato rural do país.

A CRB ocupava cargos importantes nos dois primeiros e, conseqüentemente, perdeu o espaço político que tinha por meio de ambos nas agências do Estado. Outro detalhe notável recordado por Ramos (2006) é que a Supra estava vinculada à Presidência da República, diferente dos outros órgãos absorvidos que, por estarem ligados ao Ministério da Agricultura, eram mais suscetíveis às demandas dos fazendeiros e empresários rurais. Historicamente, a relação da CRB/CNA com o Executivo se provava mais complicada, enquanto que com o Congresso Nacional a relação era muito forte, informou Alynne B. Oliveira, superintendente de Relações Internacionais da CNA<sup>191</sup>. A relação com o segundo é intensa no pré-1964, por exemplo, mas, depois de 1967, já como sindicato patronal rural e sob nova gestão, perde força. Isto posto, constata-se que há momentos de altos e baixos nessa relação, ou seja, de aproximação e afastamento em que parcerias dependem da pauta e das demandas. O mesmo se dá com as instâncias estatais como os ministérios, o antigo Gabinete Civil, secretarias etc. A relação com outras associações patronais e entidades privadas também depende do tema e dos interesses compartilhados.

Quanto à problemática da Supra, estava expresso que o novo órgão estava destinado a colaborar na formulação da política agrária do País; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social; e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais (MEDEIROS; ARAÚJO, 2001). A Supra dispunha de poderes especiais de desapropriação (FERREIRA; GOMES, 2014).

A reação à Lei nº 11 que instituiu a Supra foi, portanto, imediata. Ainda no mês outubro o senador Afrânio Lages (UDN-AL) apresentou um decreto legislativo revogando-a para ser avaliado por comissões técnicas. Sua justificativa era salvaguardar as prerrogativas do Poder Legislativo que teriam sido invadidas pelo recente decreto governamental que se fundou na delegação de poderes concedida para a organização de um fundo federal, de natureza contábil e agropecuária (*Correio da Manhã*, 20/10/1962). A proposta de Lages não foi acolhida e seu

---

<sup>191</sup> Entrevista concedida à Elisandra Galvão em 8/5/2015, na sede da CNA, em Brasília.

arquivamento se deu no mês seguinte. Para apaziguar os ânimos, o Ministério da Agricultura chegou a se pronunciar através do engenheiro agrônomo Rubens Tellechea Clausell, chefe de gabinete do ministro Renato Costa Lima. Ele disse que a incorporação do SSR à Supra — ora condenada, ora exaltada —, não causou o desaparecimento das atribuições do SSR, pois elas foram incorporadas ao novo órgão, e haveria mais recursos para melhorar as condições socioeconômicas do trabalhador rural (*Correio da Manhã*, 11/11/1962).

A CRB, continuamente, passou a explicitar sua condenação às iniciativas do governo:

O sindicalismo rural aí está. O governo incentiva a formação dos sindicatos dos trabalhadores, que precisam de maior amparo. E os sindicatos dos proprietários rurais? Quase não se fala em tais organizações. (...)

As classes rurais acabam de receber dos poderes públicos tratamento discriminatório, sendo alijadas, sem qualquer aviso do comando do Serviço Social Rural, que tanto lutaram por implantar no País. Enquanto isso, o comércio e a indústria, mais organizados, mais atuantes e, portanto, mais fortes, continuam dirigindo o SESC e Sesi, bem assim conseguindo maior prestígio e melhor amparo. O momento é de ação e não mais de palavras. Unir ou perecer (*Gleba*, nov. 1962, p.1).

O número de reuniões da CRB aumentou em reação às medidas de Goulart e com o objetivo de fortalecer a organização dos empresários rurais e fazendeiros. Um destes encontros aconteceu em 23 de outubro de 1962, no Rio de Janeiro, quando foi promovida uma assembleia extraordinária. O repúdio à criação da Supra e à absorção do SSR, Inic e Conselho Nacional de Política Agrária foi unânime. A assembleia, coordenada por Meinberg, reuniu representantes das federações patronais dos seguintes estados: Rio Grande do Sul (Antonio Saint Pastous), São Paulo (Clovis Sales Santos), Minas Gerais (Catulino Novaes), Rio de Janeiro (Francelino Bastos França), Bahia (Walke Araújo), Piauí (Paulo Carneiro), Amazonas (Flávio Brito), Guanabara (Edgard Teixeira Leite), Rio Grande do Norte (Odorico Ferreira), Sergipe (Getúlio Sobral), Pernambuco (Arnaldo Peixoto de Oliveira), Santa Catarina (Roberto Schmidt) e Paraná (Silvano Alves da Rocha Loures)<sup>192</sup>. No dia seguinte, este grupo publicou na *Gleba* um manifesto sobre a atitude da classe rural em face do ato do governo de João Goulart. Para a Diretoria da CRB ele foi “tomado sem nenhum entendimento prévio, ao contrário, até de forma hostil, na tentativa de desprestigiar o associativismo rural, com intuítos políticos” (*Gleba*, nov. 1962, p. 2).

O patronato rural resolveu atuar junto ao Congresso Nacional para revogar a Lei Delegada nº 11, apoiando o projeto apresentado pelo senador Afrânio Lage e o recurso do

---

<sup>192</sup> Além deles vieram Oswaldo Souza Martins, presidente do Conselho Nacional do SSR; João Napoleão de Andrade, presidente da Abcar, e demais diretores e assessores da CRB.

deputado Arnaldo Cerdeira contra os poderes delegados à Supra (*Gleba*, nov. 1962). À CRB caberia entrar com mandado de segurança pela perda de representação no Conselho Nacional do SSR e sugeria que o presidente do referido Conselho poderia também entrar com um mandato de segurança contra os autores das ordens que mandaram bloquear no Banco do Brasil suas contas. Além destas iniciativas, a CRB reforçou sua coalizão com outras forças já articuladas contra Goulart. Houve então uma maior aproximação a outros grupos organizados como o Ipes<sup>193</sup> e o Ibad (RAMOS, 2006). Eudes de Souza Leão Pinto foi a pessoa da CRB no Ipes-Rio e no Ibad<sup>194</sup>. Nesse período, ele estava ligado também à Escola Superior de Guerra (ESG) e à Associação dos Diplomados da ESG. Pinto não era o único. Havia integrantes das federações patronais nos espaços do IPES em outros estados do País.

A oposição da CRB ao governo de João Goulart é declarada nas edições da *Gleba* desde essa ruptura por causa da Supra e após o golpe, quando comemorava a contrarrevolução efetivada e recordava a luta pioneira dos fazendeiros e das entidades rurais contra as invasões ilegais e a reforma agrária espoliativa, demagógica e comunizante (*Gleba*, jan.-dez., 1964-1965). Nessa ocasião, a CRB reafirma que o seu rompimento com o governo federal foi por causa da Superintendência de Reforma Agrária.

Ainda nesse cenário de tensão, em fevereiro de 1963, se sobressai a tese sobre reforma agrária exposta pelo general Frederico Rondon em sessão do Conselho Diretor de Colonização Nacional. Ele a havia apresentado antes no Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, realizado pelo jornal *Correio da Manhã*<sup>195</sup>. A tese foi aprovada por unanimidade pelos participantes do encontro. O projeto, consubstanciado na tese, previa a criação do Conselho Nacional de Organização Agrária, como ampliação da Supra, e a autorização para que acontecesse a Convenção Agrária Nacional, nos moldes da Convenção Nacional de Estatística<sup>196</sup>, conciliando o interesse do governo federal pela *reforma agrária com a autonomia*

---

<sup>193</sup> Instituto que criou e pôs em ação estratégias e campanhas voltadas para a sociedade com o objetivo de desestabilizar e depor Goulart. Após o golpe, ocuparam cargos e postos-chave no governo militar e passaram a determinar políticas públicas e reformas, principalmente a administrativa federal, através do Decreto-lei 200/67 (BORTONE, 2014).

<sup>194</sup> Engenheiro agrônomo e professor da UFRPE (1940). Trabalhou na Sanbra e em várias instâncias do governo federal e estadual no seu estado de origem. Seu nome aparece no Ipes como representante da CRB em 1962, ano em que foi realizada reunião em que se definiu o quadro principal do Instituto. Eudes aparece como diretor-técnico da CRB entre 1963 e 1967. Mais detalhes sobre sua trajetória em Anexo VI. Nos anos 1950, como secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco, relata problemas no setor canavieiro e algodoeiro. Para ele, o primeiro sofria as consequências da “agressividade com que o atacavam as Ligas Camponesas, comandadas por Francisco Julião e padre Antônio Melo Costa” (PINTO, 2013, p. 95).

<sup>195</sup> A Folha de São Paulo também promoveu encontros para discutir as reformas de base e a reforma agrária.

<sup>196</sup> Instrumento de acordo inter-administrativo firmando nos termos do art. 9 da Carta Constitucional, na presença do presidente Getúlio Vargas, em 11/8/1936, pelos delegados plenipotenciários dos governos da União, do Distrito Federal, dos estados e Território do Acre. O Conselho tem relações diretas, por seus órgãos competentes, com chefes de governo e lhe é assegurada ampla autonomia de ação técnica e administrativa, para o fim de eficiente

dos estados (esta era a fragilidade dos demais projetos da referida reforma para Rondon); e, como fim último, a instituição da reforma agrária brasileira. Para Rondon isto era a evidência de “uma linha de ação democrática-cristã e de absoluta fidelidade aos princípios constitucionais do respeito ao direito de propriedade e estímulo a iniciativa privada” (*Correio da Manhã*, 7/2/1963, p. 2). Sua tese almejava conciliar interesses das três esferas governamentais — federal, estadual e municipal — e das entidades privadas atingidas pela reforma agrária. Os objetivos do projeto eram: 1) Garantia da plenitude do direito de propriedade; 2) promoção de meios para melhor exploração das terras e riquezas naturais, para maior produtividade do trabalho e do capital; 3) velar pelo bem-estar das comunidades rurais por meio de assistência socioeconômica; 4) instituir e desenvolver o crédito rural; 5) garantir, nas áreas de propriedade privada, a liberdade de exploração; 6) assegurar aos proprietários rurais os benefícios do Fundo Agrário Nacional, sob forma de empréstimos a juros baixos e longos prazos; 7) ressaltar ou contemplar, com benefícios do Cenagra, nos planos agrários regionais, os bens das comunidades “aborígenas”; 8) concorrer para a grande propriedade esteja proporcionada, em extensão, ao capital destinado à exploração, indo de encontro das iniciativas privadas, se necessário, para que se estabeleça aquela proporcionalidade, em bases econômicas; 9) impedir a desintegração de pequena propriedade rural; 10) submeter a planos de colonização nacional áreas de terras devolutas; e 11) tornar, progressivamente, obrigatória a assistência técnica permanente aos estabelecimentos e empresas rurais destinados a explorações agrária, agropecuárias ou agroindustrial (*Correio da Manhã*, 7/2/1963). Era isto que os demais projetos de reforma agrária não tinham. Rondon definia a reforma agrária brasileira como um conjunto de medidas governamentais daqueles três setores, orientadas para a resolução dos problemas da economia rural — não dos problemas sociais, buscando a valorização da terra e do homem, pelo maior incremento da produção, progresso regional, estímulo a garantia aos empresários e capitais privados, habilitação física e aperfeiçoamento moral e técnico do trabalhador e bem-estar das comunidades rurais. Os itens referentes à produção, progresso, garantia para os empresários e educação técnica conciliam e vão de encontro aos interesses da CRB. Isto me faz crer que Rondon, certamente, levou em conta a reação radical do patronato rural às medidas do governo João Goulart para implementar as reformas de base.

---

coordenação no planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros. Fonte: Convenção Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade/Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1936. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/convencao1936.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

No início de 1963, através de um plebiscito, Goulart recuperou os plenos poderes que havia perdido para garantir sua posse, que foi marcada por uma crise e instituição do parlamentarismo para garantir que assumisse a Presidência da República porque era visto pelos setores conservadores como um político “esquerdista”. Ele solicita também “poderes especiais” e a reforma da Constituição de 1946. A CRB protesta contra o primeiro pedido e a elite política em geral vê com desconfiança o segundo. A entidade passa então a denunciar o financiamento governamental a concentrações “comunistas” e orienta os líderes rurais do país a advertir seus associados a não votarem em candidatos alinhados com as ideias do governo. A hostilidade política também se expressava quando o deputado mineiro Pedro Aleixo, ao se pronunciar em tom alarmista em nome de deputados e senadores da bancada da UDN e do PL, atentava para uma campanha de descrédito contra o Congresso Nacional, com intuito de implantar uma ditadura (CAMARGO, 1986). As tensões aumentaram com as pressões conservadoras, principalmente no Nordeste. O Congresso era pressionado a instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar ações e atividades das Ligas Camponesas. Na Paraíba, os conflitos sociais se agravaram<sup>197</sup>, especialmente na região de Sapé, onde estava o maior núcleo das Ligas Camponesas do Nordeste, com 7 mil membros inscritos (*Semanário*, 3/5/1962). Em maio, numa comemoração do Dia das Mães em Sapé, os trabalhadores expressaram a reforma agrária que queriam: “imediate, com assistência técnica efetiva, semente, tratores, trabalho, comida e proteção contra os capangas dos proprietários que espancavam camponeses” (CAMARGO, 1986, p. 201). Entretanto, uma crise interna havia se instalado nas Ligas a partir de 1961. De acordo com Medeiros (1989) havia uma divisão em sua direção. Uma parte, liderada por Clodomir Moraes, estava influenciada pelas teses da guerra de guerrilhas da experiência cubana, considerava que transformações sociais e políticas não ocorreriam pela via pacífica e, com base nisso, tentou instalar campos de treinamento em Goiás, Bahia, Paraná e Acre. A outra era liderada por Francisco Julião.

Sobre a reforma agrária, como empreendimento de política agrária, a CRB, pelo que foi possível apreender nos documentos divulgados pelo veículo oficial, voltou a sua comunicação para dois setores do patronato rural. O primeiro era formado por segmentos mais atrasados,

---

<sup>197</sup> Segundo o jornal *Semanário*, os proprietários de terra desencadearam uma onda de ações violentas para desestabilizar a luta camponesa. Na Paraíba, o latifundiário Agnaldo Veloso Borges aparece como o líder dos que organizaram o “Sindicato da Morte”, cuja missão era exterminar os principais líderes camponeses. Além de ter contratado os serviços de muitos homens, adquiriu peças de artilharia pesada para armá-los, como diversas metralhadoras. Nesses conflitos também se sobressaiu a atuação de guarnições federais, ligadas ao latifúndio dos Ribeiro Coutinho, que impediam a realização de concentrações dos trabalhadores rurais sob o pretexto de apreender contrabandos de armas, sem nada encontrar. Em 2 de abril de 1962 foi assassinado por pistoleiros João Pedro Teixeira contratado por latifundiários da Paraíba. Ele era uma das lideranças da Liga Camponesa de Sapé.

radicais e violentos. Eram aqueles, conforme as palavras de José A. Vieira<sup>198</sup>, cuja mentalidade carecia de evolução e modernização no bom sentido democrático e técnico. Ele assim os caracterizava:

Os empresários agrícolas, de um modo geral, são individualistas, desunidos e, portanto, desorganizados. Não compreenderam a gravidade do momento social que estamos a viver. (...) Não participam nem dos estudos nem das soluções dos numerosos problemas que enfrentam os agricultores, isoladamente ou coletivamente (José A. Vieira, *Gleba*, jan.-jan., 1963, p.3).

O segundo grupo era mais moderado. A comunicação para estes tinha outro tom. Um bom exemplo aparece numa fala do agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros<sup>199</sup> sobre as condições essenciais para a reforma agrária, cujos princípios deveriam ser sociais, econômicos, políticos e técnicos. Barros defendia que esta devia ser baseada no conceito de interesse social da propriedade. Seus objetivos deviam ser a “distribuição de produtividade, abundância e bem-estar”, mas realizada em terras próximas aos maiores centros consumidores, nas em uso, nas usadas antieconômicamente, ou nas sob especulação, “sob a orientação democrática e cristã da livre iniciativa associada em cooperativas”, com a iniciativa privada complementando a ação do governo (BARROS, *Gleba*, jan.-fev., 1963, p.5). Para apaziguar ânimos, sustentava: “Nenhuma terra deve ser dada e nenhum prédio rústico deve ser objeto de locação, pelo Governo, para agricultores. Tudo deve ser vendido a prazo de 15 anos e a preços acessíveis ao novo agricultor”. E, novamente, a assistência técnica aparecia como o suporte que validaria ou invalidaria a reforma agrária. Os programas para sua implantação deviam se regionais e sua execução descentralizada. Porém, não defendia a reforma agrária em terras devolutas, públicas ou governamentais porque estavam em zonas de difícil acesso ou de caro transporte. A esta justificativa acrescentava que era um convite à destruição dos recursos naturais, teria preços altos, problemas de escoamento e descrédito do programa. Na realidade, a partir da discussão da política agrária, o que interessava era pautar uma política agrícola que atendesse às demandas do patronato rural, isto é, uma *autêntica política ruralista, sem demagogia e sem bifrontismo*.

Necessária é a complementação de medidas de política geral e em programa de Reforma Agrária, em especial de política agrícola, pela constituição de armazéns, silos, frigoríficos, cooperativas, mecanização, irrigação, bens e fatores de produção abundantes, acessíveis, e a preço justo, ao lado de ampla formulação de programas assistenciais, inclusive baseada na pesquisa, na experimentação, no treinamento, administração, extensão e fomento (BARROS, *Gleba*, jan.-fev., 1963, p.5).

---

<sup>198</sup> Jornalista e chefe de divulgação da CRB.

<sup>199</sup> Natural de Óbidos (PA). Sua família dedicava-se à colheita da castanha-do-pará. Era membro da CRB e escrevia artigos para a revista *Gleba*. Ingressou no Ministério da Agricultura via concurso e foi diretor do Parque Nacional de Itatiaia (RJ). Assumiu a convite do ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, a direção da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal (TAVARES, 2012).

Esta é uma das melhores sínteses dos interesses da CRB apresentadas no pré-1964. Era assim que se permitiria o acerto da reforma agrária, vista como movimento integral que visava ajustar produção, produtor e consumidor. O menos importante nessa exposição era destinar terra para quem não tinha, “mas a terra para quem é capaz de produzir na certeza de que alguém vai utilizar e consumir” (BARROS, *Gleba*, jan.-jun., 1963, p. 5). Eis a visão da CRB. As entrelinhas e o dizer sem explicitar os trechos reproduzidos neste capítulo sobre a Confederação ser “a favor” da reforma agrária ficam mais claros a partir da fala de Barros. Assim, apreende-se que a mensagem que se repete via porta-vozes, tanto no seu veículo oficial como nos jornais da época, é: a terra é para empresários rurais, não para “rurícolas”, vistos pela CRB como incapazes de gerir uma empresa rural. Esta é a glosa dos discursos nos quais argumentos e justificativas vêm acompanhados de substantivos como competência e mérito, e dos adjetivos capacitado, preparado, eficiente, produtivo.

A reeleição pela quarta vez consecutiva de Meinberg, para o período 1963-1965, representou entre os diversos segmentos rurais “uma prova de união e de identidade de propósitos na condução de uma política agrária para o Brasil” (*Gleba*, jan.-jun., 1963), que deveria se consolidar com base em documentos elaborados sob a supervisão da CRB. Também expressava a reação contra a luta por terra. Os conflitos que envolviam os trabalhadores rurais eram vistos como agitações e subversões de ordem social no campo, o que exigia que a CRB continuasse vigilante e ativa, segundo sua Diretoria.

Pode-se entender melhor a posição da CRB sobre a questão agrária a partir de seu alinhamento com outros grupos. A Confederação chegou a explicitar em pronunciamentos que sua percepção de reforma agrária coincidia com a do Ipes<sup>200</sup>, que classificou as diversas propostas em duas vertentes, uma socialista e outra democrática. Na segunda vertente estavam as propostas de sete instâncias que dialogavam e se alinhavam: CRB, Sociedade Brasileira de Agronomia (SBA), Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap)<sup>201</sup>, Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), Associação Paulista de Criadores de Bovinos, Sociedade Mineira de

---

<sup>200</sup> O Ipes publicou à época suas proposições no livro que elaborou: Reforma Agrária: problemas, bases, solução.

<sup>201</sup> Surge em 1959 e perde expressão política após 1964. Começou em São Paulo, Conclap-SP, e se estabeleceu no Rio de Janeiro – Conclap-RJ. Era oposta a Goulart e formada por industriais, banqueiros, comerciantes e seguradores liderados por Jorge Behring de Matos. Questionavam a intervenção do Estado na economia, defendiam a liberdade empresarial, a estabilidade financeira e monetária e o capital estrangeiro. Eram contra o controle de preços, o direito à greve e à estabilidade de emprego. Tinha apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Centro Industrial do Rio de Janeiro. A CRB, CNI e CNC não participavam de seu conselho, porém o presidente da CRB/CNA, Iris Meinberg ocupou a vice-presidência de uma iniciativa precursora do Conclap, a Conferência Nacional das Classes Produtoras, ocorrida em 1945 na cidade de Petrópolis, RJ. Fonte: CPDOC/FGV.

Engenheiros Agrônomos (SMEA) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais<sup>202</sup>. As seis entidades listadas junto à Confederação eram consideradas por esta as mais representativas pela posição que assumiam quanto a reforma agrária.

Além dessas entidades, havia porta-vozes cujas opiniões eram caras à CRB. Interessava à entidade os conceitos e argumentos contrários à distribuição de terras. Os porta-vozes dessas falas mais importantes para a CRB eram seu vice-presidente, Edgard Teixeira Leite<sup>203</sup>; seu diretor-secretário, José Resende Peres; o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e antigo assistente da Comissão Nacional de Política Agrária, Manoel Diegues Júnior; o ex-ministro da Agricultura, Armando Monteiro; o sociólogo e professor José Artur Rios; e os professores Afrânio de Carvalho e Mário Bulhão. Suas vozes eram unânimes contra a distribuição e a divisão ou fragmentação da terra. No Quadro 4 está o resumo de seus pronunciamentos, reproduzidos na revista *Gleba*, e dos pontos tidos como mais importantes pela Confederação.

**Quadro 4 – Propostas para a reforma agrária**

| Agentes do governo e lideranças patronais  | Pontos contrários e medidas para a reforma agrária  |
|--|---|
| <p><b>Afrânio de Carvalho</b><br/>Professor e jurista. Chefe de Gabinete do ministro da Agricultura, Daniel Carvalho. Diretor do Ginásio Mariano Procópio e catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Responsável pelo anteprojeto de Lei Agrária (1947)</p> | <p>Considera o art. 5º do anteprojeto do Executivo inconstitucional, desumano e antissocial porque torna desapropriado imediatamente todo imóvel rural declarado de interesse social, independente da ação criminal ou civil que venha a ser intentada pelo expropriado. Avaliava que isto dava poder à Supra para penetrar de imediato na terra desapropriada, cabendo ao proprietário apenas o direito de abandoná-la e, depois dos trâmites legais, receber o valor estipulado pelo governo para a sua propriedade em títulos da dívida pública a juros a.a. e pelo prazo de 20 anos.</p> <p>Argumento: embora houvesse no anteprojeto artigo estabelecendo uma correção na taxa de 6% para 10% ao ano, esta não atende ao valor real da desvalorização financeira, que vinha sendo em cerca de 25% a.a.</p> <p>Ataque e defesa: com essa violência oficial desaparecerá o direito de propriedade, garantido pela Constituição. “Isto é uma loucura e uma perseguição ao proprietário rural; e chamam este monstrego de Reforma Agrária” (RA).</p> <p>A Conclap estava em sintonia com suas ideias e, em 1962, decidiu adotar o projeto de reforma elaborado por Carvalho.</p> |
| <p><b>Armando Monteiro</b><br/>Ex-ministro da Agricultura, deputado federal do PSD (foi contrário ao golpe).</p>   | <p>Apresentou um projeto a ser enviado ao Congresso. Buscou conjugar a distribuição de terras aos trabalhadores rurais com a mecanização da lavoura e formação de cooperativas. Para contornar o dispositivo constitucional que exigia a prévia indenização em dinheiro pelas terras desapropriadas, propunha elevar o imposto territorial, de modo a obter recursos para cumprir a lei — seu projeto não foi votado. Principais pontos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) A reforma agrária é um problema técnico que não pode ser encaminhado passionalmente;</li> </ol>  |

<sup>202</sup> Para os porta-vozes da entidade, as proposições para a reforma agrária sintetizadas pelo Ipes no livro *Reforma Agrária: problemas, bases, solução*, eram convenientes aos interesses da CRB/CNA.

<sup>203</sup> Depois do golpe, assume cargo no Ibra como vice-presidente e membro do Conselho Técnico.

|   |   |
|---|---|
|   | <ol style="list-style-type: none"> <li>2) a transferência do imposto territorial, ora com os municípios, para a União, possibilitará uma Reforma Agrária mais justa, uma vez que onerará a todos os proprietários de terras e não, apenas, a alguns, e assegurará fundos para o pagamento das desapropriações;</li> <li>3) extinção do latifúndio em 10 anos, através da taxaço progressiva;</li> <li>4) problema de reforma agrária é agudo no Brasil porque o Ministério da Agricultura não tem recursos para dar assistência técnica ao homem do campo;</li> <li>5) reforma agrária reclama, ainda, armazenamento, silagem, transporte, comunicações, e assistência técnica maciça.</li> </ol>   |
| <p><b>Edgard Teixeira Leite</b><br/>CRB e SNA, foi deputado constituinte (1934) e federal (1935-1937) (ver Anexo III).</p>  | <p>Questionava: “Tendo o governo um órgão destinado a elaborar estudos e a promover a reforma agrária, para que criar um novo elemento para levar a cabo aquela tarefa?”</p> <p>Justificativa: Medidas como essa só serviriam para tumultuar e retardar, ainda mais, a implantação daquela reforma. Isto representaria a sufocação da massa rural brasileira, em prejuízo do homem do campo e da própria economia nacional. Se o governo dispõe da Supra e da lei n 4.132, de 10/9/1962, que define casos de desapropriação por interesse social, regulamentando o Art. 147 da Constituição, para que criar novo documento legal ou outro órgão com o mesmo fim?</p>  |
| <p><b>José Artur Rios</b><br/>Fez parte da Coordenação do Serviço Social no governo de Carlos Lacerda. Foi professor da PUC-Rio, Santa Úrsula e UFRJ e um dos primeiros sociólogos a fazer mestrado nos EUA em 1947.</p>  | <p>Críticas de José Artur Rios: 1) “O governo abandonou no seu projeto, inteiramente, o propósito de corrigir a estrutura agrária no país, nos seus vícios fundamentais mais elementares e adotou uma política cômoda e conservadora na formação da propriedade agrária, visando a construir o Estado num grande proprietário com livre arbítrio para promover as desapropriações das terras, pagando, porém, com papel praticamente sem qualquer valor e arredando as suas benfeitorias com lucros e sem riscos”. 2) “Se era pensamento do legislador criar uma classe média rural, alicerçada na propriedade familiar (...), como pôde deixar aquela coletividade ser encarada de forma secundária, relegada a posição de verdadeiros marginais da lei?”</p> <p>Defesa: criação de uma classe média rural.</p>  |
| <p><b>José Resende Peres</b><br/>Advogado, jornalista e pecuarista. CRB, secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, no governo Faria Lima. (ver Anexo III).</p>   | <p>O exemplo de fora para defender a grande propriedade: “Nos Estados Unidos da América do Norte, anualmente, o número de propriedades agrícolas diminui, o número de agricultores é reduzido, sendo que hoje apenas 8% da população vive do que produz no meio rural, para alimentar todo o país, para criar os maiores estoques do mundo, para exportar excedentes fabulosos. Lá, as propriedades maiores são as mais lucrativas, porque mais produtivas e econômicas, permitindo baixos preços dos produtos”.</p> <p>O contraexemplo e o desprezo social: No Brasil sobram terras, querem retalhar as propriedades, fazendo justamente o contrário do que ensina a técnica moderna: aumentar o número de propriedades e de agricultores, encarecendo a produção. Muitos homens relativamente capazes vão ceder suas terras a outros não capacitados tecnicamente pela omissão do próprio governo, “que agora pretende transformá-los, num passe de mágica, em agricultores. Cultivar a terra não é furá-la e aí enterrar uma semente, como faziam os selvícolas. Falam em reformas de estruturas, quando a real reforma que estamos precisando deve visar ao homem, que deve ser cuidado”.</p> |
| <p><b>Manoel Diegues Júnior</b><br/>Antropólogo, sociólogo e jurista. Foi diretor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, diretor do Departamento de Estudos e Planejamento do Instituto</p> | <p>Visão e defesa da não divisão da terra: A reforma agrária é um processo eminentemente social, não se restringe ao fracionamento de latifúndios, em apenas aumentar a produtividade, que são apenas facetas do processo. Igualmente a aglutinação de minifúndios constitui outra faceta, com correção da má exploração da terra, junto com um zoneamento agrícola.</p> <p>Defendia: a formação de uma autêntica classe média rural — o mais importante, que se constitua em fonte de consumo de bens industriais e não apenas de sua própria produção. Não basta dividir ou reagrupar terras. Havia um complexo a ser atendido: o crédito, a técnica, a educação, o transporte, a</p>   |

|  |  |
|--|--|
| Nacional de Imigração e Colonização e membro Conselho do SSR.  | defesa dos preços, a comercialização, o desenvolvimento das indústrias rurais etc.   |
| <b>Mário Bulhão Ramos</b><br>Advogado e professor da Escola de Aperfeiçoamento e Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, diretor da Associação dos Professores de Curso Secundário. | <p>Ponto 1: zoneamento agroclimático e creditório, considerar a superfície do solo comunhão-negativa e, por isso, ao detentor da mesma dá, nas colheitas, uma coparticipação no uso da terra em moeda escritural ou produto colhido, arrendamento a longo prazo, evitar a possibilidade de fragmentação das terras, direta ou indiretamente.</p> <p>Ponto 2: solucionar o problema das benfeitorias.</p> <p>Ponto 3: crédito só na base das colheitas e nunca das terras comunhão-negativa.</p> <p>Ponto 4: melhores condições na vinculação das safras ao crédito.</p> <p>Ponto 5: mecanização agrícola adequada.</p> <p>Ponto 6: redução dos intermediários excessivos entre a produção e o consumo, adoção de preços flexíveis nas conjunturas inflacionárias.</p> <p>Ponto 7: irrigação em larga escala.</p> <p>Ponto 8: pecuária sem nenhum prejuízo à lavoura.</p> <p>Ponto 9: higiene e seguro no trabalho no campo.</p> <p>Ponto 10: vigilante medicina pública para o agricultor.</p> <p>Ponto 11: previsão das responsabilidades gerenciais.</p> <p>Ponto 12: instrução agrícola “in-situ”, modos de conservação e uso terra.</p> <p>Ponto 13: sementes selecionadas.</p> <p>Ponto 14: melhoria crescente da produtividade e da produção.</p> <p>Ponto 15: cooperativas e clubes agrícolas.</p> <p>Ponto 16: justiça especializada rápida.</p> |

Elaborado pela autora a partir da *Gleba*, jan.-jun., 1963; *Almanaque Lemmertz: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*, 1922; *Correio da Manhã*, 1951; IHGB.

Em suas perspectivas, o problema não era a terra, mas sim dar condições de produção e aumentar a produtividade. Isso implicava mais em ações de política agrícola do que propriamente agrária. Por isso, defendiam e sugeriam mais crédito para os donos de terra, mecanização agrícola, facilidade para obtenção de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes, programas de irrigação em larga escala, melhor distribuição de produtos, uma política de garantia de preços e fortalecimento do associativismo. Este conjunto de pedidos e ações era considerado suficiente pelo patronato rural e seus porta-vozes para atender ao bem-estar social previsto na Constituição e afugentar o “genocídio” — termo usado por eles — causado pela fome. Era o fruto de um trabalho e da reação à ameaça de mudança com as reformas de base. Era também a justificativa para que a Constituição não fosse alterada. Era o reconhecimento do que Tomasi di Lampedura (2017) explicita na contradição: algo deve mudar para que tudo continue como está. Eles também percebiam que era preciso estar presente no debate sobre as reformas de base não apenas para sobreviver à nova realidade, mas, principalmente, para fazer valer suas propostas. Assim como percebeu Tancredo, sobrinho de Don Fabrício no romance de Lampedura, era preciso estar presente para evitar o estabelecimento de um novo regime e da República.

No Quadro 4, percebe-se que a palavra agricultor tem um uso flexível. Ora aparece em referência ao próprio patronato rural — quando é para colocar suas demandas e exaltá-los como os únicos capacitados para gerir a empresa rural; ora diz do trabalhador rural, mas somente quando é para justificar que precisam de educação agrícola e assistência à saúde em vez receber terras gratuitamente. Quando a questão é a repartição de terras, os trabalhadores rurais não são considerados agricultores. Esta palavra desaparece dando lugar ao substantivo rurícola ou a adjetivos que exprimem o desprezo de uma classe pela outra, ignorantes, incultos, iletrados, incapazes. Em face desta constatação, observa-se que o *desprezo social* (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2013) é um sentimento compartilhado e característico do patronato rural brasileiro e de personalidades de outros extratos sociais que se tornam seus porta-vozes, mesmo quando não possuem terras. Pode-se dizer que esse desprezo social é um dos elementos que caracterizam sua linguagem. No pré-1964 e durante a ditadura, esse elemento se tornou central para a *violência social*, “que se materializa pela pobreza de uns e a riqueza de outros” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 9) e *simbólica* (BOURDIEU, 1989) praticada contra inimigos comuns, os subversivos com uma proposta de reforma agrária “comunista”. Logo, a sua deslegitimação passava pelo desprezo social e os “rurícolas analfabetos” não podiam ser seduzidos por eles. Há uma violência simbólica e física. E a primeira começa pela linguagem. Negar o acesso à terra é uma violência social.

#### **Quadro 5 – Resumo das posições e diretrizes expressas em inúmeros pronunciamentos para evitar a *comunização do Brasil***

| INSTÂNCIAS E ENTIDADES                             | E | AÇÕES E REFORMA AGRÁRIA   |
|--|---|---|
| <b>Associação Paulista de Criadores de Bovinos</b> |   | <p>Produziu um manifesto com as afirmações sobre a reforma agrária:<br/> “O que se pretende com a campanha demagógica em favor da Reforma Agrária é desencadear um processo acelerado de desintegração das instituições e a comunização do Brasil. Seu objetivo é enfraquecer o direito de propriedade e limitar a liberdade individual frente ao Estado. Fala-se em alterar a Carta-Magna, para permitir a desapropriação de imóveis rurais, mas não se esconde que, em um futuro próximo, o mesmo processo deveria ser estendido à propriedade urbana, resultando na estatização de nossa economia, forma que seria contundente com o regime democrático em que vivemos.</p> <p>Num país predominante predominantemente agrícola como o nosso, o Ministério da Agricultura é dos mais desprovidos de recursos técnicos e financeiros, quase nada fazendo para estimular e desenvolver as atividades rurais. Com uma participação mínima na despesa política da União, o Ministério da Agricultura é, na realidade, uma figura decorativa. (...) Porque este tratamento discriminado, quando sabemos dos graves problemas do Ministério da produção?</p> <p>Como consequência dessa política, os órgãos especializados daquele Ministério se encontram totalmente desaparelhados para dar assistência ao homem do campo. Tudo falta para o desenvolvimento e até mesmo sobrevivência da atividade rural. Não existem transportes, armazéns, sementes selecionadas, animais reprodutores, créditos etc. Não há nenhum estudo profundo e amplo sobre a estrutura agrária</p> |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>brasileira que apresente as modalidades regionais do aproveitamento da terra. Como se poderá exigir de lavrador desassistido um alto nível de produção? Diante dessa omissão Federal, como se falar de estruturas obsoletas e na necessidade de tomar as terras dos seus atuais possuidores?”</p>  |
| <p><b>Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap)</b><br/>Porta-voz: Nelson Calafate, presidente</p> | <p>O projeto Milton Campos, da reforma agrária, é totalmente inaceitável e a urgência para sua votação não se justifica — defesa feita junto as bancadas do Congresso por meio de telegramas a seus respectivos líderes.</p> <p>Projeto visto como radical e insensato porque permite especificamente a expropriação de propriedade produtivas, bastando para isso que tenham sido beneficiadas por algum investimento público ou sejam bem localizadas. Seria degolar os melhores estabelecimentos agrícolas do Brasil, pois bastaria estar à margem de uma estrada asfaltada ou próximo a um centro populacional para que, mesmo uma propriedade modelo, pudesse ser enquadrada em caso de expropriação por interesse social. O presidente da Conclap via isto como um atentado à propriedade privada.</p> <p>Argumento contra o projeto: Tem defeitos técnicos. Não prevê sanções para um dos maiores males do Brasil, a lavoura predatória, feita em encosta, sem terraceamentos nem curvas de nível, logo, causadora de erosão. A Conclap ficou de enviar um Memorial ao presidente João Goulart com pontos básicos para estruturar a reforma agrária.</p>   |
| <p><b>CRB</b><br/>Principal porta-voz: Iris Meinberg</p>  | <p>Além do acesso à terra, instituir a justiça rural especializada, organização dos trabalhadores rurais, pela sindicalização, em moldes adequados e regulamentação do trabalho no campo, atendidas as características das atividades agrícolas.</p> <p>Benefícios da Previdência social devem ser estendidos aos trabalhadores rurais, via legislação específica, considerando peculiaridades de cada categoria e atividades agrícolas.</p> <p>A extensão ao trabalhador rural da legislação trabalhista vigente para as demais categorias profissionais deve obedecer as adaptações impostas peculiares às atividades agrícolas.</p> <p>Os poderes públicos devem desenvolver campanha para estender ao meio rural a educação, que ainda era limitada a um número restrito de habitantes no campo.</p>  |
| <p><b>Ipes</b></p>  | <p>Distingue duas diretrizes para a reforma agrária: socialista ou democrática. Escolhe o caminho da propriedade familiar, estabelecendo a conexão das soluções agrárias com as reformas de base: saúde e educação.</p> <p>A reforma agrária devia ser fundamentada num Estatuto da Terra, que devia considerar os seguintes princípios básicos:</p> <p>“1) A finalidade da Reforma Agrária é a criação, no campo, de uma classe média estável e próspera, mediante o acesso à terra de número crescente de trabalhadores rurais, a imediata melhoria das relações de trabalho e o aumento da produtividade agrícola.</p> <p>2) A Reforma Agrária não consiste em simples distribuição, redistribuição ou subdivisão da propriedade. É um processo mais amplo em que a reestruturação desta deve ser acompanhada de outras medidas, visando à elevação da produtividade, ao aumento da renda e à consequência obtenção do mais digno padrão de vida das famílias e comunidades rurais.</p> <p>3) A Reforma Agrária, de âmbito nacional, deve ser iniciada pelas regiões onde o problema for mais agudo e premente.</p> <p>4) A Reforma Agrária abrangerá tanto o aproveitamento de terras devolutas quanto o reagrupamento de minifúndios e a eliminação progressiva de latifúndios improdutivos, a começar pelas áreas mais próximas dos centros de consumo.</p> <p>5) A desapropriação por interesse social far-se-á com inteiro respeito ao direito de propriedade. A fim de apressar a execução da Reforma Agrária, poderá o Governo criar instrumentos de mobilização de recursos, inclusive lançar títulos públicos que oferecem os necessários atrativos aos seus eventuais tomadores, dentre outras garantias contra a desvalorização da moeda.</p> <p>6) É indispensável que a Reforma Agrária possua suficiente flexibilidade, devendo ser executada à luz das características ecológicas, sociais, econômicas e do nível tecnológico das diversas regiões, no quadro geral de uma política de conservação dos recursos naturais.</p> |

|  |  |
|--|--|
|  | <p>7) A Reforma Agrária deve ser implantada garantindo-se toda proteção contra o arbítrio e a discriminação, assegurada a justiça rápida e barata por instrumentos legais adequados.</p> <p>8) A Reforma Agrária deve contribuir para harmonizar o desenvolvimento rural com o processo de industrialização, inclusive pelo incentivo ao artesanato e a formação de pequenas e médias indústrias com o aproveitamento de mão-de-obra e utilização de matérias-primas locais.</p> <p>9) A lei regulará as relações de trabalho, em particular o salário, a parceria e o arrendamento, de maneira a assegurar a justiça social, complementando as condições de proteção ao trabalhador que venham a ser estabelecidas pela sindicalização rural.</p> <p>10) A Reforma Agrária será realizada, sempre que possível, com o concurso da iniciativa particular e estimulará a formação de sistemas cooperativos de produção, mecanização, industrialização e comercialização nas áreas por ela beneficiadas.</p>   |
| <p><b>Sociedade Brasileira de Agricultura (SBA)</b><br/>Principal porta-voz:<br/>Benvindo Morais,<br/>engenheiro agrônomo,<br/>presidente da SBA, ex-<br/>diretor da Produção<br/>Animal, do Ministério<br/>da Agricultura</p> | <p>Objetivos que devem ser alcançados com a reforma agrária: a melhoria das condições de vida das populações rurais e desenvolvimento da produção agrícola — são mal definidos e se acena com concessão de terras aos agricultores não proprietários, como solução miraculosamente eficaz para todos os problemas da agricultura nacional. Sobram enormes áreas de terras devolutas cuja ocupação é urgentemente reclamada pela segurança nacional, mas aponta-se a derrocada do direito de propriedade como essencial e indispensável para execução de programa com aqueles objetivos.</p> <p>O governo federal dispõe de poderosíssimo órgão diretor de sua política agrária, com mais de três milhões de hectares, e não mostra capacidade de bem fazê-los utilizar. As zonas prósperas foram desbravadas pela livre iniciativa, sempre que vias de transporte se abriam ao povoamento. Os governos de São Paulo, Mato Grosso e Guanabara agem eficientemente para melhorar as condições de vida e produtividade dos rurícolas.</p> <p>Principal argumento: A distribuição de terras não resolve o problema da produção agrícola e de abastecimento.</p> <p>Não é substancial a alteração dos dispositivos constitucionais relativos ao direito de propriedade para dar ao país a Lei Agrária instituidora do regime rural que lhe seja adequado.</p>   |
| <p><b>Sociedade Mineira de Agricultura (SMA)</b><br/>Porta-voz: Geraldo Saturnino, presidente</p>  | <p>Principal argumento: ao invés de uma simples partilha de terras como pretende o governo federal, o que deve ser feito no Brasil é oferecer aos proprietários agrícolas orientação técnico-financeira e sanitária.</p> <p>Favorável a que se dê amparo ao homem do campo, desde que seja correspondente ao sacrifício que lhe é imposto por força de sua atividade.</p> <p>O governo não tem numerário necessário para atender à indenização em dinheiro, como prevista na redação do projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, propondo a emenda da Constituição e estabelecendo o pagamento das desapropriações através de títulos da dívida pública.</p> <p>Saturnino afirmou que do total preciso para se tornar uma propriedade rural produtiva, o valor do terreno representa apenas 20% e o país não poderia pagar esta percentagem, nem o governo teria como desembolsar os 80% que faltaria para explorar a terra.</p> <p>O anteprojeto do governo expressa a necessidade de acabar com o latifúndio improdutivo, mas os autores do anteprojeto esquecem que o Estado é o maior latifundiário. O Estado deve partilhar suas próprias terras.</p> <p>O governo não precisa se preocupar com divisões de terra, pois elas vêm sendo feitas e continuarão a ser, através de inventários dos grandes proprietários, geralmente donos de grandes famílias.</p> <p>O que é preciso: uma posição de intransigência quanto à reforma agrária constitucional, pois da mesma poderão advir problemas muitos sérios: “será uma porta aberta à comunização do Brasil”.</p> |
| <p><b>Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos (SMEA)</b></p>  | <p>Elaborou moção, aprovada em assembleia geral, e remeteu ao secretário de Agricultura de Minas Gerais com a posição dos engenheiros agrônomos da SMEA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Que não pode e não deve ser mantida a estrutura agrária do País, nos moldes atuais;</li> <li>2) que não é admissível prolongar-se a situação de generalizada penúria em que vive a população do campo;</li> </ol>   |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>3) que é necessário produzir maior volume de produtos exportáveis e de consumo interno, limitando-se as importações de gêneros alimentícios indispensáveis;</p> <p>4) que é necessário criar novas fontes de trabalho para absorver mão-de-obra, em quantidade sempre crescente;</p> <p>5) que é necessário disciplinar a ação dos intermediários, cessando o atual abuso que empobrece o produtor e onera o consumidor;</p> <p>6) que é necessário o policiamento do uso e da utilização dos recursos naturais renováveis, a fim de evitar-se a dilapidação do maior patrimônio de um povo;</p> <p>7) que é necessário racionalizar e moralizar a administração do País, não legando às gerações futuras os encargos dos desmandos da geração atual;</p> <p>8) que é necessário proporcionar oportunidade e meios de acesso à terra a todos aqueles que se disponham a usá-la convenientemente.</p> <p>Lembravam ao Executivo, Legislativo e Judiciário que não serão as soluções demagógicas, ou as inspiradas em teorias extremistas que renovariam a estrutura e a dinâmica da agricultura. Mas somente aquelas inspiradas na carta dos direitos do homem, na aplicação da técnica moderna e nos sadios princípios da iniciativa privada é que poderão encaminhar, corretamente, a solução para o problema rural brasileiro.</p> <p>Recomendação: uma formulação geral de todos os setores que atuem, direta ou indiretamente, sobre a atividade agrícola.</p> <p>Providências urgentes: 1) “uma reforma” — aspas da SMEA — da estrutura administrativa dos órgãos ligados à agricultura nos setores federal, municipal e privado, a fim de que passem a atuar de acordo com o planejamento global e racional; 2) estruturar e organizar o sistema educacional, a fim de que o preceito estipulado no capítulo II – artigos 167 e 168, da Constituição Federal vigore de fato, promovendo a alfabetização e a educação de todos e mais: que sejam estimuladas por todos os meios a criação e dinamização dos clubes agrícolas; que seja reestrutura e ampliada a rede de escolas agrícolas de níveis elementar e médio em todo território nacional; 3) taxar, regressiva ou progressivamente, as terras agrícolas segundo seu bom ou mau uso; 4) reforma legislativa, com objetivo de corrigir, se for o caso, eliminar os loteamentos atualmente existentes nas zonas rurais, disciplinando urbanisticamente os futuros, de acordo com as reais necessidades dos centros populacionais; modificar o Código Civil no capítulo referente à sucessão universal, no sentido de evitar os minifúndios de exploração antieconômica; 5) propiciar acesso à terra própria através do trabalho e colonização; crédito adequado; 6) que as terras devolutas racionalmente colonizadas e exploradas; 7) que se incentive, de fato, a prática do cooperativismo entre os produtores rurais; 8) que se planeje e promova a industrialização da produção vegetal e animal em moldes econômicos; 9) que se discipline no âmbito fiscal, econômico e técnico, através de leis adequadas, o uso da terra, promovendo-se os zoneamentos e o crédito educativo, além de assistência técnica, para que seja cultivada de acordo com suas possibilidades em consonância com o supremo interesse coletivo; 10) que seja proporcionando ao habitante da zona rural adequada assistência médico-hospitalar e social, promovendo-se a aplicação da lei que regula as relações entre empregados e empregadores; 11) seja promovida a reforma da estrutura bancária para que cumpra, realmente, sua função social no meio rural; 12) seja obrigatoriamente incluído o engenheiro agrônomo em todas as comissões e órgãos que cuidam do assunto; 13) seja promovida uma campanha de âmbito nacional no sentido de se implantar a mentalidade produtiva. (...)”.</p> <p>A moção é finalizada com a ênfase na concordância com a reformulação da estrutura agrária do país, mas julgam ser incompleto e falho o projeto de Reforma Agrária apresentado pelo Executivo ao Congresso Federal.</p> |
|--|---|

Elaborado pela autora a partir da *Gleba*, jan.-jun., 1963.

Como vemos nos quadros 4 e 5, isso é feito sem ser dito, apesar das demandas postas nos espaços dessa discussão revelarem a posição conjunta contra a possibilidade de repartição e distribuição de terras. O rechaço é mais explícito contra a proposta de reforma agrária do

projeto Milton Campos, visto pelo presidente da Conclap, Nelson Calafate, como uma arma política terrível nas mãos de qualquer governante, que teria poderes para expropriar toda e qualquer propriedade, mesmo produtivas (*Gleba*, jan.-jun., 1963). O mesmo repúdio do patronato rural também se consubstancia na lista de sugestões vindas do mosaico de pronunciamentos que promovem a vertente de reforma agrária dita “democrática”, ambivalente e contraditória em sua essência. Pois todos se dizem a favor de uma reforma agrária, mas que não deve implicar numa divisão mais igualitária quanto à posse e à propriedade da terra.

Entendo que nesse panorama de demandas e diretrizes há três pontos centrais e articulados entre si: modernização da agricultura, produtividade e educação rural. Esta última é fundamental porque é por meio dela que se moldam as ideias e os pensamentos que darão suporte aos dois primeiros. Além disso, os três pontos permitem inferir que há um diálogo com a ideologia do governo do Estado Novo quanto ao uso da educação como instrumento de adaptação do homem à uma nova realidade social, com uso de técnicas e tecnologias modernas, e redimir o homem do campo pela “educação” (GALVÃO, 2004). A partir do período varguista, o cinema foi uma das ferramentas usadas para mostrar que o homem do campo precisava ser “educado”. A produção fílmica do Instituto Nacional do Cinema Educativo – Ince (1936-1966) tinha entre seus objetivos levar a educação, a ciência e a técnica — expressões do moderno — aos locais remotos.

Como se poder ver, a ciência e a educação seguem sendo propagandeados, no governo de Juscelino Kubitschek, como a solução para os problemas do rurícola e o meio para “moldar” uma nova mentalidade nos setores ainda resistentes à adoção técnicas novas para aumentar sua produtividade. Nos anos 1950 predominou a ideia da extensão rural, implantada na gestão de Kubitschek, momento de estabelecimento de ideias do nacionalismo-desenvolvimentista, que reconhecia a necessidade do capital estrangeiro no processo de industrialização do país, mas submetido a controles e normas do Estado (MENDONÇA, 1986; OLIVEIRA, 2013).

Sonia Mendonça lembra que havia várias tendências nacionalistas. Entre elas três se sobressaiam: o nacional neoliberal, com defesa da presença do capital estrangeiro livre de instrumentos de controle do Estado brasileiro — projeto defendido pela União Democrática Nacional (UDN) e os setores que representava. A segunda vertente era a do nacionalismo radical, que rejeitava a participação do capital estrangeiro na industrialização brasileira e era colocada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), segmentos do Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB) e do grupo que era apoiador de Getúlio Vargas<sup>204</sup>. A terceira foi a vertente estabelecida no governo de Kubitschek (MENDONÇA, 1986).

O processo de consolidação do extensionismo foi desencadeado depois da II Guerra Mundial e, no caso brasileiro, foi o resultado de acordos bilaterais de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos. A cooperação trouxe recursos materiais e intelectuais por meio de trocas de tecnologia e formação de técnicos brasileiros, que fizeram intercâmbio e cursos de treinamento em instituições norte-americanas (OLIVEIRA, 2013). O extensionismo norte-americano tornou-se o paradigma para promoção do desenvolvimento rural e, segundo Pedro Cassiano de Oliveira (2013), o binômio extensão rural/crédito, a equação ideológica para solução da produtividade no campo. Uma das observações interessantes desse autor foi a de que o Ministério da Agricultura, ao qual a CRB estava ligado, incentivou o capitalismo no campo através da extensão rural (OLIVEIRA, 2013)<sup>205</sup>. O conceito de extensão rural importado estava ligado à racionalização da produtividade, pesquisa agropecuária e difusão do conhecimento. São estas ideias que ganharam as mentes e se enraizaram nos campos com o extensionismo rural promovido nos anos de Kubitschek através dos acordos bilaterais.

## **2.5. ETR, o estatuto inconveniente**

Mesmo com o clima de tensões políticas e crise social e econômica, os trabalhadores do campo foram contemplados com uma legislação social, o Estatuto do Trabalhador Rural. O ETR — também denominado Lei Ferrari — trouxe as bases para a organização sindical do campo no Brasil. A partir daí passou a ser obrigatória: a carteira profissional a todo trabalhador rural (homens e mulheres) maior de 14 anos; a sindicalização; a jornada de trabalho de oito horas e os direitos ao aviso prévio; a estabilidade, o repouso semanal e as férias remuneradas; a metade do salário de um adulto para os trabalhadores com menos de 16 anos; o aviso prévio e a indenização. Ainda previa medidas de proteção especial à mulher e aos jovens com menos de 18 anos<sup>206</sup> e o direito à sindicalização, nos moldes da legislação existente, com sindicatos de patrões e empregados, obrigando as associações rurais a se transformarem em sindicatos.

---

<sup>204</sup> Uma análise do papel dos partidos políticos para estabilidade do período Kubitschek é feita nos trabalhos de Maria do Carmo Campello de Souza (1976) e Maria Vitória Benevides (1979).

<sup>205</sup> Pedro Cassiano de Oliveira investigou, em sua dissertação de mestrado, a extensão rural e interesses patronais rurais. Ele analisa a trajetória da extensão rural no Brasil entre 1948 e 1974 e investiga o papel da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), um instrumento de política pública criado em 1956 para promover o extensionismo. A partir da relação da Abcar com as agremiações patronais, ele mostra como, na década de 1970, os objetivos da primeira foram direcionados para atender segmentos patronal agroindustrial.

<sup>206</sup> Uma das reações dos proprietários de terra foi demitir em massa e contratar “volantes”, trabalhadores temporários sem direito aos benefícios da lei. Com a instalação da ditadura, o ETR foi revogado em 1973. Fonte:

Reivindicações por melhores condições trabalho e conflitos no campo vinham sendo registrados com mais frequência desde o início da democratização, iniciada em 1945. E as mobilizações dos trabalhadores das grandes plantações — café (SP), cana (SP e PE) e cacau (sul da Bahia) — ganham notoriedade à medida que a sua organização aumenta. “Assim, as greves se tornaram, desde logo, as principais armas de luta” (MEDEIROS, 1989, p. 19). Na sequência destes eventos veio, em 1956, o projeto do ETR, apresentado pelo deputado Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador. Porém teve uma tramitação lenta e se transformou em lei apenas em 1963. Somente com Goulart na Presidência e o empenho do ministro do Trabalho, Almino Afonso, e dos movimentos sociais mais articulados e politizados, é que o projeto finalmente se efetivou. Então, foi possível superar a oposição interna do Congresso, principalmente do PSD, partido ligado aos grandes proprietários rurais, e da UDN (MEMORIAL DA DEMOCRACIA - memorialdademocracia.com.br).

Quanto à sindicalização, esta teria a mesma regra que a CLT. Considerava-se lícita a associação em sindicatos para estudo, defesa e condução dos interesses econômicos e profissionais de empregados e empregadores. Entretanto, havia o seguinte controle: a legalização do sindicato rural estava submetida a uma carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho como era praxe para os demais sindicatos. A lei definiu outro ponto relevante. Os pequenos proprietários, parceiros, meeiros e arrendatários — desde que sua propriedade não ultrapassasse o módulo rural<sup>207</sup> — não mais seriam considerados empregadores e, junto com os assalariados, fariam parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criada em 1963 e reconhecida por meio de decreto, como aconteceu com a CNA em janeiro de 1964. A regulação da organização dos empregadores estava colocada no Artigo 141 do ETR, que permitia, num curto período, a conversão das associações rurais patronais em sindicatos rurais de empregadores. Segundo Lamarão e Medeiros, foi nesse sentido que a CRB, até então organização civil que congregava os empregadores, teve de adaptar-se aos termos do ETR, transformando-se em entidade sindical de grau superior. O modelo seguido pela CNA foi o que já existia para a Confederação Nacional da Indústria e para a Confederação Nacional do Comércio (LAMARÃO; MEDEIROS, 2001). Eis a contingência que fez a Confederação inaugurar uma nova fase, a sindical, se reestruturando e se adequando ao que estava previsto

---

Memorial da Democracia – <http://memorialdademocracia.com.br/card/campones-ganha-protacao-de-estatuto>. Acesso em: 3 out. 2017.

<sup>207</sup> Unidade de medida agrária, indicada em hectares. Por meio dela é possível comparar o tamanho entre os imóveis rurais. Também serve para definir o enquadramento sindical rural, os limites da dimensão dos imóveis rurais, determinar a fração mínima de parcelamento – a menor área em que um imóvel rural pode ser desmembrada, definir os beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária etc.

no ETR. Este processo de sindicalização teve orientação da Comissão Nacional para Sindicalização Rural (Consir), criada em 1963 na esfera do governo federal, e da Supra.

O ETR teve forte oposição dos grandes proprietários de terra e de suas entidades de representação. Apesar das controvérsias, o documento foi a referência para a luta dos trabalhadores rurais garantirem seus direitos.

A Confederação Rural Brasileira imediatamente se pronunciou sobre o ETR e sugeriu ao governo a sua reformulação urgente, de forma que possibilitasse mais arrecadações e ampla assistência ao homem do campo. Seu porta-voz, Lingard Miller Paiva, no grupo de trabalho que estudava o enquadramento dos operários rurais no sistema previdenciário, remeteu ofício ao Ministério do Trabalho. O grupo colocou em dúvida a exequibilidade da lei. O que configurava uma forma de discutir e questionar o próprio direito à sindicalização. O amparo a tal questionamento vem pela questão previdenciária, conforme expressa Miller Paiva:

Na parte referente à arrecadação do Fundo de Assistência e Previdência Social e aplicação de seus benefícios, encontra-se apenas um único fundo de arrecadação e esse é de 1% (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e a ser recolhido pelo produtor quando da primeira operação. Ora, quem conhece o interior do País, sabe as dificuldades de seus meios de comunicação, da complexidade do sistema de comércio dos produtos agrícolas e do atraso do nosso homem rural, o que torna inviável a arrecadação na fonte e pequeníssimo o seu montante para alcançar os objetivos em vista” (*Gleba*, jan.-jun., 1963, p. 2).

A avaliação da CRB é que, naquela conjuntura, se o ETR não fosse bem orientado e reformulado, só traria aborrecimentos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi), ao governo e aos próprios segurados. Para o problema da aposentadoria, Miller Paiva lembrava que havia projeto no Congresso Nacional criando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários, paralelo em seus objetivos à nova lei.

Buzanello (1991), Ramos (2011) e Medeiros (1989) observam que o ETR modificou a forma de representação rural. Foram criados os sindicatos rurais como unidades básicas de representação dos interesses do patronato rural. As federações que faziam parte da CRB, que eram federações de associações rurais, passaram a se constituir como federações dos sindicatos rurais. A Farsul, por exemplo, a partir de 1965, com a obtenção da carta sindical, passou a ser chamada Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul — com manutenção da sigla Farsul. O mesmo ocorreu com a CRB que se reestruturou e passou a ter um novo estatuto jurídico e a ser denominada Confederação Nacional da Agricultura.

O processo de instituição do ETR continuou a mobilizar a CRB e seus porta-vozes. Adiante, já depois do golpe empresarial-militar, seus porta-vozes expuseram os pontos mais

relevantes na perspectiva patronal. São mencionados aspectos burocráticos sobre o funcionamento das associações sindicais rurais, contribuições, eleições e participação dos membros; benefícios aos trabalhadores rurais, como a extensão dos dispositivos da CLT: acesso à assistência maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e auxílio-funeral; os dissídios; o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, que se constituía em 1% do valor dos produtos agropecuários; a garantia de seguro aos trabalhadores rurais, colonos ou parceiros, pequenos proprietários e empregadores rurais, que exploram atividades agropastoris ou na indústria rural; contribuições ao Iapi <sup>208</sup>(*Gleba*, jan. 1964-dez.1965). Outro ponto crucial era a estabilidade do trabalhador rural<sup>209</sup>, pois o Estatuto do Trabalhador Rural estabeleceu que os trabalhadores com mais de dez anos de serviço efetivo no mesmo estabelecimento não poderiam ser despedidos senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior devidamente comprovadas, fazendo jus a indenização em alguns casos de demissão.

Entre as vantagens para os empregadores rurais, interessava ao patronato rural a prioridade em financiamento no Banco do Brasil ou qualquer outro estabelecimento de crédito em que o governo federal tivesse poder de direção; realização de obras de caráter social e educativo, preconizados pela referida lei; preferência para operações de crédito e financiamento de entressafra e de benfeitorias nos estabelecimentos oficiais de crédito da União; facilidades cambiais e creditícias para importação ou aquisição no mercado interno, respectivamente, de bens de produção, entendendo-se como tais tudo o que, direta ou indiretamente, pudesse concorrer para o incremento da produtividade, melhoria da qualidade ou preservação de safras (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p. 42).

No que diz respeito à Previdência do trabalhador rural, a posição da CNA era clara e aparecia em declaração à imprensa feita pelo engenheiro e diretor-secretário da entidade, Lindolfo Martins Ferreira<sup>210</sup>. Para que os trabalhadores tivessem acesso aos benefícios da

---

<sup>208</sup> Uma parte daqueles benefícios só tiveram regulamentação em 1971, com o Funrural.

<sup>209</sup> Em 1965, a estabilidade foi eliminada para todas as categorias profissionais. Depois dessa perda foi instituído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

<sup>210</sup> Foi secretário da SNA e da Diretoria da CRB/CNA. Fazia parte da entidade desde 1915. Está entre os 17 nomeados pelo presidente Castello Branco para o Conselho Consultivo de Planejamento – Consplan (*Jornal do Brasil*, 6/3/1965). Falava em nome da pecuária leiteira enquanto estava na Comissão de Pecuária Leiteira da CRB. Sua atuação ganhou mais visibilidade durante a crise na pecuária leiteira, quando a CRB demandava aumento ou ajustes no preço do produto e o embate com a Sunab era constante (*Diário de Notícias*, 2/8/1964). Apenas em setembro de 1964 os empresários do leite se mostraram dispostos a colaborar com a Sunab, quando Guilherme Borghoff assumiu o órgão (*Jornal do Brasil*, 17/9/1964). Em 1966, compôs a delegação ruralista em Missão Econômica ao Oriente Médio e Europa. Na delegação estavam também Iris Meinberg, o jornalista José Vieira, Armando Correia de Siqueira e o general Adir Maia — produtor de cacau no Espírito Santo e ex-diretor da Cibrazem. Este assumiu o Departamento de Estudos da CNA após o contato com autoridades do Líbano, Síria, Jordânia, Egito, Grécia, Itália, França, Inglaterra, Espanha e Portugal (*Diário de Notícias*, 3/7/1966). Como mostro

Previdência Social, sugeria ele, era necessário conceber uma nova fórmula de custeio desses serviços. Não lhe parecia viável o que estava estabelecido no ETR nem o que estava previsto nos estudos da Reformulação da Previdência Social. Esse recado através da mídia era voltado para o Ministério do Trabalho. Suas sugestões não terminavam nesses pontos e traziam a expressão de seu *desprezo social*. Ele justificava que o Iapi tinha grandes dificuldades para a arrecadação da taxa de 1% sobre a produção no contexto urbano e que a transplantação desse mecanismo para o campo, via ETR, apresentava-se temerária porque os contribuintes dessa taxa, os trabalhadores rurais, são em sua imensa maioria “de rudimentares conhecimentos, de pequena capacidade econômica” e estão espalhados no imenso território brasileiro. E mais: “não têm escrita organizada e nem sabem escrever” (*Gleba*, jan.-dez., 1964-1965, p. 35). Para ele, criar nestas condições um aparelho arrecadador é uma medida que precisa ser bem estudada para evitar o fracasso total.

Além de se colocar contra as proposições do ETR nesse item, a reformulação da Previdência Social também incomodava porque mantinha a cobrança anterior, que recaía sobre os empresários rurais e empregados e estava calculada sobre as folhas de pagamento — que não existiam, segundo Lindolfo Ferreira. Por outro lado, observava, seriam exigidas as taxas de várias outras entidades que têm suas porcentagens sobre folhas de pagamento de todas as empresas que, sob esta modalidade, contribuem para a Previdência Social, como o Iapi (5%), LBA (0,5), Senai (1%), SESC (2%), Supra (0,3%), salário-família (5%), BNA (1%), Fundo de Indenização (3%), selo de educação (2%). Ele disse que essas taxas representavam um peso de quase 20% sobre as folhas de pagamento. E se levado em conta que a mão de obra na agricultura representa 35% de custo, todos os produtos agrícolas teriam, com a lei, um encargo adicional de 7%. Sua sugestão para proteger os empresários rurais seria a substituição de tal sistema por um imposto único, que poderia ser um adicional sobre um dos tributos existentes e com arrecadação já organizada. O exemplo que usou foi o tributo sobre as vendas e consignações através do qual se obteria imediatamente a custo mínimo os recursos necessários ao custeio da Previdência Social Rural. A Confederação chegou a enviar ofício ao Ministério do Trabalho com essa orientação.

---

no Anexo I, foi presidente da Associação Fluminense de Criadores de Bovinos, diretor da Fazenda Bela Vista S/A., em Piraí (RJ), e vice-presidente da Cia. Importadora de Máquinas Comac – Rio de Janeiro e Vitória. Fazia parte da Diretoria da ADESG (2º tesoureiro, em 1970, e 1º secretário, em 1971); da Presidência da Faerj (vice-presidente, em 1971); do Clube Parque (vice-presidente, em 1971). Fontes: *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

Já a oposição em relação às ações do ministro do Trabalho e Previdência Social<sup>211</sup>, a CRB/CNA fez questão de registrar seu apoio, junto com a Contag, à portaria que estabelecia apenas um sindicato rural de empregadores e outro de empregados em cada município, e uma federação respectiva em cada estado. O argumento para a defesa de duas únicas entidades de representação para empregadores e empregados foi feita a partir da seguinte avaliação:

Baseadas na realidade agrária brasileira, bem diferente da urbana, as duas entidades apresentaram, como razões principais de seu parecer, a extrema dispersão das populações rurais em quase todo o País, a escassez de material humano capacitado para organizar e dirigir entidade sindical e a dificuldade, daí decorrente, da criação de organizações, quer da categoria econômica, quer da profissional. Assim, se há extrema dificuldade em encontrar líderes em condições para a formação de um só sindicato quanto mais para dois ou mais, que se enfraqueceriam fatalmente, sendo presas fáceis de grupos estranhos à classe, comunistas ou aproveitadores políticos (*Gleba*, jan.-dez. 1964-1965, p. 11).

O outro argumento dos porta-vozes da CNA era o da escassez de recursos financeiros que faria os vários sindicatos municipais lutarem para a sua manutenção e o desenvolvimento de suas atividades, exigindo não a dispersão desses recursos, mas a sua concentração.

É interessante também o fato de construírem um discurso em nome da própria CNA e da Contag. Afirma-se que ambas depositaram grandes esperanças na sindicalização rural “bem organizada, legítima e atuante, capaz de retirar o agricultor da sua inércia e omissão” (*Gleba*, jan.-dez., 1964 p. 11). Este discurso continua com a colocação de que a experiência da sindicalização é tida como da maior importância devido ao risco da subversão organizada no meio rural num país “inteiramente despreparado e cujos rescaldos não estão ainda apagados”. A CNA e Contag parecem afinadas nestes pontos e na argumentação. Diz a primeira que ambas achavam que a experiência não poderia falhar sob pena de uma frustração de consequências imprevisíveis, sendo mais fácil partir de um sindicato único em cada categoria, para um desdobramento natural, posteriormente, do que tentar diversificar de início. Tal pronunciamento, reproduzido na *Gleba*, havia sido assinado por Edgar Teixeira Leite, pela CNA, e por José Rotta, pela Contag.

## **2.6. Em nome de Deus, da família e da democracia**

A casa do fazendeiro Brás de Assis, em 15 de março de 1964, foi a sede de uma das principais reuniões responsáveis pela organização da Marcha da Família com Deus pela

---

<sup>211</sup> Até os anos 1960 denominava-se Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Neste ano mesmo ano foi transformado em Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Liberdade de 19 de março<sup>212</sup>. Segundo *O Globo* (16/3/1964) participaram do encontro representantes de entidades “democráticas e religiosas” de vários credos de São Paulo e, junto com seus maridos, centenas de senhoras que eram destaque em diversas esferas da sociedade paulistana. Estes grupos eram os responsáveis pela organização da marcha cujo objetivo era a destituição do presidente da República, João Goulart, e obstar que o comunismo, o principal inimigo externo da democracia, em sua percepção, tomasse o Brasil.

As deliberações dessa reunião foram articular o movimento em âmbito nacional, “em defesa do regime e da Constituição”, designar comissões para entendimentos com autoridades civis, militares e eclesiásticas, enviar convites para as esposas dos governadores participarem da marcha, manter assembleia permanente até as 16h em 19 de março, hora prevista da concentração conservadora na Praça da República, que depois rumaria para a Praça da Sé (*O Globo*, 16/3/1964). Naquele encontro já se sabia que estavam confirmadas as presenças das esposas dos governadores Ademar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Rio de Janeiro), Lomanto Júnior (Bahia) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul). O governo deste último foi um dos catalizadores das forças liberais e conservadoras — partidos da Ação Democrática Popular (ADEP)<sup>213</sup> e as organizações do patronato gaúcho como a Farsul, Fiergs e Federasul — na construção política e consolidação do golpe no seu estado (LAMERA, 2012).

Outros preparativos para o ato consistiram em comícios relâmpagos nos bairros, principalmente em portas de fábricas e em colégios, também realizados em municípios vizinhos à capital paulista<sup>214</sup>. Estas iniciativas foram coordenadas por estudantes e associados de 38

---

<sup>212</sup> Entre as personalidades presentes na casa de Brás de Assis estavam Leonor Mendes de Barros, esposa do governador de São Paulo, Ademar de Barros; Oscar Thompson Filho, fazendeiro, secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e, depois, ministro da Agricultura do governo Castello Branco; José Adolpho Silva Gordo, filho de um dos sócio e diretores do Banco Comércio e Indústria de São Paulo e secretário da Fazenda do Estado São Paulo; deputados Arnaldo Cerdeira, Carvalho Sobrinho, Hebert Levy (líder do Ipes) e Lauro Cruz, Nicolau Tuma, Conceição da Costa Neves, Atos Vieira, Cunha Bueno, Justino Hirata e Padre Calazans; vereadora Dulce Sales Cunha Braga, Padre Caio Alvim de Castro (de Diamantina), Fritz Pinheiro, rabino-mor da Congregação Israelita paulista; Guilherme de Almeida, poeta; as senhoras Abreu Sodré e Maria Pacheco Chaves; Ernesto Leme, advogado, ex-reitor da USP e ex-ministro de Relações Exteriores, João Batista Isnard, empresário da Casa Isnard & Cia, ex-presidente da Federação de Comércio de São Paulo, ligado às Congregações Marianas e membro da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (*O Globo*, 16/3/1964; A Cruz, 14/5/1961; MAIA, S.J., 1992). A marcha de 19 de março, data escolhida por ser o dia de São José, inaugurou um movimento de âmbito nacional que tomou corpo com uma sucessão de outros atos entre março e junho de 1964.

<sup>213</sup> Surgiu em 1962 para canalizar recursos para os candidatos contrários ao presidente João Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados em outubro daquele ano. Era subsidiária do Ibad, entidade fundada em 1959, criado para “defender a democracia” contra o comunismo. Ambos foram dissolvidos por ato do Poder Judiciário em dezembro de 1963, sob acusação de exercer atividade ilícita e contrária a segurança do Estado e da coletividade. Fonte: CPDOC/FGV.

<sup>214</sup> Foram à marcha 3.500 delegações do interior de São Paulo e de outros estados (Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás, Paraná, estado do Rio, Alagoas, Santa Catarina, Bahia e Guanabara). Nesses grupos estavam prefeitos, presidentes de câmaras de vereadores, representantes de entidades cívicas. O Governador Ademar de Barros determinou o encerramento do expediente nas repartições estaduais às 16h. O comércio e a

entidades que organizaram a manifestação. Nelas foi definida também a ritualística litúrgica e nacionalista prevista no roteiro da Marcha: cantar o hino nacional e o hino à bandeira, rezar o Pai Nosso, hastear a bandeira dos estados e ler mensagem de fé, defendendo o regime e as instituições. Este foi o rosário de sua ação coletiva político-religiosa, repetido nas demais marchas. Foi a reza tramada para expulsar inimigos como Goulart e o comunismo, a oração para tomar o poder.

Embora seja mais comum e frequente associar a Marcha aos católicos, entre os grupos de extrema direita e moderados que a organizaram havia protestantes de diversos segmentos, umbandistas e representantes do judaísmo. A Congregação Israelita Paulista, por exemplo, através do rabino-mor Fritz Pinkus, deliberou convidar a comunidade israelita para participar da manifestação (*O Globo*, 18/3/1964 e 19/3/1964). Os grupos religiosos, logo, não se restringiam aos movimentos católicos como nos mostram os jornais que difundiram amplamente as marchas e eram seus entusiastas. A mobilização foi uma resposta ao comício realizado no Rio Janeiro, em 13 de março, quando Goulart anunciou seu programa de reformas de base, e contou ainda com a adesão de líderes do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundado por Plínio Corrêa de Oliveira<sup>215</sup>, em 1960, e registrado como Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, uma sociedade civil anticomunista, constituída por católicos apostólicos romanos convictos e praticantes. A maior parte de seus membros não tinha fazendas, no entanto, eram contra a reforma agrária (ZANOTTO, 2010).

Também se destacaram como articuladores e organizadores da Marcha: o procurador e deputado federal (PSD-SP), Antônio Sílvio da Cunha Bueno<sup>216</sup>; o padre irlandês Patrick Peyton, fundador do Movimento da Cruzada do Rosário pela Família e ex-capelão estadunidense; a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde)<sup>217</sup>, patrocinadas pelo Ipes (ROLDÃO, *O Estado de São Paulo*, 19/3/2014). Cunha Bueno foi o encarregado de

---

indústria também enceram as atividades antes dos horários normais (*O Globo*, 21/3/1964). No total, o ato contabilizou 500 mil pessoas, segundo o *Jornal do Brasil* (20/3/1964),

<sup>215</sup> Teve contato com Congregações Marianas em 1928. No ano seguinte, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, coordenou congregados marianos e fundou a Ação Universitária Católica. Na década seguinte idealizou e organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Com o apoio da LEC foi eleito como o mais jovem e mais bem votado deputado do país, em 1934. Fonte: [www.tfp.org.br](http://www.tfp.org.br).

<sup>216</sup> Durante sua legislatura (1963-1967), presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre agitação subversiva no campo. Apesar do envolvimento com a Marcha e de ter sido reeleito em 1966, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), foi cassado e não concluiu o mandato.

<sup>217</sup> Sobre sua fundação no contexto do governo João Goulart consultar Cordeiro (2009). A autora discute a construção social da ditadura a partir da Camde. Ela expõe como a ditadura brasileira constituiu-se e organizou-se em função de referências enraizadas e foi seu produto. Sua permanência, afirma, “por tantos anos não se explicaria, exclusiva nem fundamentalmente, devido à repressão, à tortura, à censura, ao arbítrio etc., e sim por relações de identidade, afinidade, consenso e consentimento – de variados matizes e que se alteraram ao longo do tempo – de parcelas expressivas da sociedade com ideias, valores e propostas ao regime” (CORDEIRO, 2019, p. 15).

informar ao Congresso Nacional os preparativos para a marcha, apresentada como movimento cívico-religioso, na qual o “povo” mostraria sua posição a favor da legalidade e do respeito à Constituição. Depois do 13 de março houve várias reuniões em colégios de São Paulo para preparação da Marcha. Políticos de outras regiões foram à capital paulista. No dia 18, véspera da mobilização, participaram da reunião no Colégio Rio Branco os deputados Padre Vidigal (PSD – MG), Padre Nobre (PTB – MG), Abel Rafael (PRF – MG), Levi Tavares (PSD – SP) e Amaral Neto (UDN-GB).

O presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzili, recebeu uma comissão de mulheres — Margaret Beeby, Maria Mesquita da Mota e Silva, Grace Ulhôa Cintra, Ivette Carvalho e Ester Rodrigues, integrantes da delegação da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade e indicadas pelos líderes da Campanha em Defesa do Regime. O propósito delas era apresentar o roteiro de motivação da passeata de 19 de março. São expressos, mesmo sem explicitar nomes, a aversão à Supra na expressão “entidades subversivas” e o ódio ao inimigo comum, o comunismo. Além disso, é clara a reação ao comício do 13 de março:

Ameaçado e provocado em ato público, o povo do Brasil reage e vai à rua afirmar seu civismo. O povo não admite que entidades subversivas sejam patrocinadas pelos homens públicos que juraram defender a Constituição. O povo não aceita que comícios com lideranças comunistas sejam protegidos pelas Forças Armadas. O povo repudia a mensagem presidencial ao Congresso, que ameaça a Constituição e o Congresso Nacional. O povo se levanta em defesa de sua fé cristã, menosprezada pelo próprio presidente da República, com sua referência ao rosário que simboliza a fé católica. O povo se une em defesa da legalidade, da liberdade e da fé. O povo defenderá com a própria vida o progresso da democracia que conquistou e não permitirá o regresso da ditadura. O povo esmagará pela união cívica de todos os brasileiros a subversão que ameaça seu progresso. Ele vai realizar este progresso dentro da ordem e da lei, repudiando subserviências. Assim como doutrinas estrangeiras. Para edificar a democracia brasileira baseada no civismo e torná-la sempre mais autêntica, mais justa e mais próspera, o povo apoiará todas as medidas legais capazes de acelerar o processo de seu desenvolvimento social, econômico e cultural. Marchemos com Deus, pela liberdade (*O Globo*, 18/3/1964, p. 13).

Imediatamente após a passeata de São Paulo começaram os preparativos para a segunda Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro em 2 de abril. No dia 21 de março, houve uma Passeata da Liberdade, iniciada na Praça General Osório, em Ipanema, e encerrada na Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana. No trajeto foi feito um ritual de enterro do comunismo, com um caixão, cartazes de repúdio à bolchevização do Brasil e a repetição do *slogan*: “Comunismo, não, Brasil, sim!” A organização do ato foi da Ação Vigilante do Brasil, da Brigada Nacional Estudantil, da Falange Patriótica, do Grupo Ação Patriótica e da Vanguarda Democrata do Brasil (*O Globo* 21/3/1964). Já Marcha do dia 2 de abril foi preparada pela Camde, presidida por Amélia Bastos. “A Marcha será apartidária. É preciso sobrepor a

democracia, a Pátria, o regime, às paixões políticas, até que não haja mais perigo. Depois, arrumamos a casa” (*O Globo* 21/3/1964, p. 5), declarou. Sete dias depois o *Globo* publica um dos mais destacados anúncios com a convocação:

BRASILEIROS!  
DEMOCRATAS!  
PATRIOTAS!  
HOMENS E MULHERES!  
MOÇAS E RAPAZES!

Estão ameaçados pelos comunistas os nossos direitos mais simples. De amar a Deus, de ter família, de ter lar, de ter dignidade! Eles, os comunistas que exploram a humildade, que desejam manter os nossos irmãos em condições sub-humanas, a fim de satisfazer seus objetivos de transformar o Brasil num imenso cativo, prepararam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos, às liberdades e aos mais sagrados direitos do homem. Os comunistas já mostraram, em Cuba, na Hungria, na Tchecoslováquia, na Alemanha Oriental, na Romênia, como são capazes de transformar templos em arsenais, igrejas em quartéis.

Mas a imensa maioria do povo brasileiro, dos moradores das cidades e dos campos, do asfalto e das favelas, irmãos de todas as condições sociais, de todos os credos, é construída de gente que ama a paz e a liberdade, que respeita e ama a sua pátria. Essa maioria precisa fazer ouvir a sua voz. Precisa manifestar sua aversão às ditaduras, aos regimes que transformaram os seres humanos em máquinas, em irracionais.

Venham conosco. Marcharemos lado a lado, com Deus e com o espírito dos nossos heróis da liberdade!

COMPAREÇAM À MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE!

- Cruzada do Rosário em Família
- Campanha da Mulher pela Democracia (Camde)
- Liga de Defesa Nacional
- Círculos Operários Católicos
- Associação de Pais de Família
- Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
- Grupo de Desagravo ao Rosário
- Club do Otimismo
- União Cívica Feminina de São Paulo
- Associação das Antigas Alunas do Sacre-Coeur de Jesus
- Movimento de Reafirmação Democrática Brasileira (Rádio, televisão e cinema)
- Grupo de Ex-combatentes da F.E.B.
- Federação de Assistência dos Lázarus e Defesa Contra a Lepra
- Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro (com todas as suas associadas e obras – 1.572)

5ª feira, dia 2 de abril, às 16h, na Praça da Igreja da Candelária.

A “MARCHA DA FAMÍLIA” sairá desse local e, seguindo pelas avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, terminará em frente ao monumento Rio Branco (*O Globo* de 28/3/64, p. 2).

A Marcha do Rio, programada com antecedência em diversas reuniões, ocorreu estrategicamente após o 31 de março (Figura 12) para legitimar e comemorar o golpe empresarial-militar efetivado. Sua preparação no Rio de Janeiro foi tão intensa como em São Paulo e mobilizou vários segmentos da sociedade. Houve confecção de cartazes na Associação

Comercial com mais slogans: “Brasil verde e amarelo, sem foice nem martelo” (*Globo*, 30/3/1964). A vice-presidente da Camde, Eudoxia Ribeiro Dantas ressaltou a colaboração de alunos da PUC-Rio e da Escola de Engenharia, de estudantes e operários de Petrópolis. Houve difusão ampla em rádios locais e apoio de firmas, que financiaram ônibus para levar manifestantes dos municípios fluminenses para o Rio. Vieram 500 pessoas do Rio Grande do Sul e grupos de São Paulo, Minas Gerais, Volta Redonda, Campos, São Gonçalo, Magé, Niterói, Friburgo, Vale do Paraíba etc. Os proprietários de hotéis deram hospedagem gratuita aos manifestantes de outros estados, segundo Amélia Bastos. Senhoras da Camde ofereceram suas casas com o mesmo intuito junto com os templos da Assembleia de Deus, que aderiram ao movimento golpista. Moradores do bairro de Copacabana disponibilizaram mil carros para transportar manifestantes. Também colaboraram o Lions Club, do Leblon, a Congregação de Belém, o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria Vicentina, a Sociedade Cristo Redentor e a Associação de Educação Católica da Guanabara etc. (*O Globo*, 30/3/1964).

Figura 12 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro



Foto: *O Globo*, 3/4/1964

Na articulação da ruptura democrática e construção social do novo regime que se estabeleceu, entre os integrantes do Ipes estavam empresários rurais, fazendeiros e lideranças de órgãos de representação patronal, como a SRB, a CRB e suas principais federações: Farsul,

Faresp, a Federação das Associações Rurais de Pernambuco (Farepe), Federação das Associações Rurais de Minas Gerais (Farem) — seu presidente, Josaphat Macedo, é um dos líderes do Ipes de Belo Horizonte — e Federação das Associações Rurais do Paraná (Farp). Estes grupos aparecem na relação elaborada por Dreifuss (1981), que os considera parte da *elite orgânica* que articulou o golpe empresarial-militar.

Enquanto no Rio de Janeiro a CRB foi uma das organizações patronais que ajudou nos preparativos para o golpe civil-militar, em São Paulo foi a sua congênere, a Sociedade Rural Brasileira — que sempre dificultou o processo de reforma agrária (MENDONÇA, 2010). A mobilização patronal “tornou-se um dos principais movimentos rurais por trás da queda do presidente João Goulart” (ROSE, 2010, p. 261). Muitos dos seus membros se armaram e, em São Paulo, seus escritórios foram utilizados como sede organizacional da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A participação dos grandes produtores rurais, juntamente com empresários e entidades mobilizadas pelo Ipes e pelo Ibad para dar suporte financeiro e estrutural a suas iniciativas, foi fundamental para o planejamento e execução do golpe empresarial-militar. Entre os membros do Ipes estavam representantes de organizações empresariais, associações de classe e grupos de pressão, cada um integrava uma considerável rede de ligações econômicas como mapeou Dreifuss (1981) entre as lideranças e associados. Os dois órgãos foram concebidos com financiamento de empresários da burguesia comercial e de grupos estrangeiros (BANDEIRA, 1978, p. 65). O Ibad atuava sob direção da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos que o financiava. Dreifuss registra que a questão agrária teria que se tornar uma “bandeira” para estas instituições, ou seja, por mera formalidade, para que o complexo Ipes-Ibad conquistasse emocional e racionalmente os camponeses para os seus propósitos. Mas para a *elite orgânica* desse complexo seria problemática até a apresentação de uma proposta de reforma agrária limitada porque desagradaria os proprietários de terra. Antagonizá-los seria inviável para a elite orgânica desses institutos porque a força deles no Congresso Nacional era maciça.

O complexo Ipes-Ibad difundia nos eventos que promovia uma mensagem ideológica, que consistia em colocar que o papel do Estado na economia devia se reduzir a um “papel supletivo” em função do capital privado. Na defesa da propriedade privada, eram apresentados argumentos como os de que “a propriedade privada é baseada no direito natural do homem e é necessária ao seu desenvolvimento integral. A propriedade tem função social, tanto assim como os bens que produz” (DREIFUSS, 1981, p. 313). O argumento apresentado era de que o desenvolvimento da personalidade, a ampliação da capacidade individual e a segurança das

liberdades fundamentais requeriam a defesa da propriedade privada. A posição sobre a participação reduzida do Estado é compartilhada por empresários ligados à agricultura e às indústrias.

Há uma observação de Bruno (1997) sobre o golpe empresarial-militar e as reformas de base que ilumina um pouco mais a participação do patronato rural. A autora entende que o golpe não foi uma reação aos projetos de reforma agrária existentes no papel, nem nos programas e nos pronunciamentos oficiais e extraoficiais, que, “apesar do radicalismo verbal, eram tímidos e moderados em suas propostas de encaminhamento (não iam além de desapropriação, de medidas de ordem fiscal e da mudança na Constituição)” [BRUNO, 1997, p. 97]. Tampouco, frisa, foi uma reação ao programa fundiário do governo João Goulart, que não aquiescia explicitamente no sentido de por fim ao latifúndio nem se lançou “radicalmente” pelas reformas de base. Embora Goulart cedesse, às vezes, em relação à questão da divisão de terra, sua posição foi conservadora e de conciliação. Para Bruno isto significa a cristalização de uma visão “reformista populista”, isto é, a opção por estabelecer a empresa agrícola no campo e pelo pacto social com empresários e trabalhadores.

Entre os vários estudos e análises sobre o que representou o golpe de 1964 no Brasil, o de Dreifuss o coloca não como um golpe militar conspirativo, “mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica<sup>218</sup> centrada no complexo Ipes-Ibad” (DREIFUSS, 1981, p. 230). Essa campanha culminou com a ação militar que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter a organização política do bloco popular. O “golpe defensivo” (DREIFUSS, 1981) contra a ameaça “comunista” e a subversão no campo e nas cidades buscava evitar a efetivação das reformas de base, entre elas a agrária. Foi também o instrumento para abafar a atividade das massas subordinadas a qualquer possibilidade de fortalecimento de sua liderança política orgânica. Por outro lado, como observa Skidmore (2010), a saída de Goulart foi uma prova de que os processos constitucionais de praxe tinham fracassado no Brasil. Novamente, o Exército intervinha para “acabar” com a briga entre os políticos. O precedente mais óbvio, para ele, era 1954, embora 1964 tenha sido diferente.

O que se institui depois mostrou que, em nome de Deus, da família e da democracia, a participação do povo na vida política foi impossibilitada; a Constituição foi deixada de lado e as leis foram distorcidas a partir do próprio aparato judicial e estatal; e, em vez de “comunistas”, teve-se que se lidar com *inimigos íntimos da democracia* (TODOROV, 2012). Afinal, como

---

<sup>218</sup> Para Dreifuss sua ação deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder: premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos.

sublinha este autor, o primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único e abre assim a via para a desmedida.

### CAPÍTULO 3 – A CNA E GOVERNOS MILITARES

O objetivo deste capítulo é analisar as demandas da CNA que foram determinantes para o delineamento e a definição da política agrária e agrícola brasileira, sobretudo, as reivindicações recolocadas nos anos 1960. O pressuposto que guia este exame, no período dos primeiros governos militares, é de que a ação política da CNA foi crucial para a formulação dessas políticas setoriais que privilegiou interesses de uma minoria como se fossem de todos, isto é, a agricultura patronal. Esta é uma das características da política agrícola brasileira que segue o exemplo das políticas econômicas que fortaleceram o protagonismo e o poder de empresas e grupos empresariais nacionais e internacionais. Até os primeiros anos de 1980, a política de “modernização agrícola” desenvolvida foi baseada em crédito abundante e investimento em pesquisa e assistência técnica.

Na primeira seção do capítulo é discutida a colaboração e o diálogo estabelecido pela CNA, imediatamente após o golpe empresarial-militar, com o governo de Castello Branco. Nas seções seguintes, apresento alguns aspectos para auxiliar na compreensão da transição pela qual passou a Confederação Rural Brasileira, ao ser transformada em sindicato patronal rural, e ganhando o nome de Confederação Nacional de Agricultura. O que aconteceu justamente quando o país também passava por uma transição política do regime democrático para uma ditadura. São comentados alguns instrumentos políticos importantes nesse processo. Entre eles estão o Estatuto do Trabalhador Rural, que previa a criação de dois sindicatos de abrangência nacional, um para os trabalhadores rurais e outro para o patronato rural, o Estatuto da Terra e a política agrária e agrícola desenhada a partir de 1964. Os membros da CNA embora contassem com uma organização primária efetivada pelo capital esta não era suficiente para articular seus interesses na esfera estatal. Foi preciso criar associações e sindicatos, conforme discussão feita nos capítulos 1 e 2. Ambos os espaços deram forma a etapa secundária de organização (OFFE, WEINSENTHAL, 1984), potencializaram o fortalecimento de grupos de interesse e ampliaram os instrumentos de pressão e ação coletiva dos atores patronais rurais. Embora os trabalhadores, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural também pudessem se organizar por meio dos sindicatos, o número de instrumentos, a estrutura e o potencial de alcance do poder patronal rural é muito superior ao deles, tanto dentro do Estado como fora. A inserção da CNA e dos membros de suas principais instâncias, Diretoria Geral, Diretoria Técnica e Conselho Superior, no início do governo dos militares confirma este suposto.

### 3.1. Depois de 31 de março de 1964

Após a consumação do golpe empresarial-militar entre o último dia de março e o 1º de abril de 1964, a Confederação Rural Brasileira vivia seu momento de transição de associação civil para sindicato patronal rural. Isto foi possibilitado pelo Decreto 53.516, de 31/1/1964<sup>219</sup> publicado 59 dias antes do golpe pelo presidente João Goulart. No *Diário Oficial da União*, de 5 de fevereiro de 1964, foram publicados o Decreto 53.516 e o 53.517. Este último definiu a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a entidade sindical que representaria os trabalhadores rurais. Ana Cláudia Tavares, que investigou as disputas da CNA no campo da legislação para os setores agrário-fundiário, ambiental e trabalhista, a partir da Constituição brasileira de 1988, explica que o reconhecimento da Confederação Nacional da Agricultura pelo Estado difere de outras associações que cumprem funções de representação de interesses do patronato rural, casos da Sociedade Rural Brasileira e Sociedade Nacional de Agricultura. A CNA se diferencia destas duas porque passou a integrar a estrutura organizativa sindical brasileira, tinham acesso a recursos vindos de “tributos compulsórios cobrados de sua base social, independente de filiação sindical e no reconhecimento estatal de apenas um sindicato representativo de cada classe por base territorial, ao qual confere prerrogativas, como a representação oficial em negociações trabalhistas” (TAVARES, 2012, p.13). Também era convidada a falar por seus representados (filiação ou não) em espaços governamentais de formulação de políticas públicas. A SNA e SRB tinham uma atuação mais livre pelo fato de não terem a atribuição de prerrogativas, por meio de normas e políticas públicas que dão funções semipúblicas a uma determinada organização, caso da CNA. Esta é uma característica que pode limitar o raio de ação de uma organização pela dependência de políticas e recursos estatais (OFFE, 1989; TAVARES, 2012).

Tavares (2012) chama atenção para outro aspecto importante na história da legislação e das políticas públicas relacionadas à formação de associações sindicais no país, “a ação institucional de conferir status 'semipúblico' a determinadas organizações e limitar o âmbito de sua atuação, posta sob controle estatal, foi bastante evidente” (TAVARES, 2012, p. 13). O formato do sindicalismo patronal rural é corporativo e autoritário. Portanto, observa a autora, o corporativismo ou modelo corporativo — o conjunto de políticas implementadas a partir da década de 1930 — foi instituído para que o Estado autoritário pudesse absorver e controlar a

---

<sup>219</sup> Após sua publicação no *Diário Oficial da União*, em 5 de fevereiro de 1964, e em conformidade com o regime instituído pela Lei nº 4.214, de 2/3/1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, a CNA teve 90 dias para adaptar os seus estatutos sociais às disposições legais vigentes.

atividade sindical. Para isso houve a instituição de imposto obrigatório e a unicidade sindical, que impedia a formação de mais de uma entidade sindical sobre a mesma base territorial para representar uma categoria pré-definida pelo Estado. Isto implicava uma estrutura fictícia de divisão em categorias a partir da qual sindicatos deveriam ser criados (TAVARES, 2012).

O Decreto 53.517, de 5/2/1964, reconheceu a CRB, sob a denominação de Confederação Nacional de Agricultura, como entidade sindical de grau superior, coordenadora dos interesses econômicos da agricultura, da pecuária e similares, da produção extrativa, em todo o país. As associações sindicais de grau superior, definidas pelo ETR, eram as federações e confederações e seguiam o modelo daquelas criadas no governo de Getúlio Vargas para os setores industriais e do comércio. O ETR, no artigo 131, previa que a Confederação Nacional, seja de trabalhadores ou de empregados, se constituiria de, pelo menos, três federações. A transformação da CRB em entidade sindical lhe permitiu acesso a um orçamento anual maior e ao imposto sindical e ter o status de órgão consultivo dos poderes públicos<sup>220</sup> (*Correio da Manhã*, 19/3/1965). Os representantes da confederação de empregadores e os de empregados rurais passaram a integrar a Comissão do Imposto Sindical. Além disso, ampliou sua participação em comissões, conselhos, comitês e diversas instâncias do Estado, principalmente nos espaços ou grupos constituídos para elaborar políticas públicas voltadas para o setor agrícola. Este tipo de inserção foi um dos mais valorizados no decorrer de suas três fases da Confederação. Foi na primeira — de funcionamento híbrido com a SNA — que a estratégia de agir e cooperar nesses espaços teve uma atenção especial através da atuação junto ao Conselho Federal de Comércio Exterior e em espaços de debate sobre exportação, preços de produtos, taxa cambial etc., conforme as evidências que apresentei no Capítulo 1.

Outras implicações são referentes aos setores de atuação que, de acordo com o novo regimento da CNA, elaborado em colaboração com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e a Fundação Getúlio Vargas, estavam estruturados da seguinte forma: Gabinete do presidente e seis departamentos voltados para assuntos jurídicos, de relações públicas, administrativo, financeiro, estudos rurais e organização e assistência rural (BARBOSA, *Diário de Notícias*, RJ, 24/8/1966). Observando o patronato rural, através das lentes de Offe e Wiesenhal (1984) para refletir sobre as duas lógicas da ação coletiva, vê-se a enorme

---

<sup>220</sup> A expectativa de Edgard Teixeira Leite, vice-presidente da CNA que estava como presidente em exercício da entidade, em março de 1965, era que a Confederação poderia contar com 1 bilhão de cruzeiros ou mais (*Correio da Manhã*, 13/3/1965). Este valor que equivaleria a R\$ 26.366.640,54 (conversão feita usando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV, considerando março de 1965 para o valor em cruzeiros e outubro de 2019 para o valor em reais). Efetuei o cálculo com o conversor do sítio da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser ([www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)).

disparidade entre a organização do patronato rural e a dos trabalhadores rurais no Brasil. O primeiro já contava para isso com o espaço de sua empresa ou fazenda, a inserção em grupos de interesses comuns informalmente e, depois com as associações civis e sindicatos. Enquanto o patronato rural conta com estes três espaços para manter e perpetuar um acesso mais amplo aos espaços de poder, os trabalhadores rurais contam apenas com um deles. O primeiro espaço, da empresa ou fazenda, se configura a partir da terra e do capital. O segundo, o dos grupos de interesse, é constituído através da rede de relações de poder e do acúmulo de capitais social, econômico, cultura e simbólico (BOURDIEU, 1979,1980, 1997, 1994, 2008). O terceiro, das associações e sindicatos, da organização da representação e da ampliação destas instâncias. O fazer-se presente nestas três esferas ampliar o poder político e mantém a sua reprodução social, política e econômica.

A expectativa na própria CNA era de que, como entidade sindical, se tornasse mais dinâmica para defender os interesses da agricultura e cooperasse mais com o governo como órgão consultivo dos poderes públicos (*Correio da Manhã*, 19/3/1965). Cooperar mais significava ter mais influência sobre as políticas públicas para a agricultura. Em 1965 havia entendimentos e estudos com instâncias dos ministérios do Trabalho e da Agricultura, bem como a Aliança para o Progresso, principalmente com o objetivo de preparar a CRB para a atividade sindical, já investida nas funções de CNA (*Correio da Manhã*, 19/3/1965). Edgar Teixeira Leite, em artigo para a *Jurídica*, revista trimestral da Divisão Jurídica do Instituto do Açúcar e do Alcool, afirmou que o Estatuto do Trabalhador Rural deu “condições para se organizarem em Confederações, Federações e Sindicatos as duas grandes categorias profissionais — a Econômica (dos empresários agrícolas) e a Profissional (do trabalhador rural)” [TEIXEIRA LEITE, *Gleba*, mai.-ago. 1966, p. 56<sup>221</sup>]. Entretanto, ainda segundo Teixeira Leite, faltaram na lei medidas que possibilitassem a arrecadação do imposto sindical na área empresarial<sup>222</sup>. Pela legislação vigente, o imposto devia ser arrecadado tendo por base o capital registrado pela empresa. Diante disto, a CNA propôs ao governo (e conseguiu) que a cobrança fosse de acordo com o valor atribuído à propriedade, para a taxação do imposto territorial. Esta solução contou como o apoio do primeiro presidente militar, Humberto de Alencar Castello Branco, e do ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind. Enquanto para os trabalhadores rurais, a cobrança era feita com base nas normas estabelecidas pela CLT, isto é,

---

<sup>221</sup> O texto foi republicado nessa edição da *Gleba*.

<sup>222</sup> A permissão da cobrança do imposto sindical veio após a transformação em lei do Projeto 2.901, de 1965. Este foi a referência para a Lei nº 4.755, de 18/8/1965, que apresentou a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais.

arrecadação através do patrão, por desconto na folha de salário (TEIXEIRA LEITE, *Gleba*, mai.-ago. 1966).

A configuração da CRB mudou e seu quadro administrativo foi mantido. O novo status sindical e as diretrizes para sua reestruturação foram dadas por aquele documento. O processo de reestruturação da Confederação iniciou-se durante o governo de Castello Branco<sup>223</sup>. A partir de então começa o que caracterizo como a terceira fase da organização patronal nacional através da Confederação Nacional da Agricultura.

### 3.2. Diálogo com Castello Branco

Após o golpe, a CNA apresenta em sua revista um relatório, aprovado em assembleia geral, no qual advertia a sociedade, “com veemência patriótica”, sobre os perigos que a ameaçavam com a ação subversiva no campo. Goulart e autoridades do governo federal foram, novamente, acusados de tumultuar a vida rural e de inércia diante das ocupações de terras. Este discurso constituiu o arsenal de argumentos para justificar a ruptura democrática para a sociedade.

A SUPRA, no propósito malsão de quebrar a ordem democrática, tem ousado em demasia, tornando intoleráveis suas campanhas demagógicas, e os verdadeiros democratas não podem mais admitir os excessos praticados contra o direito de propriedade. Mais do que isso, tem ido a extremos para tentar justificar e estimular invasões de terra, aliciando agitadores e trazendo aos campos um clima de insegurança e de retaliações que somente desserviços prestam à economia do país e à paz social. Nunca em nossa História se assistiu a espetáculo tão deprimente de primarismo partidário e insensibilidade às legítimas tradições liberais de nosso passado político (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p.29).

A CNA publicou um documento com uma proposta da delegação de ruralistas fluminenses para o projeto de decreto da Supra, que autorizava a desapropriação de terras em diferentes áreas. A entidade se opunha às propostas do documento e, rapidamente, reagiu, se organizou mobilizando setores do patronato rural e divulgou sua posição publicamente. O texto da delegação fluminense, reproduzido a seguir, foi apresentado em 27 de fevereiro de 1964 em assembleia, em sua sede. Isto ocorreu antes do presidente João Goulart anunciar a sua aprovação no Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março daquele ano, no Rio

---

<sup>223</sup> Em assembleia geral da CNA, em 5/5/1964, na Casa da Agricultura, Meinberg apresentou o anteprojeto de novos estatutos. A delegação da Faresp levantou uma preliminar contra a modificação dos estatutos da CRB. O grupo paulista defendia que se continuasse com a dualidade da representação de órgão associativo junto ao Ministério da Agricultura e de órgão sindical junto ao Ministério do Trabalho. Entretanto, Emanuel Bianchi, presidente da Faresp, ofereceu ajuda à CNA, ciente das suas dificuldades financeiras.

de Janeiro. O decreto em questão era o de nº 53.700, de 13/3/1964, que declarou de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais à margem dos eixos rodoviários federais e os leitos das ferrovias nacionais. Além das terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem que naquele momento estavam inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade. Este documento era um instrumento da política agrária do governo João Goulart. Com sua promulgação, a Supra estava autorizada a promover, gradativamente a execução de seus planos e projetos, as desapropriações das áreas situadas nas faixas caracterizadas pelo documento com o fim de realizar a justa distribuição da propriedade (Art. 3º, Decreto nº 53.700, 13/3/1964).

A Federação das Associações Rurais do Estado do Rio (Farej)<sup>224</sup>, valendo-se da oportunidade de se encontrarem reunidas em Assembleia Geral as entidades co-irmãs representativas do ruralismo nacional, e considerando,

- a) que as classes rurais do País através de inúmeras manifestações de seus órgãos legalmente reconhecidos, sempre se manifestam favoravelmente à execução de uma reforma agrária cristã e democrática ajustada ao disposto no art. 147 da Constituição Federal, que condiciona o uso de propriedade ao bem-estar social e estabelece, ainda, a sua justa distribuição com igual oportunidade para todos;
- b) que os verdadeiros ruralistas brasileiros jamais se opuseram à desapropriação das áreas que não estejam sendo social e adequadamente aproveitadas pelos seus proprietários, independentemente de se encontrarem localizadas próximas ou afastadas de rodovia, ferrovia ou açudes públicos;
- c) que, entretanto, o anunciado Decreto que delega à SUPRA autorização para proceder a desapropriações nas zonas rurais, pela forma como se apresenta redigido, tumultuará social e economicamente os meios rurais, sem atender devidamente aos próprios objetivos declarados pelo governo;
- d) que se impõe, por isso mesmo, que a classe se manifeste publicamente, alertando em tempo os responsáveis pela direção do País e apresentando sugestões capazes de evitar maiores males, não obstante desaprove a maneira que atenta apenas para o aspecto fundiário de tão complexo problema;
- e) que, notadamente o art. 1º do mencionado Decreto, estabelece a declaração indiscriminada de utilidade social envolvendo propriedades excluídas da desapropriação posterior por força de sua pequena área ou por se encontrarem social e economicamente aproveitadas (art. 2º do mesmo Decreto);
- f) que tal exclusão se eternizaria, pelo vulto dos processos a serem examinados e deferidos, envolvendo todo o País sem a existência de órgão capacitado para exercitar tal função, com graves e imprevisíveis consequências econômicas e sociais, de vez que, até que viessem a ser expressamente liberadas, essas propriedades estariam legalmente impedidas de serem alienadas ou transacionadas, inclusive para obtenção de créditos hipotecários;
- g) que a consequência lógica e inevitável dessa situação seria a evidente desorganização de toda a agricultura nacional, com a criação de um processamento burocrático capaz de gerar a fraude e o favorecimento pessoal na sua execução;
- h) que, além dos malefícios acima arrolados, a declaração de utilidade social de extensas áreas, sem a discriminação das propriedades atingidas, estimulará os agitadores já infiltrados nas zonas rurais e que passariam, então amparados por capciosa interpretação do texto legal, a invadir, também indiscriminadamente, toda e qualquer propriedade que ladeia eixos rodoferroviários ou açudes públicos” (*Gleba*, jan.1964-dez.1965, p. 45-46).

<sup>224</sup> Anos depois passou a se denominar Faerj.

A sugestão, ao fim, foi para que a Diretoria da CNA, depois de efetuar os estudos necessários, enviasse um memorial ao governo e apresentasse as seguintes modificações para o decreto:

I – Redija-se assim o art. 1º:

Art. 1º – A SUPRA procederá ao imediato levantamento, nos termos do presente Decreto, dos imóveis rurais, localizados em qualquer ponto do País, a serem declarados de interesse social para efeito de desapropriação, tendo em vista os fins previstos no art. 147 da Constituição Federal e na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.

II – Suprima-se o parágrafo único do mesmo art., permitindo-se a desapropriação, em qualquer ponto do País, dos imóveis rurais não aproveitados.

III – Suprima-se, pelas mesmas razões, a expressão “das áreas situadas nas faixas caracterizadas neste Decreto”, no atual art. 3º (*Gleba*, 1964-1965, p. 46).

Iris Meinberg tinha clareza quanto ao papel da CNA e da “classe rural” no processo de destituição de João Goulart e em oposição a organização dos trabalhadores rurais. Em sua argumentação contra o comunismo e em defesa da democracia, da libertação e do desenvolvimento nacional, aparece claramente a resistência à reforma agrária como reforma de base, à luta por direitos trabalhistas, às ocupações de terra, e ressalvas ao ETR e à criação de sindicatos que animaram diversos segmentos da sociedade brasileira. Uma síntese dessa posição foi remetida à imprensa depois de reunião em sua sede, realizada em 4 de abril de 1964 e reproduzida na *Gleba*<sup>225</sup>:

A Classe Rural — mercê de Deus — pode invocar devotamente a fidelidade dos agricultores à causa democrática, porque, arrostando todas as pressões, souberam eles resistir às manobras e insídias da demagogia, empenhada em levar aos campos a desordem social e o caos econômico. Em meio às mais cavilosas campanhas, enfrentando a mais virulenta ofensiva, contra os padrões da vida rural, sentindo o guante da cumplicidade do Executivo, com os aventureiros da Reforma Agrária, acobertados sob a bandeira espúria da SUPRA, os Lavradores e Criadores do Brasil reagiram, às vezes sozinhos, mas sempre a tempo e a hora, contra todas as calúnias com que intentaram aviltar a contribuição dos que se devotam, nas fazendas e nos sítios, ao duro trabalho agropastoril, a serviço do desenvolvimento nacional (...).

Coube aos fazendeiros — principalmente nas regiões em que a política intimidadora das invasões de terras mais se desmandou — erguer a primeira barricada contra os extremistas criminosamente empenhados em anestesiarem o patriotismo nacional (...).

A libertação, porém, é o prêmio de uma luta constante e a Confederação Rural Brasileira julga de seu dever convocar todos os Agricultores para persistirem espiritualmente mobilizados em defesa da democracia. (...) Em complementação ao Estatuto do Trabalhador Rural, a Classe prosseguirá em suas campanhas pelo racional

<sup>225</sup> No encontro se detiveram sobre aspectos relevantes do processo de “redemocratização” do Brasil e a política agrícola nacional. Estavam presentes Meinberg, Edgard Teixeira Leite, Marechal Castro Lima, Jerônimo Coimbra Bueno, Francelino Bastos França, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Oliveira Santos e Durval Garcia Menezes, além de Vanderbilt Duarte Barros, diretor do Ministério da Agricultura.

acesso à terra, com eficaz assistência técnica e social, e pelas retificações necessárias à vigência de sadia política de uso e posse da terra em nosso País. Essa é a Reforma Agrária que sempre pleiteamos, e nada nos deterá na luta pelo aperfeiçoamento da agricultura e o levantamento técnico e social dos rurícolas brasileiros.

Em face das graves responsabilidades da hora presente, sente-se a Confederação Rural Brasileira, órgão representativo da Classe, também no dever de tornar público seu decidido apoio à escolha de um Presidente apartidário para reger os destinos da Pátria e completar a redemocratização nacional, porque se torna indispensável a extirpação do comunismo, o respeito à hierarquia, à autoridade e à segurança nacional, bem como a defesa intransigente dos superiores interesses do País, acima dos interesses político-partidários (trecho da nota oficial da CNA, A CLASSE RURAL E A REVOLUÇÃO, *Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p.3).

A nota passou a integrar os inúmeros pronunciamentos destinados ao governo que a Confederação fazia desde 1951 por meio de deliberação e resoluções de suas assembleias internas, conferências e concentrações rurais bem como no conjunto de memoriais ao Executivo<sup>226</sup>. O tom do discurso era conciliador e buscava o diálogo com Castello Branco. Sobre a agricultura, observava que a mesma foi desarticulada pela ação subversiva que ameaçava o país e se instalara nos meios rurais, com a finalidade de desorganizar a produção e o abastecimento — esses argumentos reapareceram depois nas demandas pelo aumento da produtividade e pela melhoria das condições de abastecimento. Além disso, reforçou o discurso antigo de que a agricultura se encontrava espoliada, mal assistida, sacrificada pelas condições climáticas e profundamente atingida pelos agentes subversivos da Supra, que só havia servido à agitação e não apresentou condições para realizar o que se esperava para a agricultura (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965).

Ainda na nota, Meinberg declarou que a “classe rural” tinha confiança que Castello entregaria a tarefa de cuidar da agricultura a homens “realmente democratas”, identificados com o regime. Era esperado que o governo acolhesse a sugestão de nomes indicados pela CNA para participar de instâncias do Estado. A esta expectativa somava-se a de que fossem assegurados preços compensadores aos produtos agropecuários — novamente a questão dos preços — e que o governo tornasse efetivo um plano de ação social no campo, uma demanda antiga e uma das tônicas da orientação dos tempos da CRB.

Meinberg esperava que o governo desse ao Ministério da Agricultura, visto como o mais importante no setor da produção, o máximo apoio e que as soluções para os problemas agropecuários fossem encaminhadas com anuência e a colaboração das entidades de classes.

---

<sup>226</sup> A CNA felicitou os jornais, emissoras de TV e rádios alinhados com sua posição sobre a reforma agrária. Era comum jornalistas serem convidados à sede da entidade. Por meio dos veículos de comunicação, a entidade divulgava comunicados, notas, cartas, ofícios e outros materiais com suas posições ou ações. Meinberg via na grande imprensa uma aliada, que encorajou a classe rural desde a ruptura com Goulart. Ele enfatizou que não precisou ter despesa publicitária junto à mídia para obter divulgação das posições da CNA (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965).

Era a contrapartida do novo governo, pois para Meinberg, o setor agrícola, mais do que qualquer outro setor da “vida nacional”, tinha a missão de repelir a ofensiva dos que se empenhavam em tumultuar o trabalho rural como etapa preliminar para a eclosão subversiva. Contudo, reclamava do insucesso que as proposições referentes ao sindicalismo e aos serviços sociais, como instrumentos de reforma agrária, repetidamente enviadas ao governo pela Confederação tiveram. Apesar disto, disse, havia disposição da entidade de exercer em plenitude as funções de órgão consultivo do poder público e a “classe rural” nunca se ausentou do esforço para o aperfeiçoamento agrícola. Ele observou que os empresários rurais estavam onde sempre estiveram, a serviço do País, prontos a colaborar em todos os movimentos sociais que consideravam característicos de uma nova era que se descortinava para o mundo, ou seja, a instalação de uma ditadura militar no Brasil e o abortamento de qualquer possibilidade de realização de reformas de base. Sobre o desejo por mudanças expresso em diferentes segmentos sociais naquele contexto, asseverou:

... esse anseio de reformas não deve e não precisa custar os direitos básicos dos cidadãos, que objetivam na iniciativa privada e na liberdade de escolher apenas caminhos da lei e da ordem constitucional. Do mesmo passo não abrirão mão do direito de ouvirem e serem ouvidos sobre todas as questões ligadas à política agrária e às soluções dos problemas agropecuários em seus múltiplos aspectos. Com redobrados esforços lutarão para que seus problemas e seus interesses legítimos não tenham tratamento discriminatório em benefício de outros setores das atividades econômicas do País (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p. 52).

O problema da Supra foi o primeiro a ser resolvido após o golpe. Na transição, uma das primeiras iniciativas de Ranieri Mazzilli foi tornar sem efeito o decreto de reforma agrária da Supra. A CNA aplaudiu a ação de Mazilli e do Legislativo quanto ao decreto. Sua supressão foi vista como “oportuna, justa e respeitosa” (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965). O Legislativo vinha estudando o tema e a Câmara dos Deputados havia aprovado o projeto Aniz Badra, Projeto de lei nº 809, de 6/8/1963, que dispunha sobre a regularização da propriedade da terra, seu uso e domínio<sup>227</sup>. Entre as diretrizes do documento estavam previstas: promover a distribuição e redistribuição da terra através de normas baseadas em programas regionalmente estudados, com

---

<sup>227</sup> O paulista Aniz Brada foi procurador estadual, empresário rural, advogado e professor. Foi deputado federal pela primeira vez em 1935 (sem partido), depois em 1959 e 1963 (pelo Partido Democrata Cristão - PDC) e em 1967 (pela Aliança Renovadora Nacional – Arena). Atuou como presidente da Associação Paulista de Municípios (1953-1963) e fez parte do Lions Club de Marília (SP) e do Marília Tênis Club (SP). Em 1947, foi vereador em Marília. Apoiou o monopólio estatal do petróleo, minérios atômicos, telecomunicações e eletricidade. Em 1970, no Congresso Nacional, submeteu o texto do Decreto-lei nº 1.134, de 16/11/1970, que altera a sistemática dos incentivos fiscais dados a empreendimentos florestais. Fontes: Câmara dos Deputados, Portal do Governo Brasileiro e CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. Defendia uma reforma agrária através da aplicação progressiva do imposto territorial sobre os latifúndios.

base nos costumes, nas condições de exploração econômicas, no tipo de produção de cada região, na adequada utilização das terras, na improdutividade dos latifúndios e no excessivo parcelamento dos minifúndios antieconômicos; fixar os tipos de propriedade que correspondessem às necessidades de produção de cada região e a capacidade de trabalho do agricultor e de sua família; estimular o aumento da produtividade; assegurar no meio rural o bem-estar social por meio de programas de educação, de saúde, de habitação, de alimentação, de assistência técnica e de crédito; incentivar a formação de uma classe média rural, de pequenos e médios proprietários, desenvolvendo a atividade produtiva; implantar planos de industrialização rural, especialmente de pequenas indústrias e de estímulo ao artesanato. O artigo 3º do projeto colocava que o direito de propriedade e a utilização dos bens rurais são condicionados ao bem-estar social. Já a desapropriação por interesse social prevista devia se dar em: terras incultas ou exploradas em desproporção com as dimensões ou possibilidade do imóvel, terras em que não se obedecesse ao plano de zoneamento agrícola e as que constituíssem minifúndios antieconômicos.

O projeto do deputado Aniz Badra era considerado pelos porta-vozes da CNA a primeira etapa para uma “autêntica” reforma agrária. Para a Supra, a organização sugeria uma total reformulação e a expulsão dos funcionários comunistas. Sua reestruturação devia se dar dentro de um esquema geral de reforma administrativa agrícola do país, principalmente, no Ministério da Agricultura. A CNA avaliou que a última modificação no Ministério, em vez de melhorá-lo, trouxe maiores dificuldades de ação, a redução de serviços básicos e a não ampliação de outros que acreditava serem essenciais.

O acesso aos documentos da CNA foi primordial para acompanhar e saber quais temas eram essenciais no pré-1964 e após o golpe, e quais as pautas são colocadas para os governos militares. Tornou-se recorrente nas reuniões retomar a questão da organização sindical, como visto nas reclamações dos presidentes das federações patronais. Para os porta-vozes da CNA era preciso expurgar e fazer uma revisão completa do trabalho “demagógico” realizado pela Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir), acusada pela entidade de criar falsos sindicatos e impedir o reconhecimento dos que não eram orientados por “pelegos janguistas” — termo também usado para se referir aos sindicatos patronais ou a alguns de seus membros. O Consir, fruto de um convênio entre o Ministério do Trabalho e a Supra, fora criado durante a gestão de João Pinheiro Neto, na presidência da Supra, e evidenciou a sua política de forte estímulo à reforma agrária e à sindicalização rural (DEZEMONE, 2008). Com Pinheiro Neto à frente da Supra houve algumas expropriações de terra e participação na organização dos

trabalhadores rurais por meio do Consir<sup>228</sup>. A posição da CNA passou a ser divulgada por meio de notas à imprensa. Ironicamente, no fim destes textos, era assinalado que a CNA apoiava as conquistas do trabalhador rural e que as defenderia sempre. No novo cenário com Castello, a CNA se dizia disposta a colaborar com as autoridades governamentais no que fosse preciso e, em troca, esperava ser ouvida nos estudos e decisões sobre o que considerava problemas do patronato rural.

Pouco mais de um mês depois que Castello Branco assumiu a Presidência em 15 de abril de 1964, a CNA fez uma reunião após o retorno de Meinberg, que estava licenciado. A pauta deteve-se sobre a participação de diretores da Confederação no Grupo de Trabalho que elaborou o Projeto do Estatuto da Terra. Teixeira Leite não estava satisfeito e reclamou do fato de algumas sugestões consideradas essenciais não terem sido aceitas pelos técnicos do Ministério do Planejamento. A discordância da CNA estava relacionada ao pagamento de títulos nas desapropriações por interesse social, à forma de avaliação das terras e ao critério usado para o imposto territorial progressivo. “Isso motivou a um intenso trabalho de esclarecimento não só dos ruralistas dos estados, mas também ao Executivo e Legislativo, mostrando que o projeto apresentado pelo Ministério do Planejamento<sup>229</sup> não atendia aos interesses do País e naqueles pontos focalizados pela CNA” (REASSUME O PRESIDENTE MEINGERG – RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE EDGARD TEIXEIRA LEITE, *Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p. 9). A justificativa para a discordância era que o projeto em alguns aspectos sacrificava o patronato rural e o obrigava a fazer assistência rural numa inversão da ordem natural. Para o ex-senador Jerônimo Coimbra Bueno (UDN-GO), diretor técnico e do Conselho Superior da CNA, se o projeto do Estatuto da Terra fosse aprovado, haveria o caos no campo<sup>230</sup>. Para ele, era imposto sacrifício ao empresário rural e à indústria num horizonte ilimitado, oferecendo à agricultura uma legislação mais ou menos parecida com a que faz a União Soviética importar trigo e milho dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, avaliou Coimbra Bueno (REASSUME O

---

<sup>228</sup> O convênio do qual resultou ocorreu em fins do primeiro semestre de 1963, para um prazo de três anos, do qual participaram oito membros (quatro indicados pela Supra e quatro pelo Ministério do Trabalho). Sua função estava relacionada a estruturação do sindicalismo rural, chegando a elaborar um plano de fundação de 1.700 sindicatos no período de um ano (CARTA-RELATÓRIO SOBRE SINDICALISMO RURAL, jul. 1964).

<sup>229</sup> O Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, comandado por Roberto de Oliveira Campos, apresentou o Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. Tive acesso à sua 2ª edição, publicada em maio de 1965.

<sup>230</sup> Em 1963 fez pronunciamentos sobre a importância da industrialização da atividade agropecuária e defesa do papel fundamental do grande e médio empresário rural e do aprimoramento de dispositivos que regulam o financiamento ao pequeno, médio e grande fazendeiro para estimular a produção. Fonte: Senado Federal – [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br). Jerônimo Bueno, junto com seu irmão Abelardo Coimbra Bueno, eram proprietários das fazendas São José da Boa Morte, Fazendinha e do Carmo, em Cachoeiras de Macacu (RJ). Houve duas desapropriações em suas terras no governo de João Goulart. Para ver mais sobre sua trajetória consultar Anexo III.

PRESIDENTE MEINGERG – RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE EDGARD TEIXEIRA LEITE, *Gleba*, jan. 1964-dez.1965). A sua expectativa era que Castello Branco ouvisse o patronato rural, através da CNA, e estabelecesse um Estatuto da Terra que atendesse aos “interesses do País”. Estas são as primeiras pautas da CNA colocadas diretamente para o governo Castello Branco que se somavam ao pedido de cargos para pessoas que a Confederação julgava de confiança para estarem nas agências do Estado. Alguns líderes ligados à CNA foram contemplados (Quadro 6)<sup>231</sup>. O mapeamento abaixo foi possível após a elaboração dos quadros com informações sobre formação, trajetória profissional e relações de poder reproduzidos na íntegra nos Anexos de I a VIII, com quadros que apresentam os membros da diretorias Geral e Técnica e do Conselho Superior. Como a CNA apresentou, desde o início do governo de Castello Branco, nomes para ocupar cargos no governo, houve acolhimento de parte das sugestões, principalmente, durante governo do general Emílio Garrastazu Médici (14 nomeações) e Castello Branco (nove nomeações). Durante as gestões dos presidentes Costa e Silva, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo houve três, seis e três indicações, respectivamente.

**Quadro 6 - Ocupação de cargos nos governos militares por lideranças ligadas à CNA**

| Nome   | Cargo e órgão   | Governo  |
|--|---|--|
| <b>Adyr Maia (CNA)</b>                                   | Diretor da Cia Brasileira de Armazenagem – Cibrazem (1964).   | Castello Branco  |
| <b>Alysson Paulinelli (CNA)</b>                          | Ministro da Agricultura (1974-1979).  | Ernesto Geisel   |
| <b>Antonio Delfim Netto (ligado à Faesp)</b>             | Ministro da Fazenda (1967-1974), Embaixador na França (1975-1978), Agricultura (1979).  | Artur da Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo |
| <b>Cláudio Cecil Polland (CNA, colaborador da Gleba)</b> | Suplente do economista José Gonçalves Carneiro no Conselho Deliberativo do IAA.   | Garrastazu Médici  |
| <b>Eliézer Moreira (CNA)</b>                             | Conselho Deliberativo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS (1965). Comissão de Regulamentação do novo Código Florestal, aprovado pela Lei nº 4.771, de 15/9/1965. | Castello Branco  |
| <b>Eudes de Souza Leão Pinto (CNA)</b>                   | Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda), do Ministério de Agricultura. O Inda estava encarregado de elaborar as políticas públicas agrícolas.           | Castello Branco  |
| <b>Edgard Teixeira Leite (CNA)</b>                       | Vice-presidente e membro do Conselho Técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária -   | Castello Branco  |

<sup>231</sup> Membros da Confederação também ocuparam cargos em empresas privadas como Ilo Soares Nogueira, do Conselho Deliberativo da CNA, que assumiu cargo de diretor na Massey-Ferguson (*Gleba*, fev.1970).

|   |   |  |
|---|---|--|
|   | Ibra (1965-1968). O Ibra era o responsável por conceber as políticas de redistribuição fundiária.   |  |
| <b>Fábio Meirelles (Diretor da CNA e presidente da Faesp)</b>   | Membro da Junta Administrativa do IBC, subchefe de Gabinete no Ministério da Agricultura (1964), Secretário Executivo do Fundo Agropecuário e da Comissão de Política e Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura (1964).<br>Presidente do BNCC (1964).<br>Presidente do Instituto Nacional do Café - SP (1973-1979).<br>Vice-presidente do Codepa – Grupo executivo do Programa do Alcool.<br>Diretor de Crédito Rural e Agroindustrial do Badesp - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A. (1979-1983). | Castello Branco<br>Garrastazu Mé dici<br>Ernesto Geisel<br>João Batista Figueiredo |
| <b>Fábio Yassuda (Faesp)</b>  | Ministro da Indústria e Comércio (1969-1970).   | Garrastazu Mé dici   |
| <b>Fernando Cunha Lima (Federação de Agricultura do Estado da Paraíba e chefe do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da CNA)</b> | Presidente do IAA.  | Garrastazu Mé dici   |
| <b>Flávio Brito (CNA)</b>   | Membro do Conselho Técnico do Ibra (1965-1969), senador e Comissão de Agricultura no Senado (1967-1975).  | Castello Branco, Costa e Silva,<br>Garrastazu Mé dici                              |
| <b>Francisco Galdino Pereira de Mendonça (CNA, representava a entidade junto ao Funrural)</b>   | Chefe de Gabinete no IBC (Gestão Mário Penteadó).   | Garrastazu Mé dici   |
| <b>Gastão Lamounier (técnico da CNA)</b>  | Comissão Diretora do Funrural.  | Garrastazu Mé dici   |
| <b>João de Paiva Menezes (CNA)</b>  | Comissão das Relações Estrangeiras da Câmara dos Deputados (1970).<br>Comissão de Finanças da Câmara (1974-1979).   | Garrastazu Mé dici<br>Ernesto Geisel.  |
| <b>Jacob Castorino Pereira de Mendonça (Chefe do Departamento de Administração da CNA)</b>  | Designado representante da CNA no Conselho de Política Aduaneira.   | Garrastazu Mé dici   |
| <b>José Resende Peres (CNA)</b>   | Comissão de Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional (1970). Nomeação feita pelo presidente do Banco Central do Brasil.<br>Presidente da Associação Brasileira de Informação Rural – ABIR - RJ (1974).<br>Presidente do Conselho Executivo da Ceasa (1975).   | Garrastazu Mé dici<br>Ernesto Geisel   |
| <b>Lindolfo Martins Ferreira (CNA)</b>  | Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), criado  | Castello Branco  |

|  |   |                                      |
|--|---|--------------------------------------|
|  | pelo Decreto nº 55.722, de 2/2/1965, para dar início a reforma administrativa de Castello Branco. |                                      |
| <b>Luís Fernando Cirne Lima (Farsul)</b>     | Ministro da Agricultura (1970-1973).  | Garrastazu Médici                    |
| <b>Mário Penteadó de Faria e Silva (CNA)</b> | Agência Nacional de Informações (1964-1967).<br>Presidente do IBC (1970-1971).                    | Castello Branco<br>Garrastazu Médici |
| <b>Napoleão Fontenelle da Silveira (CNA)</b> | Presidente do IBC (1965).   | Castello Branco                      |
| <b>Nestor Jost (CNA)</b>                     | Ministro da Agricultura (1984-1985) e presidente do Banco do Brasil (1967-1974).                  | João Batista Figueiredo              |
| <b>Oswaldo da Costa Nunes Freire</b>         | Governador (MA) nomeado pelo governo federal (1975-1979)  | Ernesto Geisel                       |

Elaborado pela autora a partir da *Gleba, Correio da Manhã*, Bortone (2016) e entrevista de Delfim Netto.

Como demonstrado neste quadro, três porta-vozes da CNA foram nomeadas durante o governo de Castello Branco para assumirem postos no Inda e Ibra: Eudes de Souza Leão Pinto, para a presidência do Inda<sup>232</sup>; Edgard Teixeira Leite, para a vice-presidência e Conselho Técnico do Ibra; e Flávio da Costa Brito, para o Conselho Técnico do Ibra. Novamente, a Contag ficou fora e não teve indicação de nome dos seus quadros para integrar estes institutos.

### 3.3. As políticas agrária e agrícola do Estatuto da Terra

A questão fundiária, no centro do debate desde os anos 1950, é retomada no governo Castello. O tema estava na pauta da Câmara dos Deputados desde 1951 e cerca de 100 projetos foram apresentados sobre a matéria. Num contexto em que os deputados do PSD não conseguiram formular uma declaração de princípios favorável à reforma agrária por causa de divergências sobre o uso social da terra<sup>233</sup>, avaliava-se que tanto esta pauta como a da reforma bancária eram

temas da academia que se incorporaram, no entender do Presidente da à época Jânio Quadros, ao diálogo político da Nação e se tornam objeto de reivindicação das vastas áreas eleitorais, hoje trabalhadas pelas “Ligas Camponesas”, no Nordeste, por exemplo” (*O Cruzeiro*, 19/8/1961, p. 8).

A Confederação teve que se ocupar da questão fundiária porque afetava diretamente o patronato rural, suas terras, poder e privilégios. Antes de abordar a promulgação do Estatuto da

<sup>232</sup> No item 3.4, analiso a influência da CNA nos dois institutos.

<sup>233</sup> Eles temiam perder votos tanto entre os ruralistas como junto aos camponeses.

Terra nas páginas da *Gleba*, o presidente da CNA, Iris Meinberg, deixou claro que coube aos fazendeiros, principalmente nas regiões em que a “política intimidadora das invasões de terra” mais se excedeu, o papel de erguer a primeira barricada contra “os extremistas criminosamente” empenhados em anestesiar o patriotismo nacional. A vitória que o golpe representou para os ruralistas fez Meinberg conclamar a classe rural a seguir empenhada na política de renovação rural, através do que denomina de “sindicalismo autêntico” e dos serviços sociais, como instrumentos de uma “reforma agrária legítima”. Sua fala buscava agregar os trabalhadores, que construíram, na visão dos dirigentes da CNA, junto com o patronato a riqueza rural do País e haveriam de colaborar com o poder público na efetivação das “reformas realmente reclamadas pelo desenvolvimento nacional, mas sem comprometer as liberdades e os direitos humanos” (*Gleba*, jan.-dez. de 1964-1965, p. 3-4). Aqui as liberdades são as que garantem o “sagrado direito à propriedade privada”.

Nesta mesma linha ideológica seguia o complexo Ipes/Ibad, que difundia nos eventos que promovia, como no caso do VII Congresso Nacional dos Círculos Operários que patrocinou, uma mensagem ideológica, que consistia em colocar que o papel do Estado na economia, devia se reduzir a um “papel supletivo” em função do capital privado. Na defesa da propriedade privada eram apresentados argumentos de esta é baseada no direito natural do homem e é necessária ao seu desenvolvimento integral, que tem função social tanto quanto os bens que produz e que o desenvolvimento da personalidade, a ampliação da capacidade individual e a segurança das liberdades fundamentais requeriam a defesa da propriedade privada (DREIFUSS, 1981, p. 313). A posição sobre a participação reduzida do Estado foi tradicionalmente compartilhada por empresários ligados à agricultura e por industriais.

Ainda na avaliação de Meinberg, em nota à imprensa, o novo presidente, Castello Branco, iria encontrar uma agricultura desarticulada pela ação subversiva nos meios rurais que visava desarticular a produção e o abastecimento. Em sua fala, a Supra aparece várias vezes, pois representava um dos instrumentos da reforma agrária que os ruralistas não queriam, ou seja, a proposta pelo governo de Goulart. “As Leis delegadas, elaboradas pelo Executivo com muita pressa e desordenadamente, não alcançaram seus objetivos. Assim, a reforma do Ministério da Agricultura, segundo seus técnicos mais abalizados, não corresponde às necessidades do País” (*Gleba*, jan.1964-dez., 1965, p. 2-4).

O conceito de reforma agrária do Estatuto da Terra é concebido como o conjunto de medidas voltado para promoção de uma melhor distribuição da terra através da modificação do regime de sua posse e uso. Em oposição a essa proposta, houve reação dos grandes proprietários de terra e das entidades de classe, como a SRB e federações patronais ligadas à CNA, que já se

destacavam pela mobilização contra a reforma agrária e sentiram-se traídos por Castello Branco. Mas os que se opunham a uma reforma, considerada socialista, perceberam que a proposta vencedora foi a da reforma agrária “democrática e cristã” (BRUNO, 1997, p. 111-120). Bruno avalia que o anteprojeto do Estatuto se antecipara na contemplação das demandas das elites agrárias e empresariais — caso da política agrícola. O debate em torno do Estatuto envolveu uma disputa por palavras, por nomear categorias da forma mais conveniente. Entre os acirrados debates e discussões, a reforma agrária no Brasil era colocada como condição para a modernização da agricultura e solução da questão política no campo (BRUNO, 1997, p. 129). Na avaliação desta autora, a ideia que sustenta a concepção de reforma agrária no Estatuto é a da reforma fundiária e o ponto-chave do argumento consiste na modificação no regime de posse e uso da terra, matriz da reforma agrária do Estatuto da Terra e do denominado velho projeto político da reforma agrária dos anos 1950 e início dos anos 1960 no Brasil<sup>234</sup>.

O ET, uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola, foi aprovado em novembro de 1964. A CNA contribuiu com sugestões às emendas e alguns artigos (RAMOS, 2011). Entre a sua aprovação e meados dos anos 1970, algumas leis, agências e medidas estavam voltadas para temáticas como o ET; o funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (previsto e criado depois da promulgação do ET); as resoluções do Grupo Interministerial para a Reforma Agrária, com participação de representantes dos empresários e trabalhadores rurais; o Ato Institucional nº 9 (AI-9) — assinado pelo presidente Costa e Silva, em 26 de abril de 1969, que estabeleceu regras para uma “reforma agrária”, mas sem violar o direito de propriedade (ATOS INSTITUCIONAIS, Portal da Legislação)<sup>235</sup>; a fundação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) etc., pontua Carolina Ramos (2011) em sua tese de doutorado. O Estatuto da Terra se destaca por estar entre as primeiras iniciativas durante a ditadura militar, pelas controvérsias e pela rejeição que teve de alguns grupos do

---

<sup>234</sup> Considera-se a reforma agrária o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

<sup>235</sup> Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 13 out. 2018. O AI-9 alterou os parágrafos 1º e 5º e revogou o parágrafo 11 do artigo 157 da Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967. Eis a nova redação: Art. 157 (...) § 1º - Para os fins previstos neste artigo a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata, correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas. A alteração no parágrafo 5º deu ao presidente da República o poder de delegar atribuições para desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias (ATO INSTITUCIONAL Nº 9, 25/4/1969).

patronato rural, como aqueles ligados a Sociedade Rural Brasileira, que rejeitou por completo o anteprojeto do ET.

Posição diferente teve a CNA, que não apresentou o mesmo tipo de rejeição e pôde participar na elaboração do documento. Considerou a proposta do governo Castello Branco “franca, leal e objetiva, além de viável”, e exaltou a confiança dos “ruralistas brasileiros” no ministro do Planejamento, Roberto Campos (RAMOS, 2011, p. 146).

O acesso ao Estatuto da Terra por parte da CNA foi diferenciado, principalmente devido ao seu novo status de sindicato. Enquanto a SRB reclamava que acompanhou detalhes por meio da grande imprensa, a CNA participou do processo<sup>236</sup>. A queixa da SRB não procedia porque havia indicado seu segundo secretário, Oscar Thompson Filho, para o Ministério da Agricultura<sup>237</sup>. A indicação foi aceita e, no cargo, ele teve acesso direto à versão preliminar do ET. Mas Thompson Filho foi destituído por ter divulgado, sem autorização, esse texto para o jornal *O Estado de São Paulo*. Seu substituto foi Hugo de Almeida Leme, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — outro nome indicado pela SRB (RAMOS, 2011). Apesar dessas indicações, a SRB não tinha hegemonia no órgão responsável pela elaboração do ET. A entidade declarou ao *Estado de São Paulo* (16/7/1964) ter sido traída e se sentir frustrada com a “Revolução” à qual deu apoio. Apesar do queixume, a SRB pôde influenciar a formulação de políticas de comercialização de produtos agrícolas. E, enquanto se opôs ao projeto do ET, a CNA soube elaborar estratégias para ter suas demandas contempladas por meio dele.

Dentro da CNA foi formado um grupo para estudar o documento e seus porta-vozes — Iris Meinberg (presidente), Edgard Teixeira Leite (1º vice-presidente), João Batista Luzardo (3º vice-presidente), Durval Garcia (diretor) - propuseram emendas e alterações à legislação (DREIFUSS, 1984, RAMOS 2011). Em maio de 1964, a CNA sugeriu — a pedido do ministro Roberto Campos — mais nomes para auxiliar o Grupo Trabalho para o Estatuto da Terra (Gret) — Aldrovando de Vasconcelos, Bento Machado Lobo, Durval Garcia de Menezes, Edgard Teixeira Leite, Eudes de Souza Leão, Fabio Yassuda, Jerônimo Coimbra Bueno, Josaphat Macedo, Hercílio Luz Colaço, Luiz Emanuel Bianchi e Manuel Luzardo Almeida<sup>238</sup>. No

<sup>236</sup> A entidade paulista argumentava que o ET remetia ao projeto reformista de João Goulart e por isto não o aceitou e promoveu sua deslegitimação.

<sup>237</sup> Ele era formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP Piracicaba).

<sup>238</sup> Integravam o Gret: Roberto Campos, ministro do Planejamento; Hugo de Almeida Leme, ministro da Agricultura; membros do ministério do Planejamento (Paulo de Assis Ribeiro – coordenador do Gret, José A. Trigo Drumont Gonçalves, C. J. Assis Ribeiro, Luiz Gonzaga Nascimento e Silva, Júlio Cesar B. Viana, Frederico Maragliano e Eudes de Souza Leão Pinto; representantes da Supra (José Gomes da Silva – interventor da Supra, Fernando Soderó, Messias Junqueira e Carlos Lorena; José Garrido Torres, do Banco Nacional de Desenvolvimento; Copérnico de Arruda Cordeiro, do Ministério da Agricultura; e o general Golbery do Couto e

Congresso Nacional, quando a lei estava em tramitação, dois membros da CNA acompanharam este processo: Gileno di Carli (deputado federal, membro do Conselho Consultivo da CNA e da Comissão Especial para analisar o tema) e o embaixador Batista Luzardo (3º presidente da CNA), que remeteu à Câmara dos Deputados as 42 emendas vindas da entidade para o documento (RAMOS, 2011).

Uma síntese das emendas elaboradas pela CNA foi remetida ao ministro Roberto Campos por meio de uma carta. Segundo Ramos (2011) havia a sugestão de 16 emendas na carta e oito foram aceitas, duas posteriormente incorporadas ao ET. Entre elas estava a relacionada ao Imposto Territorial Rural (ITR). A sugestão era para que o imposto incidisse exclusivamente sobre a terra, eliminando-se a possibilidade de que as benfeitorias feitas na propriedade rural também fossem consideradas na aplicação da tributação. Também foi retirada a necessidade de participação e regressividade nas alíquotas e foi aprovada a redução da alíquota básica de 0,5 para 0,2% — outra proposta da Confederação (RAMOS, 2011). Mas nem tudo estava em sintonia da CNA em relação ao ET.

A CNA, apesar de ter feito pressões junto com outras associações patronais rurais, não conseguiu com que fosse alterado o parâmetro da dimensão da propriedade como uma das condicionantes para definir latifúndio. Ramos ressalta este como um dos pontos considerados cruciais na legislação agrária de Castello Branco. A entidade sugeriu, em carta enviada ao ministro do Planejamento, Roberto Campos, que latifúndio fosse definido como: “a propriedade rural cujo uso não atende às funções socioeconômicas em relação às condições ecológicas e que está sendo mantida para fins especulativos, ou explorados sob processos comprovadamente deficientes ou inadequados” (RAMOS, 2011, p.148). Seu desejo era que fosse eliminado o critério do tamanho do imóvel rural no referido conceito e na aplicação do ITR. Por outro lado, seus interesses poderiam ser contemplados pela política de desenvolvimento agrícola proposta no Estatuto, como os subsídios estatais, que poderiam financiar parte de suas demandas por crédito agrícola, criação de um banco para o setor rural, compra de máquinas e insumos etc.

Ainda é pertinente registrar que o ET também causou conflitos dentro da CNA. As federações patronais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul entraram em sintonia com a SRB quanto à proposta do Estatuto da Terra e promoveram sua desqualificação. Ramos (2011) informa que as três federações se uniram à SRB e a deputados e senadores para evitar a

---

Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação. Segundo Bortone (2016), apenas Sodero, Junqueira, Lorena e Cordeiro não tinham conexões com o Ipes. Os demais sim e, com este grupo, o governo Castello Branco abriu espaço para o pensamento reformista do Ipes. O ET foi preparado por Roberto Campos, que aproveitou boa parte dos estudos do Ipes. A revisão do estudo foi efetuada pelos seus assessores ipesianos: Mario Henrique Simonsen, Nascimento Silva, Bulhões Pedreira e José Carlos de Assis Ribeiro.

aprovação do ET. Esta coalizão expõe que os interesses regionais, em determinados momentos, se sobrepõem à estrutura corporativista sindical.

A Contag ficou fora das discussões referentes à processo de elaboração do Estatuto e os trabalhadores rurais não tiveram um representante no Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret), tampouco em outras etapas até a promulgação do ET. Nesse sentido, o Estatuto se caracterizou pela não incorporação de uma das principais reivindicações políticas do movimento camponês: a participação dos trabalhadores rurais, como constata Regina Bruno (1997). Fato também observado por Graziano da Silva (1982), que assinala que os itens do Estatuto da Terra que previam a participação dos trabalhadores não foram regulamentados. É importante notar, conforme a análise de Bruno (1997), que o primeiro governo militar se apropriou não apenas da bandeira da reforma agrária, mas do conjunto de reivindicações do movimento social pelas reformas de base. Ao fazer isto as deslocou dessa esfera para o campo do social e técnico. Houve um apoderamento discursivo materializado na mudança de termos. Um dos exemplos é pontuado por Bruno (1997), a substituição do termo *base* por *social* (grifo da autora da tese), isto é, em vez de reformas de bases, reformas sociais. Entendo que isto desloca o sentido do primeiro termo e esvazia sua força política. Possivelmente, esta era a intenção. Já para Bruno, a substituição do termo refletiu o recuo, o enquadramento de reivindicações que, no pré-1964, haviam alcançado um nível político mais amplo. Tal tomada foi possível tanto pela derrota das forças sociais e políticas que se mobilizaram pelas reformas de base como pelo “próprio conteúdo reformista das propostas, pois independente das diferenças de objetivos táticos e estratégicos, essas medidas não expressaram em si um projeto de transformação histórica em sentido pleno” (BRUNO, 1997, p. 103).

O Gret, constituído para elaborar o ET, estava ligado ao Ipes e sob a orientação de Roberto Campos. Porém, as posições entre seus membros não eram convergentes e havia disputas, constatou Bruno (1997). O grupo estava dividido em dois subgrupos, um do Rio de Janeiro, liderado por Paulo de Assis Ribeiro, do Ipes, cuja atuação refletia as posições reformistas do Ipes e priorizava a tributação como instrumento de reforma agrária. O outro era a equipe de São Paulo, coordenada por José Gomes da Silva, Carlos Lorena e Fernando Soderó. A posição de José Gomes da Silva é registrada em seu livro *A reforma agrária no Brasil*, no qual ressalta que o Estatuto da Terra representava um avanço no processo de reforma agrária (SILVA, 1971). A divergência interna se dava em torno do instrumento prioritário da reforma agrária: tributação ou desapropriação. Paulo de Assis Ribeiro, do Ipes-RJ, defendia a tributação como meio eficaz para fazer valer o uso produtivo da terra. Para os membros do Ipes de São Paulo, entre eles vários representantes do patronato rural, a desapropriação representava grave

ameaça ao direito de propriedade. Entretanto, a proposta do grupo do Rio foi aceita pelo grupo paulista porque tinha o objetivo de desacreditar o projeto do governo de João Goulart e a proposta do movimento camponês (BORTONE, 2014). O fato é que a proposta do Ipes — já consolidada no livro *Reforma agrária: problemas, base solução* — foi a base para elaboração do ET. Participaram da definição do ET 96 pessoas, 47 delas envolvidas diretamente com sua elaboração — o grupo de trabalho (15 pessoas)<sup>239</sup> e mais 49 colaboradores para auxiliar em pontos como problemas econômicos, agrônômicos, fiscais, sociológicos, geográficos, cooperativistas e outros (LISTA REFORMA AGRÁRIA/ABRA). Os colaboradores tiveram acesso ao texto do anteprojeto – a exemplo dos membros da CNA — e puderam propor emendas ao grupo de trabalho. Entre estes estavam secretários de agricultura, funcionários do Banco do Brasil, lideranças do PSD, UDN, PSP, PST e porta-vozes da CNA — Iris Meinberg, Edgard Teixeira Leite, José Resende Peres, Durval Menezes, Lingard Muller Paiva, Silvio Galvão, Francisco Leite Neto, Batista Luzardo, Josaphat Macedo e Gileno de Carli (LISTA REFORMA AGRÁRIA/ABRA)<sup>240</sup>. Entre os órgãos de representação patronal é a CNA a que teve maior participação na versão final do ET.

O instrumento do governo Castello para a “reforma agrária” foi o ET. No texto aprovado tinha destaque a exigência prévia de “conhecimentos” e de “preparação” do homem do campo (NOVAES, 1997, p. 111), não bastava doar terras. Este era um argumento da CNA. Ele reapareceu na fala do presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda)<sup>241</sup>, Eudes Souza Leão Pinto, para o *Jornal do Brasil*, quando afirmou que só dividir terra não adiantava e que o Inda seria o órgão a preparar o homem do campo para receber terra (NOVAES, 1997; BRUNO, 1985). O fato de Souza Leão Pinto, de família de usineiros pernambucanos e membro da CNA, ter sido indicado pelo Ministério da Agricultura e nomeado por Castello Branco para a Presidência do Inda não foi suficiente para conter a irritação e o descontentamento nos setores patronais rurais em relação ao ET<sup>242</sup>. A hipótese elaborada diante desse quadro de descontentamento é a de que os setores mais atrasados do patronato rural,

---

<sup>239</sup> Roberto Campos, Hugo de Almeida Leme, Paulo de Assis Ribeiro, José Gomes da Silva, José A. Trigo Drummond Gonçalves, José Garrido Torres, C. J. de Assis Ribeiro, Luiz Gonzaga Nascimento Silva, Julio Cesar B. Viana, Frederico Maragliano, Copérnico de Arruda Cordeiro, Eudes Souza Leão (CNA), Messias Junqueira, Fernando Pereira Sodero e Carlos Lorena.

<sup>240</sup> É importante ressaltar que Delfim Netto também estava como colaborador pela UDN. A professora Regina Bruno me deu acesso a uma cópia do documento da Abra com a lista de nomes.

<sup>241</sup> Previsto no ET e criado após sua promulgação para promover o desenvolvimento rural nos setores de colonização, da extensão rural e do cooperativismo (ESTATUTO DA TERRA – Planalto - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)).

<sup>242</sup> Depois do governo Castello, Souza Leão Pinto foi afastado dos cargos no governo, como contou durante entrevista concedida para a autora da tese, em sua residência em Recife (14/1/2016). Ele registrou sua mágoa por isto e por haver um grupo que “conspirava” para a saída do presidente Castello Branco.

aqueles que precisavam mudar a mentalidade como avaliava a própria CNA liderada por Meinberg, eram resistentes a qualquer modernização em seus latifúndios. Como apresenta Bruno (1997), o perfil da reforma agrária do ET é o projeto de modernização do latifúndio. É a proposta que pressionaria os setores mais retrógrados a se modernizarem. Não era um projeto para os trabalhadores rurais. Souza Leão Pinto deixa isso claro: “Os latifundiários não precisam ter medo da reforma agrária, pois o ET significa um processo indutivo e não compulsivo de reforma” (BRUNO, 1997, p. 112).

A conjuntura de promulgação do ET era completamente desfavorável aos trabalhadores rurais, pois muitos foram perseguidos e presos logo após o 31 de março<sup>243</sup>. Bruno (1997) avalia corretamente o fato do documento não ser um símbolo de solidariedade entre patrões e empregados. Sua aplicação seguiu os interesses do patronato rural e a proposta de desenvolvimento agrícola contida nele atendia aos pressupostos da “modernização conservadora” (MOORE JUNIOR, 1975; GUIMARÃES, 1977)<sup>244</sup>. Porém, de forma paradoxal, o ET foi resgatado e ressignificado, ao longo dos anos, como instrumento de luta pelos próprios trabalhadores rurais. Além disso, a inclusão de um capítulo voltado para a política agrícola no ET foi uma das formas de acalmar reações e fazer o projeto passar no Congresso. Isto é, tratou-se meramente de um recuo tático (BRUNO, 1997). Na realidade, para a autora, ocorreram mais dois recuos táticos em relação aos instrumentos de reforma agrária: “a desapropriação por interesse social, definida no Estatuto como prioritária; outro, complementar, a tributação progressiva e regressiva sobre as terras e que teria por objetivo impedir a formação de latifúndios” (BRUNO, 1997, p. 113). Este foi o segundo. O terceiro foi na esfera do Ibra e do Inda, os dois órgãos para implementar as políticas agrária e a agrícola, respectivamente. Os nomeados para os dois institutos, Paulo de Assis Ribeiro e Souza Leão Pinto tinham posições divergentes, o que dificultava a atuação conjunta do Ibra e Inda e, principalmente, de pontos relativos à reforma agrária. Apresento e discuto o papel destas instâncias no item 3.4.

Para visualizar melhor a forte influência dos ipesianos no Estatuto da Terra, com a participação de porta-vozes da CNA tanto no Ipes como no Gret, cotejei item a item do Estatuto da Terra e do Anteprojeto de lei do Ipes — que compõe a parte II (Normas de Política Agrária), do livro *A Reforma Agrária: problemas-bases-solução*. A síntese a seguir apresenta o conjunto

---

<sup>243</sup> Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – Relatório Final, 2015.

<sup>244</sup> Uso o termo de Moore Júnior — relativo ao modelo de desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Japão — para caracterizar o processo de modernização como a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional. Azevêdo (1982) trabalha o aspecto histórico e político sobre o processo para promoção da modernização conservadora para mostrar que é no interior do Estado que são construídos compromissos entre a nova e a velha elite dominante para se manterem no poder, o que cria impedimentos ao acesso das classes populares aos centros de decisão do Estado.

das principais constatações. Os 128 artigos do Estatuto da Terra contemplam as principais proposições colocadas nos 93 artigos do Anteprojeto de lei do Ipes. A maioria dos artigos deste tem seu teor preservado no Estatuto, embora a redação de alguns pontos tenha sido editada, ou seja, reorganizada, ou parcialmente reformulada, com uma troca de uma palavra por outra, a ampliação de uma proposição, maior descrição de alguns artigos; em outros casos, cortes.

A organização dos artigos no Estatuto não segue exatamente a mesma ordem que é apresentada no Anteprojeto de lei do Ipes. Por exemplo, o artigo primeiro do Anteprojeto — “A presente lei visa regular as relações entre o homem e a terra, favorecendo um sistema de propriedade, que promova a justiça social no campo, aumente o bem-estar do trabalhador rural, com a progressiva extinção do latifúndio e do minifúndio” (Anteprojeto de Lei, 1964, p. 73)<sup>245</sup> — é contemplado, com outra redação, no artigo 16 do Estatuto, “A reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e a terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

Ambos previam a constituição de um órgão competente para promover e coordenar a execução da “reforma agrária”, a Superintendência Nacional de Reforma Agrária (Supran), no Anteprojeto do Ipes; e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no Estatuto da Terra. Em ambos a expressão reforma agrária é acolhida. Entre outros pontos comuns é possível listar a definição de imóvel/estabelecimento rural, empresa rural, propriedade familiar, latifúndio — e que não se enquadra neste conceito, colonização e minifúndio. Há uma reordenação do texto desses conceitos na lei aprovada por Castello Branco.

A garantia da propriedade da terra é assegurada, desde que exerça sua função social, o que ambos os documentos descrevem como o favorecimento do bem-estar dos proprietários e trabalhadores que nela trabalham. No item versa sobre os deveres do Estado, a redação é similar no texto do ET e do Anteprojeto do Ipes. É nesse item que o Anteprojeto do Ipes é mencionado pela primeira vez no texto do ET. Tem também redação similar em ambos os textos o que se colocar quanto a questão dos lucros da empresa agrícola e o incentivo à colonização. Entretanto, o Estatuto traz acréscimos ao texto do Ipes como o destaque à produtividade da terra economicamente útil, à racionalização da utilização e ao aumento da produtividade. Eis aqui as bases da empresa rural, como constata-se no item VI do Art.3º: “Empresa Rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore economicamente e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico (...)”.

---

<sup>245</sup> In: A Reforma Agrária: problemas-bases-solução, 1964.

Sobre o direito à propriedade da terra a principal alteração apresentada no Estatuto em relação ao texto do Ipes é alteração na frase “Todo trabalhador rural tem *direito à propriedade* da terra economicamente útil (...)” (Anteprojeto de Lei, Art. 7º, 1964, p. 73) por “É dever do Poder Público: a) promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil (...)” [Lei nº 4.504, de 30/11/ 1964, §2º, Art. 1º, p. 18].

O Estatuto contempla pontos do Anteprojeto do Ipes como a permanência na terra pelo trabalhador; o direito à posse da terra às populações indígenas; o direito à propriedade da terra em condomínio às entidades privadas, nacionais ou internacionais; a exploração de qualquer imóvel rural de propriedade do Estado unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação (com mesmo teor e redação); a ocupação de terras devolutas (livres ou adquiridas por devolução) por trabalhadores agrícolas, facilidade dada pelo poder público para criação e expansão de empresas rurais [complementado no Estatuto da Terra por: “de pessoas físicas e jurídicas que objetivem o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agroindustrial... (Lei nº 4.504, de 30/11/1964, Art. 14, p. 21).

Dos meios utilizados pelo poder público como tributação progressiva, desapropriação e aquisição de terras e a colonização, todos os oito itens sobre desapropriação da terra pelo poder público foram contemplados no Estatuto (Art. 18), a “justa indenização” pela desapropriação total ou parcial, as terras adquiridas pelo poder público seriam vendidas prioritariamente a proprietário de imóvel desapropriado, posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários que trabalhassem em imóvel desapropriado.

Entre os pontos acrescentados no Estatuto (item 5, Art. 56, p. 35) está a autorização para que pudesse haver desbravamento para colonização ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do País — entenda-se justamente a ampliação da fronteira agrícola brasileira e a exploração de novas áreas com atividades agropecuárias.

Nos dois documentos, o que Martins (1984) denomina de militarização da questão agrária, tem suas raízes no Art. 48 do Anteprojeto de lei do Ipes (p.78), no qual o Ministério da Guerra é apontado como o órgão competente que pode auxiliar na criação de colônias com assistência militar, na fronteira continental, e no Art. 59, do Estatuto da Terra (p. 35), que afirma que o órgão competente do Ministério da Agricultura, o Inda, “poderá criar núcleos de colonização, visando a fins especiais, e deverá igualmente entrar em entendimentos com o Ministério da Guerra para o estabelecimento de colônias com assistência militar, na fronteira continental”. Como se vê, a ação do Ministério da Guerra tem o mesmo teor nos artigos. A

intervenção do Estado ocorreu de forma “forte e arrogante no campo, policial, truculento, cerceando as liberdades civis em processo de conquista, bloqueando o processo de ruptura das relações de dependência pessoal (...), tentando instituir um sucedâneo militar ou militarizado para as velhas relações de dependência do ‘coronelismo’” (MARTINS, 1984, p. 15). Entre as políticas do governo federal que institucionalizaram a militarização da questão agrária estão as operações Aciso, do Exército, o Projeto Rondon, o Mobral e, nos anos 1980, e a criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, liderado pelo general Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar e presidente do Conselho de Segurança Nacional (MARTINS, 1984). O viés militar da política fundiária foi característica do governo Médici. Os governos militares em vez de entregar terra aos camponeses, optaram por deslocar alguns para a Amazônia<sup>246</sup>. Isto foi, na realidade, um processo seletivo, do Sul para o Norte. Se por lado o conjunto de mecanismos e instâncias apresentados viabilizaram a implantação da política agrícola e agrária, pelo outro, institucionalizaram a militarização da questão agrária e foram utilizados para conter reações às consequências de tais políticas.

O projeto que Castello Branco enviou para o congresso, elaborado por empresários e militares, como também entende Martins (1984), teve por base o Anteprojeto do Ipes. Ele afirma que o fim deste era “concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural” (MARTINS, 1984, p. 22). A interpretação do autor permanece atual. Ele afirma que o Estatuto abria acesso à terra quando se olha da perspectiva dos proprietários, mas fechava o acesso quando miramos do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra, pois beneficiaria preferencialmente os lavradores com vocação empresarial. Outro ponto central para garantir a não interferência nas terras dos grandes proprietários era que as áreas colocadas como prioritárias para desapropriação seriam aquelas onde houvesse conflitos e tensões sociais.

Após a promulgação do ET e em quase duas décadas, de 1965 a 1981, só houve 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária como aponta levantamento do próprio Senado Federal (MARTINS, 1984). O autor observa que isto resulta em menos de oito desapropriações por ano, enquanto anualmente contabiliza-se ao menos 70 conflitos por causa

---

<sup>246</sup> Venturini era o líder do Grupo Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), lançado na região onde foram dizimadas pessoas ligadas à Guerrilha do Araguaia. Memorial da Democracia - <http://memorialdademocracia.com.br/card/general-entra-na-guerra-do-campo>. No governo Figueiredo (1979-1985) morreram 1.996 pessoas em conflitos pela terra, sob ação policial ou de pistoleiros e jagunços. Este registro é superior aos dos generais que o precederam na Presidência (537 mortes).

de terras<sup>247</sup>. As desapropriações afetaram as regiões Sul e Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Embora predominassem desapropriações nas regiões de ocupação antiga — NE, Sudeste e Sul, foi alto o crescimento de desapropriações nas regiões pioneiras, principalmente os estados do Mato Grosso e Acre (MARTINS, 1984). Há também a proliferação de situações de tensão social, a multiplicação dos conflitos pela terra, a disseminação geográfica dos conflitos. A causa disto, contatou José de Souza Martins, foi, além de política, o resultado da reorientação da política agrária em função da política econômica.

A opção do primeiro governo militar por fazer um certo arranjo na estrutura fundiária vai de encontro à suposição de Regina Bruno que atribui a opção pela reforma agrária, a visão de que a tal estrutura representava um “obstáculo estrutural à modernização e à industrialização além de, pelo viés da formação de uma classe média rural, a necessidade de solução dos conflitos e tensões sociais no campo” (BRUNO, 1987, p. 95). Sua segunda suposição é que a implementação da reforma agrária não ocorreu por três razões: a reação de forças antirreformistas que desfiguraram e inviabilizaram a aplicação do Estatuto da Terra enquanto instrumento de reforma agrária; a ausência de uma base política de sustentação; e a defasagem da proposta em relação às novas necessidades do capitalismo no Brasil.

Nos últimos dias de junho de 1966, o presidente do Inda, Eudes de Souza Leão, viajou como delegado do Brasil para a Conferência Mundial da Reforma Agrária, em Roma (Itália). Em seu discurso, reproduzido nas páginas da *Gleba*, ele afirma que o Estatuto da Terra “representa a solução para todo o complexo e intrincado problema fundiário, abrindo perspectivas alvissareiras para o fortalecimento da economia e bem-estar social do povo, em termos de desenvolvimento agrário” (*Gleba*, mai.-ago. 1966, p. 33-34). Naquele momento, ao falar como porta-voz do governo federal, afirmou que o Estatuto não se limitou a ser uma lei de reforma agrária. Seu objetivo era a modernização da política agrícola do Brasil, ou seja, o ponto central para os interesses da CNA. Ainda em sua fala oficial, disse que o projeto permitia que os proprietários de imóveis rurais parcialmente aproveitados, tivessem as oportunidades de se adaptar às exigências estabelecidas pela tributação progressiva. O proprietário rural poderia, por meio de projeto adequados, utilizar da isenção de 50% do total do imposto territorial rural, desde que se comprometesse a ampliar a área explorada. “Além disso, pela aplicação do tributo, em todos os casos, será feita de forma harmônica e gradativa, devendo atingir a sua total incidência apenas no quinto ano da aplicação desta lei” (*Gleba*, mai.-ago. 1966, p. 33-34).

---

<sup>247</sup> Antes, em abril 1963, o governo federal decretou as primeiras desapropriações no estado do Rio de Janeiro, e, antes de abril do ano seguinte, executou outras em Goiás, Minas Gerais e no Nordeste, atingindo terras de fazendeiros ligados à CNA e acendendo sua ira. Depois de do golpe, as novas desapropriações também os afetam.

Naquela ocasião, na Itália, o debate internacional sobre a reforma agrária reuniu mais de 300 delegados de cerca de 80 países e foi organizado pela Organização das Nações Unidas, com apoio de duas de suas instâncias: a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e o Escritório Internacional do Trabalho, que integra a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Um dos eixos do debate era a melhoria das políticas públicas e dos programas para a reforma agrária. Uma síntese dos problemas tidos como mais vitais e urgentes aparece no discurso do Papa Paulo VI: o regime da propriedade rural, a redistribuição das terras, a transformação das relações entre proprietários e arrendatários, a fixação de um limite a extensão das propriedades rurais, a repovoamento das terras, a exploração em comum e a colonização agrícola. O papel da reforma agrária, para ele, era eliminar a fome e a pobreza no mundo (LIBRERIA EDITRICE VATICANA, 1966)<sup>248</sup>.

Ainda em seu discurso Eudes de Souza Leão assinalou que o Estatuto buscou estabelecer um sistema de relações entre o homem e a propriedade rural, com o devido uso da terra e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. Este último item macula o “sagrado direito de propriedade” (termo usado por porta-vozes da CNA). Este e outros pontos que aparecem sobre a reforma agrária no ET, além da atitude de Castello Branco de promulgá-lo, podem ser vistos como causas da indignação e reprovação dos segmentos das federações de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul e os da SRB, citados anteriormente. Mas o Estatuto nem mesmo promovia a ideia de mudar tudo para que tudo permanecesse como está. Parte de suas propostas relacionadas à propriedade da terra e ao possível acesso àqueles destituídos dela foram suficientes para incomodar aqueles grupos do patronato rural.

É importante perceber que o Estatuto havia assimilado conceitos de sua época e, mesmo em parte, as reivindicações de setores considerados como os mais radicais no movimento camponês: a crítica ao latifúndio, a limitação da superfície máxima da propriedade, a proposição de expropriação com o pagamento em títulos da dívida, a abolição do pagamento prévio das indenizações por expropriação, a regulamentação das relações de parceria e meação a partir de elementos mais próximos das reivindicações dos camponeses (MEDEIROS, 1995, p. 76). Medeiros ressalta que, ao mesmo tempo, se enfatizava a importância da empresa rural e se recomendava não expropriar as terras situadas nas regiões de conflitos. Isto afastou-se do ideal dos camponeses que propunham uma reforma agrária “radical” e demandavam uma

---

<sup>248</sup> Discurso de Paulo VI para os participantes da Conferência. Reproduzido no sítio Vaticano: [http://www.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1966/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19660627\\_riforma-agraria.html](http://www.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1966/documents/hf_p-vi_spe_19660627_riforma-agraria.html). Acesso em: 15 dez. 2019.

distribuição geral de terras. O que faz lembrar que quando o sindicalismo rural em curso de reorganização, no final dos anos 1960, leva a bandeira da reforma agrária, partindo do Estatuto da Terra, não por um simples legalismo. A apropriação da lei e de sua transformação em instrumento de luta é o ponto de partida para numerosas reivindicações relacionadas ao acesso à terra, e se baseia numa cultura comum. A autora conclui que as possibilidades desse instrumento legal só se revelaram 20 anos mais tarde, quando na Nova República tenta-se utilizar as possibilidades de expropriação que o Estatuto fornece para fazer face a pressão dos trabalhadores rurais, de novo organizados e mobilizados, no período de redemocratização no país (MEDEIROS, 1995, p. 77).

### **3.4. A influência da CNA no Inda e Ibra**

Com o Estatuto da Terra em vigor, a CNA manteve sua influência, pois nos dois órgãos previstos no próprio ET – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) — para executar as medidas previstas na referida legislação tinha em seus quadros porta-vozes da CNA. A posição de Eudes de Souza Leão Pinto no Inda mostra como as políticas agrícolas eram estratégicas para a Confederação e como era importante acompanhar o que se fazia no Ibra<sup>249</sup>. Neste caso, talvez, o relevante fosse atuar para evitar desapropriações de terra. O que, de certa forma, se concretizou. Como visto por Ramos (2011), durante a existência do Ibra (1965-1970)<sup>250</sup> pouco foi realizado quando a desapropriação de imóveis rurais que não cumpriam a função social e mínimas foram as realizações voltadas para a reforma agrária<sup>251</sup>. Esta realidade ficou ainda mais nítida durante o

---

<sup>249</sup> Para a Diretoria do Inda, Eudes convidou os colegas: Francisco Targino Siqueira (Departamento de Colonização), Carlos Inglês de Souza (Departamento de Relações Institucionais), Copérnico de Arruda Cordeiro – engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura (Diretoria das Cooperativas e Extensão Rural), Euclides Martins (Coordenação Administrativa), Adriano Caminha Filho (Departamento de Desenvolvimento Rural) e José Bifone (Chefia de Gabinete).

<sup>250</sup> Conduzido em 1965 por Paulo de Assis Ribeiro, o Ibra, subordinado diretamente ao presidente da República, foi transformando em 1970 em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assis Ribeiro exercia vários cargos simultaneamente em empresas e entidades de classe e ainda prestava consultoria técnico-empresarial por meio do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), que atuava em sintonia com o Ipes. Através do seu escritório, ele formulou vários projetos que foram implementados como políticas públicas por governos estaduais entre o fim dos anos 1950 e a década de 1970 (ESTEVEZ, 2012). O trabalho ETPAR e outros escritórios que atuavam no mesmo ramo prestando consultoria para o setor público e privado funcionou como parte de um plano maior de ajustamento dos executivos estaduais e suas políticas públicas aos pressupostos da Aliança para o Progresso.

<sup>251</sup> O Decreto nº 55.891, de 31/3/1965, que regulamentou o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30/11/1964 – Estatuto da Terra, trazia a seguinte definição de reforma agrária: a melhor distribuição da terra e o estabelecimento de um sistema de relações entre homem, a propriedade rural e o uso da terra, que atendam aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade, garantindo o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. E para política agrícola: a promoção das providências de amparo à propriedade rural, que se destinem

governo do presidente Costa e Silva (1967-1969), que sucedeu a Castello Branco. Em entrevista, Eudes de Souza Leão Pinto recordou sua ótima relação com Castello e registou uma certa mágoa em relação ao grupo ligado a Costa e Silva, que gradativamente o tirou de cena e dos cargos no aparato do Estado. Sobre o interregno de sua inserção no grupo de Roberto Campos até assumir o Inda ele contou que, com a definição do nome de Castello Branco para a Presidência, foi procurado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, que demandava que o ministro da Agricultura fosse um engenheiro agrônomo. Ao procurar Castello, descobriu que seu nome estava na lista mas o escolhido foi o Oscar Thompson Filho (15/4/1964 a 16/6/1964), ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e indicado pela SRB<sup>252</sup>.

Nesse interregno de definições de nomes, Eudes de Souza Leão Pinto aceitou convite do ministro do Planejamento, Roberto Campos, para o cargo de assessor para Assuntos de Agricultura e Desenvolvimento Rural. E, ao ser criada a Comissão de Estudo do Problema de Reforma Agrária, ele foi incluído como representante do Ministério do Planejamento, juntamente com o engenheiro agrônomo Copérnico de Arruda Cordeiro, pelo Ministério da Agricultura, e outros representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Justiça e Relações Exteriores. Uma primeira conclusão dessa comissão foi que não se poderia ficar com um projeto de reforma agrária, mas sim com um de Estatuto da Terra, pois reforma agrária seria apenas um capítulo do Estatuto da Terra (PINTO, 2013, p. 153)<sup>253</sup>. A segunda conclusão, diz Souza Leão Pinto, foi que o Estatuto da Terra deveria contemplar duas instituições para a sua execução: o Ibra, que seria o responsável por equacionar os problemas e dar soluções em assuntos fundiários e o Inda, com a missão de cuidar dos seres humanos e suas instituições.

Como se nota, com base em sua trajetória de Eudes de Souza Leão Pinto e sua inserção no aparato do Estado, ele esteve em várias redes e circulou em diversos setores. Esta multiposicionalidade (AGRIKOLIANSKI; COLLOVALD, 2014) é uma das características dos membros da CNA e Souza Leão Pinto é um exemplo entre os que integraram a Diretoria da entidade. Depois do Inda, ele ocupou os cargos de assessor em assuntos de agricultura do Ministério da Educação e de assessor do Ministério da Coordenação Regional. Ainda realizou atividades junto à Confederação do Comércio do Rio de Janeiro e ao Banco Lowndes, como diretor da Companhia Nordestina de Crédito, em Pernambuco. Deixou os cargos no governo

---

a orientar, nos interesses da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País.

<sup>252</sup> Entrevista concedida à autora em sua residência, em Recife, em 22/12/2015.

<sup>253</sup> O trabalho da comissão é citado em sua autobiografia, Eudes de Souza Leão Pinto – Um fazedor de paz: a história de uma vida, comprometido com instituições, pátria e família, a qual tive acesso quando o entrevistei.

após a saída de Castello Branco. A partir desse momento, avalia que ficou num “limbo”. Depois, voltou a trabalhar para a Sanbra como assessor até o início dos anos 1970<sup>254</sup>.

No final de 1965, os porta-vozes da CNA estiveram em encontros rurais em Belém (PA) e em Curitiba (PR). No primeiro ocorreu o 3º Encontro Regional Rural, promovido por meio de convênio entre a CNA, o Inda e a Contag. No evento reafirmaram-se as indicações aprovadas em reuniões em Belo Horizonte e Recife e as diretrizes das “classes patronais”, definindo as suas posições sobre a política rural e as programações do governo federal. Uma Carta de Princípios foi assinada conjuntamente pela CNA e pela Contag. O documento, que reconhecia que a reforma agrária estava materializada no Estatuto da Terra, foi ratificado numa série de reuniões com representantes regionais e os dirigentes do Inda. Para a CNA, o Estatuto era a base jurídica e instrumento adequado para as reformulações técnicas e administrativas “indispensáveis à reorganização e desenvolvimento das atividades agrárias e da justiça social no campo” (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p. 39). Havia urgência, afirmou a Confederação, para a regulamentação do regime de acordos e convênios entre a União, os estados e os municípios para a melhor conjugação de esforços e recursos na solução dos problemas agropecuários, principalmente, os relacionados com a aplicação da lei de reforma agrária.

Na reunião em Belém, a colonização oficial também era uma preocupação. Pedia-se a preferência para áreas ociosas ou de aproveitamento inadequado, próximas a grandes centros urbanos e a mercados de fácil acesso. A sugestão para a política de colonização é que ela deveria ser extensiva às áreas de êxodo em locais de fácil comunicação, às de colonização predominantemente estrangeira para facilitar o processo de “interculturalização” e às situadas ao longo dos eixos viários para ampliar a fronteira econômica do Brasil.

Na Carta de Princípios aparecia como prioritária a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural devido às suas implicações para a sindicalização e a adaptação da legislação trabalhista ao campo. Reiterava-se: “a sindicalização rural deve merecer cabal empenho do governo para que os sindicatos, federações e confederações possam, em breve, exercer plenamente as grandes funções delegadas do poder público que lhes competem nas programações da reforma agrária e de desenvolvimento rural” (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p. 39).

---

<sup>254</sup> *Ibidem*. Depois, voltou para Recife, onde retomou suas atividades no Rotary Club da cidade, no qual havia ingressado em 1955, e cria uma firma voltada para o setor de supermercados, oferecendo estampas da economia, espécies de selos que os clientes de supermercados juntam e trocam por prêmios – seguindo modelo existente nos Estados Unidos. A firma faliu e ele foi trabalhar na Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor), a convite do amigo Arthur Melo de Lima Cavalcanti. Antes de falecer, trabalhava de casa como consultor da empresa americana Consultoria, Sistemas e Representações Ltda. (Consist) – do setor de softwares.

O segundo e último evento regional daquele convênio CNA-Contag-Inda foi o de Curitiba, o 4º Encontro Regional Rural. Nele foram aprovadas proposições tidas como importantes para a CNA e para a agropecuária nacional. Nessa ocasião estavam presentes representantes dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram as seguintes as recomendações para harmonia entre os segmentos do patronato rural e os demais: o governo federal deve propiciar à lavoura e à pecuária tratamento equânime e rendimento econômico comparável ao que se verifica na indústria e no comércio. Dessa forma, afirma-se, os empresários e trabalhadores rurais encontrarão clima para o desenvolvimento econômico, aumento da produtividade, efetivas melhorias sociais e verdadeira fixação do homem no campo. Este tipo de justificativa trazia para o debate questões mais específicas da política agrícola, como se verá nas propostas apresentadas no Paraná. Analisar a posição da CNA sobre o ET nos ajuda a entender não apenas sua posição sobre a política agrária, mas, principalmente, quais são as demandas para a política agrícola.

### **3.5. Demandas da CNA para a política agrícola**

No programa do Ministério do Planejamento, o Estatuto da Terra é citado como uma das medidas no conjunto daquelas de curto e longo prazo para assegurar os estímulos ao crescimento da agricultura. O programa traz um capítulo denominado “Diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades agrícolas” e outro, “Setor agrícola”. No primeiro é apontada a baixa produtividade geral no setor e apresentadas as diretrizes gerais de uma política de fomento à produção. Feita uma prospecção sobre as áreas das terras de cultura necessária para atender à oferta de equilíbrio, a conclusão foi que era preciso uma linha de conduta na política agrícola com foco em: a) sistema de incentivos à exportação de açúcar, arroz e laranja, além de algodão, cacau, juta, mamona em óleo, mate e sisal; b) fomento à produção de batata, feijão, milho e trigo, além das culturas hortícolas, frutícolas e silvícolas; c) implantação de uma tecnologia avançada no ramo da produção animal, com o objetivo não apenas de atender ao crescimento da demanda, mas também de produzir excedentes exportáveis, particularmente no tocante à carne bovina (PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO, 1965, p.115). O governo esperava que o Brasil aumentasse as exportações de açúcar, arroz, café, laranjas, mandioca e pescado. Quanto à carne bovina que, nas projeções de oferta e demanda, não se apresentava com excedente exportável, poderia se fiar em uma meta de exportação em torno de 400 mil toneladas (meta era do governo). Para isso, o programa do Ministério do Planejamento sugeria a eliminação de notórias deficiências dos métodos tradicionais de criação,

principalmente em matéria de forragens, que resultava em baixa taxa de reprodução e de engorda e perdas elevadas. A resposta a isto deveria vir em programas para incentivar um substancial progresso técnico na agricultura, em curto prazo, que constituiriam um dos objetivos da política de desenvolvimento em relação à pecuária nacional (PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO, 1965, p.116).

No outro capítulo dedicado à agricultura, os instrumentos de ação política de desenvolvimento agrícola do programa previam providências imediatas, com efeito a curto prazo sobre a oferta; medidas de repercussão de médio e longo prazo; e mudanças institucionais, com reorganização dos postos e estações, das patrulhas motorizadas e transferência gradual de algumas operações para as cooperativas. Relacionados às medidas para médio e curto prazo estavam:

a) incentivos gerais à produção — eliminação gradual de controle de preços e das restrições cambiais à exportação, com objetivo de permitir a livre exportação de produtos agrícolas, sem prejuízo para de consumo interno;

b) preços mínimos — efetivação de controle de preços mantido temporariamente para produtos em poder de especuladores, mas removidos, gradualmente, para que os produtores pudessem se beneficiar, e amplo programa de expansão de aviários junto aos grandes centros urbanos para conter aumentos de preços de produtos alimentícios no tocante a proteínas de origem animal;

c) crédito agrícola – liberação de depósitos compulsórios de bancos comerciais para fins de utilização em financiamento agrícola, criação da Coordenação Nacional de Crédito Rural, do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, com fundo de empréstimos externos — da contrapartida em cruzeiros do acordo com United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – Usaid) relativo à importação de agrotóxicos e dos acordos do Projeto de Lei 480 — e internos; e importação de agrotóxicos financiada a longo prazo, através de convênio com a Usaid, sendo a contrapartida em cruzeiros (Cr\$ 18 bilhões), destinada ao Fundo de Refinanciamento.

d) armazéns e silos – aumentar a capacidade de armazenamento, o treinamento para construção de silos de baixo custo nas próprias fazendas e a melhoria das técnicas de desidratação e liofilização de alimentos;

e) adubos, corretivos e sementes melhoradas, com concessão de incentivos à produção nacional e intensificação do uso de agrotóxicos, através de programa de divulgação, com recursos dos laboratórios do Ministério da Agricultura, secretarias de Agricultura dos estados

e entidades privadas. Além de estabelecimento de padrões de emergência em relação aos utilizados para certificação de sementes;

f) mecanização, com investimentos em tratores e implementos;

g) pesquisas e aperfeiçoamento dos métodos de produção, com orientação de seis institutos de pesquisa e experimentação agropecuária e conduzidas por 77 estações experimentais regionais existentes, devendo absorver Cr\$ 17 bilhões em 1965. O programa devia contemplar a introdução de variedades mais produtivas e resistentes, e práticas mais racionais de cultivo, espaçamento, rotação, semeadura, época de plantio e métodos de colheita para lavoura. Enquanto para pecuária, introdução e avaliação de plantas forrageiras (plantas usadas na alimentação do gado), adaptação de variedades nativas, divisão de pastagens, sistemas de pastoreio, silagem (armazenamento em silo) e fenação concentrados (ação ligada ao corte ou conservação do feno usado na alimentação de animais) etc.;

h) outras medidas para aumento da produtividade, formação e treinamento do pessoal técnico, com meta de formar 7 mil agrônomos e 2,8 mil veterinários até 1970; conservação de solo, irrigação e drenagem; eletrificação;

i) reflorestamento, com programas específicos e reflorestamento de dois milhões de hectares em 1965/1966, absorvendo recursos que seriam obtidos através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), Instituto do Pinho, Instituto Nacional do Marte e Fundo Federal Agropecuário (PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO, 1965).

Esse conjunto de ações eram metas a curto prazo para investir principalmente em equipamentos, agrotóxicos, reflorestamento, sementes, pesquisa, inseticidas, treinamento, eletrificação rural, centros de demonstração e extensão rural. Junto com elas o setor de transporte e estoques de produtos também eram contemplados com as seguintes metas no programa: ampliar a frota de navios pesqueiros; mobilização da infraestrutura de frio da costa marítima do país<sup>255</sup>; organização dos meios de transportes marítimo para garantir facilidades de estocagem e aperfeiçoamento da redistribuição de pescado; localização dos estoques de arroz, feijão e milho nas áreas produtoras e embarque para locais onde havia escassez; uso de unidades militares pra manter estradas livres e, quando necessário, transportar cereais (PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO, 1965).

---

<sup>255</sup> O documento consultado não descreve no que consiste tal infraestrutura. Mas pela leitura dos documentos da CNA e entrevista realizada com o presidente da Faerj, Rodolfo Tavares, uma preocupação dos estados com vasto litoral era a infraestrutura para estocagem e conservação de pescados (freezer, caixa térmica etc.), um dos problemas da agroindústria da pesca.

Os itens a, b, c, d, e, f, h faziam parte do rol de demandas da CN e eram afirmadas pela CRB desde os anos 1950. O item g, embora não fosse o primeiro da lista de pedidos da entidade, passou a ter mais atenção nos anos 1960, tanto nas reuniões lideradas pelos seus porta-vozes, como em matérias e artigos da *Gleba*. Conclui-se, então, que o governo Castello Branco, através do programa do Ministério do Planejamento, contemplou pautas da Confederação. Apresento adiante, por meio de gráficos, numa escala histórica entre os anos 1950 e início de 1970, uma síntese das demandas da entidade.

Outras demandas da CNA vinham de uma pauta que atravessou os primeiros governos militares: o abastecimento interno, principalmente de leite, é manifestado junto com o do algodão. No caso do abastecimento, a CNA esperava que fossem tomadas medidas pelo governo Castello. Para Iris Meinberg, um desafio era explicar à grande massa, vítima da inflação, que este mal nos últimos meses diminuiu 30% em relação ao primeiro trimestre de 1964. A CNA esperava do governo, à vista disso, um esforço no sentido de estimular projetos agrícolas e executar um programa de contenção da inflação de modo a não abalar mais a economia e que fosse possível colher resultados depois de um ano. A melhoria esperada era para a produção agropecuária — preços justos e amparo efetivo — e voltada para uma maior produtividade das empresas e dos serviços públicos. Meinberg criticou uma parte dos agricultores por terem uma parcela de culpa “por não se unirem todos em torno de suas entidades de classe, nem cooperarem com seus abnegados líderes, de modo a representar força organizada e atuante, capaz de lutar em igualdade de condições com as demais atividades” (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965, p. 15).

A solução para estes problemas poderia derivar das políticas agrícolas implantadas pelo governo militar. O algodão, por exemplo, carecia disto. E o referencial para o desenvolvimento agrícola estava no Estatuto da Terra. O diretor técnico da CNA, Sérgio Cardoso de Almeida, apresentou as medidas preconizadas ao governo. A preocupação era com o preço mínimo e com quotas de exportação. As chuvas ameaçavam as plantações de algodão no Sul do Brasil e trariam danos à economia da população do interior e às exportações futuras (*Gleba*, jan. 1964-dez.1965). Então, pedia ao governo federal medidas para aumentar o plantio e área de cultivo do produto, principalmente em terras situadas em São Paulo, Paraná e no Sul do Mato Grosso.

A entidade pontuava que o preço mínimo era muito baixo, mas se as autoridades promettessem estudar e eventualmente aceitar as propostas da CNA, haveria uma mudança benéfica da situação, embora tardia. As medidas preconizadas pela organização fariam o

algodão chegar a CR\$ 5.000,00 a arroba em caroço na futura colheita<sup>256</sup>, com “reais benefícios a toda economia do país” (*Gleba*, jan.-dez., 1964-1965, p. 12), garantia Sérgio de Almeida. As observações e medidas recomendadas, especialmente com vistas à exportação, através da Confederação eram: 1) Efetivar a exportação dos tipos baixos do algodão do Sul; 2) o mercado deverá adquirir firmeza, pois estava estagnado e desmoralizado; 3) a indústria não compra quando o mercado está fraco e vende menos tecido quando não há animação no interior; 4) o governo deverá prometer liberdade de exportação de algodão; 5) se o algodão devido a isso tiver preço superior internamente ao de exportação, é justo que isso aconteça, pois na realidade o preço do produto interno deve ser na paridade dos preços de consumo dos países importadores; 6) o regime de quota da exportação deve ser abolido; 7) o governo deve fixar o preço do caroço de algodão em Cr\$ 2.000 a arroba<sup>257</sup>; 8) o governo deverá extinguir grande parte das 46 taxas que gravam a exportação do algodão; 9) para ter melhorias os governos estaduais deveriam tirar o imposto de vendas e consignações na exportação ou, pelo menos, concederem uma redução e cobrar o imposto uma só vez na comercialização da safra; 10) ter atenção aos exemplos da Alemanha, o Japão, a Rússia, a Inglaterra e a outros países demonstram disposição de aumentar suas compras de algodão brasileiro, mas reclamam contra o sistema de quotas que trazem instabilidade nas operações (*Gleba*, jan.-dez., 1964-1965, p. 12). Pelo conjunto de proposições se observa que a CNA se deteve sobre o tema e o pautou em suas assembleias e reuniões.

Já o problema do leite ganha notoriedade pública e ocupa durante um bom tempo as páginas dos grandes jornais, principalmente, no estado Rio de Janeiro, onde a crise do abastecimento demorava a arrefecer. O porta-voz da CNA que se destacou neste caso da pecuária leiteira foi o engenheiro civil Lindolfo Martins Ferreira, diretor-secretário da CNA, presidente da Comissão de Pecuária de Leite e representante da CNA na Comissão Consultiva Bancária. Nesta última, a sua responsabilidade era defender a não inserção dos cerealistas como beneficiários do crédito rural. Entretanto, durante o governo Castello, ele atuou mais em defesa dos fazendeiros da pecuária leiteira. A demanda constante destes, segundo Lindolfo Ferreira, era por melhores preços e apresentação dos seus índices de custo (*Correio da Manhã*, 23/4/1965).

Sua crítica era que o governo prometia e não fazia nada em relação ao custo das forragens para o gado e para facilitar aquisições de implementos agrícolas, nem quanto ao

---

<sup>256</sup> Este valor corresponde hoje a R\$ 142,50. Cálculo efetuado com o conversor do sítio da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser ([www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)).

<sup>257</sup> O equivalente a R\$ 57,00 hoje.

financiamento para compra de reprodutores ou diminuição de impostos e taxas sobre a produção de leite, tampouco no tocante à melhoria das fazendas de produção leiteira por meio de financiamentos prioritários através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, e, por fim, pela temerária política de concessão de aumentos muito inferiores aos mínimos necessários. Para ele, isto se repetia há 20 anos. A crise havia surgido antes de 1964 e se manteve nas sucessivas gestões de Castello Branco e Costa e Silva. No início do governo de Garrastazu Médici, embora em menor escala, o problema do preço do leite ainda apareceu no tocante ao preço baixo, na perspectiva patronal rural. Os pecuaristas costumavam se reunir na sede da CNA para tratar da questão e esperavam que a entidade recomendasse ao ministro da Agricultura uma solução para a crise na pecuária leiteira (*Correio da Manhã*, 9/5/1970)<sup>258</sup>. Uma das facetas da crise apresentada por Lindolfo Ferreira era referente ao tabelamento de preços praticado pela Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), dirigida por Guilherme Borghoff. Na visão de seu detrator, esse tabelamento era feito sem quaisquer estudos necessários e, de forma mais ampla, prevalecia na bovinocultura leiteira o sentimento de que nada teria sido feito pela produção do leite.

Quanto a interesses mais gerais dos pecuaristas, a CNA deu prioridade em colocar demandas de fazendeiros dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia relacionadas à importação de zebuínos da Índia e reprodutores holandeses, dos Estados Unidos. Do estado do Rio Janeiro foram apresentadas pela Confederação reivindicações relativas à elevação dos índices de produtividade do leite e da pecuária. Nesse sentido, ainda no governo de Castello Branco, o ministro da Agricultura, Severo Gomes, viabilizou estudos para serem comprados reprodutores da Holanda e da Dinamarca, com financiamento, a médio prazo, diretamente pelos criadores. Pelas relações que mantinham com Meinberg, são aqueles estados mais o Rio Grande do Sul que contavam com maior influência dentro da entidade até o final do governo Castello, que coincide com a saída de Meinberg da direção da CNA.

A delegação da Confederação, chefiada por Iris Meinberg, formatou objetivamente as proposições para o governo aprovadas em Curitiba. Nesse documento colocaram as condições mínimas para providências vistas como urgentes e efetivas: 1) eliminação do controle de preços discriminatórios, isto é, os que incidem somente sobre uma das fases da produção; 2) se houver um imperativo de interesse público no estabelecimento ou renovação política de preços controlados para os produtos provenientes da lavoura e da pecuária, que se assegure ao produtor um preço justo, nunca um preço político; 3) deve o governo revisar os encargos fiscais sobre a

---

<sup>258</sup> Outra liderança da CNA que se destacava nesses encontros era José Resende Peres, que também era presidente da Associação dos Criadores de Guzerá.

produção e sobre a terra para verificar se existe estrutura econômica financeira capaz de suportá-las, sem que haja descapitalização no setor rural, com riscos para o cumprimento das obrigações interempresariais e seus trabalhadores, mantendo inteira adequação entre o Estatuto da Terra e o imposto de renda. Além destas ações, argumentava-se no documento:

Sem um aprimoramento do mecanismo da comercialização dos produtos da lavoura e da pecuária não se encontrará estabilidade no setor agropastoril. Assim, todo o sistema de cooperativas deve ser dinamizado, com o entrosamento dos setores técnicos assistenciais e creditícios do Ministério da Agricultura, a fim de libertar, o quanto possível, a agricultura de gêneros alimentícios das mãos de sucessivos intermediários. (...) Os benefícios que dizem respeito à agricultura devem alcançar diretamente o produtor rural, mudando-se a tônica da política de amparo e incentivo a outros setores, sob o pretexto de que a reação em cadeia virá atender também o agricultor. A agricultura reivindica seu direito de participar diretamente dos benefícios da exportação, não devendo recair sobre a mesma o ônus de financiar os estoques para a indústria. Ao governo cabe promover planejamentos setoriais, a começar pela carne, leite, algodão e produtos hortigranjeiros (*Gleba*, jan.1964-dez.1965, p. 40).

Para a Diretoria da CNA, se estas reivindicações fossem atendidas, haveria garantia de que a agricultura desempenharia o papel de fixador do homem à terra, em regime de entendimento e comunhão de interesses. No setor de produção de alimentos via-se no Paraná o espaço ideal para o investimento no trio milho, soja e suínos. O anseio sobre as terras roxas daquele estado era transformá-las no “Corn Belt Brasileiro” — cinturão do milho, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, onde, desde 1850, passou a predominar a cultura do milho num vasto espaço agrícola do Centro-Oeste norte-americano, englobando os estados do Iowa, Indiana, Illinois e Ohio. Além do cultivo daqueles produtos, a CNA via como importante a construção de 50 novas usinas açucareiras no Brasil, previstas num plano do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O plano buscava estabelecer um vínculo com o programa de “erradicação do café” (*Gleba*, jan.1964-dez.1965), do Instituto Brasileiro do Café. Da cota de 15 milhões de sacos reservados às novas usinas, distribuídas por 18 unidades da federação, o Paraná e São Paulo foram contemplados com 50%. Estas informações são do estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas e publicado na revista *Conjuntura Econômica*. No estudo salientava-se que o IAA e os bancos oficiais poderiam dar melhor aplicação a seus recursos instaurando novas usinas no Espírito Santo, Bahia e no Nordeste.

Entre os instrumentos de suporte à política agrícola estavam: preços mínimos — ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores e assegurar uma remuneração mínima<sup>259</sup>, armazenamento, transporte e financiamento à comercialização de produtos, seguro

<sup>259</sup> Preços mínimos – Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) - [www.conab.gov.br/precos-minimos](http://www.conab.gov.br/precos-minimos).

agrícola, assistência técnica e extensão rural. Os bancos federais tiveram um papel crucial para o êxito da política agrícola como mostrou Freitas (2008) em seu trabalho<sup>260</sup>. A CNA, ao longo dos anos, dedicou atenção a instituições financeiras, principalmente os bancos nacionais públicos, com papel relevante para às políticas agrícolas e para obtenção de crédito subsidiado.

Durante os 18 anos de publicação da *Gleba*, a CNA dedicou espaço (71 notícias e notas) para falar de bancos que julgava relevantes para a agropecuária, para o desenvolvimento da agricultura e para o fomento da produção, isto é, estratégicos para a institucionalização do crédito rural<sup>261</sup> — o principal instrumento de política agrícola e o mais demandado pela CNA em diferentes épocas. Além disso, havia interesse em ter membros da entidade na direção de bancos públicos. Em 1967, o empresário rural e industrial Nestor Jost, membro do Conselho Superior da CNA, assumiu a presidência do Banco do Brasil<sup>262</sup>.

Nos anos 1950, os bancos que aparecem como estratégicos para o setor agropecuário são o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)<sup>263</sup>, o Banco do Brasil<sup>264</sup>, Banco Rural, o Banco Central e o Banco da Amazônia (Basa). Na década seguinte se somam a estes o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e, na década de 1970, o Banco de Desenvolvimento de Minas (BDMG), o Banco do Estado do Goiás (BEG), o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (Bancoderj) — destacado pela linha de estímulo à avicultura — e o Banco Mineiro. Entre os bancos privados ao qual foi dedicado uma matéria na revista *Gleba*, encontrei o norte-americano North Caroline National Bank. A instituição teve destaque porque Mário Dell Amico, do Departamento Internacional do referido banco, manteve contato com o Banco do Nordeste na Guanabara, para tratar da possibilidade de investimento para o Nordeste e de visita à região para falar com técnicos do BNB e industriais. O investimento previsto para os projetos no Brasil seria de 5 milhões de dólares (*Gleba*, fev. 1972).

Nas notícias e notas da publicação da Confederação sobre esse conjunto de bancos eram abordados, principalmente, a troca de cargos em suas direções e atuação dos presidentes — a CNA fazia uma espécie de monitoramento dessa rede de atores do sistema bancário de modo a

<sup>260</sup> A política agrícola do regime militar de 1964: aspectos jurídicos, financeiros e socioeconômicos.

<sup>261</sup> O primeiro passo para sua institucionalização foi a Lei 492, de 30/8/1937, que regulamentou o penhor rural e a cédula pignoratícia. Um avanço nesse processo ocorre adiante quando o Banco do Brasil criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – Creai (FREITAS, 2008). O Banco do Brasil, com substancial orçamento da União, passa a oferecer, via Creai, assistência financeira à agricultura, à pecuária, às indústrias de transformação etc. (LARANJEIRAS, 1999 *apud* FREITAS, 2008).

<sup>262</sup> Ele se tornou ministro da Agricultura (1984-1985) do governo de João Batista Figueiredo.

<sup>263</sup> Newton Moreira de Carvalho, do BNCC, mantinha relação de amizade de 30 anos com o presidente da CNA, Flávio Brito.

<sup>264</sup> Nos anos 1970 a CNA reconhece que é o banco que mais financia o setor rural e registra a satisfação com a chegada de Camilo Calazans, especialista em crédito rural, para uma de suas diretorias (*Gleba*, mar. 1970).

se antecipar sobre o tipo de tratamento que seria dispensado às suas demandas. As linhas de crédito e condicionalidades dos empréstimos eram objeto de preocupação constante. O BNB, por exemplo, recebeu atenção pelos empréstimos aos agropecuaristas, sem juros, à título de estímulo para uso de “fatores técnicos” de produtividade — fertilizantes e agrotóxicos, corretivos e inoculadores, suplementos proteicos de origem animal e vegetal e suplementos minerais vitamínicos, antibióticos, sementes e mudas melhoradas, sêmen congelado e acessórios, rações balanceadas e melaço *in natura* para engorda de animais. Pela gama de produtos, denota-se que não foi somente o patronato rural quem se beneficiou, mas também as empresas estrangeiras que dominavam estes segmentos do mercado.

Durante o processo de reorganização da economia, algumas iniciativas deram suporte à política agrícola desenvolvida e implantada pelos governos militares. Apesar dos principais instrumentos de política agrícola terem sido concebidos no final dos anos 1930 e de uma maior institucionalização posta em marcha durante o breve governo de Jânio Quadros<sup>265</sup>, a sistematização da sua definição se deu com a promulgação do Estatuto da Terra, que regulou os direitos e obrigações relativos aos bens e imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e promoção de política agrícola.

Apesar da controvérsia criada com sua promulgação e o descontentamento dos fazendeiros, a definição de reforma agrária contemplava um dos interesses da CNA: o aumento da produtividade. Um dos seus mantras no rosário de reivindicações. Já no capítulo III do ET, referente a assistência e proteção a economia rural, os mecanismos de política agrícola eram definidos como:

- I - Assistência técnica;
- II - produção e distribuição de sementes e mudas;
- III - criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial;
- IV - mecanização agrícola;
- V - cooperativismo;
- VI - assistência financeira e creditícia;
- VII - assistência à comercialização;
- VIII - industrialização e beneficiamento dos produtos;
- IX - eletrificação rural e obras de infraestrutura;
- X - seguro agrícola;
- XI - educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional;
- XII - garantia de preços mínimos à produção agrícola (Lei 4.504, de 3/11/1964 – Estatuto da Terra).

---

<sup>265</sup> Criou o Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural por meio do Decreto 50.637, de 20/5/1961. Sua função era formular uma política de crédito rural entrosada com serviços de assistência econômica e técnica.

Conforme as demandas da CNA e os temas de interesse que apresentei até aqui, os 12 itens contemplam uma parte considerável de sua pauta de reivindicações. Nos Gráficos 2, 3 e 4, a seguir, é possível ver com detalhes quais pedidos tiveram mais destaque e espaço em sua publicação no que se refere a demandas para crédito, infraestrutura e educação rural, reivindicações clássicas, em diferentes épocas.

### **Demandas relacionadas a crédito e seguro, taxas e dívidas**

Para ter uma síntese do panorama das reivindicações da CNA, elaborei um conjunto de gráficos para poder visualizar melhor os períodos em que determinadas demandas tiveram mais força. Isto foi feito com base nos textos e demais documentos veiculados pela Confederação em sua revista, a *Gleba*. Os dados foram coletados conforme o assunto/conteúdo destes textos, publicados entre 1955 e 1973. O primeiro passo consistiu em fazer uma catalogação de temas a partir do sumário e título. Depois quantificá-los e organizá-los numa grande planilha por grupos de temas gerais e específicos (ação coletiva e mobilização patronal rural, associativismo e cooperativismo, políticas públicas e planos políticos, produtos agrícolas, modernização da agricultura e produtividade, representação patronal, temas polêmicos, setores da agricultura e pecuária, infraestrutura, abastecimento etc.). Por que este recorte? Na realidade, ele se impôs quando comecei a elaborar planilhas por temas de interesse e reivindicações pelo fato da revista ter sido publicada de forma estável naquele período. No final de 1973, a revista parou de ser publicada. Esta parada inviabilizou a continuação da coleta, catalogação e sistematização dos dados que me interessavam<sup>266</sup>. Apesar disto foi possível catalogar 442 temas a partir dos sumários, matérias, artigos, editoriais, notas, relatórios, colunas, seções, atas de reunião e outros documentos publicados na *Gleba*. Tais blocos temáticos organizados conforme o número de vezes que um assunto aparecia, permitiu contabilizar 7.208 inserções sobre temas como mobilização patronal (598)<sup>267</sup>, CRB e CNA — representação e pronunciamentos (370), associações rurais e associativismo (407 inserções), cooperativismo (266), modernização da agricultura (228), sindicalização rural (215), líderes rurais (181) exemplos da agricultura de outros países<sup>268</sup> (170), pecuária (166), agricultura no parlamento (149), café (146), agricultura

---

<sup>266</sup> Depois de 1973, a entidade publicava, através do jornal Correio Braziliense, convocações para reuniões em sua sede. Os anúncios eram voltados principalmente para o seu Conselho Superior.

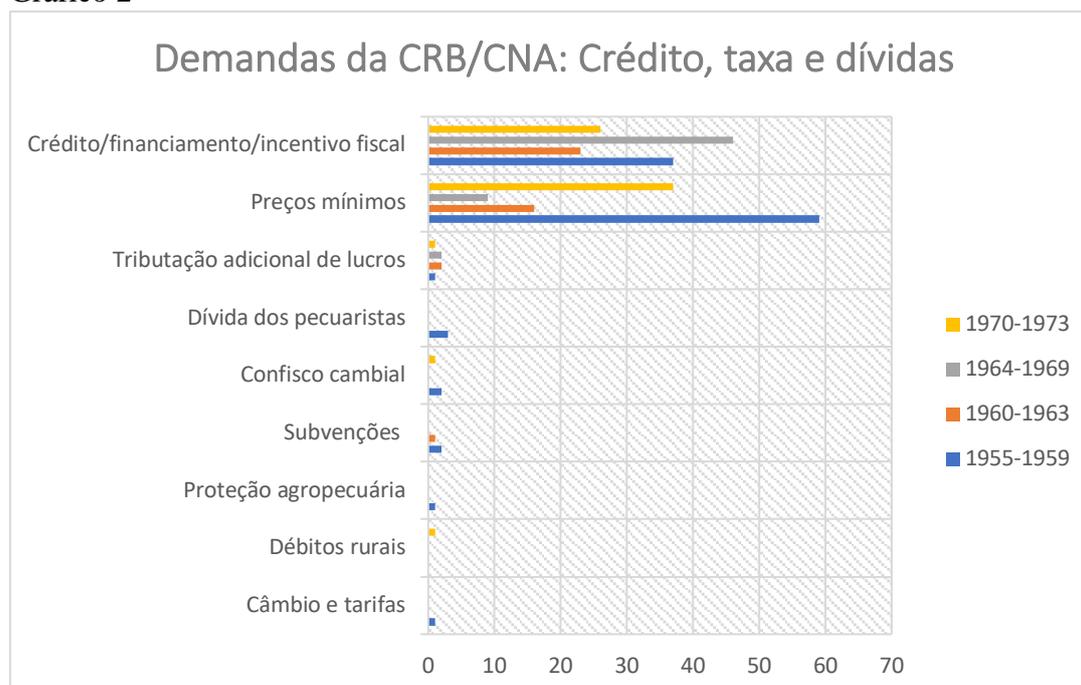
<sup>267</sup> Organização e participação em concentrações rurais, congressos, seminários, reuniões, sessões, encontros, banquetes, festas, palestras, conferências, exposições agropecuárias, marchas, movimento Paz no campo, paz social.

<sup>268</sup> Estados Unidos, Inglaterra, Suíça, Portugal, Colômbia, Dinamarca, Japão, Alemanha, Suécia, Áustria, Israel, Tchecoslováquia, Holanda, Kênia.

em geral (140), crédito, financiamento e incentivo fiscal (132), avicultura (126), produtividade e rentabilidade (126), preços mínimos (121), federações (118), cargos assumidos por portavozes da CNA e outras personalidades em instituições do Estado e empresas públicas e privadas (91), leis (86), exportação e comércio exterior (75), patronato rural e participação em planos do governo (64). A amostragem permite observar a hierarquia e quais reivindicações tinham mais ênfase ao longo de 18 anos.

Nos gráficos elaborados cada bloco temático é constituído por subtemas, que integram o rol de pedidos em relação uma determinada demanda. No Gráfico 2, o bloco temático é formado pela demanda relacionada a crédito, taxas e dívidas. Entre meados de 1950, 1960 e 1970, crédito, financiamento, incentivo fiscal e preços mínimos têm mais atenção do que os demais pedidos ligados à demanda principal e à política agrícola.

Gráfico 2



Elaborado pela autora a partir da *Gleba* (1955-1973). Acervos: Escola de Horticultura Wenceslão Bello, Biblioteca Nacional e Embrapa Solos.

Sistematizei um total de 271 inserções na *Gleba* relacionadas a crédito, taxas e dívidas que revelam quais as principais demandas para a CNA e as questões incômodas como a taxação de lucros e o confisco cambial. O Gráfico 2 permite visualizar a força destes temas, sobretudo nos anos 1950 e entre 1964 e 1973. O total de inserções referentes a cada variável temática é: crédito, financiamento, incentivos fiscais (132 inserções) e preços mínimos (121). São demandas centrais. As com menos inserções são tributação adicional de lucros

(6), dívida dos pecuaristas (3), confisco cambial (3), subvenções (3), proteção agropecuária (1), débitos rurais (1) e câmbio e tarifas (1).

Também é possível visualizar o que era essencial para a CNA quanto ao crédito rural. A prioridade dada ao tema entre 1964 e 1969 mostra o início de um tempo de crédito fácil e abundante, pois, “sob todas as formas e, em geral, a juros negativos, cresceu muito (IANNI, 1986). Contudo, esta demanda permanece na década de 1970. O pedido de crédito e subvenções financeiras sempre foi o número um da CNA. Apenas nos anos 1950, a questão dos preços mínimos teve um pouco mais de visibilidade e inserções em sua publicação oficial. Com menos visibilidade — pelo quantitativo, mas não com menos relevância — pediu-se o cancelamento da tributação adicional de lucros, o abatimento dos débitos rurais e o perdão da dívida dos pecuaristas, além de conclamar a interferência do governo na questão do confisco cambial. O engajamento da CNA em pautar estas questões, especialmente, quando era mais influente — sob a gestão de Meinberg, exerceu pressão para que os governos militares criassem incentivos e favores fiscais e creditícios voltados à implantação e expansão de empreendimentos agrícolas, pecuários, extrativos e agroindústrias.

Ianni (1986) lembra que foi nesse período em que se acelerou o desenvolvimento intensivo e extensivo no campo e, simultaneamente, se favoreceu o desenvolvimento intensivo do capitalismo na indústria canavieira de São Paulo e Pernambuco. Além de abrir a “fronteira” amazônica para grileiros (pessoas que se apossam de terra alheia por meio de escritura falsa), latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros.

Para a CNA eram frentes e instrumentos de política de desenvolvimento agropecuário o crédito especializado, a política de preços, de seguro agrícola, de estocagem, de sementes certificadas, de fertilizantes, de mecanização, eletrificação rural, de irrigação e drenagem, de assistência técnica, de pesquisa e experimentação, de organização sindical, de moradia rural, e de ensino agrícola (MEMORIAL - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, *Gleba*, jan. 1970, p.8-10). Foi justamente essa política de modernização da base técnica da agropecuária, potencializada durante a ditadura militar, que acelerou enormemente as transformações no campo. Os incentivos financeiros foram destinados às grandes empresas capitalistas e grupos econômicos para que se ocupassem da agricultura e da pecuária (MARTINS, 1984). Ainda segundo Martins, foi a política responsável por estabelecer uma ruptura porque modificou, transformou velhas estruturas e relações de dominação. Sua efetivação, não podemos deixar de comentar, veio junto com o emprego da violência e da violação de direitos humanos — despejos brutais de pessoas de suas casas e terras para dar espaço às novas empresas; prisões e assassinatos de trabalhadores rurais;

queima de casas, destruição de lavouras e ameaças aos trabalhadores e suas famílias que resistiam para deixar seu local de moradia ou contestavam, principalmente, a política fundiária (MARTINS, 1986).

Dentre os instrumentos legais mais importantes para a agropecuária estabelecidos no governo Castello, citam-se: i) o ET, que tratava das questões agrárias e da política agrícola ao abordar o problema da assistência financeira; ii) a Lei 4.595, de 31/12/1964, voltada para o Sistema Financeiro Nacional, mas contemplando o crédito rural em seu Art. 2º<sup>269</sup> e, por fim, iii) o Decreto-Lei 167, de 14/2/1967, que dispunha sobre títulos de crédito rural e facilitava as operações de crédito. Essa tríade de medidas ensejou uma série de desdobramentos de curto, médio e longo prazo. Freitas (2008) observa, por exemplo, que o seguro rural, mesmo preconizado no ET, só foi instituído quando foi promulgada a Lei 5.969, de 12/12/1973, que instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)<sup>270</sup>. A medida assinada por Emílio Garrastazu Médici (1974-1978), terceiro presidente militar, Delfim Netto, ministro do Planejamento, e Moura Cavalcanti, ministro da Agricultura, tinha a finalidade de isentar o patronato rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação fosse dificultada por fenômenos naturais, pragas e doenças que comprometessem bens, rebanhos e plantações (LEI Nº 5.969, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1973). Essas medidas foram importantes para o patronato rural e para a CNA, que registrou em sua revista que Médici foi o presidente que mais olhou para os ruralistas. Entretanto, a implantação do Proagro causou enormes prejuízos ao Tesouro Nacional pelos desacertos nos primeiros anos (FREITAS, 2008).

Quando o ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti, anunciou que o objetivo da criação do Proagro era “racionalizar o setor agrícola brasileiro, onde não vai haver burocracia

---

<sup>269</sup> “Considerava-se crédito rural o suprimento de recursos, por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares, a produtores rurais ou a suas cooperativas, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadram nos objetivos indicados na legislação em vigor” (FREITAS, 2008, p. 32);

<sup>270</sup> Um pouco antes do lançamento do Proagro, os jornais de circulação nacional como o *Jornal do Brasil* divulgavam a expansão da área agrícola nos estados brasileiros. A soja semeada em cerca de três milhões de hectares no Rio Grande do Sul, com expectativa de colheita de quatro milhões de toneladas do produto. O Rio Grande Sul naquele momento já destinava 2,5 milhões de hectares para o plantio de arroz. A recente cultura do sorgo (com colheita mecanizada), na fronteira, seria ampliada com novas terras no planalto, onde se plantam a soja e o trigo. A maior parte dos que tinham financiamento do Banco do Brasil deviam plantar cerca de 10% da área com soja e milho, sorgo ou feijão. A previsão era ter mais de 200 mil hectares com sorgo a partir de 1974, além das 140 mil utilizadas em 1972. As áreas plantadas também se expandiam nos estados da Bahia (feijão, milho, mamona e café). Em Minas Gerais, o menor avanço da soja, devido a falta de sementes de soja adaptável ao cerrado, beneficiou o arroz e o feijão. Mesmo com esse problema o plantio de soja seria de 44 mil hectares em 1973/1974. Enquanto a cana-de-açúcar seria a cultura mais beneficiada do estado do Rio de Janeiro, onde a banana e a mandioca deviam perder área. Em Pernambuco, a perspectiva era haver alta nos preços do algodão e do milho. O estado de São Paulo teria um ganho na área total de plantio e um aumento da produção agrícola decorrente dos níveis de rendimento nas culturas de soja e algodão. Em 1973/1974, segundo a Secretária de Agricultura de São Paulo, a ampliação mais significativa das áreas de plantio seria para o algodão, arroz, cana-de-açúcar, laranja, feijão, soja e café (*Jornal do Brasil*, 21/10/1973).

nem conflito de interesse” (*Jornal do Brasil*, 1/11/1973, p. 3), se manifestaram a favor da medida a Federação de Agricultura de Minas Gerais, por meio de seu superintendente, Marcos Abreu Silva; diretor de crédito rural do Banco Central, Paulo Yokota; o senador Emival Caiado (Arena-GO); a Federação Brasileira das Cooperativas de Trigo e Soja; e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ambas do Rio Grande do Sul<sup>271</sup>. Em 1974, a Farsul ao apresentar suas reivindicações pediu a regulamentação do Proagro (*Jornal do Brasil*, 7/2/1974). Para o patronato rural da Farsul era preciso restabelecer o seguro agrário e isto seria possível através da regulamentação do Proagro, como instrumento básico capaz de propiciar condições psicológicas de tranquilidade ao “produtor rural”, e ainda a reformulação na política de crédito rural, com estímulo para o “pequeno e o médio produtor” para que pudessem utilizar maior escala de recursos para adoção de técnicas modernas (*Jornal do Brasil*, 6/3/1974, p. 19).

A reivindicação relativa ao Proagro foi apresentada ao ministro da Agricultura e membro da CNA, Alysso Paulinelli, quando esteve na cidade de Cruz Alta (RS) para lançar a campanha pela autossuficiência de trigo (*Jornal do Brasil*, 1/4/1974). A Faesp também se manifestou sobre o tema e pediu a implantação de um plano global de seguros das safras, no menor prazo possível. A solicitação foi remetida por meio de memorial ao presidente da República, Ernesto Geisel. Para a Faesp as medidas governamentais (Proagro) protegeram apenas os empreendimentos desenvolvidos com base e nos limites dos financiamentos de estabelecimentos bancários (*Jornal do Brasil*, 25/4/1974).

Na sua fase inicial, o Proagro garantiu o plantio de trigo no Sul — embora, com as geadas, houvesse reclamações sobre a eficiência operacional do programa — e, em 1975, através dele houve liberação de financiamentos para formação de pastagens, que beneficiava diretamente o setor pecuário. Entre os contratos firmados naquele ano destacaram-se os relacionados com o Programa Nacional de Armazenagem, para construção de armazéns e silos nas fazendas (*Jornal do Brasil*, 20/5/1975 e 16 e 23/7/1975)<sup>272</sup>. A questão da armazenagem era

---

<sup>271</sup> Quatro meses após o lançamento do Proagro, o deputado Fernando Cunha (MDB-Goiás) reclamava que nada ainda tinha sido feito através programa para tornar realidade o seguro rural (*Correio da Manhã*, 13/3/1974). Cunha era advogado, foi procurador jurídico municipal em Anápolis (GO), em 1964, estava ligado aos ruralistas de Goiás e, nos anos 1980, fez parte da bancada pró-UDR na constituinte (BARBOSA, 2018).

<sup>272</sup> Em 1977, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, foi à CNA, em Brasília, explicar que a política do dinheiro abundante e barato para a agricultura era incompatível com a política de combate à inflação. Em três, informou, o crédito para o setor foi superior a 300% (*Correio Braziliense*, 11/8/1977). Entre 1975 e 1976, a agricultura elevou as taxas inflacionárias. Alysso Paulinelli, ao reconhecer que a agricultura contribuiu na elevação da inflação nesses anos, declarou que, em 1977, o setor deu uma significativa contribuição para a queda das taxas de inflação. Também advertiu para a necessidade de reduzir ou conter os custos dos insumos e serviços essenciais da atividade agrícola (*Correio Braziliense*, 12/9/1977). Todavia não reconhecia que fosse a agricultura a principal responsável pela aumento da inflação.

parte das demandas recorrentes da CNA e a iniciativa do governo foi bem recebida pela entidade.

Delfim Netto, que sempre esteve junto do patronato rural, ponderou sobre a única medida que faltou durante os governos militares, quando ele era ministro:

Nos anos 1970, entusiasmando o sujeito para tomar risco, ficou faltando ainda, na agricultura brasileira, uma coisa importante que é o seguro de safra. Como você tem uma flutuação muito grande, no ano que vai mal, realmente, ele se endivida, aí a coisa começa a se desintegrar. Mas, hoje, a agricultura brasileira está no estado da arte. Nós produzimos no Brasil equipamentos, eletrônica embarcada melhor do que os Estados Unidos ou igual. Não tem diferença nenhuma.

(...) Eu estava na Fazenda, mas eu nunca deixei a agricultura. Eu vou te dizer, eu entrei na Fazenda com um plano agrícola. Depois fui ser ministro da Agricultura... só depois fui para o Planejamento (Delfim Netto, entrevista concedida à autora em 24/1/2017).

Até hoje sua visão é de que uma agricultura forte multiplica as oportunidades que o País tem para alcançar com rapidez o seu desenvolvimento. “Precisamos crescer estimulando, ao mesmo tempo, a expansão industrial e o fortalecimento da agricultura<sup>273</sup>”. O ex-ministro lembra que a Faesp, por sua vez, chegou a elaborar um parecer técnico no qual fez reparos à obrigatoriedade da promoção de contratos de seguro nos financiamentos proporcionados à agricultura e à pecuária pelas instituições financeiras que compõem o sistema nacional de crédito rural. Este era um parecer do porta-voz da CNA e presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, encaminhado a Delfim Netto. Jost era contrário à obrigatoriedade do seguro rural que estava previsto em lei. Ele entendia que ainda era cedo para implantar no país esse tipo de seguro especializado e complexo. Uma de suas ponderações era que qualquer falha em seu planejamento e execução redundaria em prejuízos imprevisíveis para os “produtores rurais” e para a disseminação de crédito especializado. O parecer da Faesp atendia às sugestões da CNA.

A política agrícola dos anos 1970, do ponto de vista dos segmentos congregados pela CNA, foi exitosa. Um aspecto bastante tangível desse êxito tem a ver com a própria ampliação da rede de distribuição de créditos subsidiados pelo interior do país, tendo sido capitaneada pela abertura de novas agências do Banco do Brasil ao longo daquela década. A institucionalização da política agrícola se deu efetivamente no governo dos militares. No decorrer do governo Castello os avanços foram notórios e, na década seguinte, foram desenvolvidas diversas frentes de atuação em programas como as linhas especiais de financiamento e o seguro rural, além do incremento nos incentivos à pesquisa, à assistência técnica e à extensão rural (FREITAS, 2008).

---

<sup>273</sup> Entrevista concedida à Elisandra Galvão em janeiro de 2017.

A CNA contribuiu para elaboração das diretrizes do Sistema Nacional de Crédito Agrícola através de sua participação na Comissão Consultiva de Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional. O trabalho nesse grupo consistiu em consolidar as normas para o disciplinamento do crédito rural. Os técnicos da CNA estavam interessados, no contexto do Sistema Nacional de Crédito Agrícola, no estudo de uma fórmula racional e simples que permitisse construir uma faixa especial de crédito para o financiamento de reprodutores machos bovinos, destinados à produção de carne e leite, com vistas a permitir maior índice de produtividade à pecuária brasileira (*Gleba*, dez. 1970).

A Gerência de Crédito Agrícola e Industrial (Gecri), do Banco Central do Brasil, condicionou a inclusão de uma faixa especial de financiamento dos reprodutores machos bovinos, registrados e controlados, para a produção de carne e leite, com aplicação de recursos dos Sistema Nacional de Crédito Agrícola, à existência de um seguro de crédito devidamente instituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados. Esse ponto de vista é dos pecuaristas que atuavam na CNA.

O Conselho, atendendo ao alto significado econômico e social do seguro rural, incluído entre as modalidades de seguros privados, regulados pelo Decreto nº 73, de 21/12/1966, houve por bem aprovar, com a Resolução CNSP n 5/70, de 14 de julho de 1970, as normas tarifárias e as condições de seguro rural, implantando, a título experimental, no Estado de São Paulo. Essa Resolução é vista pelo pecuarista e diretor da CNA, Durval Menezes, como um marco na instituição do seguro rural e abrange, inclusive, o seguro de crédito para a comercialização de produtos agropecuários, para a cobertura das perdas líquidas que o segurado (instituição financeira financiadora) sofresse em consequência da incapacidade de pagamento dos compradores-devedores.

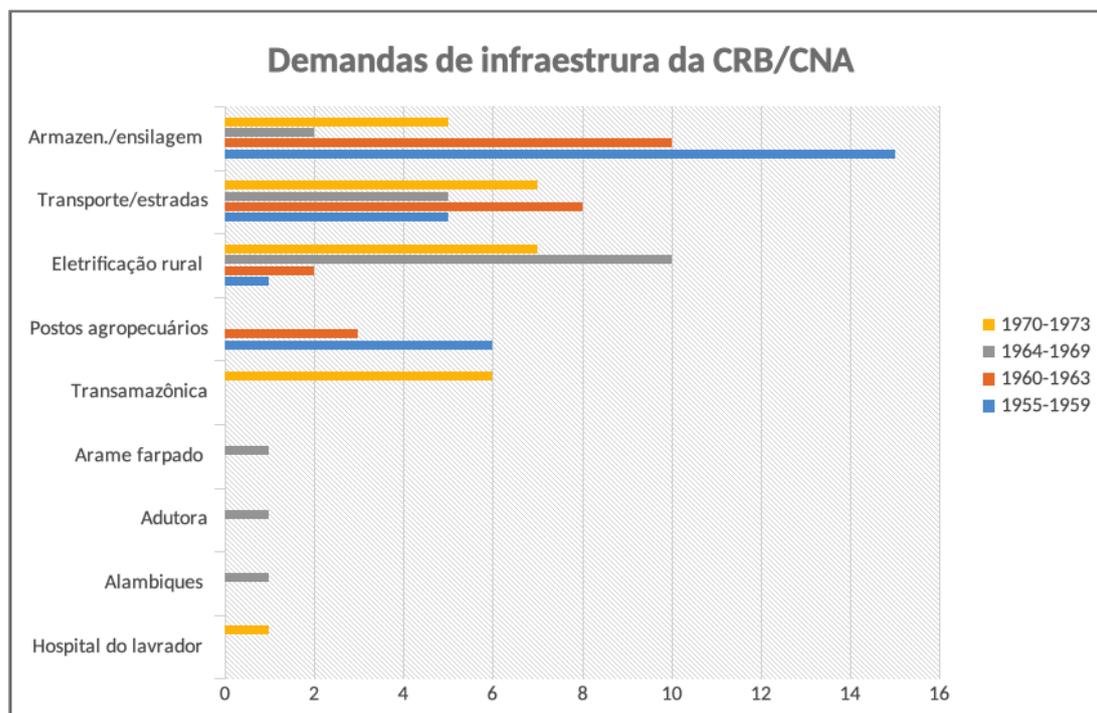
A atitude do Conselho para contribuir para o equacionamento e solução de um dos mais importantes problemas da agropecuária brasileira, levou a CNA a solicitar que os órgãos técnicos do Conselho Nacional de Seguros Privados e do Instituto de Resseguros do Brasil, com a colaboração da CNA, promovessem estudos necessários para a instituição de um seguro de crédito para as operações de financiamento de reprodutores machos bovinos, controlados e registrados, destinados a produção de carne e leite, operações essas devidamente regulamentadas pelo Banco Central dentro do Sistema Nacional de Crédito Agrícola. Um programa de incremento dos Registros Genealógicos e, em consequência, a recuperação e desenvolvimento dos rebanhos bovinos brasileiros, uma das preocupações e metas do atual governo no campo da alimentação e exportação.

Nos anos 1970, as metas na CNA eram claras: aumentar a produção e produtividade, e a exportação. Para a cotação da carne e leite demandava a CNA que fosse feita por uma comissão formada pelo Ministério da Agricultura, Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil e CNA (*Gleba*, dez. 1970, p. 37). Como demonstrado no início deste item, a pecuária de corte e leite foi um dos setores que teve constante atenção da entidade entre os anos 1960 e 1970. A Diretoria da CNA buscou dar prioridade para as demandas da agropecuária nas medidas do governo federal. Houve inclusive sugestões para que o patronato rural desse setor fosse exaltado em ampla campanha escrita, falada, televisionada e de cinema no País. Devia-se enfatizar que é a hora e a vez da agricultura. Para a Confederação não existiria “Nação próspera, economicamente forte, socialmente tranquila e um povo feliz, sem um meio rural bem implantado, fortalecido e em permanente e progressiva produtividade lucrativa, face ao avassalador índice demográfico” (*Gleba*, dez. 1970, p. 37). Também se ressaltava que o empenho governamental para propiciar lucros compensadores ao patronato rural e às múltiplas atividades rurais tinha a meta de elevar o poder aquisitivo do meio rural, como imperativo para a perfeita coexistência pacífica da agricultura com a indústria e o comércio, possibilitando crescentes arrecadações municipal, estadual e federal. Todos esses estímulos se consubstanciam na formação de excedentes da agricultura e das indústrias, para maior intercâmbio internacional formador de volume apreciável de dólares de exportações que supere em muito aos de importação, em termos não gravosos. Estes argumentos da CNA foram os difundidos entre o final de 1960 e início do governo de Garrastazu Médici.

### **Demandas para infraestrutura**

No Gráfico 3, o método empregado foi o mesmo. E os pedidos por melhoria nos setores de armazenamento, ensilagem, eletrificação rural, transporte, estradas etc. estavam relacionados a demandas e discussões sobre infraestrutura. Na perspectiva do patronato ligado a CRB e CNA melhorar estes setores levaria ao desenvolvimento rural previsto no Estatuto da Terra.

Gráfico 3



Elaborado pela autora a partir da *Gleba* (1955-1973). Acervos: Escola de Horticultura Wencesláo Bello, Biblioteca Nacional e Embrapa Solos.

Há 71 ocorrências sobre os nove temas listados no Gráfico 3. Constata-se que, nos anos 1950, a ênfase estava mais nos postos agropecuários, transporte, estradas, armazenamento e ensilagem. Na década de 1960 estas demandas aparecem junto com pedidos de ampliação da eletrificação rural, facilidades para compra de arame farpado, construção de adutora e alambiques<sup>274</sup>. E, no começo de 1970, ganham destaque a Transamazônica e a assistência rural por meio de hospitais para lavradores. A infraestrutura almejada era a que possibilitasse melhores condições de comercialização dos produtos dentro e para fora do país. A aproximação com os centros consumidores exigia meios de transporte e comunicações, consoantes com propósitos de integração regional e nacional. Atendeu-se também a um conjunto de reivindicações patronais rurais quanto à oferta de armazenamento e aos preços mínimos, através da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) e da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

O anúncio da execução de um sistema rodoviário para a colonização e integração da Amazônia, a ser desenvolvido até 1974, tinha como peça básica a Rodovia Belém-Brasília e

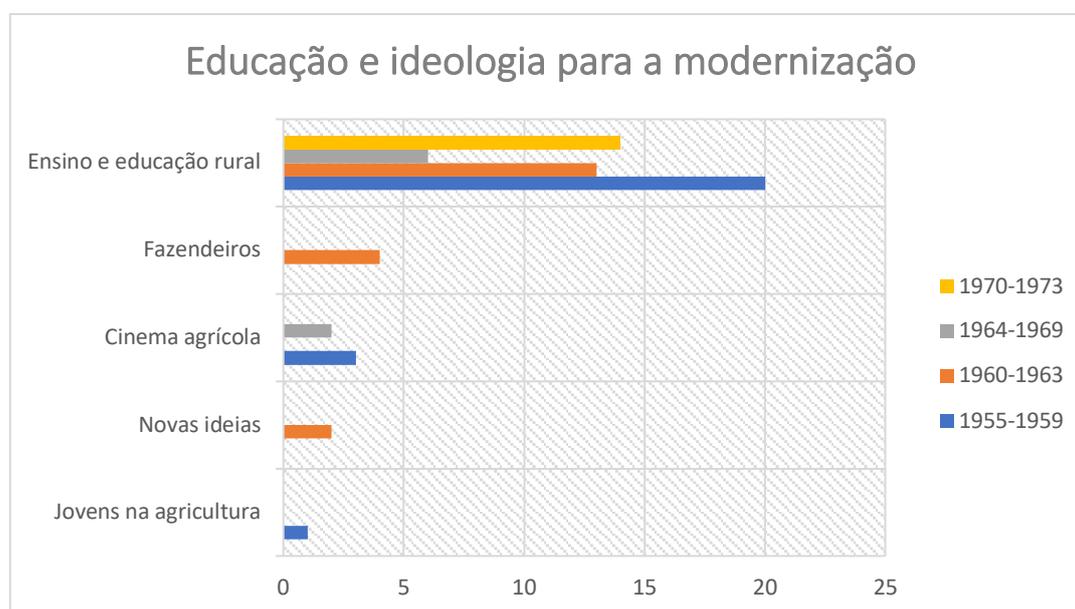
<sup>274</sup> A CNA teceu elogios o Inda, sob a administração do mossoroense Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, que fez a eletrificação chegar a algumas fazendas – mais de 2 mil propriedades, segundo Hélio Arteiro, responsável pela coluna Intelsat (*Gleba*, jan.1970).

foi anunciado pelo presidente Médici. Na gestão deste, o objetivo era abrir novas frentes na implantação da rede rodoviária básica da Amazônia. Uma primeira via seria a construção de uma estrada unindo Cuiabá, Cachimbo e Santarém que desenvolver, entre as duas últimas o porto fluvial do rio Amazonas (*Jornal do Brasil*, 17/3/1970). Esta via seria o elo adicional para o deslocamento Sul-Norte. A segunda frente de trabalho envolveu a construção de estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia

### **Demandas para criar uma “nova mentalidade”**

Nos quatro períodos recortados no Gráfico 4, a CNA deu ênfase, principalmente, ao ensino e educação rural. Uma meta da entidade era mudar as ideias no campo. Para isto era preciso atuar junto aos fazendeiros relutantes quanto à adoção de novas técnicas e de uma racionalidade “moderna”, além de investir na formação de jovens.

Gráfico 4



Elaborado pela autora a partir da *Gleba* (1955-1973). Acervos: Escola de Horticultura Wencesláo Bello, Biblioteca Nacional e Embrapa Solos.

O destaque, nos anos 1950, é para os programas de cooperação internacional, e para os Clubes 4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir)<sup>275</sup>. Entre os meios de comunicação destacados para

<sup>275</sup> A versão brasileira do programa americano 4-H (Head – cabeça, Heart – coração, Hands – mãos, e Health – saúde). Por meio deles realizavam-se ações voltadas para a modernização das práticas agrícolas e melhoria da

levar educação ao campo e promover a ideologia da modernização aparece, especialmente, o cinema, com a divulgação de filmes agrícolas. O período que este gênero de produção aparece nas páginas da *Gleba* coincide com o da difusão da produção do Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince), que difundia a exibição de sua produção e a de filmes agrícolas nacionais e americanos nas salas de aula — de todos os níveis do ensino, em sessões nas embaixadas e consulados e antes da exibição de longas metragens nas salas de cinema, e nas escolas rurais do país (GALVÃO, 2014).

Os gráficos apresentados neste item mostram os principais assuntos pautados na *Gleba* para promover discussões de interesse do patronato rural através de sua instância de representação. Os incentivos para a mecanização, agroindústria, educação e extensão rural “revolução técnica na agricultura”, nova técnicas, assistência técnica, inseminação artificial, meios de transportes e estradas para facilitar o escoamento da produção foram acessados pelo patronato rural via mecanismos de política agrícola e pelas leis instituídas pelos governos militares.

### **3.6. Relações da CNA mais fortes com Costa e Silva**

O governo Costa e Silva ampliou as fontes e os meios para a assistência financeira e creditícia, técnica e social — demandas históricas da CNA e do movimento ruralista e apresentadas como formas de estimular o aumento da produção agropecuária. Entre as principais reivindicações recolocadas após 1964 estão a mecanização agrícola; o seguro agrícola; a produção e distribuição de sementes e mudas; a criação, venda e distribuição de reprodutores; o uso de inseminação artificial; o estímulo ao cooperativismo; a assistência à comercialização; a eletrificação rural e as obras de infraestrutura; a garantia de preços mínimos para produção agrícola e menos impostos. Mecanismos e ações que também estavam presentes no Estatuto da Terra, na parte relacionada à política agrícola.

A CNA vislumbrava aquele porvir com crédito subsidiado. Depois da fase de críticas a iniciativas de Castello Branco, como o Estatuto da Terra, veio uma aproximação mais forte com Costa e Silva, que, coincidentemente, tinha uma relação de amizade com, Flávio da Costa Brito, o novo dirigente que assumiu a CNA depois de 13 anos da gestão de Iris Meinberg (Figura 13).

---

qualidade de vida nas zonas rurais. Ver mais em Silva (2009) sobre os clubes e a cooperação técnica Brasil-Estados Unidos estabelecida por meio da American International Association for Economic and Social Development (AIA) – agência filantrópica fundada por Nelson Rockefeller. A atuação da AIA começou nos anos 1940 e difundiu programas de assistência técnica americanos, adaptando-os às realidades locais.

Figura 13 – Iris Meinberg se despede da CNA



No Clube Comercial, Meinberg (ao centro) ofereceu almoço, no dia 20 de julho, aos jornalistas da imprensa e TVs mais ligados ao setor agropecuário. Ele falou sobre a ação da CNA e agradeceu a cooperação prestada durante suas quatro gestões. Foto: *Gleba*, 1967.

Elio Gaspari registra que Costa e Silva estava “amparado pelo dispositivo militar, favorecido pela impopularidade de Castello e apoiado pela elite política ligada ao governo” e era chamado pelo *Jornal do Brasil* de “encruzilhada de todas as aspirações” porque juntara aspirações demais na sua encruzilhada. Aos políticos, oferecia abertura e aos militares, a continuidade do regime (GASPARI, 2002, p. 276). O autor informa que, no plano da política econômica, Costa e Silva se negou a endossar um plano de compromisso com o Fundo Monetário Internacional e acenou com uma política econômica mais suave do que a de Castello.

A sintonia entre a Confederação e o Estado, entretanto, atingiu o auge no governo Médici. O que isso significou? As reclamações da CNA, que vinham num crescendo deste o pré-1964, arrefeceram porque suas demandas centrais começaram a ser atendidas. Entre elas o desenvolvimento de uma política de incentivos fiscais para vários setores rurais e direcionada para o “progresso tecnológico na agricultura”. A política de Estado criou este e outros mecanismos que favoreceram a capitalização da grande propriedade. Outro dispositivo central dentro dessa política para a transformação capitalista na agricultura nacional foi o crédito rural. Os dois instrumentos de “modernização” integravam as demandas históricas da CNA e privilegiaram os grandes proprietários de terra que investiram grande parte destes recursos em

reservas de valor, como a “compra” de mais terras. Os proprietários rurais, que já tinham o apanágio de acessar outros serviços junto aos bancos e davam a terra como garantia, tiveram com o crédito rural as condições para assumir o papel do “repassador” — aspas do autor —, pela facilidade que têm de dispor de dinheiro a baixo custo (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 39).

O primeiro ano do governo de Costa e Silva também coincidiu com uma nova fase de atividade da Confederação Nacional de Agricultura. A entidade começou o ciclo com mais recursos financeiros, melhores instalações e regimento interno e regulamento de pessoal aprovados, e a contratação de pessoal técnico, administrativo e de economistas (possivelmente isto era feito com recursos do imposto sindical) para atuarem no Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da entidade, sob a coordenação do general do Exército Adir Maia (Figura 14). Mesmo sendo o ano de saída de Iris Meinberg da presidência da CNA, ele buscou deixar tudo organizado para a chegada de Flávio Brito.

Figura 14 – General Adir Maia no Departamento de Estudos Econômicos da CNA



Maia, ao centro, conduz reunião com os jovens economistas selecionados por ele para atuarem no Departamento de Estudos Econômicos e Sociais. Foto: *Gleba*, 1967.

A entidade estava atenta à posse e aos planos para agropecuária de Costa e Silva que assumiu a presidência do Brasil, em março de 1967, dizendo que o exercício da democracia era um dos postulados do seu governo, embora houvesse dificuldade em conciliá-la com as “severas necessidades da Revolução. Revolução que salvou o país da subversão, do despotismo

e dos caos” (DISCURSO DE POSSE DE COSTA E SILVA, *Gleba*, jan.-dez., 1967, p. 4). O pronunciamento de Costa e Silva relevante para a CNA, entretanto, foi o realizado na IV Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina (PR), em abril de 1967. Ao abrir a exposição, o presidente tratou pela primeira vez, depois da posse, de questões do campo e assegurou renovar o Brasil e “sacudi-lo dos ócios e mediocridades rotineiras que o anestesiaram há tantos anos, para conduzi-lo a acertar o passo com as nações que já desfrutam plenamente dos benefícios da ciência e tecnologia” (*Gleba*, jan.-dez., 1967, p. 11).

Iris Meinberg no seu último ano à frente da CNA participou de diversos eventos representando os interesses do empresariado agropecuário e colocando suas demandas como porta-voz do órgão máximo da representação sindical. Para ele, a transformação da CNA identificou ainda mais a “Classe com a infraestrutura dos Poderes Públicos, colocando-a em posição institucional para efetivar seus encargos de órgão técnico-consultivo do governo federal” (MEINBERG, *Gleba*, jul.-ago. 1967, p.1). No último semestre como presidente empenhou-se em tarefas básicas da implantação do sindicalismo rural, estabelecimento de infraestrutura da CNA e defesa dos interesses econômicos dos empresários rurais. Promoveu e patrocinou os seguintes eventos: Congresso do Café e Cacau, a Missão Empresarial à Itália, os encontros das federações de agricultura em Curitiba e Porto Alegre, a I Conferência Nacional de Castanha-do-Pará, juntamente com o Inda (*Gleba*, set.-out., 1967). Entre os trabalhos e estudos a atenção estava voltada para as sugestões da Carta de Brasília, a revisão da tributária (ICM), uma política nacional da castanha, as diretrizes agrícolas do novo governo sobre o milho, a contribuição sindical e observações sobre o café e o cacau em países da África, Europa e Américas.

As articulações de interesses mais importantes se deram no I Congresso Nacional da Agropecuária, no Distrito Federal, em julho 1967. O encontro resultou na elaboração da Carta de Brasília<sup>276</sup> — denominada também de “Carta da Esperança” e considerada um verdadeiro código de desenvolvimento agropecuário nacional — e na criação do cargo de adido agrícola nas embaixadas brasileiras dos países onde se localizam grandes centros produtores e importadores. Este anúncio foi feito pelo chanceler Magalhães Pinto durante o I Congresso para o secretário de Economia da Guanabara, Armando Mascarenhas (*Jornal do Brasil*, 1/8/1967). Participaram desse evento o presidente Costa e Silva, oito ministros, onze governadores e

---

<sup>276</sup> Composta por 19 capítulos, com as diretrizes da política nacional de produção agropecuária e seus objetivos e metas, tais como organização do meio rural, produção, abastecimento, industrialização rural, exportação, organização do poder público e da iniciativa privada. A Carta também determinou que os congressos nacionais de agropecuária se realizassem anualmente para reavaliar os objetivos propostos na mesma.

secretários de Agricultura de quase todos os estados do país. Além de delegados das federações do Rio Grande do Sul (embaixador Batista Luzardo representando a Farsul)<sup>277</sup>, Paraná (Paulo Patriani, presidente da Faep), São Paulo (Emanuel Bianchi, presidente da Faesp), Rio de Janeiro (Ademar Moura, representante da Faerj) e Pernambuco e representantes do Inda e do Ibra. O documento final tinha o objetivo de disciplinar a produção e o abastecimento conforme as sugestões apresentadas nos debates no decorrer do Congresso. Costa e Silva afirmou que as linhas mestras da política estavam traçadas: “Devemos atacar vigorosamente o setor da agropecuária, como condição para dar consistência e efetividade ao processo de industrialização, pois hão de ser entendidos como eixos conjugados do desenvolvimento” (*Gleba*, jul-ago., 1967, p. 5). Segundo o presidente da República, o aumento da produção e da produtividade seria desencadeado, com maior emprego de tecnologia moderna, expansão de área agrícola em condições econômicas e a implantação e ampliação das indústrias rurais, até a comercialização e a melhoria da organização do meio rural, “através de processos democráticos de reforma agrária e da instituição de colônias auto-administráveis, para o revigoreamento do espírito empresarial tão necessário ao desenvolvimento econômico” (*Gleba*, jul-ago., 1967, p. 5). Esta era a tônica do discurso oficial do governo ao considerar a Carta de Brasília um precioso subsídio à ação governamental. No encontro, Costa e Silva prometeu a realização de exame das providências para implantação de um sistema eficiente de seguro agrícola e medidas indispensáveis para o sistema de crédito rural ter uma estrutura central eficaz para utilizar com maior rendimento os instrumentos públicos e privados existentes na área do crédito rural — o seguro e o crédito eram demandas postas na Carta. O Decreto do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária (Decreto nº 61.105, de 28/7/1967)<sup>278</sup> era uma das iniciativas neste sentido, pois daria aos criadores brasileiros recursos da ordem de 216 milhões de cruzeiros novos — sendo metade obtidos de crédito externo e o restante a participação do sistema financeiro nacional e dos mutuários finais. A seguir estão reproduzidos os seis pontos que deveriam ser — na perspectiva patronal rural — as diretrizes básicas da política nacional de produção agropecuária:

---

<sup>277</sup> Foi designado embaixador do Uruguai (1937-1945), da Argentina (1945, 1946-1947 e 1951-1953). Sua primeira nomeação aconteceu após Getúlio Vargas ter dissolvido todos os partidos políticos por meio de decreto. Foi também presidente da Caixa Econômica Federal, da Carteira de Consignações.

<sup>278</sup> Instituiu o Fundepe – Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária – um fundo contábil de natureza financeira. Foi feito acordo de empréstimo entre o governo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O decreto foi assinado por Costa e Silva, Delfim Netto (ministro da Fazenda), Ivo Arzua (ministro da Agricultura) e Hélio Beltrão (ministro do Planejamento) - <https://www2.camara.leg.br>.

Item 1 – A política nacional de produção agropecuária, inspirado nos princípios democráticos de liberdade e nos ideais cristãos de solidariedade humana e social tem por fim assegurar:

- a) A contínua elevação do nível de vida do produtor rural, com o fim de integrá-lo plenamente ao processo de desenvolvimento socioeconômico nacional;
- b) a modernização e o aprimoramento das técnicas e métodos de produção rurais, de modo a melhorar a sua qualidade e aumentar sua produtividade;
- c) o abastecimento alimentar da população brasileira, em adequados níveis quantitativos, qualitativos e econômicos, de modo a obter-se um preço de equilíbrio que estimule o produtor, mas não onere o consumidor;
- d) os incentivos ao estabelecimento de indústrias na área rural, que utilizem os produtos agropecuários como matéria-prima;
- e) a conquista, manutenção e expansão de mercados externos, de modo a não só incentivar o produtor nacional, mas também recorrer decisivamente para o equilíbrio de nossa balança de pagamentos e contribuir para o abastecimento alimentar de outras populações;
- f) a precisa definição e hierarquização de objetivos e metas nacionais, bem como as respectivas faixas de atuação e responsabilidades dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, e da iniciativa privada, a fim de obter a convergência geral de esforços e de recursos para atingir com mais rapidez e eficiência aquelas metas e objetivo previamente selecionados<sup>279</sup>.

Os subsídios para este documento vieram da CNA e sua elaboração contou com o ministro da Agricultura, Ivo Arzua<sup>280</sup> (1967-1970). Iris Meinberg registrou nesta ocasião elogios à reorganização desse ministério, mediante a descentralização de suas atividades e o retorno à sua estrutura de organismos de funções paralelas ou concorrentes. Diante disto, era urgente, sugeriu, a reforma do Inda, Ibra, Sunab, da Comissão de Financiamento da Produção, assim como a restituição ao patronato rural do Serviço Social Rural — demanda que retorna com pedido de sua recriação — conforme o modelo de funcionamento na Indústria e Comércio. Meinberg pedia também a revisão da legislação do trabalho, a sindical e da previdência e assistência social para que fossem retirados “os preceitos demagógicos” (*Gleba*, jul.-abr., 1967, p. 10) — sem explicitar no que implicava o termo, porém, reclamando da incoerência e contingências burocráticas que retardavam benefícios e comprometiam o “verdadeiro direito operário”. Ele disse que era dever do Estado estabelecer a proporção de tributos e taxas, condicionando-a ao fator econômico de renda da produção, com a garantia dos preços mínimos, por exemplo, para que o empresário não fosse compelido a retrair-se e o consumidor não deixasse de consumir os produtos de que precisava. Na área da produção agrícola e pastoril e das indústrias rurais, do governo se exigiam providências práticas quanto à sua subsistência e desenvolvimento, o que incluía o condicionamento imediato da reforma agrária às realidades

<sup>279</sup> CARTA DE BRASÍLIA, principais pontos e trechos reproduzidos na *Gleba* (jul.-ago., 1967, p. 6).

<sup>280</sup> Engenheiro e ex-prefeito de Curitiba. Gaspari (2002) conta que, na votação do AI-5, Arzua foi o voto mais longo da reunião na qual sugeriu a criação de uma “Nova República”, com a dissolução do Congresso e a realização de eleições para uma Constituinte. Ele era um ministro sem expressão política e sua fala causou constrangimento aos demais ministros.

nacionais, por meio de uma revisão profunda do Estatuto da Terra e da legislação subsequente. Pedia ainda estímulos financeiros e fiscais para a produção e manufatureira em geral e as especializadas em artigos de consumo popular (alimentos, vestuário e calçados, energia elétrica, combustíveis domésticos, produtos terapêuticos e sanitários, materiais de construção e artigos escolares), a criação de novas agências do Banco do Brasil nas regiões agropastoris e dar à rede particular a obrigação de operar com as promissórias rurais e cédulas rurais pignoratórias, e amparar o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Outro conjunto de medidas demandadas era o incentivo do intercâmbio comercial com o exterior, o ensino técnico e profissional, reorganização dos transportes, ampliação da rede de armazéns e silos, modernização da pesca em todos os seus setores e execução efetiva do novo Código Florestal. Mais a integração dos dispositivos estaduais à função estratégica do plano de desenvolvimento coordenado, mediante a correção das atribuições dos organismos setoriais. A resposta ao bloco de pedidos da CNA veio no Plano de Ação lançado em 1967 pelo governo e que contemplava medidas indicadas pelo sindicato.

Nesse período de transição de gestão da Confederação e consolidação de sua estrutura sindical também foi possível mapear a colocação de temas novos na pauta, como a produtividade no cerrado, e o retorno de reclamações contra a política tributária, tida como nociva para a economia rural. O próprio Meinberg fez declarações diretamente à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados encarregada de estudar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM)<sup>281</sup> na economia nacional. Os ruralistas eram contra a implantação do ICM — uma bandeira constante da Confederação. A justificativa era que os 15% da alíquota do ICM e outros encargos fiscais dificultava a produção agrícola. Na CPI, Meinberg disse que só restavam duas alternativas para a lavoura, “ou para de produzir, ou é obrigada a sonegar o tributo” (*Correio da Manhã*, 23/6/1967, p. 14). Ele também argumentou que o tributo refletia negativamente nas exportações e que o patronato rural já pagava o fundo rural, seguro obrigatório, imposto territorial rural; o imposto de renda, contribuição para o Inda, fundo de reaparelhamento do BNDE, Eletrobrás, correção monetária do ativo da empresa, taxas estaduais, porcentagem variáveis do ICM e do consumo e o próprio ICM. Os ruralistas reclamavam ainda que a alíquota do ICM não era, como dizia a lei, de 15%, mas de 17,5%. Esta exposição de Meinberg em defesa dos interesses patronais nessa esfera foi feita para os

---

<sup>281</sup> Em 1968, o senador e presidente da CNA, Flávio Brito foi pedir a Costa e Silva a isenção do ICM para os produtos primários da agropecuária, para isto considerou promessa nesse sentido do presidente da República feita em Belo Horizonte (*Correio da Manhã*, 10/1/1968). O ministro da Fazenda, Delfim Neto, fez promessa formal a Brito de que os produtos da agropecuária ficariam isentos do ICM, entre 50 e 70%, na primeira venda — da agricultura para a comercialização (*Correio da Manhã*, 8/2/1968).

deputados José Carlos Teixeira (MDB-SE), Amilton Prado (Arena-SP), Ademar de Barros Filho (MDB-SP), Paulo Maciel (Arena-PE) e Israel Pinheiro Filho (Arena-MG). Ao falar sobre a reação dos ruralistas esclareceu que o “produtor agrícola, com o ICM, fora onerado em mais de 100% do imposto anteriormente devido, além de obrigado, agora a manter complexa escrita fiscal” (*Correio da Manhã*, 23/6/1967, p. 14). Este era o panorama e os temas centrais nas discussões do período de transição. Essa última questão teve uma boa visibilidade na imprensa e a CNA chegou a registrar na Gleba a satisfação com a repercussão nos grandes jornais.

No final de 1968, o próprio ministro da Fazenda, Delfim Netto comunicou à CNA a criação de um Fundo de Isenções — também denominado “Fundão da agricultura”, que permitiria isentar do ICM as transações com produtos agropecuários efetuados no mercado interno e possibilitando uma considerável redução no tributo incidente sobre as exportações (*Correio da Manhã*, 27/12/1968). As pressões no patronato rural nesse sentido foram exitosas e a CNA ficou satisfeita: “isso significa que a produção agropecuária ficará isenta do pagamento do ICM nas transações do mercado interno e que haverá grande redução no tributo para exportação” (*Correio da Manhã*, 3/1/1969, p. 11). Apesar dessa vitória havia ainda pedidos específicos para grupos que apoiavam Brito. Ele pleiteava isenção para o leite — atendendo a demandas que chegavam através de Francelino França, presidente da Faerj — e para o algodão do Nordeste<sup>282</sup>, o que permite supor que poderia haver proximidade com empresários desse setor na região. Além do ICM, predominaram nas reuniões da CNA, no final daqueles anos, os problemas de arrecadação, imposto de renda — Brito defendia os pecuaristas não deveriam declarar as transações de compra e venda de animais no IR, Funrural, Ibra e Inda. Para estes chegou a reivindicação da Faremg à CNA para que houvesse prorrogação do prazo para pagamento dos impostos devidos aos dois órgãos e o IR. Além disso, os ruralistas mineiros pediam, principalmente, para a zona metalúrgica e para a área de Curvelo (MG) a redução dos impostos do Ibra e Inda (Gleba, nov.-dez. 1967). No setor de exportações de carne no continente, o foco estava para as relações com a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC)<sup>283</sup>.

### ***Menos embates e mais alinhamento com o Estado***

<sup>282</sup> A isenção para o Nordeste ocupa espaço de destaque no Caderno Econômico do *Correio da Manhã*, de 18/4/1969.

<sup>283</sup> Criada em 1960, com a participação do Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, mediante o Tratado de Montevideu. A meta era formar uma zona de livre comércio e, posteriormente, ingressaram a Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Cf. O Brasil e a Integração regional: a ALAL e a ALADI – 1960-1990 (BARBOSA, 1996).

Como sindicato patronal, com a saída de Iris Meinberg da gestão em julho de 1967<sup>284</sup> e a eleição do novo presidente, Flávio Brito, que assumiu em agosto de 1967 e foi reeleito até 1987, a CNA começa nova fase. Luiz Marques Poliano, da SNA, ao fazer um balanço sobre as gestões de Meinberg na CRB e CNA enumera como ganhos para a entidade: a implantação definitiva da CRB; a ampliação da rede de associações e federações nos estados, a obtenção de um terreno em Brasília, destinado a construção da futura sede; a implantação do Serviço Social Rural, criado por iniciativa da SNA; o estabelecimento do sindicalismo rural, de que o Decreto 8.127, foi fase de transição; o recolhimento da contribuição sindical, que deu base e estabilidade financeira à entidade. Além da criação da medalha de Mérito Agrícola, dada a personalidades ligadas ao governo federal, à imprensa, à indústria e a pares do patronato rural de diversos órgãos e associações civis; a criação da revista oficial da entidade, a *Gleba*, e a realização nos estados brasileiros de concentrações e conferências. Estas iniciativas tornaram a CNA expoente do patronato rural, da mesma forma que a Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Indústria se tornaram para setores comercial e industrial (POLIANO, *A Lavoura*, mar.-abr. 1968).

Na terceira fase do órgão, Flávio Brito conduz a um alinhamento maior com o Estado<sup>285</sup>. O que fez com que isso não fosse bem recebido por todos os segmentos do patronato rural e com que a atuação da CNA, até os anos 1980, seja vista por alguns autores (BALTAR, 1990; RAMOS, 2011; LEAL, 2002) como burocrática, assistencialista e pouco dinâmica. Este alinhamento realmente ocorreu e colocou a entidade numa situação de mais colaboração com os governos, quando Brito pessoalmente apresentava e remetia ao governo federal denúncias contra lideranças que defendiam os trabalhadores rurais, casos de padres da região Norte que, na sua visão, incentivam os conflitos no campo. Um dos vários atritos de Brito com lideranças do clero e a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) teve repercussão na imprensa em 1976 e apareceu em dossiê produzido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações – SNI (AC\_ACE\_97643\_76 – Polêmica entre o ex-senador Flávio da Costa Brito..., 1976)<sup>286</sup>. A CNA, por meio de seu presidente,

---

<sup>284</sup> Não fica clara a razão da saída de Meinberg. Nem no seu discurso de despedida, reproduzido na edição da *Gleba* (jul-ago. 1967, p. 5-6). Entretanto, observei na própria publicação que em algumas ocasiões, a partir de 1964, Edgard Teixeira Leite assumiu a Presidência da CNA interinamente (*Correio da Manhã*, 15/5/1964). Numa dessas circunstâncias, o motivo do afastamento temporário de Meinberg foi por doença. Nesses anos, Teixeira Leite era também 1º vice-presidente da SNA e Flávio Brito integrava a Diretoria Técnica da mesma entidade (*A Lavoura*, jan.-fev., 1968). Esta multiposicionalidade (AGRIKOLIANSKI; COLLOVALD, 2014) e multirepresentação é uma característica dos porta-vozes da CNA.

<sup>285</sup> Além do Ministério da agricultura, a CNA sempre procurou manter relações próximas aos ministérios do Trabalho, Planejamento, Fazenda e Justiça para sensibilizar em relação a pautas de interesse do patronato rural.

<sup>286</sup> Órgão de vigilância da Presidência da República, criado em 13 de junho de 1964, pela Lei nº 4.341 com o objetivo de administrar e coordenar nacionalmente as atividades de informação e contrainformação.

acusou os bispos brasileiros e missionários indigenistas de levar ao campo tumulto, jogando empregados contra empregadores e incentivar ocupações de propriedades. Brito, em audiências, fazia tais acusações diretamente ao presidente Ernesto Geisel. O jornal *A Crítica* (5/9/1976), de Manaus, publicou as acusações de Flávio Brito à CNBB e ao Cimi. Os membros destes órgãos, segundo o próprio jornal, optaram por não se pronunciar sobre as acusações, mas afirmaram que continuariam o trabalho para defender a legítima posse de terras, os índios e os injustiçados. Além de *A Crítica*, os jornais *A Notícia* e o *Jornal do Comércio* — edições de 9 de setembro de 1976, deram ampla divulgação as declarações de Flávio Brito que, em entrevista para estes veículos, acusou haver elementos comunistas no clero<sup>287</sup>.

Nesses anos, também encontrei elogios ao governo federal nas ocasiões em que um general substituíra o outro na Presidência da República. Possivelmente, o aspecto menos dinâmico da CNA foi o que levou à busca por parte do patronato rural por outras alternativas de representação como as associações patronais por produtos. E, no período da transição democrática, com o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR), no formato de uma associação civil mais dinâmica, tem-se um caso representativo desse movimento, embora preservasse o *ethos* ruralista mais arcaico, inclusive com o repertório de ação violentas. A UDR deu visibilidade e legitimidade uma prática tradicional e recorrente a determinadores setores do patronato rural: a violência.

O senador e presidente da CNA, Flávio Brito, não era reconhecido como um autêntico representante do setor rural por um grupo de fazendeiros, pecuaristas e empresários rurais e industriais agrícolas ligados às federações patronais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás<sup>288</sup>. Com exceção de Goiás, cujos porta-vozes passaram a ter mais espaço na gestão de Brito, os outros três estados tinham consolidados seu peso político dentro da entidade (no

---

<sup>287</sup> Entre as lideranças católicas que se pronunciaram nesse caso estão Moacyr Grechi, bispo do Acre e Purus. Em agosto de 1976, ele denunciou em nome da II Assembleia Regional da Pastoral Indigenista a presença no evento de várias pessoas estranhas e com credenciais falsas que chegaram a instalar microfones para gravar o que se passava na sala de reuniões. Grechi alertava que grupos e organismos de repressão estavam apoiando e acobertando a ação de “empresários inescrupulosos”, corresponsáveis pelo genocídio lento dos povos indígenas ao promover um “capitalismo selvagem no Acre, Rondônia e Sul do Amazonas. Eles promoviam uma dizimação cultural e física desses povos. Além disso havia o problema do êxodo de 40 mil brasileiros do Acre para o Peru e a Bolívia devido a venda de seringais do Acre para empresários do Sul do Brasil. Fonte: AC\_ACE\_97643\_76 – Polêmica entre o ex-senador Flávio da Costa Brito, presidente da Confederação Nacional de Agricultura – CNA e o Clero – 4.6.2.2.1.3. Arquivo Nacional/Acervo Memórias Reveladas, 7/10/1976.

<sup>288</sup> O grupo enviou um memorial ao SNI com denúncias sobre as ações de Flávio Brito. Não pude identificar os nomes que faziam parte do grupo porque enviaram o documento de forma anônima para evitar possíveis retaliações de Flávio Brito. Eles justificaram essa posição pelo fato de dependem dos órgãos associativos ligado à CNA para defender seus interesses empresariais. O memorial foi encaminhado a João Batista Figueiredo, então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República com o objetivo de que o SNI interferisse no processo eleitoral da CNA e Brito não fosse eleito novamente (AC\_ACE\_CNF\_16817\_70. Confederação Nacional da Agricultura e a Segurança Nacional. Arquivo Nacional/Acervo Memórias Reveladas, 28 de jul. 1970).

próximo item exploro melhor essa questão). Ao entrevistar Alysson Paulinelli, ex-presidente da CNA e ex-ministro da Agricultura, do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), ele recordou que Flávio Brito “não tinha um palmo de terra”<sup>289</sup>. Paulinelli não o reconhece como um “legítimo representante do setor rural” ou uma “liderança real” — termos dele.

Uma pergunta que permeou toda a jornada de pesquisa para elaboração desta tese foi como Brito chegou à Presidência da CNA vindo de uma região menos dinâmica na economia nacional? Uma das explicações veio de Paulinelli. Para ele foi o fato dele ter sido suplente de senador, foi candidato via esta alternativa. Uma de suas suposições é que o governo, na época dele, tinha interesse em que as coisas fossem mal representadas — Brito assume a Confederação no início do governo de Costa e Silva. “Como ele era cordato, colocaram ele lá”, concluiu.

Uma segunda explicação veio de Pio Guerra Júnior, presidente da Faepe no momento em que minha pesquisa estava sendo realizada: “Ele chegou ao cargo da mesma forma que Paulinelli, pela Revolução. Foi a Revolução que botou”<sup>290</sup>. Foi uma indicação do governo militar tê-lo à frente da CNA e, conforme Herédia (2001), havia uma relação de amizade entre Brito e Costa e Silva.

Apenas a relação de amizade não é suficiente para explicar sua chegada ao cargo, pois, certamente, havia outros interesses em ter alguém da Amazônia liderando a confederação patronal. Além disto, a rede de relações de Flávio Brito não foi construída com sua chegada entidade. Ela se ampliou na década de 1940, quando assumiu a gerência da Cooperativa Agrícola de Cotia<sup>291</sup>, seção do Rio de Janeiro, e se tornou próximo dos empresários rurais paulistas, líderes da Faesp, fluminenses e autoridades do governo. Em 1949, quando foi fundada a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, Brito se tornou seu primeiro secretário (*Correio da Manhã*, 26/2/1949) e chegou à sua Presidência nos anos 1950<sup>292</sup>. Nessa década, como membro da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), ficou mais próximo da CRB e acredito que a partir daí pôde consolidar o seu processo de inserção e ganhar a

---

<sup>289</sup> Entrevista de Alysson Paulinelli à autora da tese.

<sup>290</sup> Entrevista concedida à Elisandra Galvão em 13/1/2016, na Faepe, sediada em Recife.

<sup>291</sup> Fundada com o nome de Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada de Produtores de Batata de Cotia S/A, em 1927, por imigrantes japoneses no Brasil recém-saídos do sistema de colonato e desiludidos com a demora em ganhar dinheiro com o café. Foi uma das maiores cooperativas do estado de São Paulo e, nos anos 1930, abriu escritórios no RJ, PR e MG (TANIGUTI, 2015). Brito se tornou gerente da Cotia no Rio de Janeiro nos anos 1940 e era um dos responsáveis por levar autoridades à sede em São Paulo. Numa dessas ocasiões, em 1947, acompanhou os senadores Apolonio Salles, Artur Santos, Pereira Moacyr, Alvaro Maias, Cel. Dorneles Vargas, Vilas Boas, Vespaziano Martins, Severiano Nunes, Doris Cardoso e Augusto Meira (*Correio da Manhã*, 9/10/1947).

<sup>292</sup> Nesse período agrediu com socos o jornalista João Batista de Paula, do jornal *Última Hora*, na sede da Cofap. Ele havia denunciado o envolvimento de Brito, representante das Cooperativas da Lavoura, em articulações junto a Cofap para elevar o preço de diversos gêneros alimentícios (*Correio da Manhã*, 10/2/1956). Brito foi preso e solto sob fiança.

confiança do próprio Iris Meinberg. Em 1958, foi indicado pela entidade para acompanhar Schmidt Braz, diretor de Serviço de Economia Rural, em viagem à Argentina e Uruguai para tratar de temas ligados à exportação (*Correio da Manhã*, 6/9/1958). Na década de 1960, candidatou-se ao Senado Federal pelo Amazonas (1962) — não sendo eleito — e tornou-se diretor-técnico da CRB (1960-1963) e da SNA (1963-1967)<sup>293</sup>.

Brito, então, participa da eleição para Diretoria da CNA, a primeira sob o regime sindical. Ele encabeçou uma chapa única formada por Paulo Patriani (Paraná), Ademar Moura de Azevedo (Rio de Janeiro), Múcio Teixeira (Goiás), general Adir Maia (Espírito Santo) e Antônio José Loureiro Borges (Minas Gerais) [*Correio da Manhã*, 12/8/1967]. Sua posse ocorreu em 5 setembro de 1967, em solenidade presidida pelo ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho<sup>294</sup>. O estudo de Baltar (1990) também traz pistas que permitiram perceber que suas bases de apoio para se reeleger na CNA, diversas vezes, estavam na Faesp (apesar de haver divergências de alguns membros da Federação em relação a Brito) e em federações do Centro-Oeste e do Nordeste, cuja base era formada por usineiros. Sua conexão com estes pôde ter se dado pelo fato dele ser identificado como tal, todavia, não localizei documentos que comprovassem sua atividade como usineiro<sup>295</sup>.

O fato de Brito ser amazonense conduziu ainda à hipótese de que tenha contado com o apoio político da Associação Empresarial da Amazônia (AEA), mas isso não explica sua base de apoio na região Norte, mas sim em São Paulo, onde a AEA mantinha sua sede. A maioria dos seus filiados eram paulistas com propriedades nos estados do Pará e Amazonas. Essa hipótese nos levou a constatar que, embora Brito fosse um porta-voz oficial do Amazonas como senador (1967-1974), defendeu interesses de empresários paulistas com negócios e empresas instalados na região Norte. Esta conclusão foi possível após a análise temática dos projetos de lei do Senado (PSL) e dos requerimentos (RQS) de sua autoria apresentados no Senado (ver detalhes na Quadro 7 e resumo de suas proposições no Gráfico 5. Além disto, localizei no *Correio Brasiliense* (1/10/1973) a publicação de homenagens prestadas a Brito por 33 parlamentares (senadores e deputados) de São Paulo e 5 do Amazonas. O primeiro grupo saudava sua atuação no Senado e, principalmente, por ajudar a regulamentar a Lei nº 5.889, de 1973, que instituiu normas reguladoras para o trabalho rural e as relações entre empregado e

<sup>293</sup> Foi senador pelo Amazonas (1967-1968 e 1969-1975). Chegou a vaga como suplente na chapa encabeçada por Álvaro Maia, candidato da Arena. Com a morte de Maia, Brito ocupou a em caráter efetivo o cargo. Era membro também da Fardif, da Cooperativa Agrícola de Cotia, da Confederação e Federação de Cooperativas Agrícolas, e de várias comissões, conselhos e outras associações civis patronais. Para mais detalhes consultar o Anexo III.

<sup>294</sup> Brito continuou, simultaneamente, na Direção da Cooperativa Agrícola de Cotia.

<sup>295</sup> O próprio Baltar chegou a registrar que Brito era de Pernambuco, mas ele nasceu em Manaus (AM). Outros autores, como Carolina Ramos (2011), classificam Brito como usineiro e empresário agrícola.

empregador rural. O segundo, pela reeleição na CNA. A bancada da Arena do Amazonas elaborou um documento de honra ao mérito, com assinaturas de José Lindolfo e José Esteves (senadores) e de Raimundo Parente, Leopoldo Peres e Vinícius Câmara (deputados).

**Quadro 7 – Atuação de Flávio Brito (senador e presidente da CNA)**

| <b>Ano</b>  | <b>Atividade legislativa e proposições</b>  | <b>Interesses por setores e região/estados</b> |
|-------------|---|--|
| <b>1967</b> | PLS 54 (prejudicada devido a aprovação do PLC/0063/1971) <sup>296</sup> – Estabelece a Lei do Cooperativismo, e dá outras providências  | Cooperativismo                                 |
| <b>1967</b> | RQS 701 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre despesas de publicação, de custeio de máquinas, congressos de lavradores e técnicos de agricultura, realizadas pelo Inda, na gestão anterior e atual.   | CNA/Estado (recursos, insumos, eventos)        |
| <b>1967</b> | RQS 803 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior sobre quais as providências que estão sendo tomadas para o aproveitamento de jazidas na região amazônica, contidas no relatório enviado pela Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales do Tocantins, Araguaia e Paraguai (Firtop) aquele órgão. | Mineração<br>Região Amazônia                   |
| <b>1967</b> | RQS 804 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre se existe em funcionamento a agência da Sudepe no estado do Amazonas.   | Desenvolvimento do Amazonas                    |
| <b>1967</b> | RQS 805 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior sobre se é do conhecimento deste órgão a evasão de divisas provocadas por contrabandistas peruanos no Amazonas.   | Divisas Amazonas                               |
| <b>1967</b> | RQS 806 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, sobre quais medidas e estudos efetivos feitos para instalação de estaleiros na região amazônica.   | Infraestrutura<br>Região Amazônica             |
| <b>1967</b> | RQS 814 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre qual o preço mínimo da borracha em vigor em 31 de março de 1964 e outra indagações sobre.   | Preços mínimos<br>Região Amazônica             |
| <b>1967</b> | RQS 816 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre o número de veículos adquiridos pela Caixa Econômica Federal de Brasília, nos últimos três anos, e quantos se encontram estacionados em seus depósitos, com especificações sobre marcas, ano de fabricação, valor de cada um, etc.                      | Financiamento/auto móveis banco público        |
| <b>1967</b> | RQS 824 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre o motivo porque este não permite que operem no Amazonas outras companhias áreas que não a Cruzeiro do Sul, embora outras empresas nacionais tivessem condições de concorrer no transporte aéreo da região.  | Transporte Amazonas                            |
| <b>1967</b> | RQS 825 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes - sobre qual a justificativa da Empresa de Transporte de Navegação da Amazônia S.A, para o fato de conceder reserva de praça, com antecedência de 30 dias, etc.   | Transporte<br>Região Amazônica                 |
| <b>1967</b> | RQS 847 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, sobre as medidas adotadas para o cumprimento do artigo 22 da Lei nº 2.975, de 27/11/1956 – altera a legislação  | CNA/Estado<br>Imposto/Agropecuária             |

<sup>296</sup> A lei n 5.764, de 16 de dezembro de 1971, definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

|      |   |                                   |
|------|---|-----------------------------------|
|      | do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e porque, o Conselho Nacional do Petróleo não cumpriu o referido preceito, com graves prejuízos às atividades agropecuárias.  |                                   |
| 1967 | RQS 859 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, Conselho Nacional do Cooperativismo, sobre as cooperativas registradas depois da vigência do Decreto – Lei n 59, de 1966, e quais as providências que se impõe para sanar as falhas conhecidas, no sentido do pleno atendimento do sistema cooperativista.  | Cooperativismo                    |
| 1968 | RQS 985 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, sobre o problema de telecomunicações do Estado do Amazonas.   | Comunicação Amazonas              |
| 1968 | RQS 986 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, sobre a Zona Franca de Manaus.   | Amazonas Comércio                 |
| 1968 | RQS 987 (aprovado) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, sobre a navegação marítima entre Manaus e Santos.  | Transporte Amazonas e São Paulo   |
| 1968 | RQS 1267 (aprovada) – Solicita informações ao Ministério da Agricultura sobre campos experimentais no Estado do Amazonas.   | Campos experimentais Amazonas     |
| 1969 | RQS 45 (aprovado) – Solicita transcrição nos Anais do Senado do discurso do ministro Júlio Barata proferido em 21/10/1969, quando assume o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social.  | CNA/Estado Questões trabalhistas  |
| 1969 | RQS 48 (aprovado) – Solicita transcrição nos Anais do Senado do discurso do artigo O Presidente de um país agrícola, do jornalista José Rezende Peres publicado no <i>O Globo</i> , de 11/11/1969. Peres era pecuarista, secretário de Agricultura do Rio de Janeiro e porta-voz da CNA. Ele também escrevia artigos para a <i>Gleba</i> <sup>297</sup> .   | CNA/Estado Discurso de lideranças |
| 1971 | PLS 53 (rejeitada) – Estabelece prazos para execução dos planos de heveicultura, previstos na lei 5.459, de 21/07/1968, e dá outras providências  | Setor seringueiro Região Norte    |
| 1972 | PLS 50 (rejeitado) – Altera redação dos artigos 4º e 7º da Lei 5.108, de 21/09/1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito, para incluir no Conselho Nacional e estaduais de Trânsito membros da indústria, comércio e agricultura.   | CNA/Estado Transporte             |
| 1972 | RQS 36 (aprovada) – Solicita autorização para se ausentar viajar ao Paraguai para presidir o Comitê de Exportação de Carnes (de 8 a 11 de junho de 1972).   | CNA/Estado Pecuária/exportação    |
| 1972 | RQS 60 (arquivada no final da legislatura) – Solicita transcrição nos Anais do Senado do discurso do ministro do Trabalho, professor Julio Barata, na 57ª Conferência da OIT, em Genebra.   | CNA/Estado Questões trabalhistas  |
| 1972 | RQS 231 (arquivada no final da legislatura) – Solicita transcrição nos Anais do Senado do discurso do doutor Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil e membro da Diretoria CNA na ocasião em que foi homenageado como título Homem de Visão pela revista <i>Visão</i> . Foram pontos tratados no seu discurso: a expansão de agências do Banco do Brasil para o exterior – com objetivo de incentivar o comércio exterior, evolução econômica, política internacional <sup>298</sup> . | CNA/Estado Discurso de lideranças |

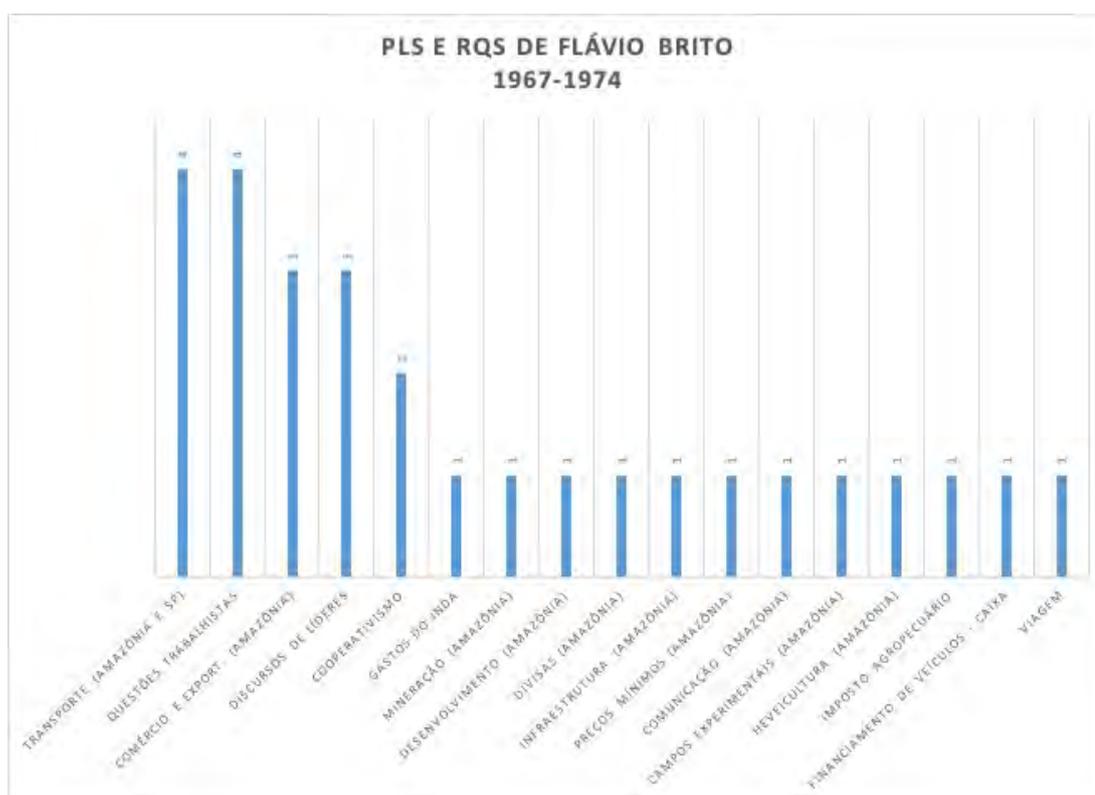
<sup>297</sup> Segundo Omar Peres, seu sobrinho, ele teve coluna dominical no Globo por mais de 25 anos, era contra “os arroubos da esquerda” e defendia em vez de reforma agrária para resolver o problema fundiário, educação e seriedade, crédito, tecnologia, extensão rural e políticas de preços mínimos para o campo. Fonte: Blog do Omar Peres - <https://omarperes.blogspot.com/2010/03/reforma-agraria-e-zona-da-mata.html>.

<sup>298</sup> Jost homenageado como homem de visão (*Correio da Manhã*, 1/12/1972, p. 5). A revista *Visão* surgiu em 1952 e fechou na década de 1990. Pertenceu ao grupo norte-americano Vision Inc. e foi lançada com uma revista de variedades e passou por modificações nos anos 1970, quando Said Farah comprou o título *Visão* e se tornou o presidente da publicação. Ele a revendeu dois anos depois para Henry Maksoud. Antes deste a revista era vista como de tendência mais à esquerda e onde havia liberdade para redatores e editores. Na fase Maksoud a tendência muda no sentido do liberalismo de Hayek. Essa orientação faz com que a revista passe a criticar a orientação nacionalista e estatizante do governo de Ernesto Geisel (1974-1978).

|      |   |                                      |
|------|---|--------------------------------------|
| 1973 | PLS 28 (arquivada) – Libera para comercialização e exportação estoques de peles de animais silvestres.  | Comércio e exportação<br>Pecuária    |
| 1973 | RQS 65 (aprovada) – Requerimento de licença para se afastar por cinco dias dos trabalhos do Senado e fazer viagem de estudos à Portugal.                              | CNA/Estado<br>Viagem                 |
| 1974 | RQS 19 (aprovada) – Requerendo de transcrição nos anais do Senado Federal, discurso de posse do ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, membro da CNA.            | CNA/Estado<br>Discurso de lideranças |
| 1974 | RQS 98 (aprovada) – Solicita autorização do Senado para participar da 59ª da OIT, em junho de 1974.   | CNA/Estado<br>Questões trabalhistas  |
| 1974 | RQS 135 (aprovada) – Solicita transcrição dos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo ministro do Trabalho e Previdência Arnaldo Prieto, na 59ª da OIT. | CNA/Estado<br>Questões trabalhistas  |

Elaborado pela autora a partir de informações da Secretária-geral da Mesa e Coordenação de Arquivo/Senado Federal – [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br).

Gráfico 5



Elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria da Mesa e Coordenação de Arquivo/Senado Federal Geral.

Das 28 proposições expostas no Quadro 7, 15 estavam voltadas para Amazônia, entre estas uma sobre transporte se referia à navegação marítima entre Manaus e Santos (SP)<sup>299</sup>. Os

<sup>299</sup> Apenas duas foram rejeitas, três arquivadas e uma prejudicada.

outros 13 documentos são voltados para cooperativismo; gastos do Inda com máquinas, insumos e eventos de lavradores e técnicos de agricultura; questões trabalhistas; financiamento de automóveis pela Caixa Econômica Federal; imposto no setor agropecuário e a transcrição de falas ministros e porta-vozes na CNA nos Anais do Senado<sup>300</sup>. O Quadro 7 permitiu sistematizar no Gráfico 5, os temas que mobilizaram Flávio Brito no tempo em que esteve no Senado.

Uma segunda constatação, a partir do Quadro 7, é que Brito sempre se manteve como porta-voz do cooperativismo, movimento do qual participava desde os anos 1940<sup>301</sup>, tanto no Senado como na CNA. Em 1967, elaborou o Projeto de lei orgânica do cooperativismo (PSL 54 no Gráfico 5), que teve apoio da Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) manifestado em reunião realizada em Brasília, em 1968<sup>302</sup>. Ele entendia que as principais autoridades da produção agropecuária sempre se manifestaram a favor do cooperativismo, sistema tido por ele como apropriado para auxiliar a realização de uma reforma agrária eficiente. Brito desejava que a matéria fosse enquadrada para assegurar ao cooperativismo, por meio de medidas governamentais, condições para a sua sobrevivência e desenvolvimento (*Correio da Manhã*, 28/1/1968):

O cooperativismo é o caminho mais indicado para o desenvolvimento agropecuário do Brasil desde que o Estado compreenda seu largo alcance, garantindo-lhe a organização e amparando-lhe as atividades. Não se deve concordar, porém, em que o Estado, assumindo atitude paternalista, dirija aquele movimento (Flávio Brito em entrevista ao *Correio da Manhã*, 4/2/1968, p. 1).

Ele reclamava que o peleguismo sempre travou a estrutura do cooperativismo brasileiro e que a “revolução” não alcançou este setor da economia nacional. Para Brito havia no cooperativismo dirigentes que tinham prestado serviços a todos os governos, “honestos e aos da subversão” (*Correio da Manhã*, 4/2/1968, p. 1), e estes eram comensais de João Goulart, Leonel Brizola (PDT) e Francisco Julião, advogado e principal liderança das Ligas Camponesas. Um dos seus objetivos com esta defesa era que fosse criada a Confederação Nacional do Cooperativismo. Sua atuação no Senado também mostra que falou em nome dos pecuaristas — suas proposições para comércio e exportação contemplam este setor — e dos empresários da borracha. Em nome deste setor, se pronunciou contra pedido do Ministério da

<sup>300</sup> Disponíveis em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/RP\\_AnaisRepublica.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/RP_AnaisRepublica.asp). Acesso em: 14 abr. 2016.

<sup>301</sup> Foi membro da Comissão Permanente de Cooperativismo e presidente da União Nacional das Cooperativas do Distrito Federal e da Fundação Cooper-cotia.

<sup>302</sup> Uma das resoluções da reunião foi aprovar o envio de telegramas de apoio ao projeto de lei 54 ao presidente da república, ao ministro da agricultura, ao presidente do Inda e aos senadores Carvalho Pinto — presidente da Comissão de Economia do Senado — e João Cleofas — da CNA e relator do projeto naquela comissão (*Correio da Manhã*, 17/3/1968).

Indústria e Comércio, que solicitou ao presidente Costa e Silva autorização para que as indústrias pesadas que funcionam no país pudessem comprar borracha de outros países (*Correio da Manhã*, 18/2/1968). Brito também tinha relação próxima com pecuaristas paulistas. Um dos exemplos era com a Associação Paulista de Criadores de Bovinos (APCB). O órgão mantinha comunicação com ele para informar sobre a disponibilidade dos bancos<sup>303</sup> para financiar a compra de reprodutores na VII Feira Nacional de Animais, em São Paulo (*Correio da Manhã*, 3/9/1968). Nesse período já havia facilidade de crédito para este setor. Para Fábio de Sales Meirelles, presidente do Sindicato Rural de Franca (SP) e da Diretoria da CNA nos 1970, a conjuntura daquele momento exigia medidas corajosas, eficientes para levantar o nível da produção e rentabilidade da agricultura para contrapor seu empobrecimento. Endereçando-se a Brito, reconheceu que o crédito rural era uma realidade, mas que precisava ser revisto para melhorar seu proveito prático. “Acreditamos que se todo financiamento à agricultura tivesse uma carência mínima de um ano a juros de 10%, no máximo, a situação seria outra e muitos problemas da agricultura estariam solucionados” (*Correio da Manhã*, 9/10/1969, p. 17).

As edições do diário da Câmara Nacional e do Senado Federal revelam que o período em que Brito foi mais ativo corresponde aos anos de 1968 e de 1970 a 1972, quando há um maior número de registro de suas atividades. O que também é confirmado pela cobertura dada pela grande imprensa. No caso do próprio *Correio da Manhã*, a cobertura dada às suas ações tem mais visibilidade nesses anos de chegada à presidência da CNA e de atuação mais ativa no Senado<sup>304</sup>.

Pelo que relatou Paulinelli e conforme estes dados sobre a atuação de Brito diretamente no Senado, vemos que mudam as relações de força dentro da CNA e porta-vozes com pouca visibilidade antes são os que ficaram na diretoria junto com Brito por 20 anos. O que levou à desagregação de laços e das bases da entidade. As longas gestões, baixa rotatividade e falta de diversidade são características dos sistemas sindicais patronais (LANDIN, *Folha de São Paulo*, 15/7/2018)<sup>305</sup>. Para o líder da Farsul e ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima

---

<sup>303</sup> O comunicado da APCP era voltado também para federações patronais e listava os bancos que ofereciam financiamentos para a pecuária: Banco da América, Banco do Estado de São Paulo, Banco Auxiliar de São Paulo, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Comercial de São Paulo, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Banco Crédito Real de Minas Gerais, Banco Federal de Itau, Banco Lavoura de Minas Gerais, Banco Novo Mundo e União de Bancos Brasileiros.

<sup>304</sup> Eis o número de notas e matérias que citam diretamente Brito entre os anos 1940 e 1970: 15 ocorrências (1940-1949), 50 (1950-1959), 158 (1960-1969), 22 (1970-1974).

<sup>305</sup> A Folha de São Paulo pesquisou as três confederações (CNA, CNI e CNC) e as 111 federações de agricultura, indústria e comércio e transportes do Brasil e obteve dados de 99 entidades. Foi feito um levantamento de trajetórias de lideranças como Fábio Meirelles, que está à frente da Faesp desde 1975, há 44 anos; Antonio José Domingues de Oliveira, na Confederação Nacional do Comércio há 38 anos; José Arteiro da Silva, Abram Szajman e José Roberto Tadros no comando das federações do comércio do Maranhão, São Paulo e Amazonas há 35, 34 e

(1969-1973)<sup>306</sup>, são os laços que agregam o patronato rural ou os fazem atuar em diferentes espaços de representação. A identidade de classe torna estes laços fortes e permite a elaboração de um discurso em uníssono em defesa do “verdadeiro sindicalismo”, do “verdadeiro cooperativismo”, da “verdadeira reforma agrária”, da “real política agrária”, da legitimidade e identidade da “classe rural”, da modernização tecnológica da agricultura e da almejada tão coesão da “classe rural”, ou melhor, da manutenção de uma força de coesão entre os empresários rurais. Tais enlaces também se constituíram em torno do que lhes causava repulsa, as ocupações de terra pelos trabalhadores rurais<sup>307</sup>, a ameaça ao direito de propriedade e a canalização de investimento no setor agrícola para o industrial, ou da criação de um inimigo comum, o fantasma do comunismo.

A Confederação buscou organizar esses laços nas duas primeiras fases, timidamente quando foi criada em 1926 e com muito vigor na fase com Iris Meinberg (1953-1967). Entretanto, com Flávio Brito, isto parece ter perdido a centralidade, quando a CNA se alinhou de forma mais intensa com o governo. Este apoio político foi registrado publicamente em diversas ocasiões, com o cuidado de autoproclamar a CNA, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) e a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT) “apartidárias e apolíticas”<sup>308</sup>. Os presidentes destas entidades assinaram o

---

32 anos, respectivamente; e José Zeferino Pedrono na presidência da Federação da Agricultura de Santa Catarina há 28 anos (contagem até o ano de 2018). O resultado revelou um sistema envelhecido, com baixa rotatividade e diversidade, cada vez mais político e sob a suspeita de nepotismo, desvio de recursos e corrupção.

<sup>306</sup> Foi eleito presidente da Farsul em 1968. No cargo, em vez de seguir o discurso tradicional e radical da Federação contra a reforma agrária, dava ênfase a proposta de industrialização das regiões agrícolas como solução para absorção da mão-de-obra excedente (ABREU, 2001). Em abril de 1970 houve conflito entre ele e Delfim Netto em torno da taxa sobre as exportações de carne para combater a inflação. Sua visão sobre a miséria, acentuada com as secas no Nordeste, era de que o problema seria resolvido com a migração dos nordestinos para o sul do Pará, os vales do Maranhão e a região norte do planalto central. Obviamente foi um defensor da construção da Transamazônica, anunciada no final de junho de 1970.

<sup>307</sup> Elas ressurgiram no final dos anos 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornaram mais intensas. Em 1979, por exemplo, centenas de trabalhadores rurais ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Fonte: MST. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

<sup>308</sup> Meses depois, com o aparecimento dos primeiros sintomas de isquemia de Costa e Silva, telegramas de apoio à Junta Militar (aos ministros da Marinha de Guerra, almirante Augusto Rademaker Grünwald; do Exército, general Aurélio Lira Tavares; e da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza Melo) foram remetidos por Rui Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ); Exaltino Marques de Andrade, da CNC; Jorge Frankie Gayer, da Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas; Thomas Pompeu de Souza Brasil Netto e Zulfo de Freitas Mallmann, da CNI (presidente e vice); Theobaldo de Nigris, da Federação e Centro das Indústrias de São Paulo; Flávio Brito, da CNA; Fortunato Peres Júnior, da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres; Romulo Marinho, da Federação Nacional dos Telégrafos; Arnaldo Rodrigues Coelho, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil; e os presidentes da Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo; Federação das Indústrias de Sergipe e da Diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (*Correio da Manhã*, 2/9/1969 e 13/9/1969).

manifesto das classes empresariais à nação, que reiterava apoio ao novo general na Presidência, Costa e Silva, na ocasião do 5º aniversário do golpe empresarial-militar de 1964:

Apartidárias e apolíticas, nossas associações permanentemente se identificam com os interesses do País, colocados acima de quaisquer outras considerações. Por isso, demos ao movimento de 31 de março não só apoio integral, como dele participamos desde a primeira hora na vigilante e tenaz resistência ao desgoverno a que andamos entregues, e que ameaçava arrastar-nos ao caos e à anarquia (*Correio da Manhã*, 30/3/1969, p.7).

As ações da CNA ao longo dos governos militares demonstraram que seu funcionamento não era apenas burocrático, pois havia uma ação política que ocorria de forma personalizada, isto é, por meio líderes não alinhados ao grupo do presidente Flávio Brito como explicitado no memorial enviado contra Brito ao SNI, apresentado anteriormente, e relatado pelo próprio Alysso Paulinelli. Isto evidencia as disputas no interior da CNA.

Bruno e Sevá (2010) constataram nos estudos sobre o patronato rural e agroindustrial dois aspectos: as divergências de interesses entre eles e as possibilidades de união de todos, e, ainda, uma diversidade da representação e uma unidade das demandas. Elas apontam uma nova configuração na representação de interesses patronais rurais, agroindustriais e do agronegócio. Tal conformação está inserida num processo que, segundo ambas, envolve a modernização da agricultura, a internacionalização dos mercados, a democratização política, com o fim da ditadura, e as transformações da sociedade brasileira. Além disso, afirmam que é a partir de 1970 que se percebe, por parte das lideranças patronais, uma preocupação com a renovação da representação patronal. Nesse tempo de consolidação da modernização autoritária da agricultura, crucial para a reflexão proposta, é quando ocorre a ampliação e diversificação dos espaços de representação, com o surgimento de associações por produto e multiproduto que se constituíram junto com as cadeias produtivas e os complexos agroindustriais; o fortalecimento político do cooperativismo empresarial; e a entrada em cena de novas lideranças e porta-vozes patronais (BRUNO; SEVÁ, 2010). Uma resposta a essa mudança só veio com a crise interna na CNA, instalada na década de 1970 e agravada em meados 1980, quando se formou uma chapa de oposição liderada por Alysso Paulinelli para disputar as eleições com Flávio Brito e tirá-lo da presidência da CNA.

Para Buzanello, a CNA se ajustou de certa forma ao regime ditatorial porque as práticas políticas do período a favoreciam. A entidade pôde implementar práticas mais assistencialistas, corporativas, burocráticas, alinhadas e de apoio aos projetos do Estado para a “modernização da agricultura” (BUZANELLO, 1991, p. 120). Em relação à fase anterior, manteve como eixo

central de suas demandas e interesses a defesa do desenvolvimento da agricultura empresarial e apoiou o projeto modernizador do regime militar. A hegemonia em distintos segmentos agrários assumida pela Confederação e a SRB, a partir de 1950, não é mantida pela primeira durante a ditadura. Ambas conseguiram uma unidade da classe patronal no processo político de luta contra as reformas de base, especialmente a reforma agrária, e em reação à expansão do movimento organizado dos trabalhadores rurais no Nordeste, com as Ligas Camponesas, e no Rio Grande do Sul, com o Master.

### **3.7. Bases sociais e dirigentes**

Em busca de identificar o trânsito dos atores da CNA na sociedade política e como agentes da sociedade civil (GRAMSCI, 2017), que pautam interesses de alguns segmentos por meio de um aparelho privado de hegemonia, usei como estratégia pesquisar, tão detalhadamente quanto possível, as origens, a atuação profissional e os cargos ocupados. Para isto, elaborei quadros para apresentar seus perfis, trajetória, dar uma dimensão da rede de relações de poder dos dirigentes da CRB e da CNA (Anexos de I a VIII), de sua importância política e identificar seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2017). Não me restringi ao estudo dos presidentes, pesquisei também os membros da Diretoria Técnica, Comissão Fiscal e do Conselho Superior, depois denominado Conselho de Representantes. Este último criado na gestão de Iris Meinberg. A estrutura de organização, administração e funcionamento da CNA é formada por três órgãos: o Conselho de Representantes, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Nestas três instâncias, no período de 1951 a 1987, chama atenção, entre os 122 membros que foi possível identificar o estado de origem, a predominância de representantes do São Paulo (21), Rio de Janeiro (16), Minas Gerais (15). Os quatro estados do Sudeste tinham 46% de representantes. Depois vinham as regiões Nordeste (31%), Sul (12%), Norte (6%) e Centro-Oeste (4%). A representação com mais força política dentro da confederação, olhando para estas porcentagens, é do Sudeste.

O Conselho de Representantes está no topo das hierarquia da CNA, composto pelos presidentes das federações da agricultura. É nele que são analisadas a política geral da agropecuária, no quadro da economia nacional, e são feitas sugestões para as políticas públicas para o setor, além da aprovação de planos e programas da CNA e orçamento, promoção de eleições internas e indicar nomes para representação na categoria econômica sobre tudo que possa interessar à CNA etc. O segundo, órgão de direção-geral, é composta pelo presidente e vice-presidentes (os membros titulares do Conselho de Representantes são igualmente vice-

presidentes honoríficos e não perdem este cargo quando ocupam as vice-presidências, o conselho fiscal ou estão na suplência deste). Sua função consiste em executar as atividades administrativas, cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações do Conselho de Representantes, entre outros. O Conselho Fiscal tem a função de examinar e acompanhar o movimento econômico-financeiro da CNA (ESTATUTO DA CNA, 2009).

### **A Diretoria**

A Diretoria da CRB/CNA, no período 1951-1987, foi marcada pelo revezamento de porta-vozes nas vice-presidências, como secretários e tesoureiros. Trabalhei com base em 61 nomes nesses cargos (Anexos I, III, VII) — deste total não foi possível localizar informações de apenas um deles. Um primeiro traço da entidade é que, na segunda fase (1951-1964) e terceira fase da CNA (1964-1987) — durante 36 anos, teve apenas quatro presidentes. Os dois primeiros, de origem mineira, ficaram um período muito curto. Mario de Oliveira (zootecnista e pecuarista), menos de dois anos e Alkindar Junqueira (médico/engenheiro agrônomo e cafeicultor) menos de um ano. O que não é comum nas presidências da representação rural nem na representação do comércio e da indústria<sup>309</sup>. Uma importante característica é os mandatos serem longos, o que foi possível confirmar com base nos Anexos I e III e VII. O terceiro e o quarto presidentes, Íris Meinberg (advogado e pecuarista), de Minas Gerais estabelecido em São Paulo, e Flávio da Costa Brito (se autodenomina empresário agrícola), da Amazônia, foram os que tiveram os mandatos mais duradouros. Eles se elegeram sucessivamente em eleições trienais, na história da Confederação — 14 anos e 20 anos, respectivamente. Esta característica é marcante na história da CNA. Isto também ocorre na congênere da CNA, a Contag. Na sua diretoria ficaram presidentes que estenderam suas gestões por períodos de 10 e 20 anos<sup>310</sup>.

Os quatro ocuparam cargos eletivos na Câmara e no Senado, vinham da SNA e participavam de outras associações patronais tanto rurais, como comerciais e industriais, e cooperativas agrícolas como demonstrado nos Anexos I, III e VII. Os três primeiros eram proprietários de terra e deputados federais (Iris Meinberg e Mário de Oliveira) e estadual

---

309 Outra liderança com mandato longo é Fábio de Salles Meirelles, que assumiu a presidência da Faesp em 1975, no governo de Ernesto Geisel, e permanece no cargo até o momento, há 44 anos. Isto se repete em todos os ramos, conforme uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo com 114 confederações e federações de agricultura, indústria, comércio e transportes do Brasil. O resultado desta investigação mostrou um sistema envelhecido, com baixa rotatividade e diversidade, cada vez mais político, e sobre o qual pairam suspeitas de nepotismo, desvio de recursos e corrupção (LANDIM, *Folha de São Paulo*, 15/7/2018). Além disso, a única mulher que chegou a cúpula do patronato, depois da ditadura, nos anos 2000, foi a senadora Kátia Abreu (PDT-TO). Ela foi pioneira também na presidência de um sindicato rural, em Gurupi (TO).

310 Cf. o trabalho comparativo de Ramos (2011) sobre a atuação das duas confederações entre 1964 e 1985.

(Alkindar Junqueira) e o último, senador. Oliveira, Junqueira, Meinberg ocuparam, respectivamente, cargos públicos no ministério da Agricultura; no Instituto Brasileiro do Café; e na Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa pública vinculada à Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal (Brasília).

No final dos anos 1950, o nome de Meinberg, que durante o governo de Juscelino Kubitschek estava na direção da Novacap — sob indicação da UDN, entra nas discussões do diretório do partido<sup>311</sup>. Iris Meinberg, eleito deputado para o período 1951-1955, exerce este cargo eletivo, assume a CRB em 1953 e, a partir de 1956, ingressa na Novacap. Ele não se afastou da entidade para exercer as demais funções no governo federal. Em 1959 se tornaram públicas denúncias contra Meinberg por ter um grande número de parentes, e dos mais próximos, em transações com a empresa pública (*Correio do Paraná*, 20/12/1959). O conflito de interesses foi considerado pela UDN, que o via como representante do partido na Novacap e considerou ser inviável, ante as denúncias, sua permanência. Meinberg entendera que não fora nomeado para esta função na Novacap e se defendeu afirmando a “honestidade irrepreensível das transações e a legitimidade das operações celebradas por parentes seus” (*Correio do Paraná*, 20/12/1959, p. 2). O debate se entendeu e, em 1960, Meinberg apresentou demissão do cargo na Novacap.

Meinberg também participou de comissões importantes como o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE); e Brito da Comissão Nacional de Política Agrária e do Comissão Nacional de Agricultura, ligadas ao Ministério da Agricultura, do Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), e do Conselho Técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra).

Os estados com o maior número de porta-vozes na Diretoria da Confederação, no período de 1951 a 1987, são Minas Gerais (8), Rio de Janeiro (8), São Paulo (5), Ceará (4). Depois vinham Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Maranhão e Paraíba, com três representantes cada um; Pernambuco, Goiás, Pará e Amazônia, com dois; Santa Catarina, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Acre, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com apenas um<sup>312</sup>. O conjunto dos 61 membros da Diretoria eram representantes dos seguintes setores da pecuária, café, cana-de-açúcar, cacau, algodão, trigo, mate, milho e soja — o representante desses dois setores era Flávio de Salles Meirelles. Ele também era cafeicultor e pecuarista. Era

---

311 Os documentos sobre ilicitudes na Novacap foram obtidos pelo deputado carioca Aduino Cardoso, da UDN, e as denúncias envolviam Meinberg, Israel Pinheiro e outros negociantes envolvidos na construção da futura capital (*O Mundo Ilustrado*, dez, 1959).

312 Em 1951, a primeira Diretoria estava formada por porta-vozes cuja origem estava em apenas por estados de três regiões: Sudeste, Sul e Nordeste (MG, RJ, RS, PR, PE, BA e PB).

comum que lideranças da CNA tivessem negócios em mais de um setor da agropecuário. Alguns também tinham ligações com bancos (privados e públicos), ocupando cargos nestas instituições, empresas da construção civil e imobiliárias. A maioria participava de outras organizações patronais, tanto locais — sindicatos e federações — como nacionais (a lista destas associações estão nos Anexos de I, III e VII). Desses 61 porta-vozes dos quais encontrei informações, 15 participavam da SNA, cinco da SRB, um da ABCZ. Outros vinham de entidades cooperativas, como o presidente Flávio da Costa Brito, da Cooperativa Agrícola de Cotia.

As formações profissionais que predominavam eram na área do direito: 22 eram advogados — quatro deles atuaram como chefes de polícia. Depois vinham os cursos engenharia, principalmente agronomia, 18 engenheiros — mais um que era engenheiro e médico e o outro, engenheiro e advogado; sete eram médicos, sete eram professores, geralmente de universidades públicas e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Quatro eram economistas, três jornalistas, destes um também era professor. E havia um veterinário e um general do Exército. Nesse conjunto, seis tinham curso de pós-graduação<sup>313</sup>.

Quanto à ocupação de cargos na sociedade política, quatro foram ministros, um da Viação e Obras Públicas, Virgílio de Moraes Fernandes Távora (1961-1962), e três da Agricultura, João Maurício de Medeiros — interino, de 1944 a 1945, no governo de Getúlio Vargas; João Cleofas, de 1951-1954, também no governo Vargas; e Alysson Paulinelli (1974-1979), no governo do general Ernesto Geisel. Também ocuparam cargos em outras instâncias dos ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde; no Instituto Brasileiro do Café; presidência da Caixa Econômica Federal e outros bancos públicos; e atuaram como cônsul e embaixador, na direção da Novacap e na Cofap.

Nos seus estados de origem ou onde se estabeleceram, o mais comum, no caso dos cargos eletivos era serem vereadores — cinco assumiram tomaram posse; prefeitos (12); deputados (32), governadores (5) e senadores (4). É uma característica forte a atuação na política das lideranças da Confederação, principalmente no legislativo, como deputados estaduais e federais. Como se vê, dos 61 porta-vozes da Direção, 95% exerceram cargos nas esferas municipal, estadual e federal. É notória a inserção política por meio de cargos eletivos e, conseqüentemente, o potencial de influência em comissões, conselhos e agências do Estado.

---

<sup>313</sup> Doze porta-vozes tinham formação fora do Brasil. Eles estudaram na Bélgica – graduação e especialização, Alemanha, Estados Unidos, França, Suíça e Itália.

### **Diretoria técnica**

Ao analisar a Diretoria-técnica (Anexos II e VI), no período 1951-1987, a primeira percepção é que as certas características da Direção principal se repetem nesse grupo de 39 membros, que ficaram nessa função entre 1951 e 1987. Desse total, 16 haviam ocupado a Diretoria (13) e Conselho Superior (5). O revezamento nos cargos é outra característica da entidade e a participação em outras associações simultaneamente, caso dos quatro que integram a SRB e dos sete que são originários da SNA. Nessa amostragem estão porta-vozes de 13 estados [São Paulo (10), Rio de Janeiro (4), Pernambuco (4), Minas Gerais (3), Paraná (3), Ceará (2), Espírito Santo (1), Rio Grande do Sul (1), Pará (1), Goiás (1), Bahia (1), Maranhão (1), e Amazonas (1)]. Eles representam nove setores ligados a pecuária e o café — maioria, 15 porta-vozes, canavieiro e usineiro (2), industrial (2), cacauicultura (1), algodão (1), minérios (1), comércio (1). Dos 39, 24 aparecem como fazendeiros. Não foi possível localizar dados de três deles.

Novamente predominam formações em engenharia — agronomia (11)<sup>314</sup> e direito (8), 19 porta-vozes têm formação nestas áreas. Os demais em medicina (4), economia (2). Quatro entre os 39 também como jornalistas e quatro como professores de agronomia e medicina. Dos oito que têm pós-graduação, quatro fizeram curso nos Estados Unidos.

Quanto à ocupação de cargos na sociedade política, destacam-se Manoel Neto Campello Jr., que foi ministro da Agricultura (1946) e presidente do IAA (1950), da Companhia Usinas Nacionais (1950), do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1963), e Eudes de Sousa Leão, que desempenhou funções nos ministérios do Planejamento, da Educação e Cultura, da Agricultura, e assumiu a previdência do Instituto de Desenvolvimento Agrário (1966). Souza Leão também mantinha ligações com multinacionais (ver Anexo VI). Nove porta-vozes ocuparam cargos no Instituto Brasileiro do Café, e mais dois fizeram carreira no Ministério da Agricultura. A participação em clubes também é outro aspecto compartilhado com os da Diretoria.

### **Conselho Superior**

Primeiramente, é importante registrar que, no período estudado, o Conselho Superior só foi estruturado a partir da gestão de Iris Meinberg (1953-1967). Nesse período fizeram parte do Conselho Superior 37 lideranças (Anexo V), das quais nove eram também da SNA e três da

---

<sup>314</sup> Um deles, Jerônimo Coimbra Bueno, tem especialização em urbanismo.

SRB. Além destas associações, aparecem mais 23 associações patronais (rurais, comerciais e cooperativas) as quais os membros do conselho superior estavam ligados. Apenas outras três da qual fazem parte não eram sociedades patronais. Nove deles aparecem como fazendeiros. Esse grupo são originários das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste – Rio de Janeiro (6 membros), São Paulo (5), Pernambuco (5), Minas Gerais (3), Paraíba (2), Amazonas (1), Sergipe (1), Ceará (1), Pará (1), Goiás (1), Paraná (1).

É neste espaço onde há o maior número de membros que ocuparam o cargo de ministro da Agricultura. O primeiro é Artur Torres Filho, que foi também um dos presidentes da SNA. Ele apoia a realização de uma “reforma agrária enérgica”, para por fim aos efeitos da crise da produção de comida. Nos anos 1940, Torres Filho propôs a delimitação de áreas de suprimento das grandes cidades e sua utilização de forma intensiva e planificada, por meio da colonização e do crédito agrícola. Sugeriu ainda a generalização do ensino profissional como meio de introduzir métodos modernos de exploração e defende o melhoramento da vida das populações rurais. Pediu a retirada do projeto do deputado Afrânio Carvalho, de 1947, sobre a penalização das propriedades sub-exploradas. Apoia a substituição da monocultura pela policultura intensiva para alcançar a autossuficiência alimentar das pequenas cidades. Ainda nessa década, durante o debate suscitados pelo projeto de reforma agrária de Nestor Duarte, Torres Filho apoiou que o país necessita menos de uma reforma agrária do que uma “organização agrícola” — o acesso dos agricultores à terra, assistência adequada em termos de crédito e equipamento, etc. Entre 1952 e 1960, se manifestou muitas vezes contra uma reforma agrária baseada sobre a redistribuição de terras (destaque da autora) — posição que também assumida pela CNA em relação à questão agrária. Foi membro da seção de segurança nacional do Ministério da Agricultura e do Conselho Federal do Comércio Exterior. Fez parte de comissões importantes como a Interministerial do Projeto de Lei sobre utilização de terras irrigáveis (1940), de Sindicalização Rural (1941), Especial de Reforma Agrária (1959), da Constituição e Justiça (1967-1971).

Os outros três nos cargos de ministros da Agricultura são o pernambucano Apolônio Salles (1942-1945 e 1954), também do Conselho Superior da SNA e chefe do Serviço de Cana-de-Açúcar. O pernambucano e usineiro João Cleofas (1951-1954) — no cargo, criou a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), além de ser idealizador o Serviço Social Rural. Cleofas atua em comissões relevantes como a Comissão de Agricultura e Política Agrária da Câmara, preside a Comissão Mista de Orçamento Geral da União e, como senador, nas comissões de Finanças, Indústria e Comércio, Agricultura, Economia, Legislação sobre energia

atômica, Comunicações, Trabalhos públicos, Projetos do Executivo, Estudos para alienação e concessão de terras públicas e o povoamento, e Ajustes internacionais. E o paraibano, representante do setor algodoeiro e canavieiro, João Maurício de Medeiros — interino no período 1944-1945. Ele também foi diretor-técnico da SNA (1950-1958) e ocupou cargos outros cargos no mesmo ministério, onde foi diretor da Divisão de Material do Departamento de Administração (1939-1942), chefe de Gabinete (1942-1945), Divisão de Material (1945), chefe da seção de plantas têxteis. No Executivo, foi membro do Gabinete do presidente Gaspar Dutra (1947). E, novamente no Ministério da Agricultura, entre 1953 e 1957, foi chefe da divisão pessoal e diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal e do Departamento de Administração.

Mais dois ministérios foram assumidos. O Ministério da Viação e Obras Públicas (1961-1962) pelo cearense e engenheiro militar Virgílio de Moraes Fernandes Távora. Ele foi também membro do Conselho Administrativo da Novacap, do Conselho Nacional do Serviço Social Rural (1960-1961) e da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste. E o Ministério da Indústria e do Comércio (1969) pelo paulista e empresário rural Fábio Riodi Yassuda — este também vinha da Cooperativa Agrícola de Cotia como Flávio Brito. Yassuda fez parte do Centro Brasileiro de Comércio Exterior (Cebrascsc) e do Conselho de Política Aduaneira do Ministério de Finanças.

Ainda na sociedade política, as lideranças do Conselho Superior da CNA ocuparam cargos na direção do Banco do Brasil, na Cofap, na presidência da Vale do Rio Doce, na Caixa Econômica Federal, no Ministério da Relações Exteriores (um diplomata em Londres), na Gabinete da Presidência da República, e na presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nos cargos eletivos, quatro se tornaram senadores, 13 deputados, três governadores, três prefeitos. Quanto a formação profissional, entre as 37 lideranças, 14 são engenheiros (sendo 10 agrônomos) e oito advogados. Outra vez, estas duas áreas lideram na Diretoria e Diretoria Técnica. Há dois médicos e dois jornalistas, um zootecnista e um economista. Quatro entre os 27 são também professores dos cursos de agronomia, direito e medicina. Dois desse conjunto fizeram pós-graduação no Estados Unidos e um fez graduação na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. E, finalmente, quatro se alternavam em outros cargos, dois na Direção Técnica (Acácio Gomes e João Ribeiro Jr.), uma na Direção (Lauro Borba) e um na Comissão Fiscal — Anexo IV (Ormeu Junqueira Botelho)

A apresentação da Diretoria geral, Diretoria técnica e Conselho Superior, as três principais instâncias da CRB/CNA, mostra, através dos atores que permaneceram durante vários anos em seus quadros, quem era o patronato rural e/ou os representantes destes. Com

base nas informações sobre a sua origem familiar, formação e trajetória profissional se observa o potencial de influência nas esferas municipal, estadual e federal e os distintos níveis de penetração nas agências do Estado. A análise dos quadros (Anexos I a VIII) revela que era comum o revezamento nos cargos de vice-presidentes, secretários, tesoureiros e diretores técnicos.

Um aspecto marcante é que, no período investigado nos Anexos, a entidade teve apenas quatro presidentes: os mineiros Mário de Oliveira (1951-1952), Alkindar Junqueira (1953), Iris Meinberg (1953-1967) e o amazonense Flávio da Costa Brito (1967-1987). O único que não fazendeiro de origem era Brito. Os demais atuaram nos setores da pecuária e café. Eles tinham em comum a ocupação de cargos eletivos no Congresso e Senado, a nomeação para órgãos públicos e a participação em outras entidades civis patronais.

As três instâncias da Confederação tinham presença marcante de grandes fazendeiros ou empresários rurais. Outra parte, em menor escala, era formada por plantadores de cana e usineiros, industriais, banqueiros e comerciantes. Eles ocuparam cargos em diferentes agências do Estado. Cinco foram ministros da Agricultura (Manuel Neto, Apolônio Salles, João Cleofas de Oliveira, Nestor Jost, Alysson Paulinelli) e cinco funcionários de carreira neste ministério (Mário de Oliveira, Edgard Teixeira Leite, João Maurício de Medeiros, Antônio Arruda Câmara e Kurt Repsold).

Outros ministérios onde membros da CRB/CNA tiveram posições foi o das Relações Exteriores (embaixador, cônsul), de Viação e Obras Públicas (Virgílio Moraes Fernandes – ministro), da Indústria e Comércio (Fábio Yassuda – ministro), da Justiça (José Martins Rodrigues – ministro), de Estradas e Trabalhos Públicos, da Educação, do Planejamento. Assumiram a direção de bancos públicos como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Neste último a inserção foi maior, quatro lideranças ligadas à CNA ocuparam sua presidência (Campelo Júnior, Antônio José Loureiro Borges, Euzir Nogueira Matos, Fábio de Salles Meirelles). E ainda a presidência das empresas públicas Vale do Rio Doce, Companhia Usinas Nacionais (atualmente privatizada), Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e dos Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, e Inda. Nestes institutos e no Ibra chegaram também assumir funções em outros departamentos subordinados à Presidência. Esta breve síntese nos mostra que a influência da entidade no aparato do Estado ia muito além do Ministério da Agricultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CNA se estabeleceu como a entidade de representação de grau superior para falar em nome do patronato rural e sobre temas ligados à questão agrária e as políticas públicas para agricultura. Ao longo dos anos, a reforma de mercado (de matriz liberal) defendida pela CNA ganhou mais espaço em seu discurso e nas regulações voltadas para a “modernização da agricultura”. O mecanismo que ascendeu e se estabeleceu pós ditadura empresarial-militar foi o da compra e venda de terras no lugar das desapropriações para fins de assentamento dos trabalhadores sem terra. Tal estratégia contribuiu para a retirada de pauta da reforma agrária reivindicada pelas camadas populares, organizadas através dos movimentos sociais desde a década de 1950. Isso mantém a estrutura que impede o avanço da participação dos trabalhadores no debate e na agenda política do país.

Foi possível constatar, ao elaborar a genealogia da Confederação no Capítulo 1, que o movimento de organização do patronato rural que criou e estabeleceu grandes associações de representação patronal teve como catalizadores as transformações pela qual passou o país e as crises. Nestes contextos, a organização patronal rural é fortalecida como pôde ser verificado no final do século XIX, com o fim do regime escravocrata, e ao longo do século XX diante do processo de organização dos trabalhadores rurais, nas situações de crise e conflitos, como a Primeira e Segunda Guerra, a queda da bolsa de valores de Nova York, em 1929, a crise do café, os movimentos revolucionários na América Latina, os golpes de Estado e a demanda por reformas de base que trariam rupturas e avanços significativos para a cidadania, a democracia e o bem-estar social no Brasil. Pode-se, então, afirmar que a busca de mais união entre patronato — não apenas o rural, o fortalecimento da dinâmica de suas relações e criação de novos espaços de representação são comuns nos cenários de crise e quando vêm ameaças ao poder que exercem e aos privilégios que detêm.

Nos anos 1940, por exemplo, são discutidos com mais ênfase pelo patronato rural a sindicalização rural, a mobilização dos campos e problemas como aumento e melhoria da produção, abastecimento de gêneros alimentícios, resistência do mercado interno, produção de matérias primas para as indústrias. Estes são temas pautadas pela SNA e CRB, que convocavam por meio das associações patronais e das prefeituras municipais o engajamento dos segmentos agropecuaristas e as indústrias rurais derivadas — em estreita colaboração com o comércio, a indústria e a administração — para que unidos viabilizassem o aumento da produção e para a defesa nacional. Para a SNA e a CRB, aquele período de guerra era o momento de harmonizar

interesses, mesmo que fosse até necessário sacrificar objetivos de lucro. A sinergia política, portanto, era o mais importante para obter uma ordem econômica interna para superar as dificuldades e ameaças aos negócios do patronato rural naquele contexto. Em um Manifesto publicado pela SNA e CRB, em 1943, enfatizam a união pela cooperação e os interesses patronal rural — dos “lavradores, criadores e profissionais de indústrias rurais” — como sendo os do nação: “Os destinos do Brasil estão em jogo e sua sorte depende dessa cooperação de fortalecimento econômico nacional, como condição indispensável à vitória na guerra (MANIFESTO MOBILIZAÇÃO DOS CAMPOS, *A Lavoura*, jan.-fev., 1943, p.1). O que SNA e a confederação demandam para aqueles três seguimentos patronais é o alargamento das áreas cultivadas para aumentar a produção, embora seja afirmado que o Brasil já produzia o suficiente para o abastecimento interno de gêneros alimentícios, de origem animal e vegetal, e que sobrava, ainda, muito para a exportação. Tal fala era justificada com a reprodução do discurso do presidente Getúlio Vargas de que “não havia garantido que não havia superprodução agrária, nem excessos prejudiciais armazenados, e as indústrias, fabris e extrativas, atravessam período de larga prosperidade, graças aos preços remunerados do mercado interno de exportação” (MANIFESTO MOBILIZAÇÃO DOS CAMPOS, *A Lavoura*, jan.-fev., 1943, p.1). O Brasil, segundo as agremiações, estava apto a suprir a demanda mundial naquele período de guerra. No que se refere à exportação, os interesses do patronato rural eram colocados por meio associações de representação e, quando os interesses convergiam com os do governo o tempo era de paz, quando não, de atritos. No geral, a partir da primeira fase da CRB, funcionando dentro da SNA, o que se demanda naquele setor eram políticas públicas para dar as condições apropriadas para exportação de *commodities*. No pós-guerra, ensejavam manter os mercados conquistados durante a Segunda Guerra. Novamente voltou um argumento recorrente de que o Brasil, aliás, o setor agrícola ajudaria a acabar com a fome no mundo. Os produtos mais importantes nessa conjuntura para a CRB era o café, o trigo, algodão e milho. A Confederação pediu também a atenção das associações rurais e autoridades municipais para o açúcar e o seu subproduto, o álcool. A produção de álcool era posta como a que iria manter a circulação dos produtos e os transportes. Sem esquecer, todavia, da produção de gás, que naquele momento supria a falta de gasolina. No setor pecuário, a ênfase era para o aumento e melhoria da criação, para produzir carne, banha, leite e derivados; a criação dos pequenos aviários domésticos para a produção de aves e ovos, voltados para o consumo doméstico e abastecimento dos mercados.

Na primeira fase da CRB (1926-1951) seus interesses eram os da própria SNA e foram, inicialmente explicitados patronato rural junto ao Conselho Federal do Comércio Exterior,

órgão destacado no primeiro capítulo. Em nome do Conselho, os porta-vozes da CRB e SNA pediam atenção para as *commodities* a 1.074 prefeitos municipais do Brasil e a colaboração das associações rurais para que mobilizassem o patronato rural de suas regiões para defender as demandas colocadas para o setor, ou, como colocavam em sua própria linguagem, para a “defesa nacional”.

São traços comuns às quatro associações mais tradicionais e antigas, a SNA, CRB, SRB, CNA: estabeleceram-se como espaços organizativos do patronato rural; de divulgação de ideias dos dominante; órgãos de consultas, orientação e prestação de serviços aos associados; instrumento de pressão política junto ao Estado; defesa da modernização da agricultura, com ampla utilização da ciência e tecnologia no campo, recusa de mudança na estrutura fundiária e defesa propriedade privada da terra. As quatro se voltaram para construção da identidade empresarial do “produtor rural”, o empreendedor, e criação de revistas para divulgar defender interesses e veicular ideias.

Os elementos históricos e fatos iluminados entre o final do século XIX e o pré-1964 comprovam que houve atuação da CRB desde os anos 1930. Estes primeiros passos foram vitais para a projeção política que a Confederação alcançou no decorrer dos anos 1950 até meados de 1960, na sua segunda fase. Houve uma explícita aplicação de suas bases e aumento de sua participação nas instâncias do Estado, principalmente, quando o governo João Goulart permitiu sua reconfiguração de associação civil para sindicato patronal. As evidências apresentados no referido capítulo descartam a hipótese que a CRB funcionou apenas no papel depois de sua concepção e complementam os estudos sobre a CRB/CNA e sua ação coletiva iniciados por Esteves (1991), Leal (2002), Ramos (2006, 2011), Iglécias (2007), Carneiro (2008), Tavares (2012), Andrade (2013) e os que analisaram aspectos da representação e da organização política dos empresários rurais e fazendeiros que ajudam a entender o processo de estruturação da CRB/CNA como Gómez (1987a, 1987b), Baltar (1990), Buzanello (1991), Silva (1992), Heinz (1996) e Mendonça (1997).

As minibiografias de líderes e porta-vozes do patronato rural, elaborada por Heinz (1996) e Mendonça (1997), foram fundamentais para a sistematização que elaborei do perfil, trajetória profissional e relações familiares e de poder dos porta-vozes da CRB/CNA. Os dados sistematizados nos Anexos desta tese permitiram constatar que, ao ocuparem simultaneamente cargos e funções em diversas entidades de representação patronal rural e na estrutura do Estado, suas interconexões são tão profundas que os conflitos de interesses são a regra, ao invés de a

exceção. O “familismo<sup>315</sup>” (SCHWARCZ, 2018) nos cargos de direção das associações patronais tradicionais é tão comum quanto as famílias que se sucedem na política e avançam galgando cargos na alta hierarquia do Estado sob a justificativa do mérito e amparados pela ideologia da competência. Assim é garantido o êxito da reprodução social de alguns líderes e porta-vozes da CNA e o acúmulo de poder.

Os dirigentes CRB/CNA possuem, além do capital econômico, capitais social e cultural. Suas trajetórias revelam que a maior parte estudara em boas escolas e nas faculdades públicas. Tampouco, estavam alheios às articulações para destituir João Goulart. Foram ativos no Ipes e na elaboração das propostas para o Estatuto da Terra e para a política agrícola. Ao longo do processo de consolidação da CNA, aparece como central não apenas a organização do patronato rural em si, mas a organização de interesses naquele período.

Desde o pré-1964, as ações políticas da CNA e a organização de mobilizações se intensificaram, seja através de encontros com fazendeiros e líderes patronais, que estavam dispostos a reagir contra os trabalhadores rurais que ocupavam suas terras; da participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, quando se iniciou em março de 1964; de congressos e encontros em pelo país, concentrações rurais; reuniões e séries de assembleias extraordinárias em sua própria sede no Rio de Janeiro, durante o governo Castello. Podemos observar que há uma efervescência tomou conta da entidade. Seu presidente, Iris Meinberg, e diretores estavam envolvidos na organização de mobilizações internas e pelo país com a intenção de se fazerem ouvir pelo governo Castello, que deveria considerar os interesses e demandas da CNA na condução das políticas públicas, principalmente, em relação a política agrícola. Nesta terceira fase da CNA, há um processo de instalação de nichos de conforto com o regime militar como descritos nos capítulos 2 e 3. Por outro lado, apesar do alinhamento da agremiação com a ditadura empresarial-militar, há também conflitos e divergências com os governos.

Ainda naqueles capítulos, os gráficos que elaborei permitiram sistematizar e apresentar, sucintamente, os temas com maior visibilidade e aqueles com menos relevância na pauta de interesses da CNA. Os recortes temporais, feitos a partir da aparição dos assuntos em editoriais, notícias, notas, artigos, colunas, seções e documentos publicados na *Gleba*, permitem observar a visibilidade dada a cada assunto ou reivindicação na primeira, segunda e terceira fase da CNA.

---

<sup>315</sup>Uma espécie de perversão, quando governantes se valem sobretudo da hereditariedade para ocupar ou transferir cargos. Implica a transferência para os parentes a maior parte da responsabilidade pelo bem-estar social e tem como consequência a concentração de renda e poder.

Também abriram duas perspectivas de observação, o da hierarquia de seus interesses e das demandas que aparecem antes e depois do golpe de Estado de 1964.

A reflexão apresentada nos capítulos permite compreender melhor as ações voltadas para dar à Confederação maior peso político, à herança da SNA que se perpetuou na CNA e aos capitais preservados e/ou reproduzidos por seus líderes e porta-vozes. Ao trabalhar aproveitando os indícios dos trabalhos pioneiros sobre a CNA e buscar preencher as ausências, constata-se que parte das lacunas se deve ao fato de haver um número reduzido sobre o patronato rural brasileiros. Ainda carecemos de mais pesquisas que nos ajudem a entender por que os grupos dominantes concentram mais capitais, têm mais poder e mais vozes eficazes e, mesmo assim, precisam contestar e se mobilizar? A resposta não é simples e requer que mais estudiosos sejam seduzidos para investigar este e outros aspectos. Com a direção dada a tese, de estudar aspectos da relação da CNA com o Estado, espera-se, que novas questões sejam suscitadas levem à ampliação da bibliografia sobre as entidades patronais rurais e os movimentos sociais da elite no Brasil.

## LISTA DE FONTES

### Documentos e informações da Confederação Nacional de Agricultura (CNA)

ESTATUTO – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL, 2015.

Gleba

- CERQUEIRA, Humberto. Serviço Social Rural. *Gleba*, dez. 1955, p. 9-10.  
 Lavoura e indústria. *Gleba*, dez. 1955, p. 1.  
 Relatório da Confederação Rural Brasileira. *Gleba*, dez. 1955, p. 25-26.  
 Serviço Social Rural. *Gleba*, editorial, set. 1955, p. 1.  
 Todo o ruralismo contra a lei que criou a Supra. *Gleba*, nov. 1962, p.2.  
 Unir ou perecer. *Gleba*, nov. 1962, p. 1.  
 Dois anos decisivos. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 A classe rural e a revolução. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 Estatuto do Trabalhador Rural. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 Desenvolvimento rural. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 O problema do abastecimento. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 A extinção da Supra. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 Primeiro trimestre de 1964 – Reafirma a CRB sua posição de repulsa à demagogia do governo João Goulart – Mensagem ao povo – Repúdio à reforma agrária antidemocrática e à atuação da Supra. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 Em defesa do algodão. *Gleba*, jan. 1964-dez.1965.  
 DISCURSO DE POSSE DE COSTA E SILVA, *Gleba*, jan.-abr., 1967, p. 4.  
 Flávio Brito levou reivindicações dos ruralistas ao presidente Costa e Silva. *Gleba*, nov.-dez., 1967, p. 6.  
 GLEBA, *Gleba*, fev. 1971, p. 33.  
 Intelsat, *Gleba*, jan. 1970.

### Documentos e informações das federações que integram a CNA

Farsul – <http://www.farsul.org.br/>

### Documentos e publicações da Confederação Rural Brasileira Agricultura (CRB) e da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

A Lavoura (1920-1955)

- A Lavoura*. Revista da SNA e CRB. Rio de Janeiro, out. 1932. (Capa).  
*A Lavoura*. Revista da SNA e CRB. Rio de Janeiro, ago.-out. 1939. (Capa).  
*A Lavoura*. Revista da SNA e CRB. Rio de Janeiro, ago.-set. 1941. (Capa).  
 Confederação Rural Brasileira – a sua próxima fundação no Rio de Janeiro (Ata de reunião). *A Lavoura*, Rio de Janeiro, jul.-ago., 1951, p. 42.  
 DISPOSIÇÕES ESSENCIAS DO REGULAMENTO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. In: Poliano, *A Lavoura*, Rio de Janeiro, set.-out., 1941, p.4.  
 MANIFESTO MOBILIZAÇÃO DOS CAMPOS, *A Lavoura*, Rio de Janeiro, jan.-fev., 1943, p. 2-3

OFÍCIO DA SNA AO MINISTRO JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA - *A Lavoura*, Rio de Janeiro, mar.-abr., 1950, p. 3.

O problema da sindicalização rural. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, abr.-jun. 1943, p. 4-78.

O Instituto do Açúcar e do Alcool e a assistência ao trabalhador rural. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, jul.-ago., 1950, p. 36-37.

PARECER de 20 de abril de 1915. In: POLIANO, *A Lavoura*, Rio de Janeiro, set.-out., 1951, p.6.

Progride no País o Movimento Associativo sob a inspiração do Dec.-Lei N. 8.127, de 24-10-1945. ATA de inauguração da Casa Rural de Mallet, Sede da Associação Rural de Mallet. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, mar.-abr., 1950, p. 33.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE S. PAULO SR. IRIS MEINBERG, relativo ao exercício de 1949. In: *A Lavoura*, Rio de Janeiro, mar.-abr. de 1950, p. 50-51.

RUMO ao campo. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, set.-out, 1950, p. 11.

Sociedade Nacional de Agricultura. Confederação Rural Brasileira. Serviço Social da Agricultura. Código Rural. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, mai.-jun., 1951, p.23.

UMA NOVA fase de actividade e propaganda. A Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação das Associações Rurais do Brasil. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, jul. 1928, p. 268.

### **Documentos do Arquivo Nacional – Acervo Memórias Reveladas**

A Confederação Nacional de Agricultura e a segurança nacional. AC\_ACE\_16817\_70/Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, p.3.

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES – AC\_ACE\_158\_79/Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, p.7.

### **Documentos de outros países**

CARTA DEL LAVORO. Disponível em: <http://www.historia.unimi.it/sezione/fonti/codificazione/cartalavoro.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2019.

SOCIÉTÉS DES AGRICULTEURS DE FRANCE. *Le think tank*. Paris. Disponível em: <http://bit.ly/2emSno7>. Acesso em: 15 de mar. De 2016.

### **Decretos, leis, documentos e publicações do Estado**

DECRETO-LEI N° 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1944. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8127.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8127.htm)>. Acesso em: 13 de set. 2014.

DECRETO-LEI N° 53.516, de 31 de janeiro de 1964. Disponível em: Acesso em: 13 de set. 2014.

DECRETO N° 61.105, de 28 de julho de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61105-28-julho-1967-402339-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mai. 2019.

LEI N° 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural).

PROJETO DE LEI N° 345, de 1955, p. 1-2. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 14 de jul. 2014.

PROJETO N° 1.367-A – 1956. Câmara dos deputados. Disponível em: <https://bit.ly/2V7Z3WV>. Acesso em: 2 mar. 2015.

PROJETO DE LEI 809, de 6 de agosto de 1963 (Projeto Aniz Brada). Disponível em:

AGROTÓXICO, HERBICIDA E PESTICIDA. Anvisa. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CNA: Sede em Brasília. *Distrito Federal*. Ano I, nº 87, Brasília, jul. 1968, p. 2. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Diario/a9344a71-ed9c-3cad-9e59-bbf304b5baa1/cddcdfd0.pdf>. Acesso: 16 mai. 2018.

BRITO, Flávio. Senadores. Senado Federal. Disponível em: [www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1644](http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1644). Acesso em: 9 jul. 2014.

BUENO, Coimbra. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1772>. Acesso em: 20 mai. 2016.

CLEOFAS, João. ATIVIDADES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA EM 1951. (Relatório). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952. Disponível em: <<https://ufmt.br/cmvm/archivos/c2369aa8064b9d3f851ee30d323e2bbe.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

PLANALTO. ESTATUTO DA TERRA. Lei n 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em: 3 jul. 2014.

GEMINIANO DE LYRA CASTRO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/geminiano-lyra-castro>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PRONUNCIAMENTO DE JOEL DE HOLANDA, 10/10/1995. Seção Atividade Legislativa. Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/183082>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

TRANSCRIÇÕES. Assembleia Legislativa Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sessoesplenarias/50/2001/011017.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

### Fontes da Imprensa

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) [1981-1940]

CÂMARA MUNICIPAL. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*, Rio de Janeiro, p. 2940, 1907. (Estado de Minas-Gerais).

A Noite (RJ) [1940-1949, 1961]

Fundadas no atual governo 158 associações e 8 federações rurais. *A Noite*, 26 set. 1951, p. 4

A República: Órgão do Partido Republicano (PR) [1888-1930]

Boletim da Cooperativa Central dos Cacaucultores Bahianos (BA) [1942-1943]

Correio Braziliense

Faltam Cz\$ 50 milhões no cofre da CNA. *Correio Braziliense*. Brasília, 1/11/1987, p. 10.

Correio Paulistano (1889-1899, 1930-1940)

Correio da Manhã (1920-1929; 1930-1939; 1940-1949; 1950-1959)

A Sociedade N. de Agricultura e a Federação Rural do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 26 de mai. 1921.

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 9 dez. 1928.

A Lavoura, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6., 14 out. 1934. Caderno Agrícola.

A presidência da Sociedade Nacional de Agricultura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p 2., 8 jan. 1929.

Novo prefeito de Pirahy. *Correio da Manha*, Rio de Janeiro, p. 14, 24 mai. 1930.

Congresso de Lavradores e Criadores – Fundada a Confederação Rural Brasileira. *Correio da Manha*, Rio de Janeiro, p. 9, 19 jul. 1930.

Pela reconstrução econômica do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 4 ago. 1934.

Os debates nas comissões técnicas da Câmara dos Deputados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 ago. 1935.

V Exposição Nacional de Animais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 8, 21 jul. 1936.

Nomeado representante junto à Confederação Rural Brasileira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 17 abr. 1936.

II Conferência Nacional de Pecuária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 6 mai. 1936.

Para presidir a instalação da Conferência de Pecuária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 jun. 1936.

II Conferência Nacional de Pecuária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 18 jul. 1936.

Até que se instale o Conselho de Economia Nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 dez. 1937. Capa.

Constituído o Conselho Federal do Comércio Exterior. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, 1 fev. 1938.

Visita da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura ao presidente da República. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 6/8/1938.

Decretos assinados em diversas pastas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 jun. 1945.

- Vai a São Paulo uma comitiva de senadores. *Correio da Manhã*, 9/10/1947, p. 2.
- Fundada a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal. *Correio da Manhã*, 26/2/1949, p. 2.
- Será Fundada a Confederação Rural Brasileira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 mai. 1950. 1ª Seção.
- Faresp: Uma organização a serviço da agricultura Paulista. *Correio da Manhã*, seção Agricultura, sexta-feira, 15 de junho de 1951, p. 8.
- Agredido o jornalista na Cofap. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10/2/1956, 1º caderno, p.3.
- Beneficiados os produtores nacionais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10/2/1956 2º caderno, p. 6.
- SSR encerrou atividades: exercício de 60. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 dez. 1960. Primeiro caderno.
- Meinberg no GT do Estatuto da Terra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/5/1961, 1º caderno, p.6.
- Arcebispo na elaboração do Estatuto da Terra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6/5/1961, 1º caderno, p. 6.
- Casa Isnard & Cia. – SP. A. Cruz, Cuiabá. *Correio da Manhã*, 14/5/1961.
- Classes produtoras querem reforma agrária realista. *Correio da Manhã*, 27/1/1962, 1º caderno, p. 3.
- Leis para abastecimento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12/10/1962. 1º caderno, p. 6.
- Parlamento Nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20/10/1962, 1º caderno, p.5.
- Serviço Social Rural renderá mais na Supra. *Correio da Manhã*, 11/11/1962, 1º caderno, p. 18.
- Vitoriosa no congresso de reformas de base tese é levada ao ICAV. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7/2/1963, 1º caderno, p.2.
- Agricultores: com ICM lavoura para ou sonega. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23/6/1967, p. 14.
- Eleição. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12/8/1967, 1º caderno, p. 2.
- Minas concluiu que aumento do ICM fere constituição. *Correio da Manhã*, 10/1/1968, 1º caderno, p. 11.
- Comissões para estudar pecuária de leite e corte. *Correio da Manhã*, 21/1/1968, 5º caderno, p. 5.
- Agropecuária em resumo (seção). *Correio da Manhã*, 28/1/1968, 5º caderno, p.1.
- Peleguismo trava o progresso do cooperativismo. *Correio da Manhã*, 4/2/1968, 5º caderno, p. 1.
- Comércio debate aumento do ICM. *Correio da Manhã*, 8/2/1968, 1º caderno, p. 10.
- Ruralista contra importar borracha do estrangeiro. *Correio da Manhã*, 18/2/1968, 5º caderno, p. 5.
- ABCOOP quer mais autenticidade no cooperativismo. *Correio da Manhã*, 17/3/1968, 5º caderno, p. 1.
- Faesp. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13/7/1968, 1º caderno, p. 11.
- Economistas apoiam lei de cooperativas. *Correio da Manhã*, 4/8/1968, 5º caderno, p. 5.
- Feira terá financiamento. *Correio da Manhã*, 3/9/1968, 1º caderno, p. 13.
- Agropecuária. *Correio da Manhã*, 27/12/1968, *Caderno Econômico*, p. 10.
- Empresariado confia na Junta*. *Correio da Manhã*, 2/9/1969, 1º caderno, p. 10.
- Empresariado do País apoia atos da Junta*. *Correio da Manhã*, 13/9/1969, 2º caderno, p. 6.
- Pobreza da agricultura é denunciada. *Correio da Manhã*, 9/10/1969, 1º caderno, p. 17.
- Flávio Brito aprova Agricultura no CMN. *Correio da Manhã*, 1º caderno, 3/12/1969, p. 14.

Brito agradece a Médici apoio à agricultura. *Correio da Manhã*, 28/2/1970, *Correio da Manhã*, 28/2/1970, p. 12.

Diário Carioca (1942)

Diário de Notícias (RJ) [1930-1939. 1960-1969]

Ministro deseja apoio das Classes produtoras. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1962. Primeira Seção, p.6.

Continua crise na pecuária leiteira. *Diário de Notícias*, 2/8/1964, p. 5.

Brasil poderá vender mais ao velho mundo. *Diário de Notícias*, 13/7/1964, 1ªs seção, p. 3.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 19 mar. 1967

Diário da Noite

Preencherá uma das mais graves lacuna da Legislação Brasileira. *Diário da Noite*, 22/7/1944, p. 3

Folha da Região (2006)

Jorge Napoleão Xavier. Arquivo Araçatubinas. *Folha da Região*, 16/11/2006. <http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2006/11/17/cad202.php>.

Há 50 anos: Congresso agropecuário no DF resulta em Carta de Brasília. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28/7/2017. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/07/28/ha-50-anos-congresso-agropecuário-no-df-resulta-na-carta-de-brasília/>. Acesso: 25 abr. 2019.

Jornal do Brasil (1920-1929, 1930-1939, 1940-1949, 1960-1969,1980-1989)

A ampliação dos recursos da Carteira Agrícola do Banco do Brasil e a redução das taxas de empréstimo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 1 out. 1940.

A classe agrária na Comissão do Ante-projeto da Constituição, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 6 nov. 1932.

A Lavoura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 38, 14 dez. 1932.

Atos do Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 jun. 1945.

Constituída a Comissão de Sindicalização das Classes Rurais, *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1941, p. 5.

Comissão de Sindicalização das Classes Rurais. *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1941, 2ª seção, capa.

Entrevista do Presidente Quadros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 1º caderno, 15/4/1961.

Publicações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, 14 jun. 1932.

Confederação Rural Brasileira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 6 set. 1951.

*Jornal do Brasil*, p. 11, 1 out. 1940.

Produtores de leite confiam em Borghoff. *Jornal do Brasil*, 17/9/1964, 1º caderno, p. 12.

Abastecimento de leite ao Rio a partir de hoje começará a normalizar-se. *Jornal do Brasil*, 6/3/1964, 1º caderno, p.5.

Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime. *Jornal do Brasil*, 20/3/1964.

#### Gazeta de Petrópolis (RJ) [1892-1904]

Eleição de deputados do Estado do Rio de Janeiro. *Gazeta de Petrópolis* (RJ), Petrópolis, p. 2, 1895.

#### Jornal do Comércio (1960-1969)

#### O Cruzeiro – revista (1928-1985)

Caminhos da reaproximação Jânio-Jango. *O Cruzeiro*, 19/8/1961, p. 108-109.

#### O Dia (PR) [1923-1961]

#### O Estado de São Paulo (1951)

O novo projeto do Código Rural. Seção Geral. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 15 jun.1951.

Problemas da Agricultura Brasileira. Seção Geral. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 22, 28 jun. 1951.

Syndicalização das classes rurais. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2.,20 mar. 1941.

#### O Estado do Paraná: Jornal da Manhã (PR) [1925 a 1926]

#### O Globo

Vai reunir-se a Confederação Rural Brasileira. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 dez. 1928. Geral.

Organiza-se a Confederação Rural Brasileira. *O Globo*, Rio de Janeiro 17 dez. 1928 (edição vespertina).

Uma grande data das classes conservadoras. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 16 jan. 1929. Adesões garantem êxito da passeata em São Paulo pela defesa da liberdade. *O Globo*, 18/3/1964, p. 13

A mulher paulista espera que a carioca também se unirá contra o comunismo. *O Globo*, Geral, 21/3/1964, p. 7.

Mais de 50 mil mulheres fluminenses estarão no Rio para a “Marcha da Família”. *O Globo*, 30/03/64, p. 5

**BRASILEIROS! DEMOCRATAS! PATRIOTAS! HOMENS E MULHERES! MOÇAS E RAPAZES!** *O Globo*, 28/3/1964.

*O Globo*, 3/4/1964.

#### O Jornal (RJ) – 1960-1974.

#### O Paiz

A Comemoração da Independência Nacional. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.5, 28 set. 1922.

Jornal Pequeno (PE)

Armazéns e Silos para a Agricultura. *Pequeno Jornal: Jornal Pequeno*, 18/5/1955, p.4.

Movimento

A Centelha Nativista. *Movimento*, 23 a 29/10/1978, p. 5.

“O terror da baixada”. *Movimento*, 3 a 9/12/1979, p. 14.

As ligas camponesas. *Semanário*, 3/5/1962, nº 279, p. 9.

Mensagens do Governador do Paraná para Assembleia (PR) [1882-1930]

Relatórios dos presidentes dos Estados Brasileiros (PR) [1832-1930]

Tribuna da Imprensa (RJ) [1949-1959]

Última Hora (RJ) [1951-1984]

### **Fontes orais (entrevistas realizadas)**

Antônio Delfim Netto (ex-ministro da Fazenda, Planejamento e Agricultura e embaixador do Brasil na França)

Antonio Mello de Alvarenga Neto (SNA)

Alysson Paulinelli (ex-ministro da Agricultura e ex-presidente da CNA)

Alynne B. Oliveira (CNA)

Alreci Paixão de Sousa (CNA)

Cécile Lilamand (FDSEA-Toulouse)

Eudes de Souza Leão Pinto (CRB/CNA, Inda)

Evandro Silva de Deus (CNA)

Francisco Pimenta (CNA)

Helcias Soares (CNA)

Iara Grillo (CNA)

Jean-Baptiste Millard (Saf Agri'iDées)

José C. Vitorino de Morais (CNA)

Karen Albuquerque (CNA Europa-Bélgica)

Maria de Assumpção (Embrapa e CNA)

Patrick Ferrère (Saf Agri'iDées e FNSEA-França)

Pablo Ulisses (Assessoria de Imprensa CNA)

Pio Guerra (Faepe)

Rodolfo Tavares (Faerj)

Tiago Masson (CNA)

### **Sítios da internet**

Arquivo Público do Estado de São Paulo –  
[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista\\_historica](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista_historica).

ABCZ – [www-abcz.org.br](http://www-abcz.org.br)

ACNB – [www.nelore.org.br](http://www.nelore.org.br)

Alerj – <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>

Amaggi – <https://www.amaggi.com.br/>

CNA – [www.cnabrasil.org.br](http://www.cnabrasil.org.br)

Canal Rural - [www.canalrural.com.br](http://www.canalrural.com.br)

Capes – [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

Ibmec – [www.ibmec.br/trajetoria](http://www.ibmec.br/trajetoria)

MNP – <https://mnp.org.br/>

My Heritage – [www.myheritage.com.br](http://www.myheritage.com.br)

OCB – [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)

SAF Agr'iDées – <https://www.safagrideas.com>

SNA – [www.sna.org.br](http://www.sna.org.br)

SRB – [www.srb.org.br](http://www.srb.org.br)

SLC Agrícola – <https://www.slcagricola.com.br/quem-somos/>.

DELFIN NETTO. Memórias Reveladas/Portal Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delfim-netto/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva – Itesp, Instituição. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/historico.aspx>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Ibmec é vendido para grupo educacional americano DeVry. *GI*, 15 dez. 2015. Disponível em <<https://glo.bo/2J4Yxa5>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

História do Cooperativismo. Portal do Cooperativismo Financeiro. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

Memória Itaperiuense – <http://www.memoriaitaperiuense.com.br/2010/03/alberto-ravache.html>

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA. In: Perfil. Sócios falecidos brasileiros. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCduPALmeida.html>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Novo Diretor de Terras e Colonização. *O Estado*, 26 jul. 1951, p.1. (Acervo da Biblioteca de Santa Catarina). Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1951/EST195111192.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

Relações Nominais – Esalq. Esalq, São Paulo. Disponível em: <<http://f66.esalq.nom.br/ESALQ75/Cap.35.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 19.

Sobre a Fiesp. Fiesp, São Paulo. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/>>. Acesso em: 5 dez. 1915.

General entra na guerra do campo. Memorial da Democracia Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/general-entra-na-guerra-do-campo>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Trabalhador rural obtém seu estatuto. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/campones-ganha-protacao-de-estatuto>. Acesso em: 19 abr. 2019.

## Outros

Agricultura em São Paulo: Boletim da Divisão de Economia Rural. Departamento da Produção Vegetal, Secretária da Agricultura, estado de São Paulo, ano IX, nº 9, set. 1962.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÃO REIS, Daniel . A ditadura civil-militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Prosa & Verso. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp>. Acesso em: 22 set. 2015.
- ABREU, Alzira Alves. INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *Verbetes*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-imigracao-e-colonizacao-inic>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- ABREU, A.A. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/mallmann-zulfo>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- AGRIKOLIANSKY, Éric; COLLOVALD, Annie. Mobilisations conservatrices: comment les dominants contestent?, *Politix* 2014/2 (N 106), p. 7-29. DOI 10.2917/pox. 106.0007. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-politix-2014-2-page-7.htm>.
- AGRIKOLIANSKY, Éric. Leaders, in Olivier Filleule et al. *Dictionnaire des mouvements sociaux*, Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P.), Références, 2009, p. 319-326. Disponível em: <http://www.cairn.info/dictionnaire-des-mouvements-sociaux-9782724611267-pages-319.htm>.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. São Paulo, 76, 2009, p. 49-86.
- \_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 21-41, junho 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752012000300021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 3 Apr. 2019.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- AMIN, Samir. Accumulation on a world scale, a critique of the theory of underdevelopment. Vol. 1. New York: *Monthly Review Press*, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Eurocentrism: Modernity, Religion, and Democracy: A Critique of Eurocentrism and Culturalism*. 2nd edition. New York: Monthly Review Press, 2009.
- AMARAL, Estanislau Rubens do. *Revista Rural Brasileira*, São Paulo, jan. 1946.
- ANDRADE, Kleybson Ferreira de. *A voz do “agro”: o discurso da CNA e a representação dos interesses do patronato rural no Brasil*. Monografia em Agronomia. Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. República, v.1. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1989.

ARENDDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARRUDA, Roldão. A Marcha da Família, que faz hoje 50 anos, antecipou o golpe. “É um dia triste para a memória dos católicos, diz estudioso. Blogs. *Estadão*, 19/3/2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/marcha-da-familia-que-hoje-faz-50-anos-antecipou-ditadura-e-deve-ser-exorcizada-diz-pesquisador-catolico/>. Acesso em: 19/6/2014.

AVANZA, Martina. Comment faire de l’ethnographie quand on n’aime pas “ses indigènes”? Une enquête au sein d’un mouvement xénophobe. In: BENSA, Albin, FASSIN, Didier. *Les politiques de l’enquête*. La Découverte, «Recherches», Paris, 2008, p. 41-58. Disponível em: <https://bit.ly/2KQ1Y2K>. Acesso em 15 mar. 2016.

AVARÉ, A. B. Associações Agrícolas. *Lavoura e Commercio*. Folha Diária, capa, n° 135, Ano I, 8 de setembro de 1898.

BALTAR, Ronaldo. *Os empresários rurais e a reforma agrária no governo de transição (1985-1988)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1990.

BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, R.A. O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1060-1990). In Albuquerque, J.A.G. (org.). *Diplomacia para o desenvolvimento. Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: NUPRI, 1996.

BARBOSA, Maria do Socorro F. Graves violações dos direitos humanos nos movimentos sociais no campo. In: COELHO, Fernando de Vasconcelos [et al.]. *Relatório final: volume II*. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Recife: CEPE, 2017.

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. *História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da ação ruralista na Constituinte de 1988*. Tese (Doutorado em história). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia (MG), 2018.

BARCELLOS, Fernando. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CPDA/UFRR, 2007.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. A tomada do Estado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES): o caso das empresas estatais federais do setor agrícola (1964-1967). *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*, 2016.

\_\_\_\_\_. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968). *Tempos Históricos*. Vol. 18, 2014, p. 44-72.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. Condições essenciais para a reforma agrária. *Gleba*, jan.-fev., 1963, p. 5.

BASSI, Bruno Stankevicius. Quem são os donos da terra no Brasil? In SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). *Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

BEAUD, Michel. *L'art de la thèse. Comment préparer et rédiger un mémoire de máster, une thèse de doctorat ou tout autre travail universitaire à l'ère du Net*. Avec collaboration de Magali Gravier et Alain de Tolédo. Paris: La Découverte, 2006.

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1982, mimeo.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Vol. 30, novembre 1979. L'institution scolaire, pp. 3-6. Doi: 10.3406/arss. 1979.2654. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1979\\_num\\_30\\_1\\_2654](https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654).

\_\_\_\_\_. Le capital social. In: *Actes de la recherche em sciences sociales*. Vol. 31, janvier 1980. Le capital social. pp.2-3. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069).

\_\_\_\_\_. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Éditions Raison d'agir/Éditions du Seuil, 2012.

BRASIL, Gerson. *A escravidão e o império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

BRITO, Cristóvão. *A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: SciELO Books - <http://books.scielo.org>. Acesso em: 9 de abr. 2019.

BRUNO, Regina. *Liberalização e reforma agrária: o governo Castello Branco*. 1985, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002a.

\_\_\_\_\_. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo”. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Orgs.) *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Agronegócio: o despontar de um novo príncipe?* Informe final de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRUNO, Regina; CARNEIRO, Olavo Brandão; SEVÁ, Janaina Tude. *Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação: em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal*. Relatório Final de Pesquisa. NEAD/MDA-Redes Rio de Janeiro, 2008 (mimeo).

BRUNO, Regina. SEVÁ, Janaina Tude. Representação de interesses patronais em tempo de agronegócio. In MOREIRA, R. e BRUNO, R. (orgs.) *Dimensões Rurais de Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Mauad X/Edur. 2010.

BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo. Organizações da classe dominante no campo. In Roseli CALDART et al (orgs.) *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro/ São Paulo :Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio /Expressão Popular, 2012 pp 519-531.

BUCHANAN, James M. *The limits of liberty: between anarchy and Leviathan*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

BUZANELLO, Edegar João. *La burguesia agraria: organización de clase y representación de intereses en Brasil, 1964-1988*. Tese (Doutorado) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1991.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*. 3. Sociedade e política (1930-1964), 3ª edição. São Paulo: Difel, 1986.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 35, n° 3, p. 444-460, jul./set. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572015000300444](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000300444). Acesso: 14 dez. 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique P. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em história). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2012.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Lucianne; ALMEIDA, Cássia. Carta del Lavoro e encíclica católica estão entre as influências da CLT. *O Globo*, 28 abr. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/carta-del-lavoro-enciclica-catolica-estao-entre-as-influencias-da-clt-8233534>>. Acesso em: 30 de abr. 2019.

CARNEIRO, Olavo Brandão. *Tratoração – O alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. Org. André Rocha. *Escritos de Marilena Chauí*, 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramos, 2014.

\_\_\_\_\_. Democracia e sociedade autoritária. (Palestra). *Comunicação & Informação*, v. 15, n° 2, jul./dez. 2012, p. 149-161.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Renato; BETTIN, Priscyla. Luiz Rosemberg Filho. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2015.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CORTEZ, Lucili G. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. *Doutrina de Segurança Nacional: entre o passado e o futuro*. Tese de doutorado. Instituto de Ciência Política do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2008.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiros em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Sérgio Amad. *Estado e Controle Sindical no Brasil: um estudo sobre os mecanismos de coerção, 1960-1964*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA (CNE). Verbetes. Rio de Janeiro: CPDOC, s/d. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-economia-cne>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

DELGADO, Guilherme. *O capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. Agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In BENETTI, Maria D. e FRANTZ, Telmo (coord.). *Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-84*. Porto Alegre: Fundação Economia e Estatística, 1988, p. 35-111.

DELFIN NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DEZEMONE, Marcus. *Do Cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. PPGH-UFF, Niterói (RJ), 2008.

DIAS, Everardo. Lutas operárias no Estado de São Paulo. *Revista Brasiliense*, n° 1, 1955, p. 68-87.

DIAS, Rubens Araújo; FRAGA, Constantino Carneiro. Necessidade de garantia de preços para a agricultura. *Gleba*, dez. 1955 – número especial, p. 3-38.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930/1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ESALQ. *Universidade de São Paulo: contribuição da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*. Piracicaba: Serviço de Produções Gráficas/ESALQ, 2009.

ESTEVES, Benedita M. Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta*. (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

ESTEVES, Carlos L. S. O Agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. *SÆCULUM - Revista de História*. N 26. João Pessoa: jan./jun. 2012, p. 221-239.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FEITOSA, André Elias Fidelis. *Os (re)arranjos do ensino técnico agrícola no Brasil*. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.

\_\_\_\_\_. A agricultura e a situação econômico-financeira. *A Gleba*, Rio de Janeiro, jul. 1955, p. 2-3 e 49.

FONTES, Virgínia. *Reflexões Impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FONT, Maurício e BARZELATTO, Elba. *Café e política: ação da elite cafeeira na política paulista: 1920-1930*. São Paulo: USP, 1988.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2014.

FREITAS, José Cassiano. *A política agrícola do regime militar de 1964: aspectos econômicos, jurídicos, financeiros e socioeconômicos*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade de Fortaleza, 2008.

FREITAS JR., Gerson. Megaprodutores consolidam 'última fronteira'. *Valor Econômico*, 1/4/2013. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FÜCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GALVÃO, Elisandra. *A ciência vai ao cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Departamento de Bioquímica Médica, Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GASPAR, Lúcia. *Usina Trapiche*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisa escolar](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisa%20escolar)>. Acesso em: 5 abr. 2019.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros Ruralistas!*” *Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

GOMÉZ, Sergio. Organizações empresariais rurais na América Latina: o caso do Brasil e do Chile. *Reforma Agrária*, 17:2, 1987, pp. 4-17.

\_\_\_\_\_. Organizaciones empresariales rurales: una analisis de los casos Brasil y de Chile. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 10 (mimeo). Campos do Jordão, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Letterre dal cárcere*, Torino; Einaudi, 1972.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRYNSZPAN, Mario. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária* ano 7, nº 6, nov./dez., 1977.

HABERMAS, J. A. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, 1981.

HEINZ, Flavio M. *Les fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967*. Tese (Doutorado em História) – Université de Paris X, Nanterre, 1996.

\_\_\_\_\_. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, F. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 123-142.

HERÉDIA, Mariângela. *CNA Brasil – 50 Anos*. Coletânea Estudos Gleba, 16. Brasília: CNA Brasil, 2001.

HERRERA, Rémy. Breve introduction à la théorie de l'État chez Marx et Engels. *Cahier de la Maison des Sciences économiques de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, nº1, 24 p., janvier 2001, Paris.

HILTON, Ronald (edit.). *Who's who in Latin America*. 3rd ed., vol. 2. Detroit: Blaine-Ethridge-Books, 1971.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBBS, Thomas. *Léviathan*. Éditions Sirey, 1971.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOTTBARD, Murray. *L'Éthique de liberte*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE, Censo Demográfico 2000 – Tendências demográficas no período de 1950/2000. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf). Acesso em: 5 mai. 2016.

JOÃO XXII. *Carta Encíclica Mater et Magistra*. Disponível em: <https://bit.ly/1T93Q3u>. Acesso em: 15 fev. 2019.

JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas?* Vol. 1. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1962.

KOONINGS, Kees. O “exército político” brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985. *Militares e política*. Laboratório de Estudos Sobre Miliars na Política, nº 6. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, jan.-jun., p. 7-33, 2010.

KOLBOOM, Ingo. Patron et patronat. Histoire sociale du concept de patronat en France au 19<sup>e</sup> et 20<sup>e</sup> siècle. In: *Mots*, nº 9, octobre 1984. Michel Pêcheux. Analyse de discours. Mots dans l'histoire: individu, subsistances, patronat, honnêtes-gens, 89-112. Doi: 10.3406/mots.1984.1166. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/mots\\_0243-6450\\_1984\\_num\\_9\\_1\\_1166](http://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1984_num_9_1_1166).

LABÈRE, Nelly; BOUTILLIER, Sophie; D'ALLONDANS, Alban G.; UZUNIDIS, Dimitri. *Méthodologie de la Thèse et du Mémoire*. Collection Principes. Levallois-Perret: Studyrama, 2012.

LAMARÃO, Sérgio ; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Estatuto do Trabalhador Rural. In: ABREU, A.A. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

LAMOUNIER, Bolivar (coord.). Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. *Estudos de Política Agrícola*, nº 9. Brasília, 1994.

LAMBERT, Renaud. Là où le Brésil va... *Le Monde Diplomatique*, Manière de Voir, nº113, octobre-novembre, 2010.

LAMPEDUZA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul. *Anais eletrônicos*. XI Encontro Estadual de História, Anpuh. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 23 a 27 de julho, 2012.

LARANJEIRA, Raymundo (Org.). *Direito agrário brasileiro*. São Paulo: LTR, 1999.

LATUADA, Mario José. *Aciona Coletiva y corpo raciones agrarias en la Argentina: transformacionais institucional és a fines del sigilo XX*. 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

LE ROY, Pierre. *Histoire de l'agriculture française* (de 1867 à nous jours). Versão final – primeira parte, junho 2016.

LEAL, F. Giuliana. *Guardiãs da Propriedade: Organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (1995-*

2001). Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. O poder dos donos da terra: um balanço das organizações de proprietários e empresários rurais na década de 90. *Raízes*, vol. 22, nº 02, jul.-dez./2003.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5. 2002.

\_\_\_\_\_. A ditadura “civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. *O Globo*, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012.

LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007.

LOCKE, John. *Traité de gouvernement civil*. Paris: Flammarion, 1992.

LOVE, Joseph. *A locomotiva*. São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

MAIA, S.J., Pe. Américo. *História das Congregações Marianas do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MAISNNAVE, Fabiano. Via judicial da repressão evitou mortes, afirma brasilianista. Entrevista com Anthony Pereira. *Folha de São Paulo*, 5 de abril de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200414.htm>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MARINGONI, Gilberto. A longa jornada dos direitos trabalhistas. *Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Ano 10, Ed. 76, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23).

MARIN, Richard; BENNASSAR, Bartolomé. *Histoire du Brésil: 1500-2001*. Paris: Fayard, 2000.

MARQUES, Benedito F. *Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo: Altas, 2015.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 1998.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro III: O processo global de produção capitalista*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro II: O processo de circulação do capital*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário* de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia Política de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, Oswaldo de Souza. SERVIÇO SOCIAL RURAL (PROGRAMA DE TRABALHO). *Gleba*, jun.-set., 1961, p. 30-35.

MARTINS, Rafael Moro. 50 empresas vendem metade dos alimentos do mundo – e elas estão cada vez maiores. *The Intercept Brasil*, 4/9/2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/03/50-empresas-metade-alimentos-mundo/>. Acesso em: 5 set. 2018.

MELO, Demian B. Ditadura “civil-militar”? : controvérsias históricas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Cascavel, v. 13, n° 27, p. 39-53, 2° sem. 2012.

MELO, Demian B.; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos históricos*, vol. 18, 2014, p. 13-43.

MELO, José Carlos Antunes de Melo. *Impactos sociais e econômicos da criação de assentamentos rurais no município de Sossego/PB*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UEPB/UFCG, Campina Grande, 2012.

MEDEIROS, Leonilde S. de (coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – Relatório Final*. E\_38/2013 – Apoio ao estudo de temas relativos a violações de direitos humanos. 30 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde S. de; ARAÚJO, Brás José de. Superintendência da Política Agrária (Supra). In: ABREU, A.A. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, vol. 19, nº 2, 1980.

MENDONÇA, Sonia; FONTES, Virginia M. História Recente (1964-1992). São Paulo: Editora Ática 2006.

MENDONÇA, Sônia R.; STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

MENDONÇA, Sonia R. Conflitos intraclasse dominante agraria y políticas agrícolas bajo el varguismo (1930-1954). In GIRBAL-BLACHA, Noemi; ORTIZ, Maria Inmaculada L.; MENDONÇA, Sonia (Coord.). *Agro y política a uno y otro lado del Atlântico: franquismo, salazarismo, varguismo y peronismo*. 1ª ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016.

\_\_\_\_\_. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. (Col. História. Cultura e Ideias, v. 11). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010b.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária e Lutas Sociais no Campo. *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luiz, v. 2, nº 1, Jan.-jun., 2000.

\_\_\_\_\_. Estado e sociedade (capítulo 1). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar & fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões de História, 1998.

\_\_\_\_\_. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na primeira república*. Tese de doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, vol. 1 e 2. São Paulo, 1990.

McCARTHY, J., ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory, *American Journal of Sociology*, 82 (6), 1977.

McADAM, Douglas. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

McADAM, D., TARROW, S., TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEINBERG, Iris. O que somos e o que seremos. *Gleba*, jul. 1955, p. 1.

\_\_\_\_\_. Missão cumprida. Gleba, jul.-ago. 1967, p.1.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, UnB, 1982.

MICHELS, Robert; PARETO, Vilfredo; MOSCA, Gaetano; GRAMSCI, Antonio. *Élites. Le illusioni dela democrazia*. Collana Orwelliana. Roma: Circolo Proudhon Eizioni, 2016.

MOE, T. *The Organization of Interests. Incentives and the Internal Dynamics of Political Interest Groups*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, G. Plínio. Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira. *Reforma Agrária*, v. 17, n° 2, ago.-nov. Campinas, SP: Associação Brasileira de Reforma Agrária: 1987, p. 17-29.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. *A Ditadura empresarial-militar e as mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. 2ª ed. Torino: Fratelli Bocca, 1923. Disponível em:  
[https://www.liberliber.it/mediateca/libri/m/mosca/elementi\\_di\\_scienza\\_politica/pdf/mosca\\_elementi\\_di\\_scienza\\_politica.pdf](https://www.liberliber.it/mediateca/libri/m/mosca/elementi_di_scienza_politica/pdf/mosca_elementi_di_scienza_politica.pdf). Acesso em: 4 jan. 2018.

MOURA, Severino. *Senhores de engenho e usineiros, a nobreza de Pernambuco* (Tempo municipal, 17). Recife: Fiam, CEHM, Sindaçúcar, 1998.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-21.

NASCIMENTO, Maria Isabel M.; NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n° 52, set. 2013, p. 54-74.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

MÜLLER, Geraldo. *O complexo agroindustrial*. São Paulo: FGV, 1981.

OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des organisations patronales*. Paris: La Découverte, 2009a.

OFFERLÉ, Michel, propos recueillis par Laurens Sylvain, Weber Louis. Un Patronat entre unité et divisions. Une cartographie de la représentation patronale en France. *Savoir/Agir* 4, (n° 10), 2009b, p. 73-84. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-savoir-agir-2009-4-page-73.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

OFFE, Claus, WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 56-118.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformação contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2013.

OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra/Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

OLSON, M. *La logique de l'action collective*. Paris: Puf, 1966.

ÖZER, Atila. *L'État*. 1998. Paris: Flammarion, 1998.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. In WELSH, Clifford A.... (et al.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PANG, Laura Jarnagin. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. Ph.D Thesis, Vanderbilt University, 1981.

PAIVA, Lingard Miller. A Sindicalização Rural (Trabalho apresentado no Seminário Nacional sobre Métodos e Técnicas de Trabalhos aplicados nos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Rurais – Nov. 1961). *Gleba*, out.-nov. 1961, p. 53-55).

PARETO, Vilfredo. *Tratato di sociologia generale*. Firenze: G. Barbèra, 1923. Disponível em: <https://archive.org/details/trattatodisocio00paregoog>. Acesso em: 4 jan. 2018.

PEREIRA, A. W. *Political (in)justice: authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile and Argentina*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PEREIRA, A. W. *Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina*. In: Cecília MacDowell Santos, Edson Luis de Almeida Teles e Janaína de Almeida Teles (Org.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2008, v.1, p. 203-270.

PEREIRA, A. W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Astrojildo. Lutas operárias que antecederam a Fundação do PCB. *Problemas*, n° 39, 1952.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. *Revolução Verde* In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário de Educação no Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). *Como estudar as elites*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PERISSINOTTO, Renato. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1899-1930)*. São Paulo: Fapesp; Campinas, SP: Unicamp, 1999.

PERES, Omar. A reforma agrária e a zona da mata. *Blog do Omar Peres*, 27/3/2010. Disponível em: <https://omarperes.blogspot.com/2010/03/reforma-agraria-e-zona-da-mata.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PINÇON, Michel, PINÇON-CHARLOT, Monique. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte, 2003.

\_\_\_\_\_. *Les Ghettos du Gotha: comment la bourgeoisie défend ses espaces*, Paris: Le Seuil, 2007.

\_\_\_\_\_. “Être riche, la classe! (entretien)”, *Revue Projet*, n° 321, 2011, pp. 21-27. DOI 10.3917/pro.321.0021. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-projet-2011-2-page-21.htm>>.

PINÇON, Michel, PINÇON-CHARLOT, Monique. *La violence des riches. Chronique d'une Immense casse sociale*. Paris: Zones/La Découverte, 2013.

PINÇON-CHARLOT, Monique. Fillon et les bourgeois sont sur une autre planète. Entrevista. *Radio Debout Lannion*, 7 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=je0kkZydof8>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

PINHEIRO, Marcos A. H. *Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PINTO, E. S. L. *Eudes de Souza Leão Pinto: um fazedor de paz. A história de uma vida, compromisso com instituições, pátria e família* (autobiografia). Recife: Editora Brasileira de Guias Especiais, 2013.

POLIANO, Luiz Marques. A Confederação Rural Brasileira. Notas a propósito de sua recente fundação. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, set.-out., 1951, p. 3-15.

POLIANO, Luiz Marques. Por falar em associativismo, *Gleba*, nov.-dez., 1958, p- 43-44.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011.

\_\_\_\_\_. A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra: embates e recuos. *História & Lutas de Classes*, nº 8, novembro de 2009, p. 27-33.

\_\_\_\_\_. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional da Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2006.

REYES, Andrés E.L. Árvores Medicinais Nogueira-de-Iguape. Esalq/USP. Disponível: <http://www.esalq.usp.br/trilhas/medicina/am19.php>. Acesso em: 16 set. 2017.

RIDINGS, Eugene. Interest Groups and Development: the case of Brazil in the Nineteenth Century. *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, n. 2, Nov., 1977, p. 225-250.

\_\_\_\_\_. *Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge Latin American Studies. New York: Cambridge University Press, 1994.

ROSE, Robert S. *The unpast: a violência das elites e o controle social no Brasil de 1954-2000*. Recife: Editora Massagana, 2010.

RUA, Maria das Graças. A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. *Ciências Sociais Hoje: anuário de Antropologia, Política e Sociologia*, 1990, p. 281-310.

RUFATTO, Luiz. Breve história do autoritarismo brasileiro. Seção Armazém literário. *Observatório da Imprensa*, edição 827. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/\\_ed827\\_breve\\_historia\\_do\\_autoritarismo\\_brasileiro/](http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/_ed827_breve_historia_do_autoritarismo_brasileiro/). Acesso em: 21 mai. 2019.

SADER, Emir. Verbete Ditaduras Militares. Enciclopédia Latino-americana, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/d/ditaduras-militares>. Acesso em: 1 de mar. de 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil?* Vol. 5. Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SANTOS, Iverson Poletto. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. *Revista Histórica: Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, edição nº 25, set. 2017. Disponível em: <http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/>. Acesso em: 27 set. 2019.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). *Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SEVÁ, Janaína Tude. *Classes patronais rurais e conflitos sociais. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008.

SILVA, Osvaldo Hidalgo. *Representación de intereses y organizaciones patronales en la agricultura brasileña*. Tese (Doutorado em Agronomia). Programa de Economía y Sociología Agroalimentar, Universidade de Córdoba, Córdoba (Espanha), 1992.

SILVA, A. F. C. da. A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 957-93, out.-dez. 2006.

SILVA, Claiton Marcio da. Agricultura e cooperação internacional: a atuação da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Jean Michel Moreira da. *Estatuto da Terra: A tramitação da primeira lei da reforma agrária brasileira no Congresso Nacional*. Monografia. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2013.

SILVA, Francisco C. T. da. O Brasil no mundo. In: REIS, Aarão D. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SILVA, Iliane Jeusina da. Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2010. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285955>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

SINGER, Paul. *Crise do "milagre"*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

SKYDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA, Geraldo Goulart da. Educação e assistência social às populações rurais. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, mai.-jun., 1950, p. 47.

\_\_\_\_\_. A educação e o associativismo rural. *Gleba*, jul. 1955, p. 29.

SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 1, dezembro, 1956, p. 130-141.

SIMÃO, André Luciano. Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, São Paulo, 2001.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

\_\_\_\_\_. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHERER, Ilse. *Le syndicat et le changement de la société agraire du Rio Grande do Sul*. Thèse de Doctorat de 3ème cycle, École Pratique des Hautes Études, Université de Paris, octobre 1973.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia. Lear e Jair: era uma vez dois reis. *Nexo*, 25/2/2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2019/Lear-e-Jair-era-uma-vez-dois-reis>. Acesso em: 26 de fev. 2018.

SCHMITTER, Philippe. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, California: Stanford University Press, 1971.

SMITH, Thomas Lynn; MARCHANT, Alexander. *Brazil: Portrait of Half a Continent*. New York: The Dryden Press, 1951.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EXPANSÃO COMERCIAL. *Quem é quem no Brasil*. 9 tomos (1948-1967), São Paulo.

STEIN, Leila de M. *Sindicalismo e corporativismo na agricultura: Brasil (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Trabalhismo, Círculos Operários e Política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2008.

SZYMBORSKA, Wisława. *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TANIGUTI, G.T. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

TARRUELLA, Alejandro C. *Historia de la Sociedad Rural Argentina: de la colonización española a nuestros días: radiografía de la oligarquía terrateniente*. 1ª ed. Buenos Aires: Planeta, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. *A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da constituição de 1988*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012a.

\_\_\_\_\_. La dominación y el discurso jurídico de los abogados de las organizaciones de empleadores em el campo brasileño. *Astrolabio: revista internacional de filosofía*, n 13, 2012b, pp. 147-155.

TARROW, Sidney. Mentalities, political cultures, and collective action frames. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.

TERPEND, Noëlle. *Guide pratique de l'approche filière. Le cas de l'approvisionnement et de la distribution des produits alimentaires dans les villes* (PDF). International Development Research Center, Cooperation Française. FAO: 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2vJ5tjo>. Acesso em: 15 mar. 2016.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class Vintage* (1). New York: Vintage Books, 1966.

THE BRITISH CHAMBER OF COMMERCE OF SÃO PAULO & SOUTHERN BRAZIL. *Personalidades no Brasil – Men of affairs in Brazil*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1933.

TILLY, Charles; TILLY, Louise; TILLY, Richard. *The Rebellious Century, 1830-1930*. London: Dent, 1975.

TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. *CRSO Working Paper U128*, Center for Research on Social Organization, Michigan University, may, 1976.

\_\_\_\_\_. *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

\_\_\_\_\_. Social Movements and National Politics, In BRIGHT, C., HARDING, S. (eds.) *Statemaking and Social Movements*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

\_\_\_\_\_. Contentions repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 1993, 17, p. 253-280.

\_\_\_\_\_. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Boulder; London: Paradigm Publishers, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *Les Ennemis intimes de la démocratie*. Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 2012.

TORRES FILHO, Artur. Conselho Federal do Comércio Exterior. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1943, p. 45-49.

TORRES FILHO, Artur. Formação Econômica do Brasil. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, jul.-ago., 1950, p. 17.

TOURAINÉ, A. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.

TROYANO, Annez A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

TRUMAN, D. B. *The Government Process: Political Interests and Political Opinion*. New York: A. Knopf, 1951.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André, GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico (1968-1973): uma análise empírica. *RBE*, v.62, n. 2, Rio de Janeiro: Abr.-jun., 2008, p. 221-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Nívea Silva. A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: Definição e redefinição das políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro (1869-1934). Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2014.

Waldemarin, Luiz Eduardo Wanderley. Carta – Relatório sobre sindicalismo rural. Rio de Janeiro, julho de 1964. Disponível em: <http://www.fe.ufg.br/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Paris: 10/18, 1996.

\_\_\_\_\_. *La domination*. Paris: Découverte, 2014. (Collection Politique et Sociétés).

WEIL, Éric. *Philosophie politique*. Paris: Vrin, 1996.

WELCH, Clifford A. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*. Vol. 36, n. 71, São Paulo, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rbh/v36n71/1806-9347-rbh-2016v36n71\\_004.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbh/v36n71/1806-9347-rbh-2016v36n71_004.pdf). Acesso em: 6 jan. 2017.

WILKINSON, John. Supersize me. In SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). *Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 87-101, 2010.

ZEN, Aurora Carneiro; FRACASSO, Edi Madalena. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 9, n. 8, Edição especial, Nov./Dez., 2008, p. 135-150.

## ANEXOS

ANEXO I – DIRETORIA | GESTÃO MÁRIO DE OLIVEIRA E ALKINDAR JUNQUEIRA (1951-1953)

ANEXO II – DIRETORIA TÉCNICA | GESTÃO MÁRIO DE OLIVEIRA E ALKINDAR JUNQUEIRA (1951-1953)

ANEXO III – DIRETORIA | GESTÃO IRIS MEINBERG (1954-1967)

ANEXO IV – COMISSÃO FISCAL | GESTÃO IRIS MEINBERG

ANEXO V – CONSELHO SUPERIOR | GESTÃO IRIS MEINBERG

ANEXO VI - DIRETORIA TÉCNICA | GESTÃO IRIS MEINBERG (1953-1967)

ANEXO VII - DIRETORIA | GESTÃO FLÁVIO BRITO (1967-1987)

ANEXO VIII – DIRETORIA VOGAL | GESTÃO FLÁVIO BRITO (1967-1987)

## ANEXO I

**DIRETORIA GESTÃO MÁRIO DE OLIVEIRA E ALKINDAR JUNQUEIRA  
(1951-1953)**

| <b>Nome</b>                        | <b>CRB</b>  | <b>Origem e rede familiar</b>  | <b>Formação e atuação</b>   | <b>Cargos e rede de relações de poder</b>   |
|------------------------------------|---|--|---|---|
| <b>MÁRIO DE OLIVEIRA</b>           | Presidente  | Minas Gerais   | Zootecnista e funcionário público.<br><br>Pecuarista, criador da raça brangus.  | Deputado federal por Minas Gerais.<br><br>1º vice-presidente (1945-1946) e diretor técnico da SNA (1950 a 1962, 1963-1971).<br><br>Fez carreira no Ministério da Agricultura, onde foi diretor Departamento Nacional de Produção Animal nos anos 1940.<br>Membro do Conselho Nacional do SSR, em 1956.  |
| <b>ALKINDAR MONTEIRO JUNQUEIRA</b> | 1º vice-presidente<br><br>Presidente – jan. de 1953, após afastamento de Mário de Oliveira por motivo de saúde. | Leopoldina – MG (1904)<br><br>Filho de Emerenciana Botelho Reis e Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira. Casado com Gilda Ferreira com quem teve um filho. | Médico (Universidade do Brasil, 1926) e engenheiro agrônomo (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-Piracicaba, SP, 1955).<br>Estudou no Ginásio Leopoldinense e no Instituto Aernout (Bruxelas, Bélgica).<br><br>Industrial e empresário rural.<br><br>Fazendeiro.<br><br>Representante setor cafeeiro.<br><br>Proprietário de fazendas em Penápolis, Itatiba e Bento de Abreu, no estado de São Paulo, e em Centenário do Sul (PR). | Deputado estadual, PSP-SP (1947-1951).<br>Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo (1947-1948).<br>Presidente do IBC.<br><br>Vice-presidente da Faresp.<br>Vice-presidente da SRB (1961-1963) e do Conselho Consultivo (1958-1960, 1964-1967).<br>Presidente da Associação Brasileira de Criadores da Raça Gir (1942-1945).<br>Associação de Produtores de Aves.<br>Membro fundador da Associação Rural da Região de Salto de Avanhandava.<br>Presidente da Cooperativa Central de Aves e Ovos.<br>Diretor do SSR.<br><br>Dono da firma Cavalcanti, Junqueira S.A.<br>Assistente de propedêutica clínica na Escola de Medicina da Universidade do Brasil (1927).<br>Radiologista no Sanatório Botafogo e na Fundação Gafrée-Guinle, depois radiologista assistente na Santa Casa de São Paulo, em 1930.<br><br>Membro: Conselho Rodoviário do Estado de São Paulo.<br>Conselho de Abastecimento e Preços do Estado de São Paulo (1946).<br>Conselho da Liga de Mulheres Católicas.<br>Country Club.<br>Jockey Club.<br>Club Comercial.<br>Rotary Club de São Paulo.<br>Automóvel Clube.<br>Publicação: Assistência médica rural (1936). |
| <b>JOSAFÁ MACEDO</b>               | 2º vice-presidente  | Luz – MG (1896-).<br><br>Filho de Ana Moreira de Macedo  | Médico cirurgião (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1922).   | Prefeito de Mariana, MG (1934), nomeado pelo interventor Benedito Valadares.  |

|                             |  |  |  |   |
|-----------------------------|--|--|--|---|
|                             |  | <p>e Antônio Gomes de Macedo.</p> <p>12 irmãos.</p> <p>Casado com Julieta Guimarães.</p> | <p>Farmacêutico (ginásio e na Academia de Comércio de Juiz de Fora, 1915). Grande proprietário de terras e banqueiro. Morava na Casa Grande, comprada de um grande fazendeiro de Luz.</p> <p>Especialização em cirurgia em hospitais da França e Alemanha.</p> | <p>Presidente da Associação Rural de Luz.</p> <p>Conselho Superior da SNA. Presidente (1951-1969) e fundador da Faremg, depois denominada FAEMG. Um dos líderes Ipês Belo Horizonte.</p> <p>Membro da Associação Médica de Minas Gerais.</p> <p>Ainda como presidente da Faremg tomou posse, em 1964, como Cônsul da Holanda no Brasil. Ficou no cargo até 1969.</p> <p>Vice-presidente da Companhia das Minas de Ouro da Passagem e diretor do hospital da empresa.</p> <p>Ligações com o Banco Minas Gerais S.A., Mourão Guimarães Group, Bahia Industrial S.A., Herman Wolfgang Pollax-Suisse (ligado a Antônio Balbino).</p>  |
| <b>LAURO BORBA</b>          | <p>3º vice-presidente</p> <p>Membro do Conselho Superior da CRB (1954-1967).</p> | <p>Pernambuco (1892).</p> <p>Filho de Maria de Andrade e José Luis Borba.</p>            | <p>Engenheiro – Universidade do Brasil, RJ, 1922.</p> <p>Estudou na Universidade de Liège (Bélgica).</p> <p>Viagem de estudos aos Estados Unidos (1933).</p>   | <p>Secretário de Estradas do estado de Pernambuco (1946).</p> <p>Presidente da Faepe (1951).</p> <p>Professor na Escola de Engenharia de Pernambuco (1931). Professor de arquitetura da Escola de Belas Artes da Universidade de Recife (1950). Diretor técnico da Cia. Agrícola e Pastoril do São Francisco (1936-1942). Diretor da firma Luborba Ltda. (1950).</p> <p>Criou a Empresa Técnica L. &amp; U. Borba, em Recife (1922). Responsável pela instalação da hidrelétrica em Cachoeira de Itaparica, sobre o Rio São Francisco (1932).</p> <p>Membro: Fundador do Rotary Club de Recife, em 1931, e membro do Clube de engenheiros.</p> <p>Delegado da Faepe na 1ª Conferência Rural Brasileira, no RJ; delegado da CRB na 4ª Conferência Interamericana do Comércio e da Produção, em Lima.</p> <p>Publicações: Construção e administração; Organização interna do Rotary Club; Organização na vida rural; Organização da classe etc.</p> |
| <b>JOÃO BATISTA LUZARDO</b> | <p>3º vice-presidente 1965-1967</p>  | <p>Uruguaiana, RS (1892).</p> <p>Filho de Margarida Aspestéguy e Severo</p>              | <p>Médico (Faculdade de Medicina, RJ, 1916) e advogado (Faculdade Livre</p>  | <p>Deputado federal – Aliança Libertadora (1924-1930); PL (1934-1937), depois deputado estadual (1946); PSD (1947-1951).</p>  |

|                                  |               |   |   |   |
|----------------------------------|---------------|---|---|---|
|                                  |               | <p>Luzardo, coronel da Guarda Nacional.</p> <p>Dois filhos.</p> | <p>de Direito, RJ, 1918).</p> <p>Fazendeiro e pecuarista na fronteira Brasil-Uruguai.</p> | <p>Embaixador do Uruguai do governo Vargas (1937-1945); embaixador da Argentina (1945, 1946, 1951-1953).</p> <p>Oposição ao governo do paulista Arthur Bernardes (PRP).</p> <p>Fundador da Escola Policlínica de Uruguaiana (1922). Opositorista a Flores Cunha, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) e intendente (prefeito) de Uruguaiana.</p> <p>Divulga e apoia na Câmara dos Deputados as ações da Coluna Prestes – influenciada pelo Partido Comunista e o movimento dos jovens tenentes do Exército que reuniu durante dois anos, numa longa marcha pelo Brasil contra o poder estabelecido (1925-1927).</p> <p>Membro da direção central do Partido Libertador – PL – que sucede a Aliança Libertadora (1928). Participa da Aliança Liberal (1930), união nacional de partidos contra a recondução de um paulista à Presidência da República e apoio a candidatura de Getúlio Vargas. Após a vitória de Júlio Prestes, ele participa da Revolução que levou Vargas ao poder.</p> <p>Chefe da polícia do Distrito Federal (1931-1932). Depois participa do movimento insurrecional dos “constitucionalistas” de São Paulo. É um dos líderes da insurreição no RS.</p> <p>Presidente do PL (1935). Um dos organizadores do PSD no RS (1945).</p> <p>Presidente da Caixa Econômica Federal (1954)</p> <p>Amigo pessoal do presidente argentino Juan Péron.</p> <p>Preside o Comitê Parlamentar de apoio a candidatura (PSD-PTB) do marechal Lott à Presidência da República (1960).</p> |
| <b>JOÃO MAURÍCIO DE MEDEIROS</b> | 1º secretário | Santa Luzia (PB), 1893-1958 (morte)                             | <p>Engenheiro agrônomo.</p> <p>Representante do setor de algodão e açúcar.</p>            | <p>Ministro da Agricultura (interino – Governo Vargas – 1944-1945). Deputado, nomeado pelo presidente João Pessoa em 1930.</p> <p>Prefeito – nomeado pelo governador – de João Pessoa (1925-1928). Fez parte da UDN.</p> <p>Diretoria da SNA (diretor técnico – 1950-1958).</p> <p>Membro da Sociedade de Agricultura da Paraíba.</p> <p>Inspetor do Serviço de Proteção do Algodão do Estado da Paraíba (1920-1924).</p>   |

|                                  |  |   |   |  |
|----------------------------------|--|---|---|--|
|                                  |  |   |   | <p>Diretor Geral do Serviço de Algodão (PB) – 1924-1925.</p> <p>Diretor do Serviço de Agricultura e da Indústria Pastoril do Estado (1925-1926).</p> <p>Secretário da Agricultura, Comércio e Indústria (1931), de Estradas e Trabalhos Públicos. Depois como interino nas secretarias de Finanças, Interior, Justiça e Instrução Pública.</p> <p>Delegado do Serviço Federal de Algodão – PB (1931-1933).</p> <p>Inspetor na seção técnica da Direção de Plantas Têxteis, da Direção Geral de Agricultura (1933-1934).</p> <p>Membro de Serviço de Plantas Têxteis (1934-1938).</p> <p>Diretor da Divisão de Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura (1939-1942).</p> <p>Chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura (1942-1945) e ministro interino em algumas ocasiões.</p> <p>Divisão de Material (1945).</p> <p>Chefe da seção de plantas têxteis, membro do gabinete do presidente Gaspar Dutra (1947).</p> <p>Ainda no Ministério da Agricultura: chefe da divisão de pessoal, diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal e do Departamento de Administração do Ministério (1953-1957).</p> <p>Comissões:</p> <p>Comissão de Revisão do Estatuto do Pessoal Aposentado (1930-1934).</p> <p>Comissão de Estudo dos Diferentes Problemas ligados à economia do Estado, instaurada por José Américo de Almeida, chefe do governo “revolucionário” do Norte (1930).</p> |
| <b>LINDOLFO MARTINS FERREIRA</b> | <p>1º secretário</p> <p>Diretor técnico 1964</p> <p>Secretário geral da CNA 1965</p> <p>Conselho Superior 1965</p> | <p>Rio de Janeiro</p> <p>Pai de Carlos Augusto e Lindolfo Jr.</p> | <p>Formado em engenharia civil, mecânica e eletricidade pela antiga Escola Politécnica.</p> <p>Ruralista.</p> <p>Proprietário da Fazenda Bela Vista, em Pirai (RJ).</p> | <p>Participou do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG (1967).</p> <p>Fundação da associação que originou o Sinicon.</p> <p>Secretário da SNA.</p> <p>Presidente da Associação Fluminense se Criadores Bovinos.</p> <p>Empresa Gurgel Dantas S.A (RJ).</p> <p>Diretor da Martins Ferreira S/A., da Cia de Laticínios Rio Preto e da Construtora Vitória S/A.</p> <p>Consultor fiscal da Construtora Martins de Almeida S.A. (Comasa).</p> <p>Direção da Companhia Engenho Central Rio Branco.</p> <p>Conselhos e comissões:</p>   |

|                                 |   |  |  |   |
|---------------------------------|---|--|--|---|
|                                 |   |  |  | <p>Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), criado pelo decreto n 55.722 de 2/2/1965, para dar início a reforma administrativa no governo Castelo Branco.</p> <p>Ipes.</p> <p>Comissão de Pecuária de Leite, da CNA.</p> <p>Comissão Nacional Consultiva, responsável pelo estudo sobre crédito rural na América Latina – pedido de colaboração a CNA pelo Banco Central decorrente de acordo entre o governo brasileiro e o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola.</p> <p>Junto com Hercílio Luz Colaço representou a CRB em reuniões da Comissão do Trabalho nas Explorações Agrícolas Extensivas, da 50ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra (1966).</p> <p>Representante da CRB em comissão coordenada pelo general Edmundo de Macedo Soares. A comissão apresentou documento com tese que defendia a solução para o problema do telefone através da iniciativa privada – com esta estavam de acordo a CRB, CNI e CNC, suas coirmãs da indústria e comércio.</p> |
| <b>JÚLIO FERREIRA DA SILVA</b>  | 2º secretário   | Rio de Janeiro   | <p>Ruralista, representante da agricultura e pecuária leiteira.</p> <p>Fazenda Ivelise, em Piraí (RJ).</p> | <p>Deputado estadual</p> <p>1º secretário da Farerj (1958).<br/>Diretor-presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais da Região Leste Brasileira (Colebra).</p> <p>Membro da Cofap (1954) como representante da lavoura. Sua posse foi dada pelo presidente da Cofap, o coronel Hélio Braga.</p> <p>Defendia que o INIC era o grande responsável pela não existência de um cinturão verde no Rio de Janeiro porque concedia terra a pessoas que não tinha ligação com a lavoura.</p>  |
| <b>RUBENS DE CAMPOS FARULLA</b> | 1º tesoureiro 1951-1954<br>1º vice-presidente 1954-1957 | <p>Rio de Janeiro (1987-1957)</p> <p>Filho de Júlia de Campos e Sylvio Filippone Farrulla.</p> <p>Casado com Rosaly de Araújo.</p> | <p>Médico (Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro) e industrial.</p>                             | <p>Presidente da Cooperativa dos Avicultores de Benfica (1937-1948).<br/>Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro (1938-1945).</p> <p>Presidente do SSR (1956).<br/>Presidente da Comissão de Abastecimento do Rio de Janeiro e da Comissão de Distribuição de Combustível do estado do Rio de Janeiro (1943-1945).<br/>Diretor superintendente da Sociedade Anônima Farrulla e diretor-geral da Cia. Imobiliária Heliópolis.<br/>Cirurgião do Serviço Médico do Lloyd Industrial Sul-Americano 1920-1927).<br/>Assistente de clínica cirúrgica na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1920-1928).</p>   |

|                     |               |  |   |  |
|---------------------|---------------|--|---|--|
|                     |               |  |   | <p>Comissões e clubes:<br/>         Comissão Nacional de Política Agrária, criada pelo decreto nº 29.803, de 5 de julho de 1951 e extinta pelo decreto nº 612-A, de 15/2/1962.<br/>         Comissão de Financiamento da Produção (vice-presidente).<br/>         Representante do RJ na Coordenação da Mobilização Econômica.<br/>         Club de Regatas Flamengo.<br/>         Jockey Club Brasileiro.<br/>         Automóvel Club do Brasil.<br/>         Club Internacional.</p>   |
| <b>KURT REPSOLD</b> | 2º tesoureiro | <p>Paraná<br/>         Filho de Helene Repsold (nascida Oelmann) e do alemão Erwin Repsold.</p> <p>Casado com Stael Cardoso Repsold.</p> | <p>Agrônomo (Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de São Bento – PE).<br/>         Fazendeiro.</p> | <p>Diretoria da SNA – 1º tesoureiro (1950-1960) e 2º vice-presidente (1961-1974).</p> <p>Fez carreira no Ministério da Agricultura – inspetor agrícola auxiliar no estado do Paraná (1920), membro da comissão responsável pela Campanha de Fomento do Trigo, diretor da divisão de Fomento da Produção Vegetal (1946-1951).<br/>         Diretor da Divisão de Terras e Colonização, nomeado em 1951.<br/>         Diretor geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal (1955-1957).<br/>         Presidente do Serviço Social Rural da Guanabara.<br/>         Diretor do Serviço de Expansão do Trigo e do Departamento de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.</p> <p>Foi promovido, sucessivamente, em diferentes classes (L, M e N) da carreira de agrônomo no Ministério da Agricultura (1944-1946)</p> <p>Comissões:<br/>         Membro da Comissão Central de Preços (1946).<br/>         Comissão Executiva de Produção de Mandioca (1947).<br/>         Comissão Deliberativa do Instituto Nacional do Mate (1949).<br/>         Representante da agricultura na Cacex/Banco do Brasil.</p> <p>Professor de técnicas de fomento agrícola na UFRRJ.</p> |

Fontes consultadas pela autora da tese para elaborar este e os demais quadros: *Gleba, A Lavoura*, CNA Brasil – 50 anos, FAEMG 60 anos de história (2011), FAEMG, Faepa; Revista ABCZ, Edição 93, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *Distrito Federal*, *Diário de Notícias*, Dreifuss (1981), Heinz (1996), Ramos (2006, 2011), Carvalho (2009), Mendonça (2010), Melo (2012), Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – FGV/CPDOC.

## ANEXO II

**DIRETORIA TÉCNICA | GESTÃO MÁRIO DE OLIVEIRA  
E ALKINDAR JUNQUEIRA (1951-1953)**

| <b>Nome</b>                      | <b>CRB</b>   | <b>Origem e rede familiar</b>   | <b>Formação e atuação</b>  | <b>Cargos e rede de relações de poder</b>   |
|----------------------------------|--|---|--|---|
| <b>ACÁCIO GOMES</b>              | 1951-1954 (diretor técnico)<br><br>1957-1960 (Membro do Conselho Superior) | Pindamonhangaba, SP (1891).<br><br>Filho de Elvira Monteiro e João Gomes Jr.<br><br>Casado com Guiomar de Almeida, representante da aristocracia de fazendeiros paulista. Dois filhos.  | Advogado (Faculdade de Direito de São Paulo, 1912), agricultor e pecuarista.<br><br>Escola Modelo e Ginásio do Estado.<br><br>Depois do casamento passa a se dedicar inteiramente aos negócios agrícolas e torna-se fazendeiro de café e algodão.<br><br>Fazenda Estrela.                              | Secretário (1953-1955) e diretor do Departamento de Algodão da SRB (1951-1953, 1955-1963).<br><br>União dos Lavradores de Algodão (ULA).<br><br>Participa da revolução constitucionalista (1932). Cria na sua fazenda um “campo de cooperação” com a Secretária de Agricultura de SP para o ensino de práticas agrícolas racionais aos agricultores da região e produção de sementes.<br><br>Comissário de Polícia.<br><br>Membro: Comitê Internacional do Algodão como representante da CRB e a Comissão Especial de Algodão (1954).<br>Comissão Especial de Algodão da Bolsa nos mercados de São Paulo, representando a SRB.<br>Comissão de Defesa e Promoção da Cultura do Algodão da Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, representando a SRB.<br>Conselho de Política Agrícola da Secretaria de Agricultura.<br>Instituto de Economia Rural da SRB.<br>Sociedade Hípica de São Paulo (dirigente e jogador de polo). |
| <b>SÍLVIO DA CUNHA ECHENIQUE</b> | 1951-1953  | Pelotas, RS, (1898-1985).<br><br>Filho de Silviana Belchior da Cunha e Guilherme Echenique (pecuarista, industrial gráfico, livreiro e editor. Fundou a Livraria Universal. Foi conselheiro municipal e vice-intendente de pelotas. Era abolicionista e do Partido Republicano Rio-Grandense Escrevia no jornal literário A Pena). Casado com Geornina Lang Echenique. Uma filha. Seu irmão Oscar Echenique foi vice-prefeito de Pelotas (1952-1956). | Agrônomo (Escola de Agronomia Elizeu Maciel – Pelotas), especialização em zootecnia e genética na Universidade de Illinois (EUA).<br><br>Professor, jornalista, fazendeiro.<br><br>Representante da pecuária. Agropecuarista em Bagé (RS).<br><br>Administra as fazendas do pai em Arroio Grande (RS). | Deputado federal – PTB (1951-1955) e candidato ao mesmo posto em 1954, obteve a suplência.<br>Prefeito de Pelotas (1947-1950).<br>Filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense.<br><br>Presidente da Empresa Gráfica Diário Popular.<br><br>Publicações:<br>O Hereford é o rei da estância; e<br>Façamos raças para os meios e não para as raças.   |

## ANEXO III

**DIRETORIA | GESTÃO IRIS MEINBERG (1954-1967)**

| <b>Nome</b>              | <b>CRB/<br/>CNA</b> | <b>Origem e rede<br/>familiar</b>   | <b>Formação e<br/>atuação</b>   | <b>Cargos e rede de relações<br/>de poder</b>  |
|--------------------------|---------------------|---|---|--|
| <b>IRIS<br/>MEINBERG</b> | Presidente          | Três Pontas (MG)<br>(1908-1973).<br><br>Filho de Teodolinda Brito e Henrique Meinberg.<br><br>Casado com Irene Emmerich. Depois com Clotilde de Melo Mongano (conhecida como Tildinha Meinberg), com quem teve seis filhos. | Advogado (Faculdade de Direito de São Paulo), especializado em economia rural e direito comercial.<br><br>Fazendeiro, representante dos pecuaristas paulistas.<br><br>Ginásio São Luiz (Jaboticabal-SP). Demais etapas do ciclo básico cursados em Barretos (SP). | Deputado federal, UDN-SP (1951-1955) e suplente (1955-1956, 1958).<br><br>Presidente da Confederação Nacional da Indústria (1937-1945).<br>Conselho Superior da SNA (1950-).<br>Membro da SRB.<br>Presidente da Faresp (1954).<br>Presidente da União das Associações Rurais do Brasil Central. Como tal se manifesta, junto com a CNI e Federação das Associações Comerciais do Brasil, contra o decreto-lei n 7.666, a lei malaia ou lei antitruste (1945).<br><br>Membro fundador da União de Fazendeiros do Oeste de São Paulo (1934) e da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central - Barretos (1942) que, em 1944, muda para São Paulo e, através da Lei 8.127, outubro de 1945, é transformada na Faresp.<br>Membro das Associação de Pecuaristas do Vale do Rio Grande e das associações agropecuárias de Araraquara, Ribeirão Preto e Presidente Prudente – todas em SP.<br><br>Procurador em Silveira - MG (1932) e Barretos – Santa Casa (1945).<br>Vice-presidente da Conferência Nacional das Classes Produtoras – Conclap, em Teresópolis, RJ (1945).<br><br>Vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrária (1957).<br>Presidente do 1º, 2º e 3º Congresso de Pecuária do Brasil Central, segundo curador de Massas falidas da capital do estado de São Paulo.<br><br>Diretor financeiro da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap (1956-1960).<br><br>Comitês e conselhos: Comitê de Desenvolvimento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Estudos Econômicos (1948-1949). |

|  |   |   |  |  |
|--|---|---|--|--|
|  |   |   |  | <p>Conselho Federal de Comércio Exterior e Conselho de Expansão Econômica de São Paulo.</p> <p>Colaborador do Brasil Pecuário – suas conferências sobre economia rural foram publicadas da Folha da Manhã.</p>   |
| <b>RUBENS DE CAMPOS FARULLA</b>        | 1º tesoureiro<br>1951-1954<br>1º vice-presidente<br>1954-1957   | Ver Anexo I   |  |  |
| <b>JOSAFÁ MACEDO</b>                   | 1º vice-presidente<br>1957-1960   | Ver Anexo I   |  |  |
| <b>SÍLVIO DA CUNHA ECHENIQUE</b>       | Diretor técnico<br>1951-1953<br><br>2º vice-presidente<br>1954-1957   | Ver Anexo II  |  |  |
| <b>NAPOLEÃO FONTENELLE DA SILVEIRA</b> | Diretor técnico<br>1954-1960<br><br>2º vice-presidente<br>1960-1963<br><br>Conselho superior<br>1962-1967<br><br>Conselho fiscal<br>(1967-) | Viçosa, CE (1902).<br><br>Casado com Adelaide Brunow Fontenelle, pai de Aroldo Brunow Fontenelle Silveira, presidente da Faes (1971-1976).<br><br>Filho de Maria Luisa Fontenelle e José Alfredo da Silveira.<br><br>Foi trabalhar em São Paulo (1926), depois mudou para o Espírito Santo. | Engenheiro agrônomo (Escola de Agronomia do Ceará, 1925).<br><br>Fazendeiro criador de Guzerá, no município de Baixo Guandu (ES).<br><br>Representante da pecuária.<br><br>Liceu do Ceará (Fortaleza). | Deputado federal, PSD (1958-1961, 1963).<br>Deputado estadual, PSD (1947-1951).<br>Prefeito de Santa Leopoldina (ES), por nomeação (1931-1936).<br>Secretário de Estado da Agricultura, Estradas e Serviços Públicos (1947-1950).<br>Secretário de Finanças (1950).<br>Secretário da Agricultura, Terras e Colonização do Estado do Espírito Santo (1959, 1961-1962).<br><br>Presidente da Faes (1956-1967).<br><br>Vice-presidente da Sociedade Agrícola S.A.<br><br>Diretor do ex-IBC.<br>Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social Rural (1958-1961).<br>Chefe do Distrito de Terra, Santa Leopoldina (1932).<br>Diretor Geral do Departamento de Agricultura do Estado do ES (1936-1947).<br>Diretor do Departamento de Agricultura, Terras e Colonização do ES (1961-1962).<br><br>Autor da lei que regulamenta a profissão de Engenheiro Agrônomo.<br><br>Membro:<br>Junta Administrativa do IBC.<br>Sociedade Nacional de Agronomia.<br>Sociedade de Engenheiros do Espírito Santo.<br>Clube de Engenharia. |

|                                 |   |   |  |  |
|---------------------------------|---|---|--|--|
|                                 |   |   |  | Mérito Agrícola (CRB/CNA) e medalha Marechal Rondon (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil).  |
| <b>FRANCELINO BASTOS FRANÇA</b> | 2º vice-presidente<br>1963-1965<br><br>Diretor técnico<br>1951-1953<br>1960-1963<br>1965-1967<br>1967-1970<br><br>Conselho superior<br>1953-1957<br>1957-1960 | Itaperuna (RJ).<br><br>Neto de Balbino Bastos França, de quem herdou a Fazenda Bela Vista, no distrito de Natividade e Varre-Sai (Itaperuna), no noroeste fluminense. Sua família também era proprietária da Fazenda Boa Vista, Fazenda Tesouro e outras na divisa com estas. | Agrônomo (Universidade Federal de Viçosa – MG).<br><br>Pordue University, School of Agriculture; Agricultural Experiment Station; Agricultural Extension Service; Certificate of participation – EUA (1955).<br><br>Fazendeiro. Um dos maiores cafeicultores do Rio de Janeiro e representante destes.<br><br>International Cooperation Administration – Community Development – EUA (1960).<br><br>Fazenda Bela Vista, Natividade (RJ). | Deputado estadual pelo RJ (1950-1954; 1954-1958).<br>Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do RJ (1946).<br>Diretor de obras da Prefeitura de Itaperuna (1939).<br><br>Fundador da CRB como presidente da Faerj (1951-1955, 1960-1964, 1964, 1966), juntamente com as federações de SP, MG, PE e RS.<br>Fundador da Faerj.<br>Presidente da Associação Fluminense de Cafeicultores (1957-1960, 1976).<br><br>Presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A (1961, 1962).<br>Presidente do Diretório Municipal de Natividade do PSD (1947-1965, 1967-1972).<br><br>Representante dos cafeicultores na junta administrativa do IBC (1953-1957, 1962-1966).<br>Integra grupo patronal rural, convidado pelo Ponto IV, em viagem de estudos aos EUA para conhecer como funcionavam as confederações rurais Farm-Bureau, Farm-Union e Granger (1955).<br>Chefe da delegação fluminense nas conferências rurais do Rio, Curitiba, São Paulo e Fortaleza.<br>Presidente da Comissão de Agricultura, Viação e Obras Públicas na Câmara dos Deputados.<br>Membro da Delegação Brasileira na Organização Internacional do Café – Londres.<br>Conselho Permanente de Agricultura da Associação Comercial do RJ.<br><br>Medalha do Mérito Agrícola – CNA (1976); Prêmio Produtividade Rural – Concurso Incra (1982); título de benemérito do estado do Rio de Janeiro.<br>Autor: deputado Délio Leal, em 1999; Medalha Mauá (Associação Comerciais, Industriais e Agropastoris do RJ). |
| <b>JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA</b> | Conselho superior<br>1957-1964  | Vitória de Santo Antão, PE (1899-1987).   | Engenheiro (Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1920).   | Ministro da Agricultura (1951-1954)<br>Senador, Arena (1967-1975) e presidente do Senado (1970-1971).  |

|  |                                 |   |  |   |
|--|---------------------------------|---|--|---|
|  | 2º vice-presidente<br>1965-1967 | Filho de Florentina de Lemos Oliveira – que apesar da origem pobre, ingressou na Faculdade de Direito de Recife, sem concluir – e de Augusto Teixeira de Oliveira, dono de uma pequena usina de açúcar e com pouca instrução. | Usineiro em Vitória de Santo Antão e fazendeiro.<br><br>Fez os primeiros estudos sob orientação da mãe.<br><br>Escola Livre de Engenharia de PE.<br><br>Colégio Porto Carrero, Recife. | Deputado federal (1935-1937, 1946-1951, 1954-1955, 1959-1963, 1965-1967).<br>Deputado estadual (1926-1928).<br>Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas de PE (1931-1934). Nomeado após seus amigos políticos voltarem ao governo de Pernambuco. Amigo do governador Carlos de Lima Cavalcanti (Aliança Liberal).<br><br>Prefeito de Vitória de Santo Antão (1922-1925).<br><br>Apoia o movimento revolucionário com recursos financeiros (1930). Participa da criação da UDN (1945). Apresenta na Câmara projeto sobre a produção de açúcar e álcool no país (1948).<br>No Ministério da Agricultura cria a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), o IBC, o Instituto Nacional de Imigração e de Colonização (Inic) e idealiza o Serviço Social Rural (SSR).<br><br>Em 1959 é eleito deputado federal através da coalização “Oposição Unida”, formada pela UDN, PTB, PSB, PSP e PTN.<br><br>Em 1962 perdeu o pleito para governador para o candidato de esquerda Miguel Arraes. Foi acusado de ter sua campanha financiada pelo governo norte-americano.<br><br>Representa o Brasil em Assembleia Geral da FAO (1969).<br><br>Membro:<br>Comissão Geral de Pesquisa Econômica e Financeira da Câmara dos Deputados (1935-1937).<br>Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.<br>Comissão de Agricultura e de Política Agrária da Câmara.<br>Presidente da Comissão Mista de Orçamento Geral da União.<br>No Senado participou das comissões de Finanças; Indústria e Comércio; Agricultura; Economia; Legislação sobre energia atômica; Comunicações; Trabalhos Públicos; Projetos do Executivo; Estudos para alienação e concessão de terras públicas e o povoamento; e Ajustes Internacionais. |
|--|---------------------------------|---|--|---|

|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  |   |  |  | <p>Delegação Brasileira na Assembleia das Nações Unidas (1971).</p> <p>Delegação Parlamentar a I Conferência Continental sobre Reforma Agrária e a Colonização da América Latina (Bogotá).</p> <p>Publicações: Estudos da economia pernambucana (1933), A mecanização agrícola no Brasil (1954), Reforma agrária no Brasil (1960).</p>   |
| <b>VÍRGILIO DE MORAIS FERNANDES TÁVORA</b> | <p>3º vice-presidente 1954-1957</p> <p>2º vice-presidente 1957-1960</p> <p>1º vice-presidente 1960-1963</p> | <p>Fortaleza – CE (1919-1988)</p> <p>Filho de Carlota Augusta de Moraes (neta do Capitão da Guarda Nacional José Pacífico da Costa Caracas) e do médico, jornalistas e político Manoel do Nascimento Fernandes Távora (revolucionário em 1930, interventor do Ceará, constituinte, deputado federal e senador). Neto de Cândida Felícia Caracas e Virgílio Augusto de Moraes, que fez carreira política no Ceará.</p> <p>Parente do marquês Távora (séc. XVIII).</p> <p>Casado com Luísa Silva de Moraes Correia, com quem teve Carlos Virgílio de Moraes Távora – deputado federal e genro do político do Piauí Alberto Silva) e de mais um filho.</p> <p>Sobrinho de Juarez Távora, ministro de Viação e Obras Públicas (1930 e 1964-1967) e da Agricultura (1932-1934), deputado federal pela Guanabara. Este participou da revolta de 5/7/1924, em São Paulo, e integrou a coluna Prestes. Outro tio era Joaquim Távora, integrante do</p> | <p>Engenheiro (engenheiro militar, Escola de Comando e Estado Maior do Exército – Eceme (1947).</p> <p>Escola Superior de Guerra.</p> <p>Escola Militar de Realengo (1938).</p> <p>Colégio Militar do Ceará.</p> <p>Colégio Nossa Senhora das Vitórias (CE).</p> | <p>Ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962). Deputado federal – UDN (1951-1959 e 1967-1971). Senador (1971-1979 e 1983-1988). Governador do Ceará (1963-1966 e 1979-1982), indicado por Ernesto Geisel em 1978.</p> <p>Vice-presidente da UDN (1953). Liderou a coligação União pelo Ceará (UDN e PSD), lançando as bases do que seria a Arena. Depois filiado ao PDS nos anos 1980. Junto com os coronéis César Cals e Aduino Bezerra dominou a política cearense durante a ditadura militar. Diretor da Novacap. Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Eceme. Criou a Cia. Docas, o Banco do Estado e Secretária de Planejamento como governador.</p> <p>Membro: Conselho Administrativo da Novacap (1959-1961), Conselho Nacional do Serviço Social Rural (1960-1961), Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste, presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, relator do dos projetos da Telebras e da Perimetral Norte.</p> <p>Observador parlamentar em Viena (Áustria), na XII Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (1968). Redigiu o projeto de programa da Arena inspirado no pensamento de Gilberto Freire e na doutrina da ESG.</p> <p>Publicou Pontes Tarrow e Uma experiência de administração planejada.</p> <p>Títulos: doutor honoris causa das universidades cearenses, a Sereia de Ouro, a Medalha da Abolição, a</p> |

|                           |                              |  |  |   |
|---------------------------|------------------------------|--|--|---|
|                           |                              | <p>levante tenentista do Mato Grosso (1922).</p> <p>Seus padrinhos de batismo foram Alice Cândida de Moraes e Belizário Fernandes da Silva Távora.</p> |  | <p>Medalhada Ordem do Touro Sagrado (Japão).</p>  |
| <b>AGOSTINHO MONTEIRO</b> | 3º vice-presidente 1957-1960 | <p>Ilha de Marajó, PA (1891-1976).</p> <p>Casado com Julieta de Miranda Monteiro.</p>  | <p>Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).</p> <p>Representante da pecuária.</p> <p>Bolsista nos EUA para estudar avicultura (1957).</p> <p>Filho de Teresa Meneses Monteiro e Casimiro Ferreira Monteiro.</p> | <p>Vice-governador do PA (1966) – governo do coronel Jarbas Passarinho.</p> <p>Deputado federal – PA (1935-1937; 1946; 1946-1951).</p> <p>Presidente e fundador da Associação Carioca de Avicultores.</p> <p>Vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (1966).</p> <p>Membro do Conselho de Política Aduaneira (1957-1958).</p> <p>Conferencista da ESG e da Escola de Estado –Maior do Exército (1950-1954).</p> <p>Professor da Escola Prática do Comércio e da Escola de Agronomia e Veterinária do PA.</p> <p>Presidente do Conselho Federal de Medicina.</p> <p>Diretor-presidente da Rádio Marajoara de Belém e chefe de redação de A Província do Pará.</p> <p>Fundou a UDN no PA e o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco e Faculdade de Medicina e Cirurgia do PA.</p> <p>Comissões de Finanças e Especial de Pecuária da Câmara dos Deputados; Comissão de Estudos da Avicultura Nacional do Ministério da Agricultura; Comissão de Financiamento e Produção do Ministério da Fazenda.</p> <p>Publicação: Problemas de Amazônia e as monografias Sisal, riqueza nordestina; Pecuária na Amazônia; Cultura da pimenta-do-reino no Pará e Castanha do Pará.</p> |

|                                     |   |   |  |  |
|-------------------------------------|---|---|--|--|
| <p><b>EDGARD TEIXEIRA LEITE</b></p> | <p>3º vice-presidente 1960-1963<br/>1º vice-presidente 1963-1965<br/>1965-1967</p> <p>Conselho consultivo</p> | <p>Paraíba do Sul – RJ (1895-1983).</p> <p>Filho de Inês Figueira de Melo Teixeira Leite, cujo pai era o comendador Francisco José Teixeira Leite, o barão de Vassouras, e de Leopoldo Teixeira Leite, advogado, professor e fundador da Faculdade de Direito de Niterói (RJ).</p> <p>Casado com Leonor Bezerra Cavalcanti Teixeira Leite, filha de José Rufino Bezerra Cavalcanti, usineiro, ministro da Agricultura do governo Venceslau Brás (1914-1918) e presidente de Pernambuco (1919-1922).</p> | <p>Engenheiro agrônomo e advogado, canavieiro, cafeicultor e empresário.</p> <p>Faculdade de Direito de Niterói – curso até o 3 ano. Especialização em biologia vegetal no Museu Nacional e Jardim Botânico (Rio de Janeiro).</p> <p>Colégio Abílio (Rio de Janeiro) Escola de Agricultura de Pinheiro, diplomando em 1914.</p> <p>Defensor dos produtores de açúcar e da adoção do álcool-motor</p> | <p>Deputado constituinte (1933)<br/>Deputado federal – PE (1935-1937).<br/>Prefeito de Gameleira – PE (1919-1922).<br/>Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro (1947-1950). Representou a agricultura do RJ e os produtores rurais na junta consultiva do Departamento Nacional do Café, na Junta Consultiva de Intercâmbio com o Comércio Exterior.</p> <p>Ligado ao Partido Democrático Pernambucano, núcleo da Aliança Liberal – participa da revolução de 1930.<br/>Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.</p> <p>Secretário da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, depois chamada de Sociedade de Agricultura de Pernambuco – a mais antiga do Brasil.</p> <p>Segundo vice-presidente da SNA. Junto com Ildefonso Simões Lopes, Mário Augusto Teixeira Freitas, Rafael Xavier, Protógenes Guimarães, Juarez Távora fundou a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, que patrocina a criação de clubes agrícolas escolares, promovia semanas ruralistas etc.</p> <p>Fundador e primeiro diretor-tesoureiro da Cooperativa de Álcool-Motor.</p> <p>Técnico do Ministério da Agricultura.<br/>1º lugar no concurso para chefe da Seção de Biologia Vegetal do Ministério da Agricultura.<br/>Diretor da Estação Geral de Experimentação de Escala de Pernambuco.<br/>Dirigiu serviços do Ministério da Agricultura (MA) em Alagoas e na Paraíba.<br/>Chefiou a Comissão de Estradas e Rodagem do MA em Pernambuco, responsável pela construção de rodovias litorâneas e de penetração no interior do estado.<br/>Diretor da usina Ribeirão e de Cucuí, ambas da Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, empresa voltada para produção açucareira. Depois é diretor desta. Tornou-se especialista no cultivo e produção de açúcar.</p> |
|-------------------------------------|---|---|--|--|

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  | <p>Membro e vice-presidente do Fundo Federal Agropecuário do MA.</p> <p>Amigo pessoal de Nilo Peçanha. Associa-se a firma do sogro, uma organização comissária que passa se denominar Cardoso Aires e Cia.</p> <p>Organiza com amigos a Chromium Mineração S.A. para explorar jazidas de cromita no Piauí (MG) – material exportado para indústria metalúrgica dos EUA.</p> <p>Diretor do Cotonifício Ribeira S.A., da Cromita S.A., do Banco Metropolitano de Crédito Mercantil e da Companhia Econômica e Comercial de Alimentos Frigoríficos.</p> <p>Comissões e Conselhos: de Agricultura, Indústria e Comércio, de Obras contra as Secas, de Estudos da Marinha e de Reorganização das Caixas Econômicas. Comissão de Agricultura da Câmara, quanto atuou em tratados de comércio com a França e Holanda (anos 1930). Comissão Federal de Comércio Exterior, no qual pediu em 1942, a implantação da indústria de álcool-motor no Brasil. Comissão Central de Preços e Conselho Nacional do Trigo. Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Comissão de Desenvolvimento Agropecuário e Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos – a Missão Abbink. Presidente do Conselho Nacional de Economia. Conselho Nacional de Reforma Agrária e do Grupo de Trabalho para a Revisão da Reforma Agrária. Conselho de Organizações Não-Governamentais para o Combate às Calamidades. Conselho Consultivo da Associação Latino-Americana de Direito Agrário. Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Comissão Nacional Pró-Nações Unidas, Associação Brasileira das Nações Unidas, Instituto de Altos Estudos Históricos e Sociais. Membro do Conselho Técnico e vice-presidente do Ibra (1965-1968).<br/>Contra a extinção do IAA, apresentada por representantes do Sul.</p> |
|--|--|--|--|--|

|                                  |                                 |  |   |  |
|----------------------------------|---------------------------------|--|---|--|
|                                  |                                 |  |   | <p>Relator do projeto que criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Branco do Brasil.</p> <p>Conferencista na ESG.</p> <p>Publicações: <i>Revista do Conselho Nacional de Economia, A Lavoura e Observador Econômico</i>.</p> <p>Livros: Aspectos da economia nacional (1937), Problemas da economia fluminense (1938), A Baixada Fluminense e sua restauração econômica (1938), O problema dos combustíveis líquidos e Reforma Agrária (1946).</p>   |
| <b>MÚCIO TEIXEIRA</b>            | 3º vice-presidente<br>1963-1965 | Goiás<br><br>Casado com Grace.<br><br>Janaína (filha). | Economista.   | <p>Secretário de representação do governo de Goiás em Brasília para assuntos junto aos órgãos federais. Secretário de Assuntos Extraordinários do governo Ary Valadão do Estado de Goiás. Assessor do governador Leonino Caiado (GO), em 1973. Chefe do Departamento de Divulgação e Operação, do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (Dermat-MT). Técnico da Fundepan – Fundação Para o Desenvolvimento do Pantanal (MT).</p> <p>Diretor do Banco do Brasil.</p>  |
| <b>JOÃO MAURÍCIO DE MEDEIROS</b> | 1º secretário<br>1951-1957      | Ver Anexo I  |   |  |
| <b>JOSÉ RESENDE PERES</b>        | 1º secretário<br>1963-1965      | Minas Gerais (1990-falecimento)                        | <p>Advogado, jornalista e pecuarista.</p> <p>Criador da raça guzerá leiteiro no estado do Rio.</p> <p>Proprietário de fazenda em São Pedro (MG).</p> <p>Falava em nome da agropecuária.</p> | <p>Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (1976-1978).</p> <p>Criou como secretário a Empresa de Pesquisas Agropecuárias do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater).</p> <p>Primeiro presidente da Associação dos Criadores de Guzerá e Guzolando do Brasil (ACGB).</p> <p>Presidente da Associação Brasileira de Informação Rural (Abir).</p> <p>Membro da Federación Nacional de Ganaderos (Venezuela), da ABI, da Sociedade Mineira de Agricultura.</p> <p>Recebeu: comenda do Mérito Agrícola.<br/>Houve conflito em 1974 na CNA com ele, quando recebeu o título</p> |

|  |   |   |   |   |
|--|---|---|---|---|
|  |   |   |   | de <i>persona non grata</i> pela Diretoria e Conselho de representantes por Peres ter feito acusações relacionadas à CNA na Faerj que foram publicadas nos jornais.<br>Escrevia artigos para os grandes jornais como o <i>Jornal do Brasil</i> e o <i>Globo</i> . Colaborador da <i>Revista dos Criadores, A Lavoura e Gleba</i> .  |
| <b>GERALDO GOULART DA SILVEIRA</b>     | 1º secretário<br>1957-1960<br>1960-1963<br>1º secretário<br>1965-1967 | Rio de Janeiro (fluminense)   | Engenheiro agrônomo. Professor da Escola Nacional de Agronomia da UFRRJ, antes denominada Universidade Rural do Brasil (URB). | Presidente da Associação dos Docentes da UFRRJ (Adur). Diretora-técnica da SNA. Fez parte de comissão especial formada na SNA para estudar o projeto de lei instituindo o Serviço Social Rural – apresentado em 1948 pelo deputado goiano Galeno Paranhos (PSD). A comissão foi formada porque o Ministério da Agricultura solicitou um parecer da SNA. Além dele participaram Antônio Arruda Câmara, João Gonçalves de Sousa, Artur Natividade Seabra, Luís Poliano e José Sampaio Fernandes.  |
| <b>LINDOLFO MARTINS FERREIRA</b>       | 1ºSecretário<br>1965-1967   | Ver Anexo I   |   |   |
| <b>FORTUNATO FERREIRA GUARITA</b>      | 2º secretário<br>1954-1957  | Rio de Janeiro<br><br>Filho de Margarida Almeida Guarita e do agropecuarista paulista Mário Ferreira da Guarita (Joboticabal).<br><br>Irmãos: Cesar Luiz de Almeida Guarida, Sônia Helena Guarida, Dário Ferreira Guarida – presidente da Finasa Seguradora S/A e tabelião de Araçatuba (SP). Casado com Regina Vidigal Guarita, cunhado do deputado Ulysses Guimarães (MDB). Sócio Sebastião Ferreira Maia na fundação do Frigorífico T. Maia. Além de Maria Eulina Barradas Rocha, Abílio Guarita, Eneas Guarita, Odilon Guarita, Floriano Guarita e José Guarita | Advogado (Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro).  | 1º secretário da Diretoria da 28ª subsessão da Ordem dos Advogados do Brasil com sede em Araçatuba, SP (1936). Secretário do Frigorífico Luso-Brasileiro S.A., no Rio de Janeiro, do qual se torna acionista e diretor secretário em 1960. No ano seguinte o Frigorífico era responsável por abastecer o Estado da Guanabara com 250 mil quilos de carne, segundo <i>O Jornal</i> (31/1/1961).<br><br>Conselho Fiscal da Cia. Imobiliária Mujaca. Membro do Araçatuba Tênis Club. Comissão para Exposição Internacional de Indústria e Comércio, no campo de São Cristóvão (RJ), como representante da CRB.<br><br>Dividiu escritório com os advogados Vicente de Faria Coelho e Antônio Marins Peixoto, nos anos 1930.<br><br>Esta na lista de compradores do Edifício Garagem, no Centro do Rio de Janeiro, de propriedade, construção e incorporação da Companhia Construtora Capua & Capua S.A. |
| <b>MÁRIO PENTEADO DE FARIA E SILVA</b> | 2º secretário<br>1957-1960<br>1960-1963                               | Amparo – SP (1920-1974).  | Economista, cafeeicultor.   | Deputado constituinte (1946). Ministro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (1947-1956).   |

|                                |                            |   |   |   |
|--------------------------------|----------------------------|---|---|---|
|                                |                            | Filho do capitão-de-mar-e-guerra Manuel José de Faria e Silva e Hercília Penteado de Faria e Silva. | Porta-voz do setor café.<br>Cursou a ESG.   | <p>Secretário de Justiça e Segurança Pública de São Paulo (1933-1934).</p> <p>Representante da CRB no Conselho de Política Aduaneira (1953-1958).</p> <p>Diretor do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, da Faesp; do Departamento de Cooperativismo da SRB; do Departamento do Café da CRB. 1º presidente do IBC (1952-1953 e 1970-1971).</p> <p>Chefe do IBC em Tóquio (1959-1960).</p> <p>Presidente da Associação de Criadores de Gir do Brasil.</p> <p>Assessor do general Agostinho Cortes, chefe da Agência Nacional de Informações em São Paulo, durante o governo do general Castelo Branco (1964-1967).</p> <p>Diretor-superintendente da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.</p> <p>Preocupado com os preços mínimos do café, se opôs às posições de Delfim Netto, então ministro da Fazenda, que defendia um amplo estímulo à indústria brasileira do café solúvel e era favorável a um entendimento com os norte-americanos.</p> <p>Conselhos: conselheiro do Sindicato Rural de Amparo e da Cooperativa Regional de Campinas.</p> <p>Presidente da Comissão de Abastecimento e Preço do Estado de São Paulo.</p> <p>Publicações: A concorrência africana representa grave ameaça ao Brasil.</p> |
| <b>JOSÉ DE ALBUQUERQU LINS</b> | 2º secretário<br>1963-1965 | Minas Gerais  | <p>Representante da pecuária e líder dos produtores de leite.</p> <p>Fazendeiro no Estado do Rio e com muita influência no território fluminense.</p> | <p>Vereador – UDN (1950).</p> <p>Representante da CRB no SSR (1959) junto com Iris Meinberg, Virgílio Távora, Mário Penteado de Faria e Silva</p> <p>Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Minas Gerais e representante na Cofap, órgão controlador de preços, dos produtores mineiros.</p> <p>Presidente da Comissão de Produtores de Leite (1955) – formada de representantes e diretores de cooperativas de leite dos estados do RJ e MG.</p>   |
| <b>ALBERTO RAVACHE</b>         | 1º tesoureiro<br>1954-1957 | Rio Grande – SP – (1887-1973).<br><br>Filho de Anna Lindegger Ravache                               | Agrônomo (Esalq – 1909)<br>Economista.  | <p>Diretor técnico da SNA (1950-1971)</p> <p>Comissão Permanente de Exposições e Feiras, do Ministério</p>  |

|                                     |  |   |   |   |
|-------------------------------------|--|---|---|---|
|                                     |  | <p>(suíça) e do engenheiro Hans Alvin Alexander Ravache (alemão).</p> <p>Casado com Irene Antonieta Zanotta.</p> <p>Filhos: João Alberto Ravache (arquiteto), Carlos Alberto Ravache (pai da atriz Irene Ravache), Irene Alberto Vanni, Marino Alberto Ravache, Yolanda Ravache Brandão,.<br/>Irmãos: Arthur Ravache (jurista e diretor de banco), Ida Thusneida Alckmin Ravache (avó de Geraldo Alckmin, 35º governador de São Paulo) e Edmunda Ravache.</p> |   | <p>do Trabalho e Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério da Relações Exteriores) e suplente da Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura), repres. da SNA nas três.</p> <p>Recebeu do governo de Santa Catarina a concessão de muitos títulos de terra, no município de São João do Itaperiú. Entre os anos 1920 e 1930 há concessões em Morro dos Monos, São João do Itaperiú, Itaperiú, Salto do Itaperiú, Paraty, Putanga, Estrada Nova de Paraty, Rio Cubatão Grande, Rio Romão, Rio do Peixe, Panaguá Mirim e Itinga. Fala sobre comércio exterior do café, principalmente Alemanha. Responsável pela construção da estrada que liga Ribeirão Preto a Ribeirão Gustavo (1920).</p> <p>Membro do Clube de Engenharia.</p> |
| <b>ALDROVANDO DE VASCONCELOS</b>    | 1º tesoureiro<br>1957-1960   | Bahia   | Médico<br>Cacaucultor e representante do setor.   | <p>Representante da CRB no SSR – foi presidente interino deste. Membro da Comissão Permanente da Defesa do Cacau. Presidente da Comissão do Cacau na CRB.</p> <p>Assistente – padrão I, do quadro suplementar do Ministério da Educação e Saúde (anos 1940).</p> <p>Conselhos:<br/>Indicado pela CRB como representante do patronato rural no Conselho de Política Aduaneira (1961).<br/>Presidente do Conselho Nacional do SSR.</p>  |
| <b>AMARO CAVALCANTI</b>             | 1º tesoureiro<br>1960-1963<br>1963-1965<br>1965-1967                         |   |   | Conselheiro da CRB na Cofap (1962).   |
| <b>PEDRO AUGUSTO CERQUEIRA LIMA</b> | 2º tesoureiro<br>1954-1957   | Bahia<br>(1963 – falecimento)<br><br>Casado com Honorina Mattos de Cerqueira Lima   | Fazendeiro<br><br>Produtor de cacau   | <p>Sócio da SNA</p> <p>Cooperativa Central dos Cacaucultores Baianos.</p> <p>Conflito com ex-escravos das plantações de cacau que se recusavam a trabalhar sem receber salários.</p>  |
| <b>JERÔNIMO COIMBRA BUENO</b>       | 2º tesoureiro<br><br>Conselho Superior da CNA<br>1964<br><br>Diretor técnico | Rio Verde – GO<br>(1910-1996)<br><br>Filho de Umbelina Coimbra Bueno, descendente de famílias tradicionais, e de Oroszimbo Sousa  | Engenheiro (Escola Técnica de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro – conclusão 1933).<br>Especialização em urbanismo. | <p>Senador de Goiás, UDN-PSP (1956-1963).<br/>Governador, UDN (1947-1950).<br/>Organiza o primeiro serviço privado para as zonas de garimpo e cristal e construiu ferrovias.<br/>Filia-se ao PSD.</p> <p>Conselho Superior da SNA.</p>  |

|                               |   |  |  |  |
|-------------------------------|---|--|--|--|
|                               | <p>1964-1967</p> <p>Diretor suplente 1967</p> | <p>Bueno, fazendeiro e comerciante.</p> <p>Irmão de Abelardo Coimbra Bueno.</p> <p>Primo do interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.</p> | <p>Pecuarista.</p> <p>Casado com Ambrosina Parassu Borges Coimbra Bueno – cinco filhos.</p> <p>Ele e o irmão Aberlardo Coimbra Bueno são donos da firma Coimbra Bueno e Cia., responsável pela construção da nova capital do estado de Goiás, inaugurada em 1935.</p> <p>Compraram as fazendas São José da Boa Morte, Fazendinha e do Carmo, em Cachoeiras de Macacu (RJ).</p> <p>Estágio nos EUA e em vários países da Europa.</p> <p>Colégio São Bento de São Paulo.</p> <p>Colégio Santo Inácio e Resende, no Rio de Janeiro.</p> | <p>Associação dos Pecuaristas do Brasil Central no Rio de Janeiro. Superintendência Geral de Obras de Goiânia (1934). Promoveu a primeira reorganização administrativa de Goiás, sob responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento e Organização das Relações de Trabalho (Idort) de São Paulo.</p> <p>Colaboração na formação da Companhia Duratex Indústria e Comércio; da companhia Cobre Caraíba.</p> <p>Organiza e dirige a Empresa Exportadora de Cristal de Rocha. Auxiliar técnico do Serviço Sanitário da Baixada Fluminense.</p> <p>Elaborou planos e obras de remodelação de Cuiabá, Curitiba, Luisiânia (SP) e RJ em Atafona, Araruama, Cabo Frio, Campos e Petrópolis.</p> <p>Criou junto com seu irmão a Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil.</p> <p>Membro: Conselho Técnico de Economia e Finanças de Goiás. Em seguida ganhou concessão de uma rodovia interestadual que permitiu articulação da economia do sul de Goiás com a de SP, via Triângulo Mineiro.</p> <p>Como governador acumulou a função de membro da Comissão de Estudos e Localização da Nova Capital do Brasil.</p> <p>Club de Engenharia.</p> <p>Aéreo Club do Brasil.</p> <p>Jockey Club Brasileiro.</p> <p>Automóvel Club de Goiás.</p> <p>Touring Club do Brasil.</p> <p>Publicação: Aspectos do urbanismo no Brasil e no Plano de organização de Goiânia.</p> |
| <p><b>ELIÉZER MOREIRA</b></p> | <p>2º tesoureiro 1960-1963</p>                | <p>Santa Quitéria – MA (1828-1972)</p>   | <p>Engenheiro agrônomo. Estudou em Piracicaba (SP), também concluiu o curso na Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária.</p>  | <p>Diretoria da Sociedade Brasileira de Agronomia (1967).</p> <p>Auxiliar-técnico do Serviço do Algodão no Maranhão (1924).</p> <p>Nomeado pelo Ministério da Agricultura para administrar a fazenda de Sementes de Algodão em Teresina – PI (1937).</p> <p>Diretor do Serviço de Plantas Têxteis.</p> <p>Técnico da Divisão de Fomento da Produção Vegetal e no Departamento Nacional de Obras e Saneamento do Rio de Janeiro.</p> <p>Um dos fundadores da Escola Superior de Agricultura do Maranhão (1924) e seu diretor.</p>   |

|                              |  |  |  |   |
|------------------------------|--|--|--|---|
|                              |  |  |  | <p>Instalou e dirigiu a Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (1951-1952, 1942-1956) – em Barra Gorda (MA) – a convite do ministro da Agricultura, Apolônio Sales.</p> <p>Conselho: Membro do Conselho Nacional do SSR; Conselho Regional do SSR; Nomeado por Castelo Branco para o Conselho Deliberativo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) – 1965.</p> <p>Comissões: Comissão do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic); Comissão Fiscal da CRB (1963); Comissão de Regulamentação do novo Código Florestal, aprovado pela Lei 4.771, de 15/9/1965.</p>   |
| <b>FLÁVIO DA COSTA BRITO</b> | <p>Diretor técnico (1960-1963)<br/>2º tesoureiro 1963-1965<br/>1965-1967</p> | <p>Manaus, AM (1914-1999).</p> <p>Filho de Helena da Costa Brito e José Ramalho de Brito. Irmão do advogado Guttemberg da Costa Brito, diplomado pela ESG 1969.</p> <p>Péricles Dias, redator do Inda, era genro de Brito.</p> <p>Casado com Edith Miranda Brito.</p> <p>Amélia Brito (filha), casada com Péricles Dias, que foi chefe de Comunicação Social do Incra, em Manaus (1971).</p> | <p>Curso incompleto de Engenharia Naval (Escola Naval do Rio de Janeiro).</p> <p>Empresário agrícola.</p> <p>Cooperativista.</p> | <p>Senador pelo Amazonas de Matoso Maia (interino 1967-1968, 1969-1975 – Arena/AM). Vice-presidente da Arena no Senado (1973-1974)</p> <p>Diretor-técnico e vice-presidente da SNA (1963-1967). Representante da SNA no Conselho Nacional Consultivo de Agricultura em 1964. Vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Presidente do SSR. 1º secretário da Federação das Associações Rurais do Distrito Federal – Fardif – RJ (entrou para Diretoria no momento de sua fundação em 1949) e 1º tesoureiro em 1951 e presidente em 1955. Diretor da seção Rio de Janeiro da Cooperativa Agrícola de Cotia (anos 1940). Cooperativas de Produção e Consumo (1955). Presidente da União das Cooperativas do Estado da Guanabara (1961). Aliança Brasileira de Cooperativas. Fundação Coopercotia (1969). Vice-presidente do Centro de Estudos Cooperativos (1961). Presidente da Confederação e Federação de Cooperativas Agrícolas (1966).</p> <p>Comissões, conselhos e grupos: Comissão Federal de Abastecimento e Preços - Cofap (1955); Comissão Nacional de Política Agrária (1957) e Comissão Nacional de Agricultura (1957), ligadas ao Ministério da Agricultura; Comissão Permanente de Cooperativismo (1958).</p> |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  | <p>Representante da agricultura no Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Inic (1961) e presidente do Conselho Regional do SSR da Guanabara (1961).</p> <p>Representante da União Nacional de Cooperativas (Unasco) na Comissão Nacional de Política Agrária, ambas do Ministério da Agricultura.</p> <p>Conselho Consultivo da Aliança Brasileira de Cooperativas (1965). Membro do Conselho Técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – Ibra (1965-1969), nomeado pelo presidente Castelo Branco.</p> <p>Presidência da Fundação Coopercotia (1969).</p> <p>Presidente do Grupo Misto Assessor de Carnes (1971).</p> <p>Presidente da Comissão de Agricultura do Senado (1970). Indicado pelo presidente Médici como representante do Brasil na 54ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.</p> <p>Vice-presidente da Comissão de Segurança Nacional do Senado (1971-1972). Participa da direção dos trabalhos da 3ª Conferência Nacional das Classes Produtores – Conclap (1972), no RJ.</p> <p>Conselheiro honorário do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC), junto com José Resende Peres, Nestor Jost, Camilo Calazans e Carlos Brandão.</p> <p>Não conseguiu renovar seu mandato no pleito de 1974, sendo sucedido por Evandro Carreira (MDB).</p> <p>Recebeu do Comitê Nacional de Jornalistas da Agricultura a homenagem de Cooperativista do Ano, na agricultura (1966).</p> <p>Em encontro com o presidente Ernesto Geisel, denuncia a Igreja e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil por agitação política no campo.</p> <p>Sucedido pelo pecuarista e ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli em 1987.</p> |
|--|--|--|--|--|

## ANEXO IV

## COMISSÃO FISCAL | GESTÃO IRIS MEINBERG

| Nome                 | CRB       | Origem e rede familiar  | Formação e atuação  | Cargos e rede de relação de poder   |
|----------------------|-----------|---|---|---|
| <b>CÍCERO DANTAS</b> | 1957      | <p>Bahia (1897-1981).</p> <p>Filho de João da Costa Pinto Dantas, empresário agrícola, advogado e prefeito de Itapicuíma, BA (1901-1904), deputado estadual (1901-1902), e deputado federal (1903-1908, 1935-1937).</p> <p>Neto de Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, deputado general durante o Império (1869-1875, 1877, 1886-1889). Casado com Elza Correia, depois com Leonor Soares Bahia.</p> <p>Irmão de João da Costa Pinto Dantas Júnior, deputado estadual (1921-1922) e federal, UDN (1946-1959). Este foi secretário da Agricultura da Bahia (1959-1962).</p> | <p>Médico (Faculdade de Medicina da Bahia, 1919) e empresário rural.</p>  | <p>Candidato ao Senado e suplente de senador (1970, sem exercer mandato).</p> <p>Deputado estadual (1923-1930, 1947-1959 - UDN). Presidente da Assembleia Legislativa (1955).</p> <p>Governador da Bahia (interino 1955).</p> <p>Deputado federal (suplente 1958; 1963-1966 – Aliança Democrática Cristã – PSD, PDC, PTN, PSP; 1967-1971 - Arena).</p> <p>Publicações:<br/>As mastites agudas (tese, 1918) e Profilaxia da sífilis e doenças venéreas do Exército (1922).</p> |
| <b>CÍCERO ALVES</b>  | 1960-1963 | <p>Porciúncula, RJ (1910-1985)</p> <p>Filho de Tereza Carolina Pereira e José Paulino Alves, funcionário público.</p> <p>Casado com Belmira Hartenreiter Alves. Tiveram quatro filhos. Depois casou com Maria Helena Espíndula Alves, sobrinha de Asdrúbal Martins Soares, deputado federal pelo ES (1935-1937, 1946-</p>   | <p>Advogado e desembargador (Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. 1932).</p> <p>Advogado em Muniz Freire (ES).</p> <p>Colégio Salesiano Santa Rosa (Niterói – RJ).</p> | <p>Deputado estadual –PSD-ES (1947-1951). Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Governador (1950-1951). Deputado federal – PSD (1955-1959). Vice-líder do PSD na Câmara dos Deputados (1958). Secretário estadual do Interior e Justiça (1953-1954).</p> <p>Juiz e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Diretor da Companhia Vale do Rio Doce.<br/>Procurador-geral do Departamentos de Portos e Via Navegáveis.</p>       |

|                                  |           |   |  |  |
|----------------------------------|-----------|---|--|--|
|                                  |           | 1951), constituinte de 1946 e governador (1962-1963).   |  | Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica.<br>Professor de direito financeiro e tributário do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFES.   |
| <b>FERNANDO MENDES GONÇALVES</b> | 1957-1960 | Rio de Janeiro (1921).<br><br>Filho de Ceci Miranda e Heitor Mendes Gonçalves.  | Advogado e industrial (Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1955).<br><br>Curso de agronomia incompleto.<br><br>Instituto Fisher, na Suíça.<br>Colégio Militar, Rio de Janeiro. | Deputado Federal, PSD (1955-1963, 1956).<br><br>Vice-presidente da Companhia Mate-Laranjeira (1943-1950). Coordena suas atividades no Mato Grosso e Paraná.<br><br>Fundador do PSD em Ponta Porá (MT). Vice-presidente do grupo majoritário e do PSD na Câmara dos Deputados (1961).<br><br>Fundador e primeiro vice-presidente da Ação Democrática Parlamentar, que junta deputados do PSD e UDN opositores de João Goulart (1961).<br><br>Membro:<br>Comissão da Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.  |
| <b>ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO</b>   | 1957-1960 | Leopoldina, MG (1897).<br><br>Filho Maria de Nazareth Junqueira e Francisco de Andrade Botelho.<br><br>Casado com Dora Muller, com quem teve três filhos.<br><br>Sobrinho de José Monteiro Ribeiro Junqueira, deputado federal de MG (1903-1930), deputado constituinte (1934) e senador (1935-1937). | Engenheiro (Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1917).<br><br>Industrial, banqueiro, fazendeiro e empresário rural.<br><br>Representante do café.<br>Ginásio Mineiro de Barbacena.       | Deputado federal – UDN, depois Arena (1963-1967).<br><br>Associação Rural de Leopoldina.<br>Associação Comercial.<br>Conselho Superior da SNA.<br><br>Engenheiro de estudos da estrada de ferro Rio Negro-Caxias (1918).<br><br>Cia. Força e Luz Cataguases (1918-1923), da qual foi presidente.<br>Participa das atividades da Legião Liberal Mineira, organização fascista que busca reforça certos princípios do movimento revolucionário de 1930 (1931-1934).<br><br>Presidente do Instituto Mineiro do Café (1934).<br><br>Presidente do Banco Ribeiro Junqueira (1946).<br><br>Presidente da Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina.<br>Diretor da Cia. Industrial Cataguases.<br>Presidente da Cia. Monteiro Serpa.<br>Diretor da Companhia Leiteira Leopoldinense. |

|                     |                       |  |  |   |
|---------------------|-----------------------|--|--|---|
|                     |                       |  |  | <p>Membro fundador do Banco do Café de Minas Gerais (Banco Mineiro de Produção mais tarde) e da Cia. de Fiação e Tecidos Leopoldinense. Conselho dos Lavradores; Leopoldina Rotary Club (membro fundador e presidente), Clube de Engenharia (Rio de Janeiro), Fluminense Futebol Club (Rio de Janeiro).</p> <p>Provedor da Casa de Caridade e Orfanato de Leopoldina. Cidadão honorário dos municípios de Cataguases, Santana de Cataguases e Santana do Deserto, todos em Minas Gerais.</p> <p>Publicação: <i>Conservação do Solo</i> (1954).</p>  |
| <b>PLÍNIO LEMOS</b> | 1957-1960<br>Suplente | <p>Areias, PB (1903).</p> <p>Filho de Francisca Pereira de Melo e José Lemos Pessoa de Vasconcelos.</p> <p>Casado dom Maria Nina de Almeida.</p> | <p>Advogado (Faculdade de Direito de Recife, 1928).</p> <p>Foi advogado em Ituiutuba (MG) e Patos e Cajazeiras (PB).</p> | <p>Deputado federal, UDN, suplente (1946-1951), deputado constituinte (1946). Deputado federal, PL-UND - suplente em exercício (1959-1963, 1967-1971) e (1963-1967). Prefeito de Campina Grande, PB (1951-1954). Participa da Aliança Liberal de Getúlio Vargas (1929-1930) e do movimento revolucionário do 4º Balhão da Força Pública de Minas Gerais (1930).</p> <p>Secretário do Gabinete do Ministério de Estrada e Trabalhos Públicos (1946-1951).</p> <p>Relator do 2º e 3º plano da Sudene. Secretário de redação do jornal <i>Diário da Manhã</i>, de Belo Horizonte.</p> <p>Membro:<br/>Comissão permanente de trabalho públicos da Câmara dos Deputados (1946-1951). Comissão Especial de Pecuária da Câmara dos Deputados (1946-1951). Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e das Contas da Câmara dos Deputados (1964-1966).</p> <p>Publicações: <i>Ainda pela verdade</i>.</p> |

|                                      |                  |   |   |   |
|--------------------------------------|------------------|---|---|---|
| <p><b>RAFAEL DA SILVA XAVIER</b></p> | <p>1951-1957</p> | <p>João Pessoa – PB (1894).</p> <p>Filho de Maria da Silva e Francisco Xavier Júnior.</p> <p>Casado, quatro filhos.</p> | <p>Advogado e funcionário federal.</p> <p>Faculdade de Direito de Recife.</p> <p>Liceu Paraibano.</p> | <p>Chefe de Gabinete do ministro da Agricultura.</p> <p>Sociedade Brasileira de Educação.</p> <p>Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.</p> <p>Associação Brasileira de Municípios.</p> <p>Instituto de Orientação Técnica do Trabalho.</p> <p>Associação Brasileira de Economia.</p> <p>Instituto Internacional de Estatística.</p> <p>Instituto Interamericano de Estatística.</p> <p>Diretor de Estatísticas do estado de Pernambuco.</p> <p>Diretor do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.</p> <p>Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público.</p> <p>Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional do Recenseamento.</p> <p>Diretor do Serviço de Economia Rural.</p> <p>Diretor-executivo da Fundação Getúlio Vargas (1953).</p> <p>Comissões e conselhos:</p> <p>Presidente da Comissão Regulamentadora da Fixação de Preços.</p> <p>Secretário do Conselho Nacional de Estatística.</p> <p>Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal.</p> <p>Publicações: Estudos Brasileiros de Economia; O município e a organização nacional; Pela revalidação do município brasileiro; Campanha municipalista; e O município e a realidade nacional.</p> |
|--------------------------------------|------------------|---|---|---|

## ANEXO V

## CONSELHO SUPERIOR | GESTÃO IRIS MEINBERG

| Nome                   | CRB       | Origem e rede familiar   | Formação e atuação   | Cargos e rede de relação de poder   |
|------------------------|-----------|--|--|---|
| <b>ACÁCIO GOMES</b>    | 1957-1960 | Pindamonhangaba, SP (1891)   | Ver Anexo II   |   |
| <b>APOLÔNIO SALLES</b> | 1951-1960 | Altinho – PE (1904-1982).<br><br>Filho de Maria Augusta Jorge e José Francisco de Farias Salles. | Agrônomo, professor e homem público.<br><br>Escola de Agronomia de São Bento – PE (1923), onde lecionou. | Ministro de Agricultura (1942-1945) durante o Estado Novo e, brevemente, em 1954.<br>Senador – PSD (1946-1959).<br>Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco (1937-1942).<br>Técnico-auxiliar do Serviço de Algodão do Estado de Pernambuco (1927).<br><br>Conselho Superior da SNA.<br><br>Chefe do Serviço de Cana-de-Açúcar (1934).<br><br>Assistente do Serviço de Experimentação Agrícola (1935). Viaja ao Havaí para aprender novos métodos de cultura de cana-de-açúcar.<br><br>Presidente-diretor do Banco América do Sul S.A. (1955-1979).<br><br>Diretor da Caixa Econômica Federal – RJ (1959).<br><br>Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (1962-1974).<br><br>Comissões:<br>Comissão Especial das Leis Complementares à Constituição.<br>Comissão Mista das Leis Complementares à Constituição.<br>Comissão de Finanças do Senado.<br>Delegado brasileiro no I Congresso Internacional do Algodão (1939).<br><br>Publicações: O Ministério da Agricultura no Governo de Getúlio Vargas, 1930-1944) – 1945, A recuperação de um vale (1946), Problemas do São Francisco (1947), Aspectos da economia Brasileira (1949), Política agrária do Brasil (1956) e Israel, Jovem nação milenar (1958). |

|  |                  |   |   |   |
|--|------------------|---|---|---|
| <p><b>ANTONIO DE ARRUDA CÂMARA</b></p> | <p>1954-1960</p> | <p>Ingá – PB (1895)</p> <p>Filho de Antônio Arruda Câmara.</p>  | <p>Engenheiro agrônomo e professor na Escola Nacional de Agronomia.</p> <p>Escola de Agricultura de Pinheiro (RJ).</p> <p>Colégio São Sebastião e Ginásio Leopoldinense (Leopoldina – MG).</p> <p>Dono da fazenda Sant' Ana (Leopoldina).</p> | <p>Funcionário do Ministério da Agricultura. Faz carreira no setor de inspeção agrícola e no Serviço de Promoção Agrícola (1921). Dirigiu o Serviço de Cereais e o Serviço de Economia Rural.</p> <p>1º, 2º e 4º secretário, 3º vice-presidente e membro do Conselho da SNA.</p> <p>Dirigiu a Escola de Horticultura Wenceláu Bello e foi um dos seus fundadores.</p> <p>Comissões:<br/>Conselho Nacional de Caça.<br/>Comissão de Estudos sobre a Localização da Nova Capital do Brasil.<br/>Comissão Nacional de Política Agrária.<br/>Comissão de Abastecimento e de Preços.<br/>Comissão de Financiamento da Produção.</p> <p>Redator na revista <i>Moeda e Crédito</i>; diretor de <i>A Charrua</i>, <i>Brasil Agrícola</i> e da <i>Lavoura</i>, revista da SNA e CRB.</p>   |
| <p><b>ARNALDO CERDEIRA</b></p>         | <p>1963-1967</p> | <p>Manaus, AM (1906-1979).</p> <p>Filho de Manoel Cerdeira.</p> <p>Casado com Jeny Machado. Tiveram cinco filhos.</p> | <p>Advogado (Faculdade de Direito do Rio de Janeiro).</p> <p>Negociante, industrial e empresário rural.</p>   | <p>Deputado estadual suplente - PSP-SP (1946-1951), vice-presidente do PSP.<br/>Deputado federal – PSP, depois Arena (1951-1967, 1967-1971).<br/>Secretário de Agricultura do estado de São Paulo (1965).<br/>Prefeito de São José dos Campos (1935-1937).</p> <p>Vice-presidente Partido Social Progressista (1949-1965).</p> <p>SRB.<br/>Faresp.<br/>Associação dos Pecuáristas.<br/>Associação Comercial de São Paulo.<br/>Associação dos Dirigentes das Sociedades de Crédito, Investimentos e Financiamento (Adecif).<br/>Fiesp-Ciesp.</p> <p>Diretor de usina de beneficiamento de algodão em Santa Branca, SP (1926), e em Ibitinga, SP (1932).<br/>Presidente do diretório local do Partido da Juventude, em São José dos Campos (SP) e do diretório local do Partido Constitucionalista de São José dos Campos (1932).</p> |

|                            |   |   |  |  |
|----------------------------|---|---|--|--|
|                            |   |   |  | <p>Conselheiro Municipal em São José dos Campos e presidente do diretório do Partido Democrático (1928).</p> <p>Negociante de café em Santos (SP).</p> <p>Diretor de usina de beneficiamento de café em Gavião Peixoto (SP), depois em uma firma de comercialização de café em Franca (SP) – 1929-1930.</p> <p>Comissário de Política em São José dos Campos (1930).</p> <p>Dirige usinas de beneficiamento de mandioca em São José dos Campos e Pindamonhangaba (SP).</p> <p>Diretor da firma Comissária de Café de Santos (SP).</p> <p>Presidente da seção de SP da Arena (1967-1971).</p> <p>Presidente da Organização Comissária e Imobiliária Paraná.</p> <p>Diretor da Sociedade Importadora e Exportadora do Brasil S/A (1948).</p> <p>Diretor da Sociedade de Investimentos Mofarrej.</p> <p>Presidente da Cia. Norpa de Armazéns Gerais.</p> <p>Diretor da Sociedade Nacional de Exportação e Importação (1949).</p> <p>Membro:<br/> Vice-presidente do grupo da maioria da Câmara; membro da Comissão Especial de Reforma Agrária (1959).<br/> Comissão da Constituição e Justiça (1967-1971).<br/> Comissão da Constituição e Justiça da Câmara (1967-1971).<br/> Comissão de Economia da Câmara dos Deputados (1967-1971).<br/> Vice-presidente da Comissão de Finanças e Financiamento da Câmara (1967-1971).<br/> Comissão de Preços do Estado de São Paulo.<br/> Club Paulistano, Club Comercial, Automóvel Club, Jockey Club de São Paulo.</p> <p>Participa do movimento revolucionário de 1930 e do movimento constitucionalista de São Paulo, em 1932.</p> |
| <b>ARTHUR TORRES FILHO</b> | 1951-1960<br><br>Presidente de honra da CRB | Campos – RJ (1989-1960).<br>Filho de Mariana Eugênia de Melo Torres e Artur Eugênio Magarinos | Professor da Escola Nacional de Agronomia.<br><br>Escola Superior de Agricultura Luiz de | Inspetor agrícola federal dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro (1909). No Ministério da Agricultura criou o Serviço de Inspeção e Promoção Agrícola; foi membro da Direção de  |

|  |  |  |   |   |
|--|--|--|---|---|
|  |  | <p>Torres, proprietário de terra.</p> <p>Casado com Clara da Conceição Magarinos Torres.</p> | <p>Queirós - Piracicaba, SP (1909).</p> <p>Colégio Paulo de Freitas (RJ).</p> | <p>Organização e da Proteção da Produção e dirigiu o Serviço de Economia Rural. Deu cursos de aperfeiçoamento e especialização na área agrícola.</p> <p>Presidente da SNA (1930-1943, 1944-1960). Primeiro secretário da SNA (1929) e eleito primeiro vice-presidente (1930-1931).<br/>Vice-presidente da CRB (1934).<br/>Reitor da UFRRJ (1947).<br/>A SNA inaugura sob sua iniciativa a Escola de Horticultura Venceslau Belo, na Penha, no Rio de Janeiro (1937).<br/>Co-fundador da Sociedade de Amigos de Alberto Torres.</p> <p>Comissões e conselhos:<br/>Representante brasileiro no Instituto Internacional de Agricultura de Roma (1927).<br/>Delegado brasileiro na Conferência Econômica de Montevideu – Uruguai (1931).<br/>Presidente da Comissão Interministerial que estabeleceu o Plano de Colonização do Nordeste (1932).<br/>Assessor da Delegação Brasileira na VII Conferência Interamericana, em Montevideu – Uruguai (1933).<br/>Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) – 1934.<br/>Apresenta planos de desenvolvimento para a cultura do trigo e a utilização do álcool à motor (1937).<br/>Membro da seção de segurança nacional do Ministério da Agricultura.<br/>Presidente da Comissão Interministerial do Projeto da Lei sobre utilização de terras irrigáveis (1940); membro do Comitê de Negociação dos Acordos Comerciais com a Argentina.<br/>Presidente da Comissão da Sindicalização Rural (1941).<br/>Membro, junto com Edgar Teixeira Leite e Antônio Arruda Câmara, da Comissão da SNA no 1º Congresso Brasileiro de Reforma Agrária – RJ (1943).<br/>O Conselho Federal do Comércio Exterior aprova uma resolução, demandada por Torres Filho, referente a organização do cadastro das propriedades rurais do Distrito Federal. O cadastro tinha por objetivo ajudar a fixação do pequeno produtor e</p> |
|--|--|--|---|---|

|                                  |           |  |  |  |
|----------------------------------|-----------|--|--|--|
|                                  |           |  |  | <p>facilitar o provisãoamento da capital.</p> <p>Publicações: escrevia na <i>Lavoura, Gleba, Jornal do Comércio</i>. Obras: O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico (1913), Ensinamentos de Agricultura Prática (1919), Circulação de produtos agrícolas e o custo de vida no Brasil (1925), Ensino agrícola no Brasil etc.</p>   |
| <b>DOLOR FERREIRA DE ANDRADE</b> | 1954-1967 | <p>Batatais, SP (1894).</p> <p>Filho de Emília F. Toledo de Andrade e Florêncio José Ferreira.</p> | <p>Advogado militar (Faculdade de Direito, SP).</p> <p>Pecuarista.</p> <p>Colégio São José e Curso Preparatório Acácio Paulo Ferreira (SP).</p> <p>Substituto de procurador-geral (1921).</p>                          | <p>Deputado estadual do Mato Grosso – Partido Evolucionista (1934-1937).</p> <p>Deputado constituinte - UDN, depois deputado federal (1946-1955).</p> <p>Federação das Associações dos Criadores de Mato Grosso do Sul.</p> <p>Sindicato Rural de Campo Grande.</p> <p>Associação de Imprensa do Mato Grosso.</p> <p>Militante do Partido Republicano de Mato Grosso (1930), depois do Partido Evolucionista do Mato Grosso.</p> <p>Membro:<br/>Comissão Permanente de Agricultura da Câmara dos Deputados (1946-1951).<br/>Comissão Especial de Pecuária da Câmara dos Deputados (1946-1951).</p> |
| <b>DURVAL GARCIA MENEZES</b>     | 1954-1963 | Pernambuco   | <p>Agrônomo e zootecnista e fazendeiro, pecuarista.</p> <p>Criado de raças bovinas. Proprietário da Fazenda Indiana, em Piraí (RJ), comprada a Pedro Nunes em 1939 – e transferida em 1950 para Campo Grande (RJ).</p> | <p>Representante da CRB na Comissão de Pecuária Bovina do Ministério da Agricultura (1957).</p>  |
| <b>EDMUNDO BARBOSA DA SILVA</b>  | 1963      | <p>Curvelo, MG (1917-).</p> <p>Filho de Isabel Pena e Alexandre Barbosa.</p>                       | <p>Advogado (Universidade de Cambridge – Inglaterra – Direito público internacional e relações anglo-brasileiras, 1940).</p> <p>Diplomata e fazendeiro (plantador de cana de açúcar) no RJ.</p>                        | <p>Cônsul em Londres (1939-1943). Participa de numerosas reuniões sobre comércio internacional e de diversas missões diplomáticas em órgãos internacionais como o GATT.</p> <p>Assessor do gabinete do presidente da República (1945).</p> <p>Chefe da Divisão Econômica do Departamento Econômico e Consular do Ministério das</p>  |

|                         |           |   |   |   |
|-------------------------|-----------|---|---|---|
|                         |           |   | <p>Colégio Arquidiocesano de Mariana, MG. Colégio Arnaldo Bittencourt e Santo Inácio, RJ.</p> | <p>Relações Exteriores; membro da seção de segurança nacional do mesmo Ministério (1952). Secretário geral interino do Ministério das Relações Exteriores, depois ministro interino do mesmo ministério (1960).</p> <p>Preside os trabalhos do GATT (1960).</p> <p>Presidente do IAA (1961-1962).</p> <p>Assistente especial do Conselho dos Ministros (1962).</p> <p>Chefe da delegação brasileira na 1ª Conferência das Nações sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Genebra.</p> <p>Membro: Conselho Administrativo da Companhia Auxiliar das Empresas de Minério (Caemi), a qual preside em 1982 – Projeto Jari voltado para uma enorme exploração florestal e agrícola na Amazônia; CNPq; Conselho Técnico da Confederação Nacional de Comércio; Conselho de Desenvolvimento etc.</p> <p>Livros: <i>Pan-Americanismo e a paz</i>, <i>Política aeronáutica brasileira</i>; <i>O café nos mercados europeus</i>; <i>Comércio exterior</i>; <i>Sistema brasileiro de pagamentos multilaterais</i>; <i>Mercado Comum Europeu etc.</i></p> |
| <b>EDUARDO DUVIVIER</b> | 1964-1967 | <p>Rio de Janeiro (1890-1958).</p> <p>Filho de Amália Wagner Duvivier e Teodoro Luiz Maria Gonzaga.</p> | <p>Advogado, banqueiro, industrial, empresário e fazendeiro.</p> <p>Pecuarista.</p>           | <p>Deputado federal (1935-1937 – União Progressista Fluminense, 1946-1951-PSD). Deputado da Assembleia Constituinte (1946).</p> <p>Associado a empresas de construção e organizações bancárias.</p> <p>Conselho Superior da SNA. Preside uma cooperativa de leite.</p> <p>Membro: Conselho Econômico do Estado do Rio de Janeiro (1932-1934). Comitê diretor provisório do Partido Social Republicano (1937). Comissão Especial de Pecuária da Câmara dos Deputados (1947-1951). Comissão Permanente da Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (1946-1951).</p> <p>Publicações:</p>   |

|                            |  |   |   |  |
|----------------------------|--|---|---|--|
|                            |  |   |   | <i>As diretrizes sociais da futura Constituição</i> (1933).  |
| <b>FÁBIO RIODI YASSUDA</b> | 1965-1967<br><br>1960<br>Diretor suplente da CRB | Pindamonhongaba – SP (1922).<br><br>Filho de Shiduca Yassuda e Rioti Yassuda, imigrantes japoneses. | Empresário rural.<br><br>Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós (Piracicaba, SP). Abandonou os estudos para dirigir um empreendimento rural na região de Pindamonhongaba. | Ministro da Indústria e do Comércio (1969) – renunciou ao cargo anos mais tarde.<br><br>UDN - membro do Diretório regional de São Paulo.<br><br>Trabalhou na Cooperativa Agrícola de Cotia (1948-1963), tornou-se seu diretor geral, em 1963, e superintendente (1966-1969).<br><br>Faresp (seu delegado na CNA). Associação Rural do Litoral Paulista (vice-presidente). Associação Rural de São Paulo (membro fundador).<br><br>Diretor do Departamento de Armazenamento e Industrialização da União de Cooperativas do Estado de São Paulo – UCESP (1963).<br><br>Secretário do Serviço de Abastecimento da Prefeitura de São Paulo (1969).<br><br>Presidente da Companhia de Indústrias Químicas do Nordeste – Cinique (1975).<br><br>Diretor da Companhia Petroquímica de Camaçari (BA).<br><br>Conselhos e comissões:<br>Conselho de Abastecimento do Estado de São Paulo.<br>Conselho de Administração do Fundo de Pesquisa do Instituto Biológico.<br>Alto Conselho Agrícola da Secretaria de Agricultura.<br>Centro Brasileiro de Comércio Exterior – Cebracesc.<br>Grupo de Trabalho nas Negociações Kennedy, no GATT.<br>Fundação Getúlio Vargas.<br>Conselho de Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP. |

|                                      |           |   |  |  |
|--------------------------------------|-----------|---|--|--|
|                                      |           |   |  | <p>Conselho Consultivo de Tecnologia Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo (1960).</p> <p>Conselho de Política Aduaneira do Ministério de Finanças.</p> <p>Conselho da Comissão de Abastecimento e Preços de São Paulo (1963).</p> <p>Delegado brasileiro na Reunião Continental da Associação Latino-americana de Livre Comércio – ALALC, em Montevideú, Uruguai (1967).</p> <p>Vice-presidente da Comissão Mista Brasil-Japão (1968).</p> <p>Comissário Geral do Brasil na Expo 70, no Japão.</p> <p>Cooperativa Atlético Clube (presidente).</p> <p>Agraciado com a medalha do mérito agrícola, em 1965 e 1966.</p> <p>Menção honrosa como líder cooperativista, dado pelo Comitê de Imprensa de Jornalistas Agrícolas, em 1965.</p> |
| <b>FELIPE RODRIGUE SIQUEIRA NETO</b> | 1954-1960 | <p>Bragança Paulista – SP (1903).</p> <p>Filho de Ana Tereza Cintra e Artur Rodrigues Siqueira.</p> <p>Casado, três filhos.</p>   | <p>Engenheiro agrônomo.</p> <p>Proprietário da Fazenda Santa Tereza, em Bragança Paulista.</p> <p>Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba, SP).</p> <p>Especialização no Kansas State Agricultural College, EUA.</p>      | <p>Funda o Partido Constitucionalista, em Bragança Paulista.</p> <p>Vice-presidente da SRB.</p> <p>Vice-presidente da Sociedade Rural de Bragança Paulista.</p> <p>Fundador e diretor da Faresp.</p> <p>Presidente da Cooperativa Leiteira de Bragança Paulista.</p> <p>Fundador e presidente da Associação Rural de Bragança Paulista.</p> <p>Comissões:</p> <p>Representa o Brasil nos acordos referentes ao café com a Colômbia e o México.</p> <p>Representante da produção cafeeira nacional nas investigações do Senado Norte-americano.</p> <p>Clubes: Jockey Club de São Paulo, Automóvel Club de São Paulo e Club Atlético Paulistano.</p>  |
| <b>FRANCISCO LEITE NETO</b>          | 1957-1960 | <p>Riachuelo, SE (1907-1964).</p> <p>Filho de Lourença Rollemberg e Silvio César Leite, médico.</p> <p>Casado com Celina Carvalho, filha de Antônio Manoel Carvalho Neto, advogado, deputado federal e professor.</p> <p>Seis filhos.</p> | <p>Advogado (Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, 1935), banqueiro e professor, jornalista.</p> <p>Curso incompleto de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia.</p> <p>Colégio Salesiano e Colégio Tobias Barreto, Aracaju.</p> | <p>Senador, PSD (1963-1964).</p> <p>Deputado estadual (1935-1937).</p> <p>Deputado federal, PSD (1946-1963), deputado constituinte (1946).</p> <p>Governador interino de Sergipe (1945).</p> <p>Secretaria Geral do Estado de Sergipe (1941-1945).</p> <p>Secretário de Justiça de Sergipe.</p> <p>Secretário de Finanças de Sergipe.</p> <p>Secretário Geral do Governo de Sergipe (1941-1945); consultor jurídico do governo de Sergipe.</p>   |

|                          |           |   |   |   |
|--------------------------|-----------|---|---|---|
|                          |           | <p>Rolleberg Leite, seu irmão, foi governador de Sergipe (1947-1951). Seu filho Silvio Leite foi suplente no Senado.</p> <p>Seu avô Rolleberg, seu tio Júlio César Leite e seu primo Augusto Leite foram senadores. Seu primo Luiz Rolleberg, deputado federal.</p> | Colégio Antônio Vieira, Salvador.   | <p>Diretor da Casa de Detenção do Estado (1937).</p> <p>Professor de economia e finanças da Escola Técnica do Comércio de Sergipe (1938).</p> <p>Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados (1961-1962).</p> <p>Fundação e direção da firma comercial Garcez Leite &amp; Cia e do Banco Econômico de Sergipe.</p> <p>Criação do jornal <i>A República e O Estado de Sergipe</i>.</p> <p>Membro:<br/>Presidente Associação de Imprensa de Sergipe.<br/>Academia de Letras de Sergipe.<br/>Comissão de Finanças,<br/>Comissão Especial de Leis Complementares à Constituição e Comissão Mista de Leis Complementares da Constituinte (Câmara dos Deputados).</p> <p>Publicações: <i>Política, doutrina e crítica, Sergipe e seus problemas, Orações provinciais, Estudos e afirmações, Situação econômica e financeira do país</i> (1962).</p> |
| <b>GENTIL NASCIMENTO</b> | 1951-1954 | <p>Patrocínio – MG (1909).</p> <p>Filho de Maria Oliveira Silva e Francisco Palmério.</p>   | Negociante.   | <p>Deputado federal (PTB) – suplente em exercício (1955). Candidato à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo PTB (1950), ao governo em 1955 e a deputado federal pelo PR em 1958.</p> <p>Vice-presidente da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais.</p> <p>Apoiava a criação de cooperativas agrícolas.</p>  |
| <b>GILENO DE CARLI</b>   | 1965-1967 | <p>Recife, PE (1908-1997).</p> <p>Filho de Eugênia Ribeiro e Carlos de Carli.</p>   | <p>Engenheiro agrônomo (Escola Superior de Agricultura, São Lourenço da Mata, PE). Aluno de Apolônio Sales, ministro da Agricultura (1942-1945).</p> <p>Jornalista, fazendeiro do setor açucareiro e pecuarista em Barra do Piraí (RJ) - 1951. Representante dos usineiros.</p> | <p>Deputado federal (1959-1963-PSD, 1979-1983 - Arena).</p> <p>Chefe de gabinete (1932-1933) do secretário de Agricultura João Cleofas, do governo de Carlos de Lima Cavalcanti.</p> <p>Secretário de Agricultura de Pernambuco (1930-1937).</p> <p>Presidente da Faepe e da Sociedade Auxiliadora de Agricultura do estado de Pernambuco.</p> <p>Assistente do IAA pelo estado Alagoas (1933-1935); chefe de</p>   |

|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
|  |  | <p>Plantador de cana de açúcar na Floresta dos Leões, atual Carpina, PE (1930-1932).<br/>Fornecedor de cana da Usina Petribu, de João Cavalcanti de Petribu, seu sogro.</p> <p>Casado com Teresa de Petribu De Carli. Tiveram oito filhos, entre eles João Carlos de Petribu De Carli, deputado federal – PE (1979-1982, 1983-1987).</p> <p>Viagem de estudos a Europa para observar a recuperação econômica do pós-guerra em diferentes países (1950).</p> <p>Colégio L. Nóbrega, Recife.</p> | <p>gabinete (1938-1940) do presidente do IAA, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho; chefe da seção dos estudos econômicos do IAA (1940-1943); presidente do IAA (1951-1954) – idealizador do Plano Nacional da Aguardente, que promove a transformação de parte da produção em álcool anidro combustível. Promove no Rio de Janeiro o I Congresso Aguardenteiro Nacional.</p> <p>Defensor do Proálcool.</p> <p>Missão econômica nos EUA (1940), participa do Congresso Internacional de Economia em Nova York. Redator do projeto de criação do Instituto Nacional de Sal, vice-presidente deste órgão durante oito anos, depois integrou sua comissão executiva como representante do estado de Sergipe.</p> <p>Trabalha na Sudene (1959), ano de sua criação.</p> <p>Membro:<br/>Conselho de economia da CNI, desde 1938.<br/>Conselho Consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica (1942-1943).<br/>Câmara de Produção, Consumo e Transporte do Conselho Federal do Comércio Exterior (1943-1945).<br/>Representante da CNI na Comissão de Acordos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores.<br/>Conselho da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim).<br/>ABI.<br/>Conselheiro do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Companhia Técnica Nacional de Álcalis.</p> <p>Ministro plenipotenciário em Londres no Conselho Internacional do Açúcar</p> <p>Apoia a intervenção do estado, até certo ponto, na economia na ocasião do 1ª Conferência Nacional das Classes Produtoras - Conclap (1945), em Teresópolis, RJ.<br/>Delegado do Brasil no Congresso Internacional de Economia, em Rye (Nova York).</p> |
|--|--|--|---|

|                                      |           |   |   |   |
|--------------------------------------|-----------|---|---|---|
|                                      |           |   |   | <p>Diretor da Gráfica Econômica Ltda.</p> <p>Publicações: revistas <i>O Economista</i> e <i>O Mundo Agrário</i>. Livros: O açúcar na formação econômica do Brasil (1937), Geografia econômica e social da cana-de-açúcar do Brasil (1938), A solução do problema canavieiro fluminense (1942), O processo histórico da usina em Pernambuco (1942), Gênese e evolução da indústria açucareira em São Paulo (1943), A questão açucareira nacional (1954), Reforma agrária na Itália (1961), Política e desenvolvimento do Nordeste (1971), Reforma agrária e desenvolvimento rural (1979), A Igreja Católica e a reforma agrária (1987), Reforma agrária e regadio na Espanha (1990) etc.</p> |
| <b>HÉLIO RUBENS JUNQUEIRA CALDAS</b> | 1951-1954 | <p>Barretos, SP (1916).</p> <p>Filho de Alice Junqueira e Carmélio Paiva Caldas.</p> <p>Casado com Maria Evangelina Uchôa – três filhos.</p>  | <p>Advogado (Faculdade de Direito de São Paulo, 1940), secretário do Centro Acadêmico XI de Agosto.</p> <p>Agricultor</p> <p>Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Colégio Musa, de Ribeirão Preto. Ginásio Oswaldo Cruz, SP.</p> | <p>Vice-presidente da Faresp.</p> <p>Presidente do Conselho Municipal de Lins (SP).</p> <p>Diretor da Rádio Gazeta.</p> <p>Membro: Associação Rural de Lins. Diretor da Federação Paulista de Futebol. Aeroclube Lins, Rotary Club, Sociedade Harmonia de Tênis, Club Linense e Club Atlético Linense.</p>  |
| <b>ISRAEL PINHEIRO</b>               | 1963-1967 | <p>Caeté – MG (1896-1973).</p> <p>Filho de Helena de Barros Pinheiro e João Pinheiro da Silva, engenheiro, advogado, que atuou como deputado federal, secretário de Estado e governador do estado de Minas Gerais (1906-1908).</p> <p>Teve nove filhos. Um deles, Israel, foi deputado federal e candidato ao Senado; o enteado, diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; dois dos seus irmãos, três sobrinhos e um</p> | <p>Engenheiro e industrial.</p> <p>Escola de Minas de Outro Preto (1920).</p> <p>Colégio Anchieta, de Nova Friburgo (RJ).</p>   | <p>Deputado federal – PSD (1946-1956). Secretário-geral do PSD - do qual foi um dos membros fundadores. Governador do Estado de Minas (1966-1971). Secretário de Estado e de Serviços Públicos do Estado de Minas Gerais, depois secretário de Agricultura (1935-1942).</p> <p>Presidente da Cia. Vale do Rio Doce.</p> <p>Diretor da Novacap (1956-1961), empresa responsável pela construção de Brasília na qual Iris Meinberg trabalhou.</p> <p>Conselhos: Conselheiro municipal, depois presidente do Conselho em Caeté (1922). Presidente do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais (1933).</p>   |

|                                 |           |   |   |  |
|---------------------------------|-----------|---|---|--|
|                                 |           | cunhado foram deputados; outro cunhado, senador.  |   | Recebeu medalhas da Cruz Vermelha Brasileira, do mérito naval, do mérito militar e da Ordem do Cruzeiro do Sul.  |
| <b>JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA</b> | 1957-1964 | Vitória de Santo Antão, PE (1899)   | Ver Anexo VII   |  |
| <b>JOÃO DE PAIVA MENEZES</b>    | 1957-1960 | Belém – PA (1917).<br><br>Filho de Maria Paul Paiva Menezes e João Alves de Paiva Menezes.<br><br>Casado com Lygia Cesar Santos Passarinho de Menezes, com quem teve seis filhos. | Advogado, professor e militar da reserva.<br><br>Graduado na Faculdade e Direito do Pará.<br><br>Colégio Rui Barbosa, Colégio Augusto Olímpio e Colégio Pais de Carvalho. | Deputado estadual (1947-1955) pelo estado do Pará.<br>Deputado Federal (PSD, depois MDB em 1965, Partido Popular em 1979, e PMDB em 1982).<br>Vice-presidente do MDB na Câmara dos Deputados (1966-1979).<br><br>Candidato ao Senado federal pelo PMDB – suplente (1982).<br><br>Representante do Brasil na Conferência do Fundo Monetário Internacional, na Conferência Internacional da Borracha de Washington e na Conferência sobre Desarmamento em Genebra.<br><br>Consultor jurídico da Legião Brasileira de Assistência (LBA).<br>Juiz do Tribunal Superior da Justiça do Esporte.<br>Professor de economia política na Faculdade de Direito do Pará.<br><br>Membro:<br>Comissão de Educação e da Cultura da Câmara dos Deputados (1955-1959).<br>Comissão de Economia, da Constituição e da Justiça (1955-1959).<br>Comissão das Relações Estrangeiras da Câmara dos Deputados (1970).<br>Comissão de Finanças (1974-1979).<br>Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Estado do Pará (secretário).<br>Conselho Regional do Esporte do Pará (vice-presidente).<br>Conselho Nacional do Esporte (presidente).<br><br>Agraciado com medalhas do mérito nava, do mérito aeronáutico e da Cruz Vermelha Brasileira. |
| <b>JOÃO RIBEIRO JR.</b>         | 1962-1967 | Ver Anexo VI  |   |  |
| <b>JOAQUIM CÂMARA FILHO</b>     | 1951-1957 | Bairrada Verde – RN (1899)  | Industrial, jornalista<br><br>Diploma de engenheiro agrônomo  | Prefeito de Pires do Rio – GO (1931).<br>Prefeito de Paracatu – MG (1934).   |

|   |           |  |  |   |
|---|-----------|--|--|---|
|   |           |  | <p>obtido em Minas Gerais.</p> <p>Escola Superior de Agricultura de São Bento (PE).</p>          | <p>Prefeito de Anápolis – GO.</p> <p>Conselho Superior da SNA. Membro da Sociedade Goiana de Pecuária, da Associação Comercial do Estado de Goiás, da Academia de Letras do Estado de Goiás e do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás.</p> <p>Major das forças mineiras que invadiram o estado de Goiás durante a revolução de 1930. Participou da formação da Legião de Outubro. Comandante do 3 Batalhão de Goiás, que lutou ao lado das forças federais em Mato Grosso, durante a revolução “constitucionalista” (1932).</p> <p>Diretor de propaganda do estado de Goiás (1934).s</p> <p>Comissões:<br/>Engenheiro auxiliar da Comissão Federal Cândido de Abreu. Cadastrado como engenheiro em Goiás, onde descobriu o meteorito Santa Luzia. Academia de</p> <p>Diretor e co-proprietário do jornal <i>O Popular</i>, da vila de Goiânia.</p> <p>Recebeu a Medalha de Prata pelo cinquentenário da República.</p> |
| <b>JOSÉ TRINDADE DA FONSECA E SILVA</b> | 1957-1960 | <p>Jaraguá, GO (1904).</p> <p>Filho de Ernestina Luiza da Silva e Ernesto Camargo da Fonseca.</p>  | <p>Padre e escrivão.</p> <p>Ginásio Santa Cruz (GO).</p> <p>Seminário de Mariana, MG (1930).</p> | <p>Deputado federal suplente, PSD (1951-1954), em exercício (1954-1955, 1955-1959). Secretário de Educação do Estado de Goiás (1951-1954).</p> <p>Diretor do Banco do Estado de GO (1959-1961). Diretor do Serviço Social Rural de GO (1959-1961).</p> <p>Publicações:<br/><i>Poliantea</i> – sobre as realizações do arcebispo dom Emanuel Gomes de Oliveira (1945) e <i>Lugares e pessoas</i> (1958).</p>   |
| <b>JOSÉ MARTINS RODRIGUES</b>           | 1963-1967 | <p>Quixadá – CE (1901).</p> <p>Família aristocrática tradicional e proprietários de terra do Ceará.</p> <p>Filho de Isabel de Almeida Rodrigues e Martinho</p> | <p>Advogado e professor.</p> <p>Faculdade de Direito de Fortaleza (1922).</p>                    | <p>Ministro da Justiça (1961). Deputado estadual – CE (1935-1943). Deputado federal (1956-1971 (PSD, depois MDB). Secretário-geral do PSD (1958-1961). Presidente do grupo PSD na Câmara dos Deputados (1962-1965). Secretário-geral do MDB (1965-1969).</p>  |

|                          |   |   |  |   |
|--------------------------|---|---|--|---|
|                          |   | <p>Rodrigues Sobrinho.</p> <p>Casado com Francisca Zilda Costa Martins Rodrigues. Tiveram cinco filhos, um deles foi presidente da Seção do estado do Ceará da Ordem dos Advogados Brasileiros. Uma de suas filhas se casou com o deputado federal Antônio Pais de Andrade.</p>             |  | <p>Secretário de Finanças e secretário do Interior, da Justiça do estado do Ceará (1935-1943).</p> <p>É um dos organizadores da Frente Ampla – dos antigos opositores e dissidentes do regime militar – para restabelecer o sufrágio universal e o poder civil.</p> <p>Conselhos:<br/>Conselho Nacional de Educação (CNE) – 1947-1955.<br/>Consultor jurídico do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1950-1955).<br/>Representou a Câmara dos Deputados nos jogos olímpicos de Roma (1960).</p> <p>Viajou aos EUA a convite do Departamento de Estado Norte-Americano (1964).<br/>Participou da Conferência Preliminar da União Interparlamentar em Camberra – Austrália (1966).</p> |
| <b>LAURO BORBA</b>       | 1954-1967   | Ver Anexo I   |  |   |
| <b>LEVEN VAMPRÉ</b>      | 1954-1957   | <p>Limeira – SP (1890).</p> <p>Filho de Matilde de Andrade e Fabricio Vampré.</p> <p>Casado, cinco filhos.</p>  | <p>Advogado.</p> <p>Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.</p> <p>Colégio da Gama, Rio Claro (SP).</p>   | <p>Secretário do gabinete da Secretaria de Finanças do Estado de São Paulo, no governo de Lauro de Camargo.</p> <p>Associado das firmas Vampré &amp; Pederneiras e Vampré &amp; Cia.</p> <p>Membro:<br/>Ordem dos Advogados de São Paulo.<br/>Jockey Club de São Paulo<br/>Automóvel Club de São Paulo<br/>Club Comercial<br/>Sociedade Hípica Paulista<br/>Club Germania<br/>Sociedade Harmonia de Tênis<br/>Club Atlético Paulistano<br/>Publicação: São Paulo: Terra Conquistada.</p>  |
| <b>LUIZ SIMÕES LOPES</b> | 1954-1967<br><br>1951 (presidente honorário da CRB) | <p>Pelotas – RS (1903).</p> <p>Filho de Ildefonso Simões Lopes, deputado federal do Rio Grande do Sul (1906-1908, 1913-1919 e 1922-1930), ministro da Agricultura (1919-1922) e presidente da SNA (1926-1931). Seu pai foi um dos organizadores da Aliança Liberal, frente política que</p> | <p>Engenheiro agrônomo.</p> <p>Escola Mineira de Agronomia e Medicina Veterinária (1924), em Belo Horizonte.<br/>Começou seus estudos na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós (Piracicaba – SP).</p> <p>Colégio Aldridge e Liceu Francês (RJ).</p> | <p>Entra no Ministério da Agricultura a convite de Miguel Calmon du Pin e Almeida, sucessor de seu pai no Ministério (1925).</p> <p>Chefe de Gabinete do ministro (1926).</p> <p>Vice-presidente (1949) e presidente da SNA (1960-1979).</p> <p>Diretor da Cia. Brasileira de Imóveis e da Cia. de Mineração Nacional (1949).<br/>Diretor-presidente da Cia. de Estanho São João del Rei (1950).</p>  |

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
|  |  | <p>deu apoio a candidatura de Getúlio Vargas em 1930.</p> <p>Seu avô, João Simões Lopes, foi visconde de Graça e presidente da província do Rio Grande do Sul (1891). Seu tio, Augusto Simões Lopes, foi deputado constituinte em 1934 e senador (1935-1937) Casado, quatro filhos.</p> | <p>Diretor do Portfolio de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) – 1951-1952).</p> <p>Secretário-geral do Comitê de Campanha de Getúlio Vargas (1950).<br/>Diretor do Moinho Fluminense Indústrias Gerais (1963-1972).</p> <p>Presidente da Empresa de Águas São Lourenço e do Banco de Investimento e de Desenvolvimento do Comércio e da Indústria.</p> <p>É implicado, junto com seu pai, na morte de um deputado pernambucano, durante a campanha para eleição presidencial. Alegaram que o assassinato foi em legítima defesa (1929-1930), foram absorvidos em 1930.</p> <p>Criou a Fundação Getúlio Vargas e foi seu primeiro presidente (1944-1945).</p> <p>Comissões e conselhos:<br/>Representou o Brasil nas assembleias gerais do Instituto Internacional de Agricultura, em Roma (1934 e 1936).<br/>Presidente da comissão encarregada da reorganização do pessoal civil, denominada Comissão do Reajustamento (1936).<br/>Comissão de Estudos e de Relações dos Estados, do Ministério da Justiça (1939-1945).<br/>Presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil, depois do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1937-1945).<br/>Presidente da Comissão de Orçamento do Ministério das Finanças (1940-1945).<br/>Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil (1948).<br/>International Civil Advisory Board (1949).<br/>Representante da SNA na Comissão Nacional de Política Agrária (1952).<br/>Conselho Técnico e Consultivo das Confederação Nacional do Comércio (1953).<br/>Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (presidente, 1954).</p> |
|--|--|---|---|

|                                |                        |   |  |   |
|--------------------------------|------------------------|---|--|---|
|                                |                        |   |  | <p>Presidente da Comissão de Estudos e de Projetos Administrativos – governo Kubitschek (1956-1960).<br/> Membro da delegação brasileira na Conferência de Punta del Este, assembleia do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (1961).<br/> Presidente da Comissão da Reforma Fiscal (1963).<br/> Membro do Conselho Fiscal de Willys-Overland do Brasil (1961-1976) e do Conselho Administração da Rio Light (até 1969).<br/> Associação Nacional de Programação Econômica e Social (presidente, 1964-1968).<br/> Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa (1964).<br/> Comissão de Especialistas para o Programa de Administração Pública da ONU (1966) e Conselho Superior da Fundação Brasileira para a Conservação Natural (1966).<br/> Comissão Mista Brasil-Uruguai para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (1967).<br/> Associação dos Bancos de Investimentos e Desenvolvimento (presidente, 1967-1968).</p> |
| <b>MARCIAL GONÇALVES TERRA</b> | 1951-1957<br>1960-1967 | <p>Tupanciretã – RS (1889-1981).</p> <p>Filho de Joaquina Paz Freitas e Israel Gonçalves Terra.</p> <p>Casado, 11 filhos.</p> | Pecuarista.  | <p>Deputado estadual PSD-RS (1947-1951).<br/> Deputado Federal, suplente do PSD (1958-1962), novamente em 1963-1967 (PDS, depois Arena) e suplente em 1967 (Arena).</p> <p>1930 – Comanda as forças liberais na região da serra gaúcha.</p> <p>Conselho Superior da SNA. Presidente da Farsul (1949-1951).</p> <p>Foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense.</p> <p>Presidente do Instituto de Carne do Rio Grande do Sul – Instucarne (1934).</p>  |
| <b>MÁRIO ROLIM TELLES</b>      | 1951-1954              | <p>São Roque – SP (1887-1980).</p> <p>Filho de Antônio Telles.</p> <p>Casado duas vezes.</p>                                  | <p>Advogado, industrial e um dos maiores fazendeiros do país.</p> <p>Cafeicultor em Guararapes e Valinhos, onde desenvolveu também atividades industriais.</p> | <p>Deputado estadual – SP. Secretário de Finanças do Estado de São Paulo (1927-1929 e 1940-1941).</p> <p>Candidato a presidente da República pelo Partido Agrário Nacional (PAN), do qual foi fundador.</p>   |

|                      |           |  |  |  |
|----------------------|-----------|--|--|--|
|                      |           |  | <p>Faculdade de Direito de São Paulo.</p> <p>Colégio São Luiz e Ginásio do Estado, SP.</p>   | <p>Presidente da SRB (1951-1952).</p> <p>Publicações: A crise econômica de 1929, Defesa do Café, e Política de Fraque e Cartolas.</p> <p>Membro:<br/>Jockey Club de São Paulo<br/>Sociedade Hípica Paulista<br/>Clube Comercial<br/>Automóvel Club de São Paulo.</p>   |
| <b>MIGUEL LEUZZI</b> | 1963-1967 | <p>São Paulo (1904).</p> <p>Filho de Antonieta Sardo e Arcangelo Leuzzi, imigrantes italianos.</p> <p>Casado com Lina Giorgi. Seis filhos.</p> | <p>Médico, jornalista e professor.</p> <p>Plantador de algodão.</p> <p>Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1930).</p> <p>Especialização na Clínica Mayo-Rochester, nos EUA.</p> <p>Grupo Escola do Brás (SP).<br/>Ginásio do Estado de São Paulo, Ginásio Oswaldo Cruz e Colégio Anglo-Brasileiro (SP).</p> <p>Presta concurso de técnica cirúrgica (livre-docência) da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1935).</p> | <p>Senador suplente – PSD (1962-1971).<br/>Deputado federal – PTN (1955-1959/1959-1963).</p> <p>Perdeu seu mandato em abril de 1964, suprimido pelo AI-1, devido a um erro. Seu filho, nome homônimo, era quem de fato era visado pela medida.</p> <p>Vice-presidente (1955), depois presidente (1956) do Partido Trabalhista Nacional (PTN) na Câmara do Deputados; 4 secretário da mesa diretora da Câmara dos Deputados (1957).</p> <p>É um dos organizadores do grupo que defende os interesses dos grandes proprietários de terra no Bloco Ruralista, na Câmara dos Deputados (1955-1959).</p> <p>1961-1964 - Se pronuncia pela adoção de uma reforma agrária que atenda a modalidades cooperativistas e é favorável a exploração – mediante indenização em dinheiro – dos latifúndios subexplorados.</p> <p>Representante do Brasil na Conferência sobre Algodão, nos EUA.</p> <p>Proprietário da Rede Piratininga de Radiodifusão (SP). Por meio desta estação de rádio dá apoio à candidatura de Jânio Quadros ao governo do Estado de São Paulo (1954). É também candidato a deputado federal pelo PTN.</p> <p>Trabalha com o professor Benedito Montenegro no Sanatório Santa Catarina (1930-1950).</p> <p>Médico militar (capitão da reserva).<br/>Cirurgião no serviço de saúde escolar paulista.<br/>Professor de educação física de São Paulo.</p> |

|                                      |                        |  |  |  |
|--------------------------------------|------------------------|--|--|--|
|                                      |                        |  |  | <p>Diretor da Imobiliária São Miguel (SP).</p> <p>Membro:<br/>Academia de Medicina de São Paulo.<br/>Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.<br/>Colégio Brasileiro de Cirurgiões.</p> <p>Publicações: A Ventriculografia (1930) e Estudo pré e pós-operatório das intervenções gástricas.</p>   |
| <b>NESTOR JOST</b>                   | 1954-1967              | <p>Candelária, RS (1917).</p> <p>Filho de Reginaldo Jost.</p>        | <p>Advogado (Faculdade de Direito de Porto Alegre, 1941), industrial, agricultor.</p> <p>Ginásio Anchieta, Porto Alegre.</p> | <p>Ministro da Agricultura (1984-1985).</p> <p>Deputado estadual (1947-1951), secretário da Assembleia Constituinte.</p> <p>Deputado federal, PSD (1951-1961). Vice-presidente do PSD na Câmara dos Deputados (1956).</p> <p>Vice-presidente do Gabinete da Câmara dos Deputados (1959-1960).</p> <p>Prefeito de São Lourenço, RS (1940-1946).</p> <p>Comissário de Política (1942).</p> <p>Presidente do Banco do Brasil (1967-1974).</p> <p>Membro:<br/>Comissão Consultiva do Crédito Industrial do Conselho Monetário Nacional.<br/>Presidente da Comissão de Compras de Trigo Nacional.<br/>Comissão de Desenvolvimento Industrial.<br/>Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.<br/>Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.</p> |
| <b>ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO</b>       | 1951-1957<br>1963-1967 | Anexo IV   |  |  |
| <b>OSVALDO DA COSTA NUNES FREIRE</b> | 1962-1967              | <p>Grajaú – MA (1911).</p> <p>Filho de Olindina da Costa Nunes e</p> | <p>Médico.<br/>Faculdade de Medicina da Bahia (1938).</p>  | <p>Deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista na Assembleia do Estado do Maranhão (1951-1954), pelo PSD (1955-1959) e</p>   |

|                                 |                 |   |   |  |
|---------------------------------|-----------------|---|---|--|
|                                 |                 | <p>Feliciano Antônio Freire.</p> <p>Casado com Delci de Araújo, três filhos.</p>                                      |   | <p>pela UND, depois Arena, duas vezes (1959-1966).<br/>Deputados federal – Arena (1967-1974).</p> <p>Governador do Estado, por nomeação do governo federal durante a ditadura (1975-1979).</p> <p>Vice-presidente da UDN/Arena (1963-1966) e presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (1963-1966).</p> <p>Secretário de estado na saúde durante a intervenção federal (1946-1947) e, outra vez, em 1966.</p> <p>Comissões:<br/>Comissão de Agricultura e de Política Rural da Câmara dos Deputados.<br/>Comissão do Polígono das Secas da Câmara dos Deputados.<br/>Comissão de Saúde (suplente) na Câmara.<br/>Comissão de Valorização Econômica da Amazônia (suplente).<br/>Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do Maranhão (presidente).<br/>Conselho do Serviço Social Rural do Maranhão (presidente).</p> |
| <b>PAULO DA SILVA FERNANDES</b> | 1951-1960       | <p>Porto Alegre, RS (1915).</p> <p>Filho de Marina da Silva e Edgar Pereira Fernandes.</p>                            | <p>Engenheiro agrônomo (Faculdade de Agronomia de Viçosa, MG, 1935) e fazendeiro.</p> <p>Colégio Santo Inácio (RJ).</p> | <p>Senador – PSD (1955-1963).<br/>Deputado federal – PSD-RJ (1946-1951).<br/>Ministro do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro (1962).<br/>Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro (1944-1945).<br/>Prefeito de Barra do Piraí, RJ (1939-1945).</p> <p>Presidente da Farerj (1955).<br/>Presidente da Associação Comercial de Barra do Piraí.<br/>Presidente da Associação Rural de Barra do Piraí.<br/>Membro:<br/>Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados (1947-1951).<br/>Comissão de Agricultura da Câmara (1947-1951).</p>   |
| <b>RENATO GONÇALVES MARTINS</b> | 1967 (suplente) | <p>Santo Amaro –BA (1914)</p> <p>Filho de Josefa Rebelo e Raimundo Gonçalves Martins.</p> <p>Casado, dois filhos.</p> | <p>Agrônomo pela UFRRJ.</p> <p>Ginásio São Salvador e Escola Agrícola da Bahia.</p>                                     | <p>Diretor da Estação Experimental de Plantas Têxteis, do Ministério da Agricultura, na Paraíba (1937).</p> <p>Coordenador dos trabalhos experimentais do Ministério da Agricultura, na Bahia (1940).</p>  |

|                     |           |   |   |   |
|---------------------|-----------|---|---|---|
|                     |           |   |   | <p>Diretor da Estação Experimental do Ministério da Agricultura em São Gonçalo, RJ (1943).</p> <p>Membro:<br/>Associação Brasileira de Imprensa.<br/>Clube de Engenheiros do Rio de Janeiro.</p> <p>Publicações: A seleção individual no melhoramento do algodoeiro (1939), O algodão da Bahia e uma síntese da situação algodoeira mundial (1942), A lavoura algodoeira, fator de desenvolvimento econômico da Bahia (1944).</p>   |
| <b>RUI PALMEIRA</b> | 1960-1967 | <p>São Miguel dos Campos – AL (1910-1968).</p> <p>Filho de Teresa Ferro e Miguel Soares Palmeira.</p> <p>Casado com Gracindo. Teve quatro filhos. Vladimir Palmeira, militante esquerda e presidente da União Metropolitana de Estudantes – UME, nos anos 1960. Ele foi candidato ao Senado do Rio pelo Partido dos Trabalhadores (PT).</p> <p>Guilherme Palmeira, nomeado governador de Alagoas durante a ditadura militar. Este foi também senador pelo PDS.</p> <p>Moacir Palmeira, professor do Museu Nacional da UFRJ.</p> <p>Descendente de João Lins Viera Cansansão, visconde de Sinimbu, que durante o Império foi presidente da província de Alagoas, de Sergipe e do Rio Grande do Sul; deputado geral (1842 e 1853), senador (1857), ministro dos Estrangeiros (1859-</p> | <p>Advogado.</p> <p>Faculdade de Direito de Recife.</p> <p>Colégio Paroquial São Miguel de Campos. Ginásio Maceió e Liceu Alagoano.</p> | <p>Senador (1955-1968).<br/>Deputado constituinte – UDN (1946), deputado federal – AL (1946-1955). Vice-líder da minoria – formada pela UDN e o Partido Libertador (PL), em 1958 e, a seguir, ocupou a vice-liderança da UDN no Senado. 1962 – Primeiro-secretário da mesa.<br/>1963 - Vice-presidente do Senado. Reconduzido à liderança da minoria em 1964.<br/>Governador de Alagoas pela UDN (1956).<br/>Secretário da Prefeitura de Maceió (1940), depois segundo delegado-auxiliar de Polícia, diretor do Departamento de Estatística.</p> <p>Após a promulgação do AI-2 se filiou à Arena. É líder do partido no Senado (1966-1968).</p> <p>Trabalhou como assessor do prefeito de Maceió quando ainda estava na graduação.</p> <p>Fundador da primeira usina cooperativa da América do Sul. Diretor da Cooperativa Central dos Benguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas.</p> <p>Foi um dos organizadores do I Congresso de Cooperativismo e do Congresso de Benguezeiros de Alagoas.</p> <p>Secretário da Ordem dos Advogados e presidente do Instituto de Advogados de Alagoas.</p> <p>Comissões:<br/>Comissão de Censitária de Alagoas.</p> |

|                       |           |  |   |  |
|-----------------------|-----------|--|---|--|
|                       |           | 1853), da Justiça (1862), de Agricultura (1862 e 1878), depois presidente do Conselho de Ministros (1878). |   | Comissão Especial de Pecuária. Comissão de Agricultura e Política Rural. Comissão de Obras Públicas. Representante do Brasil na Reunião dos Direitos Humanos, em Genebra – Suíça (1968). Membro do Centro de Estudos Econômicos de Maceió. Associação Alagoana de Imprensa.<br><br>Fundou e dirigiu <i>O Estado</i> e o <i>Diário do Povo</i> , em Maceió. Colaborou no <i>Jornal de Alagoas</i> , na <i>Gazeta de Alagoas</i> e no <i>Diário da Manhã</i> (Recife). |
| <b>WALDEMAR RUPP</b>  | 1951-1957 | Campos Novos – SC (1915).<br><br>Filho de Leônidas Rupp.   | Advogado.<br><br>Faculdade de Direito de Porto Alegre (1938).<br><br>Ginásio Catarinense de Florianópolis (SC). | Deputado estadual- UDN-SC (1947-1951).<br>Deputado federal – UDN (1951-1959).<br><br>Candidato a deputado federal (1958 e 1966 - MDB)  |
| <b>WALTER ATHAIDE</b> | 1963-1967 | Barbacena, MG (1910).<br><br>Filho de Dalila Guimarães e José Antônio de Azevedo Ataíde.                   | Negociante.<br><br>Instituto Lafayette, RJ.   | Deputado federal três vezes - PTB (1951-1963).<br><br>Candidato a deputado federal – PSD (1945) e candidato ao Senado – PTB (1962).  |

## ANEXO VI

## DIRETORIA TÉCNICA | GESTÃO IRIS MEINBERG (1951-1967)

| Nome                                    | CRB  | Origem e rede familiar  | Formação e atuação  | Cargos e rede de relações de poder  |
|---|--|---|---|---|
| <b>AMARO CAVALCANTI</b>                 | 1953-1957  | Ver Anexo III   |   |   |
| <b>AGOSTINHO MONTEIRO</b>               | 1953-1957  | Ver Anexo III   |   |   |
| <b>ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS</b>       | 1957-1960<br>1960-1963<br>1963-1965<br>1965-1967 | Espírito Santo  |   | Membro da FAES  |
| <b>ALBERTO RAVACHE</b>                  | 1960-1963  | Ver Anexo III   |   |   |
| <b>ALDROVANDO DE VASCONCELOS</b>        | 1960-1963<br>1963-1965                           | Bahia   | Médico  |   |
| <b>ALBERTO FERRAZ</b>                   | 1960-1963  | Dados não localizados   |   |   |
| <b>LESZECK BRONISLAU OSTOJA ROGUSKI</b> | 1957-1960<br>1960-1963<br>1963-1965<br>1965-1967 | Curitiba – PR (1913-1972).<br><br>Filho de Vitoldo Ostoja Roguski.  | Jornalista e advogado.<br><br>Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil (RJ) – 1937.<br><br>Colégio Iguazu e Ginásio Paranaense (Curitiba) | Deputado estadual – UDN-PR (1947).<br>Deputado federal (UDN), duas vezes (1951-1959).<br><br>Candidato a deputado federal – UDN (1962).<br><br>Federação de Agricultura do Estado do Paraná.<br><br>Comissões:<br>Comissão dos Trabalhos Públicos e dos Transportes da Câmara dos Deputados.<br>Presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes de Curitiba.<br><br>Publicações: Uma Constituição Moderna (1939) e Escorço da Legislação Brasileira do Trabalho (1941). |
| <b>DOLOR FERREIRA DE ANDRADE</b>        | 1963-1965  | Ver Anexo V   |   |   |
| <b>DURVAL GARCIA DE MENEZES</b>         | 1963-1965<br>1963-1965<br>1965-1967              | Ver Anexo V   |   |   |
| <b>ELIÉZER MOREIRA</b>                  | 1957-1960  | Ver Anexo III   |   |   |
| <b>EUDES DE SOUZA LEÃO PINTO</b>        | 1963-1965<br>1965-1967                           | Recife, PE (1920-2018).<br><br>Filho de Stella de Souza Leão Pinto e de Euclides Pinto (bacharel). Tanto os Souza Leão como os Pinto eram de origem portuguesa. Família detentora | Engenheiro agrônomo e fazendeiro.<br><br>Formado pela UFRPE (1940), onde também manteve vínculo institucional como professor catedrático de 1943 a 1966.  | Seu primeiro trabalho foi na Usina Higienizadora de Leite.<br><br>Diretor geral da Produção Vegetal da Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco.<br>Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de PE.<br><br>Companhia Siderúrgica do Nordeste.   |

|                                 |           |   |   |  |
|---------------------------------|-----------|---|---|--|
|                                 |           | <p>de tradicionais propriedades canavieiras, do litoral centro sul aos limites da zona da mata com o agreste de Pernambuco.</p> <p>Irmãos: Ernani, Enildo, Lizota, Izabel e Euclides de Souza Leão Pinto.</p> <p>Manoel Felipe, magistrado, e Izabel de Souza Leão (avós maternos).<br/>Serafim, delegado de polícia, e Idalina Pinto (avós paternos).</p> <p>Aisa Araújo Pinto (esposa).</p> | <p>No período dedicado à academia seu trabalho estava voltado para genética geral e aplicada.</p> <p>Diplomado pela ESG.</p>  | <p>Fez parte do MDR, presidente do Inda (1966), Mapa, MEC, MPOG.</p> <p>Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra) – Chefe do Departamento Agrônômico. A Sanbra era integrante do Grupo Bunge Born. Tinha relações com seus maiores acionistas John Born, Mário Hirsh e Máximo Kugelmas. O Grupo detinha as empresas Grandes Moinhos de Trigo, Serrana Mineração, produtora de fertilizantes, a Quimbrasil, fabricante de agroquímicos, a Coral manufaturadora de tecidos etc.</p> <p>Mantinha relação com a Norpel S.A Indústria de Papéis do Nordeste, Geral Brasileira de Óleos S.A e Guararapes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</p> <p>Fez especialização nos EUA. Desde 1946 viajava ao país com as turmas de estudantes da UFRPE.</p> <p>Conselho Consultivo do Engenheiro.</p> <p>Se denominava apolítico partidário.</p> <p>Trabalhou até falecer como consultor da multinacional Consist Consultoria, Sistemas e Representações Ltda., que atua no ramo de tecnologia da informação – área de computação e produção de softwares. Tinha relação com o presidente mundial da Consist, o engenheiro Natálio Fridman. Representante do Rotary Club da América Latina e Caribe.</p> |
| <b>IVALDO SARAMAGO PINHEIRO</b> | 1957-1960 | <p>1914- Niterói (RJ) Filho de Arnaldo Palmira Saramago Pinheiro e Arnaldo Colens Pinheiro.</p> <p>Casado com Maria de Lourdes Saramago Pinheiro (quatro filhos).</p>   | <p>Advogado – Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1935). Concluiu a licenciatura em línguas neolatinas (1940), na Faculdade Nacional de Filosofia, atual faculdade de Letras da UFRJ.</p> | <p>Deputado estadual (1948-1962, 1967-1968, 1971, 1974) e deputado federal – Arena/PDS (1979-1987). Teve nove mandatos como deputado estadual e federal. Fundador da UDN em Itaboraí (1945), líder do partido em Saquarema (RJ). Candidato a governador, derrotado por Badger da Silveira (PTB). Diretor da Federação Fluminense de Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris.</p>  |

|                                   |                        |   |  |  |
|-----------------------------------|------------------------|---|--|--|
|                                   |                        |   | <p>Colégio Brasil (curso secundário).</p> <p>Trabalhou em Itaguaí (RJ) e Itaboraí (RJ). Conhecido como defender os agricultores pobres.</p>                                      | <p>Diretoria da Caixa Econômica Federal (1964-1966).<br/>Secretaria de Transportes e Comunicações no governo de Jeremias Fontes (1967-1971).<br/>Secretaria do Interior e Justiça do Rio de Janeiro, no governo Raimundo Padilha (1971-1975).<br/>Foi do PPR, PPB.<br/>Fundador da Cooperativa de Crédito Banco Agrícola de Itaboraí, vice-presidente da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural do RJ, atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RJ. Presidente do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do RJ e Associação Cultural Brasil-Alemanha.</p> <p>Comissões: presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural (1980).<br/>Como vice-líder do governo Figueiredo (1979-1985) participou de comissão no Congresso Nacional criada para checar os efeitos dos agrotóxicos na vida da população.</p> |
| <b>FLÁVIO DA COSTA BRITO</b>      | 1960-1963              | Ver Anexo III   |  |  |
| <b>FRANCELINO BASTOS FRANÇA</b>   | 1957-1960<br>1960-1963 | Ver Anexo III   |  |  |
| <b>GENTIL NASCIMENTO</b>          | 1953-1957<br>1957-1960 | Ver Anexo V   |  |  |
| <b>GERALDO GOULART DE MENEZES</b> | 1963-1965              | Ver Anexo III   |  |  |
| <b>HUGO CABRAL</b>                | 1953-1957              | <p>Quixadá, CE (1896-1962).</p> <p>Filho de Angelita Marino Goés e Laurênio Cabral.</p> <p>Casado com Alexandria Frank.</p> | <p>Fazendeiro e agropecuarista – grande empresário agrícola e pecuarista.</p> <p>Se instala mais tarde no norte do estado do Paraná, onde se torna cafeicultor e pecuarista.</p> | <p>Deputado federal pela UDN-PR (1955-1959), membro do Frente Parlamentar Agrária.</p> <p>Prefeito de Londrina (1947-1951).</p> <p>Secretário de Estradas e Serviços Públicos (1951-1954).<br/>Secretário da diretoria da Junta do IBC – representante dos cafeicultores do Paraná (1954-1959).</p>  |
| <b>JOÃO RIBEIRO JÚNIOR</b>        | 1960-1963              | <p>Campina Grande do Sul – PR (1914).</p> <p>Filho de João Batista Ribeiro. Neto de Feliciano Ribeiro, presidente do</p>    | <p>Médico e fazendeiro.</p> <p>Faculdade de Medicina de Curitiba – PR (1939). Foi presidente do Centro Estudantil da Faculdade e</p>   | <p>Deputado estadual três vezes (1951-1963).<br/>Deputado federal (PSD, depois Arenas). Vice-presidente do grupo PSD na Câmara dos Deputados em 1964.<br/>Secretário de Agricultura (1947-1950).<br/>Primeiro prefeito de Uraí (PR).</p>   |

|                                 |                                     |  |   |   |
|---------------------------------|-------------------------------------|--|---|---|
|                                 |                                     | estado do Paraná e deputado estadual.  | fundador da revista <i>Paniática</i> .<br><br>Ginásio Paranaense.                               | Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores (1950).<br><br>Diretor do IBC.<br><br>Estabeleceu uma clínica médica em Pirianito, atual Urai, então distrito do município de Assaí (PR).  |
| <b>JOÃO NAPOLEÃO DE ANDRADE</b> | 1963-1965<br>1965-1967              | Minas Gerais   | Fazendeiro e explorador de minérios.  | Presidente da ACAR, em Minas Gerais, e ABCAR, no Rio de Janeiro.<br>Diretor do BNCC.<br>Primeiro diretor do SSR.<br>Coordenador do crédito agrícola junto ao governo do estado do Rio de Janeiro.<br><br>Lavrador de quartzo na Fazenda Pacu, distrito de Inhaúma, município de Sete Lagoas (MG) – com autorização do governo federal. Também teve a mesma autorização para pesquisar quartzo hiatino em Diamantina e Sete Lagoas (MG). |
| <b>JORGE DE MORAIS GREI</b>     | 1963-1965                           | Rio de Janeiro (fluminense)  | Médico e professor.<br><br>Proprietário da Fazenda Santa Maria do Rio Grande, no estado do Rio. | Chefe do Departamento de Cirurgia da Policlínica do Rio de Janeiro.<br><br>Colegiado do IBC, representando o Rio de Janeiro (1966).<br>Presidente da União de Proprietários Rurais – Trajano de Moraes (1963-1965).<br>Membro da Academia Nacional de Medicina.   |
| <b>JERÔNIMO ANTONIO COIMBRA</b> | 1953-1957                           | São Paulo<br><br>Maria de Lourdes e Luiz Carlos de Mello Coimbra (filhos).   | Pecuarista.   | Amigo de Iris Meinberg.<br><br>Membro da SNA.<br>Comissão da Pecuária de Corte e Lã da CRB.   |
| <b>JERÔNIMO COIMBRA BUENO</b>   | 1965-1967                           | Ver Anexo III  |   |   |
| <b>JOSÉ RESENDE PERES</b>       | 1963-1965                           | Ver Anexo III  |   |   |
| <b>KURT REPSOLD</b>             | 1960-1963<br>1963-1965<br>1965-1967 | Ver Anexo I  |   |   |
| <b>LUÍS DIAS ALVARENGA</b>      | 1957-1960                           |  | Advogado<br><br>Curso Superior de Guerra – ESG (1956).  | Conselho Nacional do SSR, representante da CRB.   |
| <b>LUIZ FORTUNATO</b>           | 1960-1963                           | São Paulo<br>Casado com Odira Pereira Leite Moreira Ferreira.<br><br>Pai de Carlos Eduardo Moreira Ferreira (presidente da | Industrial  | Dirigente a Federação das Indústria do Estado de São Paulo – Fiesp.   |

|  |           |  |   |  |
|--|-----------|--|---|--|
|  |           | Fiesp – 1992-1998), deputado federal (1999-2003, presidente da CNI (1999-2001 e 2002). |   |  |
| <b>MÁRIO PENTEADO DE F. E SILVA</b>    | 1953-1957 | Ver Anexo III  |   |  |
| <b>MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA</b> | 1951-1956 | São Paulo (1909-1956)  | Jornalista e líder cooperativista.<br><br>Ginásio Oswaldo Cruz. | Deputado estadual, SP (1953).<br><br>Presidente da Faresp (1954).<br>Conselho Superior da SNA (1949).<br>Instituto de Economia Rural da SRB (1949).<br>SRB – criador e diretor do curso de cooperativismo (1949).<br><br>Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia (1942, reeleito por cinco mandatos).<br>Diretor-gerente da Cooperativa Central de São Paulo (1942-1952).<br><br>Delegado do Ministério da Agricultura na negociação com o governo argentino o Convênio de Frutas (1949-1951).<br>Delegado do patronato rural na I Conferência Nacional das Classes Produtoras, em Araxá, MG (1950).<br>Presidente da Comissão Organizadora da IV Conferência Rural Brasileira e assistente da delegação paulista no Congresso da Associação Católica para Estudo dos Problemas da Vida Rural (1954).<br><br>Membro:<br>Associação Paulista de Agricultura (fundador).<br>Centro Nacional de Estudos Cooperativistas (1950).<br>Comissão Nacional de Política Agrária (1953).<br>OAB.<br>Sindicato dos Profissionais de Imprensa de São Paulo.<br>Associação Paulista de Imprensa.<br>Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo.<br>Comissão Permanente do II Congresso Brasileiro de Cooperativismo (1946).<br><br>Publicações:<br>O desenvolvimento da legislação cooperativista no Brasil (1946), Contribuição ao |

|  |                        |  |  |   |
|--|------------------------|--|--|---|
|  |                        |  |  | Congresso da Ação Católica do Rio de Janeiro, A expansão do cooperativismo em São Paulo, Problemas do Associativismo Rural (1952), Problemas do abastecimento (1953), Problemas da Produção (1955) etc.   |
| <b>MANOEL NETO CAMPELLO JR.</b>        | 1951-1954              | Recife – PE (1900-1968).<br><br>Filho de Dolores Carneiro e Manoel Neto Campello, professor e diretor da Faculdade de Direito de Recife. | Fazendeiro em Nazaré (PE) e advogado.<br><br>Proprietário de engenhos de açúcar.<br><br>Formado pela Faculdade de Direito de Recife (1919).<br><br>Colégio Santo Inácio e Colégio São Vicente de Paulo (RJ). | Ministro da Agricultura (1946).<br><br>Deputado federal pela UDN (1951-1955).<br><br>Candidato a deputado pelo PSD (1945), a governador de Pernambuco (1947) pela coalização UDN-PDC-PL e a deputado federal pelo PRP-PL-PSD-PDC-PSP (1954).<br><br>Presidente do IAA (1950).<br><br>Presidente da Companhia Usinas Nacionais (1950).<br><br>Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1963).<br><br>Diretor da Companhia de Transportes Coletivos da Guanabara (DF).<br><br>Presidente da Associação Rural de Nazaré, onde exerceu o cargo por longo período.<br><br>Presidente do Sindicato dos Produtores de Cana-de-Açúcar e da Associação de Fornecedores de Cana-de-Açúcar (anos 1940).<br><br>A partir de 1940, coordenou a criação da Cooperativa de Banguzeiros de Pernambuco. Responsável pela cobrança do imposto sobre o consumo em Goiana (PE).<br><br>Conselhos:<br>Membro da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool (1943-1945). |
| <b>NAPOLEÃO FONTENELLE DA SILVEIRA</b> | 1953-1957<br>1957-1960 | Ver Anexo III  |  |   |
| <b>ORLANDO BAGGIO</b>                  | 1963-1965<br>1965-1967 | Cafelândia (SP)  | Representante do café.   | Diretor do Café da CRB. Orlando Baggio e Cia. Ltda.   |
| <b>OSCAR BERBERT TAVARES</b>           | 1963-1965              |  | Advogado<br>Formado pela ESG (1959).   | Conselho Administrativo da Cooperativa Central dos Cacaucultores Baianos.<br>Presidente da Casa da Bahia.   |
| <b>SÁLVIO PACHECO DE A. PRADO</b>      | 1953-1957              | São Paulo  | Cafeicultor, corretor de café, exportador de café em São   | Diretor da Faresp.<br>Conselheiro do Instituto Brasileiro do Café   |

|                                  |                        |   |   |   |
|----------------------------------|------------------------|---|---|---|
|                                  |                        |   | Paulo e no Paraná.  | Membro das associações rurais de Jaú, Duartina, Campos de Jordão e Itapuí (SP) e Londrina (PR).<br>Associação Paulista de Cafeicultura.   |
| <b>SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIDA</b> | 1963-1965<br>1965-1967 | São Paulo (1924-1993).<br><br>Filho de Lúcia Cardoso de Almeida e Custódio Cardoso de Almeida Júnior.<br><br>Casado com Lídia Cardoso de Almeria (três filhos).   | Engenheiro, grande proprietário em SP e no Pará.<br><br>Dono da Fazenda Olho D' Água (Ribeirão Preto - SP), centro dos seus empreendimentos agropecuários.<br><br>Cursou até o 3 ano a Faculdade de Direito de Niterói.<br><br>Foi motorista de caminhão. | Deputado federal – Arena/SP (1967-1983)<br>Diretor da Madeireira Nacional S.A.<br>Presidente da Comissão para a Industrialização de Guarapuava.<br>Secretário do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Marcenarias e Tanoarias de São Paulo.<br>Secretário da Associação Paulista de Reflorestamento.<br>Diretor do Instituto de Organização Racional do Trabalho e do Departamento do Algodão da CNA.<br>Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ribeirão Preto.<br>Presidente da Sociedade Nacional de Silvicultura.<br><br>Participou, em 1964, da fundação do Instituto Internacional do Algodão, em Paris.<br><br>Assessor agrícola em missão com o ministro do Planejamento, Roberto Campos, à União Soviética (1964).<br>Comissões: de Agricultura e Política Rural (1967, 1975-1979), de Economia e de Relações Exteriores da Câmara (1967).<br>Comissão Especial para Integração dos Povos da Comunidade de Língua Portuguesa.<br>Publicação: Extension on the concept of scientific management to agriculture (1966). |
| <b>THOMÁS ALBERTO WHATELY</b>    | 1957-1960              | Ribeirão Preto – SP.<br><br>Filho de Alberto Whately, cafeicultor em Ribeirão Preto e Franca (SP).<br><br>Apadrinhado do coronel Francisco Schmidt, o “rei do café”. Este e seu tio-avô Luiz Pereira Barreto estão entre os | Engenheiro agrícola e fazendeiro.<br><br>Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós (Piracicaba, SP).   | Presidente da SRB.<br><br>Diretor da Cooperativa Central dos Cafeicultores da região de Mogiana, em Ribeirão Preto.   |

|                      |           |                            |  |  |
|----------------------|-----------|----------------------------|--|--|
|                      |           | membros fundadores da SRB. |  |  |
| <b>WALDEMAR RUPP</b> | 1954-1960 | Ver Anexo V                |  |  |
| <b>WALTER SANTOS</b> | 1963-1965 | Dados não localizados.     |  |  |

## ANEXO VII

## DIRETORIA | GESTÃO FLÁVIO BRITO (1967-1987)

| Nome                             | CNA   | Origem e rede familiar  | Formação e atuação  | Cargos e rede de relações de poder  |
|----------------------------------|---|---|---|---|
| <b>FLÁVIO DA COSTA BRITO</b>     | Presidente<br>1967-1970<br>1970-1973<br>1973-1976<br>1976-1979<br>1979-1982<br>1982-1985<br>1985-1987<br><br>Diretor técnico<br>1960-1963<br><br>2º tesoureiro<br>1963-1967 | Ver Anexo III   |   |   |
| <b>GUILHERME PIMENTEL FILHO</b>  | 1º vice-presidente<br>1967-1970<br>1976-1979<br>1979-1982<br>1982-1985<br><br>2º vice-presidente<br>1973-1976<br><br>8º vice-presidente<br>1985-1987                        | Santa Leopoldina, ES.<br><br>Filho de Luiza Nascimento Pimentel e Guilherme Ferreira Pimentel.                            | Veterinário.<br>Representante dos interesses do café e pecuária.  | Deputado estadual.<br>Prefeito de São Mateus (ES).<br>Secretário de Estado da Agricultura.<br><br>Presidente da Faes (1967-1979) e vice-presidente da mesma.<br><br>Diretor da Divisão de Fomento Agrícola no ES.<br>Diretor da Carteira de Crédito Rural e Industrial do Banestes.<br>Presidente da Junta Governativa de Acares.<br>Técnico da Secretária de Agricultura ES (1938).<br><br>Presidente do Conselho Estadual do Serviço Social Rural.<br>Representante do Estado do Conselho Executivo Gerca.<br>Representante do patronato rural na OIT, OIC e Alalc (antecedente do Mercosul).<br><br>Medalha do Mérito Agrícola.<br>Condecorado pela SNA. |
| <b>ODILO ANTUNES DE SIQUEIRA</b> | 1º vice-presidente<br>1970-1973<br>1973-1976  | São Paulo<br>Seu neto Odilo Antunes de Siqueira Neto é advogado e sócio do escritório Siqueira-Macarini Advogados, em SP. | Médico, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.<br><br>Muda para Anhumas (SP) 1941, onde clinicou por 4 anos. Em 1947, implanta o Hospital Nossa Senhora das Graças, mantido por seus herdeiros. | Presidente da Faresp  |

|                              |   |   |  |  |
|------------------------------|---|---|--|--|
| <b>PAULO PATRIANE</b>        | 2º vice-presidente<br>1967-1970<br>1970-1973  | Paraná  | Exportador   | Presidente e vice-presidente da Faep.<br><br>Secretário de Agricultura do Estado do Paraná.<br><br>Participa da Missão Comercial Rubem Berta à Itália (Decreto n 60.687, 4/5/1967), missão presidida por Iris Meinberg.  |
| <b>GILENO DE CARLI</b>       | Conselho Superior<br>1965-1967<br><br>Diretor suplente<br>1967-1970<br><br>3º vice-presidente<br>1970-1973<br><br>6º vice-presidente<br>1973-1976<br><br>2º vice-presidente<br>1976-1979<br>1979-1982<br>1982-1985<br>1985-1987 | Ver Anexo V   |  |  |
| <b>NICANOR KRAMER DA LUZ</b> | 3º vice-presidente<br>1973-1976<br><br>7º vice-presidente<br>1976-1979  | Esmeralda, distrito de Vacaria – RS (1913-1983).<br><br>Casado com a advogada Alpha Mariano da Rocha Luz, com abriu um escritório de advocacia. Atuação no RS, SC, MT.<br><br>Filhos: Vera Regina da Luz Grecco, Moema da Luz Azambuja, Nicanor da Luz Júnior e Francisco José Luz (advogado e vice-prefeito de Otacílio Darci Rech – 1967-1970). | Advogado (UFGRS) - 1939.<br><br>Colégio Marista de Bom Princípio.<br>Colégio Rosário de Porto Alegre.<br><br>Fazenda Rincão da Cruz. | Deputado - PSD (1947-1951).<br>Secretário Estadual da Fazenda (1967-1969), convidado pelo coronel e governador Walter Peracchi Barcellos).<br>Prefeito de Vacaria (1955-1959).<br>Presidente da Farsul (1970-1972).<br>Presidente da Associação Rural de Vacaria.<br>Sindicato Rural de Vacaria (RS).<br><br>Conselho do Tribunal de Contas do Estado do RS. |

|  |   |  |   |  |
|--|---|--|---|--|
| <b>LUIZ ALVES<br/>COELHO<br/>ROCHA</b> | 3º vice-<br>presidente<br>1985-1987   | Maranhão   | Advogado.<br><br>Pecuarista e empresário.   | Governador do Maranhão pelo PDS-PFL (1982-1986).<br>Deputado estadual (1967-1970/1971-1974) e federal (1974-1978/1978-1982).<br>Vereador de São Luiz (1963-1966-UDN).<br>Marco-Marquinho Agropecuária e Comércio Ltda.<br>Depois de 1988, construiu um shopping center em São Luiz.  |
| <b>ALAMIR VIEIRA<br/>GONÇALVES</b>     | 4º vice-<br>presidente<br>1970-1973   | Rio Grande do Sul  | Médico (formado em 1948).   | Presidente da Farsul (1972-1974/1974-1976).  |
| <b>MOACYR<br/>TORRES<br/>DUARTE</b>    | 4º vice-<br>presidente<br>1973-1976<br>1976-1979<br>1985-1987<br><br>7º vice-<br>presidente<br>1979-1982<br>6º vice-<br>presidente<br>1982-1985 | Rio Grande do Norte  | Advogado e pecuarista.  | Suplente de senador, assumiu o mandato 1982-1986.<br>Deputado estadual pela UDN (1947-1962).<br>Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco (1975-1978).<br>Presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Norte.<br>Professor de ciência política na UFRN, onde ocupou a reitoria administrativa   |
| <b>JOSÉ ALVARES<br/>FILHO</b>          | 5º vice-<br>presidente<br>1970-1973<br>8º vice-<br>presidente<br>1976-1979<br>1979-1982   | São João del-Rei – MG<br>(1920-)   | Advogado e fazendeiro.<br>Cursou Direito na UFMG (1946).<br><br>Instituto Padre Machado e Colégio Santo Antônio – ensino médio de São João del-Rei. | Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais.<br>Presidente da FAEMG (1969-1981).<br>Interventor da FAEMG por mais de 10 meses.<br><br>Auxiliar no escritório Rede Mineira de Viação (RMV). Depois da RMV e assistente jurídico de sua diretoria.<br><br>Chefe do departamento jurídico da Rede Ferroviária Federal em Belo Horizonte.<br><br>Publicações: colaborador de <i>O Diário</i> . |
| <b>JOSÉ PINHEIRO<br/>CUNHA</b>         | 5º vice-<br>presidente<br>1973-1976<br>3º vice-<br>presidente<br>1976-1979<br>1979-1982<br>1982-1985  | Bahia  | Advogado e pecuarista.  | Deputado federal (1951-1955-UDN).<br>Vereador de Itabuna (ES) pela UDN (1947-1951).<br><br>Presidente da Federação de Agricultura da Bahia (1970-1985).<br>Diretor da Associação Comercial da Bahia (1985-1989), da empresa Matadouros Frigoríficos S.A. (Mafrisa) e do Banco do Estado da Bahia (Baneb).<br><br>Membro do Conselho de Produtores de Cacao.  |
| <b>MÁRIO<br/>STADLER DE<br/>SOUZA</b>  | 5º vice-<br>presidente<br>1976-1979<br>1979-1982<br>4º vice-<br>presidente<br>1982-1985   | Palmeira – PR<br>(1926-2014).<br><br>Casado com a gaúcha Cely.<br><br>Mário Romero, Ivan, Danilo e | Engenheiro militar, fazendeiro e empresário rural.<br><br>Escola Militar de Porto Alegre (RS).  | Presidente da Faep (1973-1985).<br><br>Membro do Conselho Monetário Nacional.<br><br>Agraciado com a Ordem Pinheiro pelo governo do estado do Paraná.<br><br>Ligado ao Círculo Militar.  |

|   |  |   |  |   |
|---|--|---|--|---|
|   |  | Maria Cristina (filhos).  | Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).<br><br>Reformado como tenente-coronel.  |   |
| <b>JOSE WAGNER PEREIRA</b>              | 6º vice-presidente<br>1976-1979<br>1979-1982   | Ceará   | Engenheiro agrônomo.   | Presidente da Federação de Agricultura do Ceará.  |
| <b>CARLOS PESSOA FILHO</b>              | 7º vice-presidente<br>1985-1987  | Paraíba   | Pecuarista.  | Deputado pelo PSD.<br><br>Presidente da FAEPB.  |
| <b>GABRIEL JÚLIO DE MATOS MULLER</b>    | 9º vice-presidente<br>1976-1979<br>1979-1982<br>7º vice-presidente<br>1982-1985                        | Cuiabá (MT)   | Engenheiro agrônomo 1  | Deputado estadual (Arena-MT).<br>Prefeito de Várzea Grande (MT).<br>Vereador de Lavras (MG).<br>Presidente da Famato.<br>Fundador da Famasul (MS).<br>Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), responsável por obras de colonização do estado.  |
| <b>ELIAS LEITE FERNANDES</b>            | 9º vice-presidente<br>1982-1985<br>5º vice-presidente<br>1985-1987                                     | Ceará   |  | Prefeito de Mauriti (CE) pelo PSD (1958).   |
| <b>ELIZIÁRIO SILVEIRA SOBRAL</b>        | 9º vice-presidente<br>1985-1987  | Sergipe<br><br>Irmão de Eduardo Silveira Sobral, presidente da Faese.   | Advogado e economista.   | Deputado estadual<br><br>Federação de Agricultura de Sergipe (Faese).<br><br>Controladoria Geral do Estado de Sergipe.  |
| <b>EDUARDO FERREIRA FONTES</b>          | 10º vice-presidente<br>1976-1979   | Cedral – SP (1924-1998)   | Advogado – Faculdade de Direito de Niterói - RJ (1949).<br><br>Pecuarista e cafeicultor, com fazendas em Goiás, Maranhão e São Paulo.  | Deputado estadual – SP (1959).<br>Vice-presidente (1974-1989) e presidente da Faesp (1989-1992).<br>Presidente do Sindicato Rural de Cedral (1969-1984).<br><br>Delegado de polícia, em Cedral, São José do Rio Preto, Potirendaba, Fernandópolis e Votuporanga – municípios paulistas.   |
| <b>JOÃO CARLOS DE ALBUQUERQUE FILHO</b> | 10º vice-presidente<br>1979-1982<br>8º vice-presidente<br>1982-1985<br>6º vice-presidente<br>1985-1987 | Atalaia – AL (1917-1997).<br><br>Neto do barão de Parangaba. Filho de Maria Amélia Cerqueira de Albuquerque e João Carlos de Albuquerque (senhor de engenho). | Advogado – Faculdade de Direito de Recife (1939).<br><br>Atividades canavieiras na Fazenda Jardim das Larges, em Atalaia.<br><br>Colégio Diocesano, atual Marista de Maceió. | Deputado estadual (1947-1950).<br>Suplente de dep. Estadual (1950-1954).<br>Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas.<br><br>Diretoria da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas.<br>Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas (OCEAL).<br>Criou o Programa de Assistência à Lavoura da Cana-de-Açúcar e a Afeplan, assistência social e recreativas às famílias canavieiras.<br>Presidente da Asplana (1965-1983).<br>Criou neste órgão a Asplamed, com serviços de assistência médica |

|   |  |   |   |   |
|---|--|---|---|---|
|   |  |   |   | <p>hospitalar e odontológica para associados.</p> <p>Presidente da OAB/Alagoas.<br/>Participação na fundação da UDN.<br/>Delegado de Polícia de Maceió.</p> <p>Comissões:<br/>Comissão de Abastecimento de Preços – COAP/Maceió.</p>  |
| <b>JOÃO CELESTINO DE ALMEIRA JÚNIOR</b> | 10º vice-presidente<br>1982-1985   | Acre  |   | <p>Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (FAEAC).<br/>Proprietário do Almeida &amp; Almeida Restaurante Ltda.</p>   |
| <b>RAMÃO NEY MAGALHÃES</b>              | 10º vice-presidente<br>1985-1987   | <p>Ponta Porã (MS).</p> <p>Neto de Luiz Pinto Magalhães, que chegou ao MS em uma das caravanas pioneiras do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso.</p> | <p>Pecuarista.<br/>Tem negócios no município de Amambai (no Sul do MS).<br/>Conhecido na região do Ponta Porã.</p>  | <p>Delegacia Federal da Agricultura do Mato Grosso do Sul, indicado pelo senador Rachid Saldanha Derzi (PMDB).</p> <p>Delegado da Famasul.<br/>Líder sindical. Associado da Coamo Agroindustrial Cooperativa, em Amambai.<br/>Publicações: Um século de história – Sul do MT – Território de Ponta Porã – Sul do MS.</p>  |
| <b>ADEMAR MOURA DE AZEVEDO</b>          | 1º secretário<br>1967-1970<br>1970-1973<br>1973-1976<br>1976-1979<br>1979-1982                               | Rio de Janeiro  | <p>Advogado.</p> <p>Cafeicultor.</p>  | <p>Diretoria da Farej (1º secretário).<br/>Fazia parte do GT do Leite – grupo de trabalho interestadual organizado pelo Ministério da Indústria e Comércio para estudar os problemas de produção e industrialização do leite.<br/>Nomeado para diretor do Departamento de Cooperativismo do Estado do Rio pelo governador, Paulo Torres.</p> <p>Membro do Conselho de Recursos do Instituto Nacional de Previdência Social.</p> <p>Suplente na Junta Administrativa do IBC:</p> <p>Conselhos:<br/>Julgou 682 processos quando representava a CNA no Conselho de Recursos da Previdência Social (1969)</p> |
| <b>MÚCIO TEIXEIRA</b>                   | 2º secretário<br>1967-1970<br>1970-1973<br>1973-1976<br>1976-1979<br>1979-1982<br>1º secretário<br>1985-1987 | Ver Anexo III   |   |   |
| <b>JOSÉ CARLOS FONSECA</b>              | 3º secretário<br>1973-1976<br>1976-1979<br>1979-1982<br>2º secretário<br>1985-1987                           | Espírito Santo  | <p>Jornalista e Advogado (Faculdade de Direito de Vitória, ES - 1957).<br/>Pós-graduação: Sociologia (1960), em Direito Agrário, na PUC-RJ; em filosofia,</p> | <p>Deputado pela Arena-ES (1967-1970/1971-1974/1982-1986).<br/>Oficial de Gabinete do Governador do Estado (1954).<br/>Secretário de Estado para Assuntos do Gabinete Civil (1968-1970).<br/>Chefe de Gabinete do Serviço Social Rural (1958) e do setor jurídico (1959).<br/>Diretor do IBC (1975-1977) e do Banco do Estado do Espírito Santo (1977-</p>  |

|                            |                            |  |  |   |
|----------------------------|----------------------------|--|--|---|
|                            |                            |  | <p>na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (1962); em mercado de capitais, no Centro de Ensino Técnico de Brasília (1971); e Desenvolvimento Comunitário e Escolas de Famílias, em Padova, Itália (1971).</p> <p>Líder cooperativista.</p>   | <p>1979). Representante do IBC junto ao Grupo Executivo Renovação Econômica – GERES-ES (1977-1978). Procurador autárquico, Estado da Guanabara (1959). Assessor Especial do Ministério da Agricultura (1975).</p> <p>Membro da SNA.<br/>Diretor da Federação de Agricultores do Espírito Santo – FAES (1976-1979). Delegado da FAES na CNA.<br/>Diretor administrativo do Banco do Estado do Espírito Santo, (1977-1978). Supervisor da Junta Estadual de Política Salarial (1980) e Supervisor das Entidades Indiretas da Administração Estadual (1980).</p> <p>Conselhos: Membro do Conselho Nacional de Cooperativismo (a partir de 1964), nomeado presidente de diversos inquéritos administrativos na Supra. Membro do Conselho Estadual da CNE (1977). Membro do Grupo Executivo Renovação Cafeicultura (1977).</p>   |
| <b>ENOC ALMEIDA VIEIRA</b> | 3º secretário<br>1985-1987 | <p>Esperantinópolis – MA (1938-)</p> <p>Filho de Antônio Vieira e Joana Almeida Vieira.</p> <p>Casado com Elda Martins Vieira (três filhos).</p> | <p>Advogado (Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão – concluída em 1968).</p> <p>Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, da ESG (1984).</p> <p>Curso de teosofia na Faculdade Teológica das Assembleias de Deus (1990).</p> <p>Pastor protestante – Segunda Igreja Batista de São Luís.</p> <p>Amigo pessoal de José Sarney.</p> | <p>Deputado estadual (Arena - 1974-1975, 1979, 1987-1988) e federal (PDS/PFL-1983-1991) pelo MA.<br/>Vereador – presidente da Câmara Municipal de São Luiz (1970-1972).</p> <p>Coordenador-geral de treinamento da Secretaria de Administração do Estado e diretor Campanha de Educação Supletiva da Secretaria de Educação do Maranhão (1966-1967).</p> <p>Secretário-adjunto de Articulação Política da governadora Roseana Sarney.<br/>Começou sua carreira política filiando-se à Arena.</p> <p>Comissões: membro titular e presidente da Comissão de Constituinte e Justiça. Comissão de Educação e Cultura (1975-1976).<br/>Comissão de Relações Exteriores e suplente na Comissão de Agricultura e Política Rural.<br/>Subcomissão do Poder Executivo da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, suplente da Comissão de Sistematização.</p> |
| <b>ADYR MAIA</b>           | 1º tesoureiro<br>1967-1970 | Espírito Santo   | General do Exército.   | <p>Coordenador do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da CNA. Foi para reserva do Exército (1961).</p> <p>Comissões:<br/>Diretor da Comissão Executiva de Armazéns e Silos da Presidência da República (1961).</p> <p>Membro do Clube Militar.</p>   |

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
| <p><b>ANTÔNIO JOSÉ LOUREIRO BORGES</b></p> | <p>2º tesoureiro 1967-1970<br/>1º tesoureiro 1970-1973</p>   | <p>Minas Gerais (Faleceu em 2016).</p> <p>Filho de Antônio Caetano Borges e Hosana Loureiro Borges.</p> <p>Taciana Coutinho Loureiro Borges (esposa).</p> <p>Marco André, Antônio José e Beatriz (filhos)</p> <p>Joana D'arc Evangelista Loureiro Borges (2ª esposa).</p> <p>Neto de José Caetano Borges, um dos pioneiros na criação da raça zebu, em Uberaba (MG). José Borges junto com o cunhado, Joaquim Machado Borges, organizou a primeira exposição de gado no Brasil, na fazenda Cassú, em maio de 1906.</p> <p>Herdou do avó rebanho da raça indubrasil e investiu em gir e nelore.</p> | <p>Formado em Direito. Foi advogado no Rio de Janeiro.</p> <p>Pecuarista, criador em Uberaba (MG).</p> <p>Era contra a reforma agrária e a divisão das propriedades rurais.</p> <p>Informou a Folha de São (4/5/1999) Paulo que nos anos 1940 e 1950, o presidente da ABCZ tinha acesso direto ao presidente da República.</p> | <p>Presidente da ABCZ (1962-1964).<br/>Vice-presidente da FAEMG.<br/>Presidente do Sindicato Rural de Uberaba.<br/>Da turma de 1968 da ESG.<br/>Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e diretor do Banco do Brasil.</p> <p>Conselhos:<br/>Conselho Fiscal da Fundação Museu do Zebu (2008).</p> |
| <p><b>ELZIR NOGUEIRA MATOS</b></p>         | <p>2º tesoureiro 1970-1973<br/>1º tesoureiro 1973-1976<br/>1976-1979<br/>1979-1982<br/>1985-1987</p> | <p>Paraíba</p>   | <p>Pecuarista</p>  | <p>Secretário de Finanças do Estado da Paraíba (1958-1959).<br/>Prefeito de Piancó – PB (1957).</p> <p>Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC (1964, 1971).</p>   |

|   |  |   |  |  |
|---|--|---|--|--|
| <p><b>FÁBIO DE SALLES MEIRELLES</b></p> | <p>2º tesoureiro 1973-1976<br/>5º vice-presidente 1982-1985<br/>1º vice-presidente 1985-1987</p> | <p>Cajuru (SP)<br/><br/>Casado com a professora Ivelle Lacerda Meirelles (7 filhos)</p> | <p>Advogado e empresário em Franca (SP).<br/><br/>Fazendeiro. Produz café, milho, sementes, soja. Cria gado de corte, de leite e cavalos.<br/><br/>Também tem terras no Altiplano Central, fronteira de MG com o DF.</p> | <p>Deputado federal (1990-1995). Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (1986-1988).<br/><br/>Presidente da Faesp desde 1975. Ingressou nesta em 1948, quando era denominada Faresp. Diretoria e Conselho Consultivo da SRB. Conselho superior da SNA. Presidente da Associação Rural do Vale do Sapucaí (1977).<br/><br/>Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Presidente do Instituto do Café do Estado de São Paulo (1973-1979), e da junta administrativa deste instituto (1961-1967). Após 1964 foi subchefe do gabinete do Ministério da Agricultura, secretário executivo do Fundo Agropecuária, presidente do Banco Nacional do Crédito Cooperativo, vice-presidente-executivo do Grupo Executivo para o Desenvolvimento do Programa Estadual do Alcool. Diretor de Crédito Rural e Agroindustrial do Badesp (1979-1983). Chefe da delegação de empresários brasileiros junto a OIT. Vice-presidente da Codepa – Grupo executivo do Programa do Alcool.<br/><br/>Comissões: Agricultura e Política Rural; Economia, Indústria e Comércio; Defesa Nacional; Constituição e Justiça e Orçamento. Conselho Deliberativo do Senar/CNA. Presidente do Conselho Estadual do Sebrae-SP.<br/><br/>Membro da Academia Nacional de Agricultura (SNA).<br/><br/>Medalha Amigos da Marinha, Comenda da Ordem do Mérito Militar, Medalha Almirante Tamandaré, Comenda de Grande Oficial na Ordem Domérito Militar, do Exército Brasileiro, diversos títulos de cidadão honorário em MG e SP. Título Doctor Social Sciences Honoris Causa pela Universidade Internationallis Superiorum Prodeo, Nova York (1978), entre outros.</p> |
| <p><b>EURÍPEDES FERREIRA LINS</b></p>   | <p>2º tesoureiro 1976-1979<br/>1979-1982<br/>1985-1987</p>                                       | <p>Amazônia (1926-2010)</p>   | <p>Advogado e pecuarista.<br/><br/>Precursor da avicultura e responsável pelo setor da bovinicultura. Introduziu a raça nelore no Amazonas.</p>  | <p>Secretário de Agricultura do Amazonas. Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (FAEAM). Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Amazonas (Senar-AM). Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae (AM).<br/><br/>Defendia um Estado voltado para a indústria de transformação.</p>  |

|                               |   |                        |   |   |
|-------------------------------|---|------------------------|---|---|
|                               |   |                        |   | <p>Idealizador da I Exposição Agropecuária e da I Exposição de Produtos Agrícolas e Pecuários, no Amazonas.</p> <p>Conselhos:<br/>Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae-AM).<br/>Conselho de Recursos Fiscais da Secretaria da Fazenda – Sefaz (AM), e um dos seus fundadores.</p> <p>Publicações: O Amazonas e seus problemas.</p>   |
| <b>JOSÉ WALTER DE ARAÚJO</b>  | 3º tesoureiro<br>1973-1976              | Dados não localizados. |   | <p>OBS: *Em vez de José Walter Araújo aparece Aristóteles Correia de Queiroz como terceiro tesoureiro (1973-76) no livro 50 anos CNA Brasil, corrigimos mantendo José Araújo, conforme a lista oficial divulgada por Flávio Brito no <i>Correio Braziliense</i>, de 23/8/1973, p. 8a. Outra correção foi feita quanto ao cargo de Gileno de Carli, Guilherme Pimentel e Odilo Siqueira</p>  |
| <b>MARCOS WANDRESEN</b>       | 3º tesoureiro<br>1976-1979<br>1979-1982 | Santa Catarina         | <p>Estudou no Seminário dos Padres Seculares.</p> <p>Curso à distância de técnico em administração pela FGV, depois o curso de alto executivo na mesma instituição.</p> | <p>Prefeito de Rio Fortuna – SC (1959-1964), primeiro a ser eleito.<br/>Presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina – FAESC (1975-1980).<br/>Assessor especial do governador Jorge Borhausen.</p> <p>Fundou o Conselho Regional de Administração de SC.</p> <p>Nos anos 1980, se envolveu com a estruturação do sindicalismo rural no seu estado.</p> <p>Conselhos:<br/>Conselho Fiscal do Sindicato dos Administradores de SC.<br/>Representante da Federação da Associação dos Aposentados e Pensionistas no Conselho Deliberativo do Idoso (2009).<br/>Conselho Nacional do Idoso.</p> <p>Publicações:<br/>Rio Fortuna construindo história (Vol. 1 e 2), Rio Fortuna cresceu e trouxe conforto à nova geração, Administração municipal – prioridade para o ser humano. Uma nova visão.</p> |
| <b>CLODOMIR DE LIMA BEGOT</b> | 3º tesoureiro<br>1985-1987              | Ananindeua (PA)        |   | <p>Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - Farep (1980-1986).</p> <p>Em 1965, a Lei 3.563, de 26/9/1965, instituída pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, autorizou o Poder Executivo a abrir crédito especial em favor de Clodomir Bergot. O valor previsto para ele, Cr\$ 8.043,105), destinava-se à indenizar área</p>   |

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  |  |  |  | desapropriada pelo Decreto 4.854, de 20/8/1965. |
|--|--|--|--|---|

## ANEXO VIII

## DIRETORIA VOGAL | GESTÃO FLÁVIO BRITO (1967-1987)

| Nome                                 | CRB                    | Origem e rede familiar   | Formação e atuação   | Cargos e rede de relações de poder  |
|--------------------------------------|------------------------|--|--|---|
| <b>ARÍSTÓTELES CORRÊA DE QUEIROZ</b> | 1973-1976              | Paraíba<br><br>Ele e seus familiares estão entre as três famílias que detinham aproximadamente 32,26% de todas as terras do município de Sossego (PB). Houve desapropriação de suas terras para instalação de assentamentos rurais.  | Proprietário da Fazenda Cabeça do Boi.   | Presidente (1986-1989) e vice-presidente da FAEB.<br><br>Envolvido em conflitos com trabalhadores sem terra e trabalhadores que iam pegar água no açude Timbaúda, dentro de sua propriedade.  |
| <b>CARLOS PESSOA FILHO</b>           | 1967-1970<br>1970-1973 | Recife (1922-2017).<br><br>Filho de Carlos Pessoa e Marina Ferraz Pessoa. Repetiu a trajetória do pai, engenheiro agrônomo e político. Neto do Coronel Antônio Pessoa, também político.<br><br>Sua família morava em Umbuzeiro.<br><br>Criado nas terras de seus avós, na Fazenda Prosperidade.<br><br>Avó paterna, Dona Sinhá Pessoa.<br><br>Lançou na política sua mulher, Terezinha Pessoa, eleita prefeita de Umbuzeiro e deputada estadual. Seu filho e neto também se tornaram | Engenheiro agrônomo – Escola Nacional de Agronomia, da Universidade Rural – RJ (1948).<br><br>Pecuarista e líder político da região de Aroeiras, Natuba, Umbuzeiro e Gado Bravo. | Deputado estadual (PSD) – cinco vezes.<br>Secretário de Agricultura da Paraíba nos governos de Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Moreno Gondim.<br>Secretário da Indústria e Comércio da Paraíba, no governo de Tarcísio Burity.<br><br>Prefeito de Aroeiras e de Umbuzeiro.<br><br>Presidente da Federação de Agricultura do Estado da Paraíba - FAEPB |

|                                      |                        |                            |   |   |
|--------------------------------------|------------------------|----------------------------|---|---|
|                                      |                        | prefeitos de Umbuzeiro.    |   |   |
| <b>DURVAL GARCIA MENEZES</b>         | 1967-1970<br>1970-1973 | Ver Anexo V                |   |   |
| <b>FRANCELINO BASTOS FRANÇA</b>      | 1967-1970<br>1970-1973 | Ver Anexo III              |   |   |
| <b>GABRIEL JÚLIO DE MATOS MULLES</b> | 1973-1976              | Mato Grosso do Sul         | Engenheiro agrônomo.  | Deputado estadual – Arena/MT.<br>Prefeito de Várzea Grande (MT).<br>Vereador de Lavras (MG).<br><br>Presidente da Famato e um dos fundadores da sua coirmã de Mato Grosso do Sul (Famasul).<br>Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), responsável por obras de colonização do estado.   |
| <b>JOÃO DE SOUZA CARVALHO</b>        | 1967-1970<br>1970-1973 |                            |   | Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.   |
| <b>JOSÉ REZENDE DE ANDRADE</b>       | 1967-1970<br>1970-1973 | Araponga – MG (1925-2015), | Advogado (Universidade Federal de Minas Gerais).<br>Produtor Rural com intensa atuação. | Deputado federal (três mandatos).<br>Secretário de Segurança de Minas Gerais e do Espírito Santo.<br><br>Presidente do Sindicato Rural de Paraopeba, da Sociedade Mineira de Agricultura e a União Democrática Ruralista (UDR-MG).<br><br>Delegado-geral de Polícia da Secretaria de Segurança Pública e Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (anos 1960).<br><br>Diretor da Penitenciária Antônio Dutra Ladeira, do Departamento de Investigações, do Departamento de Trânsito.<br><br>Diretor-presidente do Hospital Felício Rocho (Belo Horizonte – MG).<br><br>Medalhas: Grande Medalha da Inconfidência, Luis Soares da Rocha, Santos Dummont, Alferes Tiradentes, e Medalha do Exército (comendador). |
| <b>MÁRIO STADLER DE SOUZA</b>        | 1973-1976              | Ver Anexo VII              |   |   |
| <b>MAX HABLITZEL</b>                 | 1973-1976              | Rio de Janeiro (1924-2016) | Engenheiro agrônomo e orquidófilo.<br>Voltado para produção de hortigranjeiros.         | Presidente da FAESC.<br>Secretário de Obras de São José (SC).   |

|                                      |                        |  |   |  |
|--------------------------------------|------------------------|--|---|--|
|                                      |                        | Filho de Maria Hablitzel Blaesi e Friedrich Hablitzel (suíços).<br><br>Casado com Dóris Bott Hablitzel (cinco filhos). | Fazenda Santo Antônio.<br><br>Se estabeleceu em Santa Catarina. | Fundador de diversos sindicatos rurais catarinenses.<br><br>Empresa Max Hablitzel Participações Ltda.  |
| <b>OSVALDO DA COSTA NUNES FREIRE</b> | 1967-1970<br>1970-1973 | Ver Anexo V  |   |  |
| <b>SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIRA</b>     | 1967-1970<br>1970-1973 | Ver Anexo VI   |   |  |
| <b>VICENTE BALBY REALE</b>           | 1973-1976              | Pará   |   | Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará   |
| <b>WALKE CORRÊA DE ARAÚJO</b>        | 1967-1970<br>1970-1973 | Bahia  | Advogado e produtor no município de Ilhéus (BA).                | Presidente do Instituto do Cacau da Bahia.<br>Presidente da Associação Comercial da Bahia.<br>Membro da Cooperativa dos Cacaucultores Baianos.<br>Líder cooperativista – destacado pelo Comitê Nacional de Jornalistas da Agricultura – destaque em 1966.<br>Comissões: Conselho Regional do Clube da Lanterna na Bahia. |

\* Flávio Brito institui em vez de diretores técnicos, diretores vogais. Fonte: Cyberpolícia (www.cyberpolicia.com.br).